

OS CONTRAS DO APARTHEID

**As Raízes da Guerra em Angola e
Moçambique**

WILLIAM MINTER

1998

**Arquivo Histórico de Moçambique
Estudos**

Autor:

William Minter

Editor:

Arquivo Histórico de Moçambique

Registo:

Tradução do inglês:

João Paulo Borges Coelho

Impressão:

Imprensa Universitária, Universidade Eduardo Mondlane

Copyright © William Minter, 1994

Primeira edição:

Zed Books Ltd., 7 Cynthia Street, London N1 9JF, UK e 165 First Avenue,
Atlantic Highlands, New Jersey 07716, USA, e na República da África do
Sul por Witwatersrand University Press, 1 Jan Smuts Avenue, Johannesburg
2001, South Africa, em 1994.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS, *vii*

LISTA DE ABREVIATURAS, *ix*

MAPAS, *x*

Angola, *x*

Moçambique, *xi*

África Austral, *xii*

INTRODUÇÃO, 1

Capítulo 1:

DA ORDEM COLONIAL À LIBERTAÇÃO, 13

Até ao momento da vitória, 15

Institucionalizando a Esperança, 26

Operações através das fronteiras, 1976-79, 34

Angola (a frente norte), 35

Angola (a frente sul), 38

Moçambique (a frente rodesiana), 41

O panorama militar nas vésperas da década de oitenta, 43

Capítulo 2:

A GUERRA TOTAL E AS SUAS CONSEQUÊNCIAS, 1980-93, 47

A estratégia total da África do Sul, 48

Soltando os cães de guerra, 1980-82, 49

Falar, falar, lutar, lutar, 1983-84, 54

Alimentando as chamas da violência, 1985-87, 58

Atenuando a guerra convencional: guerra e negociações, 1988-89, 62

Promessas de paz: guerra, negociações e guerra, 1990-93, 67

Capítulo 3:

EXPLICAÇÕES – TEORIAS, FACTOS E ARGUMENTOS, 73

Porque são importantes as explicações, 74

Estado, nação, etnicidade e raça, e os limites da 'guerra civil', 80

Estado, revolução e contra-revolução, 85

Teoria e prática da guerra não-convencional, 92

Lógica da comparação e da explicação histórica, 96

Reunindo as evidências, 100

Capítulo 4:

NACIONALISMO, ETNICIDADE E DESCOLONIZAÇÃO, 105

Raízes históricas das distinções étnico-regionais, 106

A invenção da nação, 112

Organização e hegemonia no movimento nacionalista, 115

Cenários da descolonização, 121

O *ancien régime* e outros derrotados, 128

Etnicidade e regionalismo nas guerras pós-coloniais, 132

Capítulo 5:

REVOLUÇÃO E CONTRA-REVOLUÇÃO NUMA PERSPECTIVA REGIONAL, 139

Respostas iniciais à insegurança, 140

Optando por agir através das fronteiras, 145

O alinhamento regional, 151

Os instrumentos institucionais da estratégia total, 155

Fantoches, clientes ou aliados?, 163

Continuidade e mudança na frente ocidental: Angola e Namíbia, 165

Continuidade e mudança da frente oriental: Moçambique, 173

Conclusões sobre a intervenção sul-africana, 180

Capítulo 6:

O FACTOR GUERRA FRIA: CRUZADOS E GESTORES DE CONFLITOS, 185

Guerra Fria e libertação nacional, 187

O curioso percurso do engajamento construtivo, 192

O 'lobby' da Unita: em casa, na Washington de Reagan, 197

A ligação americana da Renamo, 203

Geopolítica, diplomacia e a doutrina Reagan em Angola, 208

Ausência de super-potências e chantagem terrorista em Moçambique, 215

Capítulo 7:

COMO FUNCIONA A GUERRA DOS CONTRAS: A COMPONENTE MILITAR, 225

Recrutamento e controlo em Moçambique, 227

Em Angola, 231

Controlo e Assimilação, 234

A ameaça de execução, 235

Transferência, 236

Temor das forças governamentais, 237

Atritos, 238

Iniciação e treino, 238

Mobilização política e assimilação, 240

Recompensas, 241

A logística das operações militares, 242

Moçambique, 243

Angola, 247

Estratégia e organização, 250

Moçambique, 252

Angola, 254

Organização e comunicações, 257

O papel operacional dos patrocinadores externos, 258

Capítulo 8:

COMO FUNCIONA A GUERRA DOS CONTRAS: AS RELAÇÕES CIVIS-MILITARES, 267

Ausência de super-potências e chantagem terrorista em Moçambique, 269

Moçambique: variações regionais, 276

Angola: lealdade étnica, organização política e ditadura violenta, 284

Unita, Renamo e pluralismo político, 295

Capítulo 9:

O ESTADO SITIADO: VULNERABILIDADES POLÍTICAS E MILITARES, 301

A herança do Estado colonial, 303

Os difíceis dilemas da contra-insurgência, 307

Estado, partido e participação, 314

Estado, burocracia e 'medidas administrativas', 322

Estado e sociedade civil, 326

Capítulo 10:

O ESTADO SITIADO: FRACASSOS ECONÓMICOS E CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS, 335

A economia de enclave angolana, 337

A economia de serviços de Moçambique, 342

A economia agrária de Moçambique, 347

Ajustamentos estruturais e dependência em relação à ajuda, 353

Desintegração social e luta pela sobrevivência, 359

Capítulo 11:

CONCLUSÕES, 367

As guerras da África Austral e a questão da responsabilidade histórica, 367

A guerra não-convencional da Guerra Fria à nova desordem mundial, 374

BIBLIOGRAFIA, 379

ÍNDICE REMISSIVO, 395

AGRADECIMENTOS

Mais do que um livro que escrevi, este é um livro que achei que tinha que ser escrito. Estou grato a todos aqueles que me encorajaram, reafirmando a importância do projecto e oferecendo-me a sua hospitalidade e conhecimentos. Espero que este trabalho contribua para a nossa comum preocupação de que a reescrita simplista da história não deixe de nomear aqueles que são os mais responsáveis pelo grande sofrimento humano.

São demasiados os nomes a serem referidos neste espaço, mas não posso deixar de mencionar alguns cujo encorajamento foi particularmente importante: Sven Hamrell, Sten Rylander e Prexy Nesbitt.

Agradeço o apoio financeiro da Fundação Ford, da ASDI na Suécia, e da NOVIB na Holanda.

Muitos outros contribuíram indirectamente para este livro. Fui buscar inspiração a muitos indivíduos empenhados, angolanos, moçambicanos e estrangeiros, que continuaram o trabalho de servir o povo o melhor que podiam, apesar da desilusão e do desencorajamento que tiveram que enfrentar. Tenho uma dívida de gratidão relativamente a um pequeno grupo de escritores que passaram por muitas dificuldades para fazer pesquisa séria em Angola e Moçambique, desde que Basil Davidson levou a cabo o seu trabalho pioneiro até às recentes investigações de jornalistas e investigadores moçambicanos e angolanos. Muitos verificarão que incorporei os seus achados, mesmo se inadequadamente, e espero que me perdoem por muitas das referências figurarem apenas em notas de rodapé.

Quero agradecer, em particular, àqueles que comentaram o manuscrito na sua fase quase final: Merle Bowen, António Matonse, Robert Molteno, Jeanne Penvenne, Otto Roesch, Kathy Sheldon, David Sogge, Catherine Sunshine e Ken Wilson. A notícia da morte de Otto num acidente de automóvel em Moçambique chegou-me na altura em que redigia estes agradecimentos; sentiremos muito a falta da sua dedicação e cuidadoso espírito académico.

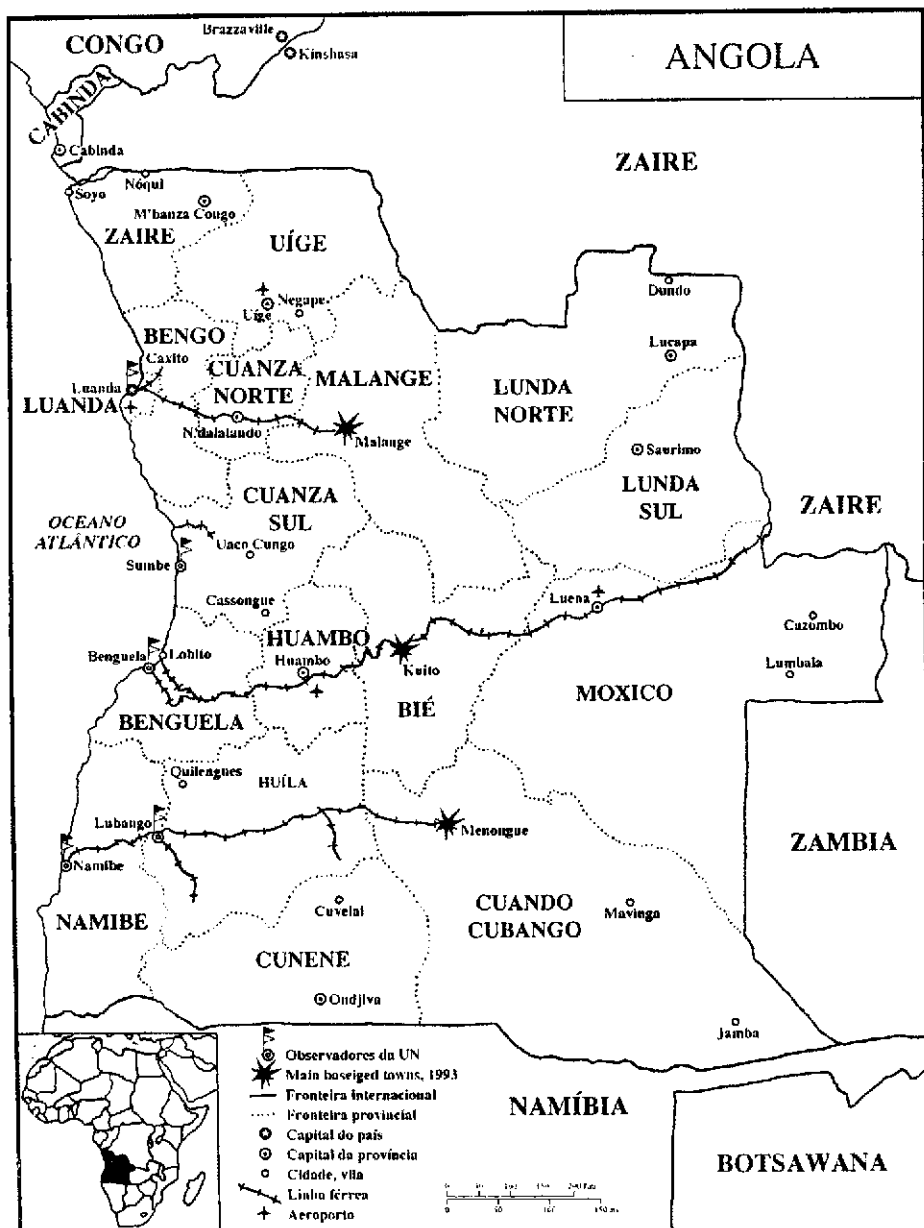
Agradeço aos meus colegas do Washington Office on Africa pela compreensão relativamente ao tempo que o livro me ocupou.

Enfrentando as minhas frustrações enquanto escrevia este trabalho, Cathy conseguiu manter um admirável senso de humor e Cynthia a energia e entusiasmo próprios dos seus 4 anos.

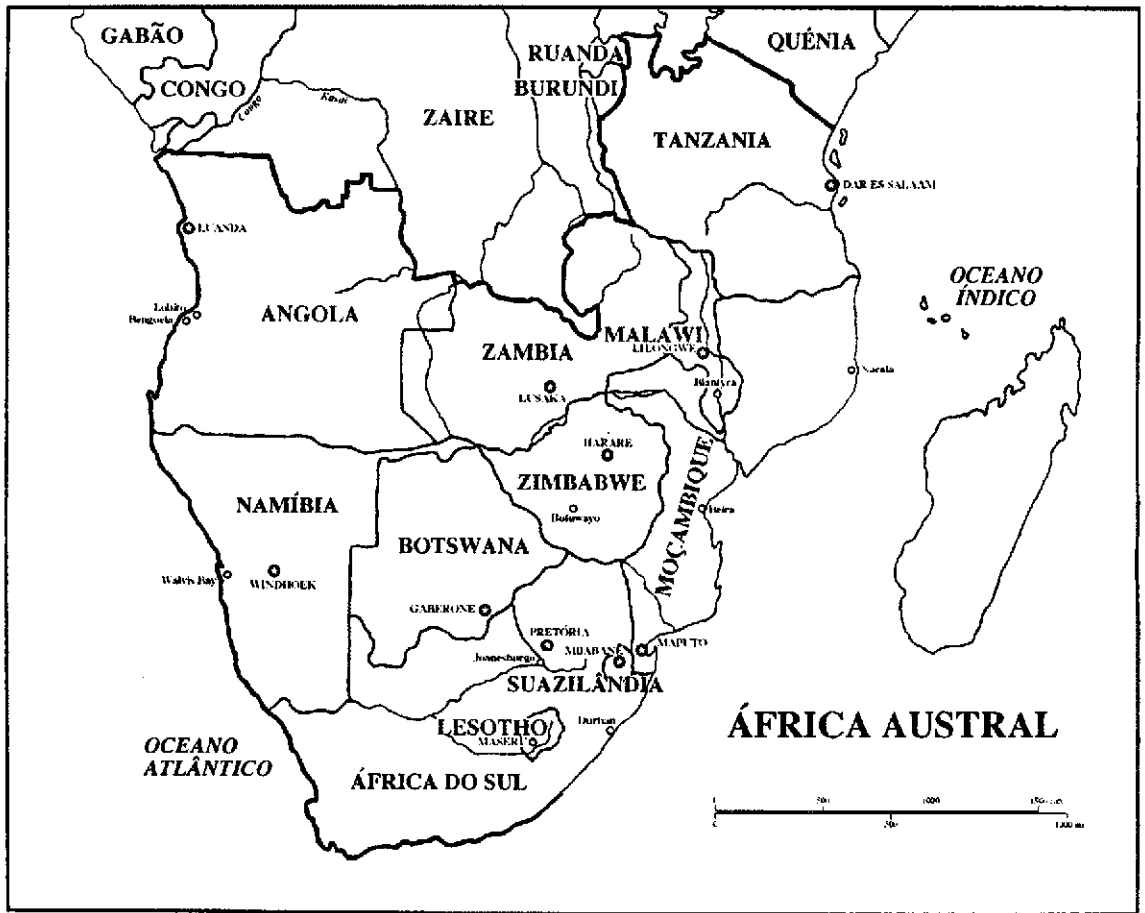
William Minter, Junho de 1994

LISTA DE ABREVIATURAS

ANC	Congresso Nacional Africano
CIO	Organização Central de Informações (Rodésia)
COSATU	Congresso dos Sindicatos Sul-Africanos
FLEC	Frente de Libertação do Enclave de Cabinda
FLNC	Frente de Libertação Nacional do Congo
FNLA	Frente Nacional de Libertação de Angola
Frelimo	Frente de Libertação de Moçambique
MNR	Resistência Nacional Moçambicana
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
OUA	Organização da Unidade Africana
PAIGC	Partido Africano para a Independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde
Renamo	Resistência Nacional Moçambicana
SADCC	Conferência de Coordenação do Desenvolvimento na África Austral
SADF	Forças de Defesa da África do Sul
SSC	Conselho de Segurança do Estado (África do Sul)
SWAPO	Organização do Povo do Sudoeste Africano
SWATF	Forças Territoriais do Sudoeste Africano
UDF	Frente Democrática Unida
UNAMO	União Nacional Moçambicana
Unita	União Nacional para a Independência Total de Angola
UPA	União dos Povos de Angola
ZANU	União Nacional Africana do Zimbabwe
ZAPU	União do Povo Africano do Zimbabwe







INTRODUÇÃO

Duas guerras obscuras devastaram Angola e Moçambique na década de oitenta, com um cortejo de sofrimento humano facilmente equiparável, ou mesmo superior, aos dos conflitos mais conhecidos da Nicarágua e do Afeganistão. E, todavia, as guerras da África Austral raramente apareceram nas televisões de todo o mundo. A África do Sul atraía a atenção dos meios de comunicação em meados da década, mas poucos observadores internacionais estabeleceram a relação crucial entre a violência doméstica do regime do *apartheid* e o seu papel no fomento da guerra nos países vizinhos. Por vezes os massacres ou fomes de Moçambique e Angola mereceram uma breve referência nos noticiários. Mas na maioria dos casos a mortandade prosseguiu despercebidamente.

O que se seguiu em 1992-93, quando Angola voltou a mergulhar na guerra após umas eleições multipartidárias amplamente aplaudidas, foi ainda mais terrível. Foram mortas mais de 100.000 pessoas no espaço de um ano, a um ritmo que excedeu largamente o das guerras da antiga Jugoslávia, à medida em que o partido perdedor prosseguia a ofensiva, cercando cidades e interrompendo linhas de abastecimento. A isto a comunidade internacional dedicava uma atenção apenas simbólica. Esta catástrofe pós-eleitoral, que constituiu um precedente agourento para outros países africanos que se preparavam para realizar eleições, teria sido impossível sem o reforço sistemático das forças insurgentes ao longo da década anterior.

Grande parte da história detalhada dessas guerras talvez nunca venha a ser conhecida. No entanto, é importante desenredar alguns dos nós para compreender a herança da década de oitenta a diversos níveis. Para começar, é provável que as interpretações incorrectas do passado contribuam para os fracassos futuros no estabelecimento de bases estáveis para a paz e reconstrução nacional. Em segundo lugar, angolanos e moçambicanos devem interpretar estas tragédias para se reconciliarem com temas fundamentais das suas histórias nacionais. Além disso, a compre-

ensão da dinâmica – e contabilidade dos custos – da luta do *apartheid* para sobreviver é impossível se se deixarem de lado Angola e Moçambique. Finalmente, estes dois conflitos constituem exemplos fundamentais de insurgências de ‘combatentes da liberdade’ glorificadas pela direita internacional, na última década da Guerra Fria.

Angola e Moçambique representam uma conjugação complexa de factores internos, regionais e globais, que não permitem a sua inclusão em modelos simples de guerras entre Estados-nação ou de guerras civis puramente internas. Actores estatais e não-estatais, ambos desempenharam papéis activos. É provável que na era pós-Guerra Fria, em que ocorrem reajustamentos das fronteiras nacionais e uma profusão desconcertante de conflitos, a classificação destas interacções de factores, processadas a diversos níveis, se torne ainda mais importante.

Como estudo de caso, este livro incide principalmente nas particularidades dos dois exemplos. Mas como estudo comparativo, ele procura levantar também pontos de relevância mais ampla, tanto em relação às insurgências anti-marxistas paralelas inspiradas na ‘doutrina reaganiana’ do final da Guerra Fria, como, mais geralmente, com o tipo de guerra recentemente designado de ‘conflito de baixa intensidade’.

O termo ‘conflito de baixa intensidade’ distingue as guerras de guerrilhas e outras guerras não convencionais das guerras convencionais de ‘intensidade média ou elevada’, numa escala que culmina na confrontação nuclear. Mas se considerada em termos de sofrimento humano, a designação ‘baixa intensidade’ constitui uma impropriedade monstruosa no caso de guerras como as de Angola e Moçambique. É certo que batalhas de grande escala como as que ocorreram no Sudeste de Angola em meados da década de oitenta foram excepcionais. Mas a carga cumulativa de violência no decorrer dos anos, somada ao facto da esmagadora maioria das vítimas terem sido civis, provocou um trauma nessas sociedades comparável ao provocado pela Segunda Guerra Mundial na Europa.¹

A guerra, em Moçambique, começou pouco depois do país ter ascendido à independência, em 1975, sob a liderança da Frente de Libertação de Moçambique, conhecida pelo acrónimo português de Frelimo. A Frelimo garantiu apoio aos guerrilheiros zimbabwuanos que lutavam por um regime de maioria para a Rodésia. O exército rodesiano acrescentou às incursões que fazia contra os guerrilheiros zimbabwuanos no interior de Moçambique, o apoio à Resistência Nacional Moçambicana, primeiro conhecida como MNR e mais tarde como Renamo. Quando o Zimbabwe

conquistou a sua independência, em 1980, a África do Sul tomou a seu cargo o apoio à Renamo, fazendo crescer dramaticamente a capacidade militar desta última. Apesar do pacto de não-agressão firmado em 1984 entre Moçambique e a África do Sul, a escalada das operações da Renamo prosseguiu. As conversações de paz intermitentes, iniciadas em 1990, conduziram finalmente a um cessar-fogo em Outubro de 1992.

O horror da guerra de Moçambique surgiu pela primeira vez cristalizado aos olhos de muitos leitores de jornais em 1987, quando as notícias salientaram 'a pior atrocidade de uma guerra selvagem de onze anos'.² A 18 de Julho, forças da Renamo atacaram a vila de Homoíne, na província de Inhambane, matando 424 civis. Os sobreviventes afirmaram que as vítimas incluíam mulheres grávidas, crianças e outros pacientes do posto de saúde da vila. Alguns foram atingidos pelos tiros de armas automáticas, outros mortos à catanada.

Os porta-vozes da Renamo em Lisboa e em Washington negaram responsabilidades na organização no massacre, sugerindo antes que se tratara de um confronto entre milícias locais e tropas governamentais, ou de uma acção das forças governamentais disfarçadas de rebeldes. O senador Jesse Helms, envolvido na altura numa campanha para conseguir apoios do governo americano para a Renamo, afirmou ao Comité das Relações Exteriores do Senado que as acusações faziam parte de uma montagem. Um adido militar americano em visita ao local uma semana mais tarde, observou cepticamente que os estragos nos edifícios eram limitados e que a população 'não parecia extremamente devastada ou tão encolerizada quanto seria de esperar'.³

O cepticismo poderia ter prevalecido, não fôra a presença de uma testemunha ocular americana, o técnico agrícola menonista Mark Van Koevering. Van Koevering, que se escondeu fora do seu hotel para escapar ao massacre, contactou com os sobreviventes nas horas e dias que se seguiram. Ele afirmou depois que não havia dúvidas entre os residentes locais que a Renamo fora a responsável. Foi também esta a conclusão a que chegaram os repórteres que entrevistaram os feridos e outros residentes.⁴

O incidente de Homoíne, em conjunto com o impacto cumulativo dos relatos de jornalistas, trabalhadores humanitários e diplomatas, sublinhou uma imagem internacional da Renamo como um movimento brutal e implacável. Um relatório realizado em 1988 por um consultor do Departamento de Estado norte-americano com base em entrevistas com refugiados e deslocados, considerou o grupo responsável por 95 por

cento das violações contra civis durante a guerra, incluindo o assassinato de cerca de 100.000 civis.⁵

Um estudo realizado pelas Nações Unidas em 1989 calculou que Moçambique, entre 1980 e 1988, sofreu perdas de aproximadamente 15 bilhões de dólares americanos, cinco vezes e meia o Produto Interno Bruto de 1988. Nos finais de 1988, 978 postos de saúde rurais – quase metade do total do país – tinham sido destruídos ou forçados a encerrar as suas portas devido aos ataques da Renamo. A UNICEF estimou que 494.000 crianças com menos de cinco anos morreram entre 1980 e 1988 devido a causas relacionadas com a guerra, tanto mortes directas como relacionadas com o impacto da guerra ao provocar fomes e doenças.⁶

Apesar do consenso relativamente aos estragos provocados pela guerra e à culpabilidade da Renamo, em Moçambique muitos aspectos da guerra permanecem misteriosos. Testemunhas oculares do ataque de Homóine verificaram que as tropas da Renamo usavam botas e uniformes novos, e funcionários moçambicanos referiram um para-quedas encontrado no mato poucas semanas antes do ataque, assim como outros indícios de abastecimentos recentes a partir da África do Sul. Mas a África do Sul negou o envolvimento e observadores ocidentais alegaram a falta de provas documentais recentes dessa ligação. À medida em que a guerra se desenvolveu, os analistas continuaram a confundir-se sobre a Renamo e os seus motivos. Até que ponto ela continuava a ser, como o fôra claramente até ao início da década de oitenta, um agente das forças especiais secretas da África do Sul? Até que ponto se tinha enraizado como um desenvolvimento patológico da sociedade moçambicana ela própria, alimentado pelas múltiplas fraquezas do Estado pós-colonial? O horror era evidente. Mas as causas, e portanto as responsabilidades, eram esquivas.

Em Angola, o conflito pós-colonial começou mesmo antes da independência. Em Janeiro de 1975, Portugal e três movimentos angolanos acordaram num plano de transição pacífica. Mas a luta, no ano que se seguiu, opôs a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (Unita) ao Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA). Os Estados Unidos, o Zaire e a África do Sul encabeçaram as forças externas agrupadas contra o MPLA, enquanto que Cuba e a União Soviética vieram em apoio deste último.

Em Março de 1976, o MPLA surgiu como governo de uma Angola independente. Nos anos que se seguiram, enquanto que a FNLA perdia

importância, Jonas Savimbi, da Unita, conseguiu apoio para a sua organização por parte da África do Sul e outros países. Angola apoiou os guerrilheiros que procuravam tornar o Sudoeste Africano (Namíbia) independente da África do Sul, enquanto que tropas sul-africanas, com base na Namíbia, se juntavam à Unita nos ataques ao Sul de Angola.

Na segunda metade da década de oitenta, a CIA voltou a unir-se abertamente à África do Sul no reforço da campanha militar da Unita. O envolvimento da África do Sul e de Cuba terminou oficialmente após a implementação dos acordos de 1988 sobre a independência da Namíbia e a retirada das tropas sul-africanas e cubanas de Angola. A Unita e o governo angolano assinaram um acordo de cessar-fogo em Maio de 1991. Em Setembro de 1992, após um cessar-fogo no geral sem incidentes, o MPLA, então no governo, conquistou a maioria no decorrer de eleições consideradas livres e justas pelos observadores internacionais. Mas Savimbi ordenou às suas tropas o regresso à guerra, desencadeando novamente um conflito em larga escala.

As estatísticas da destruição de Angola – mesmo antes do reinício da guerra em finais de 1992 – eram tão terríveis quanto as de Moçambique. As Nações Unidas calcularam que Angola, devido à guerra, sofreu perdas da ordem dos 30 biliões de dólares entre 1980 e 1988, seis vezes o valor do PIB de 1988. A UNICEF calculou que 331.000 crianças morreram de causas directa ou indirectamente relacionadas com a guerra – um número menor do que em Moçambique, mas uma percentagem maior relativamente ao total de população, de 9,7 milhões. A ampla utilização de minas por parte da Unita ajudou Angola a ombrear com o Afeganistão e o Camboja no número de amputados – estimados, por baixo, em mais de 15.000.⁷

Todavia, no caso de Angola não ficou transmitida claramente uma imagem internacional do impacto da guerra em termos humanos, nem das responsabilidades. Foram escassos os relatórios em primeira mão provenientes do interior de Angola que chegaram à imprensa. O massacre de mais de 100 pessoas levado a cabo em Fevereiro de 1986 por guerrilheiros da Unita na aldeia de Camabatela, não chegou, na época, à imprensa internacional.⁸ Os jornalistas e outros ocidentais que visitavam Angola raramente viajavam pelo interior. Aqueles que visitavam as áreas controladas pela Unita quase nunca se desviavam das visitas guiadas que culminavam com uma entrevista ao fotogénico líder da guerrilha, Jonas Savimbi. As imagens da guerra angolana, no Ocidente, eram caricaturas que referiam um governo marxista apoiado por tropas cubanas e atacado

por combatentes guerrilheiros anti-comunistas. Em África, pelo contrário, o envolvimento militar sul-africano ao lado da Unita produzia o quadro de um país africano atacado pelo *apartheid*. Mas mesmo os aliados de Angola recebiam pouca informação directa que permitisse dar uma face humana ao conflito.

Os primeiros relatórios externos baseados na entrevista sistemática de refugiados e deslocados vieram a lume apenas em 1989 e 1991. Jemara Rone, investigadora do Africa Watch, documentou violações importantes de civis, particularmente a deslocação forçada de aldeãos por parte de ambos os contendores. Ela referiu particularmente as estratégias da Unita visando instalar a fome no seio dos civis de áreas controladas pelo governo, por meio de ataques, raptos e colocação de minas nos caminhos utilizados por camponeses. Apesar do apoio étnico que muitos angolanos de língua Umbundu prestavam à Unita, o Africa Watch reportou que muitos civis deste mesmo grupo eram vítimas de ataques da Unita.⁹

Particularmente revelador da lacuna de informação relativamente a Angola foi o tempo que levou até que o mundo tivesse conhecimento das violações dos direitos humanos no seio da Unita. Relatórios posteriores revelaram o assassinato de suspeitos rivais de Savimbi logo em 1979, e um incidente de 1983 presenciado por centenas de testemunhas e presidido por Savimbi, no qual uma família inteira foi queimada até à morte. E, todavia, isto só veio a conhecer-se em 1988, na imprensa portuguesa e em relatórios da Amnistia Internacional, tendo sido confirmado no ano seguinte pelo biógrafo de Savimbi, Fred Bridgland. Finalmente, em Março de 1992, a deserção de dois líderes superiores da Unita levou à confirmação pública que um antigo líder da Unita, Tito Chingunji, tinha sido executado no ano anterior por ordem de Savimbi. Mesmo assim, alguns apoiantes de Savimbi continuaram a negar estas acusações.¹⁰

A guerra angolana foi complicada pela justaposição da campanha de guerrilhas da Unita com batalhas convencionais protagonizadas pelos invasores sul-africanos e por tropas cubanas que reforçavam as forças do governo. No caso de Moçambique, a África do Sul quase nunca reconheceu publicamente a sua intervenção. No caso angolano, a África do Sul reconheceu por vezes a presença de tropas suas mas, na maior parte dos casos, tentou preservar a possibilidade de negar tal facto, usando unidades compostas sobretudo por soldados negros.

Nem em Angola nem em Moçambique se tratou de uma guerra convencional entre Estados. Embora ambos os governos encarassem o

regime minoritário branco de Pretória como o seu inimigo principal, no terreno os combatentes eram sobretudo angolanos e moçambicanos. Mas a designação de 'guerra civil' não deixa de ser de um simplismo enganador. O envolvimento externo, de Pretória e não só, foi demasiado importante para poder ser encarado como secundário. O alinhamento das causas de qualquer guerra é sempre uma tarefa complexa. Nos casos obscuros que se situam entre as guerras convencionais entre Estados e as guerras não-convencionais internas, as dificuldades multiplicam-se. A questão do 'porquê' tem demasiadas respostas, cada uma delas com alguma plausibilidade inicial.

Para alguns, as guerras deveram-se à competição de base étnico-regional ou entre outro tipo de grupos, visando o controlo dos Estados independentes que sucederam ao regime colonial português. A versão crua disto, que encara a hostilidade 'tribal' estereotipada como causa primeira do conflito, não resistirá a um exame minucioso. Mas é verdade que tanto Angola como Moçambique, como Estados modernos, são uma criação do regime colonial. Só parcialmente foram as suas sociedades integradas como nações modernas. Tanto os governos como os insurgentes procuraram apoios além das linhas de base étnica. Porém, a base principal da Unita encontrava-se claramente no seio dos angolanos de língua Umbundu, enquanto que a direcção militar da Renamo era dominada por pessoas de língua Ndau do centro de Moçambique. Além disso, em ambos os países a população da capital e das zonas rurais circundantes encontrava-se representada desproporcionadamente nos cargos governamentais mais elevados. Independentemente de tais factores estarem ou não na raiz do conflito, o que é certo é que eles contribuíram para moldar a sua evolução.

Outras interpretações incidiram sobre a orientação ideológica socialista dos partidos no poder, aos quais se opuseram forças defensoras de outros modelos de sociedade, ou cujos interesses eram contestados pelo novo regime. Entre as pessoas privilegiadas pelo regime colonial incluíam-se não só centenas de milhar de portugueses, a maioria dos quais se transferiu para a África do Sul ou Portugal, mas também números substanciais de mestiços, asiáticos e africanos. A hierarquia católica, invulgarmente conservadora, também se ressentiu da perda de privilégios enquanto igreja do Estado. E havia também outros, desde frequentadores urbanos da igreja a camponeses de orientação tradicional, que aplaudiram a independência mas que eram indiferentes ou hostis aos ambiciosos planos de construção do socialismo. A insistência neste

ponto, por parte dos opositores como dos defensores dos regimes, sublinhou as fontes internas do conflito. Sob esta lógica, mesmo o envolvimento externo foi originado, correctamente ou não, como reacção às políticas revolucionárias adoptadas pela Frelimo e pelo MPLA.

Porém, a maioria dos analistas reconhece que os actores externos reagem não só aos acontecimentos no interior de Angola e Moçambique, mas também no quadro do equilíbrio de forças regional e global. Nem a lógica nem o âmbito da intervenção externa podem derivar directamente da orientação interna ou, mesmo, das políticas externas bilaterais de Luanda e Maputo.

Será que se não tivesse havido intervenção da África do Sul e de outras forças externas, as tensões em torno da unidade nacional ou de questões ideológicas internas teriam produzido, só por si, as guerras da década de oitenta? Esta hipotética questão, tão importante quão difícil de responder, constitui um dos tópicos fundamentais deste estudo. Qualquer que seja a resposta, o que é facto é que a intervenção externa teve efeitos decisivos quer em Angola quer em Moçambique.

Quer queiramos ou não, ambos os países estiveram na linha da frente da campanha para libertar a África do regime minoritário branco. Tal como a África do Sul e a Rodésia, Portugal resistiu às exigências de independência africana e de regime de maioria na década de sessenta. Quando o regime colonial português desabou, após uma década e meia de guerra, o regime minoritário branco permaneceu intacto na Rodésia. A África do Sul continuou a defender o *apartheid* tanto no seu território como na sua colónia do Sudoeste Africano (Namíbia). O apoio à libertação desses territórios não se confinou aos radicais ideológicos: foi questão que mereceu consenso dos Estados africanos e perspectiva maioritária também nas Nações Unidas. Ao apoiar os movimentos de libertação do Zimbabwe, Namíbia e África do Sul, os Estados africanos sabiam que corriam o risco da retaliação dos regimes brancos. Neste aspecto, Moçambique e Angola receberam mais do que o seu quinhão.

É um facto que a Renamo foi fundada pela *Central Intelligence Organization* da Rodésia e transformada sob supervisão directa dos serviços de informações militares da África do Sul, no início da década de oitenta, de pequeno grupo em potente máquina militar. Embora os analistas não estejam de acordo quanto aos factores do seu subsequente alastramento e persistência, existe acordo quanto ao papel externo decisivo nas suas origens.

O conflito angolano, pelo contrário, estava já em desenvolvimento antes da intervenção das forças sul-africanas em Agosto de 1975. Mas Pretória viria a desempenhar um papel directo e indirecto na luta em Angola nos quinze anos que se seguiram. Será que sem o envolvimento sul-africano a Unita teria abandonado a guerrilha e estabelecido a paz com o governo angolano, tal como o fez a maioria dos partidários da FNLA, a terceira força nas batalhas da altura da independência?

A resposta a esta questão requer a consideração não só do peso relativo dos factores internos e do envolvimento sul-africano mas, também, de outra fonte externa do conflito. Uma vez que os Estados Unidos optaram, em Janeiro de 1975, pela intervenção, no que foram seguidos pela União Soviética, Angola tornou-se um foco da competição entre as super-potências. Foi o governo americano que instou a África do Sul a enviar as suas tropas em 1975, e que manteve a campanha de guerrilhas da Unita após a independência da Namíbia em 1990, altura em que os abastecimentos sul-africanos diminuíram. A presença de tropas cubanas em Angola evocou o forte antagonismo entre os círculos políticos de Havana e Washington. Talvez Angola não tivesse conseguido a paz mesmo sem a hostilidade incessante de Washington e o envolvimento militar da União Soviética e de Cuba. Mas sem dúvida que estes factores tiveram efeitos significativos no carácter e duração do conflito.

Embora os partidários da Renamo em Washington não tivessem conseguido inscrever o grupo na lista das insurgências aprovadas pela doutrina Reagan, a guerra de Moçambique não deixou de ser significativamente influenciada pelas políticas da Guerra Fria. A proximidade de Reagan com Pretória, enquanto seu aliado na Guerra Fria, encorajou o assalto levado a cabo pela linha dura sul-africana contra os seus vizinhos, particularmente aqueles que eram encarados como ideologicamente suspeitos. Mesmo depois de Moçambique ter ganho o apoio do Ocidente e conseguido isolar diplomaticamente a Renamo, grupos de extrema-direita europeus e americanos continuaram a defender a causa da Renamo como parte da sua cruzada anti-comunista global.

Todos estes factores acima enunciados contribuíram de alguma maneira para o conflito em Angola e Moçambique. Mas quais foram os mais importantes e como será que eles se inter-relacionam? Em que medida é que todo este sofrimento resultou da estratégia total do *apartheid* ou da doutrina Reagan, em que medida foi resultado de

esforços revolucionários mal concebidos, ou de outros conflitos escondidos em roupagens ideológicas?

As respostas a estas complexas questões relacionam-se não só com o passado mas, também, com o futuro. Interpretar estes anos de trauma é sobretudo uma assunto reservado a moçambicanos e angolanos eles próprios. Mas a relevância destas questões é também mais vasta dado que Moçambique e Angola, na África Austral, tal como a Nicarágua na América Central, tiveram e têm um poder simbólico tanto para amigos como para inimigos, em todo o mundo. E embora a doutrina Reagan possa ter desaparecido com o fim da Guerra Fria, é provável que, na era do pós-Guerra Fria, continuem a ser tão ou mais frequentes os conflitos não-convencionais resultantes de uma mistura de factores nacionais e internacionais.

Apreender correctamente a história requer que se façam julgamentos sobre a importância relativa dos diferentes factores em presença. Apesar da dificuldade em obter respostas definitivas, tais julgamentos estão implícitos em todas as interpretações, por mais casuais que sejam. As frases-chave das notícias dos jornais referem rivalidades étnicas em Angola, ou descontentamento dos camponeses em Moçambique, como causas fundamentais do conflito. A intervenção sul-africana aparece, quer como virtualmente causa única ou como mero factor negativo accidental. Os estudos especializados sobre estes conflitos tendem a incidir num aspecto particular, tal como as movimentações diplomáticas ou a forma da guerra numa zona rural específica, excluindo frequentemente outros aspectos importantes.

As respostas são importantes tanto em termos políticos e morais como, também, académicos. Tal como acontece em qualquer conflito, a atribuição de culpas é mais do que a suficiente para todas as partes envolvidas. Mas embora não haja, talvez, inocentes, alguns devem ser mais responsabilizados do que outros. No interior de Angola e Moçambique, os que estiveram envolvidos terão que arcar com as consequências. A necessidade de reconciliação implica a vontade de perdoar, mas a compreensão daquilo que aconteceu continuará a ser um tema fundamental da vida nacional. Em outros lugares, como na vizinha África do Sul, a tendência actual é para relegar o que aconteceu para a obscuridade. Não surpreende que os políticos de Pretória, Washington ou Moscovo tenham pouco tempo para pensar em africanos mortos nas zonas rurais de Angola e Moçambique. Mas a honestidade exige um exame mais cuidadoso.

A perspectiva comparativa deste estudo é concebida, também, para isolar factores, e padrões de interacção entre diferentes factores, que se possam aplicar também a outros conflitos. Os outros conflitos da vigência da doutrina Reagan da década de oitenta, tais como a Nicarágua, o Afeganistão e o Camboja, partilham uma conjugação complexa de causas nacionais, regionais e globais, no que têm muitos pontos de comparação com Angola e Moçambique. Em termos mais gerais, os casos angolano e moçambicano sugerem hipóteses aplicáveis a outros 'conflitos de baixa intensidade', quer da Guerra Fria quer deste período emergente da nova desordem mundial. A falta de espaço impede que sejam tidos em conta outros casos neste livro. Porém, a possibilidade de comparações mais amplas é discutida sobretudo nos Capítulos 3 e 11, e está implícita no método adoptado em todo o livro.

O livro começa por uma perspectiva cronológica geral. O Capítulo 1, que inclui uma breve resenha do quadro anterior à independência, descreve a história até 1980. O Capítulo 2 prossegue com os períodos de conflito mais intenso e de estabelecimento da paz. Esta parte procura servir de introdução ao leitor não familiarizado com os dois casos. Mas reflecte igualmente a minha convicção de que a cronologia é essencial para a compreensão da causalidade. As dinâmicas do início de uma guerra não são necessariamente as mesmas que os factores que a fazem prosseguir, ou os processos actuates após anos de conflito. O quadro cronológico é, portanto, fundamental para o posterior exame temático de diferentes aspectos.

O Capítulo 3 estabelece questões teóricas e metodológicas relevantes para a investigação da causalidade em conflitos não-convencionais como os de Angola e Moçambique. O Capítulo 4 examina os factores de base que podem ter produzido o conflito, independentemente das políticas dos governos do pós-independência ou da intervenção externa. O Capítulo 5 incide nas políticas e impacto da África do Sul e outras potências regionais, enquanto que o Capítulo 6 se debruça sobre a geopolítica e, em particular, sobre as políticas da Guerra Fria de Washington. Os Capítulos 7 e 8 examinam como é que os exércitos da Renamo e da Unita funcionaram na prática.

Os Capítulos 9 e 10 dedicam-se ao impacto das políticas e práticas dos Estados pós-coloniais na criação, alimentação e agravamento dos conflitos. O Capítulo 11 resume os resultados e reflecte sobre o significado geral das experiências angolana e moçambicana.

Notas

¹ Estou inteiramente convicto de que este estudo analítico não transmite a realidade humana deste trauma. Os leitores com experiência pessoal de Angola e Moçambique preencherão esta lacuna através do recurso às suas próprias lembranças. Os outros deveriam tentar ver um ou mais documentários filmados que incluem depoimentos pessoais; entre os melhores encontram-se, de Anders Nilsson, *Killing a Dream* (1986), sobre Moçambique; de Toni Strasburg, *Destructive Engagement* (1987) e *Chain of Tears* (1989), ambos sobre a região; e de Ole Gjerstad, *Riding Out the Storm* (1989), sobre Moçambique. As estatísticas encontram-se citadas em diversas fontes, que constam da listagem na nota 6. Sobre Moçambique, de entre a profusão de publicações de jornalistas e organizações não-governamentais podem destacar-se, de Lina Magaia, *Dumba Nengue* (1988), e Boothby, Sultan e Upton (1991). Sobre Angola o material é bastante mais escasso, mas Kapuscinski (1987) retrata vividamente a atmosfera de 1975-76. Sogge retrata os estragos acumulados antes do retorno à guerra, após as eleições de 1992.

² *Time*, 3 de Agosto de 1987.

³ Telegrama de Maputo para Washington, 29 de Julho de 1987. O comunicado de imprensa da Renamo, do seu representante em Washington, é datado de 29 de Julho. A afirmação do Senador Helms foi noticiada pela Reuters em 24 de Julho.

⁴ Declaração de Mark Von Koevering, Washington DC, 28 de Outubro de 1987. Entre os jornalistas que citaram relatos de sobreviventes encontram-se Larry Olmstead (*Detroit Free Press*, 3 de Agosto), e John Battersby (*New York Times*, 25 de Julho). Em Setembro, um combatente da Renamo capturado, Simião Laquene, disse em conferência de imprensa em Maputo que se encontrava na base quando a operação foi planeada (*AIM Bulletin*, Outubro de 1987). Investigadores da Africa Watch referiram mais relatos de testemunhas oculares a partir de entrevistas realizadas em 1990 e 1991 (Africa Watch, *Conspicuous Destruction* (1992), 50-52).

⁵ Gersony (1988).

⁶ Ver Noormahomed e Cliff (1990); UNICEF (1989); United Nations Inter-Agency Task Force, *Africa Recovery Programme* (1989). Também Johnson e Martin, *Apartheid Terrorism* (1989).

⁷ *Ibid.* Especificamente sobre minas ver Africa Watch, *Land Mines in Angola* (1993); Human Rights Watch e Physicians for Human Rights, *Landmines: A Deadly Legacy* (1993). As estimativas actuais colocam Angola em segundo lugar, a seguir ao Camboja, em termos de proporção de amputados devido às minas.

⁸ O incidente veio finalmente a lume no *Washington Post*, cinco meses mais tarde (29 de Julho de 1986), quando o repórter David Ottaway visitou a aldeia e recolheu numerosos relatos de testemunhas oculares.

⁹ Africa Watch, *Angola* (1989), baseou-se em entrevistas com refugiados no Zaire. Africa Watch, *Angola* (1991) baseou-se em entrevistas no interior de Angola.

¹⁰ Os artigos iniciais surgiram no *Expresso* (Lisboa, 30 de Abril e 11 de Maio de 1988, e no *África* (Lisboa, 11 de Maio de 1988). Entre outros artigos sobre este tópico, William Minter (*Atlanta Constitution*, 20 de Junho de 1988); *Africa News*, 6 de Fevereiro de 1989; Fred Bridgland (*Sunday Telegraph*, 12 de Março de 1989); Craig Whitney e Jill Jolliffe (*New York Times*, 11 de Março de 1989); Comunicado de imprensa da Amnistia Internacional, 23 de Março de 1989; Leon Dash (*Washington Post*, 30 de Setembro de 1990); Fred Bridgland (*Washington Post*, 29 de Março de 1992); entrevista com Nzau Puna em *Domingo* (Maputo, 10 de Maio de 1992).

DA ORDEM COLONIAL À LIBERTAÇÃO

7 de Setembro de 1974: em Moçambique, colonos brancos exaltados ocupam a estação nacional de rádio protestando contra o facto de Portugal ter concordado com a independência, decorridos dez anos de guerra. Ao grupo FICO e a ex-comandos auto-apelidados de 'Dragões da Morte' juntam-se uma mão-cheia de negros opostos à Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), que lutara pela libertação do país. Os manifestantes afirmam querer também um Moçambique independente, só que sem ser governado pela Frelimo. Mas a bandeira que empunham é a de Portugal.

Os rebeldes libertam membros da antiga polícia política que entretanto haviam sido presos. Vigilantes brancos circulam pelos subúrbios africanos, disparando contra civis negros. Em algumas zonas os negros retaliaam com paus e catanas. Colonos que haviam partido para a Rodésia e para a África do Sul começam a regressar a fim de apoiar a rebelião. Segundo números oficiais, nos dias que se seguiram morreram catorze brancos e setenta e sete negros. Segundo rumores, houve centenas ou, mesmo, mais de um milhar de mortos.¹

Uma semana mais tarde o presidente português, general António de Spínola, convocava um encontro secreto em Cabo Verde para discutir a situação de Angola com o presidente do Zaire, Mobuto Sese Seko. Mobuto, tal como Spínola, queria excluir o Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA), de Agostinho Neto, do poder no cenário de uma Angola independente. O seu plano era o de formar uma coligação de adversários de Neto, incluindo o seu protegido angolano Holden Roberto, da Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), Jonas Savimbi, da União Nacional para a Independência Total de Angola (Unita), e Daniel Chipenda, um dissidente do grupo de Neto.

Em Portugal, os planos de Spínola eram contestados por esquerdistas e centristas. O general, escolhido para chefiar o novo governo após o golpe militar de Abril contra a ditadura portuguesa, havia criticado as guerras coloniais. Mas queria preservar o que fosse possível do velho sistema. Tendo concedido a independência à Guiné-Bissau e Moçambique segundo os termos ditados pelos movimentos de libertação, ele tentava agora manter uma forte presença portuguesa em Angola, a mais rica de todas as colónias e a que tinha um significado simbólico mais profundo para a identidade imperial de Portugal. Para a cimeira com Mobutu não foram convidados nem o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Mário Soares, um socialista moderado, nem o esquerdista almirante Rosa Coutinho, governador de Portugal em Angola.²

A revolta direitista em Moçambique durou apenas quatro dias, o tempo que levou as tropas portuguesas a restaurarem a ordem com a ajuda de soldados da Frelimo, entretanto chegados. A África do Sul não chegou a intervir, facto que condenou os rebeldes ao fracasso. A 20 de Setembro, Joaquim Chissano, da Frelimo, assumiu o cargo de chefe do Governo de Transição que viria a conduzir o país até à independência, em Junho seguinte. Os esforços de Spínola para controlar o processo em Angola também fracassaram. Apesar da sua tentativa para isolar a esquerda em Lisboa, Spínola foi forçado a resignar a 30 de Setembro. A política de Portugal em relação a Angola passou a incluir Neto, Roberto e Savimbi, tendo-se conseguido estabelecer uma unidade momentânea. Em Janeiro de 1975, o Acordo de Alvor estabelecia um governo de coligação e marcava a independência para Novembro.

Estes breves episódios entre o golpe português de Abril de 1974 e a independência de Moçambique e Angola no ano seguinte, não atraíram ainda a minuciosa atenção dos historiadores. Todavia, eles encerram diversas características que prefiguram já as guerras que se aproximavam.

Os opositores da Frelimo que assaltaram a rádio não tinham líderes que se distinguissem nem estavam unidos em torno de uma plataforma política. A sua sorte dependia das decisões de Pretória, situação que reflectia a relação umbilical de Moçambique com a África do Sul. Mesmo assim, a sua acção teve efeitos insuspeitados. A polarização por eles provocada acelerou o êxodo de milhares de colonos brancos, cujos conhecimentos se afiguravam vitais para o futuro da economia, e

reforçou a convicção da Frelimo de que os seus opositores não passavam de traidores ligados ao velho regime colonial e aos vizinhos regimes de minoria branca.

O drama angolano revelou um conjunto mais complexo de contendedores internos e potências externas. O plano de Spínola veio a tomar forma sem a participação dele próprio, à medida que Washington engendrava uma coligação anti-MPLA. Apesar da África do Sul ter ofuscado o Zaire enquanto patrocinador da guerra em Angola, os patronos de Mobutu em Washington conseguiram manter a coligação anti-MPLA em actividade, apesar de muitas vicissitudes. O partido de Neto, que venceu a luta para governar uma Angola independente, passou a ser alvo de repetidas conspirações e ataques, tanto a partir do Norte como do Sul.

As guerras que assolaram Angola e Moçambique após a independência, em finais da década de setenta, e os destruíram na década de oitenta, não foram certamente uma mera decorrência do passado. Mas sem dúvida que a forma assumida pelo conflito foi decisivamente influenciada pela história. Por isso este livro deve começar por abordar, ainda que brevemente, o surgimento e queda do regime colonial.

Até ao momento da vitória

A presença portuguesa nos territórios que hoje constituem Moçambique e Angola data das primeiras viagens e estabelecimentos costeiros dos séculos XV e XVI. Mas a referência que costuma ser feita a mais de quatro séculos de colonialismo português é enganadora. Antes de finais do século XIX o regime colonial confinava-se apenas a alguns enclaves. Por alturas da independência, em 1975, a dominação portuguesa tinha, no máximo, menos de um século, coincidindo com a ocupação europeia do interior de África pela Inglaterra, França, Bélgica e Alemanha.

Na costa oriental, Portugal reclamava uma longa faixa costeira que se estendia por cerca de 2.500 quilómetros desde a colónia alemã (mais tarde britânica) do Tanganhica, no Norte, até à África do Sul e Swazilândia sob controlo britânico, no Sul. Mais para o interior, Moçambique fazia fronteira com os territórios britânicos da Rodésia do Sul, Rodésia do Norte e Niassalândia. No início do nosso século a maior parte deste território havia já sido conquistada. Os chefes de Gaza, no Sul, foram finalmente derrotados em 1897. Mas a conquista só chegou ao seu

termo em finais da Primeira Guerra Mundial. Uma revolta generalizada na Zambézia só veio a ser esmagada em finais de 1918.

O Moçambique governado pelos portugueses tinha uma população de aproximadamente 10.000 brancos, 12.000 mestiços e quase 3 milhões de africanos, segundo estimativas publicadas em 1920. Sendo a menos desenvolvida das potências coloniais, Portugal não tinha capacidade para administrar, e muito menos para desenvolver o território. A partir de 1890 grandes porções do território foram entregues a companhias concessionárias financiadas por capital estrangeiro, sobretudo britânico.

A dependência de Moçambique em relação a outras potências europeias reflectia-se igualmente nas ligações de transportes e nos fluxos de força de trabalho para os territórios vizinhos. Antes da chegada das potências coloniais, línguas comuns tinham aproximado os povos do Sul de Moçambique à África do Sul, do centro de Moçambique à Rodésia, e do Norte de Moçambique à África central e oriental. As relações económicas forjadas sob o colonialismo reforçaram estes eixos entre o ocidente e o oriente, negligenciando as ligações entre o Norte e o Sul moçambicanos.

A ligação sul-africana tornou o Sul de Moçambique não só economicamente dependente da economia mineira do Transvaal como, também, a zona mais desenvolvida no interior de Moçambique. Portugal fornecia trabalhadores migrantes para as minas enquanto que a África do Sul canalizava o seu comércio pelo porto de Lourenço Marques e remetia parte dos salários dos mineiros para Moçambique, em divisas.

No centro de Moçambique, a Beira servia de porto da Rodésia do Sul. Emigrantes moçambicanos atravessavam também a fronteira para trabalhar nas minas e propriedades agrícolas de brancos, embora em menor número do que no caso da emigração para a África do Sul. Ainda mais a Norte, e numa base menos organizada, os moçambicanos emigravam à procura de trabalho na Niassalândia, Tanganhica e, mesmo, Zanzibar e Quénia. Era agudo o contraste entre as oportunidades económicas disponíveis no território sob dominação colonial portuguesa e nos países vizinhos.

Na maior parte das zonas a maioria continuava a fazer depender a sua subsistência da agricultura de pequena escala. A sua participação na economia colonial limitava-se ao trabalho forçado ocasional nas estradas, nas plantações portuguesas ou, mais tarde, ao cultivo forçado

de algodão e outras culturas que alimentavam a indústria portuguesa. O colonialismo português não foi o único a obrigar a força de trabalho a servir a economia europeia. Porém, o seu subdesenvolvimento relativo fez com que os incentivos do mercado fossem menos significativos e a força se tornasse um método mais preponderante do que no caso dos territórios britânicos vizinhos.

Segundo a teoria colonial portuguesa, os indígenas africanos podiam libertar-se do trabalho forçado através da assimilação à cultura portuguesa, que os tornaria de facto portugueses. Apenas um pequeno número conseguiu satisfazer os requisitos, em termos de rendimentos, educação e estilo de vida, de forma a ganhar o estatuto de *assimilado*. Outros, mesmo se não assimilados, foram incorporados na ordem colonial passando a auferir vantagens relativas em relação aos outros moçambicanos: entre eles, chefes utilizados na administração, capatazes de plantações, professores de escolas de missões, ou trabalhadores semi-especializados dos portos e da administração.

Em meados do século a ordem colonial, embora atrasada, parecia estável. O regime de Salazar, no poder em Portugal desde finais da década de vinte, havia edificado um império português mais integrado, expandindo o cultivo forçado e encorajando o estabelecimento de colonos portugueses. A população branca de Moçambique cresceu de cerca de 18.000 em 1930, para perto de 85.000 em 1960. A ideologia corporativa de Salazar excluía as perigosas idéias democráticas e liberais, tanto no Portugal continental como em África. Segundo a teoria, a independência nem sequer era uma questão porque as colónias eram parte integrante de Portugal. Antes de 1960 não eram particularmente evidentes, em Moçambique, situações como a do protesto africano da África do Sul ou o entusiasmo nacionalista de outras colónias africanas.

Porém, até a elite *assimilada*, que até certo ponto assumiu o modelo português de cultura e política, rejeitava as implicações de superioridade racial branca nele contidas. Ela também reagiu contra a competição representada pelo fluxo crescente de imigrantes brancos, legalmente considerados como 'civilizados', mesmo se analfabetos. A discriminação favorecia os brancos oriundos de Portugal, não só em relação aos africanos mas, também, aos mestiços e, mesmo, aos brancos nascidos localmente.

O nacionalismo moçambicano começou por surgir entre aqueles que tinham alguma educação, quer fossem ou não oficialmente *assimilados*.

Os números não eram grandes – em finais dos anos cinquenta, não havia provavelmente mais de alguns milhares de africanos e um número um pouco maior de mestiços com mais de quatro anos de escolaridade. A maior concentração de moçambicanos instruídos localizava-se perto da capital, no Sul, onde Portugal havia permitido o estabelecimento de missões protestantes norte-americanas e suíças. A Beira e o vale do Zambeze eram outras zonas de concentração.⁴

Os indivíduos e grupos que se uniram em Junho de 1962 para formar a Frelimo reflectiam essas origens diversas. O congresso fundador reuniu-se em Dar es Salaam, Tanganhica – mais tarde Tanzania – que acabava de conseguir a sua independência da Grã-Bretanha. Os líderes da Frelimo beneficiavam do exemplo das lutas vitoriosas pela independência em outras colónias britânicas de África. O primeiro presidente do movimento, Eduardo Mondlane, havia servido no secretariado da Organização das Nações Unidas, na supervisão dos referenduns de independência na África Ocidental. O contraste com a recusa de Portugal de, mesmo, sequer considerar a independência, era gritante. Tornava-se claro que a via para a independência de Moçambique teria que passar pela guerra.

Em Setembro de 1964, guerrilheiros da Frelimo desencadearam ataques no Norte de Moçambique, dando início à 'luta armada'. Foi sobretudo o facto da liderança inequívoca da Frelimo nesta guerra de libertação nacional que posicionou o movimento como sucessor natural do Estado colonial português quando este entrou em colapso, uma década mais tarde. A Tanzania e, mais tarde, a Zâmbia, proporcionaram as bases da diplomacia e da guerra de guerrilhas no interior de Moçambique. A actividade insidiosa da polícia secreta portuguesa, explorando as divisões internas, culminou com o assassinato de Eduardo Mondlane, presidente da Frelimo, no início de 1969. Mas a direcção agrupada em torno do comandante guerrilheiro Samora Machel mostrou-se notavelmente coesa. Embora organizações rivais anunciassem, de tempos a tempos, a sua existência em diversas capitais africanas, nenhuma chegou a obter suficiente credibilidade. Os rivais individuais da liderança da Frelimo ou desertaram para os portugueses ou se diluíram na obscuridade do exílio.

A Frelimo procurou criar uma ampla base de apoio internacional. Evitou defender uma das partes no conflito sino-soviético e conseguiu apoios militares quer da China quer da União Soviética. No Ocidente,

organizações religiosas e os países nórdicos forneceram apoio aos programas de saúde e educação da Frelimo. Mas os esforços para estabelecer laços com outros governos ocidentais ou organizações de relevo foram contrariados pelos interesses manifestos que ligavam o bloco ocidental a Lisboa.

Este padrão de ajuda internacional, em conjunto com o efeito radicalizador da guerra de guerrilha, fortaleceram as ideias marxistas no seio da direcção da Frelimo. A perspectiva crescente, no seio do movimento, salientava a dedicação colectiva e a mobilização do povo em torno da justiça social, assim como da independência nacional. Aqueles que se opuseram a Mondlane e Machel foram encarados como opositores ao processo revolucionário, que pretendiam apenas privilégios individuais, a divisão tribalista e racista e o reconhecimento por parte das autoridades coloniais.

A repressão portuguesa inviabilizou a acção política aberta, e portanto as actividades da Frelimo eram desenvolvidas no exílio, em zonas de operações da guerrilha e em células clandestinas dispersas. A guerra abriu 'zonas libertadas' no Norte, em Cabo Delgado, Niassa e Tete. Nelas o movimento criou uma administração, serviços de saúde e escolas. Por volta de 1973, as forças da Frelimo mantinham e exército português sob grande pressão nessas áreas e em outras províncias. O golpe português de Abril de 1974 deu mais liberdade de operação aos apoiantes clandestinos da Frelimo. O movimento recebeu uma onda de entusiasmo e aplauso pela derrota do colonialismo.

Apesar de tudo, foi pequeno o impacto da guerra de libertação na maioria das regiões de Moçambique, incluindo as cidades. Quando, em Setembro, foi assinado o acordo da independência, as estruturas organizacionais do movimento em todo o país eram, no melhor dos casos, rudimentares. Neste período, a Frelimo confiou a organização local a grupos dinamizadores. Estes eram comités de membros ou simpatizantes da Frelimo criados de forma *ad hoc* a nível de residência ou local de trabalho. Embora recebessem orientações da direcção nacional, os seus membros iam desde apoiantes de longa data a novos entusiastas animados pela exaltação ou pela sensação de que podiam tirar proveito da nova situação. As suas actividades iam desde a organização política às campanhas de alfabetização e programas culturais. À medida que as autoridades portuguesas se retiravam e os colonos partiam, abandonando ou sabotando as suas propriedades agrícolas e lojas, os grupos

dinamizadores locais eram frequentemente chamados para recolher os cacos.

Um mês antes da independência o Presidente da Frelimo, Samora Machel, deixou a Tanzania para uma viagem triunfal através de Moçambique, de Norte a Sul. No dia da independência, 25 de Junho, grupos de dançarinos de todas as dez províncias actuaram perante multidões em festa, em Lourenço Marques e em cada uma das capitais provinciais, num acto que simbolizava a unidade nacional. A constituição prometia o poder popular sob autoridade da Frelimo, a solidariedade com os movimentos de libertação nacional, e um esforço para eliminar o subdesenvolvimento e a exploração. Poucos esperavam que tais ambições fossem fáceis de concretizar mas a maioria estava optimista. A esperança constituía a nota dominante, não só em relação àquele dia mas também em relação aos anos que se iriam seguir.

Tal como em Moçambique, os portugueses só concluíram a sua conquista de Angola nos últimos 100 anos. Mesmo áreas já anteriormente conquistadas voltavam a experimentar revoltas sucessivas até à segunda década deste século, desde a zona do Congo, a Norte, através do interior de Luanda e do planalto Umbundu, até às regiões do Ovambo, fronteiras ao Sudoeste Africano alemão (Namíbia). O interior longínquo, que fazia fronteira com os territórios belga e britânico, acabou também por ser finalmente 'pacificado' no mesmo período.⁵

Ao contrário de Moçambique, algumas zonas de Angola permaneceram de forma mais consistente sob ocupação portuguesa. Luanda foi um estabelecimento controlado quase ininterruptamente pelos portugueses durante quatro séculos, desde 1576 até à independência, e Benguela também, embora durante umas décadas menos. O interior próximo dessas cidades, assim como o reino do Congo a Norte, eram marcados por laços íntimos com o império português. As famílias africanas e mulatas desses estabelecimentos costeiros eram simultaneamente parte dos mundos culturais do Atlântico e africano.

O comércio de escravos constituía a base central desta ligação. Mais firme e alargado do que o da costa moçambicana, o comércio do Atlântico moldou uma economia de violência. Ao longo de uma fronteira instável, algumas sociedades africanas foram devastadas pelas guerras suscitadas pelo comércio, enquanto que outras conseguiram, por vezes, escapar aos seus piores efeitos e, mesmo, obter algum proveito para si próprias. Mesmo populações do interior, com pouco contacto directo

com os portugueses, vieram a ser afectadas.

A Angola do século XX também diferia de Moçambique no lugar ocupado nas economias regional e mundial. Enquanto que Moçambique se inseria nitidamente na lógica da África Austral dominada pela África do Sul e pela Grã-Bretanha, os laços regionais de Angola eram mais fracos e diversificados. Por volta de 1920, Angola estava ligada ao complexo mineiro da África Central através do caminho de ferro de Benguela, que servia a zona produtora de cobre do interior do Congo Belga e da Rodésia do Norte. Alguns trabalhadores angolanos iam também para a África do Sul. Mas Angola estava também virada para Norte, para a África de língua francesa; os seus laços económicos mais importantes ligavam-na a Portugal e outras potências atlânticas.

Após a Segunda Guerra Mundial, os laços de Angola com a Europa e a América do Norte tornaram-se ainda mais fortes. Nas décadas de cinquenta e sessenta, o café, cultivado sobretudo em propriedades agrícolas de colonos portugueses, tornou-se o principal produto de exportação. O número de portugueses saltou de 44.000 em 1940, para quase 300.000 em 1970, correspondendo a cerca de 5% da população total (Moçambique tinha apenas 2%). O investimento no novo sector petrolífero, iniciado nos anos sessenta, veio a dominar a economia de exportação, atraindo companhias americanas e francesas. Finalmente, a crise do Congo de inícios da década de sessenta transformou a região num foco de rivalidade entre as superpotências. Angola situava-se, pois, numa zona de fractura entre a África Central e a África Austral, vulnerável aos abalos geo-políticos em qualquer das direcções.

O sistema colonial de Angola era semelhante ao de Moçambique. Todavia, um peso maior da colonização portuguesa e um padrão diferente de interacção com os países vizinhos ajudaram a determinar uma evolução distinta. Em comparação com os de Moçambique, os nacionalistas angolanos tinham uma herança histórica mais complexa e bases estruturais de divisão mais profundas.

A tradição de resistência angolana tinha em Luanda, a capital, raízes profundas. O relativamente grande número de assimilados africanos e mulatos forneceu o contexto de um jornalismo de protesto no século XIX, que criticava o colonialismo português e a forma como mesmo os africanos mais instruídos eram preteridos em favor dos novos colonos portugueses. Tal como em outros contextos coloniais, a maioria dos africanos de educação ocidental aceitava certos aspectos do sistema

colonial. Mas os nacionalistas angolanos das décadas de cinquenta e sessenta ligavam-se a uma tradição literária que sublinhava a identidade e o protesto angolanos. Não é por acaso que o primeiro presidente de Angola, Agostinho Neto, foi também um poeta de renome.

O MPLA, conduzido por Agostinho Neto, cresceu neste meio de Luanda, constituindo-se como organização clandestina em finais de 1956. Perseguidos pela repressão policial, com líderes importantes na prisão ou no exílio, apoiantes do MPLA desencadearam um assalto armado às prisões políticas em Fevereiro de 1961. Em resposta, vigilantes brancos assassinaram centenas de africanos nos subúrbios da cidade. No mês seguinte irrompeu um conflito ainda mais sangrento no Norte de Angola. Rebeldes ligados à União dos Povos de Angola (UPA) assassinaram centenas de colonos brancos nas plantações de café da zona, perseguindo igualmente mulatos e africanos de outras regiões de Angola. Os portugueses retaliaram por meio de vigilantes e tropas, infligindo baixas estimadas em 50.000 pessoas.

A guerra da independência de Angola explodiu assim subitamente. Apanhou de surpresa tanto as autoridades coloniais como os líderes nacionalistas. As divisões patentes na rebelião inicial persistiram ao longo dos treze anos de luta contra os portugueses – e mesmo para além deles.⁶

A UPA havia sido formada em 1957, no Congo Belga, como União dos Povos do Norte de Angola. Chefiada por Holden Roberto, beneficiava de apoios sobretudo no Norte de Angola, nas regiões de língua Kikongo, e entre exilados no antigo Congo Belga. No início da década de sessenta, a UPA também recrutou estudantes exilados oriundos de outras zonas de Angola, incluindo Jonas Savimbi e colegas seus do planalto central. O sentimento comum era, aqui, de suspeita em relação às correntes nacionalistas de Luanda, incorporadas no exílio pelo MPLA.

Para os moçambicanos a Tanzânia significava um refúgio hospitaleiro onde podiam edificar a sua unidade. Os angolanos enfrentavam maiores problemas e a maioria encontrou exílio no Congo, um país imerso ele próprio num conflito interno e primeiro palco de confronto da Guerra Fria em África. Em finais de 1963 o MPLA tinha já deixado completamente o Congo (Kinshasa) e estabelecido a sua sede do outro lado do rio, no antigo Congo francês (Brazaville). O Congo (Kinshasa) era governado por líderes instalados pela CIA, e o movimento de

Holden Roberto, que passou a ser designado de Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), era também nesta altura subsidiado pela CIA. Os EUA procuravam erguer barreiras contra o radicalismo de tipo soviético, isolando em particular o MPLA.

A falta de unidade e as manobras geo-políticas comprometeram assim as perspectivas de uma ofensiva guerrilheira consistente contra o regime português. A FNLA prosseguiu com a sua acção nas áreas setentrionais, tal como o fizeram as bolsas de guerrilha do MPLA, a Nordeste de Luanda. O MPLA abriu uma frente em Cabinda, a partir da sua base de Brazaville. A independência da Zâmbia permitiu ao MPLA abrir uma frente no Leste, em 1966, que durante alguns anos se transformou na ameaça militar mais séria contra os portugueses em Angola.

Mas o Leste estava igualmente dividido. Jonas Savimbi rompeu com a FNLA em 1964 para fundar, dois anos mais tarde, a União Nacional para a Independência Total de Angola (Unita), fazendo apêlo sobretudo às populações de língua Umbundu e outras do Sul e Leste de Angola. Instalou uma pequena operação de guerrilha nesta última região, a mesma onde actuava o MPLA. A Unita não conseguiu obter apoio aberto dos Estados africanos mas jactou-se de alguma auto-sustentação e adoptou uma retórica maoísta. Por volta de 1971, Savimbi e os portugueses acordaram secretamente em concentrar os seus esforços militares contra o MPLA. Quando ocorreu o golpe militar português, em 1974, o MPLA enfrentava também lutas internas exacerbadas pelas dificuldades da guerra de guerrilhas e da coordenação entre os líderes exilados dispersos por várias capitais africanas.

O cenário que se seguiu, em 1974-76, foi consequência quer da herança de divisões angolana quer da dinâmica da Guerra Fria que anteriormente incidira sobre o Congo. Em Janeiro de 1974, os três movimentos e Portugal assinaram um acordo em Alvor, Portugal, que previa um governo de transição e a realização de eleições conducentes à independência, em Novembro de 1975. Mas o acordo só poderia ter funcionado se todos as partes, tanto angolanos como os seus aliados externos, tivessem concordado em partilhar o poder e em edificar uma confiança mútua, ou se alguma força externa tivesse sido suficientemente neutral e poderosa para manter a competição dentro de limites pacíficos. Nenhuma destas condições se estabeleceu. No quadro de uma autoridade portuguesa esfarrapada, nenhum dos três contendores angolanos demonstrou uma vantagem decisiva. O MPLA possuía à volta de

6.000 tropas, na maioria recentemente recrutadas. A FNLA gozava de superioridade militar, com cerca de 20.000 tropas e o apoio do Zaire. Sob a direcção de Rosa Coutinho, a administração portuguesa ajudou a promover o MPLA e a manter o equilíbrio. Rosa Coutinho foi substituído, em Janeiro de 1975, por um conservador acusado de favorecer a FNLA e, de qualquer maneira, incapaz de promover a mediação entre as forças contendoras. Em Portugal, a luta pelo poder político centrava-se cada vez mais em temas internos. O papel dominante desempenhado pela esquerda em Lisboa, em meados de 1975, embora tenha provocado pânico em Washington tal como em Portugal, não se conseguiu traduzir em capacidade militar para influenciar os acontecimentos em Angola.

Politicamente, as posições dos movimentos angolanos seguiam, no geral, os estereótipos a eles ligados, embora os rótulos traduzissem de forma simplista uma realidade complexa e em mudança. A FNLA manteve a sua base política entre os angolanos de língua Kikongo, incluindo exilados no Zaire. Ela tinha um programa que aliava uma retórica populista a promessas de segurança para a iniciativa privada, deixando adivinhar a integração dos seus líderes no seio da burguesia emergente, em paralelo com os angolanos brancos.

O MPLA oferecia uma perspectiva socialista temperada por algum pragmatismo. As suas grandes armas eram o apoio popular da população de língua Kimbundu, de Luanda e do seu interior, assim como uma política anti-racista e anti-tribalista que lhe dava boas perspectivas de obtenção de um apoio nacional mais vasto. Ele conseguiu a lealdade de trabalhadores urbanos, de estudantes e de funcionários médios, por todo o país e entre todas as raças e grupos linguísticos. A maioria dos brancos via no MPLA a vingança marxista, embora a participação de brancos e mulatos de esquerda no movimento também o expusessem às críticas oriundas da perspectiva do 'poder negro', formuladas pelos outros dois movimentos.

A Unita, caracteristicamente, tinha um programa menos definido. Procurava agrupar os grupos étnicos do Sul e do Leste, apelando ao mesmo tempo aos brancos na base da oposição ao radicalismo do MPLA. Mais do que no caso dos seus rivais, ela dependia da lealdade a um líder carismático – Jonas Savimbi.

Em Janeiro, alguns dias apenas depois do Acordo de Alvor, os EUA, ao nível da Casa Branca, decidiram destinar 300.000 dólares para apoio ao seu cliente, a FNLA. Dois meses mais tarde a FNLA desencadeava

um assalto militar contra posições do MPLA em Luanda, procurando uma resolução militar para o conflito. A mobilização popular e a chegada de armamento proveniente do Bloco de Leste permitiram às forças do MPLA expulsar a FNLA da área de Luanda em Julho, após uma série de grandes confrontos. Sem dúvida, o maior envolvimento externo era nesta altura protagonizado pelo Zaire. O regime de Mobutu, encorajado pelos EUA, servia de patrono da FNLA, a quem fornecia fundos, armas e até soldados. O MPLA tinha um pequeno número de conselheiros militares, sobretudo portugueses de esquerda mas, também, alguns cubanos.

Na segunda metade de 1975, à medida que o conflito prosseguia no Norte de Angola, foi aberta uma nova área de confrontos a Sul, que envolveu não só a Unita mas, também, tropas sul-africanas e cubanas. Até meados desse ano a Unita não passara de um mero espectador no confronto militar, procurando consolidar a sua posição no planalto e no Sul. Porém, em Junho e Julho, à medida que o conflito se intensificava em Luanda, apoiantes da Unita fugiram da capital, particularmente depois de tropas do MPLA terem morto mais de cinquenta recrutas da Unita num recontro. Em Julho e Agosto, os líderes do MPLA tentaram estabelecer uma aliança com a Unita mas o esforço fracassou.⁷ Savimbi preferiu ligar-se a Holden Roberto e beneficiar do apoio da CIA, que em Julho atingiu os 14 milhões de dólares para os dois movimentos.

Os EUA também encorajaram a África do Sul a juntar-se à aliança militar anti-MPLA. As tropas sul-africanas entraram em Angola em Agosto, em ligação com as forças de Daniel Chipenda, um dissidente do MPLA que se havia unido à FNLA e à Unita. Em Outubro, sul-africanos, mercenários e tropas da FNLA e da Unita reuniram-se numa bem equipada coluna motorizada de mais de três mil homens para desencadear um ataque-relâmpago que visava atingir Luanda antes de 11 de Novembro, o dia da independência. Tal como os EUA, o governo sul-africano pretendia manter secreto o seu envolvimento.

Alguns diplomatas americanos opuseram-se à decisão da escalada e do envolvimento sul-africanos, duvidando que se pudessem manter segretos e prevendo um resultado contra-producente na forma de descrédito dos grupos angolanos apoiados pelos EUA e da criação de condições para uma intensificação do conflito. Na verdade, a operação desenrolou-se com incrível rapidez. No dia da independência milhares de tropas cubanas chegavam, em resposta a um pedido de auxílio for-

mulado por Neto. A União Soviética forneceu armas em suficiente número para equipar o MPLA e os cubanos, e em meados de Dezembro a coligação anti-MPLA havia perdido a iniciativa militar. A FNLA foi forçada a recuar para Norte de Luanda e as forças dirigidas pelos sul-africanos foram bloqueadas a Sul.

Enquanto que a CIA se esforçava por inverter a sorte dos seus aliados com injeções de mercenários e mais armamento, a cobertura política da intervenção entrava em colapso. Revelações sobre o envolvimento sul-africano inclinavam decisivamente a opinião africana em favor do MPLA. Importantes Estados africanos como a Nigéria e a Tanzânia reconheciam a independência da República Popular de Angola. No Congresso dos EUA, a oposição à intervenção culminou, em Dezembro, com uma emenda que impedia a continuação da ajuda secreta dos EUA em Angola. Uma nova escalada era sustida. Pretória, sentindo-se traída, retirou as suas colunas de blindados em Março de 1976. Nos anos que se seguiram, o Carnaval da Vitória, celebrado em 25-27 de Março, passou a comemorar a expulsão do invasor sul-africano, vitória a que o MPLA chamou de 'Segunda Guerra de Libertação Nacional'.⁸

Institucionalizando a esperança

Nos anos que se seguiram à independência, a Frelimo e o MPLA tinham boas razões para celebrar. Dois anos antes poucos teriam previsto o rápido colapso do colonialismo português. Ninguém teria imaginado que as tropas sul-africanas brancas recuariam perante um exército africano reforçado por cubanos. Durante uma década e meia, Portugal, a Rodésia e a África do Sul, tinham mantido uma frente contra a liberdade africana. Quando Portugal partiu, estudantes sul-africanos negros celebraram a independência de Moçambique e observaram o fracasso do seu governo branco na invasão a Angola. A rebelião de estudantes no Soweto, apenas dois meses mais tarde, reflectia a nova convicção de que o poder branco era vulnerável.

Para milhões de angolanos e moçambicanos, o fim da repressão colonial foi causa de uma alegria imediata. Já não havia trabalho forçado, punições físicas ou insultos de administradores portugueses. Os africanos assumiram posições de responsabilidade a todos os níveis. Os serviços de saúde e educação expandiram-se e passaram a beneficiar os africanos rurais e urbanos.

Porém, desde o início que havia um lado sombrio em tudo isto. Centenas de milhar de colonos brancos fugiram, criando o caos económico. Em Angola, os estragos da guerra convencional consistiram não só na destruição das cidades e no cortejo de refugiados internos fugidos à guerra mas, também, nos sentimentos amargos entre perdedores e vencedores na luta pelo poder. Da mesma maneira, em Moçambique houve quem não compartilhasse da alegria generalizada. Alguns, nostálgicos do velho regime, opunham-se à independência enquanto tal. Outros lamentavam simplesmente não se encontrar entre os novos governantes.

A institucionalização das expectativas criadas pela independência foi um processo complicado, com poucas vitórias inteiramente claras. E mesmo estas viriam a ser obscurecidas pelos estragos da guerra e por fracassos institucionais mais latos. Mas durante algum tempo houve alguns sucessos surpreendentes que mantiveram o optimismo.

Em Moçambique, um caso bem documentado foi o da saúde. Antes da independência o país tinha aproximadamente 500 médicos, na sua esmagadora maioria de origem portuguesa. Eles serviam sobretudo a população branca e uma parte dos negros da cidade; na sua maioria, as comunidades rurais tinham pouco ou nenhum acesso a cuidados de saúde modernos. Menos de 100 desses médicos permaneceram no país após a independência. Mesmo assim, após a nacionalização dos serviços de saúde, em Julho de 1975, o novo governo conseguiu ampliar os serviços, favorecendo a medicina preventiva e os cuidados de saúde primários.

Com base no recrutamento de trabalhadores da saúde de uma grande variedade de países, e na formação de grande número de enfermeiros e auxiliares de saúde, o novo sistema de saúde ampliou-se para dar uma cobertura mínima a todo o país. Em 1976 teve lugar uma campanha nacional de vacinação que conseguiu uma cobertura de 96% e foi considerada pela Organização Nacional de Saúde (OMS) como um grande sucesso. Em 1982, último ano antes da guerra se ter generalizado à maior parte do país, um estudo da OMS que abrangueu zonas rurais seleccionadas ao acaso, concluiu haver 'amplo contacto com mães e respectivas crianças por parte dos serviços de saúde rurais'.⁹

O orçamento da saúde, que em 1974 representava 3,3% das despesas do Estado, subiu para uma média acima dos 10% no período entre 1976 e 1982. Na situação de pobreza de Moçambique, isto significou um

aumento de apenas 5 dólares *per capita* em 1982, o melhor ano. Procurando tirar o máximo proveito dos seus limitados recursos, o Ministério da Saúde estabeleceu um formulário de várias centenas de medicamentos básicos, solicitando a candidatura de fornecedores externos. Este novo sistema reduziu em cerca de 40% os custos dos medicamentos importados, possibilitando um abastecimento relativamente regular aos postos de saúde rurais.

Apesar de tudo, em 1982 as medidas de prevenção regulares abrangiam ainda menos de metade da população, e um número ainda menor tinha acesso à medicina curativa. A maioria dos médicos permanecia nas cidades e menos de um terço eram moçambicanos. A gestão dos hospitais, em particular, deixava muito a desejar. Todavia, tendo em conta o ponto de partida e os recursos disponíveis, os moçambicanos orgulhavam-se, com razão, das conquistas da sua política de saúde.

O desenvolvimento da educação foi também impressionante. Pouco antes da independência, a taxa de analfabetismo, incluindo a população branca, era de mais de 90%. Apenas 1% – cerca de 80.000 pessoas – haviam completado mais de quatro anos de escolaridade, na sua maioria colonos portugueses. Em 1973, apenas quarenta dos 3.000 estudantes universitários eram africanos. Por volta de 1980 o analfabetismo havia baixado para 75%. As matrículas no ensino primário haviam subido de 666.000, em 1973, para 1,4 milhões em 1980. As matrículas no ensino secundário subiram de 33.000 para 91.000 no mesmo período, um ritmo extraordinário se considerarmos que em 1973 grande parte do contingente era branco. Os novos cursos de formação de professores em cada província fizeram subir o número de professores primários de 11.000 para 19.000. A falta de salas de aula era parcialmente compensada pela adopção de dois turnos ou o desenvolvimento de actividades escolares ao ar livre ou em salas improvisadas.

Mesmo antes da independência, os grupos dinamizadores da Frelimo organizavam já aulas de alfabetização de adultos por todo o país. Entre 1978 e 1982, o Ministério da Educação lançou quatro campanhas nacionais de alfabetização, que abrangeram uma população total de mais de um milhão, tendo 350.000 sido aprovados no teste final. Todavia, a comparação das diferentes campanhas revela um declínio acentuado no aproveitamento em 1981-82. A elevada dependência em relação à mobilização popular e a professores voluntários com fraca formação tornaram difícil manter o programa à medida que declinava o entusiasmo

inicial.

Estas dificuldades na institucionalização do grande entusiasmo dos primeiros anos tendiam a aumentar, mesmo sem a pressão da guerra. Certamente que a Frelimo foi capaz de mobilizar a população em campanhas de massas organizadas com objectivos específicos tais como vacinações, alfabetização ou, ainda, o bem sucedido recenseamento de 1980. No entanto, o funcionamento de rotina do Estado e da economia, do qual dependia o desenvolvimento a longo-prazo, enfermava de fraquezas estruturais. A guerra viria a exacerbar cada uma delas.

Em Angola, também o novo governo imprimiu um acentuado desenvolvimento da educação e, em menor grau, dos cuidados de saúde. Em 1973, Angola tinha 500.000 estudantes do ensino primário (um terço dos quais portugueses), e 72.000 estudantes do ensino secundário (80% dos quais portugueses). Por volta de 1977, após a partida da maioria dos portugueses, o número havia subido para mais de um milhão no ensino primário e 100.000 no ensino secundário. A primeira campanha nacional de alfabetização abrangeu 102.000 adultos; por volta de 1981 havia mais de 700.000 participantes nas aulas de alfabetização. No âmbito dos cuidados de saúde, com menos de 100 médicos angolanos e cerca de 400 médicos cubanos, o governo reequipou os hospitais provinciais, em grande medida abandonados pelos portugueses, e aumentou o número de postos de saúde, tendo os enfermeiros subido de 133 em 1979, para 1.000 em 1983.¹⁰

A independência de Angola resultou não só de uma guerra de guerrilhas mas, também, de uma guerra convencional. Em 1975, a força apressadamente reunida pelo MPLA provou ser superior à dos seus rivais, e os reforços cubanos conseguiram repelir os sul-africanos. Era, pois, inevitável que o novo governo tivesse priorizado consideravelmente a formação das FAPLA, o exército nacional. Apesar das divisões regionais de Angola, o novo governo procurou recrutar tanto soldados como oficiais a partir de uma base nacional, e basear a evolução das carreiras no mérito. A construção de um exército convencional com base no recrutamento nacional produziu muitos recrutas relutantes e pouco mobilizados, mas também fez dos militares uma das instituições mais amplamente representadas da sociedade angolana.

O novo exército beneficiou sistematicamente de treino cubano e soviético. Os comandos superiores do exército dedicaram atenção particular aos problemas de falta de disciplina e à formação técnica. desen-

volvendo desde as aulas de alfabetização para recrutas analfabetos à selecção de candidatos a pilotos. Em meados dos anos 1980, Angola tornou-se capaz de enfrentar a África do Sul no domínio altamente técnico do poder aéreo.

Ironicamente, os recursos que permitiram tais conquistas vieram não só do bloco soviético mas, também, de uma outra grande fonte: as relações amigáveis e lucrativas com as companhias petrolíferas ocidentais. O petróleo tornou-se o principal produto de exportação angolano em 1973, representando 30% do rendimento total das exportações nesse ano. Embora a sua produção tenha decaído em 1975-76, na década de oitenta voltou a crescer rapidamente. Em 1977 o governo criou uma companhia nacional de petróleos. Ao mesmo tempo, procurou manter boas relações com as companhias estrangeiras, negociando explorações conjuntas com companhias já estabelecidas, como a Gulf Oil em Cabinda, e procurando uma variedade de parceiros para novas explorações. Entre 1981 e 1985, o petróleo angolano atraiu mais de 400 milhões de dólares por ano em novos investimentos. Angola negociou termos relativamente favoráveis com as companhias estrangeiras e construiu uma reputação de gestão profissional.¹¹

Apesar do seu nascimento conturbado, o nacionalismo angolano após a independência também se reflectiu em actividades mais pacíficas. Os angolanos orgulharam-se de uma comprovada explosão nas novas actividades de alfabetização. Durante o regime português os escritores angolanos, muitas vezes simpatizantes do MPLA, tinham sido censurados, exilados ou presos. A União dos Escritores Angolanos, fundada em Dezembro de 1975, numa altura em que a guerra ainda prosseguia, patrocinou a publicação de textos anteriormente censurados e de obras novas, incluindo poesia, contos e romances. Eram publicados cerca de vinte títulos por ano, e algumas edições vendiam mais de 20.000 exemplares em escassas semanas.¹² Só em 1977 a União dos Escritores Angolanos vendeu 270.000 livros de autores angolanos, um número impressionante num país que procurava sair de uma taxa de analfabetismo de 90%.

Todavia, tal como Moçambique, Angola enfrentava sérias fraquezas estruturais a seguir à independência, algumas deixadas pelo colonialismo e outras inerentes a uma herança de nacionalismo dividido. Em comparação com Moçambique, Angola tinha as vantagens da riqueza petrolífera. Mas tinha também um fosso mais profundo entre a cidade

do campo. Em ambos países, e mesmo sem contar com a guerra, aqueles que tentavam construir uma nova e sólida sociedade deparavam com formidáveis obstáculos.

Os governos independentes assumiram o controle das suas economias num estado de colapso. Aspectos positivos como a indústria petrolífera angolana, eram poucos. Na década anterior as economias coloniais tinham conseguido um crescimento substancial baseado nas exportações tradicionais e serviços, e na produção industrial de pequena-escala. Mas tal ímpeto de desenvolvimento baseava-se no alargamento da presença portuguesa e na coerção da força de trabalho africana rural. Com a independência esses dois suportes da economia colonial ruíram, abrindo uma brecha que os novos Estados não conseguiram preencher.

Em ambos os países, antes da independência, virtualmente todas as posições especializadas eram ocupadas por portugueses. A economia de mercado camponesa dependia de grossistas e cantineiros portugueses, cujos camiões e lojas asseguravam a troca dos produtos agrícolas por instrumentos de trabalho, roupas e outras mercadorias. O êxodo de pelo menos 90% dos portugueses, entre 1973 e 1976, provocou um impacto traumático.

Em princípio, os governos de ambos os países acolheram os brancos de origem portuguesa que se identificavam como angolanos e moçambicanos, incluindo homens de negócios privados. Alguns, que mantiveram a cidadania portuguesa, também permaneceram. Pelo menos em Angola, muitos daqueles que partiram, fugiam sobretudo do caos e incerteza provocados pela guerra, e não de acções ou políticas governamentais específicas. Muitos colonos moçambicanos saíram antes da independência; outros deixaram o país após as decisões do novo governo independente de nacionalizar a saúde e os prédios de rendimento. Sem dúvida que grande parte simplesmente se recusava a aceitar viver sob um governo independente que não lhes concedia privilégios especiais só pelo facto de serem brancos. Todavia, ninguém chegou a analisar detalhadamente esse êxodo para saber quantos teriam ficado se se tivessem desenvolvido mais esforços para aplacar os seus receios.

Nem Angola nem Moçambique tinham uma política de nacionalização das fábricas, propriedades agrícolas e lojas que constituíam empresas em funcionamento. Mas, na prática, grande parte do sector comercial moderno recaiu sob o controle do Estado. Aquele era com-

posto por empresas abandonadas pelos seus proprietários, ou em declínio devido à retirada de capital pelos investidores estrangeiros. Em ambos os países, o período de transição foi marcado por acentuado declínio económico. A produção total de Moçambique decaiu 21% entre 1973 e 1975.¹³ A colheita de café angolano diminuiu mais de dois terços. A produção manufacturada declinou precipitadamente. Sem redes de transportes adequadas ou uma sistema de retalho, a comercialização agrícola foi abalada.

A recuperação económica foi limitada, após a independência. A produção total de Moçambique, por exemplo, cresceu 5,5% entre 1975 e 1977, e 11,6% entre 1977 e 1981. A produção diamantífera e alguns sectores industriais também experimentaram alguma subida em Angola. Mas com excepção do petróleo angolano, nenhum sector económico dos dois países experimentou uma recuperação sólida, mesmo antes da escalada da guerra, na década de oitenta. Tradicionalmente, Moçambique dependia das divisas provenientes dos sectores de serviços e transportes que serviam os países vizinhos. Também estes receberam um rude golpe quando o comércio com a Rodésia foi interrompido, na sequência da decisão de Moçambique de implementar as sanções impostas pelas Nações Unidas àquele país.

A Frelimo e o MPLA declararam-se partidos marxistas-leninistas em 1977, e estabeleceram o objectivo de desenvolver os seus países segundo linhas socialistas. Todavia, a base económica dos seus ambiciosos planos era extraordinariamente frágil. As declarações ideológicas escondiam o facto que os novos Estados estavam a apoderar-se de sectores estatais muito maiores do que aqueles que tinham capacidade de gerir, incluindo muitas empresas já falidas. A ideologia e o excessivo optimismo uniram-se à aparente falta de alternativas para manter as empresas em funcionamento, apesar destas não conseguirem repetidamente produzir retornos adequados.

O modelo político era um híbrido de nacionalismo africano e motes revolucionários. As credenciais dos novos governantes baseavam-se no facto de terem desempenhado um papel de relevo na luta contra o colonialismo português e, no caso de Angola, contra os sul-africanos também. Segundo o modelo, a sua legitimidade futura dependia da mobilização e orientação da maioria dos operários e camponeses, no desenvolvimento da riqueza material e recursos humanos das respectivas nações, em benefício da maioria. O próprio partido desempenharia

um papel organizador, ajudando a maioria a articular os seus interesses e orientando o Estado na implementação das políticas socialistas. As assembleias legislativas, do nível nacional até ao nível local, representavam uma outra maneira do povo avaliar as políticas e controlar a acção do Estado. O partido encarregava-se de assegurar que os operários e camponeses, e não apenas os que tinham educação e outros privilégios, desempenhassem papéis importantes nos corpos partidário e legislativo.

Para Angola e Moçambique, tal como para a maioria dos países africanos, o modelo de autoridade política antes da independência fôra a hierarquia administrativa colonial, que mesmo em teoria era hostil à participação dos seus súbditos. Além disso, e contrariamente aos territórios ingleses e franceses, os antigos territórios portugueses não tinham tradição de democracia política, mesmo entre os padrões europeus. As principais 'democracias ocidentais' haviam alinhado ao lado de Portugal na luta que conduziu à independência. Não surpreende pois que a Frelimo e o MPLA tenham optado por modelos de governo baseados nas tradições marxistas da maioria dos países e movimentos que os tinham apoiado.

No melhor dos casos, este modelo fornecia oportunidades reais de participação das bases, e uma nova possibilidade de expressão para uma vasta gama de cidadãos. Não só os líderes partidários e as pessoas com alguma educação que ocuparam postos e casas deixados vagos pela partida dos portugueses, mas também os trabalhadores urbanos, camponeses, mulheres e jovens, foram encorajados a exprimir-se e a participar.

Em Moçambique, particularmente, o partido impulsionou tal participação numa variedade de contextos locais. As eleições para as assembleias do povo, em 1977 e 1980, forneceram aos votantes a oportunidade de aceitar ou rejeitar os candidatos propostos pelo partido (foram rejeitados 10% em 1977, e 11% em 1980), e constituíram a base das eleições indirectas para as assembleias provinciais e nacional.¹⁴ Congressos partidários periódicos foram também usados para encorajar a crítica e o debate. Na prática, o funcionamento desses corpos representativos e outros grupos locais, tais como os grupos dinamizadores, comités de partido e conselhos de trabalhadores, era bastante diferenciado. Muitos funcionavam apenas em termos formais, enquanto que outros decaíram após um período inicial de entusiasmo, ou na sequência da transferência ou deposição de líderes importantes.

Em Angola, contrariamente a Moçambique, o desenvolvimento inicial das estruturas quer do partido quer da assembleia, foi prejudicado pela atmosfera de guerra na altura da independência, e mais tarde por um golpe abortado, no seio do governo do MPLA, que acentuou a atmosfera de suspeita. Em Maio de 1977, um conjunto diversificado de radicais do partido e do exército, liderados por Nito Alves, tentou depor o governo de Neto. Eles falharam mas acabaram por matar vários líderes importantes do MPLA antes de serem derrotados. Os esforços subsequentes do MPLA para edificar estruturas partidárias e assembleias representativas reflectiam uma grande preocupação com a lealdade e a segurança. As primeiras assembleias do povo de nível provincial e nacional só foram eleitas em 1980.¹⁵

Independentemente da eficácia da participação popular, a implementação das políticas era uma questão igualmente crítica. Em comparação com outros Estados africanos, muitas vezes classificados pelos cientistas políticos como 'Estados fracos', Angola e Moçambique tiveram que enfrentar dificuldades ainda maiores para pôr em prática as suas políticas. O Estado colonial português havia sido excepcionalmente burocrático e ineficiente. Na maioria dos sectores era esta herança colonial, mais do que a ideologia socialista, que fornecia o modelo prático para as operações estatais. Além do mais, era um modelo implementado por funcionários com níveis de formação muito mais baixos do que os dos portugueses que partiram.

O entusiasmo popular e a atenção prestada a projectos específicos por líderes do mais alto nível produziram algum sucesso. Mas as fraquezas estruturais do Estado eram profundas. A sua capacidade de fornecer aquilo que a direcção e o povo esperavam era limitada. Embora se tenham divulgado mais abertamente os confrontos de exércitos e ideologias, foi esta vulnerabilidade que constituiu permanente pano de fundo das guerras que se aproximavam.

Operações através das fronteiras, 1976-79

No final da década de setenta era real o espectro da guerra para Moçambique e Angola, mas aparentemente ainda controlável. Portugal preocupava-se com os seus próprios problemas internos; os retornados das colónias, que poderiam alimentar desejos de vingança, não constituíam uma ameaça militar real. Moçambique adoptara políticas pragmáticas

em relação à África do Sul; o apoio que concedia à guerrilha limitava-se à luta contra a Rodésia de regime branco, menor e diplomaticamente isolada. Apesar de previsível, a retaliação parecia controlável. Angola, que enfrentava uma ameaça mais multi-facetada, tentava persistentemente melhorar as relações com o Zaire. Embora Angola concedesse abrigo aos guerrilheiros que lutavam contra a ocupação da Namíbia pela África do Sul, parecia plausível que a retaliação sul-africana se confinasse ao Sul. Os guerrilheiros da Unita estavam também na defensiva, após a derrota de 1976.

A África do Sul foi apanhada numa transição política confusa do Primeiro-Ministro Vorster para o seu sucessor, P.W.Botha. Confrontava-se igualmente com a revolta do Soweto e recuperava do facto dos EUA não a terem seguido na intervenção conjunta em Angola. Os EUA estavam ainda sob influência do síndrome do Vietname, aparentemente pouco interessados em reassumir um papel intervencionista em África. O prestígio e a situação económica do Zaire de Mobutu estavam num nível baixo. A União Soviética disponibilizava-se a apoiar a segurança de Angola e Moçambique, e as tropas cubanas em Angola constituíam um apoio importante, mesmo que se tenham retirado logo a seguir das posições directas de combate.

Tanto Luanda como Maputo esperavam limitadas 'operações através das fronteiras' como retaliação. Mas parecia que a guerra de guerrilhas e as negociações conduziriam rapidamente à independência da Namíbia e do Zimbabwe. O sacrifício parecia um preço necessário e aceitável a pagar pelo avanço da libertação do continente africano.

Angola (a frente norte)

Em Dezembro de 1975, a FNLA e as tropas zairotas foram decisivamente repelidas de Luanda pelo MPLA e pelas tropas cubanas. Os esforços de última hora da CIA para reverter a situação, com o recurso a mercenários, culminaram num embaraçoso fracasso. Os presidentes Neto e Mobutu encontraram-se em Brazzaville em finais de Fevereiro de 1976, procurando uma rápida *détente* diplomática. A China, que tinha anteriormente apoiado a FNLA, havia já retirado os seus conselheiros em Novembro. Outros Estados africanos reconheciam a nova República Popular de Angola, e o Congresso dos EUA cortava a ajuda americana às operações militares em Angola. Mobutu parecia

também disposto a aceitar o *fait accompli*.

Antes de 1974 viviam no Zaire cerca de 400.000 refugiados angolanos, supostamente apoiantes da FNLA. Após a derrota, muitos regressaram a áreas controladas pelo governo em Angola, procurando terras nas suas aldeias de origem ou afluindo às cidades do Norte.¹⁶ Alguns grupos de apoiantes fiéis da FNLA procuraram refugiar-se em zonas isoladas do interior ou permaneceram no Zaire. Mas a FNLA nunca mais voltou a apresentar-se como um sério candidato ao poder.

A promessa de paz com o Zaire era ilusória. Mobutu continuou a oferecer apoio às operações militares contra Angola, por parte da FNLA e da Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC), um grupo que pretendia a independência da província angolana de Cabinda, rica em petróleo. Embora pouco importantes, os ataques da FLEC e da FNLA serviram para manter a atmosfera de tensão. Kinshasa também passou a servir de centro de conspiração, onde exilados e agências de informações discutiam a possibilidade de realização de golpes em Angola. Apesar de muito fantasiosos, estes planos constituíam motivo de preocupação para Luanda. Embora a CIA estivesse impedida pelo Congresso de intervir secretamente em Angola, a hostilidade americana para com este país era inquebrantável. Havia ainda outros – a França, a Bélgica, a África do Sul e forças desconhecidas – que pretendiam alimentar a intriga.

A tensão entre Angola e o Zaire voltou a subir quando rebentou uma rebelião na província zairota de Shaba (antigo Katanga), em Março de 1977.¹⁷ A Frente de Libertação Nacional do Congo (FLNC) baseava-se numa força de gendarmes catangueses que se haviam exilado em Angola desde os anos sessenta. Em 1975 tinham alinhado ao lado do MPLA e ajudado Luanda a defender o Noroeste de Angola. Não é claro se o governo de Luanda teria tido a possibilidade de os travar, mas de qualquer das formas Neto não tinha motivos para ajudar Mobutu. A FLNC assumiu o controle de grande parte do Shaba e apelou para uma revolta nacional contra Mobutu.

Mobutu conseguiu reprimir a revolta com a ajuda de tropas marroquinas transportadas em aviões franceses. Em lugar de diminuir, cresceram as pressões contra o governo angolano. Os autores da tentativa de golpe em Luanda, em Maio, procuraram apoio quer do Ocidente quer do Leste, usando argumentos contraditórios. Prometeram aos diplomatas soviéticos que viriam a ser aliados mais leais do que o

independente Neto, ao mesmo tempo que prometiam ao seus contactos do Ocidente novas concessões petrolíferas, a participação no poder de todas as sensibilidades à excepção dos apoiantes de Neto, e o corte de relações com a União Soviética.¹⁸

Apesar de fracassado, o golpe acentuou a insegurança de Luanda. Mobutu concedeu facilidades de trânsito a Savimbi. Voando da Namíbia para Kinshasa, e depois para a Costa do Marfim, Senegal e Marrocos em Outubro de 1977, Savimbi organizou com o rei Hassan de Marrocos o treino dos seus oficiais e outros apoios militares. A decisão de Hassan foi encorajada pela França e pelos EUA, os dois mais importantes aliados de Marrocos. No interior da administração americana, o Conselheiro Nacional de Segurança Zbigniew Brzezinski e outros, pressionaram para a rejeição da Emenda Clark e para a obtenção de novos apoios à UNITA.¹⁹ A ele opunham-se o embaixador americano na ONU, Andrew Young, e o Secretário de Estado Cyrus Vance, que defendiam uma diminuição da tensão com Angola.

O debate intensificou-se após a FLNC ter desencadeado uma segunda rebelião na província zairota de Shaba, em Maio de 1978. Deste vez a resposta ocidental foi ainda mais categórica, com o envio de paraquedistas franceses e belgas e a utilização de transporte militar americano. Washington desencadeou uma intensa campanha de propaganda, denunciando o envolvimento cubano no Shaba, embora funcionários tivessem admitido mais tarde que as provas de tal envolvimento eram muito ténues. O incidente acentuou sentimentos anti-angolanos em Washington, mas serviu também de abertura para os contactos diplomáticos. A continuação da desestabilização de Angola através do Zaire poderia vir a revelar-se contraproducente, ao criar condições para uma nova revolta no interior do Zaire. Apesar de Mobutu ter conseguido sufocar a segunda rebelião do Shaba, a ruptura na importante indústria de mineração de cobre era devastadora para a já muito pressionada economia do Zaire; um terceiro Shaba poderia vir a ser fatal.

Encorajados por diplomatas americanos, Mobutu e Neto concordaram em limitar as actividades dos oponentes de cada um. Angola passou a controlar de perto a FLNC; Mobutu, embora com menor consistência, também tentou controlar os exilados angolanos. Começaram a estabelecer-se planos conjuntos para a abertura da linha férrea de Benguela, através de Angola, a melhor rota de transporte do cobre zairota para o mar. Na segunda metade de 1978, Angola trocou embaixadores com a

França, que apostava no incremento das relações comerciais através de laços mais estreitos com Luanda. A cimeira de Junho de 1978 entre Neto e o presidente português Ramalho Eanes era também um sinal da melhoria das relações com os países ocidentais. Os contactos com Washington nunca se desenvolveram no sentido da reconciliação, dado que a facção Brzezinski da Guerra Fria ganhou preponderância na política africana. Mas com o recuo de Mobutu, a frente norte, nos anos que se seguiram, passou a ser uma ameaça menor para a segurança angolana.

Angola (a frente sul)

A ameaça meridional provou ser muito mais perigosa. Todavia, levou mais tempo a revelar-se na sua plenitude. Em princípio, a ocupação da Namíbia pela África do Sul era ilegal, e o apoio concedido por Angola aos guerrilheiros namíbios estava em linha com o consenso internacional estabelecido nas Nações Unidas. Não era plausível um acordo com a África do Sul, tal como o que se havia estabelecido com Mobutu, se Pretória não aceitasse a independência da Namíbia. Mas a ameaça guerrilheira na Namíbia não era suficientemente poderosa para justificar uma retaliação sul-africana em larga escala. As zonas de fronteira com a Namíbia eram remotas em relação a Luanda, e a princípio a África do Sul era prudente nas suas incursões através da fronteira. O apoio que ela concedia à Unita era limitado.

A Organização do Povo do Sudoeste Africano (SWAPO) iniciou a sua luta de guerrilha em 1966, no mesmo ano em que a Assembleia Geral da ONU considerou legalmente expirado o prazo de autoridade sul-africana sobre a Namíbia. Antes da independência de Angola, os guerrilheiros da SWAPO infiltravam-se através do território português, com o apoio ocasional da Unita. Quando a Unita alinhou do lado sul-africano em 1975, a SWAPO estreitou os laços com o MPLA. Em 1976 a SWAPO abriu um escritório em Luanda e passou a ter acesso aos seus campos de refugiados, e a beneficiar de bases de treino militar e facilidades de trânsito. Pela primeira vez os guerrilheiros da SWAPO representavam um problema de segurança significativo para a África do Sul a Norte da Namíbia.

A África do Sul estabeleceu faixas de segurança ao longo da fronteira com Angola e reforçou as suas forças de contra-insurgência.

Após o fiasco de 1975-76, o Primeiro-Ministro sul-africano Vorster começou por se mostrar relutante em autorizar as incursões retaliatórias de tropas regulares sul-africanas. Porém, as forças especiais de elite começaram a montar operações regulares de pequena-escala no interior de Angola. O Batalhão 32, com vários milhares de homens, combateu sobretudo em Angola, atacando tanto guerrilheiros da SWAPO como civis angolanos.²⁰

Em finais de 1977, Vorster decidiu autorizar incursões convencionais mais abertas ao interior de Angola. A mais importante ocorreu em Maio de 1978, quando para-quedaistas, auxiliados por meios aéreos, atacaram um campo da SWAPO perto da cidade mineira de Cassinga. Embora a África do Sul tivesse alegado que o campo se tratava de um alvo puramente militar, a maioria dos 600 mortos resultantes era constituída por civis namibianos, incluindo muitas mulheres e crianças. Tendo ocorrido numa altura em que as potências ocidentais pressionavam no sentido de negociações para um acordo de independência da Namíbia, a acção militar realizada cerca de 250 quilómetros no interior de Angola sublinhava a determinação sul-africana de permanecer na Namíbia. Fontes militares sul-africanas afirmaram que a incursão a Cassinga, em conjunto com acções coordenadas ao longo da fronteira, infligiram um terrível golpe na campanha de guerrilha da SWAPO.²¹

Em paralelo, e sobrepondo-se à guerra da fronteira, havia ainda o apoio clandestino prestado pela África do Sul à Unita. Distinta do Batalhão 32, a Unita mantinha a sua estrutura organizacional independente. A África do Sul garantia-lhe o acesso à Namíbia, além de armamento e treino, mas até 1978 numa escala limitada.²² Na sua maioria, o exército da Unita e seus apoiantes civis encontravam-se dispersos pelo interior de Angola, preocupados sobretudo com a luta pela sobrevivência. Na fronteira angolana, do outro lado da Ovambolândia namíbia, os guerrilheiros da Unita, sob o comando de António Vakulakuta, encontravam-se activos desde 1976, recuando para a Namíbia quando atacados. Vakulakuta, que granjeava apoios no seio da população de língua Cuanhama da região fronteiriça, acabou por morrer às mãos da Unita, na sequência da sua rivalidade com Savimbi. Mas durante vários anos as suas forças garantiram à Unita uma presença militar no Sudoeste de Angola.

A principal rota de abastecimento da Unita era, contudo, através da zona do Kavango namibiano, em direcção à pouco povoada província

de Cuando Cubango, no Sudeste de Angola. A fronteira oriental com a Zâmbia, em virtude do seu isolamento geográfico, era uma terra-de-ninguém através da qual a Unita podia mesmo trazer um visitante estrangeiro ocasional. No Nordeste havia também acesso à província zairota do Shaba. Estas 'terras-do-fim-do-mundo', como os portugueses lhes chamaram, eram remotas em relação às mais desenvolvidas zonas costeira e central de Angola. Mesmo em grandes grupos, os apoiantes da Unita, progredindo pelo mato, conseguiam facilmente evitar os dispersos postos governamentais. Porém, da mesma maneira, as actividades nestas zonas remotas representavam uma ameaça modesta para o governo central.

Em 1976 e 1977, as unidades da Unita no interior reagruparam-se e algumas delas começaram a desencadear ataques contra alvos estratégicos. A linha férrea de Benguela, por exemplo, com uma extensão de 1.300 quilómetros, atravessava tanto o planalto central – onde a Unita tinha um apoio significativo – como o desabitado Leste. Ela era, assim, um alvo fácil: em 1976 a Unita causou treze descarrilamentos, sete em 1977, e dezasseis em 1978. As emboscadas ocasionais, ou as minas plantadas na estrada, fizeram também com que passasse a ser inseguro viajar nas zonas distantes do planalto ou mais a Leste.²³

Quando do avanço combinado MPLA/cubanos, várias centenas de milhar de civis seguiram voluntariamente a Unita para o mato. Outros foram obrigados a deixar as áreas do governo na sequência de ataques da Unita, ou forçados a seguir este movimento. Os suspeitos de maior lealdade para com o governo eram levados para mais longe, de forma a ser-lhes difícil regressar. Na retirada das cidades de 1976, além disso, muitos apoiantes do MPLA, incluindo falantes Umbundu encarados pela Unita como traidores, terão sido massacrados. Nos cinco anos que se seguiram ocorreram retaliações indiscriminadas de ambos os lados.

Todavia, por volta de 1979-80, o governo podia anunciar algum sucesso no estabelecimento de condições de segurança em áreas mais extensas. Grande parte daqueles que haviam partido com a Unita regressaram às zonas controladas pelo governo, cansados das privações do mato e descrentes das alegações da Unita, segundo as quais seriam massacrados pelas forças governamentais se regressassem. O próprio Savimbi escapou por pouco de ser capturado em 1978, salvo no último momento por um helicóptero sul-africano. No início de 1979 a Unita abandonou a sua sede no planalto central e transferiu-se para a Jamba,

perto da fronteira de Sudeste com a Namíbia. No mesmo ano, a linha férrea de Benguela foi momentaneamente reaberta ao tráfego internacional, transportando cargas da Zâmbia e do Zaire.

Moçambique (a frente rodésiana)

Por alturas da independência Moçambique não estava envolvido em nenhum conflito aberto. Mas o seu envolvimento na guerra de guerrilhas contra o regime branco da Rodésia tinha já alguns anos. No início da década setenta os guerrilheiros da União Nacional Africana do Zimbabwe (ZANU) ganhavam acesso ao Leste da Rodésia através das zonas de guerrilha da Frelimo em Moçambique. As tropas rodésianas operavam no interior de Moçambique em coordenação com os portugueses. Após a independência, tanto a Rodésia como Moçambique previam a escalada do conflito.

A Frelimo encarava o seu envolvimento na libertação do Zimbabwe como uma evolução inevitável. Ao participar nas conversações de *détente* entre a África do Sul e a Zâmbia, o governo moçambicano alinhou com o banimento da campanha de guerrilhas zimbabweana durante o ano de 1975. Mas quando ficou claro que o regime minoritário branco da Rodésia se manteria, Moçambique forneceu a retaguarda para a escalada da guerra de guerrilhas.

Em Março de 1976, Moçambique optou igualmente por implementar as sanções das Nações Unidas contra a Rodésia. A Rodésia tinha torneado as sanções mandatórias impostas na década anterior a pedido da Grã-Bretanha, utilizando rotas comerciais através da África do Sul e do território moçambicano controlado pelos portugueses. Ao encerrar as suas fronteiras com a Rodésia, Moçambique deu um passo decisivo para tornar eficazes essas medidas internacionais. Uma vez que essa opção estava de acordo com a política oficial do Ocidente e com as exigências africanas, Maputo contava com apoio internacional para enfrentar os seus custos.

A combinação da guerra de guerrilhas com as sanções mostrou ser eficaz, conduzindo a um acordo de independência do Zimbabwe menos de quatro anos mais tarde. Mas Moçambique pagou um preço elevado. O custo dos quatro anos de sanções foi estimado em mais de 500 milhões de dólares, mais do dobro das exportações anuais de Moçambique nesse período. A economia da parte central de Moçambique foi

duramente afectada. Moçambique não tinha fontes seguras de divisas, e não conseguia suportar orçamentos de defesa que, por volta de 1979, ultrapassavam os 100 milhões de dólares anuais.²⁴ A participação da comunidade internacional nesses custos foi praticamente simbólica.

As incursões rodesianas provocaram também estragos generalizados nas províncias de Tete, Manica e Gaza. Elas iam de pequenos recontros fronteiriços a ataques em grande escala às bases de guerrilheiros e de refugiados, e a alvos económicos moçambicanos. Em Nyazónia em Junho de 1976, e em Chimoio em 1979, os rodesianos mataram centenas de refugiados civis, assim como guerrilheiros da ZANU. Em Setembro de 1979 atacaram zonas agrícolas no vale do rio Limpopo, matando pelo menos cinquenta civis moçambicanos e causando estragos materiais no valor de cerca de 37 milhões de dólares, apesar da perda de um helicóptero abatido pelos moçambicanos. Mas os rodesianos não conseguiram travar a infiltração da ZANU, além de que era cada vez maior a resistência dos moçambicanos à medida que a guerra prosseguia. Quando a paz chegou, em 1979, os recursos económicos e militares tinham sido duramente afectados.

Os ataques rodesianos eram complementados pela acção de um grupo denominado Resistência Nacional Moçambicana (MNR), que neste período não passava de um aspecto colateral do conflito principal. O MNR, que cresceu de uma força de algumas centenas de homens, em 1976, para atingir cerca de 2.000 em 1979, incorporava diversos componentes: agentes recrutados pela Organização Central de Informações da Rodésia (CIO) desde o início da década de 1970, africanos e outros que haviam servido nas unidades portuguesas de contra-insurgência ou nas redes da polícia secreta, e desertores do exército da Frelimo, de antes e depois da independência. Eles foram transformados em unidades de combate pela CIO rodesiana e pelos comandos de elite dos Serviços Especiais Aéreos (SAS), e as suas fileiras foram alargadas a recrutas raptados nas zonas fronteiriças. O seu primeiro comandante foi André Matsangaíssa, que fugiu para a Rodésia em Outubro de 1976, depois de ter servido brevemente como intendente no exército da Frelimo e ter sido preso sob a acusação de corrupção.

O MNR emitia, a partir da Rodésia, propaganda anti-moçambicana através da Voz da África Livre. Para além de agirem como espões na preparação dos ataques rodesianos, os membros do MNR acompanhavam os comandos rodesianos em algumas missões de sabotagem ou

levavam a cabo as suas próprias missões. No decorrer da sua primeira grande acção, contra a vila moçambicana de Gorongosa, em Outubro de 1976, Matsangaíssa foi morto. No dia seguinte, helicópteros rodesianos transportaram Afonso Dhlakama para o interior de Moçambique, a fim de o substituir.

Moçambique procurou distinguir o seu conflito com a Rodésia das relações com a África do Sul, adoptando uma postura pragmática nas relações económicas com Pretória. Neste período, a África do Sul evitou igualmente os ataques directos contra o país. Todavia, havia oficiais de ligação sul-africanos envolvidos na operação rodesiana do MNR, e a África do Sul fornecia homens e equipamento militar pesado para a guerra rodesiana, incluindo para os ataques contra Moçambique.

A África do Sul também pressionou Moçambique por meio da redução dos laços económicos. O número de mineiros moçambicanos trabalhando na África do Sul desceu de 100.000 por ano, no início dos anos setenta, para 45.000 por ano na segunda metade da década. Em Abril de 1978, a África do Sul suspendeu unilateralmente acordos já muito antigos, que previam o pagamento de parte dos salários dos mineiros em ouro, a preços oficiais, um sistema que tinha financiado os défices da balança de pagamentos do Moçambique colonial. Entre 1974 e 1979, o tráfego através do porto de Maputo decaiu 24%.

Porém, quando a guerra rodesiana acabou, o governo moçambicano procurava ainda um *modus vivendi* com a África do Sul. Ele não tinha a intenção de apoiar a guerra de guerrilhas da África do Sul da mesma forma que havia apoiado a da Rodésia.

O panorama militar nas vésperas da década de oitenta

Na viragem da década, as perspectivas de Moçambique eram promissoras. O país desempenhara um papel importante como impulsionador do acordo de Lancaster House para a independência do Zimbabwe. A vitória esmagadora da ZANU de Mugabe nas eleições de Fevereiro de 1980 assegurava a entrada em funções de um governo amigo, altamente devedor à Frelimo. O MNR estava em fuga. Pela primeira vez, assim parecia, o país podia dedicar-se às tarefas do tempo de paz.

O quadro era mais ambíguo em relação a Angola. As relações com o Zaire eram relativamente boas. Apesar das previsões contidas dos comentadores externos, a transição do poder para o Presidente José Eduardo

dos Santos, na sequência da morte do Presidente Neto em Setembro de 1979, foi um processo suave. É certo que continuavam os ataques nas fronteiras meridionais, assim como as acções de guerrilha da Unita mais para o interior. Mas a circulação pelas estradas era relativamente segura na maioria dos casos. A Namíbia ainda não estava independente mas as negociações prosseguiram. Muitos observadores mantinham a esperança de que a África do Sul continuaria presa às suas garantias de princípio relativamente a uma solução internacional.

Todavia, estava-se a trabalhar nos bastidores para o desencadear de um conflito de magnitude sem precedentes. O recuo do quartel-general da Unita tinha levado o movimento para mais longe do planalto central, mas mais perto dos abastecimentos sul-africanos. A maior parte dos membros do MNR fugira de Moçambique ou era mantida em respeito pelas tropas governamentais, mas o seu apoio passou integralmente para os Serviços de Informações Militares e forças especiais da África do Sul. Veteranos brancos e negros do exército rodesiano também se transferiram mais para Sul, tendo muitos deles aderido às forças especiais sul-africanas e sido colocados na Namíbia, Angola ou Moçambique.

Além disso, a África do Sul estava em processo de reorientação da sua estratégia militar, das políticas *ad-hoc* da década de setenta para aquilo que viria a ser designado de 'estratégia total'. Quando o antigo Ministro da Defesa, P.W.Botha, se tornou primeiro-ministro, em Setembro de 1978, esta nova opção adquiriu prioridade absoluta. Entre os seus componentes contava-se uma escalada massiva na utilização das forças especiais, operações secretas e exércitos teleguiados.

Notas

¹ No caso de Moçambique existem alguns relatos deste período, em primeira-mão, por participantes da revolta branca, como os de Saavedra (1975) e Mesquitela (1976), mas não se seguiu nenhum estudo histórico. A maior parte das fontes usuais salta rapidamente por cima deste período, mas para o contexto geral, ver, particularmente, Maxwell (1982) e Antunes (1980).

² Sobre Angola, é escasso o material publicado sobre este crítico período de Setembro de 1974. O conjunto de memórias mais informativo de um participante é Pizarat Correia (1991). A fonte geral mais importante, para além das mencionadas na nota 1, é Heimer, *Entkolonisierungskonflikt* (1979) (do qual existe uma versão mais curta em inglês, *Decolonization Conflict* (1979)).

³ Pélissier (1987), I:195.

⁴ Para referências sobre a educação no tempo colonial, ver Johnston (1984), assim

como Mondlane (1969), 58-69.

⁵ A população europeia de Angola, segundo um estudo de 1846, era de apenas 1.830, dos quais 1.600 se localizavam em Luanda. O mesmo estudo contava, sob controle português, 6.000 *mestiços* e 386.000 negros, incluindo 86.000 escravos. Por volta de 1920, as estatísticas portuguesas contavam cerca de 21.000 brancos, 7.500 *mestiços* e 4,5 milhões de negros. A maioria da população branca continuava concentrada nas cidades costeiras de Luanda, Benguela e Moçâmedes. Ver Bender (1978), 64 e segs. sobre 1846, e estatísticas seguintes na p.20.

⁶ O trabalho clássico de referência sobre o nacionalismo angolano é Marcum (1969, 1978). Para outras fontes ver o meu ensaio bibliográfico (Minter 1992).

⁷ Stockwell (1978), 193; Pezarat Correia (1991), 146; Heimer, *Entkoloniesierungs-konflikt* (1979), 199-200.

⁸ O historiador David Birmingham descreve o Carnaval, em Birmingham (1992), 89-95, relacionando-o com a história e estrutura da sociedade angolana.

⁹ Hanlon (1984), 58. Entre outras fontes sobre a saúde neste período, Barker (1985). Sobre a educação, ver Marshall (1990) e Lind (1988).

¹⁰ *AfricaAsia*, Fevereiro 1984, 31-32; Somerville (1986), 154n; Wolfers e Bergerol (1983), 111 e segs.

¹¹ Hodges (1987), Capítulo 5: Petróleo e Energia.

¹² Riaúzova (1986), 12. Entre as abundantes fontes (sobretudo em português) sobre a literatura angolana, merecem referência Ferreira (1986) e Hamilton (1975).

¹³ People's Republic of Mozambique (1984), 13.

¹⁴ Egerö (1990), 120 e segs.

¹⁵ Para informação resumida sobre o sistema político, o partido e o Estado, ver Wolfers e Bergerol (1983), 158-90, e Somerville (1986), 78-130.

¹⁶ *AfriqueAsie*, 10 de Janeiro de 1977; *Marchés Tropicaux*, 13 de Maio de 1977, em *Facts and Reports*, 13 de Julho de 1977.

¹⁷ No início de 1977, o Presidente Neto denunciou um *complot* alegadamente envolvendo Mobutu, a FLEC, a FNLA, a UNITA e portugueses de direita, com planos para efectuar uma invasão coordenada a Angola; *The Observer*, 17 de Abril de 1977. Para uma visão resumida de Shaba I (1977) e II (1978), ver Zartman (1989), 143-69.

¹⁸ Ver um bem documentado relato da tentativa de golpe em *AfriqueAsie*, 11 de Julho de 1977, assim como Wolfers e Bergerol (1983), 85-100, e Birmingham (1978), 554-64.

¹⁹ *Washington Post*, 19 de Maio de 1978; Minter (1986), 296-7, e fontes aí citadas.

²⁰ Também conhecida como Batalhão Búfalo, esta unidade era composta principalmente por tropas da FNLA que haviam acompanhado a coluna invasora sul-africana em 1975, e retirado com ela para a Namíbia. Durante vários anos até mesmo a existência desta unidade foi negada, até um mercenário britânico ter dela desertado em 1981: *Guardian*, 29 de Janeiro de 1981, 2 de Fevereiro de 1981; *Africa News*, 23 de Março de 1981.

²¹ A incursão de Cassinga é descrita na perspectiva dos militares sul-africanos em Steenkamp (1983), 47-144. Para relatos de testemunhas oculares ver International Defence and Aid Fund (1981) e Africa Watch, *Accountability in Namibia* (1992), 27-32.

²² Steenkamp (1989), 68.

²³ *Benguela Railways* (1987), 127.

²⁴ People's Republic of Mozambique (1984), 30; Johnson e Martin, *Apartheid Terrorism* (1989), 43.

A GUERRA TOTAL E AS SUAS CONSEQUÊNCIAS, 1980-93

A década de setenta foi frustrante para os governantes sul-africanos. Primeiro Portugal abandonou Angola e Moçambique. A iniciativa de *détente* fracassou na Rodésia. Depois, eles apostaram sem sucesso na intervenção militar em Angola. Alguns meses mais tarde a juventude do Soweto irrompeu em protesto e só foi travada por meio de uma sangrenta e embaraçosa repressão. A África do Sul assassinou Steve Biko, um líder do protesto, mas não conseguiu travar as primeiras sanções mandatórias das Nações Unidas – o embargo de armas de Novembro de 1977. Pela primeira vez os guerrilheiros representavam uma ameaça séria na Rodésia e na Namíbia, enquanto que aqueles que a África do Sul considerava como perigosos governos liberais de Washington e Londres pressionavam no sentido de negociações para a independência nesses dois países.

Até então não houvera propriamente uma ameaça de guerrilha no interior da África do Sul. Por outro lado, os governos ocidentais ainda não consideravam a possibilidade de aplicação de sanções sérias contra o regime do *apartheid*. Mas os estrategas sul-africanos viam o perigo por toda a parte. Atribuíam-no a uma 'ofensiva total' orquestrada pela União Soviética, envolvendo exilados sul-africanos, activistas internacionais, Estados africanos e seus colaboradores no seio das igrejas, de grupos de pressão e, mesmo, de governos ocidentais.

As políticas do Primeiro-Ministro John Vorster, no cargo desde 1966, pareciam incoerentes e fracassadas. Para a África do Sul poder sobreviver, afirmavam os críticos internos, o Partido Nacional necessitava de uma direcção mais determinada, homens com um plano e fortes capacidades de gestão.

A estratégia total da África do Sul

O aparelho militar tinha uma tal perspectiva: uma 'estratégia total', diziam eles, para contrariar a 'ofensiva total'. E tinham igualmente o seu candidato, P.W.Botha, um político partidário que servia como Ministro da Defesa desde 1965. Em 1973 Botha advertira o parlamento, dizendo que 'há já bastante tempo que estamos envolvidos numa guerra de baixa intensidade'.¹ O Livro Branco da Defesa de 1977, resumia assim a situação: toda a política governamental deve subordinar-se a uma 'Estratégia Nacional Total' que defenda o inegociável 'princípio do direito à auto-determinação da nação branca'.²

A palavra de ordem, do teórico francês da contra-insurgência André Beaufre, sublinhava a flexibilidade e coordenação das acções política, diplomática, económica e militar. A coligação de Botha incluía não só militares mas também homens de negócios e políticos da ala *verligte* (reformista) do Partido Nacional. Botha foi eleito em Setembro de 1978, com o apoio de Roelof ('Pik') Botha, um rival que passou a servir como Ministro dos Negócios Estrangeiros ao longo de toda a era Botha.

A estratégia total era um quadro onde se articulava um complexo de reformas e repressão, tanto internamente como na política externa. A implementação variou, dependente tanto das circunstâncias quanto dos debates políticos. Não havia 'pombas' no verdadeiro sentido da palavra – todos concordavam que se justificavam quaisquer meios contra os inimigos de Pretória. Mas surgiram muitas vezes diferenças relativamente ao equilíbrio entre a violência e outras medidas, não apenas entre os militares e o Ministro dos Negócios Estrangeiros, mas também no próprio seio dos militares e entre funcionários civis.

Inicialmente não havia uma diferença clara entre Botha e o seu predecessor. Mas após a derrota de Angola, os militares sul-africanos capacitaram-se maciçamente para levar a cabo acções tanto secretas como abertas na região. Como Primeiro-Ministro, Botha prosseguiu nessa direcção e fortaleceu a determinação do regime de utilizar a sua maior capacidade de destruição. As operações secretas, anteriormente viradas para a espionagem e manipulação política sob a égide do Bureau de Segurança do Estado, floresceram no seio dos militares. O Departamento de Informações Militares tornou-se a principal agência de informações. Cresceram rapidamente as forças especiais de coman-

dos, incorporando recrutas negros e brancos. Por volta de 1980, a África do Sul tinha já uma enorme vantagem militar convencional em relação aos seus vizinhos, e um poder aéreo sem paralelo. Tinha também unidades capazes de funcionar em incursões relâmpago ou, a mais longo prazo, na orientação clandestina de forças teleguiadas.

Em 1979, as acções militares sul-africanas pareciam continuar a dirigir-se principalmente para os conflitos da Namíbia e da Rodésia. Mas no ano seguinte assistiu-se ao início da 'ofensiva total' em Angola e Moçambique. Esta mudança seguiu-se à retumbante vitória de Robert Mugabe nas eleições de Fevereiro de 1980 no Zimbabwe, que ridicularizou as expectativas sul-africanas segundo as quais era possível manipular a política negra fazendo recurso ao dinheiro e à intriga. O Zimbabwe tornou-se o elemento central da Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral (SADCC), que uniu nove Estados no objectivo de conseguir uma maior independência económica relativamente à África do Sul. Angola, Botswana, Moçambique, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe também formaram uma Linha da Frente de seis Estados, que procurava coordenar a movimentação diplomática no sentido da libertação do sub-continente.

O escudo protector de Estados amigos da África do Sul, agora praticamente desfeito, não podia mais ser restabelecido. Mas a África do Sul tinha poderio militar para fazer com que os seus vizinhos pagassem caro a ousadia de qualquer ajuda prestada à causa anti-apartheid.

Soltando os cães de guerra, 1980-82

A ameaça percebida pelos sul-africanos era, em parte, real. Após os acontecimentos do Soweto, milhares de estudantes fugiram do país, muitos deles para procurar treino de guerrilha junto do Congresso Nacional Africano (ANC). O ANC tinha o seu quartel-general na Zâmbia e campos de treino na Tanzânia e no Norte de Angola. Significativamente, nenhuma dessas instalações se situava em países com fronteiras com a África do Sul, demasiado vulneráveis aos ataques sul-africanos. Para conseguir fazer sair os recrutas da África do Sul e infiltrar guerrilheiros treinados ou armas, o ANC dependia de redes clandestinas de passagem através do Botswana, Zimbabwe, Moçambique, Swazilândia e Lesotho. Esses redes funcionavam umas vezes com

a ajuda de funcionários locais que fechavam os olhos, outras à revelia das polícias que cooperavam com os sul-africanos. Mas a nenhum desses países ocorreu prestar-lhes o mesmo tipo de apoio que o concedido por Moçambique aos guerrilheiros zimbabweanos, ou por Angola à SWAPO.

A luta de guerrilhas do ANC era, assim, em termos militares, de limitada e baixa intensidade. O seu sentido principal consistia em ajudar simbolicamente as campanhas políticas anti-*apartheid*. Cada sucesso do ANC no interior da África do Sul significava um novo incentivo à retaliação militar contra os Estados vizinhos. Mas no interior da África do Sul tais ataques serviam para elevar o prestígio do grupo no seio dos negros.

A independência do Zimbabwe ajudou à eclosão de uma nova onda de resistência política no interior da África do Sul. Um boicote às aulas por parte de estudantes mestiços e indianos revelou que a nova geração dessas comunidades se identificava com o protesto negro. Em 1 de Junho de 1980, o ANC levou a cabo a sua primeira acção de guerrilha em grande escala, contra fábricas de transformação de carvão em combustível perto de Johannesburg. Em retaliação, a África do Sul bombardeou duas casas na Swazilândia, matando um exilado sul-africano e uma criança swazi.

No mês anterior, em resposta ao incremento dos ataques da SWAPO no Norte da Namíbia, a África do Sul lançou a Operação Sceptic (Cortina de Fumo), descrita como o maior ataque de infantaria sul-africano desde a Segunda Guerra Mundial. Cerca de 2.000 soldados sul-africanos atacaram bases da SWAPO a mais de 160 quilómetros no interior de Angola, tendo igualmente atacado tropas e civis angolanos. Ao longo de 1980, a África do Sul também levou a cabo numerosas operações militares de menor escala na mesma região. Comandos sul-africanos sabotaram instalações petrolíferas no porto de Lobito, numa operação que veio a ser reivindicada pela Unita. Em estreita coordenação com a ofensiva sul-africana, a Unita ocupou partes da província de Cuando Cubango. A cidade fronteiriça de Cuangar caiu em Fevereiro de 1980, Luengue em Junho e Mavinga em Setembro. Segundo o seu antigo comandante Jan Breytenbach, o Batalhão 32 desempenhou um papel fundamental nesta campanha, mas todo o crédito público foi concedido à Unita.³

Ao mesmo tempo que Angola sofria este assalto convencional,

Moçambique celebrava a independência do Zimbabwe e anunciava vitórias militares contra os restos do MNR. Em Fevereiro o MNR foi expulso da sua base das montanhas da Gorongosa, a Norte do corredor Beira-Zimbabwe; em Junho, forças moçambicanas desalojavam o MNR de uma nova base em Sitatonga, perto da fronteira com a África do Sul. As pistas de aterragem de helicópteros e os abastecimentos ali capturados revelavam o envolvimento activo das forças sul-africanas.

Em Abril, pouco tempo antes da independência do Zimbabwe, o comando do MNR e cerca de 250 tropas foram transferidos do Zimbabwe oriental para a África do Sul, tendo talvez 1.000 homens permanecido em Moçambique. A 'Operação Mila' sul-africana ganhou então toda a sua dinâmica, com campos de treino no interior da África do Sul, abastecimentos aéreos e a entrada e saída de forças especiais helitransportadas em Moçambique. Mas os ataques eram ainda de envergadura relativamente modesta e dirigidos contra zonas remotas das províncias de Manica e Sofala.

Em 30 de Janeiro de 1981, comandos sul-africanos invadiram casas do ANC num subúrbio de Maputo, matando treze membros da organização e um cidadão português ocasionalmente presente. Esta incursão, em alegada retaliação contra uma operação do ANC oito meses antes, ocorreu apenas alguns dias depois da declaração do Secretário de Estado norte-americano Alexander Haig sobre a necessidade de responder ao 'violento terrorismo internacional'. Também beneficiou de informações precisas e da aparente colaboração de alguns oficiais moçambicanos.⁴

Independentemente das redes de espionagem dos sul-africanos e da CIA terem ou não fornecido informações que possibilitaram o ataque, o que é certo é que as mudanças no clima político da Guerra Fria encorajavam a África do Sul. Na segunda metade do mandato de Carter, a pressão do Conselheiro Nacional de Segurança Zbigniew Brzezinski para contrariar os soviéticos havia eclipsado as hesitantes tendências anti-*apartheid* de Washington. Dois políticos norte-americanos relativamente liberais, Andrew Young e Cyrus Vance, deixaram a administração Carter nesta altura. No cenário mundial, o Xá do Irão caiu no início de 1979; as tropas soviéticas entraram no Afeganistão em finais do ano. No Corno de África, a rivalidade das superpotências intensificava-se, à medida que o governo etíope procurava apoios soviéticos e cubanos.

A nova equipa de Reagan mostrou-se ainda mais descuidada em relação aos problemas de África, e mais próxima da visão sul-africana da ameaça das forças aliadas dos soviéticos. Para Angola, com tropas cubanas e sem laços diplomáticos com Washington, não ia qualquer espécie de simpatia. Moçambique, que havia expulso seis diplomatas americanos sob acusação de espionagem em Março, não podia esperar muito mais. Internacionalmente, a África do Sul sentia ter recebido luz verde para recorrer à força.

Em 1981 a actividade militar do MNR começou gradualmente a intensificar-se. Para além de Manica e Sofala, os destacamentos do MNR penetraram no Norte de Inhambane, logo a Sul do rio Save, e no ocidente da província de Gaza, atravessando a fronteira a partir do Parque Nacional Kruger, na África do Sul. Os sul-africanos começaram a enviar abastecimentos por mar para as costas de Inhambane e Sofala, e prosseguiram com os lançamentos de pára-quedas. Comandos sul-africanos atacaram duas pontes importantes perto da Beira, assim como as bóias de sinalização do porto da mesma cidade. Mas em Dezembro de 1981 as tropas moçambicanas assaltavam uma grande base do MNR em Garágua, no Sul da província de Manica.

Em Angola, em Agosto de 1981, a África do Sul lançou a Operação Protea, uma invasão convencional da província do Cunene com mais de 10.000 tropas, o que representava um número cinco vezes maior que o da operação do ano precedente. Os sul-africanos ocuparam a maior parte da província do Cunene, incluindo a sua capital, Ngiva. Tal como nos anos anteriores, as tropas cubanas permaneceram em posições atrasadas e não participaram directamente nos combates. Entretanto, a Unita resistia às tentativas angolanas de retomada de Mavinga, e capturou várias pequenas cidades a Sul da província de Moxico. Comandos sul-africanos atacaram a refinaria de petróleo de Luanda em Novembro, causando estragos no valor de 12,5 milhões de dólares. A Unita reivindicou a autoria da operação.

No ano seguinte, as forças sul-africanas, que ainda ocupavam parte da província do Cunene, desencadearam ataques mais para Norte. A Unita, que realizara o seu 5º Congresso em Mavinga a meio do ano, ocupou o posto de Lumbala, na província do Moxico, e intensificou as operações de guerrilha em muitas zonas, incluindo o planalto central. A Unita avisou os trabalhadores estrangeiros que deixassem Angola, e atacou alvos como a clínica da Cruz Vermelha no Huambo, que

colocava próteses nos amputados de guerra.

Em Setembro de 1982 a Unita libertou quinze reféns estrangeiros, incluindo uma enfermeira suíça capturada em Maio. Este episódio assinalou o início de uma campanha sistemática de captura de reféns para angariar publicidade para o movimento, em que os captivos eram geralmente obrigados a caminhar para Sul, para a zona da Jamba, onde eram eventualmente libertados. A Unita adoptou também a estratégia de colocar grande número de minas nas zonas sob controle governamental, e de atacar as viaturas civis e militares nas estradas.⁵ Tais acções aumentaram enormemente em 1981-1982, e atingiram o seu objectivo de criação de um clima de insegurança.

O MNR começou também a fazer reféns, sendo os primeiros um zoólogo britânico e vários portugueses, em finais de 1981. Embora faltasse ao MNR a capacidade da Unita para retirar vantagens publicitárias da soltura dos seus prisioneiros, estas acções tiveram o mesmo efeito de impedir o desenvolvimento rural. Os ataques sistemáticos do MNR estenderam-se a muitas outras províncias, incluindo a Zambézia, Tete, Inhambane, Gaza e Niassa. Segundo fontes do MNR, os seus contingentes atingiam já os 10.000 homens armados. Os abastecimentos sul-africanos começaram a entrar livremente através do Malawi ou por outras rotas terrestres, em helicópteros e aviões de transporte DC-3, ou ainda por mar. Para sublinhar a sua identidade moçambicana, o grupo abandonou o acrónimo inglês MNR; por volta de 1983 era já comum a sua designação de raiz portuguesa, Renamo.

Em suma, entre 1980 e 1982 a pressão militar contra Angola e Moçambique cresceu de uma acção de baixa intensidade para se transformar num assalto generalizado e permanente. Com excepção do extremo Sul de Angola, onde operavam forças convencionais sul-africanas em conjunto com a Unita, a Renamo e a Unita dedicaram-se a atacar alvos dispersos. Em ambos os países os comandos sul-africanos levaram a cabo operações especiais como os ataques de finais de 1982 contra a ponte de Giraul no Sul de Angola, ou os depósitos de combustível da Beira. As forças governamentais conseguiam organizar ataques bem sucedidos contra as bases da guerrilha mas não podiam estar em toda a parte ao mesmo tempo. Era escassa a capacidade de defesa contra a táctica traçada para semear o terror e a insegurança entre os civis das zonas rurais.

Falar, falar, lutar, lutar, 1983-84

Nos dois anos que se seguiram, os esforços diplomáticos para reduzir a violência levaram aos acordos da África do Sul com Angola em Fevereiro de 1984, e com Moçambique em Março de 1984. Porém, nem os acordos resolveram os conflitos nem a África do Sul fez um esforço sério para os implementar. Após uma ténue pausa, as guerras prosseguiram.

Essas negociações não envolveram directamente nem os movimentos insurgentes que se opunham à África do Sul (a SWAPO e o ANC), por um lado, nem a Unita ou a Renamo, por outro. Incidiram antes sobre o objectivo mais limitado de reduzir o envolvimento governamental nas chamadas 'operações através das fronteiras'.

Pode encontrar-se um paralelo superficial entre os dois lados. A SWAPO e o ANC operavam contra a África do Sul com apoio dos Estados da Linha da Frente; a Unita e a Renamo atacavam Angola e Moçambique com apoio sul-africano. Mas este aparente paralelismo escondia profundas diferenças. As tropas de Angola e Moçambique nunca lançaram operações no interior de território controlado pela África do Sul; pelo contrário, as tropas sul-africanas fizeram incursões e invasões repetidas nos países vizinhos. As operações de guerrilha da SWAPO e do ANC eram de pequena escala, causavam apenas um número limitado de baixas e evitavam ataques indiscriminados contra civis. As operações da Unita e da Renamo eram explicitamente concebidas para destruir as economias e espalhar o terror entre os civis.

Tais diferenças reflectiam o grande desequilíbrio material de meios militares entre o regime sul-africano e os seus opóntes, assim como uma grande diferença de valores morais e políticos. Pretória revelava um desprezo total pela vida de civis negros. Embora também tenham morrido civis às mãos das forças anti-apartheid, os líderes destas conseguiam geralmente impor um certo controle a este respeito. A disparidade resultante, em termos de mortes e sofrimento, faz lembrar o padrão comum dos antigos combates coloniais: o regime branco e os seus aliados africanos matavam centenas por cada vítima causada pelos seus oponentes.

Todavia, contrariamente à situação de finais do século XIX, agora nem um tal nível de destruição garantia a segurança do regime branco na Namíbia e na África do Sul. A SWAPO e o ANC não podiam ser

inteiramente neutralizados, nem que os Estados vizinhos se abstivessem de qualquer apoio. A África do Sul fora universalmente condenada e, em face das campanhas contra a legitimidade internacional do regime, não eram os ataques directos ou camuflados contra Angola e Moçambique que iriam reverter a situação.

O objectivo último da África do Sul era agora criar uma região da África Austral na qual todos os outros Estados aceitassem a legitimidade e hegemonia sul-africanas e colaborassem activamente no policiamento da oposição ao regime do *apartheid*. Mas um tal nível de controle era impossível, mesmo no caso de Estados pequenos e totalmente dependentes como o eram o Lesotho ou a Swazilândia. Objectivos maximalistas mais específicos incluíam a instalação da Unita em Luanda e da Renamo em Maputo. Mas isso requeria invasões sul-africanas abertas e em larga escala. Mesmo que vencessem, os sul-africanos teriam que defender tais regimes. Era duvidoso o lucro líquido desta opção para a segurança sul-africana.

Alternativamente, Pretória podia tentar estabelecer limites específicos para a acção angolana e moçambicana, esperando pelo menos debilitar as campanhas de guerrilha da SWAPO e do ANC. Mas tais limites não eram suficientes para destruir o apoio à SWAPO e ao ANC no interior da Namíbia e da África do Sul, ou na arena internacional. Uma vez que a acção de guerrilha era apenas uma pequena parte da estratégia dos movimentos, e que ela podia ser mantida a baixo nível sem apoio significativo dos Estados da Linha da Frente, tais acordos não eliminavam a ameaça sentida pela África do Sul. Esta situação criou a tentação recorrente de Pretória de transferir o conflito para a arena militar, onde a África do Sul continuava a beneficiar de uma enorme vantagem.

No seio do governo sul-africano não havia um consenso claro sobre os objectivos práticos a nível da região. Até 1988, os ganhos potenciais na frente diplomática nunca chegaram a ser suficientemente decisivos para pôr de parte a opção militar. A África do Sul não pagou qualquer preço importante pela escalada militar, e os mentores da estratégia total de Pretória não se preocupavam com os custos em termos humanos.

Mesmo assim, as mudanças ocorridas em 1983 e 1984 pressionavam no sentido de soluções diplomáticas. A administração Reagan estava a ser criticada pelo Congresso e pelos seus aliados europeus pela sua aproximação excessiva a Pretória. Alguns políticos da administração

sentiam que a política de desestabilização de Pretória estava a perder o controle. Com a aproximação do final do primeiro mandato de Reagan, eram necessários resultados concretos da política de engajamento construtivo. Ao mesmo tempo, Angola e Moçambique melhoravam a sua capacidade de defesa. Não era possível uma defesa totalmente eficaz, mas os dois países podiam e fizeram com que os custos da acção militar sul-africana fossem mais elevados.

Durante o ano de 1983, a África do Sul continuou a ocupar o Sul de Angola, efectuando esporadicamente algumas incursões mais para o interior. A Unita alargou a sua acção a novas áreas. Comandos sabotaram a importante barragem hidroeléctrica de Lomaum; a Unita capturou seis técnicos checos numa fábrica de papel do Alto Catumbela. Mas o governo angolano reorganizou as suas forças em meados do ano e iniciou uma contra-ofensiva. Em Agosto a Unita teve que apelar para reforços sul-africanos numa batalha em Cangamba, província do Moxico. A União Soviética avisou a África do Sul contra uma nova escalada. Em finais de 1983 e inícios de 1984, a 'Operação Askari' deparou com uma resposta das forças angolanas que o general sul-africano Constand Viljoen considerou de uma ferocidade inusitada.

Na sequência da Operação Askari, negociadores angolanos e sul-africanos encontraram-se em Lusaka, na Zâmbia, em Fevereiro de 1984, e acordou-se na retirada das tropas sul-africanas do Sul de Angola em troca da limitação da presença dos guerrilheiros da SWAPO nas zonas fronteiriças. Os angolanos esperavam que este acordo fosse seguido de progressos nas difíceis negociações para a independência da Namíbia. Mas os sul-africanos dificultaram até mesmo a implementação da retirada, deixando as suas tropas em Angola ao longo do ano de 1984. A África do Sul assinalou a continuação do seu apoio à Unita quando Jonas Savimbi assistiu à tomada de posse de P.W.Botha como Presidente do Estado, em Setembro de 1984. Em 1983 e 1984 aumentaram os abastecimentos militares sul-africanos à Unita. Os ataques da Unita atingiam agora alvos mais importantes e iam tão longe quanto Sumbe, na província do Kwanza Sul, ou uma mina diamantífera na Lunda, onde a Unita capturou dezasseis reféns britânicos, quarenta portugueses e cinquenta filipinos.

Em Moçambique, os ataques da Renamo também aumentaram em 1983. De fora ficava apenas a província de Cabo Delgado, no extremo norte. A intensificação dos combates, entre 1981 e 1983, que destruíram

serviços sociais e vias de comunicação, coincidiu com a mais grave seca dos últimos cinquenta anos, afectando particularmente as províncias de Tete, Gaza e Inhambane. Nas zonas afectadas pela seca a Renamo atacava as colunas de abastecimento. Algumas estimativas consideram que a fome matou mais de 100.000 pessoas neste período. A África do Sul lançou outra incursão aberta de comandos em Maio de 1983, matando cinco moçambicanos e um refugiado sul-africano.

As tropas zimbabweanas entraram em Moçambique em finais de 1982, para ajudar na defesa dos corredores de transporte, fundamentais para o comércio e importação de petróleo para o Zimbabwe. Um exército moçambicano reorganizado conseguiu obter alguns sucessos, particularmente na província de Inhambane. Mas a Frelimo, partido no poder, decidiu-se também por uma iniciativa diplomática para reduzir o nível do assalto militar sul-africano. O objectivo consistia em convencer os aliados ocidentais da África do Sul que Moçambique era um país genuinamente não-alinhado e que a África do Sul era a verdadeira responsável pela instabilidade na região. Moçambique procurava uma *détente* militar com a África do Sul, ao mesmo tempo que se recusava a abandonar o seu apoio político ao ANC.

Após um encontro entre o Ministro dos Negócios Estrangeiros moçambicano Joaquim Chissano e o Secretário de Estado americano George Shultz, em Outubro de 1982, Washington criticou abertamente o apoio da África do Sul à Renamo. Negociadores moçambicanos e sul-africanos encontraram-se em Dezembro de 1982 e Maio de 1983, mas só em Dezembro de 1983 é que os sul-africanos pareciam dispostos a negociar seriamente. O Acordo de Nkomati, assinado em Março de 1984, dispunha que nem a África do Sul nem Moçambique permitiriam qualquer apoio a acções armadas partidas dos respectivos territórios contra a outra parte. Moçambique cumpriu com o acordo e reduziu a presença do ANC em Moçambique a uma pequena representação diplomática. O acordo foi fortemente criticado na África Austral, encarado como uma capitulação de Moçambique face à África do Sul, embora alguns críticos considerassem que as pressões a que Moçambique estava submetido justificavam a decisão.

Os acordos de Lusaka e Nkomati trouxeram algum crédito diplomático à África do Sul. Mas mais que o conteúdo dos acordos, era a imagem que favorecia a África do Sul. Se implementados em boa fé eles teriam imposto maiores restrições ao regime sul-africano que aos seus

opponentes.

Nenhum dos grupos insurgentes de qualquer dos lados esteve envolvido nos acordos de 1984. Mas as operações da Unita e da África do Sul em Angola dependiam do envolvimento em larga escala do poder aéreo e das tropas convencionais em parte do país; em Moçambique, as operações da Renamo dependiam de um envolvimento sul-africano consistente na logística e comunicações. Pelo contrário, as operações de guerrilha de pequena escala da SWAPO e do ANC, dadas as suas ligações a organizações políticas e a legitimidade de que gozavam no interior dos seus países, podiam prosseguir mesmo que com menos recursos.

A África do Sul achou útil assinar os acordos. E alguns funcionários poderão mesmo ter argumentado que era útil mantê-los. Mas o que é certo é que as operações militares sul-africanas prosseguiram tanto em Angola como em Moçambique. A promessa de uma pausa para a celebração diplomática revelou-se ilusória.

Alimentando as chamadas da violência, 1985-87

Apesar dos estrategas totais sul-africanos argumentarem que podiam muito bem controlar os acontecimentos desde que o mundo exterior não interferisse, era em casa que a sua vulnerabilidade se apresentava mais crítica. O lado reformista da estratégia de Botha culminou com a formação de um parlamento trilateral, em 1984, onde indianos e mestiços passaram a ter uma representação simbólica ao lado dos brancos. O reforço da presidência executiva abriu caminho ao regime para controlar o ritmo da mudança, com o objectivo de vir a permitir a representação africana através das *homelands* e dos concelhos para uma elite de africanos urbanizados. Mas o esquema era tão pouco credível que ajudou a desencadear uma nova onda de protestos negros, baseados em organizações comunitárias e sindicatos, em estreita aliança com o ANC. Mesmo as acções de guerrilha do ANC começaram novamente a intensificar-se em 1985, apesar das maiores dificuldades de trânsito através de Moçambique.

Da mesma forma, na Namíbia a coligação interna de grupos brancos e negros que a África do Sul accionou para dirigir o país não conseguiu ganhar legitimidade. A SWAPO conseguiu novos apoios políticos no interior do país. Embora a África do Sul proclamasse, em cada investida

contra Angola, que a capacidade de guerrilha da SWAPO havia sido destruída, o movimento continuou a infiltrar guerrilheiros e a manter a sua base no populoso Norte da Namíbia.

Os gestos de paz de 1984 tinham feito a África do Sul ganhar alguns pontos diplomáticos junto dos governos ocidentais. Agora, contudo, a nova onda de resistência interna despoletou níveis mais altos de organização anti-*apartheid* nos EUA e na Europa. A diplomacia não conseguiu emprestar um novo fôlego ao *apartheid*. Nem mesmo o haviam conseguido as acções militares contra Angola, Moçambique e outros países vizinhos. Mas com a escalada das ameaças no interior da África do Sul, os falcões fizeram prevalecer a sua opção de golpear o ANC e seus aliados sempre que possível. Os guerrilheiros do ANC continuavam a ter bases de treino no Norte de Angola, e Moçambique, no mínimo, continuava a conceder-lhes apoio moral. As campanhas contra Angola e Moçambique poderiam não ser a resposta mais eficaz contra a crescente força política do ANC no interior da África do Sul. Mas elas constituíam a solução mais fácil e atingiam claramente aqueles que os falcões sul-africanos consideravam como fazendo parte da conspiração soviética contra si.

Entretanto, nos EUA, o Presidente Reagan conseguia reeleger-se em finais de 1984, e proclamava a 'doutrina Reagan' de apoio norte-americano aos 'combatentes da liberdade' anti-comunistas. A comunidade internacional condenou a escalada de ataques contra Angola e Moçambique e os diplomatas norte-americanos pediram à África do Sul que fosse mais moderada. Mas, ao mesmo tempo, os poderosos ideólogos de Washington louvavam a forte acção militar sul-africana contra os aliados dos soviéticos, especialmente Angola.

O governo de Moçambique, encorajado pela mediação norte-americana, esperava ainda que a África do Sul respeitasse o Acordo de Nkomati. O Ministro dos Negócios Estrangeiros sul-africano acolheu conversações indirectas entre o governo moçambicano e a Renamo em Outubro, e aparentemente estava na calha um acordo para o reconhecimento da Renamo por parte dos moçambicanos. Mas a Renamo acabou por recuar e foi revelado mais tarde que os Serviços de Informações Militares sul-africanos trabalharam para sabotar esses contactos. Além disso, mesmo antes de Nkomati a África do Sul intensificou os abastecimentos em armamento, e generais importantes afirmaram manter o apoio à Renamo. Em meados do ano começaram os fornecimen-

tos de armamento. Os ataques da Renamo prosseguiram e chegaram mesmo a atingir zonas anteriormente seguras, como a estrada de Maputo para a Swazilândia.

A administração norte-americana, que se congratulava por ter ajudado a promover o acordo, não fez qualquer tentativa vigorosa para impedir que os sul-africanos o violassem. Enquanto que Moçambique procurava apoios ocidentais para pressionar a África do Sul, o Departamento de Estado, pelo contrário, tentava atenuar as exigências do público e do Congresso, de sanções contra a África do Sul devido ao seu sistema interno de *apartheid*. A direita norte-americana pressionava para que a Renamo fosse incluída entre os clientes da doutrina Reagan, ao lado dos Contras da Nicarágua e da Unita. Os defensores da aproximação diplomática a Moçambique conseguiram bloquear tais esforços e o Presidente Samora Machel foi recebido pelo Presidente Reagan numa visita de Estado, em 1985.

Machel levou consigo novas provas de violações sul-africanas a Nkomati, obtidas na sequência de um ataque à base central da Renamo. O Ministro dos Negócios Estrangeiros sul-africano Pik Botha, embora embaraçado, admitiu apenas 'violações técnicas' do acordo. Nos dois anos que se seguiram o apoio militar sul-africano à Renamo prosseguiu, e aparentemente cresceu, complementado pelo envolvimento cada vez maior de uma complicada teia de grupos de extrema-direita, empresários e agências de informações de outros países.

A escalada dos ataques da Renamo culminou com uma ofensiva a partir do Malawi contra as províncias de Tete, Zambézia e Sofala, em Outubro de 1986. Comandos sul-africanos participaram nos assaltos que conseguiram levar à captura de algumas capitais distritais. As tropas moçambicanas e zimbabweanas acabaram por conseguir travar essa ofensiva antes que ela atingisse o seu aparente objectivo de dividir Moçambique com o estabelecimento de um corredor para o mar controlado pela Renamo.

Na sequência da explosão de uma mina em território sul-africano junto à fronteira com Moçambique, o Ministro da Defesa sul-africano Magnus Malaan ameaçou retaliar. Alguns dias mais tarde, o avião pessoal do Presidente Samora Machel, que regressava de uma cimeira da Linha da Frente na Zâmbia, despenhou-se perto da fronteira sul-africana. No acidente morreram o Presidente moçambicano e trinta e três outras pessoas. A África do Sul alegou que o acidente se deveria a

um erro do piloto, mas a evidência indicou que os pilotos haviam sido atraídos por um falso rádio-farol cuja origem nunca veio a ser explicada.⁶

Na sequência da ofensiva de 1986, o novo presidente moçambicano, Joaquim Chissano, renovou os esforços junto dos outros Estados da Linha da Frente no sentido de persuadirem o Malawi a reduzir o apoio à Renamo. Tropas tanzanianas e zimbabweanas ajudaram Moçambique a retomar o controle de grande parte das províncias afectadas. Em Julho de 1987, a publicidade em torno do massacre de Homoine constituiu um rude golpe contra os apoiantes da Renamo em Washington. O Presidente Chissano visitou Washington em Outubro, renovando os pedidos para que os EUA pressionassem Pretória. Mas o apoio material sul-africano às acções de guerrilha da Renamo continuou inabalável.

Em Angola, os anos de 1985 e 1986 foram também anos de escalada do conflito. A Unita prosseguiu a sua guerra de guerrilhas na maior parte do campo. Os contra-ataques angolanos contra as bases da Unita atraíram maior número de forças sul-africanas para batalhas convencionais no interior de Angola. Em Maio de 1985, uma unidade de comandos sul-africanos foi surpreendida numa missão de sabotagem contra instalações da Gulf Oil em Cabinda e um homem foi capturado, o que serviu para aumentar a tensão entre Pretória e Washington.

Mesmo assim, o grupo norte-americano de extrema-direita que apoiava Savimbi fortaleceu-se. O Congresso anulou a Emenda Clark que proibira a intervenção camuflada em Angola em meados de 1985, e alguns meses depois Reagan decidiu conceder uma nova ajuda secreta à Unita. O seu valor, estimado em cerca de 15 milhões de dólares em 1986, era apenas simbólico se comparado com o envolvimento sul-africano. Todavia, ele veio a encorajar a atitude agressiva da África do Sul. Quando as tropas angolanas ameaçaram Mavinga, em finais de 1985, unidades aéreas e de artilharia sul-africanas ajudaram a evacuar as forças de Savimbi. Em 1986, a África do Sul apoiou o bombardeamento da base angolana de Cuito Cuanavale e prosseguiu as suas incursões no interior de Angola.

A Unita também prosseguiu com os seus ataques de guerrilha. Em diversos incidentes, tais como o de Camabatela, em Fevereiro de 1986, ou o de uma aldeia da província de Huambo, em Janeiro de 1987, a Unita assassinou um grande número de civis. Mas a táctica mais destrutiva continuava a ser a colocação de minas e a interrupção das

rotas de transporte.

Entretanto, continuou a aumentar a pressão internacional para a imposição de sanções contra a África do Sul. Esta respondia com agressividade, lançando ataques contra o Botswana, Zimbabwe e Zâmbia em Maio de 1986, numa altura em que um Grupo de Notáveis da Commonwealth visitava precisamente a África do Sul para explorar as possibilidades de negociações. Mais tarde, ainda nesse ano, alguns países ocidentais impuseram sanções económicas parciais à África do Sul. Nos Estados Unidos, o Congresso aprovou o *Comprehensive Anti-Apartheid Act* de 1986, passando por cima do veto do Presidente Reagan. As sanções ajudaram a obrigar a África do Sul a uma postura mais conciliatória. Mas a curto prazo talvez tenham reforçado a intransigência sul-africana. De qualquer das formas, a opinião pública ocidental prestava pouca atenção às acções militares regionais sul-africanas.

Em 1987, as guerras intensificaram-se significativamente em ambos os países. Em Angola, o centro das hostilidades situou-se de novo na província do Cuando Cubango, entre Cuito Cuanavale e Mavinga, a partir de Setembro. As batalhas, com o maior envolvimento de sempre de forças sul-africanas e cubanas, resultaram num grande revés para a África do Sul e para a Unita. Mas em finais de 1987 Savimbi proclamava grandes vitórias tais como a retomada de Munhango, na linha férrea de Benguela. No fim de contas, a confrontação militar convencional tinha atingido um impasse.

Em Moçambique, no ano de 1987 ocorreu não só o massacre de Homoine mas, também, a morte de mais de 400 civis em três emboscadas e colunas no Sul, em Outubro e Novembro. Outras cinquenta pessoas foram mortas nas plantações de chá de Gurué, na província da Zambézia. Testemunhas oculares afirmaram que este ataque a Gurué foi chefiado por dois brancos; ligados aos ataques no Sul foram referidos paraquedas e outras provas de envolvimento sul-africano. Aumentavam os pequenos ataques por todo o país.

Atenuando a guerra convencional: guerra e negociações, 1988-89

Em 1988 as guerras de Angola e Moçambique atingiam a intensidade máxima. O cansaço da guerra era generalizado. Neste período iniciaram-se negociações mais sérias. Mas os resultados surgiram aos poucos:

primeiro a independência da Namíbia; depois, dois anos mais tarde, um cessar-fogo em Angola. Em finais de 1992, quando Moçambique celebrou finalmente o seu cessar-fogo, o recomeço da guerra em Angola revelou deficiências fundamentais no processo regional de paz. Todavia, durante cinco anos o tema central foi a diminuição do nível do conflito.

As primeiras questões a resolver eram a independência da Namíbia e a guerra convencional no Sul de Angola. Em 1988 era cada vez mais alto o preço a pagar por todas as partes envolvidas. No ano precedente as forças angolanas, com encorajamento soviético e novos abastecimentos, tinham avançado no Sudeste de Angola para serem repelidas para Cuito Cuanavale por reforços sul-africanos. Nessa altura, por sua vez, as forças sul-africanas começaram a perder a supremacia aérea que detinham até então. A manutenção do cerco era dispendiosa e o risco do aumento das baixas brancas começava a ser politicamente inaceitável. Em Novembro de 1987 chegaram novas forças cubanas de assalto, que reforçaram os angolanos em Cuito Cuanavale e, em conjunto com estes e com a SWAPO, avançaram em direcção à fronteira da Namíbia, no Sudoeste. Pela primeira vez as tropas sul-africanas do norte da Namíbia sentiram-se ameaçadas.

Esta evolução militar coincidiu com outros factores que levavam a repensar toda a situação. As sanções internacionais contra a África do Sul começavam a ter impacto. A resistência política no interior da Namíbia, expressa nas greves de estudantes e trabalhadores, começava a aumentar. Ao nível mundial, os diplomatas soviéticos e americanos estavam cada vez mais de acordo na necessidade de resolver os 'conflitos regionais'. Pela primeira vez os EUA manifestavam o desejo de incluir Cuba nas negociações. Em Maio de 1988 começou uma nova série de complexas negociações que culminaram, em Dezembro, com dois acordos paralelos. O primeiro, assinado por Cuba, Angola e África do Sul, estabelecia o calendário para a realização de eleições na Namíbia sob a supervisão das Nações Unidas, em finais de 1989, às quais se seguiria imediatamente a independência. O segundo, entre Cuba e Angola, especificava um calendário para a retirada gradual das tropas cubanas de Angola, devendo 50% partir antes das eleições da Namíbia, em Novembro de 1989, e os restantes até meados de 1991. Os EUA e a União Soviética participaram nestas negociações como observadores.⁷

Os acordos incluíam a promessa sul-africana de cessar o apoio mili-

tar à Unita e o compromisso angolano de solicitar ao ANC a transferência das suas bases de guerrilha para outro país. Todavia, não houve compromissos relativamente à ajuda dos EUA à Unita, ou sobre o apoio soviético ao governo angolano.

Entretanto, os ataques da Renamo em Moçambique continuavam inabaláveis. A falta de combates convencionais ou de atenção diplomática das superpotências contribuiu para a obscuridade desta guerra. Todavia, em Washington, a campanha para conseguir o apoio oficial à Renamo sofreu um grande revés quando um relatório patrocinado pelo Departamento de Estado e divulgado em Abril de 1988, responsabilizou a Renamo por atrocidades sistemáticas e em grande escala. O governo moçambicano e a imprensa continuaram a responsabilizar a África do Sul pelo fornecimento de armas à Renamo. Em Setembro o Presidente Botha encontrou-se com o Presidente Chissano, tendo reafirmado a vontade sul-africana de reforçar pacificamente os laços económicos. Na ocasião, ele negou a continuação do apoio à Renamo. Porém, nada da nova declaração levava a crer que ela estava a ser implementada com mais seriedade do que o Acordo de Nkomati.

No início de 1989, o Presidente Botha sofreu um ligeiro ataque cardíaco e foi substituído na presidência do Partido Nacional por F.W. de Klerk. Após um difícil interregno, Botha cedeu igualmente a presidência a de Klerk, em Agosto. Aparentemente, esta transição teve pouco efeito imediato na política regional. Tanto Angola como Moçambique encetaram novas iniciativas de paz em 1989. Mas nenhuma delas deu frutos, apesar de uma cimeira abortada no Zaire, por momentos considerada como um grande passo em frente.

Apesar dos esforços encobertos da África do Sul para manipular as eleições na Namíbia, que reduziram a margem eleitoral da SWAPO, o grande envolvimento internacional criou condições para uma implementação relativamente tranquila dos acordos de 1988. As tropas sul-africanas retiraram-se do Sul de Angola e da Namíbia dentro dos prazos acordados. A SWAPO quase conseguiu a maioria de dois terços para adoptar sózinha uma constituição, mas de qualquer forma revelou uma perspectiva conciliadora na assembleia constituinte. A Namíbia tornou-se independente em 21 de Março de 1990.

A verificação internacional, que contou com a participação de Angola, Cuba, África do Sul, EUA, União Soviética e Nações Unidas, permitiu igualmente uma implementação pacífica da retirada das tropas

cubanas de Angola. A África do Sul deixava de poder abastecer por terra, em larga escala, o Sudeste de Angola. Mas os monitores não verificaram com suficiente detalhe a continuidade da presença de conselheiros sul-africanos junto da Unita, nem os pequenos movimentos através da fronteira ou os voos da África do Sul para a Jamba. Os EUA ajudaram a compensar a redução dos apoios sul-africanos, quer através de abastecimentos aéreos para a zona da Jamba quer apoiando a cada vez mais vigorosa campanha militar da Unita no Nordeste de Angola. Esta campanha setentrional, apoiada através da fronteira do Zaire, passava a ameaçar directamente a capital angolana, Luanda.

Imediatamente a seguir aos acordos de Nova York, no início de 1989, o governo angolano propôs um acordo interno de paz baseado na incorporação de membros e líderes da Unita nas estruturas governamentais, incluindo postos ministeriais, embora reservando um papel dominante para o governo existente. Ele incluía também uma 'retirada temporária e voluntária' (não o exílio, como se disse muitas vezes) de Savimbi da vida política angolana. A estratégia diplomática destinava-se a pressionar alguns chefes de Estado africanos, incluindo Mobutu Sese Seko do Zaire, cujo país se tinha tornado na mais importante rectaguarda militar da Unita. Na primeira parte de 1989 desenvolveu-se um complexo jogo de forças, à medida que Angola tentava montar uma coligação de Estados africanos em apoio ao seu plano, enquanto que a Unita e os seus apoiantes tentavam bloquear esse processo, defendendo um estatuto paritário em relação ao governo angolano.

O Bureau de África do Departamento de Estado estava nesta altura em transição. O veterano Chester Crocker, no posto há oito anos, passava a pasta a Herman Cohen, e os apoiantes e aliados da Unita no Congresso vigiavam de perto, para o caso de surgirem sinais de deslealdade para com a cruzada pró-Unita. Os palpites anunciados por Crocker em 1988, segundo o qual Angola seria recompensada pela flexibilidade revelada com a assinatura do acordo de Nova York, não se comprovaram dado que os EUA se recusaram a desenvolver os planos para o estabelecimento de uma missão de acompanhamento em Luanda, e de uma representação angolana em Washington. A ajuda da CIA à Unita aumentou de cerca de 30-45 milhões de dólares em 1988, para 50-60 milhões de dólares em 1989.

Em Junho de 1989, o Presidente Mobutu acolheu uma reunião no seu palácio de Gbadolite, Zaire, na qual participaram dezoito chefes de

Estado e que contou com a presença quer do Presidente José Eduardo dos Santos quer de Jonas Savimbi. Segundo a maioria dos presentes e a declaração de uma cimeira posterior realizada em Harare, Savimbi concordou com um cessar-fogo e com um acordo que correspondia, em grande medida, ao plano governamental angolano. Dos Santos e Savimbi abraçaram-se na presença dos chefes de Estado e o cessar-fogo foi marcado para alguns dias depois. Mas os detalhes fundamentais só se traduziram em acordos (ou equívocos) orais. Savimbi negou que tivesse concordado com mais que um comunicado geral ou com o prosseguimento das discussões. Mobutu foi subsequentemente acusado de ter enganado ambas as partes, levando cada uma a acreditar que a outra concordara com as suas condições.

Os angolanos de ambos os lados rejubilaram mas o cessar-fogo só durou alguns dias. Em seguida, as tropas da Unita receberam ordens para recomeçar com os ataques de guerrilha. O Presidente dos Santos e os militares angolanos foram criticados por terem acreditado na palavra de Savimbi e baixado a guarda. O papel de mediador de Mobutu ficou completamente desacreditado. A guerra prosseguiu. As negociações formais só viriam a ser reatadas após a independência da Namíbia, em Março de 1990.

O Presidente Chissano de Moçambique fez uma tentativa semelhante em 1989, apelando aos presidentes Moi do Quénia, e Mugabe do Zimbabwe, que servissem de mediadores. Numa conferência de imprensa, em Julho, pouco depois da cimeira do Zaire, Chissano anunciou os princípios de paz do governo, que incluíam a disposição de discutir modificações na constituição. A oferta pública havia sido precedida pelo encorajamento governamental de contactos privados de líderes religiosos moçambicanos com a Renamo. Na mesma semana Chissano encontrou-se com o líder do Partido Nacional da África do Sul, de Klerk, que reiterou o apoio da África do Sul ao processo de paz.

Mas a paz não estava iminente, nem em Moçambique nem em Angola. O governo queniano, escolhido como mediador devido aos seus laços com a Renamo, acabou por se envolver mais profundamente no apoio a este grupo. A Renamo prosseguiu inabalável nos seus ataques, com o apoio sul-africano, malawiano e, desta vez, queniano também. Em Angola, o fiasco de Gbadolite criou tensão entre Savimbi e Mobutu, e durante vários meses ficaram suspensos os voos de abastecimento da CIA para a Jamba a partir da base zairota de Kamina. A Unita procurou

intensificar os ataques ao Noroeste de Angola, mais vulnerável. A Jamba era abastecida por voos provenientes da África do Sul, em violação dos acordos de Nova York. Após o sucesso das eleições da Namíbia, o governo angolano desencadeou uma nova ofensiva convencional contra as bases da Unita, em finais de Dezembro. As tropas angolanas conseguiram desalojar a Unita da importante cidade de Mavinga, mas o reforço dos abastecimentos norte-americanos permitiram que esta resistisse. O governo foi então forçado a transferir recursos militares para enfrentar a intensificação dos ataques da Unita no Norte. O impasse militar prosseguia.

Promessas de paz: guerra, negociações e guerra, 1990-93

Quando a Namíbia finalmente se tornou independente, em Março de 1990, o tempo estava maduro para uma nova tentativa de negociações em Angola. Após os resultados inconclusivos da última ronda de batalhas convencionais, tornara-se clara para todos a improbabilidade de grandes alterações no equilíbrio militar. Em Abril começaram novas conversações entre o governo angolano e a Unita, tendo como mediador o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros português, Durão Barroso. O processo foi seguido de perto por representantes norte-americanos e soviéticos, que todavia não se envolveram directamente nele até finais do ano.

Para o governo angolano, os pontos fundamentais consistiam na aceitação de eleições multi-partidárias em lugar da mera incorporação da Unita no governo, e no recrutamento do futuro exército nacional numa base paritária a partir das forças do governo e da Unita. No início desse ano o Presidente dos Santos havia conseguido o concordância do seu partido relativamente a estes pontos. Mas a obtenção de um consenso quanto aos detalhes foi dificultada pela forte suspeita de que a Unita e os EUA se aproveitariam destas concessões para o derrube do governo. Nos finais de 1990, contudo, o congresso do MPLA aceitou uma constituição multi-partidária; em Abril de 1991, o partido abandonou oficialmente o marxismo-leninismo em favor de um socialismo democrático. A Unita, pelo seu lado, manifestava ainda maior relutância em aceitar a legitimidade do governo angolano antes das eleições, ainda que numa base interina, e procurou garantir a existência separada de dois exércitos e duas zonas de controle até à realização de eleições.

Tanto o governo como a Unita começavam a enfrentar a possibilidade da perda de apoios internacionais. O interesse soviético em retirar-se dos conflitos regionais era forte e reforçou os argumentos de dos Santos, no partido, em prol de maiores compromissos. A Unita, fortemente apoiada por Washington, estava a princípio menos inclinada a compromissos. Em Outubro, porém, a Câmara dos Representantes aprovou, por uma pequena margem, uma emenda que suspenderia a ajuda letal secreta à Unita se o governo angolano concordasse com um cessar-fogo e com um calendário eleitoral 'razoável'. Embora a legislação que continha a emenda tivesse sido vetada pelo Presidente Bush por outras razões, isto constituía um aviso a Savimbi de que os seus apoios estavam a enfraquecer.

Em Novembro, e seguindo uma sugestão do Ministro dos Negócios Estrangeiros soviético, Shevardnaze, os EUA e a União Soviética envolveram-se mais directamente nas negociações, conseguindo consenso em torno de um conjunto de conceitos que orientariam as discussões para o estabelecimento de um cessar-fogo e um calendário para as eleições. A Unita defendeu um máximo de doze meses entre o cessar-fogo e as eleições. Inicialmente, o governo angolano propôs trinta e seis meses, reduzidos para vinte e quatro no início de 1991, como período necessário para a implementação do cessar-fogo, formação de um exército neutral, remoção das minas das estradas e estabelecimento de outras condições necessárias para a realização de eleições. O acordo final estabeleceu que as eleições se realizariam entre quinze a dezoito meses após o cessar-fogo, a vigorar a partir de 15 de Maio.

Em Moçambique, a transição para um sistema multi-partidário avançou rapidamente em 1990 e 1991, mas foram poucos os progressos nas negociações com a Renamo. Tendo oficialmente abandonado o marxismo-leninismo enquanto ideologia partidária no congresso do partido de Julho de 1989, no início de 1990 a Frelimo desencadeou um amplo debate popular sobre uma nova constituição, tendo o sistema multi-partidário sido apresentado como uma opção para discussão. Embora a maioria, particularmente nas zonas rurais, referisse a manutenção do modelo unipartidário, o partido decidiu que o apoio minoritário a uma constituição multi-partidária era suficientemente amplo para permitir a sua adopção. A nova constituição passou a vigorar em finais de 1990. Nos dois anos que se seguiram surgiram numerosos partidos de oposição.

Embora as transformações em Moçambique fossem do agrado dos seus aliados ocidentais, e aparentemente satisfizessem todas as exigências da propaganda da Renamo ao longo dos anos, elas pouco influíram no curso da guerra, nem apressaram sequer as negociações do cessar-fogo. O Presidente de Klerk, que surpreendeu o mundo com a libertação de Nelson Mandela e o início de negociações com o ANC, não tomou medidas efectivas para acabar com o apoio militar sul-africano à Renamo. As figuras obscuras envolvidas nas redes de apoio à Renamo, no Malawi e no Quênia assim como na África do Sul, também não deram sinais de querer substituir a guerra pela paz.

Os esforços de mediação do Quênia e do Zimbabwe, com o Malawi a surgir como anfitrião de potenciais conversações directas, culminaram num fiasco quando, em Junho de 1990, os representantes da Renamo se recusaram a comparecer. O governo moçambicano persuadiu então e Comunidade Católica Romana de Santo Egídio, em conjunto com o governo italiano, a acolher negociações em Roma. A primeira ronda de negociações teve lugar em Julho.

As longas negociações, adiadas repetidamente pelas hesitações e recuos da Renamo, produziram em Novembro de 1991 um acordo limitado de cessar-fogo para os corredores do Limpopo e Beira, com a confinação das tropas zimbabweanas a essas áreas. Em Maio de 1991, quando os angolanos assinavam um acordo de paz, os mediadores em Roma haviam apenas conseguido o anuência da Renamo relativamente a uma agenda. À medida em que as conversações se arrastavam, focando aspectos aparentemente secundários, a maioria dos observadores e diplomatas parecia estar de acordo com o diagnóstico do governo moçambicano: a Renamo tinha medo da paz porque eram escassas as suas possibilidades de granjear apoios para a competição política pacífica, e porque os seus dirigentes se haviam habituado à guerra como forma de vida. Os seus obscuros apoiantes, na África do Sul e noutros lugares, pareciam também não ter uma visão clara daquilo que era de apresentar como exigências fundamentais para a paz. Em paralelo com as sucessivas rondas de negociações de Roma, a guerra prosseguiu nos anos de 1990, 1991 e 1992.

Em Outubro de 1992 foi finalmente assinado um acordo de cessar-fogo, que previa a desmobilização, criação de um novo exército nacional e realização de eleições no espaço de um ano. O Conselho de Segurança das Nações Unidas votou a participação de uma missão que

apoiasse na implementação do acordo. Nos meses que se seguiram, e no geral, o acordo manteve-se, contrariando as dúvidas que havia relativamente à capacidade da Renamo para controlar as suas tropas dispersas no terreno. Mas todas as outras provisões do acordo ficaram atrasadas, pela chegada lenta do pessoal internacional, pelas entradas e saídas da Renamo das comissões criadas para a sua implementação, e pela nova série de exigências que o movimento apresentou.

Em Angola, o cessar-fogo era implementado em Maio de 1991, surpreendentemente com poucas violações flagrantes. Proliferaram os pequenos partidos de oposição. Mas a missão das Nações Unidas encarregada de monitorar o cessar-fogo e as eleições previstas era manifestamente reduzida, assegurando apenas uma cobertura muito fraca – menos de um quarto do tamanho da missão da Namíbia em 1989 para um país com dez vezes mais população e uma infraestrutura destruída pela guerra. A Unita manteve um domínio cerrado sobre as populações das zonas que controlava. A disposição sobre a desmobilização dos dois exércitos e criação de um novo exército nacional não foi implementada, com a Unita, em particular, a manter a sua estrutura de comando e os esconderijos de armas virtualmente intactos. Os EUA, a Rússia e Portugal, que tinham o papel de monitorar a implementação do acordo, mostraram-se relutantes em agir contra a Unita ou em permitir atrasos no calendário das eleições.

As eleições, realizadas em 29-30 de Setembro de 1992, registaram uma participação de mais de 90%. Elas realizaram-se de forma pacífica e ordenada, merecendo o louvor dos observadores internacionais. A missão de observação das Nações Unidas considerou-as, no geral, livres e justas, o mesmo acontecendo com outros observadores, não-governamentais ou diplomáticos. O MPLA obteve 54% dos assentos legislativos e a Unita 34%. O Presidente dos Santos quase conseguiu os 50% necessários para vencer a corrida presidencial, enquanto que o líder da Unita, Savimbi, obteve 40%.

Savimbi recusou-se a aceitar os resultados, optando por voltar à guerra. Com a ajuda de abastecimentos provenientes da África do Sul e do Zaire, a Unita lançou uma série de ofensivas por todo o país. Em Outubro o governo reagiu, expulsando a Unita da capital. No início de 1993 o país estava novamente em guerra, numa escala que excedia a de todo o período anterior.

Notas

¹ International Defense and Aid Fund (1980), 3.

² Cawthra (1986), 29. Tal como Cawthra (1986), que é uma compilação sistemática de dados, a maior parte dos estudos sobre as guerras da África Austral surgiu em meados dos anos oitenta. Embora sejam citadas referências específicas nos próximos capítulos, os leitores que pretendam ter uma visão geral podem consultar as seguintes fontes principais: Coker (1987); Hanlon (1986); Jaster (1989); Legum (1988); Johnson e Martin (1988). Uma visão geral, apesar da sua brevidade, em Jaster *et al.* (1992). Para uma incidência na estratégia e instituições dos militares sul-africanos, ver Cock e Nathan (1989), Frankel (1984), e Grundy (1986). Podem encontrar-se detalhes militares mais específicos, com perspectivas favoráveis aos militares sul-africanos, em Heitman (1985); Steenkamp (1989) e Moorcraft (1990). Sobre a diplomacia entre 1981 e 1988, Crocker (1992) é auto-justificativo e bastante selectivo, mas fornece um quadro cronológico útil, assim como particularidades das perspectivas dos EUA. Dos muitos estudos sobre a Renamo, o mais cuidadoso na atenção aos detalhes e um guia útil para as fontes mais antigas é Vines (1991). Nada há que se compare a ele para a Unita, mas existem dois volumes de partidários da Unita, com um quadro cronológico e muitos detalhes, nomeadamente Bridgland (1987) e James (1992).

³ Ver Breytenbach (1990), Capítulos 8 e 9.

⁴ Mutemba (1982).

⁵ Africa Watch, *Land Mines in Angola* (1993).

⁶ A transcrição completa do relatório internacional conjunto acordado entre representantes soviéticos, sul-africanos e moçambicanos pode encontrar-se (na tradução portuguesa) em Marques (1987). O governo sul-africano também conduziu um inquérito unilateral, com a participação de observadores internacionais escolhidos por Pretória, que decidiu que as causas residiam exclusivamente num erro de pilotagem, particularmente na falta de resposta a avisos da proximidade de terra. O rádio-farol que atraiu o avião para a Swazilândia, em lugar de Maputo, nunca foi, contudo, explicado.

⁷ O texto dos acordos pode ser visto em Jaster *et al.* (1992), 167-73. As negociações são apresentadas, na perspectiva do Departamento de Estado dos EUA, em Crocker (1992). De entre os artigos analíticos aparecidos até à data, ver Berridge (1989), McFaul (1989, 1990), Jaster (1990) e Wood (1991).

EXPLICAÇÕES – TEORIAS, FACTOS E ARGUMENTOS

‘De todas as insurgências contra regimes pró-soviéticos em todo o mundo, a Renamo é a que está mais próxima da vitória’, anunciava triunfalmente a Heritage Foundation em 1986, descrevendo a Renamo como uma ‘resistência anti-comunista de base popular’. Tom Schaaf, apoiante da Renamo, dizia ao *Washington Times* que a África do Sul havia abandonado a Renamo, o que acabava por querer dizer que os resultados militares do movimento se baseavam em apoios internos.¹ Três anos mais tarde, Gervase Clarence-Smith, académico baseado em Londres, anunciava uma ‘mudança de paradigma’ na análise da crise moçambicana. ‘A Frelimo cavou a sua própria sepultura face a um oponente aparentemente ridículo’, escrevia ele procurando mostrar uma mudança de enfoque, afastando-se das ‘políticas e acção de Pretória’ e aproximando-se da questão ‘porque é que a política agrária da Frelimo foi tão desastrosamente errada’.²

Para estes comentadores, o envolvimento sul-africano com a Renamo era um factor periférico relativamente a uma guerra fundamentalmente civil. Culpar o regime do *apartheid* era considerado como uma forma útil de evitar a análise das verdadeiras raízes do conflito. Os críticos desta posição argumentavam que, pelo contrário, quaisquer que fossem os erros da Frelimo, a guerra continuava a ser principalmente da responsabilidade da camuflada máquina de guerra sul-africana.

A crise moçambicana produziu inúmeros estudos com ângulos variados no interior do espectro ‘guerra civil/guerra de desestabilização’. Foram poucos os que realçaram um só destes factores, mas explicita ou implicitamente cada um deles acabava por fazer predominar uns factores sobre outros. A literatura académica sobre Angola foi muito menos extensa. Mas a diversidade das suas perspectivas estava implícita mes-

mo nos pequenos artigos de jornal. Em Setembro de 1987, por exemplo, numa altura em as batalhas se sucediam em redor de Cuito Cuanavale, um artigo no *Washington Post* com o título 'Angola, Savimbi Forces Clash Anew' nem sequer mencionava os militares sul-africanos.³ Mais tarde, relatos sul-africanos referindo-se à presença das suas forças na frente desde o mês anterior, descreviam as batalhas essencialmente como um conflito entre as Forças de Defesa Sul-Africanas e o exército angolano, com a Unita desempenhando apenas um papel auxiliar.⁴

O que é que nos leva a decidir entre perspectivas tão nitidamente diferentes? Retrospectivamente, podem-se confirmar detalhes particulares: que uma incursão atribuída à Unita, por exemplo, foi levada a cabo por comandos sul-africanos, que os abastecimentos sul-africanos à Renamo prosseguiram após o Acordo de Nkomati, que alguns angolanos encaravam a presença cubana como uma ocupação estrangeira, ou que alguns camponeses de um distrito moçambicano particular aderiram à Renamo devido à hostilidade do governo para com as suas culturas tradicionais. Mas as guerras são processos complicados. É provável encontrar elementos que provem, relativamente a quase todos os factores hipotéticos, que eles 'contribuíram para', ou mesmo que 'causaram' o conflito. É fácil rejeitar as versões propagandísticas mais grosseiras, e dizer que nenhuma explicação baseada num só factor é satisfatória. Mas mostrar quais os factores mais importantes é complicado, não só por causa das lacunas de informação mas, também, por questões teóricas ou metodológicas, por motivos de alinhamento político e julgamento moral.

Cada leitor ou leitora contribui com as suas perspectivas para tal pesquisa, perspectivas essas baseadas no seu envolvimento pessoal com Angola ou Moçambique, ou decorrentes de outros contextos sociais, políticos ou académicos. As respostas dependem, em grande medida, de como são colocadas as questões, sendo portanto importante colocá-las claramente. É pois esse o propósito deste capítulo.

Porque são importantes as explicações

No decorrer de uma guerra, a explicação das causas do conflito está ligada a preocupações muito práticas – como terminar com a guerra e em que termos. As diferentes análises sobre que factores causaram o conflito, ou que factores o mantêm em curso, reflectem diferentes pre-

ferências relativamente ao seu resultado e implicam prescrições distintas para a paz. Quando o Presidente Machel disse que era melhor tratar com o 'tocador de realejo' do que com o macaco ele não estava apenas a usar de retórica. Ele procurava expressar a perspectiva do seu governo segundo a qual a guerra era dirigida pela África do Sul para atingir objectivos sul-africanos, e que para haver negociações sérias estas tinham que ser feitas com Pretória. Quando os críticos salientaram as raízes internas do conflito pretendiam implicitamente discutir as preocupações da Renamo ou, alternativamente, as políticas que poderiam reduzir o apoio conseguido pela Renamo dentro do país.

Agora que foi atingido um acordo de paz, permanece a questão se os factores que estiveram por detrás do conflito foram de facto resolvidos ou, apenas, temporariamente afastados. Na verdade, podem emergir novos conflitos devido a razões diversas. Mas se foram as tensões estruturais subjacentes as responsáveis, é particularmente provável que o conflito se reinicie logo que um dos partidos recupere da fadiga da guerra ou descortine novas possibilidades de obter vantagens pela força das armas.

Mesmo que o conflito não regresse, uma guerra que foi perdida ou que acaba inconclusivamente deve conduzir à reflexão sobre as responsabilidades relativamente aos que foram suas vítimas. Os vencedores podem facilmente evitar esta questão; os frutos da vitória justificam os sacrifícios dos vencedores, e os perdedores são deixados à sua sorte. Os perdedores têm imperativos mais urgentes para a reflexão histórica: para começar, terá sido a guerra um erro fundamental, terão sido traídos por chefes incompetentes ou traidores, ou foram simplesmente esmagados por circunstâncias que escaparam ao seu controle? Nas guerras sem vencedores claros sobressai o sofrimento humano que causaram e são poucas as conquistas evidentes. A questão da atribuição de culpas é incontornável – e provoca divisões. Guerras como as de Angola e Moçambique – não só inconclusivas mas também civis, no sentido em que dividiram angolanos e moçambicanos, e mesmo que a sua origem não tenha sido principalmente interna – levantam questões fundamentais de identidade histórica e de credibilidade política.

Um dos conflitos mais abrangentes com os quais estas guerras se relacionaram, a luta anti-*apartheid*, também não terminou com uma vitória clara. Em 1993, o regime de minoria branca da África do Sul continuava a manobrar para conseguir o máximo de poder possível no

quadro da ordem pós-*apartheid*. As forças de segurança clandestinas envolvidas na guerra regional continuavam largamente intactas; alguns dos seus elementos estavam implicados na violência interna. Qualquer que fosse a forma tomada pela transição, era claro que a reconciliação e o compromisso se tinham que sobrepor a qualquer tipo de 'desnazificação' como o que ocorreu após a Segunda Guerra Mundial. A nível mundial, a Guerra Fria terminou com o colapso da União Soviética e dos seus aliados. Tornou-se fácil para os vencedores enquadrar os conflitos regionais num modelo padronizado baseado no falhanço dos regimes aliados dos soviéticos.

No início da década de noventa, muitos atribuíram a destruição trágica de Angola e Moçambique sobretudo às divisões internas e ao fracasso dos esforços para impôr o socialismo marxista, relegando as responsabilidades de Pretória e de Washington para uma referência superficial e esporádica. Tais interpretações permitiram facilmente à comunidade internacional negligenciar o pós-guerra. Se, pelo contrário, a parte de leão da culpa tivesse recaído sobre o regime sul-africano e a política da administração Reagan, então ela teria ficado com uma dívida moral para com os povos de Angola e Moçambique. Tais dívidas raramente são honradas em termos políticos práticos. Mas a honestidade histórica exige que elas não caiam no esquecimento.

Os indivíduos e os grupos viveram estas guerras não apenas em lados diferentes mas, também, de diversas localizações geográficas e sociais. Para a maioria dos indivíduos e comunidades locais, a guerra veio do exterior, uma realidade, portanto, que tiveram que enfrentar em lugar de um drama a que aderiram voluntariamente. Muitos combatentes também se encontraram subitamente em guerra, em vez de ter decidido aderir a ela. As vítimas dos ataques da Renamo lamentaram frequentemente, junto dos visitantes, que não tinham entendido a situação: 'Numa guerra os soldados lutam com os soldados. Mas eles estão a atacar-nos. E nós não sabemos porquê'. O porquê de uma guerra pode ser tão misterioso para os participantes quanto o é para os observadores distantes. Porém, quando as pessoas entendem a sua participação, aparecem muitas histórias colectivas diferentes.

Ao nível local, qualquer guerra se pode cruzar com hostilidades e disputas locais. No mínimo, a atmosfera de violência e confusão abre caminho ao estabelecimento de conflitos de outro tipo. Noutros casos, facções locais anteriormente existentes optam por lados diferentes,

inter-relacionando a dinâmica do seu próprio conflito com a dinâmica mais ampla da guerra. É provável que tais realidades tenham uma influência decisiva na forma como as comunidades rurais vivem o conflito. Mas elas não são necessariamente os principais factores que levam a perceber as razões da origem e continuidade da guerra.

A nível nacional, estas guerras seguiram-se directamente às guerras da independência. Em ambos os países, os movimentos que ascenderam ao poder viram a sua história virtualmente identificada com a história da criação da nação, e os seus oponentes como inimigos externos ou traidores internos que colaboraram com aqueles. Tais imagens incluíam elementos de mito e propaganda. Mas nelas acreditaram firmemente muitos moçambicanos e angolanos politicamente conscientes, e elas justificavam-se pelo registo histórico. A Frelimo era o líder inquestionável da luta pela independência. Em Angola, apesar da fragmentação nacional, o MPLA era o movimento que mais conscientemente e com sucesso tinha procurado o apoio nacional. A Unita, por outro lado, tinha-se baseado deliberadamente num apelo regional e havia colaborado militarmente com o exército português durante a guerra da independência.

Os insurgentes também reclamaram credenciais nacionalistas com variado grau de sucesso e exactidão histórica. A Unita negou as acusações de colaboracionismo com os militares portugueses e alegou representar as populações numericamente predominantes do centro e Sul de Angola. Não só os apoiantes da Renamo e da Unita mas, também, outros críticos, apontaram a presença de brancos e mestiços nos partidos reinantes, assim como o papel predominante representado por gente oriunda das cidades capitais. A propaganda da Unita e da Renamo referia que eram eles, e não os partidos no poder, os mais exclusivamente negros, mais profundamente enraizados na cultura africana rural e, conseqüentemente, os nacionalistas africanos mais genuínos.

Esta alegação colidiu com o alinhamento regional. Os governos angolano e moçambicano alinharam pela libertação de África da dominação da minoria branca, enquanto que a Unita e a Renamo procuraram justificações para a sua participação na máquina de guerra sul-africana. Para aqueles que se opuseram activamente ao *apartheid*, a Unita e a Renamo ficaram definitivamente desacreditadas, quaisquer que tenham sido os erros dos governos que elas atacavam. Quer fossem encaradas como fantoches de Pretória ou como agentes independentes que procu-

ravam a ajuda de Pretória por necessidade concreta, elas foram consideradas traidoras da liberdade africana.

Os apoiantes do regime do *apartheid*, que o encararam como vítima da ofensiva total dos marxistas alinhados por Moscovo e seus peões, encararam, por sua vez, a Unita e a Renamo como defensoras da liberdade africana face à dominação marxista. Na década de oitenta eram já poucos, mesmo no seio do regime sul-africano, aqueles que defendiam explicitamente a superioridade racial como doutrina. Em vez disso, colocavam-se os conflitos regionais num contexto ideológico mundial. Segundo esta visão, os antigos apoiantes do colonialismo e do *apartheid* deviam unir-se às suas vítimas e críticos, pretos e brancos, para lutar contra as ameaças marxistas de inspiração externa à propriedade privada, à religião e à tradição.

Esta perspectiva, que competia com as exigências de lealdade nacional ou de libertação de África, atraiu alguns angolanos e moçambicanos. Mas a alienação ideológica em relação aos partidos no poder não significava, de modo algum, a vontade de aderir à África do Sul, à Renamo ou à Unita na violência dirigida tanto aos civis quanto aos regimes. As divisões internas, ideológicas e outras, no seio de angolanos e moçambicanos, são relevantes para compreender as guerras, mas um quadro detalhado deve também ter em conta as muitas formas através das quais as pessoas procuraram limitar a sua dedicação ou envolvimento em qualquer dos lados.

Fora da África Austral, o envolvimento nessas guerras por parte de governos, grupos ou indivíduos teve frequentemente lugar em função da sua posição nos conflitos internacionais relativos à injustiça racial na África Austral ou à revolução no Terceiro Mundo. Houve exceções. Os laços pragmáticos que uniam a Gulf Oil (mais tarde Chevron) ao governo angolano baseavam-se em interesses específicos no petróleo angolano. A política portuguesa era influenciada não só por mais de meio milhão de colonos retornados, mas também por interesses de negócios específicos e pelas complexas redes de laços pessoais estabelecidas durante o período colonial. Muitos dos indivíduos que passaram algum tempo em Angola ou Moçambique baseavam-se nas respectivas experiências pessoais. Mas, em regra geral, os políticos não-africanos que dedicaram alguma atenção a estas guerras tinham apenas ideias muito gerais sobre a realidade social ou o quadro histórico. E todavia, as suas decisões e atitudes tiveram, por vezes, efeitos muito

profundos.

As descrições da guerra podem incidir sobre um aspecto sem uma justificação muito explícita para além das experiências ou interesses particulares do autor. A tentativa de sopesar a importância relativa dos diferentes factores requer uma especificação mais precisa sobre aquilo que se está a procurar explicar.

Muitos estudos sobre Angola ou Moçambique, quer simpatizantes quer hostis ao projecto socialista, procuraram explicar o seu fracasso ou, por outras palavras, as crises catastróficas nas quais esses países se encontram presentemente envolvidos. Num tal modelo, a guerra aparece como uma das causas possíveis para a crise, a par de outras fraquezas estruturais ou fracassos fundamentais na elaboração ou implementação de políticas. Será que se não tivesse havido guerra a Frelimo e o MPLA teriam conseguido cumprir as suas promessas? Ou o fracasso era inerente a esta perspectiva errada, que estava destinada ao colapso ou encerrava contradições capazes de provocar, por si só, a guerra? O que aconteceu às esperanças acalentadas em meados dos anos setenta, e porquê? Os fracassos de Angola e Moçambique tiveram origens distintas ou fazem parte da mesma desilusão dos outros Estados africanos, incluindo os de esquerda, os de direita e aqueles que não aderiram a nenhuma ideologia?

Estas questões essenciais cruzam-se significativamente com os temas deste estudo. Mas o nosso tópico é diferente. Em vez de incidir sobre a contribuição das guerras e outros factores para a crise, o presente estudo analisa o impacto dos diversos factores que originaram e provocaram as guerras. Por exemplo, na discussão das políticas agrícolas, no Capítulo 10, incidimos não no sucesso ou fracasso dessas políticas enquanto tais (um tópico que justifica, por si só, muitos livros), mas na medida em que elas foram, de facto, responsáveis por provocar ou exacerbar o conflito. As políticas podem fracassar, como aconteceu em Estados africanos de todas as orientações ideológicas. Mas em que medida é que o fracasso dessas políticas provoca ou contribui para a guerra é outra questão.

Quando se procuram as causas de uma guerra convencional entre Estados começa-se frequentemente pelo princípio: quem, e o que é que provocou a guerra? Que passos diplomáticos poderiam tê-la evitado? O curso subsequente da guerra é muitas vezes tido em conta pelos historiadores militares, que avaliam o equilíbrio das forças, as estra-

tégias e tácticas militares. Os estudiosos da diplomacia entram então em cena e procuram saber como é que as guerras acabaram. O foco principal são os Estados-actores, embora a capacidade económica e a moral interna também apareçam como factores actuantes.

Nas guerras não-convencionais, a interacção entre o Estado e a sociedade configura-se como mais profunda. Deve-se não só analisar as interacções entre partidos opostos mas, também, descobrir quem são os actores relevantes. Assim, na procura de explicações para as guerras de Angola e Moçambique, devem colocar-se várias questões, relacionadas mas distintas. Porque é que as guerras começaram? Porque é que as guerras prosseguiram? Em que medida é que as guerras foram distintas de outras guerras, ou uma da outra, e porquê? Quem foram os actores, estatais ou não, com um papel na decisão activa relativamente aos combates, e os meros participantes? Porque é que os diferentes participantes se envolveram e que factores moldaram a sua participação?

Será que existem teorias que ajudam a clarificar o nexso causal nestes dois casos? Existem, de facto, muitas com possível relevância, desde os estudos gerais sobre as causas da guerra à volumosa literatura sobre a revolução e suas causas. Eu escolhi três grupos de literaturas que parecem pertinentes: 1) teorias do Estado, nação e etnicidade que podem iluminar o conceito de 'guerra civil'; 2) teorias da revolução, particularmente as poucas que dão alguma atenção ao conceito de contra-revolução; e 3) textos sobre a guerra não-convencional assim como sobre os conceitos relacionados de guerra de guerrilhas e conflitos de baixa intensidade.⁵

Estado, nação, etnicidade e raça, e os limites da 'guerra civil'

As guerras que colocam os cidadãos uns contra os outros não estão necessariamente ligadas a divisões étnicas ou regionais. O conflito pode ser motivado pela rivalidade de facções ou por divisões ideológicas. Pode ser iniciado por uma potência estrangeira e desenvolvido em solo nacional, impondo aos cidadãos as dolorosas alternativas de colaborar ou resistir. Mas nas sociedades divididas por características culturais, é provável que tais divisões interajam com a guerra, mesmo que não estejam na sua origem. As lealdades são testadas; a força do sentimento nacional e as alegações rivais de representação da nação são submetidas a pressão.

Mesmo a questão se o conflito pode ser designado de 'guerra civil' ou não, faz parte da disputa de lealdades. Muito tempo após a sua derrota, para muita gente do Sul dos EUA, a Guerra Civil continuava a ser considerada como 'Guerra entre Estados', um termo que rejeitava a implicação de uma unidade nacional. Um movimento secessionista triunfante anuncia a vitória numa guerra de independência ou de libertação nacional, nunca numa 'guerra civil'. Os apoiantes dos governos de Angola e Moçambique, que rejeitavam o termo 'guerra civil', não negavam que houvesse cidadãos envolvidos em ambos os lados mas queriam com isso dizer que a fonte da guerra era principalmente externa.

O que é a lealdade para com a 'nação' ou um grupo sub-nacional, e de que forma é que essas lealdades provocam ou se relacionam com o conflito? Normalmente procuram-se razões para as hostilidades actuais em rivalidades antigas que persistiriam imutáveis, baseadas em distinções nacionais, étnicas ou 'tribais'. E, no entanto, a maioria dos académicos argumenta que tais identidades e dedicações, por mais fortes que sejam estão longe de ser imutáveis. Embora as identidades nacional e étnica derivem de legados culturais anteriores, é facto que as nações e grupos étnicos em todo o mundo quase que cristalizaram como tal nos últimos duzentos anos. Em África, as unidades territoriais que constituem as nações de hoje pouco mais têm que cem anos de idade. Os actuais agrupamentos étnicos a que os conquistadores europeus chamaram tribos remontam, na sua maioria, às eras de conquista e regime colonial.⁶

É comumente aceite que as fronteiras dos Estados africanos foram impostas pela conquista europeia sem ter em conta as divisões sociais e culturais existentes. O quadro do Estado precedeu assim a formação de uma 'nação' identificada com esse território particular. Estudos recentes do nacionalismo mostram, contudo, que esta situação não é tão diferente de outras experiências históricas quanto se pensava. O mito dos séculos XIX e XX sobre o Estado-nação, no qual coincidem as fronteiras culturais e estatais, é mais uma excepção do que uma regra na realidade histórica. E.J.Hobsbawn, por exemplo, observa que em 1789 apenas metade da população de França falava francês. Na sua maioria, as nações da América Latina, com um nacionalismo que Benedict Anderson considera anterior à maioria dos nacionalismos europeus, foram construídas a partir das divisões administrativas deixadas pelo

império espanhol. As agitações na antiga Jugoslávia e na antiga União Soviética demonstram claramente que as correspondências precisas entre 'nação' e 'Estado' não passam de abstrações enganadoras a partir de uma realidade histórica confusa.⁷

Os elementos comuns das nações modernas são um Estado que define os parâmetros da evolução social, particularmente em termos de língua e educação, e mitos históricos que projectam no passado a legitimidade da nação associada a esse Estado. O nacionalismo implica quer um Estado existente, reconhecido como soberano pela comunidade internacional, quer a aspiração a estabelecer um tal Estado. No mito, cada nação corresponde a uma cultura, mas na prática a variedade cultural no interior de uma nação reconhecida pode ser enorme. As fronteiras das unidades culturais e políticas quase nunca correspondem inteiramente. Apesar da proliferação de Estados nos anos mais recentes, eles continuam a ser menos de duzentos, em comparação com os mais de dez mil grupos que poderiam ser enumerados na base de distinções culturais, linguísticas ou outras.

Assim, a lealdade nacional pode coexistir com lealdades a grupos sub-nacionais, que se podem designar em termos étnicos, tribais, linguísticos, religiosos ou regionais. Esses sub-grupos, por mais forte que seja o sentimento ligado a eles, transformam-se com o tempo. As suas fronteiras e significados alteram-se e, portanto, o sentido da rivalidade política ou da guerra não pode ser simplesmente derivado do grau das distinções culturais. O termo 'tribo' é particularmente enganador. Ele veicula uma imagem irrealista de comunidades primitivas, semelhantes e de pequena-escala, em lugar de grupos tão variados na sua história e configuração interna quanto as 'nações' e 'grupos étnicos' de outros continentes.

A ligação à comunidade local é uma característica das populações rurais por toda a parte, não apenas em África. Mas as fronteiras dessa comunidade – aldeia ou grupo de aldeias – raramente correspondem a 'tribos' ou 'grupos étnicos'. Essas são identidades que podem derivar, em parte, de Estados ou comunicações pré-coloniais, mas também de populações agrupadas por conveniência administrativa do Estado colonial, ou numa base linguística, com fins de criação de uma língua escrita. A linguagem oral é fluida; as distinções dialectais podem diluir-se imperceptivelmente em distinções entre diferentes línguas. Mas a língua escrita impõe uniformidade. O mesmo acontece com a utilização

de uma língua na administração estatal, ou de uma língua franca por gentes que migram para um ambiente urbano ou um ambiente de trabalho multi-étnico. Da mesma maneira que as investigações recentes sobre a história do nacionalismo dão muito peso à utilização da linguagem escrita pelo Estado ou na escola, as investigações recentes sobre as identidades étnicas na África moderna salientam factores similares, relacionados tanto com as oportunidades criadas pela sociedade nacional como com os elementos 'tradicionais' que as pessoas introduzem nela.

Estas considerações gerais servem de aviso para que se tome em consideração não apenas a diversidade cultural mas, também, os factores históricos particulares que tornam algumas identidades sub-nacionais mais fortes que outras. Só algumas das possíveis identidades definidas entram na competição política; um menor número ainda serve de base para projectos de dominância no interior de um Estado, ou de estabelecimento de um Estado separado.

Contrariamente à experiência europeia, poucos grupos étnicos africanos geraram ideologias nacionalistas. Entre as poucas excepções figuram o nacionalismo somali, visando a união dos somalis dispersos por diferentes administrações coloniais, e o separatismo Baganda no Uganda. Após as independências africanas houve apenas uma mão-cheia de guerras civis secessionistas. Geralmente, na sua base estavam as divisões administrativas coloniais e não as fronteiras étnicas (Leste da Nigéria, Sul do Sudão, Katanga). Os movimentos nacionalistas da Eritreia e do Sahara Ocidental basearam-se em territórios coloniais incorporados à força por vizinhos maiores.

Outras formas de discórdia civil, incluindo golpes e outros conflitos violentos, puseram frequentemente africanos de uns países contra outros, segundo linhas étnicas. Mas na maioria das vezes a questão tem sido a do poder no seio de um Estado, e não a tentativa de criação de um novo Estado. Os novos Estados africanos surgiram do regime colonial com disparidades regionais e étnicas na educação, estatuto económico e posição em sectores-chave como o dos militares. Praticamente todas as decisões políticas nacionais, desde a construção de estradas ao recrutamento para a direcção política, estão imbuídas de um potencial para reforçar ou atenuar tais disparidades. Tanto os antagonismos pacíficos como os conflitos violentos podem estruturar-se segundo linhas étnicas. Mas até à data só muito raramente ocorreu a exigência

explícita de exclusão de cidadãos com base na sua origem étnica.

O conceito de nação definida pelas fronteiras coloniais surgiu tanto da experiência sob o domínio estrangeiro como da luta contra ele. Nesse contexto, as histórias pré-coloniais daqueles que foram incorporados aparecem como fragmentos de uma só história: os episódios locais ou regionais de resistência à conquista colonial ocupam o seu lugar na história nacional. O mesmo acontece com o papel desempenhado pelas diferentes comunidades no movimento pela independência nacional. Quando o movimento nacionalista foi forçado a recorrer à violência para atingir os seus objectivos, como no caso da Argélia, do Quênia e da maioria dos países da África Austral, as posições tomadas no decorrer do período da guerra vieram a ter um impacto significativo na consciência da nação.⁸

A experiência colonial também abriu caminho a um nacionalismo 'africano' que se estendeu para além das fronteiras territoriais, e para identidades trans-nacionais que atravessam fronteiras geográficas ou étnicas. África foi sobretudo o continente da conquista europeia. Em quase toda a parte os brancos eram, aqui, os governantes ou antigos governantes. Por todo o continente, mas particularmente no seu terço Sul, o direito a governar era definido em termos raciais. A consciência nacional anti-colonial implicava, assim, em maior ou menor grau, a consciência de uma luta à escala do continente.

Esta situação não deve ser entendida de maneira simplista, como uma identificação automática de todos os africanos com as lutas da África Austral. A medida do conhecimento ou identificação variou com a distância física e o acesso a redes de comunicação, assim como segundo as opções políticas. Mas na África Austral, a aliança entre Pretória, Salisbury e Lisboa implicou laços correspondentes entre as forças de libertação. Enquanto que Estados distantes poderão ter mostrado para com o Comité de Libertação da Organização da Unidade Africana pouco mais que uma adesão verbal, para os Estados e movimentos da região a perspectiva trans-nacional revelou-se um imperativo prático e ideológico.

A raça, uma identidade cultural definida internacionalmente, reflectia a hierarquia eurocêntrica estabelecida pela expansão comercial e pela conquista à escala mundial.⁹ Ela atravessou os conflitos da África Austral a múltiplos níveis e, por vezes, com efeitos surpreendentemente divergentes. Tanto a nível regional como no interior de cada país, al-

guns consideraram as lutas anti-coloniais e anti-*apartheid* como lutas anti-branco, e encararam com suspeita os grupos intermédios de raça mista ou origem asiática. Outras forças de resistência, sobretudo o ANC da África do Sul, assim como a Frelimo e o MPLA, manifestaram a sua oposição ao critério da raça enquanto tal. Eles acolheram cidadãos de origem não-africana nas suas fileiras, na sua direcção e na sua definição de nação.

Com tantas e tão diversas identidades e lealdades em jogo, seria enganador encarar o conflito como tendo por base apenas grupos bem definidos pela sua origem. O conflito também se estende à definição, individual e de grupo, dos projectos considerados politicamente significativos. Qualquer análise do possível impacto das lealdades nacionais e étnicas na promoção ou orientação do conflito deve, consequentemente, olhar tanto para as raízes históricas dessas identidades como para as mudanças ocasionadas pela situação de conflito e seus antecedentes imediatos. O Capítulo 4 debruçar-se-á sobre estes elementos.

Estado, revolução e contra-revolução

As teorias da revolução abarcam diferentes articulações de cenários, dependendo da definição usada pelo teórico. As definições muito gerais incluem praticamente todas as mudanças violentas de governo, incluindo as tentativas fracassadas, e por vezes as mudanças pacíficas que parecem suficientemente profundas para merecer o termo. No outro extremo, muitos académicos restringem o termo às sublevações políticas violentas bem sucedidas, acompanhadas de profundas transformações sociais. No nosso caso, servem-nos de indicadores úteis diversos conceitos associados a teorias gerais, identificando factores tais como as fraquezas do Estado e a mobilização dos contendores para o poder. Cada um desses indicadores pode ser especificado através da consideração quer das características particulares dos Estados africanos, quer das circunstâncias especiais das insurgências 'contra-revolucionárias'.

Charles Tilly define 'situação revolucionária' como uma situação de soberania múltipla, em que mais do que um bloco de poder reclama efectivamente a soberania sobre uma porção de território previamente governada por um governo soberano. A revolução 'triumfante' é definida pela vitória do bloco que contesta o poder dominante e se torna candidato exclusivo à soberania de facto.¹⁰ Esta definição deriva da

definição clássica de Max Weber, do Estado como 'uma comunidade humana que reclama com sucesso o monopólio da utilização legítima da força física no interior de um dado território',¹¹ e da descrição de Trotsky do poder dual anterior à revolução. Tilly secundariza o critério da legitimidade e dá importância real ao comportamento da população em causa: pagar impostos, expressar lealdade verbal e obedecer a outras ordens emanadas daqueles que manifestam a autoridade. Neste quadro conceptual, o contendor revolucionário é, por definição, o insurgente, independentemente da sua orientação ideológica.

Tilly distingue causas de uma situação revolucionária de causas de um resultado revolucionário. Uma situação revolucionária requer: 1) o surgimento de contendores pelo poder; 2) apoio significativo de facto aos contendores prestado por uma parte significativa da população em causa; e 3) incapacidade dos detentores do poder do Estado para levar a cabo uma repressão efectiva. A avaliação das possibilidades de um resultado revolucionário requer que se sopesse o equilíbrio de forças entre a coligação insurgente e a coligação que inclui os detentores do poder.

O quadro de Tilly fornece uma classificação útil dos factores causais. Mas, para os nossos fins, ele pode ser reforçado pela distinção entre revolução e contra-revolução, em vez de se considerar revolucionários e insurgentes como categorias idênticas. Poucos académicos se debruçaram sobre a contra-revolução, e o seu significado raramente é especificado para além da noção geral de um certo tipo de oposição à revolução. Tal como é usado aqui, o conceito de contra-revolução identifica processos que se seguem de perto a revoluções que não são completamente consolidadas. Contra-revolução implica oposição ao novo regime revolucionário. Não implica necessariamente o objectivo de restaurar o antigo regime ou fins ideológicos explicitamente de direita, embora seja provável que tais objectivos se tornem salientes.

Neste sentido, a contra-revolução é distinta de contra-insurgência, que consiste na resposta militar de um regime no poder face à insurgência. No quadro geral de Tilly, uma insurgência contra-revolucionária seria uma contradição nos termos. Aqui, ela é utilizada para especificar uma insurgência contra um regime no poder que resultou, ele próprio, de uma revolução. No interior de cada conjunto de causas possíveis para a insurgência, esta circunstância especial tem implicações específicas.

A fraqueza do Estado, nos termos de Tilly a incapacidade para reprimir com sucesso, é também identificada por outros teóricos mais recentes como uma pré-condição fundamental para a revolução ou insurgência. Skocpol, por exemplo, salienta as crises políticas internas e as pressões externas sobre os Estados do velho regime como pré-condições essenciais das revoluções clássicas em França, na Rússia e na China. Goldstone selecciona as dificuldades fiscais e o conflito das elites como duas condições fundamentais para uma ampla gama de revoluções, desde o início do período moderno até à actualidade. Há muito que é um truísmo afirmar-se que os levantamentos revolucionários são facilitados por guerras entre Estados que enfraquecem e pressionam os seus recursos, como se verificou na sequência da Primeira e Segunda Guerras Mundiais. As razões possíveis da fraqueza do Estado são muitas, e é pouco provável que uma só teoria geral as possa abarcar a todas.¹²

Porém, num regime no poder que é já, em si, produto de uma revolução recente, são normais alguns pontos fracos. Um governo revolucionário novo não possui a estabilidade adveniente do hábito de obediência que os regimes bem estabelecidos adquirem simplesmente com o correr do tempo. Todos os Estados africanos ex-coloniais, mesmo no caso dos que ascenderam pacificamente à independência, tiveram em comum esta vulnerabilidade inicial pelo simples facto de serem novos. No caso de uma revolução, a destruição que acompanha a conquista do poder, e a perda de alguns cidadãos que se exilam, esgota em geral os recursos económicos. É provável que as aspirações populares à melhoria das condições sejam altas, enquanto que os recursos para as satisfazer são, em comparação, escassos. Em suma, um regime revolucionário recém-nascido é inerentemente vulnerável aos desafios.

A ruptura do monopólio da violência exige também o surgimento de um bloco de poder alternativo, com a sua própria liderança e capacidade para mobilizar recursos militares. Neste aspecto, as possíveis fontes de divisão incluem as clivagens étnicas e regionais anteriormente discutidas. Todavia, as teorias gerais da revolução também chamam a atenção para as classes, elites ou outros grupos sociais hierarquicamente definidos. Tais divisões, que reflectem a posição dos diferentes grupos no sistema social defendido pelo regime no poder, são utilizadas para determinar a origem provável dos candidatos ao poder e a provável resposta dos diferentes grupos sociais aos seus projectos.

Algumas teorias incidem mais na liderança revolucionária, outras nos seguidores que são mobilizados ou se sublevam espontaneamente. Os estudiosos das revoluções clássicas observam frequentemente que os líderes revolucionários raramente são recrutados no seio dos grupos mais oprimidos, sendo antes originários de sectores marginalizados de estratos que recolheram benefícios no sistema: conhecimentos militares, intelectuais ou organizativos, ou recursos económicos. Se ocorrem conflitos violentos pelo acesso ao poder de governo no seio de tais grupos sem que sejam acompanhados de mudanças na estrutura, são normalmente designados de *golpes* ou lutas de facções, e não revoluções. Mas a maioria dos analistas identifica um certo nível de deserção daqueles que peertencem ao sistema como fonte significativa da direcção revolucionária. Embora a teoria marxista clássica tenha prestado pouca atenção a estas considerações, estas e outras questões com elas relacionadas encontram-se no centro das reflexões leninistas sobre o papel do partido de vanguarda, e da discussão gramsciana sobre o papel dos 'intelectuais orgânicos' na revolução.

No contexto africano, em finais do período colonial e inícios do período pós-colonial, um grupo específico forneceu grande parte da liderança quer para os blocos do poder quer para os potenciais candidatos: o grupo definido pelo acesso à formação de nível secundário e pós-secundário. Em termos de classe, este grupo tem sido frequentemente designado de pequena-burguesia, mas os laços familiares dos indivíduos do seu seio poderão reflectir ainda uma proximidade estreita com o campesinato rural, os operários urbanos ou as elites tradicionais pré-coloniais. Esta categoria é muito vaga, abrangendo desde empregados médios a oficiais do exército, assim como elites políticas, administrativas e comerciais. Embora alguns académicos tenham conseguido discernir no seio do grupo classes mais bem definidas como 'burguesias burocráticas' ou 'burguesias comerciais' que conseguiram acumular capital e distinguir-se de outros grupos, a falta de consenso relativamente à terminologia reflecte a incerteza das fronteiras destas distinções de classe.

Pelo menos logo a seguir à descolonização, a regra geral da consolidação de classes era a transformação e não a estabilidade. Os acessos dos africanos a recursos que poderiam definir uma posição de classe privilegiada – educação, capital, poder de Estado – certamente que estavam mal distribuídos. Mas eram em geral recentes, fazendo com que os

resultados, para os indivíduos e famílias, fossem altamente incertos.

Nos termos de um modelo geral da revolução, são os sectores marginalizados deste grupo vagamente definido com tendo acesso à educação que devemos encarar como candidatos potenciais ao Estado. A marginalização pode ser estrutural ou resultar do desenrolar dos acontecimentos. Todavia, o conceito específico de contra-revolução aponta para uma fonte específica de potenciais candidatos. Logo a seguir à vitória revolucionária, os perdedores do regime anterior quase nunca sofrem uma derrota total. Muitos poderão ter transferido grande parte dos seus bens para o exílio. Eles têm experiência e hábitos de liderança, contactos pessoais e um íntimo conhecimento da sociedade, a lealdade residual de muitos no interior do país, e uma profunda amargura e nostalgia. É quase inevitável que aconteça algum tipo de desafio à nova ordem, eficaz ou ineficaz.

As possibilidades de se encontrarem líderes para o desafio contra-revolucionário são acrescidas por duas outras características normais do processo revolucionário. Em primeiro lugar, existe quase sempre um certo conflito nas próprias fileiras da revolução, quer provocado pelos numerosos agentes do velho regime, por debates relativos às estratégias militares ou políticas sociais, quer ainda por rivalidades pessoais, de facções ou ideológicas, no contexto caótico da guerra. Os perdedores destas batalhas poderão juntar-se à contra-revolução ou opôr-se ao regime revolucionário com base na alegação de que a revolução foi traída.

Em segundo lugar, as revoluções têm quase sempre uma componente internacional, que é também transportada para a plataforma da possível contra-revolução. Países vizinhos com regimes semelhantes, antigos aliados do velho regime, ou potências com pretensões de hegemonia regional ou internacional, todos eles poderão ter estado envolvidos na oposição aos revolucionários antes da queda. Eles podem mesmo ter interesses específicos no interior do país, que temem perder. Podem recear o efeito de dominó, ou procurar vingar-se do abalo provocado no seu prestígio internacional. Mesmo em exemplos clássicos como o da Rússia e China, a reacção internacional foi uma componente significativa da guerra contra-revolucionária após a revolução. As revoluções que ocorrem em países pequenos e altamente dependentes devem, logicamente, esperar uma componente externa ainda maior na contra-revolução que provocam.

Mas a existência de descontentes ansiosos por fazer cair o regime

não é condição suficiente para perturbar o monopólio da violência detido por ele. Os opositores têm também que mobilizar recursos suficientes para vencer a capacidade de repressão instalada. Qualquer desafio de envergadura que não seja simplesmente uma guerra internacional tem que mobilizar apoios, voluntários ou não, no seio de algum segmento da população nacional. Muitas teorias incidem na variável da susceptibilidade dos grupos submetidos à revolta, salientando, quer o fracasso do governo em satisfazer as expectativas populares, quer a imposição de novas exigências impopulares tais como o aumento dos impostos.¹³ Algumas teorias consideram estes factores de forma agregada, sem descriminar a população em classes ou outros sub-grupos. Mas outros, partindo da orientação geral das perspectivas marxistas, baseiam a explicação da revolução na mudança da estrutura de classe e na organização da luta de classes. Assim, a revolução inglesa do século XVII e a revolução francesa do século XVIII são caracterizadas como revoluções 'burguesas', enquanto que as revoluções do século XX são analisadas em termos do papel da classe operária e/ou do campesinato.

As explicações das grandes revoluções ou revoltas triunfantes no hemisfério sul, em estudos clássicos como os de Eric Wolf e Jeffery Paige, tendem a incidir nos padrões de classe rurais com propensões para liderar a revolta. No contexto africano, foram preocupações semelhantes que informaram os estudos sobre as primeiras resistências à conquista colonial, considerando a obrigatoriedade de impostos como uma causa comum de resistência.¹⁴ Nos casos mais modernos, o exemplo do Mau Mau no Quênia produziu toda uma significativa literatura que indaga as raízes de classe da revolta, e surgiram muitos estudos recentes sobre o Zimbabwe. Ironicamente, embora as revoluções contra o colonialismo português tenham inspirado comentários muito gerais sobre a revolução camponesa, a investigação empírica sobre o impacto da estrutura social rural nessas guerras ainda mal começou.¹⁵

Embora a insurgência contra-revolucionária contra um novo regime tenha ocorrido nas histórias nacionais da França, Rússia e Espanha, assim como na Nicarágua e no Moçambique contemporâneos, existe escassa reflexão teórica explícita sobre as bases sociais de tal fenómeno. Entre os poucos académicos que prestaram atenção à base social da contra-revolução encontram-se Charles Tilly e o historiador diplomático Arno Mayer.¹⁶ Embora os contextos específicos que ambos examinam se encontrem longe da África Austral, cada um deles fornece

conceitos com possível relevância para esta região. O estudo sociológico de Tilly sobre a França ocidental tenta isolar as razões porque em algumas áreas as classes dominantes locais, assim como os camponeses e artesãos, se uniram à revolta contra o governo revolucionário, enquanto que em outras áreas não o fizeram. Ele encontra a razão principal na penetração diferenciada da economia urbana, resultando, por exemplo, na maior resistência do clero a deixar o poder ou na maior propensão da comunidade rural em seguir os líderes tradicionais, em oposição às exigências do regime revolucionário.

Mayer, com um estudo detalhado centrado na interacção dos factores domésticos e internacionais na diplomacia da Primeira Grande Guerra, encontra as raízes sociais dos seguidores da contra-revolução nos segmentos de classe intermédios – em particular a pequena burguesia – ameaçados com a perda do seu estatuto devido à agitação social. Contrariamente a Tilly, a atenção é dirigida não para os que estão ligados à tradição mas para os que estão socialmente deslocados. Mayer repete sugestões de Marx segundo as quais este grupo pode alinhar com a revolução numa fase inicial, mas ser particularmente vulnerável à corrupção ou deserção devido à pressão da crise revolucionária. Quer esta hipótese se verifique ou não na análise empírica de classe, ela é relevante para os casos angolano e moçambicano, pela frequência com que surge como explicação ‘pré-fabricada’ nos círculos marxistas.

Mayer também salienta que as revoluções e contra-revoluções devem ser entendidas em termos internacionais e não puramente nacionais, particularmente no caso dos pequenos países. Quer tome a forma de ajuda ou de intervenção, argumenta ele, ‘este enredamento externo é central para a guerra civil internacional de uma era histórica que é tão contra-revolucionária quanto revolucionária’.¹⁷

Para uma situação revolucionária, no sentido de Tilly, de múltiplas soberanias de facto, cada uma das três condições (fraqueza do Estado, presença de candidatos com um projecto rival, e algum apoio ou anuência dos cidadãos) deve atingir um nível mínimo. O resultado do processo torna-se então dependente de uma experimentação de forças entre os que estão no poder e os candidatos. Este equilíbrio de forças depende, por sua vez, de uma ampla gama de factores, desde a capacidade militar, material ou moral, até às reacções de grupos internos e Estados estrangeiros. O prosseguimento do conflito ou a vitória de um dos lados dependem não só dos contendores directos mas, também, de coligações

mais vastas.

As coligações rivais podem consistir de grupos com interesses diversos e papéis distintos nos conflitos. Embora a intensidade do conflito possa forçar indivíduos e grupos a alinhar por um dos lados, muitos poderão preferir ou procurar activamente permanecer neutros ou descomprometidos. O equilíbrio de forças num conflito particular é, assim, intrinsecamente dependente de múltiplos factores, que têm pesos diferentes e dependem, por sua vez, de variáveis que poderão ser externas ao próprio conflito.

Teoria e prática da guerra não-convencional

Um terceiro corpo de literatura, que se sobrepõe mas é distinto dos estudos históricos e teóricos da revolução, consiste em reflexões sobre a guerra não-convencional levadas a cabo por militares, políticos e intelectuais com orientação política. Tais trabalhos tendem a reflectir as preocupações práticas dos revolucionários ou dos membros da contra-insurgência. A maioria incide em casos de relevo: as revoluções chinesa e vietnamita, as lutas guerrilheiras da América Latina, as campanhas triunfantes da contra-insurgência na Malásia e nas Filipinas, a guerra da Argélia. Os estrategas revolucionários mais bem conhecidos falaram dos contextos asiático e latino-americano, enquanto que a doutrina da contra-insurgência se desenvolveu sobretudo a partir das experiências de franceses, britânicos e norte-americanos na Ásia e América Latina, com referências ocasionais à Argélia ou ao Quénia.

A doutrina militar norte-americana recente adoptou a rubrica 'conflito de baixa intensidade'. Mas este termo, utilizado há duas décadas pelo estratega britânico da contra-insurgência Frank Kitson, é menos uma inovação conceptual do que uma nova apresentação de velhas idéias, designadas de outra forma para efeitos de relações públicas ou utilização por grupos de pressão. Dado que a 'contra-insurgência' havia sido desacreditada pelo fracasso da experiência do Vietname, esta nova designação fornecia uma capa de aspecto neutral para justificar o envolvimento dos Estados Unidos numa variedade de conflitos. A única grande inovação foi a importante inclusão da 'pró-insurgência', ou apoio dos EUA às insurgências contra regimes encarados como hostis. Mesmo esta atitude, contudo, teve numerosos precedentes, desde a invasão da Baía dos Porcos, em Cuba, ao breve apoio aos rebeldes

Curdos contra o Irão.¹⁸

Os componentes fundamentais da guerra não-convencional, as operações de guerrilha e contra-guerrilha, são encarados numa base de assimetria entre insurgentes e forças defensoras. Os guerrilheiros, desprovidos de força para uma confrontação prolongada numa batalha convencional, procuram compensar essa situação por meio da mobilidade, surpresa e falta de ligação a posições permanentes que devam manter e defender. Um regime no poder deve alocar forças importantes na defesa de alvos fixos. As cidades não se podem mover, o mesmo acontecendo com linhas férreas, estradas, fábricas, minas ou plantações. Quando esta assimetria deixa de existir, quando as forças insurgentes capturam e procuram manter instalações fixas, o conflito deixa de ser uma guerra de guerrilha e começa a transformar-se em guerra convencional.

Factores geográficos – tais como a distância, o terreno, a dispersão dos recursos, a densidade populacional, as redes de transportes – são pois tão fundamentais num conflito de guerrilhas quanto em guerras convencionais. Mas enquanto que esses factores afectam as forças convencionais contendoras de maneiras basicamente semelhantes, as suas implicações para as forças de guerrilha e contra-guerrilha são fundamentalmente diferentes.

Os ataques da guerrilha são facilitados pela disponibilidade de numerosos alvos fixos. As forças governamentais defensivas devem ou espalhar-se para tentar defender todos esses alvos – fazendo assim com que cada concentração se torne vulnerável aos guerrilheiros que se juntam em grandes grupos para o ataque – ou concentrar-se para defender instalações essenciais, deixando assim grande parte do país sem protecção. Uma vez que os guerrilheiros não têm bases fixas que sejam obrigados a defender, podendo mudá-las rapidamente de localização, eles não são confrontados com o mesmo problema defensivo. Esta é a razão básica do princípio da contra-insurgência que exige que o governo tenha uma força com uma superioridade substancial sobre os guerrilheiros (Maxwell Taylor estimou em 1965 que a superioridade de 25 para 1 era essencial no Vietname).¹⁹

Da mesma maneira, o governo é responsável pela gestão da economia. A destruição de recursos económicos fixos retira força ao governo; os guerrilheiros, pelo contrário, têm poucos recursos fixos e caros que possam ser facilmente destruídos. Uma vez que os guerrilheiros não se inclinam para batalhas convencionais, e que uma vitória militar total é

impossível sem uma transição para a guerra convencional ou o colapso total do regime atacado, a estratégia clássica da guerrilha baseia-se no desgaste. Se a força de guerrilha conseguir manter a sua capacidade destruidora a um nível suficientemente elevado, em teoria o governo será eventualmente forçado a procurar um acordo.

A inferioridade material da força de guerrilha e a sua dependência da surpresa e mobilidade implicam que ela tem menos necessidades logísticas do que o exército convencional. As pequenas unidades podem abastecer-se junto da população local, utilizando a força ou a persuasão e utilizando armamento ligeiro que não exige sofisticadas linhas de abastecimento. Presume-se que o habilidoso guerrilheiro transporte aquilo de que necessita às costas ou, talvez, com algum apoio de carregadores desarmados recrutados localmente. Pelo contrário, o exército convencional precisa de ter acesso a reservas centrais que o abasteçam em armas e alimentos.

Contudo, o estereótipo da força de guerrilha auto-sustentável constitui mais propaganda e mito do que realidade. Embora as forças de guerrilha tenham necessidades de abastecimento mais modestas que as dos exércitos convencionais, são raros os casos de insurgências mantidas sem qualquer ligação com abastecimentos exteriores. O acesso às fontes de abastecimento na retaguarda constitui quase sempre uma preocupação central dos comandantes da guerrilha, e o corte desses acessos uma prioridade correspondente dos estrategas da contra-insurgência. As retaguardas exteriores, que abrem a possibilidade de retirada, estão quase sempre presentes nos conflitos de guerrilha, embora nos países extensos tais retaguardas se possam localizar numa zona remota desse mesmo país e não em países vizinhos.

Outra consequência frequentemente referida da inferioridade material da guerrilha, e da dispersão das suas unidades, é a exigência de moral e dedicação pessoal mais elevadas. Enquanto que os exércitos convencionais se podem basear, em grande medida, no recrutamento e no efeito dos grandes números, disciplinados pela rotina militar, presume-se muitas vezes que os guerrilheiros têm que estar fortemente motivados. Dadas as dificuldades que o comando central tem no controlo das unidades, assume-se que os guerrilheiros têm mais facilidades de desertar que o soldado da força convencional.

Da mesma maneira, presume-se que os guerrilheiros se apoiem muito mais nas comunidades rurais, em termos de obtenção de alimen-

tos e informações. Embora tal possa, por vezes, ser conseguido à custa da força e do terror, a vulnerabilidade da força de guerrilha implica presumivelmente uma maior dependência da persuasão. A doutrina da contra-insurgência também apela à vitória dos corações e das mentes, mas o acesso do regime no poder à parafernália repressiva significa que é muito poderosa a tentação de recorrer primeiramente à força. A força esmagadora pode ser também eficaz na contra-insurgência, impondo-se sem o consentimento dos civis. No caso dos guerrilheiros, tal opção é presumivelmente afastada pelo seu fraco poderio militar.

Estas características da guerra de guerrilhas resultam todas do equilíbrio de forças entre as diversas partes: guerrilheiros e tropas convencionais de contra-insurgência, comandantes e soldados em cada tipo de exército, civis e guerrilheiros, civis e exércitos. A análise de cada caso particular implica, portanto, a pergunta se as forças envolvidas correspondem ao modelo-padrão. Além disso, na guerra de guerrilhas, tal como em outros tipos de guerra, tal equilíbrio pode alterar-se com as alterações nas tecnologias de transportes, comunicações e armamento. Este aspecto está pouco explorado na literatura, mas as questões que levanta são extremamente pertinentes. De que forma é que uma guerrilha com poderosas armas automáticas, boas comunicações de rádio, com as suas bases e acesso a reabastecimentos aéreos, se pode comparar com a guerrilha das gerações anteriores? E em que medida tais factores alteram as relações dos guerrilheiros com as forças da contra-insurgência ou com os civis?

Para além do campo de batalha, as expressões ‘conflito de baixa intensidade’ e ‘estratégia total’ fazem lembrar a clássica máxima de que a guerra é a continuação da política por outros meios. Elas sublinham a conjugação da diplomacia, da pressão económica, da propaganda e de outras políticas governamentais com a força militar. Os insurgentes, desprovidos de um Estado que possam comandar, têm limitados meios para gerir tal coordenação. Mas as teorias da estratégia revolucionária dedicam grande espaço à reflexão sobre como tirar partido, ou como gerir e provocar esses desafios paralelos e não-militares à autoridade. Para citar apenas um exemplo, o ANC considerava a campanha internacional de sanções e os protestos no interior da África do Sul como pilares da sua luta, em paralelo com as acções de guerrilha.

Quando o envolvimento internacional é significativo, esses factores mais gerais são particularmente importantes para os equilíbrios

militares. Quaisquer que sejam os factores internos em acção, uma força guerrilheira que opere com o apoio de um poderoso Estado vizinho que também exerce outro tipo de pressões sobre o Estado no poder, encontra-se numa posição fundamentalmente diferente de uma outra que beneficie apenas de um apoio externo ténue ou distante. Da mesma maneira, o grau do apoio militar externo ao regime no poder, e a importância dos recursos disponibilizados nesse apoio têm múltiplos efeitos no interior do país.

Na perspectiva romântica da guerra de guerrilhas, a única 'guerra real' é a que existe no mato, onde soldados, organizadores da guerrilha e o regime combatem pelo controlo da população rural. Mas os actores de ambos os lados sabem que a 'guerra real' está em toda a parte: pode ser ganha ou perdida não só no mato mas também nas decisões políticas ou económicas em outros quadrantes, na capital ou em distantes cidades estrangeiras.

Lógica da comparação e da explicação histórica

Os cientistas sociais têm diferentes razões para comparar os países. Alguns procuram elaborar, ilustrar ou confirmar teorias gerais. Outros recorrem à comparação para ilustrar as características de casos particulares.²⁰ Este estudo inscreve-se sobretudo na segunda categoria. Ao procurar incidir conjuntamente sobre as guerras angolana e moçambicana pretendo sublinhar características de cada uma delas que poderiam não ser descortinadas no estudo confinado apenas a um dos casos. Procuro também identificar características comuns, tanto específicas aos contextos histórico e geográfico que partilham como outras de aplicação mais vasta.

Não se discutem profundamente outros casos neste livro, embora o capítulo das conclusões avance várias hipóteses mais gerais. A discussão teórica deste capítulo estabelece comparações com modelos simplificados, derivados de uma ampla variedade de outros casos. Contudo, rejeitei a opção de abordar detalhadamente outros casos em favor de uma exploração mais aprofundada dos processos de Angola e Moçambique.

Esta decisão implica que o estudo não serve para confirmar ou elaborar teorias gerais. Contudo, ele tem consequências potenciais para tais teorias. Mesmo os casos contrários podem servir para refutar uma

hipótese geral: por exemplo, se uma teoria geral defende que as forças de guerrilha são sempre predominantemente constituídas por voluntários movidos por fortes motivos ideológicos ou étnicos, ela pode ser aqui rejeitada (como sugere inequivocamente a evidência apresentada no Capítulo 7). Tal poderá indicar, embora não a confirmando categoricamente, outra hipótese geral segundo a qual as forças de guerrilha com acesso seguro a recursos externos e comunicações modernas podem basear-se, em grande medida, nos recrutamentos forçados tal como os exércitos convencionais se baseiam, também em grande medida, no serviço militar obrigatório.

Os estudos comparativos de pendor teórico, que não têm por objectivo a compreensão de casos particulares, tendem a incidir sobre um limitado número de factores (variáveis) cuja relevância é testada, nas ciências sociais, por procedimentos padronizados de inferência causal. Assim, o estudo de Paige sobre as revoltas agrárias identifica quatro tipos de posse da terra, cada um deles presumivelmente por detrás de uma forma específica de movimento social agrário. Tomando a correlação de 135 sectores de exportação em setenta nações em desenvolvimento entre 1948 e 1970, assim como estudos de caso do Perú, Angola (1961) e Vietname, ele conclui que as revoltas revolucionárias são mais prováveis nos casos de propriedades descentralizadas com associações de culturas ou de plantações de colonos.²¹ Noutro importante estudo, Skocpol compara as revoluções de França, Rússia e China com os casos contrastantes da Prússia, Japão e Inglaterra. Isolando as condições presentes nos casos positivos, ela argumenta que: 1) organizações estatais susceptíveis de colapso administrativo e militar, e 2) estruturas sócio-políticas agrárias que facilitaram revoltas camponesas generalizadas, foram as causas distintivas suficientes da revolução social nos três países.²²

Embora os autores referidos elaborem as suas teorias com detalhe narrativo, os factores identificados como teoricamente importantes são aplicados aos casos como um todo ou a subunidades geográficas. Este procedimento envolve a abstracção das sequências particulares de acontecimentos no interior de um processo. Características presentes antes do acontecimento histórico que se quer explicar são comparadas com a presença ou ausência do resultado esperado. As condições pré-existentes consideradas comuns a todos os casos do resultado são erigidas como causas possíveis. A ausência de uma condição particular, com-

binada com a ausência do resultado, traz mais garantias de que, de facto, é essa a causa.²³

O teórico abstrai-se assim de factores presumivelmente específicos a casos particulares. O historiador de um só caso, sem inclinação teórica, poderá concentrar-se na narrativa sem procurar identificar 'factores' separados de importância variável, deixando tais julgamentos implícitos nas escolhas do que incluir ou o que salientar. Este estudo, preocupado sobretudo com casos particulares mas procurando, igualmente, julgar sobre a importância relativa dos diferentes factores, caminha sobre a linha delicada entre as duas perspectivas.

São mais do que suficientes os factores comuns que poderiam explicar o início e/ou prosseguimento da guerra: a herança do colonialismo português como factor da vulnerabilidade dos Estados pós-independência; as vastas áreas geográficas que, com os incipientes sistemas de transportes tornam o controlo muito difícil; a fraqueza militar em relação à poderosa África do Sul; a existência de diversidade étnica nas novas nações; a adopção de sistemas estatais monopartidários marxistas-leninistas; a configuração da Guerra Fria na década de oitenta; e outros.

Para desenredar esta complexidade, as ciências sociais recorrem a uma variedade de procedimentos, nomeadamente encontrar mais casos, determinar que generalizações são mais amplamente estabelecidas e, portanto, mais presumivelmente causais do que apenas acidentais. Todavia, este caminho leva-nos ainda mais para longe das ligações causais dos casos particulares. Este estudo, pelo contrário, aproxima-se da lógica explicativa da narrativa histórica, procurando especificar as sequências temporais com mais precisão e sublinhando plausíveis mecanismos intermédios de ligação entre os presumíveis factores causais e os resultados. As comparações entre os dois casos, e implicitamente com outros casos, são utilizadas sobretudo como guias que nos ajudam a definir o que procurar na sequência dos acontecimentos. E assume-se que o impacto de diferentes factores pode ser diferente nas diferentes fases do processo alargado que é resumido pela palavra 'guerra'.

As divisões do tempo que importam podem ser diferentes nos diversos processos. Assim, ao discutirmos o presumível impacto da política das aldeias comunais sobre a guerra, devemos perguntarmo-nos quando e onde é que essa política foi implementada, em comparação

com quando e onde é que a guerra começou ou se intensificou. Se os camponeses dispersos não foram forçados a transferir-se para as aldeias numa determinada zona, ou se este processo foi posterior, e não anterior, ao início da guerra, então é duvidoso o seu estatuto como 'causa' da guerra nessa zona. Para determinar o impacto do envolvimento militar sul-africano na guerra em Moçambique, temos que avaliar primeiro por quanto tempo é que ele prosseguiu a níveis significativos. Faz uma profunda diferença se se assume que ele foi interrompido ou reduzido a níveis insignificantes depois de 1985 ou, pelo contrário, se se aceita a evidência de que ele prosseguiu durante a presidência de Botha e, mesmo, pela década de noventa.

Embora seja necessária uma cronologia mais específica para tópicos específicos, os períodos mais latos fornecem-nos uma visão geral. Tendo em conta as tendências regionais e mundiais, assim como as evoluções de Angola e Moçambique, os períodos quinquenais de 1976-80, 1981-85 e 1986-90, assim como o período iniciado em 1991, representam fases claramente distintas das guerras em ambos os países. No primeiro período o conflito era limitado, tendo escalado massivamente no segundo. No terceiro período atingiu-se um impasse a um nível alto do conflito, coincidindo com a escalada da luta interna na África do Sul, com ponto mais alto do movimento internacional anti-*apartheid* e com a era Gorbachev na União Soviética. No início dos anos noventa, a libertação de Mandela e o clima de negociações voltou a definir outra vez um contexto radicalmente diferente.

Assim, os capítulos que se seguem, ao examinarem os possíveis impactos dos diferentes factores nas guerras, explorarão o como e o quando dos presumíveis mecanismos de correlação. Assim, embora a diversidade étnica esteja de facto presente em ambas as sociedades, a determinação da sua possível relação com a guerra requer que se especifique como e quando as hostilidades de base étnica levaram ao desencadeamento do conflito ou foram exacerbadas por ele.

Se formos além da descrição de tais mecanismos e procurarmos julgar quão importante (em termos causais) foi um factor particular, a lógica implícita é difícil de testar.²⁴ Se, por exemplo, Henry Kissinger tivesse tido em conta, em 1975, o conselho de diplomatas profissionais para se abster de intervir militarmente em Angola, será que a União Soviética e Cuba teriam vindo ajudar o MPLA? As rivalidades internas angolanas teriam da mesma maneira levado à guerra, e se sim teria esta

acabado mais cedo, ou de maneira diferente? Ou, a um nível mais geral, se as políticas agrícolas de Moçambique tivessem sido tão bem sucedidas quanto as da saúde e educação, será que este factor teria impedido a África do Sul de construir a Renamo no início dos anos oitenta? Estas conjecturas não podem produzir respostas como as dos testes de laboratório porque o hipotético percurso que não foi seguido já não está disponível. As explicações históricas são sujeitas a repetidas reinterpretações. Mas a colocação destas questões pode ajudar a clarificar o que reivindica cada interpretação particular.

A combinação de períodos de tempo, factores e níveis de explicação produz uma matriz complexa. Três tipos de factores (identidades nacionais e étnicas; classe, Estado e ideologia; militares e diplomáticos) e quatro níveis geográficos de análise (internos, provinciais e locais; internos, nacionais; internacionais, regionais ou mundiais) combinam-se com quatro períodos distintos para nos dar quarenta e oito células possíveis. Seria demasiado enfadonho acompanhar de perto esta matriz nos capítulos que se seguem, e a investigação de todas as células possíveis seria tarefa para muitos livros. Mas as distinções devem servir para nos trazer as características principais da complicada teia que tentamos destrinçar.

Reunindo as evidências

A análise de qualquer desenvolvimento histórico importante é complexa, mesmo que estejam disponíveis dados abundantes. As dificuldades multiplicam-se quando, tal como no presente estudo, as lacunas de informação ultrapassam os fragmentos de informação confirmada. Em comparação com outros países africanos é escassa a investigação de base sobre a África de expressão portuguesa. Em Moçambique há já, desde a independência, investigação importante de moçambicanos e estrangeiros que começa a preencher as lacunas deixadas pelos portugueses. Mas em Angola o único tópico que tem sido explorado por mais de meia dúzia de académicos é a história anterior ao século XIX.

Investigar guerras nas quais as operações clandestinas jogaram um papel tão central, e que estão em curso ou terminaram muito recentemente, implica que a informação publicada é pouco definida ou claramente duvidosa. As memórias escritas de participantes importantes são escassas ou pouco reveladoras. Algumas das partes envolvidas (por

exemplo, a direcção da segurança sul-africana) conseguiram manter-se coesas e impedir fugas de informação que poderia ajudar a perceber as suas deliberações. Só meia dúzia de jornalistas seguiram as guerras suficientemente de perto e por tempo suficiente para poderem ter uma perspectiva histórica, e desses poucos nenhum esteve intimamente ligado simultaneamente aos dois lados. Além disso, grande parte daquilo que foi publicado foi-o por jornalistas ou académicos que não falavam nem português nem nenhuma das línguas africanas locais de Moçambique ou Angola.

Face a esta situação o analista tem várias opções. Uma consiste em escolher uma pequena parte do quadro e examiná-la em profundidade, trazendo à luz nova informação. As novas perspectivas dependem, a longo prazo, deste tipo de trabalho.²⁵ Mas esta abordagem não resolve a questão da importância relativa dos diferentes factores no quadro geral. Pode-se também abandonar, por agora, a ideia de uma análise sintética, pegando no tópico por uma ou duas décadas com o benefício de novas monografias, memórias e outras vantagens de se abordar o já acontecido. Porém, optei por tentar desde já uma visão geral com a intenção de contribuir para um debate que prosseguirá à medida que surgirem mais informação e perspectivas diferentes.

A minha estratégia para enfrentar a falta de informação, ou informação contraditória, envolve diversos princípios: 1) indicar com clareza as lacunas de informação quando elas existem; 2) fazer a melhor avaliação possível com base na maior gama de fontes possível e confiando nos aspectos em que as fontes divergentes se mostram de acordo; e 3) avaliar a credibilidade das fontes na base do seu acesso à informação que afirmam conhecer e da sua anterior reputação de verdade e precisão.

A minha investigação socorreu-se de uma ampla gama de material publicado, académico e jornalístico, em inglês, português e outras línguas europeias importantes. Nas minhas próprias entrevistas e conversas no decorrer de longas visitas a Angola, Moçambique e outros países da África Austral, falei com participantes directos nos conflitos, assim como com observadores nas cidades capitais. Não viajei por território controlado pela Unita ou pela Renamo mas falei com muitos que o fizeram e examinei sistematicamente quase todos os relatórios publicados sobre essas visitas.

O terceiro ponto arrasta consigo duas orientações adicionais. Um

relato ganha credibilidade se constitui uma descrição em primeira mão de alguma coisa que a testemunha estava realmente em posição de observar. E ganha ou perde credibilidade de acordo com o historial de fiabilidade da testemunha. Nas alegações contraditórias sobre, por exemplo, a medida do envolvimento militar sul-africano numa determinada época, a evidência que pode ter surgido sobre o período anterior a esse é altamente importante, embora não decisiva.

Isso porque a estratégia sul-africana consistiu em esconder ou diminuir as ligações, de forma a potenciar a legitimidade dos seus clientes e poder negar as acusações de agressão externa. No geral, os meios de comunicação e os académicos ocidentais tenderam a conceder aos sul-africanos o benefício da dúvida. As acusações dos Estados da Linha da Frente eram frequentemente retóricas e gerais, tendo sido também muitas vezes consideradas como mera propaganda. Mesmo quando se apresentavam provas, estas baseavam-se frequentemente em testemunhos orais de camponeses ou combatentes. Que raramente conseguiam a atenção e a credibilidade merecidas, quer porque chegavam tarde, quer porque os meios de comunicação eram tendenciosos.

No período que se seguiu ao Acordo de Nkomati de 1984, por exemplo, a África do Sul rotineiramente negou que estivesse a prosseguir com o fornecimento de armas à Renamo. Os documentos capturados na Gorongosa em Agosto de 1985 revelaram que, embora as remessas tivessem sido interrompidas por vários meses após o Acordo de Nkomati, fornecimentos adicionais tinham sido lançados imediatamente antes da assinatura e retomados em Agosto de 1984. Neste caso a negação sul-africana revelou-se sem fundamento. Nos anos que se seguiram foi surgindo evidência fragmentária mas abundante da continuação do envolvimento militar sul-africano até ao cessar-fogo de 1992.²⁶ Mas as negações funcionaram: a tendência dominante dos observadores ocidentais foi de continuar a conceder aos sul-africanos o benefício da dúvida, ignorando as alegações de testemunhas oculares moçambicanas.

Como referimos no início deste capítulo, o mesmo tipo de circunstância envolveu as decisivas batalhas do Sul de Angola em 1987-88. Estes dois casos sugerem classificações de credibilidade das fontes diferentes da convencional paridade para a África do Sul e os seus críticos; eles levam-nos a duvidar da tendência para encarar o jornalista ou diplomata ocidentais como fontes mais fiáveis que o camponês

africano. Embora nenhuma informação importante deva ser aceite ou rejeitada simplesmente na base da sua fonte, todos os investigadores fazem julgamentos de credibilidade, fundados ou infundados. Embora reconhecendo a possibilidade de excepções, eu encaro os jornalistas e académicos sem conhecimentos da língua portuguesa ou experiência de longa permanência em Angola ou Moçambique como fontes menos susceptíveis de fornecer informações fiáveis do que aqueles que têm um conhecimento mais íntimo desses países. Todas as declarações oficiais sobre os conflitos emitidas por funcionários de qualquer dos governos (ou grupos insurgentes) envolvidos necessitam de confirmação independente para terem credibilidade, mas aqueles que estiveram envolvidos em operações clandestinas de larga-escala que dependiam exactamente do disfarce do seu papel (nomeadamente a África do Sul e os EUA) são particularmente pouco credíveis.

Tais julgamentos sobre a credibilidade das fontes têm inevitavelmente influência na avaliação das informações. Mas uma vez que são julgamentos que variam segundo a formação dos autores ou dos leitores, o critério mais importante continua a ser o de procurar confirmação independente a partir de fontes distintas, identificando consistências e inconsistências e procurando ver o que é que 'resiste' quando pomos todas as evidências em conjunto. Este procedimento, análogo à triangulação na observação, é a perspectiva fundamental por mim adoptada neste estudo.

Notas

¹ Heritage Foundation, *National Security Record* (Nº.92, Junho de 1986); *Washington Times*, 2 de Junho de 1986.

² Clarence-Smith (1989), 10.

³ *Washington Post*, 11 de Setembro de 1987.

⁴ Ver Minter, 'Glimpses of the War in Angola' (1992).

⁵ O sentido da discussão destas teorias não é testar a sua validade, o que exigiria um gama mais ampla de casos. É antes o de encontrar conceitos a ângulos que se possam aplicar a guerras envolvendo uma interacção complexa de factores internos e externos. As referências que se seguem não são completas mas referem as fontes principais para introduzir o leitor interessado na literatura.

⁶ Fontes importantes para este tópico incluem Young (1976, 1986), e Vail (1989).

⁷ Hobsbawm (1990), 60. Anderson (1991). Outro trabalho fundamental com incidência no recente carácter da identidade nacionalista é Gellner (1983). Ao contrário, Smith (1986) salienta a antiguidade das identidades incorporadas nos nacionalismos modernos.

⁸ Trinta anos após a década das independências, e face à crise do Estado africano pós-colonial, grande parte desta história está a ser re-examinada, como por exemplo em Davidson (1992). Porém, esta reavaliação salienta ainda mais a variabilidade e as mudanças na consciência da identidade.

⁹ Ver, entre muitas outras fontes, Wallerstein (1989).

¹⁰ Tilly (1978), 191.

¹¹ Gerth e Mills (1946), 78.

¹² Importantes fontes recentes sobre este assunto são Skocpol (1979), Goldstone (1991) e Wickam-Crowley (1991).

¹³ Ver Tilly (1978), 204 e segs, e fontes aí citadas.

¹⁴ Wolf (1969), Paige (1975). Entre muitas outras fontes sobre a resistência africana, ver Ranger (1977).

¹⁵ Sobre o Mau Mau, a Biblioteca do Congresso menciona quase quarenta livros entre 1965 e 1993, incluindo oito desde 1989. Sobre o Zimbabwe, ver, particularmente, Ranger (1985), Lan (1985), Kriger (1992), e Maxwell (1993). Para fontes sobre as revoltas contra Portugal, ver Minter, 'Lusophone Africa' (1992). Uma região sobre a qual existe uma variedade de trabalhos importantes, por Allen Isaacman, Edward Alpers e equipas de investigação da Oficina de História de Maputo, é a província de Cabo Delgado, em Moçambique. Importantes, entre a investigação primária recente baseada em novas fontes, são Adam (1988) sobre Cabo Delgado, Borges Coelho (1989) sobre a província de Tete, em Moçambique, e Dhada (1993) sobre a Guiné-Bissau.

¹⁶ Tilly (1964), Mayer (1971).

¹⁷ Mayer (1971), 84.

¹⁸ Entre a abundante literatura recente sobre a guerra de baixa intensidade, ver Klare e Kornbluh (1988), Shultz *et al.* (1989) e, anterior, Kitson (1971). Entre os guias da literatura clássica podemos citar Laqueur (1976), Chaliand (1982), e Rice (1988). Ver também referências mais detalhadas no Capítulo 7.

¹⁹ Laqueur (1976), 275.

²⁰ Ver Skocpol e Somers (1980), Ragin (1987), Tilly (1984).

²¹ Paige (1975).

²² Skocpol (1979).

²³ Para uma descrição resumida destes métodos, baseados nos cânones de indução de John Stuart Mill, ver Ragin (1987), 36 e segs.

²⁴ Ver Weber (1949), 180.

²⁵ Referências a este tipo de trabalho, particularmente sobre Moçambique, aparecem sobretudo nos capítulos 7 a 10. Entre académicos que publicaram este tipo de investigação sobre as guerras, devo particularmente ao trabalho de Christian Geffray, Otto Roesch e Ken Wilson, pelos seus estudos locais e regionais, e a Alex Vines pela sua pesquisa detalhada sobre a organização interna da Renamo e seus patrocinadores externos. Os meus próprios esforços no âmbito da investigação primária incluem investigação dos documentos publicados em Minter (1988) e entrevistas publicadas em relatórios em Minter (1989) e Minter (1990).

²⁶ Ver a discussão sobre este tópico no Capítulo 7.

NACIONALISMO, ETNICIDADE E DESCOLONIZAÇÃO

Um dos refugiados angolanos que entrevistei na fronteira com a Namíbia em 1991, era metodista e cresceu perto de Luanda, falando Kimbundu. Com este passado era provável que apoiasse o MPLA. Outro era falante de Umbundu e, portanto, presumível simpatizante da Unita. Mas, de facto, ambos apoiavam a FNLA, normalmente referida como uma organização de angolanos do norte, de língua Kikongo.

Os estereótipos não eram falsos mas também não passavam de meias verdades. Um dos refugiados tinha-se inclinado para a FNLA em 1975 porque considerava que o grupo tinha uma perspectiva realista ao defender a continuidade do sistema capitalista seguido pelos portugueses. Um outro, apoiante do líder guerrilheiro do MPLA, Daniel Chipenda, seguiu-o para a FNLA quando Chipenda se separou de Agostinho Neto, em 1974. Permaneceu fiel à FNLA mesmo depois de Chipenda ter voltado a aderir ao governo de Luanda. Durante a mesma visita, um namibiano local com parentes angolanos disse-me que muita gente da fronteira apoiava em privado o governo angolano, em vez da FNLA ou da Unita, mas que não tinha outra alternativa senão aceitar os grupos apoiados pelos sul-africanos.

Um ano antes, em Luanda, dois funcionários superiores do governo tinham-me dito que haviam resistido a pressões para aderir à Unita em meados dos anos setenta. Um, que crescera no planalto central, explicou-me como se vira obrigado a fugir para escapar aos ataques da Unita contra os jovens de língua Umbundu, considerados traidores por não apoiarem Savimbi. O outro, do extremo Sul, referiu os apelos da Unita para que ele desertasse do MPLA porque a Unita era 'o movimento natural dos sulistas'.

Estas conversas constituem bons exemplos de que a relação entre identidades étnicas e lealdades políticas está longe de ser simples. Os estereótipos reflectem a realidade social mas também ajudam a moldá-la, na medida em que os indivíduos são pressionados a ajustar-se a eles. Mas o alinhamento político é também afectado por um conjunto de outros factores, que incluem as opções e circunstâncias pessoais.

O contraste entre Angola e Moçambique coloca a questão a outro nível. A divisão nacionalista em três organizações distintas, em Angola, ao contrário da hegemonia da Frelimo em Moçambique, teve efeitos profundos. E no entanto as diversidades étnicas e regionais estavam presentes em ambos os casos. Em cada um deles as oportunidades económicas e a mobilidade social variaram grandemente com as divisões geográficas, que se relacionaram com potenciais divisões étnicas. Que factores produziram então os resultados distintos?

Raízes históricas das distinções étnico-regionais

A Angola e o Moçambique coloniais reuniram sob uma administração comum uma vasta gama de comunidades anteriormente não integradas. No entanto, nenhuma tentativa para identificar uma lista de ‘tribos’ ou grupos étnicos – nitidamente distintos uns dos outros pela língua, cultura ou política num determinado momento – podia ter tido êxito. Na sua grande maioria, os angolanos e moçambicanos falavam uma ou outra língua Bantu, mas mesmo esta formulação implica fronteiras linguísticas nítidas que não existiam necessariamente. Tal como afirma Ranger para os casos dos povos de língua Shona do Zimbabwe, ‘cada aldeia falava a “mesma” língua que os seus vizinhos, por todo o território, mas havia contudo alterações léxicais e idiomáticas graduais de forma que quando um homem do extremo ocidental chegava ao extremo oriental encontrava diferenças significativas’.¹ O mesmo se aplicava a muitas distinções linguísticas em Angola e Moçambique.

Em geral, as unidades políticas e culturais pré-coloniais eram ou muito pequenas (a aldeia ou grupo de aldeias) ou demasiado grandes (Estados com súbditos de uma variedade de línguas e culturas) para corresponder precisamente aos grupos identificados hoje em dia como ‘tribos’ ou grupos étnicos. As fronteiras da coesão política, semelhança cultural e lealdades pessoais raramente encaixam completamente nas linhas nítidas definidas pelos etnógrafos europeus como dividindo as

'tribos'. E, contrariamente à imagem de um passado pré-colonial estático, essas fronteiras alteraram-se com as conquistas, influências culturais pacíficas e migrações.² Cativos, conquistadores e outros imigrantes foram assimilados ou influenciaram as sociedades que os acolheram e o facto de falarem línguas Bantu aparentadas facilitou a sua relativamente rápida adaptação ou imposição. Antes de finais do século XIX mesmo europeus, árabes e indianos foram por vezes assimilados às sociedades africanas, especialmente ao longo da costa moçambicana e do vale do Zambeze. O multilinguismo, frequentemente de línguas africanas mas incluindo também o português, era um fenómeno comum nos séculos anteriores, tal como o é hoje em dia.

Dos muitos Estados pré-coloniais dos dois países só um (o reino do Congo) serviu nos tempos modernos como centro de um movimento de restauração étnica deliberada. Mas apesar da sua importância histórica, e de uma linha de reis que vem desde os monarcas do século XVI que adoptaram o cristianismo trazido pelos portugueses, a viabilidade do projecto foi comprometida pela dispersão dos falantes Kikongo pelas possessões francesas, belgas e portuguesas. Nunca chegou a ser, portanto, uma opção política séria. Embora a história do Mwenemutapa e de outros governantes de língua Shona tenha servido de fonte de orgulho para moçambicanos e zimbabwuanos, nunca chegou a ser o centro de um movimento Shona de unificação ou independência. As guerras de resistência protagonizadas por povos de todas as regiões de Angola e Moçambique deram origem a histórias de resistência nacional, em lugar de serem apropriadas por um só grupo linguístico. De qualquer das formas, houve resistentes e colaboradores em toda a parte; algumas revoltas eram claramente multi-étnicas na sua composição.³

Segundo uma divisão linguística grosseira, a população incorporada em Moçambique incluía falantes Tsonga no Sul; falantes Shona no centro, a Norte do rio Save; uma variedade de grupos misturados ao longo do rio Zambeze; os núcleos aparentados Lomwe e Macua a Norte do Zambeze; e os Yao e Maconde no Norte, penetrando pelos países vizinhos. Angola tinha falantes Kikongo no Norte; Kimbundu em Lunda e seu interior vizinho; Umbundu no planalto central; Nyaneka e Cuanhama (Ovambo) no extremo Sul; Chokwe e numerosos pequenos grupos chamados Ngangela no pouco povoado Leste.

O maior núcleo linguístico em Angola era o Umbundu, falado por aproximadamente 36 por cento da população, seguido do Kimbundu

(aproximadamente 26 por cento) e do Kikongo (aproximadamente 13 por cento). Em Moçambique, os falantes Macua e Lomwe constituíam cerca de 36 por cento da população, os falantes Tsonga à volta de 22 por cento e os Shona perto de 7 por cento.⁴ Nenhum desses grupos correspondia precisamente às unidades políticas pré-coloniais, nem os seus nomes correspondiam necessariamente às designações que eles atribuíam a si próprios. Mas as zonas linguísticas correspondiam grosseiramente às divisões geográficas e, consequentemente, tinham diferentes experiências de conquista colonial, de incorporação na economia colonial e de contacto com as missões cristãs. Esses factores, por sua vez, afectavam a medida em que distinções particulares, étnicas ou regionais, se viriam a tornar politicamente importantes, e o papel que povos de diferentes origens viriam a desempenhar no movimento nacionalista.

No Estado colonial português a administração, os colonos brancos, o comércio e os serviços sociais concentravam-se bastante na cidade capital. A sua população africana tinha, portanto, um acesso desproporcionado àquilo que Heimer designou de 'sociedade central', em comparação com a população de cidades menores ou das zonas rurais.⁵ Este factor aplicou-se a Luanda e ao seu interior próximo de língua Kimbundu, assim como a Maputo (Lourenço Marques) e ao povo de língua Tsonga do Sul de Moçambique. Embora as políticas de assimilação portuguesas presumissem o abandono da cultura africana por parte da pequena minoria que adquiria tal estatuto, mesmo aqueles que exigiam a igualdade racial nos termos da assimilação tinham raízes na cultura popular da capital e seu interior próximo. Aqueles que vinham para Lourenço Marques, se não sabiam já falar português ou Tsonga tinham que aprender pelo menos uma das duas. Da mesma forma, o domínio do português ou Kimbundu era uma necessidade para se sobreviver em Luanda.

Maputo e Luanda partilhavam estas características de cidade principal. A consciência social e política associada ao acesso a esta sociedade não tinha um carácter propriamente 'étnico' nem era exclusivamente 'urbana', uma vez que a maioria dos africanos urbanizados mantinha laços estreitos com o campo. Implicava um potencial de atitudes condescendentes para com os elementos oriundos da província. Na sociedade colonial portuguesa só os portugueses nascidos em Portugal eram verdadeiros cidadãos de primeira classe. A hierarquia social des-

cia então, por degraus e a partir daí, passando pelos brancos nascidos localmente, pelos mestiços e asiáticos, pelos africanos assimilados, chegando finalmente aos outros africanos com acesso à sociedade urbana. A independência trouxe, de imediato, novas oportunidades para os que estavam mais perto da cidade capital – particularmente aqueles que já tinham alguma formação.

A cultura urbana e peri-urbana estava muito mais arraigada em Luanda, com uma história de vários séculos de laços sociais ‘crioulos’ afro-europeus, do que em Maputo, que só se viria a tornar um centro urbano relativamente importante em finais do século XIX. A presença portuguesa em Moçambique começara por ser mais intensa ao longo da costa setentrional e do vale do Zambeze; por volta do século XIX é que as atenções se começaram a virar para Sul.

Enquanto que o poder político, no colonialismo português, se centrava na capital, a estrutura económica revelava agudas diferenciações regionais dado que a rede que convergia para a capital existia em paralelo com outras redes centradas noutros centros provinciais ou corredores. Estas distinções estão ainda hoje patentes nos mapas ferroviários de Angola e Moçambique. O Sul de Moçambique servia não só de interior de Lourenço Marques mas, também, de reserva de força de trabalho para a África do Sul. As viagens para Johannesburgo e para a capital moçambicana definiam uma experiência comum. A Beira, no centro, definia um interior cujo núcleo principal se situava na Rodésia do Sul (Zimbabwe), com uma ligação secundária à Niassalândia. A Norte do Zambeze, as vias férreas de Quelimane e Nacala ligavam ao interior moçambicano (a linha de Nacala só viria a atingir o Malawi em 1970).

No caso angolano, o porto de Benguela estava ligado à cintura de cobre da África Central, atravessando o planalto central. Luanda-Malanje no Norte, e Moçâmedes-Sá da Bandeira (Namibe-Lubango) no Sul, eram extremos de dois corredores ferroviários distintos. Ao contrário de Benguela, ambos paravam muito antes de atingir as fronteiras interiores de Angola. Embora as linhas férreas não definissem todas as zonas de importância económica (nem o café do Uíge nem o petróleo de Cabinda se incluíam nelas), indicavam grandes áreas de interesse da economia colonial antes da Segunda Guerra Colonial.⁶

A ocupação do território pelos portugueses também se processou por núcleos regionais. Em 1970, mais de metade dos portugueses de Angola

situavam-se na zona entre Luanda e Malanje, 20 por cento estavam no corredor Benguela-Huambo e 12 por cento em Huíla (Sá da Bandeira) ou Moçâmedes. Em Moçambique, mais de metade dos portugueses viviam na província de Maputo, e 20 por cento na região central de Manica e Sofala. As províncias da Zambézia e Nampula, as mais populosas de todas, tinham em conjunto cerca de 14 por cento dos brancos.⁷

A dispersão regional das actividades económicas, combinada com o facto dos colonos portugueses reservarem para si a maior parte do trabalho especializado, significou que, em geral, eram poucos os trabalhadores africanos que entravam em competição com trabalhadores de outras zonas linguísticas. Este padrão era, em Moçambique, muito consistente. Os moçambicanos do Sul iam para a África do Sul ou Maputo; os do centro do país emigravam para o Zimbabwe ou para a Beira; os do Norte permaneciam nas suas zonas ou emigravam para o Malawi ou Tanzania. As pessoas de zonas diferentes eram distintas mas não competiam pelas mesmas oportunidades económicas. Entre as excepções contam-se os trabalhadores contratados de língua Umbundu, que garantiam uma parte importante da força de trabalho das plantações de café do Norte de Angola e chegaram a representar 10 por cento da população africana de Luanda por volta de 1970.

Esta primazia da cidade capital criou o cenário de uma possível tensão entre grupos geograficamente favorecidos e os outros. As regiões económicas distintas potenciaram rivalidades entre grupos. Mas, possivelmente, o factor mais influente na determinação de que identidades étnicas se tornaram politicamente salientes foi a distribuição das missões protestantes que fomentaram a alfabetização em línguas africanas.

Ranger, Vail e outros tentaram explicar, para outros países da África Austral, a influência das missões na definição de línguas 'padronizadas', que subsequentemente se tornaram veículos de progresso educacional de um grupo particular. Os povos falantes de línguas não-escritas podem ser assimilados. Missionários, antropólogos, funcionários governamentais e, sobretudo, convertidos e informantes, construíram visões da história étnica que serviram como referências identitárias.⁸

Nas áreas de domínio britânico, a administração indirecta reforçou as identidades 'tribais' por meio das autoridades tradicionais (e criando-as onde não existiam). A administração mais directa e a ideologia assimilacionista de Portugal emprestaram menos ímpeto às identidades

étnicas para além da comunidade local. Os funcionários portugueses desencorajavam a alfabetização em línguas africanas, enquanto que as missões católicas se mostravam menos inclinadas a desenvolver as línguas escritas que as suas congéneres de outros territórios. Assim, onde as missões protestantes estabeleceram bases importantes, as suas iniciativas linguísticas e educacionais sobressaíram por contraste. Tal aconteceu apesar de ser exigido às missões protestantes que dessem prioridade ao português em detrimento das línguas africanas.

Em Angola, os missionários metodistas norte-americanos impulsionaram a alfabetização em Kimbundu. Os baptistas britânicos educaram gerações de convertidos de língua Kikongo. Missionários congregacionistas dos EUA e Canadá edificaram uma grande infraestrutura de educação no seio do povo de língua Umbundu de Angola. Estudiosos de proa do nacionalismo angolano como Marcum, Heimer e Henderson, chamaram a atenção para a resultante correspondência entre identidade étnica, fidelidade religiosa e a divisão tripartida do nacionalismo angolano. O factor religioso, através da sua influência na alfabetização e na consciência étnica, parece ter tido um impacto particular na formação.

Outros grupos angolanos beneficiaram de pouca ou nenhuma presença protestante, com atrasos consequentes na padronização das línguas e no acesso à educação. Correspondentemente, revelaram menos tendência a manifestar-se como grupos coerentes com uma agenda cultural ou política. Em Moçambique, onde os portugueses impediram uma penetração significativa de missões protestantes a Norte do rio Save, só os falantes Tsonga do Sul produziram muitos africanos alfabetizados na sua própria língua.⁹ Embora tenha sem dúvida havido outras razões pelas quais os numericamente importantes Macua-Lomwe do Norte de Moçambique não revelaram uma consciência política de grupo semelhante à dos Umbundu de Angola, a ausência de uma língua escrita padronizada certamente que contribuiu muito para tal. No Zimbabwe, o sub-grupo Shona dos Ndau associou-se à Igreja Congregacionista. Mas a presença desta igreja em Moçambique era escassa e fragmentada entre o Sul e o centro, pouco contribuindo para uma forte identidade Shona ou Ndau no interior do país.¹⁰

Assim, em Moçambique o único núcleo linguístico africano alfabetizado na sua própria língua foi também o grupo com acesso à capital. Em Angola, pelo contrário, existiram dois outros focos potenciais de lealdades regionais e provinciais. Em ambos os países a liderança po-

lítica moderna surgiu de um pequeno grupo de africanos formados. Todavia, em Angola havia, no interior desse grupo, massa crítica com potencialidade para desenvolver lealdades não só nacionais mas, também, subnacionais.

A invenção da nação

Em Angola e Moçambique os movimentos nacionalistas organizados são ainda mais recentes do que noutros países africanos. A repressão portuguesa e as restrições na educação dos africanos ajudaram a assegurar que até ao início dos anos sessenta quase não tenha havido sinais visíveis de nacionalismo. Podem encontrar-se muitos exemplos de resistência anti-colonial, como os cuidadosos relatos registados por René Pélissier para ambos os países.¹¹ Alguns académicos descobriram uma consciência da repressão portuguesa reflectida em canções populares ou outros meios de resistência informal. Mas são poucos os sinais que nos permitem ver quando as correntes anti-coloniais começaram também a reflectir a consciência de pertença a nações chamadas Angola e Moçambique. Aquilo que descortinamos como cristalizando-se em movimentos organizados na década de sessenta e precedido por fragmentos de literatura, constitui apenas uma pequena parte do quadro.

A perspectiva oficial imposta pelo Estado colonial português negava liminarmente qualquer identidade alternativa. Portugal era mitologizado como nação multicontinental. Nesta 'nação' de uma só cultura, Portugal significava a civilização; as culturas africanas inferiores estavam destinadas a desaparecer. A vasta maioria de africanos, categorizados como indígenas, eram súbditos considerados irrelevantes para a identidade da nação. A assimilação implicava, para a pequena fracção que evoluía para o estatuto civilizado, a substituição dos costumes e identidades africanas pelos valores portugueses.

Ao contrário das teorias raciais anglo-saxónicas e afrikaner, que incidiam na separação, o 'lusotropicalismo' português exaltava a mistura racial como meio de fazer alastrar a civilização. Na prática, porém, os mestiços e assimilados não passavam de uma pequena minoria em ambos os países, minoria essa que não era aceite na sociedade colonial em base de igualdade com os brancos. Mas o colonialismo português era suficientemente distintivo para assegurar que o meio no qual surgiam o sentimento nacional explícito e sua organização era multiracial e não

exclusivamente negro.

Em Moçambique, em 1950, de uma população total de 5 milhões havia aproximadamente 27.000 brancos, 16.000 mestiços, 10.000 asiáticos e quase 5.000 assimilados. Em Angola, nesse mesmo ano, de um total de 4,1 milhões, havia 79.000 brancos, 30.000 mestiços e 30.000 assimilados, uma proporção bastante mais elevada do que em Moçambique. Em meados do século os indígenas representavam 97 por cento da população em Angola e 99 por cento em Moçambique. Alguns indígenas, certamente menos de 5 por cento, tinham alguma educação em português e, portanto, presumível potencial de assimilação.

Em ambos os países a liderança nacionalista surgiu sobretudo entre os mestiços e africanos que conseguiram ou podiam conseguir o estatuto de assimilados. A sua posição era inerentemente ambivalente: privilégios relativos e um estatuto presumivelmente de igualdade em relação aos colonos contrastavam com a sua experiência de discriminação real e de confronto com as atitudes brancas de superioridade racial. Tal como aconteceu com os primeiros nacionalistas noutras partes de África, as primeiras expressões de resistência salientaram as exigências de igualdade no interior do sistema, em lugar de uma impensável reivindicação de independência nacional.¹² Só depois da Segunda Guerra Mundial é que surgiram expressões de sentimento nacional mais explícitas.

O nacionalismo desenvolveu-se de forma paralela nos dois países. Ondas de povoamento português, em inícios do século vinte e depois, em grandes números, após a Segunda Guerra Mundial, levantaram novos obstáculos ao progresso dos africanos, mestiços e, mesmo, brancos nascidos em África. Em ambos os países a identidade nacionalista exprimiu-se na poesia, particularmente na década de cinquenta, antes de poder assumir uma forma política. A angolanidade e a moçambicanidade eram discutidas como identidades que podiam ser assumidas por alguns brancos, assim como mestiços e africanos. Em ambos os países, os poucos que partiram para Portugal e outros países para frequentar o ensino superior desempenharam um papel fundamental na consolidação da idéia de unidade nacional. Em ambos os casos os nacionalistas das décadas de sessenta e setenta sabiam perfeitamente que não lutavam apenas pela independência nacional mas que estavam também a criar uma identidade nacional que ainda não era aceite por grande parte da população.

Porém, várias diferenças importantes ajudaram a que fossem estabelecidos cenários distintos. Primeiro que tudo, havia uma profundidade histórica muito maior na formação social 'nacional' em Angola. A importância da camada urbana na base social do MPLA, frequentemente referida pelos analistas, reflecte as diferenças que precederam a formação das organizações nacionalistas. Isto é patente, por exemplo, no desenvolvimento da literatura angolana e no número de brancos locais que participaram nas expressões literárias e políticas do nacionalismo. Só uma minoria de brancos de ambos os países seguiu esta via em lugar de se identificarem como portugueses, mas essa minoria era mais visível em Angola do que em Moçambique. Em termos mais gerais, foi Angola que imprimiu o ritmo dos movimentos nacionalistas nas colónias portuguesas: foi ela a primeira a produzir figuras literárias, a formar a primeira organização nacionalista clandestina, a desencadear a guerra de guerrilhas na década de sessenta. Porém, pelo facto de ter sido a primeira também pagou um preço. Luanda era também um potencial polo de rejeição daqueles que, oriundos das províncias, se sentiam excluídos. Quando, na década de sessenta, começaram as guerras de libertação contra os portugueses, a linha de separação entre a cidade capital e as províncias era mais nítida em Angola do que em Moçambique.

As fronteiras com outros territórios coloniais também influenciaram bastante o conceito de nação em ambos os países, distinguindo as experiências coloniais de angolanos e moçambicanos das dos seus vizinhos e determinando os fluxos de trabalho migratório e, mais tarde, do exílio político. A migração para os países vizinhos foi fundamental para a economia política de Moçambique. Aqueles que a fizeram, quando não se integraram permanentemente nos países hospedeiros, ganharam consciência de ser moçambicanos, distintos de sul-africanos e rodesianos, ou dos habitantes da Niassalândia e do Tanganhica. Em quase todo o Moçambique, em particular no Sul e no centro, uma elevada percentagem de homens moçambicanos tiveram esta experiência. Em Angola, a experiência de trabalho migratório através das fronteiras, ou de simples emigração, foi muito menos generalizada. Só pequenos números partiram para as minas da África do Sul ou para a cintura do cobre da África Central. Só com o Congo Belga, a Noroeste, se verificou um movimento significativo através das fronteiras, e mesmo neste caso constituído por refugiados na sequência do desencadeamento da guerra no Norte de Angola, no início da década de sessenta.

Nem em Angola nem em Moçambique puderam os grupos nacionalistas funcionar abertamente, e consequentemente o meio do exílio foi particularmente importante para o surgimento das idéias nacionalistas. Significativamente, os moçambicanos foram expostos às correntes políticas da África de língua inglesa, do Congresso Nacional Africano, da África do Sul, a políticos africanos do Commonwealth como Julius Nyerere e Kenneth Kaunda. Os angolanos, pelo contrário, desenvolveram laços mais estreitos com Portugal e com o mundo intelectual e político francófono. Essas diferenças, reflectidas nas histórias contrastantes da Tanzania e do Zaire, tiveram efeitos profundos sobre os movimentos.

Organização e hegemonia no movimento nacionalista

Numa situação em que a expressão política aberta era proibida, a comunicação era difícil no interior dos dois países, e o contacto regular entre exilados e os do interior praticamente impossível, não surpreende que as redes nacionalistas fossem geograficamente fragmentárias. Isto aplica-se não só a Angola, como mostrou Marcum no seu clássico trabalho, mas também a Moçambique, onde os moçambicanos na Rodésia, na África Oriental e no Malawi formavam grupos separados, enquanto que os nacionalistas em Lourenço Marques se faziam representar apenas por um grupo de estudantes. No início da década de sessenta nem angolanos nem moçambicanos tinham organizações que se pudessem reclamar como representações políticas nacionais.

O facto de quinze anos mais tarde uma Frelimo claramente hegemónica ter presidido à independência, enquanto que o frágil Acordo do Alvor requereu três subscritores angolanos e não impediu a guerra, poderia ter sido parcialmente previsto se se tiver em conta o maior potencial de divisão de Angola. Mas nenhum dos resultados era predeterminado. Os acontecimentos específicos e as contingentes condições das guerras de independência também produziram influências identificáveis que determinaram evoluções distintas para Angola e Moçambique.

Os dois países diferiram, em primeiro lugar, na maneira como as guerras começaram. Em Angola, duas revoltas distintas e, em grande parte, espontâneas irromperam em Fevereiro e Março de 1961, primeiro em Luanda e depois na zona de café do Norte de Angola. Os militantes do MPLA desempenharam papel activo em Luanda e na zona de café

dos Dembos, enquanto que a FNLA (na altura União das Populações de Angola – UPA) se envolveu na maioria dos distritos do café, onde predominavam populações Kikongo. Os rebeldes, pouco preparados, depararam com uma reacção feroz dos portugueses, que assassinaram centenas de pessoas nos subúrbios de Luanda, e dezenas de milhar nas zonas rurais do Norte. Em teoria, a repressão terá servido para consolidar a unidade nacional. Mas também eliminou a possibilidade de contactos entre dirigentes nacionalistas, divididos entre a prisão, o exílio, o mato e os esconderijos clandestinos na cidade. A revolta patrocinada pela UPA também erigiu outro tipo de barreiras na medida em que os rebeldes mataram não só colonos brancos mas, também, mestiços, assimilados e africanos de outras zonas do país. Esta violência racial e etnicamente orientada contrastava agudamente com o apelo do MPLA para a unidade anti-colonial angolana, que ultrapassava as distinções étnicas e, mesmo, raciais.

Os nacionalistas moçambicanos, por outro lado, conseguiram falar de unidade no exílio antes do conflito se tornar violento. Uma percentagem muito maior de dirigentes conseguiu sair do país sem levar consigo as manchas de sangue que já dividiam apoiantes da FNLA e do MPLA. Sabedores, pelo exemplo angolano, de que qualquer revolta aberta seria esmagada sem que a comunidade internacional fizesse mais do que condenar os portugueses, os moçambicanos levaram tempo a preparar-se.

Os diferentes ambientes de exílio também influenciaram as perspectivas de unidade. Os nacionalistas moçambicanos encontraram em Dar es Salaam o lugar próprio para coordenar as suas actividades, mais tarde complementado por Lusaka. A estreita ligação entre os presidentes Nyerere e Kaunda facilitou a discussão entre os governos hospedeiros e a Frelimo, que foi criada em Dar es Salaam em 1962. Pelo contrário, os dirigentes nacionalistas angolanos dispersavam-se por Kinshasa, Brazzaville, Lusaka, Dar es Salaam e mesmo, nos primeiros anos, a distante Conakry. Estes meios eram bastante diversos, não só linguística mas também politicamente. O país em melhor posição para influenciar o nacionalismo angolano era o Zaire (então Congo), ele próprio afectado pela divisão e pela intervenção da Guerra Fria.

Em meados de 1961, Holden Roberto, da FNLA, havia-se juntado aos seus amigos congolese na folha de salários da CIA. Durante dois anos o MPLA também teve um escritório em Kinshasa, conseguindo até

algum apoio entre os refugiados angolanos de língua Kikongo. Mas os seus esforços para abastecer os guerrilheiros no interior de Angola eram travados pela FNLA, que controlava a fronteira e chegou, pelo menos por duas vezes, a executar membros do MPLA que a atravessavam. Em 1963 o MPLA foi expulso de Kinshasa, atravessando o rio Congo para Brazzaville. A unidade com a FNLA teria sido sempre difícil, mas acabou por ser definitivamente inviabilizada pelos imperativos da Guerra Fria e da acção da CIA. A orientação determinava a neutralização de quaisquer influências de esquerda, tais como as do MPLA, e não a edificação da unidade nacional. Com a crise do Congo, o combate activo contra qualquer influência soviética tornou-se a principal prioridade dos EUA em África. Angola, tão próxima do epicentro do conflito, não podia ser isolada dele.

Outra localização possível da construção do espírito nacional eram as zonas de guerra da guerrilha. Embora em cada zona os recrutas locais viessem de grupos locais, a direcção intermédia e superior da guerrilha era quase sempre diversa do ponto de vista étnico. Até a FNLA dos primeiros anos tinha importantes dirigentes de outras partes de Angola. Quanto a Moçambique, a Frelimo estava particularmente consciente que era esta a arena onde o tribalismo tinha que morrer para que a nação pudesse viver. A importância atribuída à unidade nos discursos da Frelimo desta época, por vezes considerada como sub-avaliando a diversidade étnica, constituía um reconhecimento de facto de que a unidade não era um dado adquirido mas tinha, pelo contrário, que ser construída. A camaradagem na frente da guerrilha, experimentada directamente por um número relativamente pequeno, conseguiu mesmo assim moldar as consciências dos que estavam no núcleo central do movimento nacionalista.

Os angolanos não conseguiram criar este cadinho de unidade a não ser de maneira fragmentária. Em meados da década de sessenta quase todos os não-Kikongo da FNLA haviam partido, no ambiente de assassinatos e discriminações da direcção de Holden Roberto. A direcção da Unita incluía angolanos de Cabinda e do Leste de Angola, assim como congéneres de Savimbi, de língua Umbundu. Mas as suas operações de guerrilha, sempre limitadas, degeneravam em colaboração militar com os portugueses. O MPLA patenteava a maior diversidade no seio da sua direcção, e mantinha operações de guerrilha em três zonas distintas: o Norte de Luanda, Cabinda e o Leste de Angola.¹³ Mas as comunicações

entre as frentes da guerrilha e entre os escritórios de Brazzaville, Lusaka e Dar es Salaam, constituíam um pesadelo logístico.

Em ambos os países a ameaça real de fragmentação foi explorada pelos portugueses, para quem a infiltração e as tentativas para promover a desunião constituíam um aspecto fundamental da estratégia de contra-insurgência. Mas o sentimento de unidade nacional era também real. Apesar de esforços portugueses, como o da promoção de uma 'Rombézia' independente para o Norte de Moçambique, nenhum grupo importante, em Moçambique e em Angola, adoptou um programa separatista. Até a competição política, por mais acesa, serviu para reforçar a ideia de Angola e Moçambique como nações acima da expressão das identidades étnicas ou regionais.

Os resultados foram distintos, em parte devido aos já mencionados factores estruturais, em parte pela influência de personalidades e da micropolítica. Mas houve também aspectos estruturais em comum, que nos dão alguma possibilidade de integrar a complexa mistura de factores étnicos, nacionais, de classe e ideológicos num quadro comum.

Na crise da Frelimo de 1966-69, aqueles que se opuseram à liderança de Eduardo Mondlane e de Samora Machel eram desproporcionalmente não-sulistas. Muitos ressentiam-se da predominância de sulistas e mestiços na direcção da Frelimo, e suspeitavam da presença de brancos. O grupo cuja interpretação vingou encarava essas posições como oportunistas, divisionistas e determinadas a minar a unidade anti-colonial. Estava consciente dos esforços dos portugueses para manipular esses sentimentos e baseava-se em alguma evidência empírica para considerar os apelos étnicos ou raciais como um primeiro passo no caminho de uma possível deserção para os portugueses. Ao contrário, salientavam a importância do empenhamento político contra a origem racial ou regional. Esta perspectiva ideológica não-racial também justificava os apelos à solidariedade das forças progressistas não-africanas em todo o mundo.

Esta perspectiva implicava a integração no movimento de moçambicanos de todas as origens étnicas e raciais, assim como o combate à formação de facções étnicas no interior da direcção. Significava igualmente o desfavorecimento do papel realmente desproporcionado que desempenhavam na liderança moçambicanos oriundos de sectores sociais com vantagens históricas na educação e acesso à sociedade central. Em teoria, o equilíbrio étnico era em si proibido, embora infor-

masse necessariamente os juízos práticos. Para a direcção da Frelimo que surgiu da crise, a alternativa era clara: a unidade nacional conjugada com o empenhamento na transformação social seguindo uma orientação socialista, ou os apelos contra-revolucionários à divisão racial e étnica visando substituir as caras brancas por caras negras sem alterar as estruturas de exploração. Fazer a revolução implicava assumir a conduta política, e não a origem étnica, como linha de conduta.¹⁴

Para a tendência oposta, as identidades particulares pareciam ser mais importantes que os quadros mais latos da unidade nacional ou ideológica. As diferenças de formação ou estatuto no interior do movimento nacionalista constituíam preocupação central. Não que houvesse correspondência exacta entre origem étnica e posições defendidas nesses debates. Mas os governantes portugueses, verificando que o desafio nacionalista era dirigido por essas pessoas de nível social imediatamente a seguir ao deles (sulistas, mestiços), procuraram possíveis aliados até nos escalões mais baixos da hierarquia social.

Se os presidentes Nyerere e Kaunda não tivessem apoiado a unidade em torno de Mondlane e Machel, em meados dos anos sessenta, a situação de Moçambique poderia estar mais próxima da de Angola, com uma ou mais organizações nacionalistas de base étnica ou regional competindo com a que se ligava à rede nacionalista da capital. Ao contrário, a Frelimo integrou moçambicanos de todas as origens, enquanto que os dissidentes nunca conseguiram qualquer coerência organizativa. Alguns desertaram para o lado dos portugueses, enquanto que outros partiram para o exílio. Esta história, e a geografia da guerra, fizeram com que a representação geográfica no núcleo da direcção da Frelimo não fosse proporcional. Os Macua-Lomwe de Nampula e da Zambézia estavam particularmente sub-representados, e o centro de Moçambique parecia menos importante do que o estatuto da Beira, enquanto segunda cidade, parecia impôr.

Em Angola, estas distinções foram acentuadas pela cristalização inicial em organizações separadas, assim como por lacunas maiores entre os meios central e provincial. Mas os temas revelavam uma importante semelhança. As organizações 'provinciais' FNLA e Unita incidiram fortemente nas identidades particulares, étnicas ou raciais, e tiraram partido dos ressentimentos dos de fora em relação à cultura mais racialmente misturada e mais urbana da cidade capital. Tal como em Moçambique, os portugueses cultivaram as divisões, aliciando em par-

ricular aqueles que se opunham ao MPLA, encarado como a ameaça principal devido à sua orientação nacional e à sua ideologia revolucionária. Em Moçambique, os portugueses construíram estereótipos dos Macua como leais, por oposição aos 'ferozes' guerrilheiros Macondes da Frelimo; em Angola, da mesma maneira, procuraram salientar a lealdade Umbundu contra a hostilidade Kongo. Em ambos os casos os africanos 'sofisticados' eram vistos como a mais formidável ameaça. Tais estereótipos tinham alguma base na realidade social. Mas tinham também muito de propaganda destinada a contrariar o projecto nacionalista de construção da unidade. Os indivíduos não se conformavam ou rejeitavam os estereótipos de forma automática, mas segundo uma complexa mistura de formações, circunstâncias, lutas e decisões pessoais.¹³

O papel do indivíduo na história constitui questão de um debate muito aceso e nunca resolvido. Uma tal análise exige detalhados estudos biográficos e organizacionais. Mas para além dos indivíduos anónimos que realizaram escolhas difíceis sobre identidades e lealdades, a acção de líderes particulares teve, certamente, efeitos importantes. A postura unificadora de Mondlane, apoiada por uma orientação semelhante à de Nyerere, continuou a produzir efeitos mesmo após a sua morte. A liderança pouco cooperativa de Roberto foi patente, deixando surgir a questão se outros líderes da FNLA não teriam sido mais receptivos à reconciliação com o MPLA. A monomania de Savimbi, obcecado por uma posição de topo e profundamente ressentido em relação à sociedade de Luanda, assim como à sua especial capacidade para aliciar diferentes apoiantes e patrocinadores, constituiu um factor decisivo que levou a Unita a aliar-se aos militares portugueses, à África do Sul e a outros apoiantes externos. A sensibilidade poética e dedicação pessoal de Neto, reconhecidas até mesmo pela maioria dos seus oponentes, eram acompanhadas de um introvertido estilo de direcção que terá dificultado a comunicação com oponentes internos e externos.

A unidade que surgiu no movimento independentista de Moçambique poderia ter facilmente fracassado se a liderança e o ambiente do exílio fossem outros. Parece contudo pouco provável que mesmo configurações totalmente diferentes de liderança tivessem conseguido ultrapassar os muitos factores de desunião no seio do nacionalismo angolano. Descortinar uma evolução histórica diferente requer um grande exercício de imaginação que nos conduziria, talvez, a um Congo com

Lumumba no lugar de Mobutu, associando-se a Kaunda e Nyerere no esforço de unificação e no apoio às acções de guerrilha de um movimento unificado. Mesmo nesse caso talvez o conflito tivesse persistido, embora porventura mais parecido com o do Zimbábwe do que com a guerra generalizada que a descolonização desencadeou em Angola.

Cenários da descolonização

A descolonização portuguesa diferiu bastante, não só das transmissões de poder levadas a cabo pela Grã-Bretanha e pela França, mas também do final negociado das lutas armadas da Argélia, Zimbábwe e Namíbia. O golpe de Abril de 1974 foi, em grande parte, resultado das guerras coloniais, e deu início a um período de lutas internas no qual diversas facções contestavam a configuração básica da sociedade e governo portugueses. Não havia em Portugal um consenso alargado sobre como descolonizar; muitos continuavam a encarar a ideia de independência africana como uma traição. Os sucessivos governos portugueses não tinham nem poder nem vontade de instituir uma política de transição coerente, que emprestasse continuidade e legitimidade ao processo. A entrega imediata das colónias, concluída menos de dois anos após o golpe, assemelhou-se à rápida independência do Congo Belga ocorrida quinze anos antes.

Embora os cenários de Angola e Moçambique fossem muito diferentes, vários factores comuns tornaram ambas as sociedades particularmente vulneráveis aos conflitos dos anos oitenta. A política colonial portuguesa anterior ao golpe havia excluído totalmente a possibilidade da independência, e portanto havia menos preparação para tal do que em qualquer outro contexto colonial. A educação de africanos tinha-se expandido na década de sessenta e inícios da de setenta, mas o número de africanos formados continuava a ser irrisório. Os postos intermédios da administração ou das empresas económicas eram preenchidos por brancos e, secundariamente, por mestiços e indianos. Os brancos nascidos em África constituíam uma minoria na qual nem todos se dispunham a trocar a identidade portuguesa pela angolana ou moçambicana. Com o êxodo branco de 1974-76, muitas posições de direcção ficaram vagas. Esta descontinuidade trouxe a oportunidade da criação de novas instituições revolucionárias em lugar da adaptação das velhas instituições coloniais. Mas também fez com que essas novas instituições

fossem muito frágeis.

Independentemente da sua popularidade, os movimentos que ascenderam ao poder tinham apenas, ao nível da coordenação nacional, estruturas fragmentárias. E a sua legitimidade não era confirmada por referendos ou eleições. Nas descolonizações britânicas, belgas e francesas, o poder colonial supervisionou esses exercícios, até mesmo na Argélia; a comunidade internacional ajudou a supervisionar transições baseadas em eleições no Zimbábue e na Namíbia. Em Angola e Moçambique, porém, a legitimidade assentou no historial da luta anti-colonial e nas promessas ideológicas de defesa dos interesses das massas. Logo que o entusiasmo inicial esmorecesse o apoio passaria a depender do cumprimento dessas promessas.

Em que medida esses factores poderiam ser diferentes, dada a história anterior a 1974? Quais as decisões ou intervenções críticas que inclinaram as coisas para a guerra e não para a realização de eleições em Angola? O que poderiam angolanos e moçambicanos ter feito para convencer mais brancos a ficar, sem que isso significasse abdicar do seu próprio sonho de construir sociedades novas e independentes? Será que as eleições e outros gestos conciliatórios teriam levado os opositores a aceitar a legitimidade da nova ordem ou teriam apenas aberto mais espaço para a subversão? Em que medida é que essas opções, considerando que pudessem ter sido tomadas, teriam diminuído a probabilidade da eclosão dos conflitos na década de oitenta? Estas questões são demasiado gerais e especulativas para poderem receber mais do que sugestões como resposta. Podemos, todavia, sublinhar o que aconteceu e onde poderia ter sido, possivelmente, diferente.

Naquele que continua a ser o mais informado e sofisticado relato do conflito angolano de 1974-76, F. W. Heimer observa que 'hipoteticamente, o conflito podia ter sido evitado se a FNLA e a Unita tivessem aceite uma proposta inicial do MPLA no sentido de apresentarem listas comuns e um só programa para as planeadas eleições para uma Assembleia Constituinte' assim substituindo uma tentativa interina de partilha do poder em vez da competição eleitoral.¹⁶ Tal opção foi, todavia, inviabilizada pelas profundas divisões sociais, pessoais e políticas que separavam as direcções dos três grupos. Relativamente a tal hipótese, os líderes da FNLA e da Unita recebavam 'que a superioridade quantitativa e qualitativa do MPLA, em termos de quadros políticos e administrativos, viesse a tornar-se preponderante'.¹⁷

O período da corrida eleitoral, em inícios de 1975, acentuou estas divisões dado que os angolanos não alinhados foram pressionados a realizar as suas escolhas. Se as eleições se tivessem realizado não teria havido, ao que tudo indica, um vencedor claro; segundo estimativas, a Unita poderia ter conseguido entre 40 e 45 por cento, seguida de perto pelo MPLA com 35 por cento, enquanto que a FNLA não teria atingido os 20 por cento.¹⁸ O MPLA receava que os outros dois movimentos se coligassem contra si e, à luz da experiência das rivalidades do passado, previa que tal significaria a sua exclusão total do poder seguida da provável repressão física.

O registo histórico quase não deixa dúvidas de que a iniciativa dos confrontos militares veio da FNLA, que tinha a pior perspectiva eleitoral e, à época, o melhor posicionamento em termos militares convencionais. Esta atitude da FNLA beneficiava do encorajamento do presidente Mobutu do Zaire. No decorrer da maior parte de 1974, enquanto que os soviéticos suspendiam o apoio militar ao MPLA devido às suas divisões internas, a China e os EUA juntavam-se ao Zaire no reforço militar da FNLA. Os académicos não estão de acordo sobre a importância relativa do apoio chinês, norte-americano e zairota à FNLA, e a medida em que ele foi coordenado ou simplesmente paralelo.¹⁹ Nos princípios de 1975 a China decidiu, porém, distanciar-se. Os EUA, pelo contrário, a insistência de Kissinger, decidiram envolver-se ainda mais. Sem este apoio externo é provável que a FNLA tivesse sido forçada a aceitar a oferta de partilha de poder colocada pelo MPLA.

Pelo contrário, a polarização acentuou-se. As rivalidades foram reforçadas pela distância linguística entre a direcção da FNLA, parcialmente de língua francesa, e o MPLA centrado em Luanda. A casta ideologicamente conservadora da FNLA contrastava com a direcção do MPLA, de orientação marxista, que procurava mobilizar o 'poder popular' entre as massas urbanas. A estratégia de Kissinger de estabelecer uma parceria sino-americana contra os soviéticos conjugou-se com as clivagens internas e situou-as no contexto do alinhamento internacional da Guerra Fria.

Até meados de 1975, à medida que o confronto FNLA-MPLA se intensificava, a Unita podia optar por um papel de fiel da balança ou escolher um dos lados. Ela tinha motivos de conflito com a FNLA e com o MPLA na base de diferenças étnico-regionais ou de rivalidades históricas. No terreno eleitoral, e dada a sua fraqueza militar, a Unita

sentia-se tentada a uma eventual coligação contra o MPLA. Mas não necessitava de tomar decisões a este respeito antes das eleições. Mas quando a tensão entre os outros dois grupos se transformou em confronto militar aberto a escolha tornou-se inevitável. Apesar dos acenos do MPLA para uma partilha do poder, muitos factores levaram a Unita a optar pelo outro lado.

O nível de desconfiança entre o MPLA e a Unita era elevado devido à história recente de combates na frente Leste da guerrilha, e ao pacto militar secreto entre os portugueses e a direcção da Unita. Os líderes do MPLA estavam também convencidos, embora sem provas históricas definitivas, que a polícia secreta portuguesa estava envolvida na formação da Unita desde o início. Certamente, os contactos de Savimbi na política secreta revelaram-se proveitosos em 1974, e ele beneficiou de apoios financeiros da comunidade de colonos.

Contrariamente à FNLA, o MPLA competia com a Unita pelo eleitorado desta, na medida em que uma minoria importante de falantes Umbundu optava pelo MPLA em vez de permanecer na sua base étnica 'natural'. Os ressentimentos pessoais de Savimbi relativamente à sociedade urbana dominada pelo MPLA reflectiam, e moldaram parcialmente, as perspectivas gerais do eleitorado da Unita. Alguns observadores argumentaram que a ideologia socialista da Unita deveria tê-la aproximado mais do MPLA que da FNLA. Mas as ressonâncias do 'poder negro' e do maoísmo na sua retórica inscreviam-se na parceria anti-soviética de Beijing e de Washington. E, como elemento eventualmente decisivo, Savimbi era, acima de tudo, um oportunista que procurava uma constelação vencedora na qual ele pudesse ocupar um lugar de relevo. Logo em Outubro de 1974 Savimbi recebeu pequenas quantidades de ajuda sul-africana, e em meados de Julho o Primeiro-Ministro Vorster autorizou o fornecimento à Unita de 20 milhões de randes em armamento.²⁰ Simultaneamente, o Conselho Nacional de Segurança dos EUA ordenava à CIA que ajudasse a Unita, para além da FNLA. Nesta altura, observa Heimer, ninguém previa o acentuado aumento da ajuda soviética e cubana ao MPLA.²¹

O curso da guerra que se seguiu, em 1975-76, é uma história demasiado conhecida para necessitar de ser aqui repetida. Mas não podemos deixar de salientar um resultado particularmente importante. Alguns brancos de Angola acalentaram, em 1974, breves esperanças de uma independência branca, postas de parte pelo Acordo de Alvor. A

maioria dos que permaneceram em Angola em 1975 apoiava a FNLA ou a Unita. A escalada da guerra provocou o êxodo de quase 90 por cento da população branca, e os que ficaram eram sobretudo apoiantes do MPLA ou tinham motivos individuais para tal decisão.

A guerra foi razão imediata para a maioria das partidas. Mas o paralelo com Moçambique coloca a possibilidade de que mesmo uma transição pacífica não teria impedido a partida da maioria dos brancos. O MPLA, tal como a Frelimo, estava empenhado numa política não-racial e de mudanças radicais que punha em causa os privilégios dos brancos. A Unita e a FNLA partilhavam de perspectivas mais conservadoras, inclinadas para a mobilização da hostilidade racial com objectivos políticos. Uma garantia negociada que acomodasse os interesses dos colonos brancos, como ocorreu nos acordos do Zimbábue e da Namíbia, foi inviabilizada pela falta de predisposição do exército português para lutar por tais interesses. Os nacionalistas também não sentiam necessidade de aliciar os brancos – ainda numericamente importantes – que não davam indicações de aceitar a legitimidade da dignidade africana e a independência.

Moçambique escapou a uma guerra inicial como a que assolou Angola. Mas a Frelimo estava determinada a moldar uma nova sociedade revolucionária em ruptura com a hierarquia social colonial. A maioria dos brancos não estava disposta a viver sob um regime africano. Esses factores, associados à limitada violência ocorrida, resultaram num êxodo tão drástico, se não tão repentino quanto o angolano.

Nos seis meses que precederam o acordo sobre a independência de Moçambique, o poder político em Portugal era conflituosamente repartido entre os jovens oficiais do Movimento das Forças Armadas e o general Spínola, que aceitou a necessidade de acabar com as guerras mas também procurou manter a dominação portuguesa de facto. O líder colono Jorge Jardim e outros, identificados com o regime colonial tentavam impedir um governo independente dominado pela Frelimo em favor de uma alternativa mais conservadora. A Frelimo encarava esses esforços como o prosseguimento dos estratagemas de contra-insurgência dos portugueses, de dividir para reinar. E, na verdade, eram ameaças reais dado que a Frelimo beneficiava de um grande entusiasmo a nível nacional mas tinha muito poucas armas, para além dessa, para assegurar o poder político. A miscelânea de partidos surgidos em 1974 era considerada não só hostil à Frelimo mas, também, pouco leal para

com a nação moçambicana.

A rebelião abortada de Setembro de 1974, descrita no Capítulo 1, confirmou a polarização. Os partidos e indivíduos que se juntaram aos rebeldes, incluindo um pequeno número de negros inimigos da Frelimo, identificavam-se como oponentes de direita da independência moçambicana. A Frelimo considerava a conciliação com essas forças como uma traição à causa nacional. Muitos brancos entraram em pânico face à perspectiva de serem governados por gente que consideravam como 'terroristas'. Embora a Frelimo apregoasse e praticasse uma abertura a todos os moçambicanos independentemente da raça, a sua postura revolucionária constituía uma ameaça para todos aqueles que consideravam o velho regime aceitável e confortável.

Olhando para a década de noventa, altura em que o sistema multipartidário é aplaudido como componente fundamental da democracia, é natural que nos perguntemos porque é que a Frelimo não ratificou a sua popularidade esmagadora por meio de eleições. Em parte, porque não existia uma administração imparcial que as supervisasse. O Estado português era internamente contestado; a única parte do exército que queria permanecer em África era a que mais se opunha à independência. Mas, também, porque a Frelimo considerava a participação das massas nas estruturas do movimento como a componente fundamental da democracia. Consequentemente, favorecia o poder popular modelado na experiência das zonas libertadas pela guerrilha, e não numa competição parlamentar que excluía os analfabetos e pouco letrados em favor daqueles que tinham recursos económicos para concorrer às eleições e acesso aos sistemas coloniais de apadrinhamento para manipular os votos. A vitória da Frelimo não estaria nunca em causa. Mas não era este o seu conceito de construção da democracia.

O Capítulo 9 discutirá em que medida a implementação desta perspectiva poderá ter contribuído para as guerras que se seguiram. O que é importante reter desde já é que, ao contrário de Angola, a transição moçambicana para a independência foi pacífica e não envolveu concessões negociadas àqueles que tinham interesses declarados na ordem colonial. Também não envolveu a ratificação formal da nova ordem por meio de eventuais eleições ou de um referendo. Deixando de lado, por agora, a possibilidade prática das transições eleitorais ou a sua pertinência noutros contextos, será que tais alternativas teriam trazido garantias contra o desencadear subsequente do conflito? Terá a ausência

de instituições multipartidárias sido determinante na condução e prolongamento da guerra nos dois países? Será que o nascimento de Angola numa situação de guerra conduziu inevitavelmente ao prolongado conflito da década de oitenta?

A história dos outros Estados africanos mostra claramente que estas não são conclusões automáticas. A competição eleitoral no quadro de um sistema assegurado pelos britânicos não constituiu garantia de paz, como o comprovam os casos da Nigéria ou do Uganda. Nem o Estado monopartidário conduz necessariamente à guerra. O Estado monopartidário na África das pós-independências, conservador, moderado ou radical, tem sido criticado com alguma razão pela sua falta de capacidade em aceitar críticas ou permitir uma participação política genuína. Mas muitos Estados deste tipo permaneceram em paz; entre os exemplos mais notáveis incluem-se a Tanzânia, vizinha de Moçambique, ou as pequenas ex-colónias portuguesas de Cabo Verde e Guiné-Bissau. Mesmo a guerra angolana de 1975-76 não teria que desembocar forçosamente num conflito duradouro. A guerra civil da Nigéria foi também muito amarga e chegou mesmo a incluir uma dinâmica secessionista, mas foi seguida de reconciliação.

Angola e Moçambique são casos excepcionais, na medida em que ali ocorreu o colapso do regime colonial, com o desaparecimento de grande parte daqueles que o dirigiam. Quase certamente que esta herança, associada ao surgimento de outros problemas, teria provocado uma desilusão, relativamente ao Estado pós-colonial, idêntica à que ocorreu em todos os outros países africanos.

Mas será que estes legados foram tão severos que acabariam sempre por conduzir ao prosseguimento da guerra num país, e ao desencadear da guerra no outro, mesmo sem intervenção externa? A resposta é um cauteloso não. Sem o conflito em torno dos regimes de minoria branca da região, e sem a inquebrantável hostilidade de Washington contra Angola, os problemas deste país na década de noventa seriam parecidos com os da Nigéria, e os de Moçambique com os da Tanzânia.

Esses factores são mais bem caracterizados como enfraquecendo a capacidade de resposta a conflitos alimentados a partir do exterior do que como causas principais das guerras. O argumento que justifica esta conclusão depende de tópicos a discutir em capítulos posteriores. Mas é também suportado pela definição do impacto subsequente de factores que estavam presentes quando o colonialismo partiu.

O ancién regime e outros derrotados

Entre 1973 e 1980, mais de meio milhão de portugueses deixaram Angola e Moçambique, dos quais mais de 90 por cento regressaram a Portugal, tendo a maioria dos restantes optado pela África do Sul. Uma minoria importante, talvez de cerca de 80.000 adultos, havia nascido em África.²² Aqueles que ficaram em Angola e Moçambique não chegavam talvez aos 40.000. Os que partiram tinham amplos motivos para tentar derrubar os Estados pós-coloniais ou, no mínimo, vingar-se deles.

Indivíduos e grupos desta categoria social desempenharam papéis importantes nas guerras contra Angola e Moçambique. Mas aqueles que de facto se vieram a envolver nelas foram, em termos comparativos, poucos. Raramente tomaram iniciativas e por si só os seus esforços ter-se-iam limitado a uma sucessão de queixumes e golpes fúteis.

Dos 300.000 retornados de Angola e 164.000 de Moçambique que foram para Portugal, grande parte simpatizava com a Unita. Um número menor apoiava abertamente a Renamo. Organizações de retornados que tinham perdido as suas propriedades pressionavam diversas instâncias em busca de compensações. O ressentimento pela perda do império constituía um poderoso tema do repertório da extrema direita e de grande parte do centro. Para contrariedade de Luanda e Maputo, os escritórios da Unita e da Renamo funcionavam abertamente na capital portuguesa, servindo de caixas de ressonância da eficaz propaganda da Unita e dos esforços pouco rentáveis da Renamo. Lisboa servia de placa giratória do contrabando de armas para a África do Sul, que incluía carregamentos para a Unita, e de elo na operação de contrabando de diamantes da Unita. A agência militar de informações de Portugal mantinha laços estreitos com a Unita, com a Renamo e com os sul-africanos.

Porém, tudo disto era insuficiente para fazer de Portugal o centro organizador das guerras pós-coloniais africanas. A maioria dos retornados concentrava as suas energias económicas ou políticas na sobrevivência num Portugal que deixara África e se virava agora para a Europa. Em todo o espectro político, a tendência era para a marginalização de África. Como países africanos, e não mais possessões portuguesas, Angola e Moçambique, mesmo se sob regimes mais conservadores, não teriam passado de objecto de nostalgias ou de algumas oportunidades de

negócios. Mas as perspectivas de mobilidade económica ou de poder político capazes de atrair um grande número de portugueses já não constavam da agenda da história.

Durante o curto período em que foram dominantes, a ala radical do Movimento das Forças Armadas e o Partido Comunista acalentaram a esperança do estabelecimento de laços com Angola e Moçambique baseados em princípios revolucionários comuns. Por volta de 1978, as influências dominantes na política africana de Portugal eram exercidas pelo Partido Socialista de Mário Soares e por políticos centristas e conservadores que procuravam pragmaticamente defender os laços económicos portugueses em África. Soares simpatizava com a Unita e era hostil ao governo angolano. Mas, no geral, em Lisboa prevalecia o pragmatismo. Os sucessivos governos portugueses, apesar de frequentes disputas menores com as antigas colónias, estavam muito longe de apoiar as insurgências em África.²³

A comunidade portuguesa na África do Sul prestou à Unita e à Renamo um apoio muito mais importante. O recenseamento sul-africano de 1980 identificou cerca de 57.000 pessoas de língua portuguesa, mas estimativas publicadas em meados dos anos oitenta referem 500.000 ou mais. Na sua maioria, eram imigrantes económicos do Portugal europeu (incluindo a ilha da Madeira). Os antigos colonos de Angola e Moçambique não chegariam aos 20.000.²⁴ Embora fossem, na sua maioria, simpatizantes da política sul-africana do *apartheid* e se opusessem fortemente aos governos de Angola e Moçambique, dedicavam-se muito mais à sobrevivência económica do que à política.

A intervenção mais decisiva da parte de um antigo colono foi provavelmente a de Orlando Cristina, secretário-geral da Renamo até à sua morte, em 1983. Mas mesmo ele teve um papel secundário, dependente dos seus controladores rodesianos e sul-africanos. Outros antigos colonos desempenharam papéis de relevo enquanto membros das forças armadas sul-africanas. Outros ainda, dirigiram companhias de fachada que apoiavam as operações clandestinas das SADF. Após o Acordo de Nkomati, alguns observadores salientaram o 'factor português' no apoio à Renamo. Mas esta obscura rede de homens de negócios, ex-soldados e operacionais de informações, referida por vezes como a 'Renamo branca', nunca surgiu abertamente como força organizada. A medida da sua posterior autonomia em relação à rede sul-africana clandestina que a ajudou a crescer, e do seu peso próprio em finais

da década de oitenta e inícios dos anos noventa, é no mínimo misteriosa. Mas é altamente improvável que tais forças tivessem constituído mais que um pequeno problema se não fosse o apoio que beneficiaram da Rodésia e, mais tarde, do regime sul-africano.

Provavelmente os antigos colonos portugueses influenciaram as guerras, mais do que com o seu envolvimento, com a sua ausência, uma vez que esta acentuou a vulnerabilidade das novas estruturas económicas e políticas. Essas vulnerabilidades constituirão o tema dos capítulos 9 e 10.

Entre os outros derrotados no processo de descolonização, os mais importantes foram a FNLA e a Unita. Ambas transportavam uma herança de hostilidade para com o vitorioso MPLA, que datava das velhas rivalidades anteriores à independência. O conflito aberto de 1975-76 imprimiu-lhes ainda mais amargura. Independentemente de um balanço mais preciso das atrocidades da guerra, e do nível de responsabilidade dos líderes máximos, houve muitas mortes indiscriminadas e motivadas por sentimentos de vingança durante esses anos. Mas o seu número não excedeu as da guerra civil nigeriana, que mesmo assim terminou em reconciliação. Além disso há uma importante diferença nos papéis mais tarde desempenhados pela FNLA e pela Unita, embora ambas tenham sofrido uma amarga derrota em 1976.

Em poucos anos muitos soldados da FNLA aceitaram a amnistia oferecida pelo governo angolano, e muitos vieram mesmo a integrar o exército governamental. Outros apoiantes da FNLA permaneceram no exílio no Zaire ou em outros lugares, afastando-se da vida política. Alguns foram persuadidos a integrar o exército da Unita e outros lutaram pelo Batalhão 32 sul-africano. Holden Roberto manteve uma certa ligação com o grupo que se exilou. Mas em finais da década de oitenta vários líderes importantes da FNLA assumiam mesmo posições elevadas no governo angolano. As hostilidades do passado não foram esquecidas, mas não chegaram para alimentar o prosseguimento de uma campanha militar dirigida pela FNLA contra Luanda.

A Unita é, obviamente, uma outra história. Mas em que medida é que essa diferença foi determinada pelas divisões angolanas tal como estas se configuravam em 1976, e em que medida é que resultou de factores externos e das contingências históricas da década de oitenta? Muitos apoiantes da Unita regressaram às zonas controladas pelo governo em finais dos anos setenta, mas apesar das ofertas governamentais de

amnistia houve pouquíssimas deserções de quadros intermédios da Unita e nenhuma dos seus quadros superiores durante a guerra. As deserções de apoiantes do governo para o lado da Unita também foram raras. As opções tomadas em 1974-76 mostraram-se, pois, duradouras. Mesmo durante o cessar-fogo de 1991-92, altura em que proliferaram novos partidos que incluíam dissidentes da Unita e do MPLA, foram muito poucos os que passaram de um para o outro dos dois campos principais.

As razões desta situação são várias. Contrariamente à FNLA, a Unita podia reclamar o apoio de um Sul numericamente importante. A maior parte dos Umbundu com alguma formação tinha-se juntado à Unita em 1974, e a sua lealdade veio a confirmar-se nos traumáticos acontecimentos de 1974-76. Um grande número de jovens com formação seguiu Savimbi na sua retirada para o mato ou para a Namíbia, em 1976. No entanto, talvez estes factores tivessem sido insuficientes para manter a unidade da organização, e muito menos o prosseguimento da guerra de guerrilhas a longo prazo, se não fosse o papel singular de Jonas Savimbi, por um lado, e a disponibilidade da ajuda sul-africana e de outros apoiantes externos, por outro. Como veremos no Capítulo 8, estes factores permitiram que a Unita se tivesse mantido como uma sociedade extraordinariamente fechada que, à força ou por meios persuasivos, eliminava qualquer sinal de deslealdade. A FNLA, pelo contrário, não tinha nem uma liderança forte nem um acesso fácil à África do Sul. O seu patrocinador imediato, Mobutu, prestava um apoio inconsistente, além de que a maioria dos seguidores da FNLA tinha a possibilidade de fazer opções não-políticas no exílio.

Será melhor adiar para o capítulo das conclusões a hipotética questão do que teria acontecido sem Savimbi nem a intervenção sul-africana. Mas o contraste entre a FNLA e a Unita revela que as hostilidades de 1975-76 não constituem explicação suficiente para o conflito angolano da década de oitenta.

Alguns apoiantes da Renamo também atribuem a guerra às aspirações de nacionalistas moçambicanos excluídos pela Frelimo. A propaganda da Renamo chega mesmo a reclamar a herança do fundador da Frelimo, Eduardo Mondlane, e alguns académicos salientaram a presença de antigos soldados da Frelimo entre os comandantes da Renamo. As origens do grupo 'África Livre', que surgiu no Malawi com a Renamo, em 1982, podem ser encontradas nos rivais da Frelimo na década

de sessenta. As redes da Renamo no Quénia e nos EUA incluíam estudantes que haviam deixado a Frelimo nos anos sessenta. Todavia, o que espanta não é a presença desse pequeno grupo de indivíduos, mas o facto de serem tão poucos. Mesmo entre os moçambicanos exilados que se opuseram à Frelimo, a maioria preferiu manter distância em relação à Renamo.²⁵

Entre as figuras políticas africanas que aderiram à abortada revolta de colonos brancos em Setembro de 1974 constavam antigos funcionários da Frelimo que haviam desertado para os portugueses ou tinham estado implicados no assassinato de Eduardo Mondlane (nomeadamente Lázaro Nkavandame e Uria Simango). Mantido em detenção em Moçambique após a independência, este grupo terá sido objecto de um plano da Renamo para o libertar, em 1983. Num incidente ainda não explicado em detalhe pelo governo moçambicano, o grupo foi aparentemente executado na prisão.²⁶ É plausível que seguidores de algumas destas figuras, ressentidos, tenham aderido à Renamo. Mas se assim foi, é surpreendente que nem mesmo os apoiantes da Renamo tenham apresentado evidências de tal adesão.

Finalmente, podemos referir a resposta de outras forças sociais ameaçadas pelas políticas revolucionárias da Frelimo e do MPLA: a Igreja Católica, com laços estreitos com o regime colonial, outros grupos religiosos abalados pelos dogmas marxistas, chefes tradicionais cuja autoridade foi atacada, potenciais empresários ou pequenos agricultores frustrados pelo planeamento socialista e pela burocracia. Embora estas tensões estivessem presentes em embrião na altura da independência, são mais bem compreendidas no contexto da evolução política e prática, e procuraremos abordá-las nos capítulos 9 e 10.

Etnicidade e regionalismo nas guerras pós-coloniais

Em face das disparidades históricas étnicas e regionais acima descritas, seria surpreendente que todos estes factores não influenciassem de alguma maneira os conflitos pós-coloniais. No caso angolano é comum considerar a Unita como 'representante' da população Umbundu. A predominância de falantes Ndau na direcção da Renamo indica que a etnicidade poderá ter sido também um dos factores no conflito moçambicano. Mas o que espanta, quando comparamos estes com os conflitos 'étnicos' de muitas sociedades europeias, ou de países africanos de lín-

gua inglesa como a Nigéria, o Uganda ou a África do Sul, é a relativa ausência do separatismo étnico. Não há paralelo com a 'limpeza étnica' da desintegrada Jugoslávia, com a saliência da identidade Igbo no separatista Biafra, ou com o nacionalismo chauvinista Zulu do Inkhata do Chefe Buthelezi. Tanto o governo como as forças insurgentes, em Angola e Moçambique, definiram os seus objectivos em termos nacionais centralizadores, evitando os termos étnicos ou as redes locais de clientela.

No caso do MPLA, como no da Frelimo, a insistência na legitimidade revolucionária e na unidade nacional não era apenas retórica. Embora as vantagens da área da cidade capital, em termos de acesso à educação, continuassem a influenciar a distribuição de empregos aos níveis mais altos do governo, os esforços para alargar as oportunidades de educação tinham potencial para minorar as disparidades. O recrutamento para as instituições estatais e partidárias tinha âmbito nacional. O mesmo acontecia com o recrutamento para as forças armadas. Os jovens Umbundu foram recrutados para postos de oficiais ou formação como pilotos de aviões, tal como os restantes angolanos, segundo as suas qualificações.

Ao nível máximo os padrões históricos de desproporção prevaleceram, e os Umbundu estiveram ausentes do Bureau Político do MPLA até 1990, tal como os Macua-Lomwe não estiveram representados no Bureau Político da Frelimo até 1989. Mas mesmo aí a diversidade regional era substancial. No nível imediatamente a seguir (comité central do partido, conselho de ministros, quadro de oficiais do exército), todas as regiões ou grupos étnicos estavam representados nos dois países. Em finais da década de oitenta, alguns líderes dos grupos mal representados tinham já subido aos níveis mais altos da direcção do partido. O secretário-geral do MPLA era Marcolino Moco, de origem Umbundu; Feliciano Gundana, originário do centro de Moçambique, era secretário-geral da Frelimo.

Independente da sua origem étnica, portanto, todos podiam progredir nas estruturas do partido e do Estado. Todavia, a centralização da autoridade, combinada com os tabús relativos à utilização das divisões étnicas como base de apadrinhamentos ou acções afirmativas, fez com que os grupos mal representados se vissem impedidos de mobilizar abertamente as suas redes de protecção para reforçar a sua representação étnica. Sem dúvida que essas redes existiam, mas não constituíam

base para conquistas políticas como aconteceu, por exemplo, no Quénia ou na Nigéria.

De todos os partidos contendores, a Unita foi, provavelmente, o que esteve mais próximo de ser um partido 'étnico'. Devido ao seu peso numérico e aos quadros formados, os Umbundo dominaram esmagadoramente os quadros da Unita. A base e os postos da Unita eram muito mais homogêneos que os do governo. Apesar disso, os seus apelos sub-nacionais foram muito mais colocados em termos regionais do que étnicos. A direcção máxima incluía várias figuras importantes de outras regiões de Angola e a Unita considerava os povos do Sul, do Leste e do planalto central como a sua base natural de apoio. As suas acções de guerrilha, particularmente em finais da década de oitenta, penetraram nas zonas setentrionais onde alegadamente não tinha apoios étnicos. Apesar da sua forte base étnica, a Unita aspirava mais à direcção da nação do que ao separatismo étnico.

A ligação da Renamo aos Ndau era muito menos evidente do que a presença Umbundu na Unita. O recenseamento de 1980 revelou que penas 7 por cento dos moçambicanos falavam Shona; os Ndau, um sub-grupo Shona, não ultrapassariam os 4 por cento. No entanto, os falantes Ndau estavam acessíveis aos recrutadores rodesianos, e são repetidamente referidos como tendo sido predominantes no seio dos comandantes veteranos da Renamo. O Ndau tornou-se em grande medida a língua franca do exército da Renamo, embora as unidades com poucos comandantes Ndau falassem outras línguas e o português continuasse a ser usado nas mensagens e relatórios escritos.

Sem dúvida que a predominância Ndau afectou as relações no interior da Renamo e o comportamento desta face aos civis. A cisão operada pela UNAMO, um movimento baseado na Zambézia que se separou da Renamo, terá reflectido rivalidades étnicas ao nível da direcção. A divisão étnica era provavelmente mais importante nas acções da Renamo no Sul, caracterizadas pela sua brutalidade contra sulistas não-Ndau e baseando-se na reputação de poderes mágicos dos Ndau para inspirar o terror. A Renamo manteve um controlo consistente das regiões de língua Ndau das províncias de Manica e Sofala.²⁷

Apesar desta real predominância Ndau, a direcção da Renamo e o seu exército integraram pessoas de todas as regiões e grupos étnicos de Moçambique, tal como aconteceu do lado do governo. O grosso do seu exército não era de origem Ndau mas, antes, recrutado por meio de

raptos onde quer que os combates tivessem lugar. Os não-Ndau eram predominantes na direcção política da Renamo, e importantes também no seio do seu exército. Para os não-Ndau, particularmente os falantes de outros dialectos Shona, era relativamente fácil aprender a língua e assimilar-se. A Renamo era ecléctica no recurso à religião e magia tradicionais, independentemente da sua origem. O factor cultural Ndau não implicou que o conflito fosse definido principalmente em termos étnicos.

Será que as 'tensões étnicas' teriam, por si só, levado à guerra em Moçambique e ao prosseguimento da guerra em Angola? A resposta mais provável é não, dadas as relativamente fracas correlações entre identidade étnica e alinhamento militar, assim como a relativamente pouca importância dadas aos apelos étnicos por ambos os lados. O tipo de acção militar era muito mais determinado pelas exigências da logística militar do que por qualquer exigência étnica. As disparidades étnicas e regionais alimentaram a guerra, influenciando a maneira como indivíduos e comunidades viveram o conflito. As guerras, por sua vez, tiveram consequências em tais divisões da sociedade que, ironicamente, se poderão tornar muito mais manifestas em condições de paz e de competição multi-partidária.

Ao interromper as linhas de transporte e devastar as infraestruturas e serviços sociais rurais, as guerras dos anos oitenta frustraram grande parte dos esforços dos Estados pós-independência para resolver as disparidades regionais. Apesar de tudo, o progresso ocorrido na educação nos anos que se seguiram à independência resultaram num número sem precedentes de angolanos e moçambicanos escolarizados, oriundos de todas as zonas geográficas do país. No futuro, é provável que as desesperadas circunstâncias económicas e a competição eleitoral e de mercado venham a fazer crescer a importância das redes de clientela étnica e regional. Os novos conflitos poderão ter características étnicas mais marcadas. Mas, tal como antes, a escolha das identidades e lealdades políticas será produto de uma complexa amálgama de componentes nacionais, regionais e étnicas.

O padrão da votação nas eleições de Angola de 1992 serve para nos lembrar que a etnicidade, por mais importante que possa ser, constitui apenas uma parte do quadro. Savimbi conseguiu grandes maiorias de 81 por cento no Huambo e 84 por cento no Bié, o centro das províncias Umbundu. O presidente Eduardo dos Santos conquistou 82 por cento no

Cuanza Norte e 71 por cento em Luanda. Mas tanto nas eleições presidenciais como nas legislativas, cada um dos partidos conseguiu atrair minorias importantes de votantes em todas as províncias, incluindo nas que constituíam a base étnica do seu oponente.

Em Angola, particularmente durante o regresso da guerra após as eleições, a Unita fez apelos frequentes à lealdade étnica. Em Moçambique, as desigualdades regionais foram também um tema importante das agendas políticas quando o cessar-fogo teve lugar e o processo eleitoral se iniciou. Muitos dos novos partidos defenderam o federalismo e a descentralização. É notável, porém, que os vigorosos e por vezes pouco claros debates, em ambos os países, incidiram principalmente sobre questões nacionais. A grande maioria de angolanos e moçambicanos de todas as origens, profundamente cansada da guerra, defendeu fortemente a unidade e reconciliação nacionais. No interior de cada grupo étnico as pessoas optaram por uma variedade de opções políticas.

Notas

¹ Ranger (1989), 127.

² Ver, por exemplo, a descrição dos povos de Angola em Miller (1988), 17-39.

³ Ver Isaacman e Isaacman (1976).

⁴ As percentagens para Moçambique provêm do recenseamento de 1980, compilado a partir de dados provinciais em *Os Distritos em Números* (Maputo: Conselho Coordenador do Recenseamento, 1983). Os últimos dados sobre as divisões linguísticas de Angola provêm do recenseamento de 1950; as percentagens que aqui figuram são as normalmente citadas com base nesse ano.

⁵ Heimer, *Entkilonisierungskonflikt* (1979), 37-56; Heimer, *Decolonization* (1979), 5-16.

⁶ Para um resumo da economia política angolana em finais do período colonial, ver Castro (1978) ou, em inglês, Herrick *et al.* (1967).

⁷ Cálculos a partir dos dados do recenseamento de 1970.

⁸ Ver particularmente os capítulos de Vail (1989), assim como o ensaio resumido de Young (1986) e Maré (1993).

⁹ Sobre o papel das missões suíças na identidade linguística e étnica, ver Harries (1988).

¹⁰ É interessante verificar que os importantes dissidentes nacionalistas Ndabaningi Sithole, do Zimbábue, e Uria Simango, de Moçambique, foram ambos pastores associados a esta missão.

¹¹ Péliissier, *Angola* (1986), *Moçambique* (1987).

¹² Para Moçambique ver especialmente Penvenne (1989), e a introdução de Allen Isaacman a Honwana (1988); sobre Angola, ver Dias (1984).

¹³ Para uma descrição viva dos problemas e das tensões internas no seio do MPLA ver Pepetela (1983). Marcum (1969, 1978) constitui uma fonte fundamental entre as muitas que existem sobre a história do nacionalismo angolano. Davidson (1973) combina um contexto histórico completo com reportagens em primeira-mão e análises sobre a guerra de libertação. A documentação sobre a colaboração de Savimbi com os militares portugueses pode ser vista em Minter (1988).

¹⁴ Sobre a história da Frelimo, e deste período em particular, ver Munslow (1983, 1985), e Christie (1988). Para uma perspectiva alternativa sobre os conflitos internos da Frelimo, baseada em entrevistas com exilados no Quênia, ver Opello (1975). Bragança e Depelchin (1988) apelaram à pesquisa sobre este período mas até agora muito pouco foi publicado.

¹⁵ Ver Pepetela (1983) e, para um romance de alguém que cresceu com a Unita, Jamba (1990).

¹⁶ Heimer, *Decolonization* (1979), 60; *Entkolonisierungskonflikt* (1979), 15.

¹⁷ Heimer, *Decolonization* (1979), 61.

¹⁸ Estas estimativas, das quais aparecem muitas versões em relatos da época, não se basearam em sondagens nem em projecções detalhadas por província, mas em extrapolações baseadas nas divisões étnicas do censo de 1950 e em palpites de observadores locais.

¹⁹ Para o levantamento do papel das diversas partes no conflito, ver Klinghoffer (1980), assim como Legum e Hodges (1976).

²⁰ Pazarat Correia (1991), 152, citando um relatório das SADF da autoria de F.J. du Toit Spies.

²¹ Heimer, *Decolonization* (1979), 74.

²² Pires *et al.* (1984).

²³ Ver Antunes (1990), 109-136, e Gaspar (1988).

²⁴ Sobre as polémicas estatísticas relativas aos portugueses na África do Sul, ver Rosa e Trigo (1986), 85-94.

²⁵ A discussão mais aprofundada sobre este assunto está em Vines (1991), que inclui uma lista de indivíduos.

²⁶ Africa Watch, *Conspicuous Destruction* (1992), 158.

²⁷ Para esta questão ver particularmente Vines (1991), 84-5; Minter (1989); e Roesch, 'Renamo and the Peasantry in Southern Mozambique' (1992) e 'Peasants, War and "Tradition" in Central Mozambique' (1993). Ver também o Capítulo 8.

REVOLUÇÃO E CONTRA-REVOLUÇÃO NUMA PERSPECTIVA REGIONAL

Quando os presidentes P. W. Botha e Samora Machel se encontraram na fronteira da África do Sul com Moçambique para assinar o Acordo de Nkomati, a 16 de Março de 1984, os compromissos de ambos os lados evocavam uma nova era de paz. Nenhum dos países apoiaria qualquer forma de acção armada contra o outro. Concordaram que tinham pontos de vista diferentes relativamente à política de *apartheid* da África do Sul e ao apoio moral e diplomático de Moçambique ao ANC, mas repudiavam a violência para perturbar o seu necessário *modus vivendi*.

Machel proclamou vitória, considerando que o acordo acabava com o apoio sul-africano à guerra da Renamo. Há muito que os líderes da Frelimo defendiam que a esmagadora força militar de Pretória impedia uma guerra de guerrilhas na África do Sul nos moldes moçambicano ou zimbabweano; sentiam que a negação das facilidades de trânsito de que o ANC havia gozado no passado constituía uma concessão necessária. A força real do ANC, argumentavam, residia no apoio político conseguido no interior da África do Sul.

Todavia, a perspectiva da maioria dos observadores era de que a libertação africana havia sofrido um recuo decisivo. Embora os amigos de Pretória aplaudissem o acordo e as forças anti-*apartheid* o lamentassem, ambos o consideravam um sinal da ‘Pax Pretoriana’ que ractificava a hegemonia militar sul-africana. Os comentadores enquadravam o acordo limitado entre Angola e a África do Sul no mesmo padrão. ‘A África Austral está calma porque todos sabem quem é o patrão’, diziam os títulos das notícias.¹

Ambas as perspectivas se mostraram erradas. Os líderes moçambicanos não conseguiram a paz que esperavam; a África do Sul prosseguiu com a guerra através da Renamo, apesar dos moçambicanos terem reduzido o ANC a uma modesta presença diplomática em Maputo. Tanto as violações sul-africanas do tratado como a sua permanência em Angola mostravam que Pretória não havia conseguido a segurança que procurava. A celebração da Pax Pretoriana perdeu rapidamente o entusiasmo. A imagem de Botha enquanto fazedor da paz durou apenas o suficiente para lhe assegurar uma recepção amigável na viagem que realizou à Europa em Junho.

Inegavelmente, os militares sul-africanos, directamente ou através de forças manipuladas por si, conseguiram impôr um alto nível de destruição aos seus vizinhos. Neste sentido, a sua supremacia nunca esteve em questão. Mas não conseguiram restaurar uma estabilidade que favorecesse a continuação de um regime de minoria branca. Mesmo sofrendo derrotas militares, a Swapo e o ANC fizeram crescer a sua legitimidade na Namíbia, na África do Sul e internacionalmente. Uma vez que a ameaça permanecia, também permaneceram as justificações para a escalada dos ataques sul-africanos contra os alvos mais fáceis: as sociedades vulneráveis de Moçambique e Angola.

A persistência do envolvimento sul-africano e as destruições acumuladas reflectem um padrão mais complexo do que a simples aplicação do poderio militar. O carácter distintivo das guerras em Moçambique e Angola está directamente ligado a este dilema do regime sul-africano: capacidade militar para infligir um grande estrago nas sociedades vizinhas acompanhada de incapacidade para traduzir esta força em estabilidade interna ou numa nova constelação regional de Estados-clientes.

Respostas iniciais à insegurança

Antes de 1974, a África do Sul gozava de um cordão sanitário de Estados de minoria branca. Os portugueses continham a sua guerrilha nas longínquas fronteiras de Angola e Moçambique, Ian Smith defendia uma Rodésia governada por brancos, e no Sudoeste Africano (Namíbia), virtualmente uma quinta província sul-africana, as forças anti-*apartheid* tinham grandes dificuldades em estabelecer laços com o exterior. O regime esmagou as primeiras formas de acção guerrilheira e reprimiu toda uma geração de resistência negra. Embora o

orçamento de segurança de Pretória tivesse crescido significativamente na década de sessenta e no início da década de setenta, o envolvimento para além das fronteiras sul-africanas era reduzido. A ameaça ao Estado branco não era de molde a provocar alarme.

O colapso do império português alterou fundamentalmente esta situação estratégica. Pela primeira vez a Namíbia e a Rodésia (Zimbabwe) tornaram-se vulneráveis à guerrilha. Não era prático patrulhar as extensas fronteiras Angola/Namíbia e Moçambique/Zimbabwe. O Sul de Moçambique confinava com a África do Sul. Mesmo que Moçambique não acoitasse guerrilheiros sul-africanos, a mera existência de um movimento de libertação no poder tão próximo de Pretória constituía já, em si, uma ameaça simbólica. Com um contacto cada vez mais fácil entre a resistência interna e os exilados renovou-se a oportunidade da luta de libertação. A África do Sul podia controlar o fluxo mas não podia reconstruir a barragem.

As respostas às independências de Moçambique e de Angola revelaram, ainda que de formas distintas, os limites do poder sul-africano. Em Moçambique, a decisão de não intervir em apoio ao falhado golpe anti-Frelimo de Setembro de 1974 pôs de parte aquilo que alguns pensavam ser uma opção militar realista. Em Angola, a decisão contrária tomada em 1975 – de participar na tentativa de impedir que o MPLA chegasse ao poder – mostrou-se um embaraçoso fracasso. Significativamente, apesar das subsequentes invasões, raides, pressões económicas e agressões levadas a cabo por forças manipuladas, nunca mais viria a África do Sul a desencadear uma acção militar directa para instalar um governo cliente na região.

Em Setembro de 1974, o Primeiro Ministro John Vorster impediu alegadamente um plano dos militares para apoiar os golpistas de Maputo. Embora não exista um registo público deste seu raciocínio, é certo que o contexto indicava que era preciso ter cuidado. Em termos físicos, a operação não teria sido difícil. A capital moçambicana dista apenas 90 km por estrada da África do Sul. O desmoralizado exército português não teria provavelmente resistido e as forças da Frelimo estavam ainda longe da capital. Mas a intervenção sul-africana teria sido difícil de disfarçar. A África do Sul baseava-se no princípio da não-intervenção para contrariar os apelos à acção internacional contra o *apartheid*. A intervenção em Moçambique abriria um precedente que podia vir a ser usado contra ela própria.

Apesar da presença de opositores negros à Frelimo ao lado dos rebeldes brancos, a África do Sul tinha poucas hipóteses de criar uma cobertura política plausível. A defesa de um regime com pouca legitimidade contra uma acção guerrilheira renovada constituía uma receita, não para a segurança mas para a insegurança. Além disso, era provável que o novo governo moçambicano, qualquer que fosse a sua ideologia, viesse a procurar estabelecer um *modus vivendi* com a África do Sul. Moçambique só tinha países africanos amigáveis no extremo norte – a Rodésia estava ainda sob controle branco, o Malawi era um aliado de Pretória e a Swazilândia era governada por uma monarquia conservadora. A dependência económica de Moçambique em relação à África do Sul era profunda, representando quase metade das suas receitas em divisas. Até a electricidade da capital de Moçambique provinha da África do Sul. Os líderes da Frelimo sabiam que não havia opções políticas que pudessem apagar estes laços herdados.

Finalmente, a intervenção em apoio à revolta dos colonos brancos em Moçambique teria colidido com a estratégia de Pretória na Rodésia. Apesar da solidariedade branca, os líderes sul-africanos achavam que o regime rodesiano de Smith podia ser descartável. Após o golpe português, Vorster aceitou a necessidade de um acordo constitucional na Rodésia – e portanto, de algum tipo de partilha de poder envolvendo políticos negros aceitáveis. Um cenário de *détente* entre a África do Sul e a Zâmbia incluía o apoio sul-africano à independência do Zimbabwe e o compromisso recíproco de serem impedidas actividades subversivas contra a África do Sul a partir da Zâmbia, Moçambique, Botswana ou Zimbabwe. A intervenção aberta em Moçambique teria morto esta iniciativa à nascença.

Embora este exercício de *détente* tenha acabado por abortar, ele revelava as esperanças sul-africanas de gerir a transição da Rodésia, em lugar de defender a todo o custo e até ao fim um poder só para os brancos daquele país. A configuração regional desejada por Pretória tinha evoluído da aliança tripartida branca da década de sessenta para uma ‘constelação’ de governos negros ou negros-brancos subordinados à sua orientação. Este conceito, formulado por Vorster em 1974 e elaborado por Botha em 1979, implicava a primazia da perspectiva diplomática na garantia da segurança. Incorporaria o Botswana, Lesotho, Swazilândia, Rodésia, Namíbia, África do Sul e bantustões sul-africanos independentes, talvez a Zâmbia e ainda, porventura, mesmo Moçambique.² Quer Moçambique se integrasse na constelação

formal ou permanecesse fora dela, os laços económicos assegurariam a sua vulnerabilidade em relação às pressões sul-africanas.

Após o golpe português, os sul-africanos também voltaram atrás na sua perspectiva anterior de incorporação total do Sudoeste Africano (Namíbia). Em seu lugar, desenvolveram a ideia de um Estado independente do Sudoeste Africano, incorporando negros e brancos sob a sua direcção. Tal como em relação à Rodésia, a África do Sul procurava grangear credibilidade para certos líderes locais seleccionados, neutralizando desta forma quer a guerra de guerrilhas quer a pressão internacional. Mas a configuração regional a oeste era significativamente diferente daquela que prevalecia na Rodésia e em Moçambique, a Leste.

No Sudoeste Africano, a partilha racial do poder implicaria o sacrifício da autoridade política directa da África do Sul, e não de um grupo separado de colonos. Angola dependia do petróleo e tinha poucos laços económicos com o Sul. Tal como Moçambique, Angola colhia receitas dos laços ferroviários com o interior, mas no seu caso com o Zaire e a Zâmbia, que se situavam nos limites da esfera de influência sul-africana. Consequentemente, a África do Sul tinha pouca capacidade para exercer pressão económica sobre Angola.

Até meados de 1975, a África do Sul adoptou uma política de esperar para ver relativamente a Angola. A decisão de intervir directamente com uma força militar, tomada mais tarde, nesse mesmo ano, resultou não só da consideração da vitória do MPLA como uma ameaça, mas também da oportunidade de o fazer beneficiando da cobertura política adveniente do envolvimento de outras forças. Ironicamente, a intervenção sul-africana serviu para legitimar o apoio soviético e cubano ao MPLA, e para prejudicar o apoio africano e internacional às partes angolanas favorecidas por Pretória. Constituiu assim, esta experiência, para os sul-africanos, uma lição sobre as implicações negativas da intervenção militar directa.

A reconstrução até hoje mais detalhada sobre a decisão sul-africana de intervir em Angola atribui a iniciativa ao Ministro da Defesa P.W. Botha.³ Os funcionários dos negócios estrangeiros mantiveram-se relativamente à margem. O Bureau de Segurança do Estado também se manteve alegadamente à margem, apesar do seu anterior envolvimento na entrega clandestina de armamento aos opositores do MPLA. O envolvimento cresceu de um plano militar de contingência, em Junho, para uma invasão de colunas militares sul-africanas em Outubro. Con-

tudo, o Primeiro Ministro Vorster aprovou os planos em cada fase e a decisão da retirada, tomada em Janeiro de 1976, baseou-se tanto em considerações políticas como militares.

Embora influenciadas pela burocracia da política interna, as opções dependeram sobretudo de condições externas. A intervenção pareceu prometedora porque a FNLA e a Unita se mostravam receptivas aos sul-africanos nos contactos preliminares. Outras condições adicionais em favor da intervenção foram o envolvimento activo do Zaire e a anuência tácita da Zâmbia. Ainda mais decisivo foi o facto dos EUA liderarem a cruzada contra o MPLA. Consequentemente, a África do Sul pensou que poderia obter créditos no Oeste, ao mesmo tempo que evitava que o seu próprio envolvimento atraísse demasiadas atenções.⁴

Embora a presença militar soviética e cubana tivessem, sem dúvida, agudizado a percepção sul-africana da ameaça, ela teve provavelmente menos peso do que o encorajamento ocidental na determinação da data e da extensão do envolvimento. Antes do primeiro grande ataque sul-africano de Agosto, 150 km no interior de Angola, o MPLA contava apenas com um punhado de conselheiros militares cubanos. Quando da retirada das tropas sul-africanas havia mais de dez mil tropas cubanas envolvidas. A ameaça era maior. Mas a possibilidade de uma presença militar sul-africana barata, com um estatuto pouco evidente e secundário relativamente a outros aliados africanos e ocidentais, tinha-se evaporado.

A iniciativa sul-africana, começada por conselheiros que deveriam reunir apressadamente unidades da FNLA, da Unita e mercenários diversos, foi concebida para ser clandestina. Apressadamente houve que acrescentar reforços armados, mas os militares estavam sob pressão para minimizar as baixas sul-africanas brancas, dado que estas não podiam ser facilmente dissimuladas. A vitória dependia, portanto, dos aliados dos sul-africanos. A incursão FNLA/Zaire contra Luanda revelou-se um fracasso militar e o envolvimento clandestino dos EUA foi limitado pelo Congresso. Entretanto, o apoio diplomático ao MPLA foi galvanizado pelas revelações do papel desempenhado pelos sul-africanos. Os custos do prosseguimento da campanha aumentaram dramaticamente.

Frequentemente os analistas têm referido que o desaire angolano fez crescer as suspeitas de Botha relativamente à fiabilidade americana. Mas houve outra lição menos referida, a de que a intervenção militar directa sul-africana para instalar governos clientes era uma

aventura onerosa e de resultados incertos. Este facto veio de encontro à exigência de reforço militar mas, simultaneamente, legitimava os argumentos contra aventuras de alto perfil militar.

Consequentemente, a África do Sul tinha razões para hesitar na realização de acções militares directas, no caso de Moçambique como no de Angola. As razões eram diferentes: Moçambique estava demasiado perto e Angola demasiado longe. Em ambos os casos, os riscos eram maiores que os benefícios. Os modelos militares convencionais mostravam-se inadequados. Por isso eram fortes os incentivos para desenvolver novas estratégias que pudessem limitar as reacções internacionais negativas assim como o potencial de baixas sul-africanas. Daí que duas opções complementares tivessem ganho grande proeminência: as incursões rápidas através da fronteira e a utilização de forças interpostas.

Optando por agir através das fronteiras

Uma vez tornados claros os resultados em Angola e Moçambique, os estrategas sul-africanos não podiam senão esperar que os dois países fornecessem bases de rectaguarda para as guerrilhas do Zimbabwe e da Namíbia. O potencial para a guerra de guerrilhas no interior da África do Sul era menos imediato. Os raids das forças de contra-insurgência através das fronteiras foram usados extensivamente em quatro casos: Zimbabwe/Moçambique (1976-79), África do Sul/Moçambique (1980-90), e Namíbia/Angola em dois períodos distintos (1976-79 e 1980-88). Os resultados variaram no detalhe. Mas todos eles produziram sucessos militares ao mesmo tempo que não conseguiram contrariar o apoio político crescente aos insurgentes.

A partir de pequenas acções iniciais em meados da década de sessenta, os guerrilheiros desencadearam a primeira campanha consistente contra a Rodésia no início da década de setenta. Após o colapso das negociações com o regime de Smith em 1975, os Estados da Linha da Frente apoiaram o recrudesimento da acção guerrilheira. A guerra entrou na sua fase mais intensa. A União Nacional Africana do Zimbabwe (ZANU) operou abertamente a partir de Moçambique e a União do Povo Africano do Zimbabwe (ZAPU) a partir da Zâmbia e através do Botswana.

Em resposta, as forças rodesianas atacaram bases da guerrilha, refugiados e infraestruturas de transportes na Zâmbia, Botswana e,

sobretudo, Moçambique. Unidades bem treinadas de comandos rodesianos foram lançadas de páraquedas ou, subrepticiamente, infiltradas por estrada, apoiadas por um potencial aéreo superior, pela falta de defesas antiaéreas e usando do factor surpresa. Destruindo depósitos de munições, edifícios e pontes, elas tentavam também matar o maior número possível de insurgentes ou potenciais insurgentes antes de retirarem. Para minimizar a reacção internacional baseavam-se em acções muito rápidas, no controle dos testemunhos e na indiferença do Ocidente relativamente à morte de negros.

Enquanto operações isoladas, na sua maioria os raids constituíram sucessos militares. Por vezes produziam estatísticas de morte extraordinárias, tais como os 675 “terroristas” mortos em Nyadzonia, em Moçambique, sem que tivesse havido baixas no seio da força atacante de Selous Scouts que penetrou no campo disfarçada com uniformes moçambicanos. Na sua maioria, os mortos eram refugiados desarmados à espera de serem treinados para aderir à guerrilha. Tal como observou mais tarde um soldado rodesiano africano, “foi-nos dito... que era mais fácil irmos lá acabar com eles enquanto estavam desarmados e antes de receberem treinos, em vez de esperar que fossem treinados e infiltrados na Rodésia”.⁵ Os ataques também provocaram grandes estragos no frágil sistema de transportes de Moçambique. Embora na sua maioria os mortos fossem zimbabwuanos, também foi assassinado um grande número de tropas e civis moçambicanos.

Todavia, os raids não conseguiram impedir a escalada da guerra no interior do Zimbabwe. O regime rodesiano acabou por ser forçado a ceder o poder à maioria. Uma das grandes razões deste fracasso foi o fluxo permanente de novos recrutas para a guerrilha. Apesar do elevado número de baixas provocado pelos raids no exterior e de acções brutais do mesmo tipo contra guerrilheiros e civis no interior do Zimbabwe – e em parte devido a essas acções – o apoio político concedido à guerrilha pelos africanos do Zimbabwe não cessou de crescer. Em segundo lugar, a ZANU e as forças moçambicanas melhoraram os seus sistemas de defesa, dispersando os campos e as rotas de infiltração. As sanções do exterior limitaram a capacidade da Rodésia para aumentar os ataques. Os meios aéreos eram escassos e os raids externos desviavam recursos do esforço interno de contra-insurgência. A África do Sul forneceu camufladamente aviões e militares. Mas o envolvimento de Pretória era condicional e os sul-africanos começaram a pressionar o regime de Smith para fazer concessões.

Em suma, a guerra e as sanções pressionaram o regime de Smith apesar dos raids rodesianos terem dificultado as operações da guerrilha e tornado Moçambique e outros Estados da Linha da Frente ansiosos pelo estabelecimento de um acordo. O acordo de Lancaster House de 1979 transferiu o conflito para a arena política e resultou numa vitória eleitoral esmagadora da ZANU, a força de guerrilha mais importante. A lição para a África do Sul foi que os raids para além das fronteiras não eram necessariamente suficientes para remover a ameaça da guerrilha.

A mesma lição estava implícita na experiência inicial de contra-insurgência na Namíbia. O colapso do controle português em Angola permitiu ao movimento de libertação da Namíbia, SWAPO, expandir a guerra de guerrilhas iniciada em 1966. Em vez das pequenas infiltrações a partir da Zâmbia, estavam agora disponíveis 1.100 km de fronteiras, longe dos centros da população branca e grande parte delas perto da densamente povoada Ovambolândia. Os apoiantes da SWAPO podiam atravessar a fronteira para Angola com relativa facilidade. No início de 1976 a África do Sul declarou um estado de quase emergência na maior parte da região Norte. Em 1977, um porta-voz sul-africano anunciava cerca de 100 recontros mensais com os guerrilheiros da SWAPO.

Embora as tropas regulares sul-africanas tivessem retirado de Angola em Março de 1976, as SADF estabeleceram um sistema de vigilância aérea regular em ambos os lados da fronteira e continuaram a levar a cabo patrulhamentos de pequena-escala e raids ocasionais no interior de Angola, assim como incursões à Zâmbia. Os alvos eram guerrilheiros da SWAPO, postos fronteiriços angolanos e aldeias. Antes de 1980 poucas acções eram divulgadas, mas Angola registou perto de 200 ataques sul-africanos nos anos 1976-79, com mais de 300 civis angolanos mortos só no ano de 1979.

Uma operação de grande escala, ao estilo rodesiano, foi o ataque de Maio de 1978 ao campo de refugiados e recrutas da guerrilha da SWAPO em Cassinga, localizado a 250 km no interior de Angola. No ataque de comandos helitransportados e nos bombardeamentos, as forças sul-africanas mataram mais de 600 apoiantes da SWAPO. À semelhança dos raids rodesianos em Moçambique, quase todos os mortos de Cassinga eram recrutas desarmados ou refugiados civis. Apenas doze eram guerrilheiros armados. Os atacantes tiveram três mortos. Um historiador militar sul-africano diz que a operação 'infi-

giu um golpe mortal na capacidade militar da SWAPO'.⁶ Mas apesar da elevada mortalidade das estatísticas, nem este ataque nem outros menores, não divulgados, conseguiram estancar a campanha da guerrilha. Quatro anos mais tarde, em 1982, os sul-africanos estimavam em 6.000 o número de guerrilheiros treinados da SWAPO, o que constituía quase o dobro das estimativas de 1977.⁷

A guerra de guerrilhas da SWAPO não foi tão eficaz quanto a da ZANU no Zimbabwe, mas tal não se ficou a dever a uma eficiência superior das acções sul-africanas para lá das suas fronteiras. Quase todo o território da Rodésia estava a menos de 300 km de uma fronteira amiga dos guerrilheiros africanos; por outro lado, as propriedades agrícolas dos brancos e as reservas africanas estavam interligadas como uma manta de retalhos. No Sudoeste Africano, pelo contrário, o Norte estava muito longe dos mais desenvolvidos centro e Sul; grande parte do terreno de acção da guerrilha era deserto. Além disso, os países ocidentais sempre se recusaram a adoptar sanções contra a África do Sul devido à sua ocupação ilegal, e consequentemente Pretória conseguiu durante anos suportar os custos da ocupação militar.

O facto do conflito ter prosseguido é, em si, prova de que, tal como na Rodésia, a contra-insurgência interna e os raids para além das fronteiras foram insuficientes para eliminar a ameaça da guerrilha. Uma vez que o regime branco não conseguiu estabelecer credibilidade política, a morte de guerrilheiros, recrutas e civis suspeitos foi compensada pela entrada em acção de novos recrutas. Apesar da sua aparente eficácia militar, a brutalidade serviu sobretudo para minar a legitimidade do regime no seio das suas vítimas.

A partir de 1980, a África do Sul passou dos raids curtos a 'incurções' cedo transformadas em ocupações prolongadas. O objectivo principal era forçar a rectaguarda da SWAPO a recuar para Norte, aumentando as rotas de infiltração que os guerrilheiros tinham que percorrer a pé. Nas zonas ocupadas a África do Sul adoptou uma política de terra queimada, destruindo aldeias e pequenas cidades assim como instalações militares. As invasões envolveram confrontos directos com tropas angolanas, mas não com forças cubanas, uma vez que estas estavam estacionadas a quinhentos quilómetros para norte, ao longo da linha férrea Namibe-Lubango. A África do Sul ocupou a maior parte da província de Cunene continuamente desde 1981 até 1984, ao mesmo tempo que apoiava a Unita a Sudeste.

As agressivas operações além fronteiras dependiam da garantia de que os países ocidentais continuariam a vetar as sanções propostas pela maioria na ONU. Mas essas operações exigiam também grandes investimentos em equipamento militar convencional para enfrentar o apoio que Angola recebia de soviéticos e cubanos. Os custos potenciais em termos de equipamento militar, baixas de brancos e reação internacional foram sempre demasiado grandes para que a África do Sul ousasse levar a cabo um ataque convencional contra o corredor Namibe-Lubango-Menongue, o alvo mais meridional, de grande importância económica e estratégica em Angola.

Em 1980, a África do Sul estava determinada a nunca permitir a instalação de um governo da SWAPO em Windhoek. Até 1988 as SADF controlavam inteiramente as operações nas zonas fronteiriças. Mesmo assim a campanha da guerrilha prosseguia no Norte da Namíbia. A África do Sul não conseguiu desenvolver uma alternativa credível à SWAPO. As sanções do Ocidente contra a África do Sul – adoptadas em 1986 não por causa da Namíbia mas devido ao *apartheid* e à repressão brutal dos levantamentos nos subúrbios – começaram a pesar, fazendo subir os custos da guerra. A África do Sul perdeu a superioridade aérea decisiva que detinha anteriormente e começou a estabelecer-se um cenário conducente a um acordo de independência.

A ameaça que a África do Sul enfrentava com a campanha de guerrilha do ANC era diferente. O Zimbabwe e a Namíbia inscreviam-se em padrões de guerra de guerrilhas mais ou menos clássicos: insurgências rurais apoiadas em bases de rectaguarda para lá das fronteiras, para onde os recrutas podiam fugir e de onde voltavam guerrilheiros treinados e fornecimentos de armas. A África do Sul era uma sociedade muito mais urbanizada e poucas eram as zonas rurais onde a insurgência se conseguia manter. Além disso, o regime tinha força suficiente para eliminar quaisquer bases localizadas em países vizinhos.

A estratégia de luta armada do ANC enfrentou, por isso, enormes dificuldades. Após o banimento dos movimentos de libertação em 1960, a luta armada tornou-se um dos três pilares da causa anti-*apartheid*, conjuntamente com a pressão internacional e com a mobilização política interna. Mas a polícia de segurança esmagou as primeiras campanhas de sabotagem. Por outro lado, os Estados brancos vizinhos frustravam a comunicação entre os exilados e os apoian-

tes internos. A queda do colonialismo português reduziu as barreiras geográficas e ajudou a revigorar a resistência política negra no interior da África do Sul. Milhares de activistas fugindo à repressão após o levantamento de Soweto de 1976, deixaram a África do Sul e juntaram-se ao Umkhonto we Sizwe, a ala armada do ANC.

Cedo começaram a regressar. Os incidentes de sabotagem de pequena escala tornaram-se mais frequentes; houve alguns ataques contra postos policiais e edifícios governamentais. Em meados de 1980, guerrilheiros do ANC atacaram a refinaria estatal de combustíveis, causando prejuízos superiores a cinco milhões de dólares. Ao longo da década de oitenta o ANC manteve este padrão de ataques dispersos de pequena escala, interrompidos por acções ocasionais de maior monta. Com algumas excepções, os guerrilheiros seguiram a política do ANC de evitar ataques contra alvos civis.⁸

Contrariamente ao padrão zimbabweano ou namibiano, os ataques, as comunicações e as rotas de infiltração eram dispersos e não concentrados. As bases do ANC com grande número de pessoas localizavam-se em países distantes da África do Sul, sobretudo na Tanzânia, Zâmbia e Angola. Os países vizinhos da África do Sul não eram, para o ANC, bases de retaguarda, mas 'zonas de avanço' para transferência de pessoal e para manter as comunicações entre o mundo clandestino do interior e os exilados do ANC dispersos não só pela África mas por todo o mundo.

Entre 1979 e 1989, a acção sul-africana contra o ANC 'para lá das fronteiras' incluiu bombardeamentos aéreos (em Angola, Zâmbia, Botswana e Moçambique), ataques abertos de comandos (Moçambique, Zâmbia, Botswana e Lesotho), e assassinatos camuflados (Zimbabwe, Angola, Moçambique, Swazilândia, Zâmbia, Botswana, Lesotho e França). Tais ataques visavam não só guerrilheiros mas, também, líderes civis importantes do ANC, e entre as baixas contaram-se, muitas vezes, civis de outras nacionalidades que não a sul-africana. A única garantia contra os ataques, para os vizinhos dos sul-africanos, teria sido banir todos os refugiados que pudessem apoiar o ANC e cooperar totalmente com a África do Sul na detecção de quem quer que tentasse atravessar clandestinamente o seu território. Mas nenhum país se submeteu tão completamente aos desígnios da África do Sul, embora a polícia swazi tivesse cooperado muitas vezes com os sul-africanos, Moçambique tivesse limitado a presença do ANC após

o Acordo de Nkomati, e vários outros países tivessem expulso refugiados na sequência de ameaças sul-africanas.

As acções da África do Sul ajudaram a impedir que a luta armada do ANC se tivesse transformado numa séria ameaça militar. Todavia, não conseguiram eliminá-la e multiplicaram mesmo o seu impacto político. À medida que escalava a resistência política no interior da África do Sul, também crescia o apoio negro ao ANC, tanto da parte daqueles que estavam em contacto directo com a organização como de outros que notavam quão freneticamente o regime a tentava destruir. Os raids além-fronteiras foram impotentes para estancar o reforço simbólico da luta armada proporcionado pela resistência interna negra e pela campanha internacional em prol das sanções.

A opção pela conquista militar havia sido posta de lado após o fiasco de Angola e as acções militares limitadas contra as bases da guerrilha revelavam-se inadequadas. Da mesma forma, a diplomacia regional tinha um potencial limitado para reduzir o isolamento da África do Sul.

O alinhamento regional

Na década de sessenta a África do Sul receava – e os oponentes do *apartheid* esperavam – que o espírito da liberdade africana se mostrasse contagioso. Mas desde que portugueses e rodesianos se mantivessem firmes o alinhamento regional não era desfavorável a Pretória. O desafio africano contra o *apartheid* era significativo mas muito simbólico. O consenso anti-*apartheid* consolidava-se na Organização da Unidade Africana (OUA) e confirmava-se como sentimento da maioria na Assembleia Geral da ONU. Mas o continente africano era impotente para ultrapassar os vetos ocidentais no Conselho de Segurança.

Os porta-vozes africanos mais proeminentes sobre esta questão eram os presidentes Julius Nyerere da Tanzânia e Kenneth Kaunda da Zâmbia, que desempenharam papéis-chave nas cimeiras regionais da África Oriental e Central entre 1966 e 1972. O Manifesto de Lusaka da cimeira de 1969 expressava a preferência por uma libertação pacífica, mas acrescentava: “uma vez que o progresso pacífico é impedido por aqueles que se encontram actualmente no poder nos Estados da África Austral, não nos resta senão conceder aos povos

desses territórios todo o apoio que nos for possível na sua luta contra os opressores”.⁹

O manifesto foi assinado por doze Estados, mas apenas quatro confinavam com territórios de regimes brancos: o Congo (Brazzaville) e o Congo (Kinshasa) tinham fronteiras com Angola, a Tanzânia com Moçambique, e a Zâmbia com a Rodésia e com os dois países governados pelos portugueses. O Botswana, o Lesoto e a Swazilândia, embora membros da OUA, mantinham-se discretos em relação ao *apartheid* e não participaram nas cimeiras. O Malawi fê-lo mas recusou-se a subscrever e a posição contra-corrente do Presidente Banda foi salientada por uma troca de visitas de Estado com a África do Sul, em 1970-71.

Os países participantes nestas cimeiras não formavam um bloco coeso, tal como o não faziam aqueles que serviam de retaguarda da guerrilha. A dupla Nyerere-Kaunda servia para coordenar a política relativamente a Moçambique e à Rodésia, mesmo quando surgiam situações de desacordo. Mas a divergência era mais comum que a concordância quando os Estados africanos tratavam de Angola. Embora a reacção africana à crise angolana de 1975-76 tivesse desapontado a África do Sul, ela também revelou divisões profundas entre os Estados africanos (a Organização da Unidade Africana votou dividida, por 22 votos contra 22, o reconhecimento de Angola, em Janeiro de 1976). Pretória tinha pois razões para esperar que uma diplomacia mais subtil pudesse colher resultados, usando a tática de dividir para reinar.

O conceito da constelação era, porém, fundamentalmente imperfeito. Pretória declarou a independência do Transkei em 1976, acabando por fazer o mesmo em relação a Bophuthatswana (1977), Venda (1979) e Ciskei (1981). Mas nem sequer os países ocidentais, para não citar os Estados africanos, se mostravam dispostos a conceder o seu reconhecimento diplomático a tais situações de dependência óbvia em relação ao regime branco. Os esforços sul-africanos para promover os seus clientes na Namíbia caracterizaram-se por uma contradição semelhante, e os sucessivos arranjos internos não conseguiram mostrar-se credíveis. O golpe final na constelação ocorreu com a esmagadora vitória eleitoral de Robert Mugabe no Zimbabwe, em Fevereiro de 1980. A opção que se colocava à África do Sul consistia em apoiar um golpe de última hora – sem qualquer legitimidade internacional – ou aceitar o desagradável resultado.

Apesar das suas vantagens materiais, a África do Sul não conseguia mobilizar uma coligação amiga de Estados negros. Certamente que podia tirar vantagem das vulnerabilidades de cada Estado isolado. Todos eles, com excepção da distante Tanzânia, tiveram que fazer concessões às exigências de Pretória. Mas só os diplomaticamente isolados Zaire e Malawi aderiram aos projectos sul-africanos de desestabilização.

Os Estados africanos da região, pelo contrário, apesar das suas vulnerabilidades materiais e das diferenças entre si, mantiveram um consenso e uma cooperação gerais anti-*apartheid* em questões diplomáticas, económicas e, mesmo, militares. As suas instituições não eram suficientemente fortes para resistir à superior força económica e militar dos sul-africanos. Na arena diplomática não podiam enfrentar os EUA ou, mesmo, a Grã-Bretanha. Mas impediram a consolidação da hegemonia sul-africana e conseguiram remover parcialmente fraquezas que teriam sido muito maiores sem o apoio que emprestaram uns aos outros.

Em 1974, os líderes da Zâmbia, Tanzânia, Botswana e do ainda não independente Moçambique, iniciaram uma série de reuniões regulares para coordenar as suas políticas relativamente às negociações para a independência do Zimbabwe. Em Abril de 1975, os Estados da Linha da Frente, tal como vieram a designar-se, conseguiram o seu reconhecimento como comité *ad-hoc* da OUA para a libertação da África Austral. O grupo, ao qual aderiram Angola em 1976, e Zimbabwe em 1980, reuniu regularmente quer a nível de cimeira quer em sessões de trabalho de representantes.

A adesão à Linha de Frente era definida tanto geograficamente como na participação em redes comuns de afinidade política e confiança pessoal – os líderes do Botswana, Zâmbia e Tanzânia na tradição dos líderes populistas africanos da Commonwealth, o MPLA e a Frelimo enquanto aliados de longa data, Moçambique enquanto consciente do apoio recebida da Tanzânia e da Zâmbia, e a liderança do Zimbabwe, por sua vez, agradecida ao apoio recebido dos moçambicanos. Os líderes dos movimentos de libertação da Namíbia e da África do Sul participaram regularmente na qualidade de observadores.

Os Estados da Linha da Frente formavam o núcleo de um agrupamento mais amplo que procurava promover o desenvolvimento económico comum e reduzir a dependência em relação à África do Sul.

Além daqueles, a Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral (SADCC) passou a integrar o Lesotho, a Swazilândia e, mesmo, o Malawi. Incidindo na cooperação económica prática e coordenando os apelos aos doadores para assistência a sectores específicos, a SADCC ganhou reputação como organização internacional relativamente eficaz.

Em cada caso, o potencial de independência económica ou política em relação à África do Sul diferia grandemente. O Lesotho, cercado pela África do Sul, tinha o leque mais reduzido de opções económicas. O seu líder, Chefe Jonathan, que tinha permanecido no poder com o apoio sul-africano na década de sessenta, passou a criticar Pretória nos anos setenta e concedeu acesso relativamente irrestrito ao ANC. Acabou por cair vítima de um golpe militar apoiado pelos sul-africanos. Mas outros casos havia que revelavam as vulnerabilidades da região. A Swazilândia e o Malawi, tal como o Lesotho, não foram convidados a aderir aos Estados da Linha da Frente. O Zaire não foi convidado para nenhuma das organizações. A Swazilândia e o Malawi confinavam com Moçambique e o Zaire com Angola. O Malawi e o Zaire estavam bem localizados para complementar as pressões militares da África do Sul sobre Moçambique e Angola. A cooperação tácita de todos eles com Pretória foi crítica, embora factor geralmente negligenciado no equilíbrio regional de poderes.

A África do Sul não conseguiu romper o consenso de princípio sobre o apoio à SWAPO e ao ANC. Mas, ideológica e geograficamente fez de Angola e Moçambique alvos especiais. Juntos, estes dois países costeiros constituíam as mais importantes rotas alternativas de acesso ao mar para os países do interior. O ataque a Angola e Moçambique fazia com que Zaire, Zâmbia, Malawi, Zimbabwe, Botswana e Swazilândia continuassem a depender dos portos sul-africanos. As barreiras às comunicações ajudavam a assegurar que o mundo exterior prestasse pouca atenção aos ataques contra os países de expressão portuguesa. Em suma, enfraquecer a região por meio de ataques contra Angola e Moçambique revelava-se altamente compensador e pouco oneroso.

Estes factores tinham pesos diferentes. Angola era o país mais isolado de uma África Austral de expressão predominantemente inglesa. Mesmo que a linha férrea de Benguela funcionasse, era pouco provável que o país formasse um bloco coeso com o Zaire e a Zâmbia. Angola auferia de uma protecção relativamente modesta da solidarie-

dade regional; por essa mesma razão, os ataques a Angola tinham uma repercussão relativamente limitada nos outros Estados da Linha da Frente. Moçambique, pelo contrário, tinha laços mais antigos com os vizinhos de expressão inglesa. Se a ameaça crescesse podia apelar para as tropas zimbabweanas e tanzanianas. Mas constituía também um alvo mais atractivo para os sul-africanos. Ao atacar Moçambique, Pretória enfraquecia o Zimbabwe e a Zâmbia sem arriscar ataques directos contra Estados membros da Commonwealth, e aumentava simultaneamente a pressão sobre o Malawi e a Swazilândia.

Os funcionários sul-africanos, com toda a sua capacidade para exercer pressão sobre Estados inimigos, sentiam-se frustrados por a região não ceder aos seus desígnios. Estavam convencidos que a segurança do regime branco exigia que se encontrassem novos recursos e novas formas de orquestrar uma estratégia coordenada.

Os instrumentos institucionais da estratégia total

Sob a direcção de P.W.Botha, o Conselho de Segurança do Estado (SSC) tornou-se num organismo de decisão fundamental, o centro nevrálgico de um 'sistema de gestão da segurança nacional' que penetrava em todos os níveis do Estado. Nem as melhores descrições a que temos acesso até à data conseguiram penetrar no seu grande secretismo. Há evidência de tendências diferentes – vulgarmente designadas de 'falcões' e 'pombas' – mas não existem relatos consistentes sobre quem tomou que posições nos debates mais importantes. Por razões óbvias, os funcionários dos negócios estrangeiros inclinavam-se mais para a diplomacia enquanto que os militares tendiam a basear-se no uso da força, mas não há evidência de divergências relativamente ao facto de ambas constituírem estratégias legítimas e úteis para a África do Sul. Também não é possível descortinar diferenças no interior do grupo de diplomatas ou de militares.¹⁰

Embora desconhecendo o que se passava no interior do SSC, podemos olhar para os resultados: as políticas implementadas para Angola e Moçambique e o crescimento dos recursos do Estado. Tal análise revela que, se em teoria a estratégia total deveria ser 80 por cento política e apenas 20 por cento militar, na prática esta proporção foi invertida.

Na década de oitenta, a diplomacia sul-africana enfrentava uma dificuldade fundamental. As soluções duradouras exigiam que se

abandonasse o controle de minoria branca ou que este fosse bem camuflado. Todavia, o Estado branco mostrava-se pouco inclinado para abandonar esse controle e os disfarces cedo se mostraram transparentes. O fracasso da tentativa de instalação de um regime cliente no Zimbabwe, em 1980, não aconselhava que se tomassem riscos semelhantes na Namíbia. Até ao fim da década, a possibilidade de negociações sobre o futuro interno da África do Sul não foi sequer encarada. Não surgiu nenhum esquema geral para substituir a miragem da constelação. Para além da tentativa de ganhar tempo na Namíbia, os objectivos regionais do regime pareciam reduzidos à erecção de barreiras ao ANC nos Estados vizinhos, pressionando para o estabelecimento de pactos de não-agressão. Internacionalmente, a África do Sul travava uma batalha defensiva contra as sanções.

Apesar da viragem à direita em 1979-80, no rasto das vitórias eleitorais de Thatcher e de Reagan, era impossível inverter a tendência internacional que negava legitimidade ao regime de minoria branca. Em vez disso, os diplomatas sul-africanos tentaram virar as atenções para a penetração soviética na região, argumentando que Angola, Moçambique, a SWAPO e o ANC eram ramificações de uma conspiração centrada em Moscovo. O argumento era dirigido aos ideólogos de Washington. Mas até mesmo os conservadores com algum conhecimento da região sabiam que a causa anti-*apartheid* arrastava não só radicais mas, também, uma vasta gama de nacionalistas e defensores dos direitos humanos.

A posição internacional sobre a Namíbia era clara: a ocupação sul-africana era ilegal. A opinião internacional relativamente à própria África do Sul era determinada principalmente, não pela diplomacia mas pelos desenvolvimentos internos sul-africanos. O levantamento do Soweto de 1976 e o assassinato de Steve Biko em 1977, ajudaram a provocar o primeiro embargo mandatário de armas. O ressurgimento da resistência interna, nos anos oitenta, acabou por inspirar sanções económicas mais sérias, ainda que parciais.

Na região, só a Swazilândia e Moçambique assinaram pactos de não-agressão, apesar da vulnerabilidade física do Botswana e do Lesotho. Mas mesmo essas alegadas vitórias diplomáticas cedo se revelaram de alcance muito limitado. O Acordo de Nkomati não impediu o rápido crescimento das bases de apoio ao ANC. O acordo com os Swazi – assinado secretamente em 1982 em troca da promessa sul-africana de ceder o território de KaNgwane (de língua swazi) à

Swazilândia – foi contraproducente. Poderá ter produzido, marginalmente, uma cooperação mais activa entre as polícias swazi e sul-africana mas também suscitou a oposição de farmeiros sul-africanos brancos e também dos negros.

Uma arma potencial para complementar a diplomacia era o peso económico regional da África do Sul, que afectou os países da SADCC individual e colectivamente. A África do Sul exerceu pressões económicas em diversas ocasiões, mas tratava-se de um instrumento desajeitado e com diversas desvantagens. O sucesso mais notável foi o abrandamento prolongado nos postos fronteiriços do Lesotho, que ajudaram a provocar o golpe militar e a expulsão dos refugiados sul-africanos. Mesmo assim, o governo militar não entregou os membros do ANC com os refugiados devolvidos, nem assinou um pacto de segurança com Pretória. A utilização aberta das pressões económicas teria minado o argumento da África do Sul contra as sanções económicas. Além disso, o aumento das pressões contra o Botswana, o Zimbabwe ou a Zâmbia afectariam as receitas comerciais e de transportes sul-africanas, assim como os interesses de negócios sul-africanos e britânicos, predominantes nesses países. O director dos Serviços de Transportes da África do Sul tinha assento no SSC e sem dúvida que terá concordado com medidas como o abrandamento do tráfego ferroviário para pressionar o Zimbabwe. Mas a 'diplomacia dos transportes' baseava-se mais na cenoura que no pau, ou seja, visava mais desenvolver laços de dependência de longo prazo que afectar a situação a curto prazo.

As pressões económicas eram politicamente mais viáveis no caso de Angola. Para além dos interesses económicos sul-africanos serem mínimos naquele país, a hostilidade dos EUA asseguravam que a reacção seria mínima, mesmo que os investimentos ocidentais fossem afectados. Mas exactamente pela modesta presença sul-africana, o ataque a Angola exigia meios militares.

Moçambique era o país mais vulnerável. Os cortes no comércio sul-africano e na importação de mão-de-obra migrante poderiam contribuir – e fizeram-no – para danificar a economia moçambicana. Os concomitantes estragos em alguns interesses de negócios sul-africanos e ocidentais exigiam certos cuidados da parte de Pretória. Mas Moçambique não era suficientemente rico nem amigo dos países ocidentais para que tal situação constituísse grande obstáculo ao braço-de-ferro económico da África do Sul. Mais importante era que

Pretória não estabelecesse um precedente aberto para as sanções. Sempre que a ligação à África do Sul não foi clara, não houve limites à destruição militar de alvos económicos moçambicanos.

Em resumo, a diplomacia e a influência económica apresentavam limitações inerentes e não havia forma de melhorar a sua eficácia. Factores intangíveis como a falta de legitimidade do Estado branco não podiam ser remediados por meio da contratação de mais diplomatas ou da alocação de mais tempo em sessões de negociação. As barreiras a uma utilização mais eficaz do poderio económico não residiam na falta de força para proceder a imposições, mas nos efeitos colaterais negativos destas. As soluções militares também tinham limitações mas apresentavam uma simplicidade tentadora: conseguir mais e melhores armas, mais e melhores soldados, e atingir o inimigo com mais força.

Os indicadores da expansão militar sul-africana mostram isso mesmo. O orçamento militar cresceu, de aproximadamente 257 milhões de randes em 1970-71, para 2.300 milhões em 1980-81, e 4.800 milhões em 1985-86. O número de tropas activas, por sua vez, cresceu de 50.000 em 1970, para 150.000 em 1980 e quase 200.000 em 1985. O período de serviço militar para brancos aumentou para dois anos, seguidos de doze anos de mobilização anual de um a três meses por ano. O governo investiu pelo menos metade do orçamento militar em desenvolvimento de capital, grande parte na manufactura doméstica ou em onerosos contratos para importar aviões ou outro equipamento que era incapaz de produzir. Em cooperação com Israel, a África do Sul estabeleceu mesmo uma capacidade nuclear.

Provavelmente, o programa nuclear era de pouca utilidade para além de constituir uma vaga ameaça.¹¹ E grande parte dos recursos das SADF foram investidos na preparação para um improvável cenário de invasão convencional por terra. Mesmo considerando a presença de tropas cubanas na região, os vizinhos da África do Sul nunca estiveram perto de ter capacidade para tal nem isso esteve nos seus planos. Embora as forças de defesa sul-africanas tivessem repetidamente violado as suas fronteiras, os Estados da Linha da Frente nunca retaliaram da mesma maneira.

A escalada militar, mais do que constituir preparação para uma eventual invasão, forneceu as bases para a acção para além das fronteiras sul-africanas. Em 1975-76, as forças sul-africanas em Angola tinham sido desafiadas pelo superior alcance da artilharia forne-

cida pelos soviéticos. Eles repararam esta deficiência com o canhão G-5, fabricado a partir de protótipos adquiridos à Corporação de Pesquisas Espaciais EUA/Canadá, em 1976-78. A supremacia aérea sul-africana era essencial para os raids de comandos ou o abastecimento das forças fantoches em toda a região, e para apoiar as operações terrestres em Angola. Efectivamente, até 1987-88 ela nunca chegou a ser desafiada, e a partir desta data só o foi em Angola.

A maior dificuldade residia nos recursos humanos. Nunca houve suficiente número de soldados brancos para cobrir todas as frentes, particularmente a partir do momento em que as tropas passaram a ser usadas nos subúrbios negros das cidades. A sociedade sul-africana era muito sensível às baixas brancas, como se verificou com os protestos que se seguiram à morte de menos de cinquenta soldados brancos no decorrer na invasão a Angola de 1975-76. Consequentemente, a estratégia militar procurou reduzir os riscos dos soldados brancos. Embora as forças especiais se pintassem de negro para esconder a sua raça durante as operações, esta tática tinha os seus limites. O envolvimento de grande número de brancos nas operações clandestinas afectava inevitavelmente a tentativa de as negar.

Assim, as forças militares sul-africanas de finais da década de setenta estavam profundamente transformadas. O exército que combateu a 'guerra total' era composto por sul-africanos não só brancos mas, também, negros, por veteranos brancos dos exércitos português e rodesiano, e por negros oriundos de todos os países da região. Eles foram incorporados numa variedade de novas unidades, desde os exércitos dos bantustões à elite das forças especiais. Actuando numa base de grande clandestinidade, nem sempre era claro, nem mesmo para os próprios participantes, para quem trabalhavam.¹²

Apesar da preocupação de violar o mito do exército sul-africano branco, a necessidade de novos recursos humanos acabou por prevalecer. O recrutamento sistemático de negros para as SADF começou em 1974. As SADF forneciam oficiais para os exércitos dos bantustões. Com o batalhão *Bushman*, em 1974, as SADF começaram a 'namibianizar' a guerra na Namíbia – a Força Territorial do Sudoeste Africano (SWATF) foi formada em 1980. As polícias da África do Sul e da Namíbia, que já incluíam grande número de negros, aumentaram ainda mais o seu recrutamento.

A utilização de soldados negros para lutar pelo regime branco tinha já um grande precedente histórico. Os colonos afrikaner e britânicos,

assim como os exércitos coloniais inglês e português, basearam-se repetidamente nas alianças e recrutas negros durante o período da conquista. As tropas negras foram essenciais nas campanhas de contra-subversão dos ingleses no Quénia, na década de cinquenta, e para a acção de rodesianos e portugueses nos anos sessenta e setenta. Nas forças coloniais do Quénia, o número de africanos era muito superior ao dos brancos; na luta contra os Mau-Mau morreram 524 africanos das forças, em comparação com apenas 63 brancos.¹³ Mais de dois terços das forças de segurança rodesianas eram negros, incluindo um grande número das forças de elite dos Selous Scouts.¹⁴ Mais de 40 por cento do exército colonial em Angola, na década de setenta, eram recrutas locais, sendo esta percentagem de 50 por cento em Moçambique. Alguns recrutas locais eram brancos mas a esmagadora maioria era negra.¹⁵

Por vezes, por detrás da entrada dos africanos nos exércitos coloniais estava uma opção política, mas na maioria dos casos as razões eram mais prosaicas – o recrutamento obrigatório, o estar no sítio errado na altura errada, ou a falta de um emprego. Os recrutas mais úteis eram os guerrilheiros que se ‘entregavam’, uma prática que se tornou característica sistemática das guerras da África Austral. O agente dos serviços ingleses de informações Frank Kitson, pioneiro desta técnica no Quénia, afirmou mais tarde que a combinação da cenoura (emprego, participação nos saques) com o pau (a ameaça de execução) e com uma argumentação plausível (a cooperação com um governo poderoso é mais sensata do que a adesão ao terrorismo) podia transformar profundamente um prisioneiro numa questão de algumas horas.¹⁶ Tais recrutas eram utilizados numa outra táctica introduzida por Kitson: ‘pseudo-grupos’ de brancos pintados de preto e negros disfarçados de guerrilheiros para recolher informações, atacar os guerrilheiros e levar a cabo atrocidades contra civis, sendo mais tarde a responsabilidade de tais acções imputada aos guerrilheiros.

O exemplo queniano teve um efeito directo na estratégia rodesiana. O primeiro grupo de ‘pseudo’-insurgentes foi formado em 1973, por dois polícias africanos e quatro antigos insurgentes. A técnica foi desenvolvida pelos Selous Scouts, que chegaram a atingir os 1.800 elementos e reclamavam conseguir a maior ‘percentagem de mortes’ de todo o exército rodesiano. O Special Air Service permaneceu uma unidade de elite branca mas, nas operações do mesmo tipo, recorria a soldados africanos de outras unidades ou à manipulação de recrutas da

Renamo.¹⁷ No exército português, as tropas negras também desempenharam um papel fundamental na contra-subversão. Para além dos regulares recrutas locais, havia unidades especiais predominantemente negras, à excepção do nível de oficiais. Os *flechas* eram milícias locais recrutados pela polícia secreta que se desenvolveram em Angola e passaram também a actuar em Moçambique. Na última fase da guerra em Moçambique, as unidades de comandos desempenharam importante papel na frente de combate. Enquanto que o exército regular se baseava principalmente no recrutamento convencional, as unidades especiais dependiam muito de insurgentes que se 'entregavam'.

Enquanto que os teóricos da contra-insurgência incidem muitas vezes na lealdade política, os práticos concentram-se em motivos práticos – sobrevivência, disciplina, incentivos económicos e outras cenouras e paus da vida quotidiana numa unidade de combate. Os motivos para combater (ou simplesmente para não desertar, dado que numa unidade militar combater era questão de se seguirem ordens) sem dúvida que variavam. Mas a experiência mostrou que homens das mais diversas origens podiam ser moldados nas unidades de combate que serviam o Estado sul-africano.

A primeira unidade de forças especiais sul-africanas foi o I Reconnaissance Commando (I Recce), formado em 1972. Ele alargou-se para formar cinco regimentos de reconhecimento que, por sua vez, geraram esquadrões da morte tais como o Civilian Cooperation Bureau. Os Recces constituíram o principal recurso operacional à disposição dos orquestradores das informações militares, que dirigiam a subversão para além das fronteiras. Embora os Recces tenham começado como uma força de elite no interior do exército branco, o recrutamento activo de negros transformou-os, em meados dos anos oitenta, em unidades multirraciais e multinacionais.

Jan Breytenbach, fundador dos Recces, também dirigiu a primeira unidade mestiça de elite. Em 1975 recebeu o comando de uma unidade de soldados da FNLA em Angola. Segundo Breytenbach, o seu sonho era imitar as forças especiais dos EUA na Indochina, dirigindo 'forças guerrilheiras indígenas no combate contra países africanos inimigos'.¹⁸ Quando a sua unidade retirou para a Namíbia, em 1976, ele convenceu os comandos do exército a mantê-la intacta. Utilizando manuais de treino das forças especiais dos EUA e os seus próprios métodos, Breytenbach concentrou-se em afastar os inadequa-

dos e em fornecer aos outros treino e disciplina intensivos, estabelecendo um *esprit de corps*. Pretendia imitar a Legião Estrangeira francesa, transformando a unidade militar numa "nova tribo".¹⁹

Dois exemplos mostram como os africanos eram incorporados nessas forças e colocados em diversas frentes. Um mestiço angolano que entrevistei na prisão em Moçambique, em 1988, contou-me que, quando era jovem refugiado da guerra de Angola, em 1975, os oficiais sul-africanos responsáveis pelo campo de refugiados lhe disseram que as suas oportunidades de emprego eram muito limitadas e que devia juntar-se ou à Unita ou ao Batalhão 32. Depois de quatro anos no Batalhão 32, ele foi seleccionado para treinos no Recce. Após um curso de dois anos em Durban, foi primeiro colocado na Namíbia e mais tarde, em 1985, no 5 Recce no Transvaal, que entrava e saía da Moçambique, colocando pequenas unidades de apoio à Renamo. Em finais de 1986 foi transferido para uma unidade especial de combate aos exilados do ANC e acabou por ser preso em Moçambique nos inícios de 1987, quando uma bomba que trazia escondida explodiu prematuramente. Considerava-se um militar profissional que seguia carreira na África do Sul.²⁰

Outro membro do 5 Recce, Felix Ndimene, era professor na vila fronteiriça moçambicana da Namaacha quando, em 1982, foi raptado por sul-africanos no decorrer de um raide. Decorrido um mês de interrogatórios e torturas, foi-lhe oferecida a escolha de ingressar no 5 Recce ou ser morto. Foi treinado e enviado para a frente Namíbia/Angola. Em 1984, na sequência de uma tentativa frustrada de fuga, foi punido com setenta e cinco chicotadas. Transferido de volta a Phalaborwa em finais de 1986, foi envolvido no rapto de um casal de suíços na Swazilândia. Em 1987-88 a sua unidade estava estacionada em Pretória, fazendo rusgas contra activistas anti-*apartheid*; em 1989 estava mais uma vez na Namíbia, envolvido em operações anti-SWAPO. De volta a Phalaborwa, desertou do 5 Recce em 1991.²¹

Na altura em que estas linhas são escritas a história das forças especiais sul-africanas, que provavelmente não ultrapassam alguns milhares de homens, continuam envoltas em segredo oficial. Mas a evidência mostra claramente que este grupo multirracial e multinacional constituiu instrumento central na 'guerra total' dos anos oitenta.

Fantoches, clientes ou aliados?

As forças especiais sul-africanas treinaram a Unita e a Renamo e participaram com elas em operações conjuntas. Não há dúvidas sobre isso. Mas o significado foi – e continua a ser – acesamente discutido dado que muitos detalhes permanecem obscuros. Uma interpretação defende que a Unita e a Renamo se encontravam de tal forma subordinadas à África do Sul que, na prática, serviam como fantoches seus. A visão oposta é reflectida pela citação que Savimbi faz frequentemente do provérbio sobre o homem que cai ao rio e se mostra disposto a entrar em acordo com o próprio diabo desde que este lhe estenda uma vara para evitar afogar-se.²² Nesta versão, a relação com a África do Sul toma a forma de uma aliança entre partes com distintos objectivos e dinâmicas internas diferentes.

A estratégia sul-africana consistia em esconder ou minimizar estas ligações, para fortalecer a legitimidade dos seus clientes e refutar as acusações de agressão. Tal como observámos no Capítulo 3, a interpretação ocidental errou ao subestimar o envolvimento sul-africano.²³ Não é difícil afirmar que nem esta visão nem a visão segundo a qual a mão sul-africana esteve sempre presente, reflectem com precisão a realidade histórica. Contudo, mais difícil é especificar precisamente que relações foram estas. O regime sul-africano jogou um papel dominante na determinação do nível do seu investimento na guerra, na decisão de quando e onde forneceu material e pessoal militar, e na negociação nas costas dos seus clientes. Mas nem a Unita nem a Renamo se encontravam desprovidas de recursos para desenvolver as suas próprias agendas. A imagem de 'patrono/cliente' – em lugar do demasiado mecânico 'fantoche' ou do pouco comprometido 'aliado' – deixa espaço para variações do papel do cliente, entre os dois casos e entre épocas diferentes. Quaisquer que tenham sido as suas razões, a Unita e a Renamo combateram a guerra dos sul-africanos. A sua capacidade para perseguir objectivos diferentes dos do seu patrono dependeu da medida da sua autonomia organizativa e do acesso a recursos alternativos para fazerem a guerra. Apesar das lacunas existentes, a informação de que dispomos justifica algumas conclusões comparativas sobre estes factores.

A dominação de Savimbi e do seu núcleo leal deram à Unita uma coerência organizativa que está bem documentada. O acesso a apoios externos ajudou Savimbi a suprimir potenciais rivais por meio da

força. Savimbi e os seus lugares-tenentes dirigiram tanto as operações militares da Unita no interior de Angola como as delegações da Unita nos países ocidentais. Para lidar com a Unita, a África do Sul e os outros apoiantes externos tinham que passar forçosamente por eles.

A Renamo, pelo contrário, esteve – pelo menos até Nkomati – incorporada nas estruturas militares rodesiana e sul-africana. Sem dúvida que os seus líderes, individualmente, tinham ambições, mas não havia um grupo coeso de liderança para as gerir. Embora Dhlakama tenha estabelecido a sua liderança sobre o aparelho militar da Renamo em finais dos anos oitenta, a representação externa do movimento tinha tendências fraccionistas. O conjunto de ajudantes leais de Dhlakama era demasiado reduzido para constituir uma base de independência organizativa.

Apesar de tudo, a necessidade que os sul-africanos tinham de se manter distantes publicamente favoreceu potencialmente a autonomia da Renamo. A guerra de Moçambique exigia muito menos apoio externo que a de Angola. Enquanto que o apoio à Unita era controlado explicitamente ao mais alto nível em Pretória, parece que depois de Nkomati os desacordos no interior do SSC não deixaram espaço próprio para o desenvolvimento das relações com a Renamo. Continuou a haver apoio mas sem decisões ou objectivos explícitos. Enfrentando sinais contraditórios da parte dos diferentes representantes do seu patrono, a Renamo foi quase forçada a assumir uma atitude mais autónoma. Operacionalmente, os seus laços eram com sectores do Estado pouco interessados em moderar a guerra.

Em termos materiais, tal como serão descritas no Capítulo 7, as operações militares da Unita e da Renamo dependiam ambas do apoio crucial da África do Sul e, em menor medida, de outras fontes externas. Em comparação com a Renamo, a Unita tinha mais acesso a recursos outros que os provenientes do exército sul-africano. Mas, também, a Unita necessitava de muito mais para manter as suas operações. O resultado terá sido, provavelmente, uma proporção equivalente de dependência material em relação a Pretória.

Ambas se baseavam principalmente na colecta de impostos em espécie ou no resultado dos raides em busca de alimentação para os seus soldados. Mas os apoios externos eram também necessários, particularmente para as bases e tropas convencionais da Unita no Sudeste de Angola. Nalguma medida, ambas se baseavam no comércio, sobretudo através de canais privados ligados à rede sul-

africana de informações. O marfim constituiu um denominador comum e as manadas de elefantes dos matos angolanos e moçambicanos foram arrasadas. A isto a Renamo acrescentava a pilhagem nas estradas e vilas de Moçambique, sendo o saque vendido no Malawi ou na África do Sul. A Unita vendia diamantes capturados e, por vezes, controlou áreas de produção diamantífera.²⁴

Para acesso ao mundo exterior, a Unita utilizou o Zaire e a Namíbia controlada pelos sul-africanos. A Renamo, para além da África do Sul, tinha o Malawi. A influência sul-africana era muito forte em Lilongwe e, também, significativa em Kinshasa, e portanto nenhuma destas ligações constituía alternativa completamente independente a Pretória. Mas, no caso da Unita, o envolvimento aberto de Washington depois de 1985, deu-lhe a possibilidade de jogar com um patrono contra o outro. No caso da Renamo, os contactos através do Malawi abriram canais alternativos para o apoio da direita internacional.

Em que medida estes factores de potencial autonomia, contrários aos objectivos de guerra dos sul-africanos, terão influenciado o curso das guerras em Angola e Moçambique? As respostas são diferentes para os diferentes períodos de tempo, assim como para as significativamente distintas frentes ocidental e oriental.

Continuidade e mudança na frente ocidental: Angola e Namíbia

Após o fracasso inicial para instalar um regime cliente em Angola, os líderes sul-africanos passaram a aceitar, na generalidade, que inverter o veredicto pela força era irrealista.²⁵ A estratégia sul-africana de guerra na frente ocidental passou a ter objectivos mais limitados. De meados de 1976 até ao acordo da independência da Namíbia, em 1988, o objectivo principal era a preservação do controle sul-africano da Namíbia, operacionalmente definido como impedir o surgimento de um Estado independente dominado pela SWAPO.²⁶ As operações militares na Namíbia e em Angola eram dirigidas principalmente contra a SWAPO. O exército e as infraestruturas económicas de Angola constituíam alvos secundários. Quando se comprometeram com a Unita, as SADF também se viram obrigadas a defender o seu cliente sempre que este parecia ameaçado. A guerra derivou, pois, do objectivo político de comprar tempo para construir uma alternativa à SWAPO. A lição que Pretória aprendeu com a vitória de Mugabe no Zim-

babwe era que a participação de um movimento de libertação com credenciais guerrilheiras em eleições livres criava um cenário difícil de manipular. Mas se a SWAPO fosse suficientemente desacreditada por derrotas militares, e se Pretória conseguisse exercer controle suficiente sobre o processo eleitoral, então talvez os clientes da África do Sul conseguissem remeter a SWAPO a um papel secundário.

O critério para acabar a guerra estava, assim, intrinsecamente mal definido. Sem que se conseguisse uma vitória em Angola era ilusório esperar que a SWAPO sofresse uma derrota militar total. Os clientes políticos de Pretória na Namíbia mostravam-se repetidamente incapazes. Não havia indicações de que a Força Territorial do Sudoeste Africano fosse viável sem a supervisão das SADF. A compra de tempo podia prosseguir indefinidamente, desde que os custos permanecessem no limite do suportável.

Como é que, então, o manifesto objectivo de fazer com que os cubanos saíssem de Angola encaixava nos objectivos da guerra dos sul-africanos? No contexto político norte-americano a questão cubana estava perto de ter a prioridade máxima. Mas para a África do Sul o seu significado era indirecto e, mesmo, contraditório. Por um lado, se a retirada cubana de Angola precedesse a implementação de um acordo de independência da Namíbia, a SWAPO sairia simbólica e materialmente enfraquecida. O governo sul-africano poderia reclamar vitória para benefício político do eleitorado branco e a situação potencial de confronto militar convencional tenderia a distender-se. Se a SWAPO continuasse a constituir um oponente eleitoral de peso mesmo depois dos cubanos terem atravessado o Atlântico de volta a casa, Pretória poderia, se necessário, voltar a dificultar a realização das eleições. Se a guerra prosseguisse, Angola já não contaria com o escudo protector representado pelos cubanos.

Mesmo que Angola se sentisse suficientemente confiante para oferecer um tal acordo, porém tal só seria atraente se os funcionários sul-africanos se sentissem capazes de arquitectar uma vitória eleitoral contra a SWAPO. Mas nem Angola confiava na África do Sul nem os oponentes da SWAPO tinham boas perspectivas eleitorais. Assim, tal como observaram os críticos por diversas vezes, a ligação entre as duas questões servia os interesses de Pretória de comprar tempo. A manutenção dos cubanos em Angola consolidava a posição de Pretória em Washington, porque ambos continuavam a ter um inimigo comum. Esta situação fornecia também uma justificação para Washington

partilhar informações com Pretória e para se opor à adopção de sanções contra o seu aliado militar.

A retirada cubana a seguir a eventuais eleições e à independência da Namíbia, cenário que Angola e Cuba estavam prontas a considerar, era ainda menos atraente do ponto de vista da África do Sul. Faria pouco sentido enquanto a África do Sul se recusasse a abandonar ou a adaptar o seu objectivo principal de bloquear a SWAPO. Com uma Namíbia independente, a África do Sul teria poucos argumentos para garantir que Angola e Cuba cumprissem com o acordo. Consequentemente, os sul-africanos mostraram pouco interesse nas propostas conjuntas angolano-cubanas de 1982 e 1984, que ofereciam retiradas graduais das tropas cubanas desde que a ameaça contra Angola proveniente da Namíbia fosse removida.

Assim, a cenoura oferecida à África do Sul pelo secretário de estado-adjunto norte-americano, Chester Crocker, de um acordo sobre a Namíbia, era tanto inevitável como apenas meio-atraente. Só se tornou aliciante, em termos próximos das propostas angolano-cubanas de 1982 e 1984, quando os custos da guerra se tornaram desproporcionados e os riscos de uma vitória da SWAPO pareceram menos ameaçadores.²⁷

No decorrer dos doze anos de guerra (1976-88), houve algumas características que permaneceram constantes. A SWAPO manteve uma campanha de guerrilha morna no norte da Namíbia. A repressão sul-africana no interior da Namíbia e os raids no interior de Angola, impondo custos pesados à SWAPO e aos seus apoiantes, foram também contínuos. A guerrilha da Unita, que depois de 1979 beneficiou de uma zona de bases protegida em Cuando Cubango, variou em intensidade e em alcance geográfico mas permaneceu com um carácter relativamente consistente: emboscadas, colocação de minas e ataques a aldeias isoladas e guarnições e, por vezes, a centros urbanos maiores. A África do Sul manteve o conflito sobretudo em solo angolano – já de si um indicador do equilíbrio militar geral. Uma vez atravessada a fronteira os guerrilheiros namibianos contavam consigo próprios. A Unita contava com apoio sul-africano directo e com ataques nos flancos para distrair as defesas angolanas.

Mas os ciclos de combate convencional mostraram significativa variação. Após os limitados raids dos anos setenta, a África do Sul foi levada a ocupar o Sudoeste de Angola e, depois, a defender a

Unita. Confrontada com riscos e custos cada vez mais elevados, Pretória teve que ceder a compromissos.

Em finais da década de setenta, os combates na Namíbia e em Angola permaneceram a níveis relativamente baixos. Durante este período, uma diplomacia ocidental intensa produziu um acordo sobre o plano de independência da Namíbia. Mas eram poucos os incentivos para a África do Sul o levar a cabo. Os países ocidentais ameaçaram com sanções para manter a África do Sul nas negociações, mas recusaram-se a ameaçar com a força para a obrigar a cumprir os passos acordados. O processo de edificação da Aliança Democrática de Turnhalle como alternativa à SWAPO dava os primeiros passos. No interior da África do Sul, o regime tinha controlado o levantamento do Soweto e a ameaça do ANC ainda estava por materializar. Os custos da compra de tempo continuavam a parecer mínimos.

No período 1980-84, a África do Sul ocupou a província do Cunene, no sudoeste de Angola, e aumentou o apoio à Unita. Isto causou grandes dificuldades aos guerrilheiros da SWAPO, assim como grandes estragos no interior de Angola. Mas a SWAPO sobreviveu e, ainda que modestamente, prosseguiu com as acções de guerrilha. Em finais de 1983 surgiram sinais de que a África do Sul estava a alongar as acções militares para além da sua capacidade. A Operação Askari confrontou-se com uma resistência inesperadamente forte e não conseguiu romper as linhas angolanas a norte da província do Cunene. Os esforços renovados da contra-insurgência angolana impuseram derrotas significativas à Unita. Em Agosto, as SADF tiveram que vir em socorro da Unita em Cangamba, na província do Moxico.

Em 1984, o Acordo de Lusaka, mais do que uma solução, constituiu uma pausa para reagrupamento das partes. Resultou num cessar-fogo de dezoito meses entre as forças sul-africanas e angolanas no Sudoeste de Angola, no atraso da saída sul-africana da zona e em restrições impostas por Angola ao movimento dos guerrilheiros da SWAPO na área reocupada. Mas assinalou também uma mudança na geografia e objectivos da guerra convencional sul-africana em Angola. As ofensivas no interior de Angola deixaram de estar na ordem do dia. Os rotineiros raids além-fronteiras, no interior do Cunene, foram retomados em 1985, mas as grandes operações sul-africanas, a partir desta data, visavam sobretudo socorrer a Unita.

Do ponto de vista dos interesses estratégicos de Pretória tratava-se de uma situação em que a carroça estava à frente dos bois. Havia

defensores da linha dura que queriam um compromisso para colocar Savimbi no poder, tarefa que, a ser mais fácil, teria merecido a anuência dos mais prudentes. Mas eram Savimbi e os seus apoiantes ideológicos de Washington quem concedia a máxima prioridade a este objectivo. Pretória, quanto a ela, media o seu envolvimento em Angola em relação aos objectivos do controle da Namíbia e da estabilidade na África do Sul, e ainda tendo em conta os custos em dinheiro, equipamento e vidas dos recrutas brancos.

O apoio à campanha de guerrilha da Unita tinha as vantagens de se ganharem pontos em Washington, de se perseguir a SWAPO, o ANC e Angola, e de se manter um bom alibi. As vitórias constituíam bónus e os reveses não se reflectiam nas SADF nem causavam problemas políticos junto do eleitorado branco. O envolvimento custava dinheiro mas era proveitoso. Todavia, as ofensivas angolanas de grande escala contra as áreas controladas pela Unita, em 1985 e 1987, puseram os militares sul-africanos em situação de muito maior risco. As batalhas convencionais de 1987-88 elevaram o preço para uma nova escala de grandeza.

Referindo um elevado número de baixas, em comparação com as leves perdas das SADF, os relatos dos militares sul-africanos rejeitam a alegação de terem sido derrotados. Dizem que foram considerações políticas que impediram os militares de expulsar a força angolano-cubana que estava em Cuito Cuanavale.²⁸ Não há razões para duvidar da sua alegação, segundo a qual as forças angolanas, demasiado avançadas para além do rio Lomba, foram forçadas a retirar pelo poder de fogo das SADF, e a África do Sul não foi, portanto, expulsa pela força. Pode até ser que sem as limitações provindas de fora do campo de batalha as SADF tivessem tido capacidade para tomar Cuito Cuanavale. Mas também é inegável que as limitações 'políticas' que referem as fontes sul-africanas faziam parte do do jogo de forças militar.

Mesmo se não 'derrotada' no campo de batalha, a África do Sul sofreu um sério revés militar. O custo da escalada cresceu significativamente; as fraquezas da África do Sul foram expostas. O imperativo de evitar baixas entre os soldados brancos restringiu o número de militares disponíveis para Angola. As unidades de milicianos tiveram que ser retiradas e substituídas por tropas frescas. O eleitorado branco tinha cada vez mais reservas em relação a sacrifícios na distante Angola. Os objectivos sul-africanos incluíam estabelecer credibilidade

para a Unita e evitar grandes embaraços face aos EUA que, por sua vez, também queriam reduzir o papel militar dos sul-africanos. Um aumento de compromissos, em termos de número de tropas convencionais, teria custos políticos.

A África do Sul também tinha perdido a superioridade aérea, com os custos inerentes, cada vez maiores, para o equipamento que as sanções tornavam difícil e oneroso substituir. Mesmo a famosa artilharia G-5 era escassa e de difícil substituição; mais de metade das unidades de Cuito Cuanavale deixou de estar operacional em 1987. Este novo equilíbrio era ainda mais decisivo no Sudoeste. Quando os cubanos avançaram para sul, para junto da fronteira, em inícios de 1988, grande parte da Namíbia ocidental passou a estar vulnerável ao poder aéreo angolano e cubano. Em finais de Junho as forças sul-africanas tiveram doze baixas num confronto com tropas cubanas perto da fronteira, em Calueque. As perspectivas sul-africanas eram de enfrentar a ronda de combates seguinte num território controlado por si vulnerável ao poder aéreo do inimigo e com o alcance da sua própria força aérea mais limitado do que nunca.

As mudanças do lado sul-africano não foram, evidentemente, os únicos factores que conduziram ao acordo de finais de 1988 sobre a independência da Namíbia e a retirada cubana. Trata-se de um truísmo dizer que os acordos negociados com sucesso têm que deixar a todas as partes a possibilidade de reclamar vitória. As tropas angolanas, e na verdade os angolanos a todos os níveis, estavam profundamente cansados da guerra. Apesar de Cuba estar preparada para enviar reforços, Havana ansiava também por reduzir o seu compromisso e desde há muito que manifestava cepticismo em relação a um claro resultado militar. A União Soviética, essencial para a manutenção da capacidade aérea convencional de Angola, tinha passado a adoptar a perspectiva da resolução dos 'conflitos regionais' por meio de acordos.²⁹

Mesmo assim, só a África do Sul empreendeu uma mudança fundamental, aceitando a perspectiva de um governo chefiado pela SWAPO numa Namíbia independente. As razões desta atitude ficaram a dever-se não só ao contexto militar atrás descrito mas, também, a outras mudanças que elevaram os custos da 'compra de tempo' e diminuíram a ameaça potencial que podia advir de uma Namíbia dirigida pela SWAPO.

No interior da Namíbia, em 1988, os clientes de Pretória perdiam mais espaço político que nunca. Greves gerais inéditas de estudantes e

sindicatos apoiantes da SWAPO conseguiam apoios generalizados. A SWATF, até então vista como o núcleo das forças de segurança de uma Namíbia independente alinhada com a África do Sul, manifestava intranquilidade na sequência de motins em combate, no interior de Angola. A SWAPO abria linhas de diálogo com namibianos brancos moderados. Os custos do agravamento da situação com os atrasos na tomada de uma decisão subiam rapidamente, e escasseavam novos estratagemas para reforçar as forças anti-SWAPO. A maior manifestação de trabalhadores da história da Namíbia ocorreu apenas uma semana antes da sessão de negociações do Cairo, em finais de Junho de 1988, que também coincidiu com o confronto cubano/sul-africano de Calueque.

O incentivo para um compromisso na Namíbia foi reforçado pela necessidade de Pretória de se virar para a frente interna. O contraste com a situação de 1984 era acentuado: a Frente Democrática Unida (UDF) e o Congresso dos Sindicatos da África do Sul (COSATU) tinham surgido como potenciais forças internas de oposição, tacitamente aliadas ao ANC. Apesar dos levantamentos dos subúrbios negros terem sido reprimidos, tal tinha obrigado à imposição do estado de emergência e ao estacionamento permanente de tropas em muitos desses locais. As sanções impostas em 1985-86 começavam a fazer-se sentir: só em 1988 a dívida era de cerca de 1 bilião de dólares. Muitos dos dirigentes sul-africanos começavam a sentir a necessidade de negociações com o ANC, tentando preservar o poder branco por meio de manobras mais subtis. Significativamente, o Partido Nacional começara, em 1986, umas discretas conversações exploratórias com o ANC. Em Maio de 1988, numa altura em que as decisões fundamentais sobre a Namíbia começavam a ter lugar, um comité nomeado pelo governo recebeu o mandato de se encontrar com Mandela.³⁰

Neste contexto, tornou-se atractivo tentar este tipo de estratégia primeiro na Namíbia. As sondagens de meados de 1988 mostravam que 57 por cento dos sul-africanos brancos acreditavam que Botha devia negociar directamente com a SWAPO, percentagem que crescera dos 52 por cento de 1986 e dos 32 por cento de 1982. E 75 por cento opunham-se ao aumento das despesas militares.³¹ A possibilidade de derrotar a SWAPO nas eleições era muito remota mas, por outro lado, era provável que o novo governo da Namíbia se apresentasse suficientemente fraco para não representar uma grande ameaça. Pretória confiava que a intimidação, os subsídios camuflados a partidos

anti-SWAPO, a desinformação e as relações públicas, poderiam manter o número de votos favoráveis à SWAPO abaixo dos dois terços necessários para que esta pudesse alterar a constituição. Com tais esforços, um controle de facto durante as eleições e a redução da força de observação das Nações Unidas a um papel mínimo, os estrategas sul-africanos esperavam levar por diante o seu plano com interferências mínimas.

A alteração da posição soviética também fez diminuir os riscos potenciais. Tal como se confirmou em Janeiro de 1989 quando Washington e Moscovo se opuseram conjuntamente ao financiamento de uma grande força da ONU para a Namíbia, a União Soviética não se mostrava inclinada a tomar medidas duras de apoio à SWAPO. Os soviéticos também não mostravam interesse em fornecer ajuda militar à futura Namíbia governada pela SWAPO.

Os riscos de um acordo, por oposição aos riscos da compra de tempo através da acção militar, tinham pois diminuído significativamente. A cenoura oferecida com o acordo era, também, mais atractiva do que antes, embora estivesse previsto que a retirada total das tropas cubanas não teria lugar antes de mais de um ano após a independência da Namíbia. A retirada das forças cubanas do sul de Angola, oferecida como um primeiro passo, tornava-se urgente numa altura em que elas se encontravam suficientemente próximas para representar uma ameaça militar no Norte da Namíbia. A retirada dos campos de treino do ANC de Angola constituía outra cenoura tentadora.

A África do Sul implementou as mais importantes disposições do acordo de 1988, retirando tropas de Angola e da Namíbia e prosseguindo com as movimentações para a independência da Namíbia. Os funcionários sul-africanos calcularam correctamente que conseguiriam prosseguir com o apoio militar à Unita por meios aéreos.³² Apesar dos protestos angolanos, nem os EUA nem a União Soviética, em desintegração, estavam interessados em fazer uma questão dessas violações sul-africanas do acordo.

A incidência principal da guerra em Angola mudou para norte. Como observámos em capítulos precedentes, a oposição do presidente Mobutu do Zaire ao MPLA foi um dos factores que precipitou o conflito em 1974-76. Mesmo depois do acordo entre Mobutu e Neto, em 1978, Kinshasa continuou a ser uma escala frequente de Savimbi. Porém, sem o envolvimento sul-africano e norte-americano, a hostili-

dade surda do Zaire não teria passado de uma ameaça menor para Luanda.

Em princípio o Zaire só teria a ganhar com o fim dos ataques da Unita à linha férrea de Benguela, que constituía a rota mais barata para a saída dos minérios da província do Shaba. Porém, os sul-africanos e negociantes zairotas com ligações sul-africanas, lucravam com a situação de dependência do Shaba em relação à linha férrea alternativa que ligava à África do Sul. Os esforços angolanos para aliciar Mobutu com a perspectiva da reabertura da rota de Benguela e com melhores relações comerciais nunca constituíram incentivo suficiente para afastar Mobutu da Unita. Particularmente durante a fase decisiva do envolvimento zairota, os interesses que baseavam a hostilidade de Mobutu em relação a Angola não eram sobretudo bilaterais ou regionais. Com a aprovação oficial da renovação do apoio da CIA à Unita, em finais de 1985, a política de Kinshasa em relação a Angola era, mais do que nunca, baseada na tentativa de agradar a Washington, fornecendo as bases necessárias para a canalização da ajuda militar norte-americana.

A estratégia diplomática de Luanda em 1989, destinada a conseguir um acordo por meio de negociações com Mobutu, poderia ter tido algum sucesso se as questões estivessem limitadas às arenas africana e angolana. Mas enquanto o actor principal para o acordo da Namíbia fosse a África do Sul, o envolvimento do Zaire na guerra só podia ser seriamente discutido em Washington. A parte que não chegou a fazer concessões significativas nos acordos de 1988, recusando-se a aceitar qualquer limitação no apoio à Unita, foram os EUA. A ajuda militar soviética ao governo de Angola também não foi abordada no acordo. A fase seguinte da guerra de Angola foi jogada principalmente à sombra da Guerra Fria, e não como parte do conflito regional da África Austral.

Continuidade e mudança da frente oriental: Moçambique

Tanto quanto é possível determinar, o objectivo operacional dos patronos principais da Renamo nunca foi pô-la no poder em Moçambique. Esta leitura aplica-se mais claramente ao período anterior ao Acordo de Nkomati, mas também é válida para o período subsequente. A Renamo foi concebida como um instrumento de destruição com fins limitados. Mas a lógica da propaganda que a apoiava implicava mais,

e aqueles que estavam envolvidos na operação ganharam ambições mais vastas à medida que a guerra prosseguia. Mesmo após o início das negociações de paz, em 1990, persistiram incertezas fundamentais sobre os objectivos da Renamo e dos seus apoiantes externos, em grande medida anónimos. As raízes dessas ambiguidades residem não só na Renamo mas, também, nas ligações entre o envolvimento da África do Sul em Moçambique e a luta pelo futuro da própria sociedade sul-africana.

Antes de Nkomati o quadro era relativamente claro. A Rodésia utilizara a Renamo simplesmente para punir Moçambique pelo apoio concedido aos guerrilheiros zimbabweanos. Os dirigentes da Renamo tinham pouca margem de manobra para uma actividade independente. O mesmo se pode dizer após a transição para o controle sul-africano. O apoio à Renamo subordinava-se à 'estratégia total' de defesa da segurança do regime branco. O objectivo imediato, segundo um memorandum de 1983, era causar o máximo de destruição possível.³³ O objectivo a médio prazo consistia em forçar o governo de Moçambique a adoptar uma atitude mais favorável para com a África do Sul. A queda do governo moçambicano era um objectivo remoto, de longo prazo, que não era acompanhado por planos para fazer de Renamo uma opção política viável.

Os objectivos de Pretória incluíam forçar Moçambique a abandonar qualquer tipo de apoio ao ANC e impedir que o seu território fosse utilizado por guerrilheiros do ANC em trânsito. Outros objectivos incluíam afectar o apelo ideológico de Moçambique e manter os Estados interiores da Linha da Frente dependentes da África do Sul através da destruição das alternativas de transporte. A campanha militar não tinha forçosamente que seleccionar alguns desses objectivos. Operacionalmente, a tarefa podia ser simplesmente definida como causar o máximo de estragos e camuflar o papel da África do Sul. Tal assegurava tanto que Moçambique saía enfraquecido quanto que o culpado era o governo moçambicano.

Quando foi forçada a decidir sobre objectivos mais específicos, nas negociações que levaram ao Acordo de Nkomati, Pretória subscreveu os termos limitados oferecidos por Moçambique. Em seguida, colocou-se a questão da implementação do acordo. Aqui, a decisão foi não decidir. Aqueles que estavam empenhados em punir Moçambique ou que esperavam que a Renamo chegasse ao poder continuaram a apoiar este movimento. Aqueles que se afirmavam empenhados em apoiar o

acordo e pretendiam estabelecer uma influência económica sobre Moçambique, encararam a continuidade das operações militares como um instrumento de pressão sobre Maputo ou, simplesmente, acharam que acabar com elas não constituía uma prioridade.

Com o Acordo de Nkomati, o objectivo sul-africano de bloquear a utilização militar, pelo ANC, do território de Moçambique, foi conseguido. Mas Moçambique não aceitou a exigência de Pretória de acabar com o apoio político ao ANC. A vitória simbólica de Botha não forneceu uma satisfação duradoura. Apesar das suas fraquezas, Moçambique continuava a participar activamente nos Estados da Linha da Frente e na SADCC. A campanha de guerrilha da ANC prosseguiu, passando as infiltrações a ocorrer principalmente a partir do Botswana e da Swazilândia.

Moçambique não conseguiu evitar o impacto provocado pela irresolvida crise interna da África do Sul. Mas para Pretória, não havia grande interesse em acabar com a guerra. Os novos incentivos que Moçambique podia oferecer – oportunidades de investimento, amnistia e empregos para os dirigentes da Renamo, ajuda nas negociações com Angola – tinham um interesse apenas marginal para os políticos sul-africanos. Aqueles que apoiavam a Renamo tinham poucas razões para abandonar a operação.

Para os ideologicamente extremistas, esta continuava a ser a forma de punir os comunistas. Para alguns, os lucros com o contrabando de marfim e outras actividades deste tipo forneciam incentivos adicionais. O aparelho montado para apoiar a Renamo não foi desmantelado. É provável que mesmo os chamados ‘pombas’ no Estado sul-africano tivessem concordado que esta atitude preservava medidas de contingência. A operação prosseguiu, sem que fosse guiada por qualquer objectivo claramente definido.

Em 1984, o ministério sul-africano dos negócios estrangeiros patrocinou conversações que podiam ter levado a um acordo entre a Renamo e o governo moçambicano. Embalada pelo Acordo de Nkomati, que lhe atribuiu alguma importância, a direcção da Renamo via aqui, evidentemente, a possibilidade de conseguir uma parte do poder, enquanto que Pik Botha, por seu turno, procurava fortalecer o seu papel de patrocinador regional da paz. Mas o acordo oferecido limitava-se à concessão de uma amnistia e a Renamo recusou-se a prosseguir com as negociações. Nessa altura, houve especulações segundo as quais a atitude recalcitrante da Renamo era suscitada pelo apoio de

extremistas portugueses de direita, o que sugeria uma nova independência da Renamo em relação ao Estado sul-africano. Documentos capturados na Gorongosa no ano seguinte, porém, mostraram que os patronos militares sul-africanos da Renamo também encaravam as negociações como um presságio de derrota.

A evidência, que inclui garantias militares de prosseguimento do apoio à Renamo e a revelação de que os militares colocaram sistemas de escuta às negociações de 1984, mostra que no seio do Estado sul-africano havia perspectivas diferentes relativamente à Renamo. Ao mesmo tempo que a Renamo e outros apoiantes seus adquiriam novas ambições, o seu principal patrono – os militares sul-africanos – permaneciam activamente envolvidos. Apesar do embaraço provocado pelas revelações, os chamados ‘pombas’ de Pretória negaram repetidamente as novas evidências do prosseguimento do envolvimento militar. Se, por um lado, não estavam envolvidos nos esforços dos militares para continuar a promover a Renamo, por outro também não estavam interessados em ter um papel activo para acabar com esses esforços.

Então, como é que podemos interpretar os objectivos da África do Sul neste período confuso após 1985? Uma possibilidade consiste em considerar que o envolvimento do Estado sul-africano foi travado, aceitando a linha oficial, segundo a qual a assistência sul-africana à Renamo passou a ser estritamente privada, de pequena escala e largamente secundária em comparação com a nova dinâmica da Renamo e com a importância dos seus novos contactos externos. Mas isto não é empiricamente plausível.³⁴ Outra opção consiste em considerar a divisão entre ‘pombas’ e ‘falcões’ como puramente artificial, um jogo elaboradamente orquestrado do ‘bom polícia/mau polícia’. O que não deixa também de ser pouco provável, dada a evidência de substanciais diferenças de opinião aos níveis mais altos, em Pretória.

Mais plausível será um cenário complexo envolvendo tanto divisões no seio dos políticos como a predominância, na prática, dos extremistas apoiantes da Renamo. Depois de Nkomati, Moçambique passou a ser uma preocupação muito menos central para o Estado sul-africano. O objectivo mais importante – o de restringir o acesso do ANC através de Maputo – havia sido conseguido. As questões mais escaldantes eram o conflito no interior da África do Sul e a disputa militar em Angola. Moçambique não tinha condições de abandonar o Acordo de Nkomati nem os países ocidentais se mostravam inclinados

a fazer mais do que deplorar as violações sul-africanas. Mesmo que pensassem que Nkomati devia ser seguido à risca, P.W.Botha, Pik Botha ou, mesmo, de Klerk, tinham poucas razões para defender a paz em Moçambique com um mínimo de seriedade.

Esta situação deixou os apoiantes da Renamo com algum espaço de manobra, armados pelo menos do mandato oficial de 'manutenção do contacto' de forma a facilitar negociações futuras. Mesmo antes de Nkomati, a escala financeira da operação da Renamo era muito modesta. Embora se possa ainda vir a descobrir que houve, depois de 1985, uma rubrica separada de 'apoio à Renamo' no orçamento secreto, o mais provável é que o financiamento desta acção não tenha constado no orçamento, o que confunde ainda mais o seu estatuto oficial. Obviamente que a ajuda, por ar ou por terra, proveniente dos sul-africanos directamente para as unidades da Renamo, no Sul de Moçambique, exigiu algum tipo de cumplicidade oficial na África do Sul.³⁵ Mas é difícil traçar a origem das remessas canalizadas ao longo da costa de Moçambique. As ligações da África do Sul à ajuda canalizada através do Malawi continuam também obscuras.³⁶

A hostilidade do presidente Banda do Malawi para com a Frelimo vinha de longe. Ele acalentava o sonho de um grande Malawi, que incluía a maior parte do Norte de Moçambique. Banda manteve relações estreitas com o regime colonial português, tendo colaborado com ele na consolidação de um movimento dissidente que tentou fazer frente à Frelimo por meio do projecto da Rombézia (uma parte do território de Moçambique que ia do Rovuma ao Zambeze). Elementos deste grupo levaram a cabo ataques de pequena escala ao longo da fronteira em finais dos anos setenta e inícios dos anos oitenta, independentemente da Renamo. A África Livre, como foi chamada, foi destruída em grande parte pelo exército moçambicano, tendo os seus sobreviventes aderido à Renamo em 1982.

Os dirigentes moçambicanos tentaram várias vezes estabelecer uma *détente* com o Malawi, para acabar com, ou limitar o apoio às operações da Renamo. Argumentavam que a paz em Moçambique era do interesse nacional do Malawi, para que as rotas naturais de transporte de Nacala e da Beira pudessem servir aquele país. Estes argumentos tinham peso junto de alguns funcionários malawianos, mas os pactos de segurança firmados em Setembro de 1984 e Dezembro de 1986 nunca chegaram a ser eficazes ao ponto de bloquear o acesso da Renamo através do Malawi.

Em 1986, Moçambique, o Zimbabwe e a Zâmbia, ameaçaram cortar as ligações do Malawi com a África do Sul a menos que Banda mudasse de atitude. Seguiu-se uma invasão maciça de forças da Renamo a partir do Malawi, procurando cortar Moçambique em dois. Ela foi rechaçada com a ajuda de tropas zimbabweanas e tanzanianas. Nos anos que se seguiram, o Malawi reduziu o seu apoio à Renamo e chegou mesmo a enviar tropas para ajudar defender a linha férrea de Nacala. Porém, as rotas terrestres e aéreas de abastecimento de armas através do Malawi nunca chegaram a ser encerradas.

Geograficamente, esta ligação era vital uma vez que abastecia o quartel general da Gorongosa, assim como as zonas de batalha setentrionais. A partir de 1988 foi este o canal de ligação ao governo do Quénia que, apesar de mediador, começou a fornecer armas e treino militar à Renamo. O significado das ligações ao Malawi e ao Quénia, porém, depende do facto de terem sido rivais independentes da operação sul-africana, ou de terem feito parte dela.

A hipótese mais provável é que, apesar dos seus próprios motivos independentes, aqueles que, no Malawi e no Quénia, trabalharam com a Renamo, fizeram-no com o encorajamento e a ajuda da rede sul-africana. De qualquer das maneiras, há evidência do envolvimento activo dos sul-africanos através do Malawi no período 1982-84 e na ofensiva da Renamo na Zambézia, em 1986. A evidência nos anos seguintes é mais fragmentária. As ligações comerciais da Renamo com o Malawi, para venda dos produtos saqueados, e o apoio dos missionários de extrema direita, e outros, através do Malawi, tornaram-se cada vez mais importantes. As vendas de marfim abriram provavelmente as portas às redes comerciais de fornecimento de armas, e este aspecto foi particularmente importante para a ligação com o Quénia.

É debatível se, por si só, as vendas de marfim terão sido suficientes para manter os níveis de fornecimento de armas. Mas independentemente da sua contribuição quantitativa, as redes do marfim estiveram ligadas às operações sul-africanas. Durante toda a década de oitenta, pessoal das SADF e companhias de fachada estiveram ligados à extracção de marfim das áreas da Renamo, servindo assim o secretismo das operações camufladas também para fins comerciais.

Com a atitude sul-africana de maior distanciamento, depois de Nkomati, alargou-se o âmbito das iniciativas ideológicas e comerciais na operação da Renamo. Mas o prosseguimento das actividades da

Renamo indica, contudo, que as redes privadas e as ligações ao Malawi e ao Quênia se entrelaçaram com a operação sul-africana em curso. Qualquer que tenha sido a parte deste envolvimento que foi privatizada, o que é certo é que o governo sul-africano, ao mais alto nível, tolerou, no mínimo, o prosseguimento do apoio à guerra em Moçambique. O presidente Botha, num encontro com o presidente Chissano em Setembro de 1988, renovou verbalmente o seu empenho na paz. As esperanças aumentaram ainda mais quando de Klerk assumiu funções, em 1989. Mas os governantes de Pretória nunca se empenharam seriamente na investigação ou na limitação da rede de contactos da Renamo nos sectores militar e privado sul-africanos.

As conversações indirectas de 1989 entre a Renamo e o governo moçambicano, que deram lugar a negociações directas no ano seguinte, ocorreram em paralelo com importantes desenvolvimentos internos na África do Sul. A atitude dos 'reformistas' sul-africanos em relação à Renamo acompanhava a ambiguidade dos mesmos em relação à violência patrocinada pelo Estado no interior da própria África do Sul. Dissociando-se da violência aberta, eles apoiavam o seu prosseguimento quando desmentiam o envolvimento nela das forças de segurança e quando tinham atitudes solidárias para com os seus perpetradores. Activamente implicados ou não, o que é certo é que eles deram um indcutível sinal verde às redes de acção clandestina.

Um ilustrador exemplo desta atitude foi a visita ao território da Renamo, em Maio de 1991, de uma equipa de cinema da Emissora Nacional Sul-Africana. A equipa, que integrava um sobrinho do presidente de Klerk como operador de câmara, não só produziu um filme de propaganda pró-Renamo como também transportou uniformes, equipamento de transmissões, armas AK-47 e outro equipamento militar. A viagem foi alegadamente financiada pela Companhia Sul-Africana de Fornecimento de Electricidade (ESCOM) e a contribuição feita à Renamo foi justificada como pagamento por os insurgentes se terem absterido de atacar as linhas de energia de Cabora Bassa, em Moçambique. Aqueles que estiveram envolvidos na organização desta missão eram, todos, apoiantes manifestos da Renamo.³⁷

Se comparada com outras ligações não divulgadas, a contribuição para a Renamo feita por esta missão terá sido, em termos quantitativos, limitada. Todavia, constitui um loquaz indicador da atitude sul-africana. Os sectores identificados como os 'pombas' relativamente a Moçambique, forneciam abertamente equipamento militar à Renamo.

Assim, os serviços de informações militares e as forças especiais não podiam senão concluir que o apoio à Renamo fazia ainda parte da sua agenda legítima. O paralelo com os acontecimentos no interior da África do Sul não era accidental, uma vez que suscitava a mesma questão: como lidar com o envolvimento clandestino do Estado sul-africano na violência. Enquanto permanecesse irresolvido no interior da África do Sul, era pouco provável que fosse resolvido no contexto periférico de Moçambique.

Conclusões sobre a intervenção sul-africana

As guerras de Angola e Moçambique seguiram percursos paralelos no decorrer dos anos da sua escalada. Os limitados raids sul-africanos e rodesianos além-fronteiras dos anos setenta transformaram-se em apoios maciços à Unita e à Renamo na primeira metade da década de oitenta. Uma aparente *détente* estabelecida em 1984 cedo deu lugar à escalada do conflito. Apesar da importância do envolvimento militar convencional dos sul-africanos em Angola, contrastando com a negação do prosseguimento de ligações com a Renamo, a tendência dos dois conflitos, entre 1985 e 1987, reflectiu a intensificação do conflito no interior da própria África do Sul.

Porém, quando as negociações adquiriram importância central, em 1988, o contraste entre as duas frentes começou a revelar-se com nitidez. Para a África do Sul, Angola era um conflito distante, relacionado com a questão potencialmente isolada da Namíbia e com as manobras no contexto da arena mundial da Guerra Fria. Requerendo um investimento muito mais substancial do que o de Moçambique, em termos de meios militares, podia contudo ser mais facilmente demarcável da questão do poder no interior da própria África do Sul. Moçambique, em virtude da sua íntima integração geográfica, económica e humana na esfera de influência da África do Sul, encontrava-se numa situação em que o fim da sua guerra estava indissoluvelmente ligado à resolução da própria questão sul-africana. Após a independência da Namíbia, a África do Sul perdeu o seu papel de centralidade relativamente às questões e aos actores do cenário angolano. Mas as forças envolvidas na violência clandestina na África do Sul estavam intimamente ligadas às do conflito moçambicano por laços ideológicos e económicos. Num país, como no outro, não se tratava apenas de uma questão de negociações, mas de identificação das forças que,

na sombra, tinham interesse em perpetuar a violência. Em princípios de 1994, tudo apontava para que as perspectivas de transição para uma situação de paz duradoura em Moçambique seguissem em paralelo com as da África do Sul, ela própria.

O resultado do envolvimento militar sul-africano em Angola e Moçambique não foi decisivo. As forças que Pretória procurou destruir – a SWAPO na Namíbia e o ANC na África do Sul – surgiram com principais organizações políticas da maioria em cada um desses países. Ambas foram forçadas a estabelecer compromissos com a estrutura do poder branco na fase de transição política e na esfera das políticas económicas após a independência. Os defensores da política sul-africana poderão afirmar que a agressiva estratégia total foi necessária para impôr tais compromissos, enfraquecendo a capacidade militar dos movimentos de libertação e moderando as suas radicais ambições. Mas tal posição negligencia as alternativas históricas: se Pretória tivesse estado aberta à independência da Namíbia e a negociações com o ANC no início da década de oitenta, a SWAPO e o ANC também teriam tido fortes incentivos para estabelecer compromissos nessa altura. Acima de tudo, a violência da década de oitenta foi resultado da indisponibilidade do regime sul-africano para aceitar, em 1980, aquilo que acabou por relutantemente aceitar em 1990.

Da mesma maneira, para Angola e Moçambique, os resultados da guerra continuavam indecisivos no início dos anos noventa. Não era ainda previsível, nessa altura, o tipo de ordem nova que viria a surgir. Os partidos no poder tinham já abandonado as suas aspirações socialistas e tinham incluído sistemas políticos multi-partidários nas suas novas constituições; mas os clientes de Pretória ainda não haviam feito a transição para a nova ordem de paz. Só a destruição forjada nos anos oitenta surgia em toda a sua clareza. A África do Sul ainda não havia instalado novos regimes ou uma nova ordem regional. Mas tinha impiedosamente desgastado o tecido físico e social dos dois países. De qualquer das formas, devido ao seu relativo atraso económico, é pouco provável que Angola e Moçambique viessem a servir de modelo para a nova África do Sul. O toque a finados da guerra comprovou o argumento – uma vitória, embora negativa, dos ‘guerreiros totais’.

Notas

¹ *The Christian Science Monitor*, 7 de Março de 1984.

² Geldenhuys (1984), 41.

³ Geldenhuys (1984), 75-82

⁴ Ver as fontes citadas no Capítulo 4, nota 19, assim como Stockwell (1978).

⁵ Martin & Johnson (1981), 241.

⁶ Steenkamp (1989), 80.

⁷ Jaster (1985), 21.

⁸ Sobre a campanha de guerrilha do ANC ver particularmente Barrell (1990).

⁹ O Manifesto de Lusaka encontra-se reimpresso em Jester *et al.* (1992), 141-8.

¹⁰ Apesar de muitos textos gerais sobre a política externa sul-africana, este nível de detalhe conseguiu apenas ser adivinhado, mesmo no relato de Chester Crocker (1992) sobre as negociações diplomáticas. Para as fontes gerais ver Capítulo 2, nota 2.

¹¹ Sobre o programa nuclear, ver Walters (1987). Em 1993 a África do Sul reconheceu formalmente os seus esforços nucleares, ao mesmo tempo que anunciava o seu abandono (*New York Times*, 25 de Março de 1993; *Washington Post*, 12 de Maio de 1993).

¹² Sobre o recrutamento de negros para o exército, ver, particularmente, Grundy (1983).

¹³ Clayton (1976), 54.

¹⁴ Beckett & Pimlott (1985), 175.

¹⁵ Ver Wheeler (1976); Estado Maior do Exército (1988): I, 261.

¹⁶ Kitson (1977), 1947.

¹⁷ Ver Cilliers (1985), 118-34, para as pseudo operações.

¹⁸ Breytenbach (1990), 12.

¹⁹ Breytenbach (1990), 72.

²⁰ Entrevista, 12 de Novembro de 1988.

²¹ A versão resumida da história de Ndimene foi publicada em diversos números do *Mediafax* (Maputo), 26 de Janeiro – 1 de Fevereiro de 1993.

²² Sitte (1981, 151) diz que esta história lhe foi contada por Savimbi em 1971; Bridgland (1987, 142) ouviu-a de Savimbi numa entrevista realizada em 1975.

²³ Ver esta discussão no Capítulo 3.

²⁴ Sobre o marfim, ver particularmente Environmental Investigation Agency (1992).

²⁵ Em meados de 1983, os 'falcões' do SSC terão defendido um novo avanço sobre Luanda, para colocar Savimbi no poder. Mas o comandante do exército, General Geldenhuys, conseguiu impor o argumento de que o plano

era irrealista, e a União Soviética lançou um aviso sem precedentes a Pretória que tal medida conduziria à escalada generalizada da guerra. Moorcraft (1990), 193.

²⁶ Jaster (1989), 104-5.

²⁷ Para o relato do próprio Crocker, ver Crocker (199); a política dos EUA é discutida com mais profundidade no Capítulo 6.

²⁸ Ver Heitman (1990), Bridgland (1990); Breytenbach (1990), assim como o meu artigo sobre os três em Minter, 'Glimpses of the War in Angola' (1992).

²⁹ Ver McFaul (1990), Clough (1992, Capítulo 2) e as referências ali citadas.

³⁰ *Africa Confidential*, 20 de Março de 1992.

³¹ *Southscan*, 12 de Agosto de 1988.

³² Embora em menor volume que em 1988, os abastecimentos sul-africanos foram ainda significativos nos combates de 1989-90, antes do cessar-fogo de 1991, e quando os combates foram retomados, em 1992-93. Foram feitos por transportes aéreos directos a partir da África do Sul e sobrevoando a Namíbia ou o Botswana, e em vôos para as bases da Unita no Zaire.

³³ *Notícias* (Maputo), 21 de Março de 1992, citando uma entrevista com Ronald Hunter, um meliciano sul-africano que participou na operação antes de ser preso por passar informações ao ANC.

³⁴ Ver discussões sobre esta questão nos Capítulos 3 e 7.

³⁵ Ver Capítulo 7.

³⁶ Sobre o papel do Malawi, ver Hedges (1989), Vines (1991) e Austin (1993).

³⁷ *Weekly Mail*, 10-16 de Maio de 1991.

O FACTOR GUERRA FRIA: CRUZADOS E GESTORES DE CONFLITOS

Em Setembro de 1985 o presidente Machel de Moçambique foi calorosamente recebido na Casa Branca pelo presidente Reagan, numa atmosfera que os despachos oficiais descreveram como ‘muito positiva’. A visita foi denunciada por uma delegação da Renamo que, uma semana antes, participara numa conferência da Liga Mundial Anti-Comunista, em Dallas. Membros da ala direita do Congresso acusaram a administração Reagan de ‘cortejar os marxistas’ e introduziram um projecto de lei apelando para a ajuda militar à Renamo. Mas a legislação estiolou sem apoio da administração. A Renamo permaneceu fora da lista oficialmente aprovada de ‘combatentes da liberdade’ anti-comunistas.¹

No mesmo dia em que Machel se encontrava com Reagan, a Unita assinava o seu primeiro contrato com a empresa de relações públicas *Black, Manafort, Stone and Kelly*, pagando 600 mil dólares pelo ‘desenvolvimento e implementação de uma estratégia de ajuda para obter apoio dos EUA’. O caminho estava aberto para o apoio oficial dos EUA com a anulação, em Julho, da Emenda Clark, que impedia tal apoio. Christopher Lehman, funcionário do Conselho de Segurança Nacional e irmão do secretário da marinha, deixou o seu posto na Casa Branca para controlar a conta da Unita em nome da Black, Manafort. Sob recomendação do director da CIA, William Casey, o Presidente Reagan aprovou em Novembro uma promessa inicial de ajuda de 13 milhões de dólares.²

Estes acontecimentos do outono de 1985 reflectem o contraste das relações dos EUA com Angola e Moçambique. Embora estes países tivessem ambos sido vítimas da última campanha de Guerra Fria de

Washington, dirigida contra os regimes marxistas do Terceiro Mundo, o envolvimento dos EUA em Angola foi intenso e, em grande medida, oficial – produto do consenso da maioria em Washington. Savimbi foi várias vezes recebido como hóspede – enquanto que até 1992 nenhum presidente angolano foi recebido em Washington. Embora a Renamo gozasse de algum apoio nas altas esferas, a maioria dos seus apoiantes operava na sombra. Em finais dos anos oitenta foi o governo moçambicano – e não a Renamo – um dos maiores beneficiários africanos da ajuda oficial dos EUA.

Apesar deste contraste houve, também, elementos comuns. À medida que as guerras se intensificaram nos dois países, nos anos oitenta, os sinais políticos dos EUA, na maioria dos casos, acenderam a luz verde para a guerra contra Angola, e a luz amarela da prudência no caso de Moçambique. Mas nunca a luz vermelha para parar foi acesa contra a máquina de guerra da África do Sul. Nem, apesar da condenação das atrocidades da Renamo, foram os apoiantes deste movimento, no país ou no estrangeiro, identificados como patrocinadores do terrorismo da mesma maneira que Washington denunciou outros noutros contextos. Embora o movimento anti-*apartheid* dos EUA tenha forçado uma administração relutante a impôr sanções contra a África do Sul na base da sua repressão doméstica, o envolvimento da África do Sul nas guerras regionais raramente foi tema de debate público. Embora Machel tivesse levado para Washington provas inequívocas das violações sul-africanas ao Acordo de Nkomati, nem a Administração nem o Congresso exerceram por isso uma pressão substancial sobre Pretória. A maioria dos membros do Congresso permaneceu, até ao fim, na posição irónica de impôr sanções contra a África do Sul e, ao mesmo tempo, juntar-se a ela no campo de batalha angolano.

No final de contas, as administrações Reagan e Bush, inclinadas para a África do Sul e priorizando as questões da Guerra Fria, reforçaram o ataque contra Angola e Moçambique. Mas os diferentes contextos históricos dos dois países, combinados com os resultados das batalhas políticas internas em Washington, produziram um envolvimento muito maior dos EUA em Angola e políticas oficiais diferentes em relação aos dois conflitos. Além disso, os padrões da década de oitenta haviam sido prefigurados muito antes da ascensão de Reagan ao poder.

Guerra Fria e libertação nacional

Entre 1961 e 1974, numa altura em que os movimentos de libertação angolano e moçambicano levavam a cabo uma guerra pela independência, a política dos EUA patenteava a sua característica ambiguidade relativamente às questões coloniais. Os pronunciamentos gerais em apoio às auto-determinações eram temperados pela preocupação da manutenção de boas relações com os aliados europeus e pela vontade de assegurar que as independências não oferecessem novas oportunidades a Moscovo. Apesar das esperanças iniciais dos africanos, que o presidente Kennedy trouxesse uma perspectiva diferente, Washington preocupou-se quase exclusivamente com o combate contra a presumível ameaça comunista, sobretudo no Congo. O colonialismo português – e os seus aliados na Rodésia e África do Sul – eram vistos como uma ameaça apenas na medida em que poderiam provocar situações de radicalização revolucionária. Desde que tal ameaça fosse adiada por uma repressão eficaz, Washington não tinha razões urgentes para se preocupar.

A eclosão da guerra de guerrilhas em Angola, em 1961, foi motivo para uma inesperada crise na administração Kennedy. Os liberais da administração conseguiram uma condenação pública sem precedentes do colonialismo português numa votação das Nações Unidas, em Março. Os EUA impuseram um embargo à ajuda em armamento para a guerra africana de Portugal. Mas não chegou a haver um sério esforço para tornar eficaz uma tal restrição, e uma revisão da política levada a cabo em Junho de 1961, optou por alguma reserva em relação às críticas a Portugal. A partir daí, os apelos ocasionais do gabinete de África do Departamento de Estado para que os portugueses realizassem reformas, foram inibidos pela necessidade de cooperar com Portugal para garantir o acesso às bases aérea e naval dos Açores, e devido à prioridade concedida ao estabelecimento de laços com a Europa. Portugal continuou a usar armamento norte-americano na guerra de Angola e, mais tarde, nas da Guiné-Bissau e Moçambique.³

Assim, quando a administração Nixon optou pelo relaxamento das pressões sobre os regimes brancos, incluindo Portugal, tratou-se de uma mudança apenas limitada. Aprovando as recomendações feitas por Henry Kissinger em Janeiro de 1970, Nixon decidiu ‘relaxar silenciosamente o embargo por meio de um tratamento liberal dos itens

com finalidades duplas', ou seja, de utilização civil ou militar. Até que o golpe português apanhou Washington de surpresa, o princípio operativo era que o colonialismo português, tal como os outros regimes brancos, estava na África Austral 'para ficar'.⁴

Esta posição aplicava-se tanto a Angola como a Moçambique. Mas nos contactos iniciados pela administração Kennedy com os nacionalistas dos dois países começaram a surgir diferenças. Em 1961 a CIA começou a financiar clandestinamente Holden Roberto. Os EUA também ofereceram bolsas de estudo a exilados angolanos e moçambicanos e o procurador-geral Robert Kennedy recebeu em Washington, em inícios de 1962, o futuro presidente da Frelimo, Eduardo Mondlane. Estas ligações, particularmente com Roberto, enfureceram os portugueses. Em finais de 1962, o Secretário de Estado Dean Rusk ordenou aos funcionários do Departamento de Estado que cessassem todos os contactos abertos. Mesmo assim, manteve-se um apoio mais discreto a Roberto, como medida de contingência para o futuro e para o fortalecer contra o MPLA.

A Frelimo de Mondlane renovou-se em esforços para merecer o apoio oficial dos EUA. A ajuda mais importante para a luta moçambicana provinha de países africanos, União Soviética, China e países nórdicos. Mas, beneficiando dos contactos de Mondlane, a Frelimo também conseguiu apoios da igreja e outros grupos norte-americanos, apoio esse que prosseguiu mesmo depois do assassinato de Mondlane, em 1969. Consequentemente, o Moçambique independente, apesar das tensões com Washington, tinha o sentido do acesso à sociedade norte-americana.

O apoio norte-americano a Roberto ligou imediatamente as tensões da Guerra Fria às divisões internas no seio dos angolanos. Embora o presidente do MPLA, Agostinho Neto, também tivesse ligações nos EUA (era filho de um pastor metodista e havia servido como secretário de um bispo metodista norte-americano), o MPLA tinha ligações políticas estreitas com o Partido Comunista Português. Eles sabiam, justificadamente, que os EUA procuravam incessantemente a sua destruição.

Tendo em conta esta história, era previsível que após a independência a Frelimo e o MPLA encarassem a União Soviética, e outros que os tinham apoiado contra os portugueses, como 'aliados naturais', e que suspeitassem de uns EUA que tinham optado pelo inimigo português. Mas nenhum deles tinha a intenção de atacar interesses especí-

ficos dos EUA, que, em qualquer dos casos, eram mínimos em Moçambique, enquanto que em Angola estavam concentrados nos investimentos petrolíferos da Gulf Oil em Cabinda. Em 1974, diplomatas profissionais como o Secretário de Estado Adjunto para África, Donald Easum, e o cônsul-geral em Luanda Tom Killoran, assim como a direcção da Gulf Oil Corporation, estavam convencidos de que os EUA deveriam procurar estabelecer relações pragmáticas com os novos governos e evitar favorecer um movimento contra outros em Angola. Killoran informou que o MPLA era o mais bem organizado, mais competente e mais acessível dos três, e os funcionários da Gulf Oil eram da mesma opinião.⁵

Os motivos principais para a intervenção activa dos EUA contra o MPLA, em 1974-75, estavam longe de se basear nas realidades angolana ou africana. A crise angolana surgiu numa altura em que os 'guerreiros' norte-americanos da Guerra Fria se sentiam particularmente vulneráveis. O Vietname do Sul, Estado cliente dos EUA, enfrentava o colapso final. O escândalo Watergate, em Washington, abalava o presidente e reforçava as dúvidas sobre a segurança do poder dos EUA. A revolução popular e um partido comunista fortemente ligado a Moscovo constituíam uma ameaça em Portugal, ele próprio um país da OTAN. Para Henry Kissinger, as considerações globais eram primordiais. Washington poderia ter que retirar da Indochina mas, mais perto de casa, tinha que mostrar à União Soviética que continuaria a defender o seu torrão. As tácticas da linha dura tinham logrado remover o presidente Salvador Allende do Chile, em 1973, e poderiam funcionar também em Angola.

O golpe falhou, apesar de, e em parte devido ao encorajamento norte-americano de uma intervenção activa dos sul-africanos. O nível de empenhamento de soviéticos e cubanos no apoio ao MPLA surgiu inesperadamente alto, forçando a CIA a envolver-se muito mais ou a recuar. O apoio diplomático e do Congresso ao governo dos EUA e seus clientes angolanos fraquejou quando o envolvimento sul-africano foi revelado. O público norte-americano recuou ante a perspectiva de outra aventura externa, agora que o pesadelo do Vietname chegava ao fim. O resultado, em termos da política de Washington, foi o seguinte: um embaraçoso fracasso que fez de Angola um símbolo de retirada no contexto da Guerra Fria; recriminações agudas à direita; e surgimento de um síndrome angolano de permanente ressentimento de Washington em relação ao vitorioso MPLA.

Embora seja difícil isolar o seu impacto, este factor de vingança é fundamental para entender a política dos EUA para com Angola nos quinze anos que se iam seguir. O seu potencial foi acrescido pelo envolvimento de Cuba, que enfrentava a hostilidade de Washington uma vez que Castro, desde 1960, desafiava a autoridade da superpotência. As semelhanças entre o fiasco angolano e a invasão abortada da Baía dos Porcos eram agudamente sentidas pela comunidade dos serviços secretos e pelos influentes exilados cubano-americanos. De forma mais geral, 'Angola' era símbolo de humilhação dos EUA e de ameaça soviética para muitos políticos de Washington que dificilmente conseguiriam encontrar o país no mapa.

Em finais de 1976, quando a administração Carter substituiu os republicanos, o consenso relativo sobre a política externa norte-americana entrava em colapso em resultado do conflito do Vietname. Em geral, eram três as perspectivas alternativas em debate público, e que em diferentes graus influenciavam a política da administração: uma perspectiva liberal acomodacionista; uma incidência na *Realpolitik* personificada na administração pelo conselheiro de segurança nacional Brzezinski; e a perspectiva 'retroactiva' de uma incipiente extrema-direita que considerava os liberais e, mesmo, os adeptos da *Realpolitik*, como traidores 'moles'.

Para o primeiro grupo, o síndrome do Vietname aconselhava prudência relativamente a qualquer empenhamento ultramarino que pudesse envolver em combate as tropas dos EUA, e estava frequentemente ligado a uma visão optimista segundo a qual os EUA podiam acomodar-se ao radicalismo do Terceiro Mundo. O segundo grupo, na sua variante 'kissingeriana' fora do gabinete, ou na pessoa de Brzezinski, salientava a geopolítica clássica da Guerra Fria: competição bilateral com a União Soviética, incluindo a manipulação do factor China para exercer pressão sobre os soviéticos. O terceiro grupo, preparando o surgimento mundial dos EUA a partir de centros de estudos, comités de acção e publicações de extrema-direita, ansiava e planeava a contra-revolução mundial.⁶ Esta coligação de extrema-direita encarou a Unita e a Renamo como promissores instrumentos da sua campanha, e encontrou um candidato presidencial em Ronald Reagan.

Os funcionários do Departamento de Estado da administração Carter adoptaram, na generalidade, uma atitude aberta em relação a Moçambique, e uma postura conciliatória para com Angola. A admi-

nistração teve um papel relativamente activo, pressionando as negociações no Zimbabwe e na Namíbia e, mesmo, aprovando um embargo de armas mandatário da ONU contra a África do Sul, em finais de 1977. Mas no início de 1978, esta nova atitude foi neutralizada pela relutância tradicional dos EUA em opôr-se à África do Sul, e pelo ressurgimento da Guerra Fria.

Quando comandos sul-africanos mataram mais de 600 namibianos num raide em Angola, em Maio de 1978, ao mesmo tempo que rebeldes da província zairota do Shaba se levantavam contra o regime de Mobutu, os EUA defenderam Mobutu e, erradamente, acusaram Cuba de envolvimento no Shaba. Embora Washington tivesse, em seguida, ajudado a estabelecer a *détente* entre Mobutu e Angola, a opção do reconhecimento de Angola foi posta de lado. Em vez disso, Brzezinski manobrou para anular a Emenda Clark e encorajou a China, Marrocos e Arábia Saudita a aumentarem a sua ajuda militar à Unita.

O Secretário de Estado Vance defendia que a maneira de tirar os cubanos de Angola era tirando a África do Sul da Namíbia. Mas esta perspectiva nunca foi acolhida pelo presidente.⁷

Embora Moçambique atraísse muito menos hostilidade aberta e o Presidente Machel se tenha encontrado com o Presidente Carter nas Nações Unidas em 1978, este país foi também vítima de ataques políticos durante o período Carter. Em 1977, uma forte coligação de extrema-direita impôs, no Congresso, o banimento da ajuda bilateral a Moçambique. Numa altura em que aviões rodesianos bombardeavam Moçambique, os liberais da administração só com dificuldade conseguiram bloquear pressões do Congresso para reconhecer o regime de Muzorewa, apoiado pelos brancos na Rodésia. Só com a ajuda inesperada de Margaret Thatcher é que eles mantiveram as sanções contra a Rodésia até ao acordo de independência do Zimbabwe. Durante os anos Carter, a cobertura da imprensa norte-americana sobre Moçambique era quase inteiramente negativa, uma vez que os correspondentes estacionados na África do Sul e na Rodésia reflectiam, em geral, os preconceitos dos países que os hospedavam.

Os funcionários norte-americanos apreciaram o papel diplomático de Moçambique na promoção do acordo do Zimbabwe, em 1979. Mas tal apreciação não chegou para promover relações amigáveis. A estação da CIA em Maputo, ocupada por 'guerreiros' tradicionais da Guerra Fria, tratava o governo moçambicano com hostilidade enquan-

to que, com o desconhecimento do Departamento de Estado de Carter, funcionários dos serviços secretos norte-americanos prosseguiram com as há muito estabelecidas trocas de informações com os seus colegas sul-africanos.

Nos finais da década de setenta, a visão prevalecente em Washington era que esses países – ao contrário da África do Sul do *apartheid* – continuavam a ser inimigos dos EUA. A equipa Reagan transferiu rapidamente o espectro político para a direita mas não teve que inventar novos temas. A demonização de Angola e, mesmo, de Moçambique, era já prática estabelecida entre muitos democratas, assim como republicanos. A retórica internacional subentendia que a África do Sul era um Estado pária. Mas em Washington muito poucos políticos questionavam o princípio segundo o qual, para fins práticos, Pretória continuava a ser um aliado ocidental, embora embaraçoso.

O curioso percurso do engajamento construtivo

A história da política norte-americana em relação à África do Sul, durante os anos Reagan, é conhecida: a simpatia pública evidente para com Pretória, as manobras diplomáticas complexas e demoradas do Secretário de Estado Adjunto Chester Crocker, o crescimento do movimento anti-*apartheid* e a imposição de sanções apesar do veto do presidente Reagan, o acordo na África do Sudoeste numa altura em que Reagan deixava o poder. Todavia, os acontecimentos permitem interpretações diferentes sobre como é que essa política – e a sua continuação pela administração Bush – afectou as guerras em Angola e Moçambique.⁸

Os defensores da política apontam para a independência da Namíbia e para a retirada das tropas cubanas de Angola, tal como para o cessar-fogo de 1991 em Angola, e encontram o resultado prefigurado nas estratégias iniciais de Crocker. Os críticos de direita defendem que um maior empenhamento no apoio à Unita e à Renamo teria produzido vitórias claras sobre os regimes marxistas, e impedido a SWAPO e o ANC de se tornarem movimentos políticos de proa na Namíbia e na África do Sul. Os críticos liberais e de esquerda observam que a cumplicidade da administração Reagan com as acções militares da África do Sul e a oposição à imposição de sanções contra o regime do *apartheid* abriram as portas a mais de uma década de guerra, que poderia ter sido evitada, ou, pelo menos, limitada por uma

forte postura dos EUA contra Pretória. Os defensores do engajamento construtivo replicam que tal argumento exagera a influência dos EUA e que as guerras poderiam ter sido ainda mais longas e sangrentas sem os esforços diplomáticos dos EUA.

Qualquer avaliação destas posições terá que ter em conta não só múltiplos 'outros factores' externos à política dos EUA mas, também, o facto que a política dos EUA, em si, não era definida apenas pela visão estratégica do engajamento construtivo. Até certa medida, que variava no tempo e consoante a questão, a política dos EUA era influenciada por questões burocráticas e domésticas, assim como por grupos de pressão não-governamentais em favor da Unita e da Renamo, e pelos esforços diplomáticos de Moçambique, Angola e outros governos. A postura fundamental – corporizada no Gabinete de África do Departamento de Estado – era relativamente estável. Mas os 'outros factores' variaram enormemente, assumindo importância particular no decorrer do segundo mandato de Reagan. Para o comprovar basta uma pequena listagem – a nomeação de Gorbachev no início de 1985, a ajuda oficial da CIA à Unita e a pressão para a ajuda dos EUA à Renamo, ambas iniciadas em 1985, as sanções limitadas contra a África do Sul em 1985 e 1986 – nenhum destes factores resultantes, de forma alguma, da iniciativa do Departamento de Estado, e, à excepção da mudança na liderança soviética, todos eles contrários à visão do Gabinete de África.

Mesmo desde o início, o engajamento construtivo foi, na prática, definido não só pelas perspectivas de Crocker mas, também, pela necessidade de apaziguar os ideólogos de extrema-direita de Reagan que se haviam oposto à sua nomeação, acusando-o de ser ambigualmente pactuante com os regimes marxistas, de estar sempre pronto a criticar Pretória e de não aderir de forma inequívoca à cruzada anti-comunista. Durante o primeiro mandato de Reagan, o Gabinete de África conseguiu impôr a sua visão como expressão oficial da política africana. Mas a extrema-direita, contrariamente aos liberais moderados e aos críticos anti-*apartheid*, tinha as suas próprias bases no interior da administração. No topo da lista estava o director da CIA, William Casey, anteriormente envolvido, enquanto director de campanha de Reagan, na promoção de uma visão de extrema-direita sobre a África Austral.

O principal efeito inicial da administração Reagan foi encorajar a África do Sul a aumentar os ataques, directos ou por meio dos seus

agentes, contra Angola e Moçambique. Tal como afirmou Crocker num 'texto de contextualização' para a reunião do Secretário de Estado Haig com o Ministro dos Negócios Estrangeiros Pik Botha, em Maio de 1981, os EUA e a África do Sul concordavam que 'a principal ameaça para a realização deste projecto [de cooperação, estabilidade e segurança] é a presença, e influência na região, da União Soviética e seus aliados'.⁹ Crocker também manifestava a convicção de que o regime de Botha se empenharia nas reformas internas. Num encontro anterior com Pik Botha, Crocker fez a distinção entre os casos em que as tropas cubanas estavam presentes, tais como Angola, e os de governos que adoptavam políticas marxistas por outras razões. Ele também aconselhava a África do Sul a evitar represálias, comentando que 'criar o medo nas mentes de potências inferiores torna-as irracionais'. Mas nada foi deixado adivinhar sobre possíveis censuras dos EUA se a África do Sul não aceitasse o conselho de ser moderada nas suas aventuras regionais. Embora Crocker aconselhasse Haig de que 'não podemos permitir-nos passar [a Pretória] um cheque em branco para a região', e se mostrasse esperançado por uma rápida resolução da questão da Namíbia, ele estava inabalavelmente convencido que se devia usar a persuasão, e não pressão, sobre Pretória.

Entre os argumentos da África do Sul contava-se não só a postura amigável do Gabinete de África, tradicionalmente a agência mais pronta a criticar Pretória, mas também forças ainda mais simpáticas para com a África do Sul, firmemente instaladas na Casa Branca, no Congresso e nas agências dos serviços secretos. A África do Sul podia contar, seguramente, com a vontade incondicional dos EUA de culpar Moscovo e desculpar Pretória, mesmo que alguns funcionários revelassem, em privado, dúvidas sobre a escala e a oportunidade dos ataques sul-africanos. Decorridos dois anos nos quais o envolvimento da África do Sul em Angola e Moçambique cresceu dramaticamente, em âmbito e destruição, a administração continuava ansiosamente a 'oferecer cenouras' ao regime de Botha. Coincidentemente, um crédito de 1,1 biliões de dólares do Fundo Monetário Internacional, aprovado em Novembro de 1982 por pressão dos EUA, era comparável, em tamanho, ao aumento das despesas militares sul-africanas entre 1980 e 1982.¹⁰

A partir de finais de 1982, apoiados pelas mudanças na administração, que trouxeram profissionais mais pragmáticos, como o Secre-

tário de Estado Shultz e o Conselheiro de Segurança Nacional McFarlane, os diplomatas norte-americanos começaram a equilibrar a sua inclinação para Pretória com o princípio do diálogo com Angola e Moçambique. Um importante discurso do Sub-Secretário de Estado Eagleburger revelava uma política mais equidistante e incluía a condenação do *apartheid* como 'moralmente errado'.

Mas a administração continuava a não ter dúvidas quanto a considerar o apoio da Linha da Frente à SWAPO e ao ANC como uma ofensa mais séria do que a ocupação sul-africana da Namíbia, a sua repressão do movimento anti-*apartheid* ou os ataques que levava a cabo contra os seus vizinhos. Angola e Moçambique teriam que fazer concessões pelo facto de serem mais fracos e porque a iniciativa dos EUA era 'a única disponível'. Foram aconselhados a aceitar as garantias dos EUA de que os dirigentes sul-africanos eram confiáveis e manteriam a sua palavra, enquanto reformadores pragmáticos que eram. Tudo o que Pretória necessitava era de garantias da sua própria segurança, que podiam ser obtidas com a expulsão das tropas cubanas da região e com a recusa da Linha da Frente em apoiar as campanhas de guerrilha da SWAPO ou do ANC. Os EUA não pretendiam intervir nos assuntos internos de Angola ou Moçambique, asseguravam os enviados norte-americanos, enfurecendo os elementos da linha dura da administração que ouviam as notícias de gestos tão conciliadores.¹¹

Os diplomatas norte-americanos desempenharam papéis activos no patrocínio quer do acordo sobre a retirada limitada dos sul-africanos de Angola, em Fevereiro de 1984, quer do Acordo de Nkomati, em Março de 1984, anunciados, nesse ano de eleições norte-americanas, como vitórias do 'engajamento construtivo'. Evidentemente que houve muitas diferenças entre as duas negociações. Num dos casos, os dirigentes moçambicanos haviam concluído, em meados de 1982, que não tinham recursos para enfrentar militarmente a África do Sul e teriam que procurar dividir o apoio que o Ocidente concedia à guerra de Pretória. Maputo procurava activamente uma aproximação aos EUA e um acordo na linha daquele que foi obtido em Nkomati, desde que isso não implicasse abandonar o apoio político concedido ao ANC.

Angola, pelo contrário, tinha capacidade militar para se defender, com o apoio dos cubanos. Para Angola, Washington era não só o aliado da África do Sul mas, também, uma fonte independente de agressão clandestina que visava derrubá-la. As garantias de Crocker,

segundo as quais os EUA tinham em conta as preocupações de segurança angolanas, desvaneciam-se perante os esforços de Casey para promover apoios para a Unita, não só a partir da África do Sul mas, também, da Arábia Saudita, do Zaire e outros países. O carácter limitado do acordo de Lusaka sobre a retirada, em comparação com o Acordo de Nkomati, reflecte estes contrastes, não só no equilíbrio regional de poderes como também no papel de Washington.

Mas houve também uma notável semelhança entre estas duas conquistas do engajamento construtivo. Cedo ficou claro que a África do Sul não tinha vontade política para honrar qualquer dos acordos, e que em Washington não havia vontade política para punir Pretória pela sua atitude. A administração continuou a evitar a tomada de medidas fortes contra a África do Sul. Quando, em Maio de 1985, comandos sul-africanos desencadearam um ataque abortado contra as instalações da Gulf Oil em Cabinda, ataque esse que não podiam justificar com a desculpa de represálias contra a SWAPO, houve apenas uma tímida resposta de Washington. Quando a África do Sul enviou novamente um grande número de tropas para o Sul de Angola, não contra as bases da SWAPO mas para defender a base da Unita em Cuando Cubango, Washington acenou em aprovação. Após o Presidente Machel ter divulgado documentação irrefutável sobre as violações sul-africanas a Nkomati, a reacção foram contactos diplomáticos silenciosos – e ineficazes – com Pretória. A resposta mais vigorosa, que consistiu na retirada do embaixador dos EUA para ‘consultas’, ocorreu em Julho, quando comandos sul-africanos atacaram alegadas residências do ANC no Botswana. O Botswana dava asilo estritamente controlado a pacíficos refugiados.

Quando Reagan iniciou o seu segundo mandato, em 1985, as mudanças na África do Sul e na política doméstica dos EUA tornaram a política da África Austral num campo de conflitos mais aberto. A política da administração era atacada à esquerda e à direita. Significativamente, a constituição sul-africana de 1983 assinalava o início de níveis de resistência anti-*apartheid* e de repressão governamental sem precedentes na África do Sul. Crocker aclamava a nova legislatura tricamarária, que excluía africanos mas previa câmaras separadas para brancos, mestiços e asiáticos, como um passo em direcção às reformas. À medida que o conflito escalava, a cobertura dos órgãos de informação ajudava a galvanizar o movimento anti-*apartheid* internacional, mesmo nos EUA. Embora fossem poucos os

militantes anti-*apartheid* que faziam a ligação às guerras regionais, a pressão para um distanciamento maior dos EUA em relação a Pretória tornou-se numa força política de enorme potência. Ironicamente, a campanha de extrema-direita de apoio à Unita e à Renamo também atingiu um pico de intensidade no segundo mandato de Reagan, por razões menos relacionadas com a África Austral do que com o poder dos grupos de pressão em Washington e com a ideologia internacional.

O 'lobby' da Unita: em casa, na Washington de Reagan

A posição da Unita na política de Washington, praticamente inatacável na década de oitenta, foi estabelecida à custa de muitas vantagens. Contou com a hostilidade em relação a Cuba, com o ressentimento provocado pela derrota dos EUA em 1976, e com a ajuda de políticos sem acesso a fontes de informação independentes sobre Angola. Apoiou-se também em numerosos amigos bem colocados, tanto em Washington como em aliados importantes dos EUA. Entre eles incluíam-se democratas e republicanos, assim como funcionários dos serviços secretos e políticos do Zaire, Marrocos, Portugal, França e importantes Estados de língua francesa como o Senegal e a Costa do Marfim. O contrapeso das visões mais moderadas era formado por alguns funcionários do Departamento de Estado, assim como por companhias petrolíferas norte-americanas e outros negócios com interesses em Angola. Uma mão-cheia de afro-americanos e membros liberais do Congresso, assim como grupos anti-*apartheid*, criticavam em voz alta a ajuda concedida à Unita, mas tratava-se claramente de estranhos na Washington de Reagan.

Depois de 1976, quando a Emenda Clark impediu o prosseguimento da ajuda clandestina dos EUA em Angola, os funcionários norte-americanos dos serviços secretos estavam determinados a encontrar outras formas de prosseguir com a campanha contra o MPLA. Além disso, estavam convencidos de que Savimbi era um cliente mais viável que Roberto. Apesar dos laços mais estreitos que ligavam Mobutu a Roberto, o primeiro foi encorajado a fornecer acessos a Savimbi no Zaire, acessos esse que prosseguiram mesmo depois da *détente* com Angola, em 1978. Além disso, quando os países ocidentais trouxeram tropas marroquinas em socorro de Mobutu, aquando do levantamento do Shaba, esta situação abriu no-

vos e significativos contactos para Savimbi. Mais tarde, nesse mesmo ano, Savimbi acordou com o rei Hassan a utilização de Marrocos para treinos militares, fornecimento de armas e contactos diplomáticos.¹²

Tanto os EUA como a França, que apoiavam a ocupação militar marroquina do Sahara Ocidental, encorajaram o rei de Marrocos a tomar esta atitude. O chefe dos serviços secretos franceses, de Marenches, recordou mais tarde, nas suas memórias, a valiosa ajuda que lhe deu Marrocos na canalização da ajuda militar para a Unita.¹³ No início de 1978 foi criado um fundo internacional de mais de 15 milhões de dólares para apoio à Unita, com contribuições da França, Irão (ainda sob o Xá), Arábia Saudita e Marrocos.

Kinshasa também forneceu a Savimbi um contexto menos embaraçoso do que a Namíbia, controlada pelos sul-africanos, para os contactos com o mundo exterior. Uma série especial de sete artigos no *Washington Post* forneceu a Savimbi uma publicidade sem precedentes. No início de 1978, Brzezinski defendia Savimbi no seio da administração Carter. Em Novembro de 1979 Savimbi chegava a New York, numa viagem patrocinada por Carl Gershman, da Freedom House, que mais tarde serviu com Jeane Kirkpatrick nas Nações Unidas e depois como director do National Endowment for Democracy. Savimbi fazia-se acompanhar por Arnaud de Borchgrave, da *Newsweek* e adepto de extrema-direita dos serviços secretos.¹⁴

Quando a equipa Reagan entrou em funções a Unita tinha já, portanto, bons contactos. O chefe dos serviços secretos franceses, de Marenches, aconselhou Reagan a dar prioridade ao apoio à Unita, e a nova administração estava empenhada em anular a Emenda Clark. Surpreendentemente, embora o Senado tenha aprovado a anulação em 1981, a Câmara dos Representantes não o fez. Funcionários da Gulf Oil pressionaram activamente contra a anulação. Ao mesmo tempo, o banco Export-Import aprovava 85 milhões de dólares em créditos para o petróleo angolano. Em meados de 1981, o *Washington Post* publicava outra série de sete artigos elogiando Savimbi. Mas apesar de todas as aparências, a moderação – e a Emenda Clark – prevaleceram.

Ao mesmo tempo, porém, o director da CIA Casey e outros funcionários da administração achavam meios de financiar a Unita e outros grupos de resistência por todo o mundo, através de contas sauditas secretas. Embora a investigação Irão-Contras se tenha recusado a olhar para as ligações angolanas, e não estejam disponíveis todos os detalhes, há evidências que este acordo começou a ser esta-

belecido em 1981, em contrapartida pela venda de aviões norte-americanos AWACS aos sauditas.¹⁵ Uma vez que a ajuda aos contras da Nicarágua não foi impedida pelo Congresso senão em finais de 1984, este canal era necessário sobretudo para Angola, ou para outras operações não aprovadas oficialmente, mesmo pelos procedimentos normais dos serviços secretos dos EUA. Audiências do Congresso identificaram pelo menos 15 milhões de dólares em pagamentos à Unita através de Marrocos, em 1983. Apesar da derrota no Congresso, portanto, Savimbi não tinha razões para se lamentar depois da visita de finais de 1981 aos EUA. No mês seguinte ele dizia aos jornalistas que 'um grande país como os Estados Unidos tem outros canais... a Emenda Clark não significa nada'.¹⁶

No segundo mandato de Reagan, revigoradas pela eleição e enraivecidas pelas restrições impostas pelo Congresso à ajuda dos EUA aos contras da Nicarágua, as forças de extrema-direita desencadearam uma campanha em prol de um empenhamento maior e mais aberto dos EUA no apoio aos insurgentes da Nicarágua, Angola, Afeganistão, Cambodja e Moçambique. Em Janeiro de 1985, o presidente proclamou aquela que viria a ser conhecida por doutrina Reagan. O Pentágono popularizou a 'guerra de baixa intensidade' e os grupos de pressão cortejaram conservadores e democratas moderados que podiam votar do lado do presidente. Importantes activistas de extrema-direita como Howard Phillips, do Caucus conservador, atacaram o Secretário de Estado Shulz e o Secretário Assistente Crocker, acusando-os de minar a causa anti-comunista.¹⁷

Para além do poderoso 'lobby', a Unita beneficiava de mais de um milhão de dólares por ano e do apoio entusiástico do director da CIA Casey e de outros elementos dos serviços secretos. A ligação cubana envolveu o poderoso 'lobby' cubano-americano, com influência nacional e poder concentrado na Flórida. A inclinação dos órgãos de informação em favor da Unita era garantida por uma hábil manipulação de repórteres e editores. O representante Claude Pepper, da Flórida, importante democrata e liberal nas questões domésticas, tomou a liderança da causa da Unita na Câmara dos Representantes. Outros democratas, como o senador Dennis DeConcini, do Arizona, também aderiram ao movimento, encarando o apoio à Unita como uma maneira fácil de conseguir créditos anti-comunistas numa questão que sabiam não ser do conhecimento dos seus constituintes. Peter Kelly, sócio da principal firma de pressão em defesa dos interesses da

Unita, era o principal angariador de fundos dos senadores democratas. Entre os outros sócios contavam-se Charles Black, Paul Manafort e Roger Stone, todos eles altamente colocados no Partido Republicano.¹⁸

Um alinhamento com tal força garantiu provavelmente que a Unita permanecesse inexpugnável. Mas a luta tornou-se ainda mais desigual pelo facto do governo angolano não ter conseguido estabelecer relações análogas nos EUA. Sem presença diplomática em Washington nem contactos regulares com grupos norte-americanos, os funcionários angolanos tinham pouco conhecimento das realidades políticas de Washington. Mesmo os críticos da política norte-americana tinham apenas acesso esporádico a informações úteis sobre Angola. Na maior parte dos contextos de Washington a versão dos acontecimentos fornecida pela Unita não era contestada.

A única vantagem do governo angolano eram as suas boas relações com a Gulf Oil e outras companhias norte-americanas. Para melhorar as suas relações com Washington, Luanda apoiava-se nesses contactos assim como em conversações directas com funcionários dos EUA. Em 1984, a Gulf Oil foi absorvida pela Chevron, que tomou uma atitude mais passiva face à política angolana dos EUA e acabou mesmo por ser submetida a grandes pressões de direita. Em 1986, uma coligação de grupos de extrema-direita organizou um boicote contra a Chevron devido ao envolvimento desta em Angola. Crocker, tentando proteger-se das críticas da direita, aconselhou as companhias petrolíferas a serem prudentes nos seus investimentos em Angola.¹⁹

O movimento anti-*apartheid*, cada vez mais forte e que podia servir de contra-peso, era muito ineficaz relativamente a Angola. Sem uma consciencialização pública ou, mesmo, informação geográfica de base, para não falar no contexto político africano, o conflito em Angola surgia desligado do sul-africano, mesmo para grande parte dos activistas anti-*apartheid*. Se é que Angola aparecia no mapa mental do norte-americano médio, estava provavelmente mais perto de Cuba ou do Afeganistão que da África do Sul. Os órgãos de informação raramente referiam o envolvimento sul-africano em Angola. Faltavam ao movimento recursos para chegar junto dos seus próprios apoiantes, para responder a questões mais complexas do que a mensagem anti-*apartheid* mais básica.

O grupo de apoio à Unita abriu caminho no interior do Congresso. Conseguindo obter votos para anular a Emenda Clark com garantias

de que a administração não tencionava ajudar a Unita mas, simplesmente, reobter a sua liberdade em relação às restrições legislativas, os apoiantes da Unita, imediatamente após a votação iniciaram uma campanha de ajuda militar ao movimento. Em Outubro de 1985, o representante Pepper introduziu um projecto de lei apelando para a assistência humanitária à Unita, enquanto que o republicano Mark Siljander apelava à assistência militar. A campanha de pressão culminou em Janeiro com outra visita de Savimbi a Washington. Em Março era oficialmente anunciada uma ajuda clandestina de 15 milhões de dólares.

Nos anos seguintes prosseguiram as batalhas em torno da política relativa a Angola. Mas aqueles que se opunham à ajuda à Unita estavam quase sempre na defensiva. Os apoiantes da Unita introduziram legislação para barrar os laços económicos com Angola, conseguindo interromper os empréstimos do banco Export-Import em 1988. Em 1989, pressões no seio da administração levaram a um voto dos EUA contra a entrada de Angola para o Fundo Monetário Internacional. Savimbi realizou viagens publicitadas aos EUA em meados de 1988 e, novamente, em 1989 e 1990, conseguindo que a ajuda orçamentada saltasse para cerca de 40 milhões de dólares anuais, ou mesmo mais. O ponto mais alto da influência do grupo de pressão terá sido a promessa do presidente Bush em continuar com o apoio militar e diplomático, mesmo depois do acordo sobre a retirada das tropas cubanas de Angola. Durante o ano de 1989, numa altura em que o Departamento de Estado pressionava Savimbi a participar nas negociações dirigidas por Mobutu, os partidários da Unita exigiram garantias dos EUA de apoio às posições da Unita nas conversações.

Entretanto, os primeiros esforços do governo angolano para contratar um grupo de pressão ao mais alto nível, em Washington, redundaram em fracasso quando a pressão de direita obrigou a bem relacionada Gray & Company a anular um contrato assinado em 1986. As primeiras notícias sobre assassinatos internos na Unita, surgidas na imprensa portuguesa em 1988, foram ignoradas pelos grandes órgãos de informação dos EUA durante esse ano. Em 1989 a imagem da Unita sofreu o seu primeiro grande golpe quando o biógrafo de Savimbi, Fred Bridgland, repetiu essas acusações. Na sua visita de 1989, Savimbi deparou com uma audiência algo mais céptica em Washington. A implementação consistente que Angola e Cuba fizeram dos acordos sobre a independência da Namíbia e a retirada de

tropas cubanas melhoraram a imagem de Angola junto dos diplomatas norte-americanos. Os contactos do governo angolano com os meios de Washington tornaram-se mais frequentes, embora não se pudessem comparar ao acesso ou experiência dos partidários da Unita.²⁰

Quando, em 1990, se iniciaram as conversações directas entre a Unita e o governo angolano, o grupo de apoio à Unita manteve uma aguda vigilância para assegurar que os diplomatas norte-americanos não pusessem o interesse num acordo acima da lealdade para com Savimbi. Em finais desse ano, porém, o apoio incondicional dos EUA estava em declínio. O Congresso aprovou a Emenda Solarz, que restringiria a ajuda à Unita logo que o governo angolano apresentasse um calendário aceitável para a realização de eleições. Os apoiantes da Unita e a administração estavam chocados com a derrota. E a Unita foi pressionada a reciprocitar as concessões feitas pelo governo angolano.

Em 1991, a imagem da Unita em Washington estava já desgastada. Com a retirada das tropas cubanas, com o fim oficial da Guerra Fria e com o compromisso do governo angolano de adoptar uma política de mercado livre, o zelo dos apoiantes da Unita diminuía. Ostentando um novo nível de profissionalismo, o governo angolano trabalhou com grupos de pressão para gerir uma bem sucedida visita do presidente dos Santos a Washington, em Setembro de 1991. O governo angolano foi autorizado a abrir um gabinete diplomático em Washington, modestamente acreditado como missão de observação junto da Organização dos Estados Americanos. A maioria das restrições sobre o apoio do governo dos EUA ao comércio com Angola foi removida. Muito poucos continuaram a falar em defesa de Savimbi quando novas revelações de desertores de alto nível da Unita confirmaram a execução do antigo representante em Washington, Tito Chingunji. Mas apesar do Secretário de Estado Baker ter enviado uma carta a Savimbi, apelando para uma investigação cabal, não era grande o entusiasmo para embaraçar um cliente dos EUA.²¹

O incidente final que fez cair Savimbi do seu pedestal de Washington foi a sua reacção às eleições de Setembro de 1992. Durante a campanha eleitoral, mesmo os funcionários norte-americanos anteriormente pró-Unita no Gabinete de Ligação dos EUA em Luanda, tinham começado a questionar-se sobre a agressiva estratégia de Savimbi. Depois das eleições terem sido consideradas livres e justas e das acusações de fraude levantadas pela Unita se

terem mostrado de pouca substância, o retorno de Savimbi à guerra esgotou a paciência de todos menos dos seus admiradores mais dilectos. Embora Washington tivesse adiado o reconhecimento do novo governo angolano até Maio de 1993, o grupo de pressão da Unita teve pouca intervenção nesta atitude. A demora ficou mais a dever-se à hostilidade residual em relação a Luanda, à confusão da transição para uma nova administração e à insistência, até final, de funcionários do Departamento de Estado, segundo os quais era possível usar tal adiamento como arma de pressão para impôr um novo acordo.

A ligação americana da Renamo

A Renamo nunca conseguiu ter grande importância nos círculos políticos de Washington. Os seus apoiantes no Congresso eram em número reduzido. Dhlakama nunca visitou Washington nem contratou qualquer firma poderosa de Washington para defender os seus interesses. Os apoiantes da Renamo nas agências de serviços secretos e no seio dos militares juntaram-se a grupos de extrema-direita para solicitar o apoio dos EUA, à imagem do modelo da Unita, e em 1986 e 1987 parecia terem algumas hipóteses de sucesso. Mas por volta de 1988 a Renamo estava tão envolvida em atrocidades que mesmo muitos apoiantes de direita acharam mais prudente manter publicamente alguma distância. A embaixada de Moçambique, estabelecida em Washington em 1983, trabalhou incessantemente para neutralizar a hostilidade para com o país, enquanto que os funcionários em Maputo atribuíam elevada prioridade aos contactos diplomáticos com Washington.

Apesar destas diferenças em relação à situação de Angola, havia também semelhanças. No primeiro mandato de Reagan, a inclinação dos EUA para Pretória encorajou o assalto sul-africano contra Moçambique. Nas negociações que conduziram ao Acordo de Nkomati, os EUA, a quem não passava sequer pela cabeça usar sanções contra a África do Sul, pretendiam ligar a ajuda alimentar dos EUA às vítimas da fome a uma atitude mais 'moderada' de Moçambique. As operações privadas do director da CIA Casey também incluíam alegadamente ajuda à Renamo. Durante o segundo mandato de Reagan aumentou a pressão dos grupos de direita em favor da Renamo, como da Unita. E embora a Renamo não tivesse conseguido o mesmo nível

de aprovação oficial, redes privadas com ligações semi-oficiais foram significativamente acrescentadas à base de apoios externos do movimento. Os funcionários do Departamento de Estado que defendiam uma linha mais diplomática procuraram derrotar as propostas mais extremas, mas também recorreram ao apoio à Renamo como forma de obrigar o governo moçambicano a fazer concessões.

A ligação directa aos EUA não terá sido factor de grande importância para a Renamo nos seus primeiros anos, numa altura em que o movimento constituía um bem controlado braço militar, primeiro da Rodésia e depois da África do Sul. Porém, mesmo nessa altura havia já algumas ligações. Um dos seis participantes na reunião fundadora da Renamo, em 1977, era o afro-americano Leo Milas, figura misteriosa que se infiltrara na Frelimo no início da década de sessenta, apresentando-se como moçambicano, e que mais tarde, em meados dos anos oitenta, surgiu em Nairobi como representante da Renamo. O norte-americano Robert MacKenzie, um mercenário que integrava os comandos superiores dos Serviços Especiais Aéreos da Rodésia, foi inicialmente encarregado de apoiar as operações da Renamo, fazendo uso da experiência adquirida no Vietname. MacKenzie, que voltou para os EUA depois de 1985, como consultor de segurança e correspondente da revista *Soldier of Fortune*, tornou-se ali num dos mais importantes activistas pró-Renamo.²²

Durante o primeiro mandato de Reagan a Renamo pouco fez para estabelecer presença em Washington. Embora houvesse alguns moçambicanos opositores da Frelimo ali exilados, estes tinham poucos contactos com a Renamo. Um dos exilados, Artur Vilankulu, tornou-se secretário da Renamo para as relações exteriores em 1983, ligando-se a apoiantes de direita da Renamo na Europa. Mas esses activistas eram marginais, com poucas ligações com o comando militar da Renamo na África do Sul, ou com o mundo político em Washington e Moçambique. Não há ainda evidência substancial dos apoios conseguidos pela Renamo neste período em resultado dos esforços pessoais do director da CIA Casey, embora o secretário geral da Renamo, Cristina, alardeasse ligações para a obtenção de dinheiros a partir da Arábia Saudita. Qualquer que seja a evidência que venha a surgir, sem dúvida que este canal era menos importante que o apoio indirecto proveniente da aproximação a Pretória.

No segundo mandato de Reagan, porém, enquanto diplomatas dos EUA cortejavam o governo de Maputo e não conseguiam interpelar a

África do Sul pelas violações desta a Nkomati, o grupo de pressão da Renamo nos EUA mobilizava-se energicamente. Embora não tivesse conseguido uma aprovação generalizada, forçou o Departamento de Estado a adoptar uma atitude defensiva e activou uma rede de apoios financeiros e outros para a Renamo no seio de activistas conservadores do sector privado, no Congresso e nas agências governamentais de informações.²³

A rede de apoiantes incluía, previsivelmente, membros extremistas do Congresso como o senador Jesse Helms, da Carolina do Norte, e o representante Dan Burton, de Indiana. O mais importante centro de reflexão da direita, a Heritage Foundation, sublinhava as oportunidades para a resistência anti-comunista em Moçambique nas suas linhas de orientação para a política da administração, denominadas *Mandato para a Liderança* e emitidas em 1984. O aventureiro Jack Wheeler escreveu artigos pró-Renamo no *Soldier of Fortune* e no *Washington Times*.²⁴ Figuras importantes do círculo da extrema-direita como Howard Phillips, do Caucus conservador, e Paul Weyrich, do Comité para a Sobrevivência de um Congresso Livre, também assumiram a causa da Renamo no início de 1985, atacando o Departamento de Estado e funcionários da AID, que consideravam instrumentos da União Soviética. No seio da administração, Constantine Menges, no Conselho de Segurança Nacional, e Patrick Buchanan, na Casa Branca, defendiam a Renamo. Recebiam apoios significativos do Departamento de Defesa e da CIA.

Esses esforços não conseguiram impedir a visita do presidente Machel, em Setembro de 1985, nem o aumento da ajuda dos EUA ao governo moçambicano. Mas a causa estava firmemente implantada na agenda da direita, com grupos a coordenar as suas actividades e a competir para beneficiar daquilo que esperavam ser uma 'vitória da doutrina Reagan'. Luís Serapião, professor da Universidade de Howard e moçambicano anti-Frelimo residindo nos EUA desde meados dos anos sessenta, tornou-se, em 1986, representante da Renamo em Washington. Nesse mesmo ano, Thomas Schaaf, um activista religioso de direita que tinha ajudado clandestinamente a Renamo quando trabalhou como conselheiro de agricultura na Rodésia e no Zimbabwe após a independência, fugiu deste país receando ser descoberto e preso. Relegando o ineficaz Serapião para segundo plano ele tornou-se o defensor mais enérgico da Renamo. Recrutou Robert MacKenzie, então recentemente regressado da África do Sul, onde

servira como mercenário das forças especiais. Em visita ao território da Renamo com Schaaf, MacKenzie encontrou-se com oficiais do movimento por ele treinados na era rodesiana.²⁵

Em 1987, o grupo de apoio à Renamo tentou bloquear a nomeação de Melissa Wells como nova embaixadora em Moçambique. Procurando apoios da direita para a sua campanha presidencial, o senador republicano Robert Dole juntou-se a Jesse Helms, conseguindo impedir a nomeação durante quase seis meses. Mas os seus esforços falharam e em Outubro a visita de estado do presidente Chissano e a reunião cordial por ele tida com o presidente Reagan confirmavam a posição pública marginal da Renamo. Em Abril de 1988, com a divulgação do Relatório Gersony, encomendado pelo Departamento de Estado e documentando as acções brutais da Renamo, muitos conservadores evitaram o relacionamento público com o movimento. Schaaf, MacKenzie e outros apoiantes fiéis desistiram de surgir em público, concentrando-se na procura de ajuda financeira e outras formas menos visíveis de assistência, que podiam obter junto dos verdadeiros defensores da direita.

Esta rede actuando na sombra, cujas actividades só recentemente começaram a vir à luz, foi parcialmente financiada por obscuros mas bem relacionados homens de negócios como James Blanchard, da Louisiana, e William Ball, de Indianápolis. Schaaf e MacKenzie permaneceram no activo. Mas a rede também contou com a contribuição de figuras altamente colocadas no seio dos funcionários reformados dos serviços secretos. Entre eles incluía-se Ray Cline, antigo director-adjunto da CIA. O *US Global Strategy Council* de Cline publicou, em 1989, um panfleto pró-Renamo da autoria de sua filha, que mais tarde se casou com Robert MacKenzie. Defensores da causa da Renamo eram também Daniel Graham, antigo director adjunto da Agência de Informações da Defesa, e o general John Singlaub, famoso no caso Irão-Contras, ambos membros da Liga Anti-Comunista Mundial e, ainda Howard Phillips, Jack Wheeler, James Blanchard e William Ball, do Conselho de Política Nacional, um organismo secreto de coordenação da extrema direita.

Este organismo cooperou, e competiu com os apoiantes da Renamo na África do Sul para ganhar influência sobre o movimento. As especulações segundo as quais ele suplantou a ligação sul-africana não se comprovam, uma vez que se baseiam no negligenciamento sistemático da continuação do envolvimento sul-africano.²⁶ Todavia,

através dos canais do Malawi e do Quénia, a rede baseada nos EUA forneceu abastecimentos militares e outro tipo de apoios materiais. Forneceu igualmente aconselhamento diplomático e encorajou a Renamo e os seus apoiantes na África do Sul, Malawi e Quénia, a prosseguir com a guerra até que o governo moçambicano fizesse mais concessões ou entrasse em colapso. Os seus membros mantiveram também contactos com funcionários dos serviços secretos norte-americanos, que revelaram notável falta de zelo na investigação das evidências de apoio da África do Sul, Quénia e Malawi à Renamo.

Num desenvolvimento particularmente delirante, o advogado de Washington Bruce Fein, anteriormente um elemento da Heritage Foundation, recebeu, em 1991, 145 mil dólares para redigir uma constituição e outros documentos de apoio a ser utilizados pela Renamo nas negociações. O produto, uma combinação de retórica de direita com excertos minimamente adaptados da Constituição dos EUA, nunca chegou a ser traduzido para português.²⁷

O fracasso da operação pública de pressão pró-Renamo deveu-se, em parte, à falta de habilidade da rede mas, também, a factores estruturais que fizeram com que a hostilidade dos EUA em relação a Moçambique fosse menor do que em relação a Angola. Mas na atmosfera política da Washington de Reagan, poderiam ter sido muito mais bem sucedidos se não fossem os habilidosos esforços do governo moçambicano para os contrariar. Maputo adoptou uma política de porta-aberta para com jornalistas, organizações não-governamentais e homens de negócios norte-americanos, conseguindo, senão um grande investimento externo, pelo menos muitos amigos. A orientação política era no sentido de chegar junto de diversos sectores da sociedade norte-americana, desde grupos de solidariedade e do movimento anti-*apartheid*, por um lado, a oponentes de direita, por outro. Os funcionários moçambicanos perceberam a importância estratégica do Congresso, assim como da administração. Os objectivos eram: se possível, fazer amigos, mas pelo menos neutralizar os oponentes, reduzindo o ímpeto do apoio norte-americano à Renamo.

Dentro dos seus limites, esta estratégia foi altamente bem conseguida. Mas era uma estratégia defensiva e tinha que operar dentro dos parâmetros básicos da posição da administração. A realidade era que Moçambique se tinha que apresentar sempre como peticionário, um jogador habilidoso no jogo diplomático, mas com poucas cartas para além da simpatia e do respeito que podia conseguir da parte dos outros

jogadores. Assim, nunca chegou a ser uma opção possível a pressão dos EUA para que a África do Sul cumprisse com a sua parte no Acordo de Nkomati. Nem chegou, nunca, a administração a procurar recolher seriamente elementos sobre a rede clandestina de apoio à Renamo, ou a tentar neutralizá-la. Alguns funcionários de Washington chegaram a desenvolver simpatias em relação a Maputo, mas muito poucos foram os que chegaram a duvidar de que as boas relações com Pretória fossem prioritárias.

Geopolítica, diplomacia e a doutrina Reagan em Angola

Na sequência dos bem sucedidos acordos de 1988 e 1991, os funcionários das administrações Reagan e Bush desempenharam um papel diplomático activo e habilidoso, orientando negociações altamente complexas até ao seu final. Porém, todos os analistas reconhecem igualmente que outros factores convergiram – para além da política ou da diplomacia norte-americanas – ajudando a amadurecer a situação para o acordo.²⁸ Menos vezes tidos em conta, mas nem por isso menos importantes, foram os efeitos da política dos EUA no adiar dos acordos.

As questões podem ser mais claramente formuladas em termos hipotéticos. Se a partir de 1981 os EUA se tivessem absterido do apoio militar directo ou indirecto à Unita, se não tivessem partilhado informações com a África do Sul, se tivessem aplicado o embargo de armamento contra a África do Sul, e se tivessem condenado com firmeza as actividades sul-africanas para além da fronteira com a Namíbia, será que a Namíbia ter-se-ia tornado independente e as tropas cubanas retirado mais cedo ou mais tarde do que aquilo que realmente aconteceu? Se Washington, em 1981, tivesse apoiado sanções tão fortes como as que foram adoptadas em 1986, que efeitos teria isso tido na disposição da África do Sul para resolver o problema da Namíbia? Relativamente ao acordo de cessar-fogo angolano, o que teria acontecido depois de 1988 se os EUA tivessem acabado com o apoio à Unita em vez de tentar compensar o movimento pela perda do apoio sul-africano em larga escala? Teriam Savimbi ou outros dirigentes da Unita, aceiteado a opção de partilha de poder oferecida por Luanda? Se sim, teria esse tipo de solução sido mais ou menos viável do que o acordo a que de facto se chegou?

É difícil apresentar respostas definitivas para tais questões. Mas elas constituem, logicamente, um pré-requisito para determinar o efeito causal da política dos EUA. Trata-se de uma falácia lógica concluir simplesmente, a partir da sequência histórica, que a ajuda dos EUA à Unita facilitou os acordos de 1988 e 1991. O analista Michael McFaul, por exemplo, argumenta que 'o acordo de 1988 entre Angola, Cuba e África do Sul' foi conseguido apesar de, e não por causa da doutrina Reagan.²⁹ Decidir se ele está correcto ou se o retrato autolaudatório traçado por Crocker é mais preciso, implica perceber como e porque é que as partes mudaram as suas posições, tornando-se favoráveis aos acordos de 1988 e 1991.

O Capítulo 5 considerou vários factores que conduziram ao acordo de 1988, particularmente o aumento das pressões sobre a África do Sul, pressões essas que acabaram por ser maiores que os riscos em permitir umas eleições livres na Namíbia. Como se pode deduzir pela semelhança entre os acordos finais de 1988 e a posição conjunta angolano-cubana em 1982, as concessões fundamentais oferecidas foram do lado sul-africano. A retirada cubana não precedeu mas seguiu-se à independência da Namíbia. Por outro lado, a África do Sul e os EUA conseguiram impôr uma firme ligação entre as duas questões, embora colocadas em dois documentos separados para se evitar a impressão de que o direito da Namíbia à independência estava legalmente dependente das relações angolano-cubanas. A flexibilidade angolana e cubana relativamente a estas questões derivava tanto do cansaço da guerra como da confiança na capacidade militar de Angola logo que o controle sul-africano da Namíbia fosse removido do quadro.

Será que a ajuda dos EUA à Unita, indirecta no primeiro mandato de Reagan ou directa no segundo, facilitou ou dificultou este resultado final? Ao alimentar a guerra ela contribuiu indubitavelmente para o cansaço ostentado pelo governo angolano. Mas, também, alimentou repetidamente as suspeitas angolanas de que os EUA visavam, não um acordo de compromisso mas, antes, a queda do governo e sua substituição pela Unita. As garantias dos funcionários norte-americanos de que não era este o objectivo tinham pouco acolhimento dada a cooperação de facto dos EUA com a África do Sul e a Unita.³⁰

Tais suspeitas foram reforçadas pela recusa dos EUA em pressionar a África do Sul, recusa essa sancionada tanto pelos cruzados da doutrina Reagan como pelos gestores diplomáticos do engajamento

construtivo. Se os EUA tivessem tido uma postura verdadeiramente 'imparcial' na condenação da violência além-fronteiras na proporção da escala de destruição envolvida, Angola teria tido poucas razões para se sentir ameaçada. A atitude flexível das negociações de 1988 talvez tivesse sido adoptada em 1981, ou certamente em 1985.

Mas teria o acordo da África do Sul sido obtido mais cedo sem as garantias oferecidas por uma administração norte-americana amigável? Isso depende de se foram, finalmente, as garantias ou as pressões que mais influenciaram a mudança da posição sul-africana. Se tivessem sido as garantias a actuar, as concessões sul-africanas deveriam ter-se seguido às ruidosas disputas com Pretória em 1981-82, ou ao aumento do apoio à Unita, em 1985-86. Em vez disso, elas vieram após pressões económicas e recuos militares, em 1987-88, desenvolvimentos esses que a política dos EUA não promoveu mas atrasou. Se, no início dos anos oitenta, tivessem sido adoptadas políticas diferentes pelos EUA, pondo mais pressão sobre Pretória, a África do Sul teria sido forçada a enfrentar a necessidade de fazer concessões muito mais cedo.

Na verdade, as garantias dadas à África do Sul foram um factor facilitador do acordo de 1988. Mas elas não vieram principalmente da postura amigável de Washington mas, sim, da urgência soviética em resolver os conflitos regionais, na África Austral como noutras partes do mundo. Embora os defensores da doutrina Reagan afirmem que as mudanças soviéticas resultaram, em particular, da questão do Afeganistão, de qualquer maneira não foram produto dos acontecimentos na África Austral. Os problemas domésticos da União Soviética, associados aos custos da confrontação militar com o Ocidente, altamente tecnológica, produziram uma diminuição da importância atribuída à confrontação regional mesmo antes da subida de Gorbachev ao poder, em 1985. A política de Gorbachev de reduzir o nível de envolvimento no Terceiro Mundo e de procurar estabelecer acordos regionais, tornou-se manifesta na aproximação soviética aos EUA relativamente às questões da África Austral, em meados de 1985, antes da anulação da Emenda Clark e da retomada da ajuda norte-americana de larga escala à Unita. Tal ajuda, longe de promover uma atitude mais conciliadora da parte dos soviéticos, tornou mais difícil a Moscovo argumentar com Luanda sobre a necessidade de um compromisso, e provocou o investimento de recursos militares soviéticos adicionais.

Na década de oitenta, longe de prosseguir com um alargamento agressivo da sua influência na África Austral, a União Soviética procurava limitar o seu envolvimento – sem, contudo, que tal significasse uma retirada forçada ou a assistência passiva ao colapso dos seus aliados sob a pressão sul-africana e norte-americana. Se os EUA mostrassem disposição em distanciar-se mais rapidamente de Pretória, Moscovo certamente que procuraria o estabelecimento de compromissos na região, região essa que os políticos soviéticos consideravam marginal. Apesar da aparência de uma alinhamento estreito angolano-soviético, a aproximação mútua estava longe de ser incondicional, mesmo durante a era de Brezhnev. Porém, os ataques da África do Sul, em combinação com a aproximação dos EUA a Pretória, forçaram ambos a participar numa frente comum de cepticismo relativamente às soluções diplomáticas até que a África do Sul se encontrasse numa posição suficientemente frágil para ser obrigada a retirar.

As grandes diferenças de perspectiva na análise desta fase da história da África Austral não residem nos detalhes da história diplomática. Certamente que é interessante, e importante, saber-se quem disse o quê a quem – a micro-dinâmica das negociações. Porém, o que é fundamental saber-se é que factores, incluindo a política dos EUA, aceleraram ou atrasaram aquilo que é hoje referido como a criação de condições para o acordo. E isso depende da avaliação das intenções das partes. Se assumirmos, como os apologistas do engajamento construtivo, que o regime de Botha era fundamentalmente reformista, necessitando simplesmente de garantias para poder prosseguir com a independência da Namíbia e com as reformas na África do Sul, então faria sentido tentar enfraquecer os oponentes africanos. Se acharmos, pelo contrário, que o regime sul-africano tentava preservar o mais possível o poder durante o maior tempo possível, prolongando as negociações e só fazendo realmente concessões quando não lhe restava outra alternativa, então faria sentido tentar enfraquecer o regime.

Os países africanos, em conjunto com o movimento anti-*apartheid* na África do Sul e internacionalmente, procuravam aumentar as pressões sobre a África do Sul. Durante toda a década de oitenta ambas as alas da administração Reagan, os fanáticos cruzados e os gestores da diplomacia, tentaram ao máximo bloquear tais pressões, embora tenham acabado por perder a batalha legislativa das sanções

em 1986. Ao contrário, aderiram à escalada militar e às pressões económicas que visavam minar o Estado angolano. Por mais que os diplomatas dos EUA tivessem uma postura retórica de mediação imparcial, as acções da administração serviram para reforçar uma das partes, o regime de Pretória. Isto, por sua vez, adiou o momento em que Pretória se convenceu finalmente a fazer das negociações mais do que um jogo para deixar as coisas como estavam.

O acordo interno angolano de Maio de 1991 colocou uma questão paralela. Os negociadores norte-americanos e soviéticos apoiaram Portugal na mediação deste acordo. O continuado apoio militar dos EUA à Unita serviu para pressionar o governo e para dar garantias à Unita enquanto os diplomatas procuravam que ambos os lados fizessem concessões importantes em questões-chave. Todavia, era óbvio que os EUA eram o patrono de um dos lados e não uma entidade genuinamente neutra. O aumento do envolvimento militar dos EUA reforçou a Unita exactamente no momento crucial em que esta deixava de ter acesso aos abastecimentos através da fronteira da Namíbia. Embora pressionasse ocasionalmente a Unita no sentido do compromisso, Washington apoiava, na generalidade, as exigências daquele movimento, insistindo para que Luanda fizesse sucessivas concessões.

Com esta postura dos EUA, a Unita conseguiu termos do acordo muito mais favoráveis do que se não tivesse beneficiado dela. Tanto a Unita como os funcionários norte-americanos esperavam que Savimbi vencesse as eleições e assumisse o poder, compensando o esforço de guerra. O curto espaço de tempo antes das eleições asseguraria que o governo não tirasse partido dos benefícios da paz para recuperar a popularidade e, na prática, a Unita poderia continuar a ameaçar com o retorno à guerra. Mesmo que a desmobilização e a formação de um novo exército nacional fossem concluídas dentro dos prazos previstos pelo acordo, a nova estrutura seria ainda pouco sólida. Tal como na Nicarágua o voto contra o governo sandinista tinha sido encarado como o voto pela paz, também os angolanos votariam contra o seu governo com medo de um retorno à guerra.

Durante todo o processo os EUA reclamaram paridade entre o governo e a Unita, negando legitimidade ao Estado angolano. Os esforços do governo para propor soluções de partilha do poder que oferecessem à Unita um papel subordinado, em vez da paridade ou da possibilidade de alguma predominância, foram recusados pelos nego-

ciadores dos EUA e considerados como manobras irrealistas. Sem dúvida que eram irrealistas, mas sobretudo porque os EUA estavam determinados a rejeitá-los e a apoiar a Unita no seu esforço para conseguir termos mais favoráveis.

Desde o início que os funcionários norte-americanos estavam convencidos, como se viu pelas observações de Crocker no encontro com o ministro angolano dos negócios estrangeiros em Paris, em 1982, que a exigência de Savimbi de um papel idêntico ou superior na partilha do poder em Angola, era legítima.³¹ Os funcionários do Departamento de Estado não partilhavam do entusiasmo dos cruzados da extrema-direita pela Unita, mas mesmo assim rejeitaram as preocupações do governo angolano em relação a Savimbi, considerando-as paranóicas. Não tiveram em consideração as questões, por eles consideradas moralistas, da ligação da Unita à África do Sul, ou os abusos de direitos humanos no interior do movimento.

Em parte, tal pode ser explicado pela sensibilidade em relação ao grupo de pressão da Unita. Mas reflecte, também, os seus erros fundamentais de julgamento da sociedade angolana, assim como preconceitos pessoais. Savimbi era um homem que entendia o poder, a geopolítica e os jogos políticos, e estava pronto a jogar pela equipa dos EUA. Por essa razão, eles perdoavam facilmente o culto de personalidade e os abusos de direitos humanos, que consideravam prontamente serem peças de propaganda inspiradas por Luanda. Sem uma presença diplomática em Luanda, os EUA não tinham oportunidade de relacionamento directo com a realidade social angolana. O julgamento que faziam sobre os funcionários governamentais angolanos dependiam de como estes se relacionavam com os seus colegas norte-americanos ou da sua habilidade para jogar o jogo diplomático.³²

O apoio militar dos EUA à Unita teve, no período 1989-91, um efeito duplo sobre as negociações. Fez com que se mantivessem as suspeitas angolanas de que Washington apoiava as ambições de Savimbi de tomada do poder e enfraqueceu a linha de compromisso no seio do partido no poder. Mas, ao manter a pressão militar enquanto os desenvolvimentos na União Soviética erodiam as perspectivas de um apoio militar de longo-prazo ao governo, também contribuiu para o cansaço de guerra angolano. Luanda acabou por aceitar a competição de umas eleições multi-partidárias em vez da

partilha do poder, e concordou com o prazo de dezoito meses, em vez dos originais três anos, até à realização de eleições.

Os acordos de Bicesse também incluíram concessões da Unita, particularmente o acordo sobre a soberania do governo e sobre a desmobilização dos militares antes das eleições. Em Outubro de 1990, o Congresso dos EUA aprovou uma emenda suspendendo a ajuda militar à Unita na condição de que o governo angolano concordasse com o cessar-fogo e com um calendário razoável para as eleições. No mês seguinte, o ministro soviético dos negócios estrangeiros, Eduard Sheverdnadze, envolveu-se directamente nas conversações em conjunto com o Secretário de Estado James Baker. Em retrospectiva, porém, pode dizer-se que a Unita fez concessões em pontos cuja implementação sabia ser fácil de bloquear.³³

O abortado acordo de Gbadolite, com termos muito mais favoráveis a Luanda do que Bicesse, teria assegurado um papel subordinado para o pessoal da Unita no governo e no exército, a troco da possibilidade de conseguir chegar ao poder através das eleições. Os EUA encorajaram Savimbi a recusar estes termos e forneceram-lhe o apoio militar necessário para compensar a perda da rota de abastecimento através da Namíbia.³⁴ O aumento dos abastecimentos, em particular para a frente Norte da guerrilha da Unita, permitiram que o movimento anulasse a campanha militar convencional do governo em Mavinga. Embora o volume de abastecimentos dos EUA fosse muito menor que os que os soviéticos canalizavam para o governo, como os funcionários norte-americanos nunca se cansaram de repetir, a assimetria fundamental da guerra de guerrilhas implicou que eles tivessem sido suficientes para manter o equilíbrio militar.

É pouco provável que o acordo de Gbadolite se tivesse mantido, mesmo que os EUA tivessem interrompido os abastecimentos e pressionado a Unita a aceitá-lo. Os termos eram definidos de forma muito vaga, a Unita não tinha sofrido uma derrota militar significativa e Savimbi ainda tinha grandes ambições a satisfazer e sentia um poder seguro no interior do movimento. Assim, para que ambas as partes testassem a sua força, era inevitável outro ciclo de combates nas novas circunstâncias que se seguiram à independência da Namíbia e à retirada das tropas cubanas. O mais que se pode dizer é que, sem a ajuda dos EUA a Unita teria sido fortemente castigada nesse confronto e qualquer acordo subsequente acabaria por reflectir a nova relação de forças no campo de batalha. Dadas as tendências políticas interna-

cionais e os desenvolvimentos internos em Angola, é provável que tal acordo alternativo continuasse a prever alguma forma de eleições. Mas poderia agora incluir um período muito maior antes das eleições e disposições interinas para a participação de pessoal da Unita num governo nacional e no exército, em lugar da paridade total na criação do novo exército nacional.

Pondo agora de lado a especulação se um acordo alternativo poderia melhorar as perspectivas de um entendimento a longo-prazo, permanece a questão se a implementação imparcial e firme do Acordo de Bicesse poderia ter evitado um retorno à guerra em Angola. Em retrospectiva, é claro que a recusa da Unita em deixar que a administração governamental penetrasse no território controlado por si, e o facto de ter conseguido manter intacto o seu poderio militar, deram-lhe capacidade para rejeitar o resultado das eleições. E todavia, o governo angolano fez apenas tímidos protestos contra tais violações, sabedor que não teria apoio internacional para adiar as eleições. A implementação dos acordos teve lugar no contexto da existência de uma única super-potência mundial. Só o patrono da Unita continuava a ter peso, e a desilusão dos EUA em relação à Unita, incipiente ainda, não chegava para que os norte-americanos exercessem grandes pressões.

Na sequência da renovação da guerra em Angola, os observadores referem uma série de lições a retirar. Praticamente todos reconhecem a necessidade de uma presença militar e civil das Nações Unidas mais forte. Independentemente da estatura de tal presença, porém, é crucial a definição da orientação política e do mandato. No contexto da Guerra Fria, que continuou a sobreviver na política angolana dos EUA durante este período, a protecção do partido menos inclinado a aceitar as regras democráticas impediram a opção de desincentivar o recurso à violência. O anterior apoio dos EUA, associado ao apoio sul-africano residual, deram a esse partido a capacidade de levar a cabo a sua ameaça.

Ausência de super-potências e chantagem terrorista em Moçambique

Ao contrário de Angola, onde a rivalidade entre as super-potências simultaneamente fez subir o nível do conflito e ajudou a promover a sua resolução em aspectos essenciais, a dinâmica do conflito e da sua

resolução, em Moçambique, foi dominada não pela geopolítica mundial mas sim pela regional. Mesmo assim, as acções dos EUA e a contrastante inactividade da União Soviética tiveram implicações profundas no prolongamento do conflito.

No decorrer da década de oitenta, os EUA evoluíram de uma posição de intensa hostilidade contra o governo moçambicano, chegando quase a apoiar abertamente a Renamo, para uma posição de grande importância como um dos principais doadores de ajuda ao governo e actor indispensável dos esforços internacionais para se chegar a um acordo. O esforço para 'cortejar o Moçambique marxista' indispueram a extrema-direita em Washington e ajudaram a promover o controverso pacto de Nkomati entre Maputo e Pretória. Levaram também a uma crescente interferência dos EUA na política interna de Moçambique. Mas os acenos amigáveis de Moçambique nunca foram recompensados pela tentativa dos EUA de dificultar a acção dos apoiantes da Renamo na África do Sul e noutros lugares. Tal possibilidade foi sempre posta de lado em face do tabu que existia relativamente a pressionar o regime de Pretória.

Entretanto, a União Soviética optava por afastar-se. Apesar do tratado mútuo de segurança assinado com Moscovo em 1977, a escala da ajuda em armas e conselheiros militares era limitada. Se fora suficiente para enfrentar o desafio rodesiano nos finais da década de setenta, tornou-se deploravelmente inadequada para a década de oitenta. Moscovo rejeitou o pedido de entrada de Moçambique no Comecon (Conselho de Ajuda Económica Mútua), e tornou claro que não estavam previstos aumentos substanciais da ajuda económica e militar. Os funcionários soviéticos aconselharam repetidamente Moçambique de que Maputo não tinha alternativa senão virar-se para Washington.

Tal era uma difícil tarefa. Os EUA tinham uma presença diplomática em Maputo e haviam fornecido pequenas quantidades de ajuda alimentar. Mas não tinham fornecido apoio para compensar Moçambique dos estragos resultantes da aplicação das sanções das Nações Unidas contra a Rodésia. O encontro do Presidente Machel com o Presidente Carter, em 1978, e as repetidas afirmações moçambicanas de que o país estava interessado em investimentos ocidentais, nunca produziram mais do que contactos esporádicos. A maior parte do crédito diplomático ganho por Maputo quando facilitou o Acordo de Lancaster House sobre a independência do Zimbabwe foi perdida em

Março de 1981, quando diplomatas dos EUA estacionados em Maputo foram expulsos sob a alegação de pertencerem à CIA. Em represália, até a ajuda alimentar norte-americana foi suspensa.³⁵

Há algum tempo que os serviços de segurança moçambicanos acompanhavam as actividades de espionagem de pessoal da embaixada norte-americana, que parecia interessada sobretudo na recolha de informações sobre os militares moçambicanos, sobre os movimentos de libertação do Zimbábue e da África do Sul, e sobre os hábitos e movimentos pessoais do Presidente Machel. Mas as súbitas expulsões surgiram em reacção ao raide sul-africano de Janeiro, no qual comandos assassinaram treze membros do ANC num subúrbio de Maputo. O raide aconteceu dias depois de um muito divulgado discurso do Secretário de Estado Alexander Haig, condenando o 'crescente terrorismo internacional'. O governo moçambicano suspeitava que a partilha de informações entre os serviços secretos dos EUA e a África do Sul tinha ajudado a preparar o ataque.

Todavia, cedo ficou evidente que Moçambique não podia permitir-se um confronto aberto com Washington. Embora a União Soviética tivesse enviado navios de guerra em visita simbólica a Maputo como forma de aviso contra ataques directos dos sul-africanos, os soviéticos não queriam e, provavelmente, não estavam em posição de fornecer apoio militar para o grande esforço de contra-insurgência necessário para conter o apoio que a África do Sul dava à Renamo. Na altura em que a União Soviética vetou a entrada de Moçambique para o Comecon, em meados de 1981, enviados moçambicanos exploravam activamente uma abertura com Washington. Em 1982, o Comité Central da Frelimo aprovou uma ofensiva diplomática visando dividir o apoio ocidental concedido à África do Sul. Moçambique aceitou as condições da Alemanha Ocidental, reconhecendo a autoridade deste país sobre Berlim, abrindo assim caminho para uma associação formal com a Comunidade Económica Europeia.

Nos anos que se seguiram, a diplomacia moçambicana procurou persistentemente isolar a Renamo, tentando tirar vantagem das divisões no interior do Estado sul-africano e afastar a África do Sul dos seus parceiros ocidentais para que a pressão sobre Pretória fosse cada vez maior. O fim almejado era conseguir o apoio de Washington, fundamental para a ajuda económica internacional e para pressionar a África do Sul. Mas eram poucas as cartas que Moçambique detinha. Uma delas eram as boas relações com a Grã-Bretanha de Margaret

Thatcher, estabelecidas durante as negociações de Lancaster House e mantidas, em parte, pelos interesses económicos britânicos no subcontinente. Outra era o papel de intermediário discreto que Moçambique podia desempenhar nos contactos com Angola. Depois das concessões feitas em Nkomati, negando qualquer base para as operações militares do ANC, pouco mais havia a oferecer no quadro do compromisso com a África do Sul. Os ajustamentos moçambicanos na política interna e na política económica mereceram o apoio dos EUA e retiraram ímpeto aos apoiantes da Renamo em Washington. Mas nada parecia ser suficiente para levar os funcionários norte-americanos a exercer pressão substancial sobre a África do Sul e outros apoiantes da Renamo.

O padrão da diplomacia norte-americana era constante, tanto quando conduziu ao Acordo de Nkomati como no longo período que se seguiu, de violações sul-africanas e obstáculos da Renamo ao estabelecimento de um acordo de paz. O governo moçambicano era pressionado a fazer concessões por meio de instrumentos como a promessa ou o fornecimento de ajuda alimentar. Porém, quando se tratava da África do Sul ou da Renamo, os diplomatas dos EUA afirmavam não ter instrumentos para exercer pressão. Também não mostravam muito interesse em encontrar formas de limitar as linhas de abastecimento à Renamo.

As relações EUA-Moçambique começaram a melhorar na segunda metade de 1982. Em Janeiro de 1983, o Departamento de Estado enviou um importante sinal ao reconhecer publicamente o apoio sul-africano à Renamo. Mas Crocker continuava a acreditar firmemente que Pretória não podia ser criticada publicamente e, acima de tudo, não podia ser pressionada. Nesse ano, a pressão foi realmente exercida sobre Moçambique.³⁶ A combinação de ataques da Renamo com a severa seca que atingiu o Sul de Moçambique levou ao fracasso quase completo das colheitas em algumas zonas. O governo emitiu um apelo para ajuda alimentar de emergência. Os EUA e outros doadores prometeram algum apoio mas fizeram com que ele dependesse de compromissos mais substanciais de sinais suplementares de aproximação de Moçambique à África do Sul e ao Ocidente. De facto, o total de ajuda alimentar na primeira metade de 1983 acabou por ser mais baixo do que em períodos anteriores. Apesar dos repetidos apelos do governo, a ajuda foi insuficiente e cerca de 100.000 pessoas morreram de fome. Nessa altura, Moçambique, apesar de ter muito

pouca corrupção, não tinha um sistema governamental eficiente de distribuição de emergência. A necessidade estava bem comprovada. Mas a ajuda só começou a chegar em quantidades significativas após o Acordo de Nkomati, e após negociações para o envolvimento directo dos EUA e de outras agências internacionais na distribuição.

Na sequência de Nkomati, os auto-elogios norte-americanos foram perdendo intensidade à medida que as violações sul-africanas vinham à superfície. O Departamento de Estado propôs 1 milhão de dólares de assistência militar não-letal a Moçambique no início de 1985, mas a proposta teve que ser retirada na sequência de uma forte oposição na administração e no Congresso. Mesmo que o Departamento de Estado pretendesse confrontar Pretória devido aos contínuos abastecimentos à Renamo, não tinha informações detalhadas para o fazer. 'Apesar das nossas solicitações, por uma razão ou por outra nunca foi possível aos serviços de informações dos EUA documentar o bárbaro *modus operandi* da Renamo ou o padrão de apoio continuado da África do Sul', observava Crocker.³⁷ Em vez disso, as agências de informações dos EUA optavam por traçar um quadro sistematicamente favorável à Renamo.

Mesmo o próprio Departamento de Estado nunca chegou a identificar as violações sul-africanas a Nkomati como uma questão fundamental. Em vez disso, continuava a oferecer assistência económica a Moçambique e procurava obter novas concessões que pudessem ser usadas para mostrar o sucesso do 'aliciamento dos marxistas'. Quando Machel visitou Washington, em finais de 1985, a sua documentação sobre as violações sul-africanas a Nkomati despertou pouca atenção. Foi-lhe antes pedido que considerasse um sistema de partilha do poder com a Renamo e que aumentasse a cooperação com o Banco Mundial e com o Fundo Monetário Internacional. Entretanto, muitos elementos da comunidade militar e dos serviços secretos norte-americanos continuavam a argumentar que era preciso apoiar a Renamo e reduzir os laços com Maputo.³⁸

Os funcionários sul-africanos sabiam bem da desordem que reinava na política de Washington relativamente a Moçambique e sentiam-se pouco pressionados a responder quando o Departamento de Estado lhes sugeria levemente que Pretória podia fazer um pouco mais para impedir o apoio à Renamo. Na melhor das hipóteses a questão de Moçambique ocupava o terceiro lugar na agenda do Departamento de Estado relativamente à África Austral, depois da escalada na crise da

África do Sul e da saliente questão da frente Angola/Namíbia. Para além da boa vontade, sujeita às variações dos grupos, Moçambique não tinha instrumentos de pressão em Washington. Contrariamente a Angola, onde o reforço das tropas cubanas constituía motivo de preocupação em 1987-88, Moçambique não tinha ameaças. Os EUA não perderiam a influência pelo facto de não pressionarem a África do Sul a respeito de Nkomati.

Em 1987 prosseguiram as pressões da direita, apesar do facto das forças pró-Renamo não terem conseguido bloquear a nomeação de Melissa Wells. A visita de 1987 do Presidente Chissano a Washington ajudou a manter a situação controlada, mas mais uma vez não houve progressos na tentativa de levar os EUA a condenarem o apoio sul-africano à Renamo. Nem mesmo as evidências apresentadas pelo relatório Gersony sobre as atrocidades da Renamo serviram para levar Washington a uma política mais activa em favor da paz. Os objectivos operacionais continuaram a ser o aliciamento de Moçambique por meio da ajuda, a promoção das concessões para com a Renamo e mais liberalização na economia moçambicana. A interrupção das linhas de abastecimento da Renamo não estava definitivamente nos interesses dos funcionários norte-americanos.

Esta situação manteve-se durante o longo período das pré-negociações e negociações, entre 1989 e 1992. Embora os funcionários norte-americanos reconhecessem que os abastecimentos prosseguiam, e por diversas vezes tivessem comentado publicamente isso mesmo, consideraram sempre que a evidência apresentada não justificava a tomada de medidas. Quando o Quénia se envolveu no treino de tropas da Renamo e no fornecimento de armas através do Malawi, Washington afirmou que não estava em posição de confirmar as alegações detalhadas fornecidas pelo governo moçambicano ou divulgadas nos comunicados de imprensa. Um ataque da Renamo à cidade fronteiriça de Ressano Garcia, em Abril de 1989, no qual participaram soldados sul-africanos a partir do outro lado da fronteira, foi caracterizado por diplomatas em Maputo como clara demonstração do envolvimento militar sul-africano. Em Washington, porém, nem sequer o funcionário do gabinete de Moçambique no Departamento de Estado considerou tal evidência como particularmente interessante.³⁹

Quando visitou novamente Washington no início de 1990, o Presidente Chissano comprometeu-se a iniciar conversações directas com a Renamo e o Presidente Bush comprometeu a sua administração

a prestar um apoio diplomático activo ao processo de paz. Ao cumprir com a sua palavra, os diplomatas dos EUA queriam expressar apoio à postura geral do governo moçambicano e demonstrar a frustração que sentiam em face das tácticas dilatórias da Renamo. Mas tal como o tinha feito a administração Reagan, também rejeitaram quaisquer sugestões para os EUA pressionarem a Renamo através das suas linhas de abastecimento. Na fase final da administração Bush, a ajuda ao Quénia e ao Malawi foi suspensa em resultado de pressões no Congresso e do surgimento de movimentos pró-democracia nos dois países. Mas isto não estava ligado à questão do apoio à Renamo. Em 1981 a administração continuava a propôr ajuda militar ao Quénia e ao Malawi.

Significativamente, o 'caso amoroso' de Bush com o regime de de Klerk implicava que o envolvimento das forças de segurança sul-africanas em acções de violência, quer na África do Sul ou no vizinho Moçambique, não constituía uma questão para os funcionários de Washington. Quando Mandela foi libertado e o mínimo necessário de leis do *apartheid* anulado, a prioridade foi premiar de Klerk, levantando as sanções. Argumentando com a maioria dos observadores que a promoção da violência não era do interesse de de Klerk, a administração ignorou as acusações do Congresso Nacional Africano e outros, segundo as quais o regime desenvolvia uma política em dois sentidos, combinando a violência clandestina com as reformas e as negociações. Dizia o argumento que era através do apoio, e não de pressões, que se podia ajudar de Klerk a reforçar a sua posição negocial com a direita. Os EUA não podiam ser parciais, condenando apenas a África do Sul pela escalada da violência.

Esta política teve implicações directas para Moçambique. Se de Klerk não enfrentava as suas forças de segurança nas questões internas, muito menos o faria na questão relativamente pouco importante de Moçambique. A investigação de uma destas questões levaria inevitavelmente à outra, dado o envolvimento de unidades como o 5 Recce tanto no apoio à Renamo como nos ataques aos comboios e outras formas de violência nos subúrbios das cidades sul-africanas. A posição dos EUA sobre Moçambique, tal como sobre a África do Sul, privilegiava a acomodação e as negociações como solução. Em ambos os casos foi posta de lado, à partida, a opção de apoiar as pressões internacionais sobre a parte mais responsável pela violência.

Enquanto a implementação do acordo de paz moçambicano continuava a sofrer atrasos, a comunidade internacional e os EUA procuravam ainda definir a forma do seu envolvimento. Deviam definir-se como neutrais, ocupando uma posição intermediária entre as partes independentemente do comportamento destas, e deixando assim o processo à mercê da parte mais inclinada a recorrer à violência? Ou a fraqueza relativa do grupo de pressão da Renamo, se comparado com o da Unita, implicava uma maior insistência do que no caso angolano na implementação do acordo nos termos em que fora assinado? Estas questões viriam a ser respondidas em circunstâncias totalmente diferentes das que haviam prevalecido no contexto final da Guerra Fria, em anos anteriores. Mas o destino tanto do Acordo de Nkomati como do Acordo de Bicesse, levantava questões agorentas.

Notas

¹ Ainda não existe um estudo abrangente das relações dos EUA com Moçambique, e com a Renamo em particular. Ver, particularmente, Nesbitt (1988); Vines (1991), 42-50; Austin (1994), e as fontes ali citadas.

² Mais uma vez, não existe um estudo abrangente das relações EUA com Angola, e sobre o *lobby* da Unita. Para além do ponto de vista da administração norte-americana, em Crocker (1992), ver particularmente os artigos de Bender (1978, 1981, 1985, 1989), e a cobertura do *Africa News* (Durham, Carolina do Norte).

³ Entre outras fontes, ver Minter (1972) e Noer (1985).

⁴ Ver, particularmente, Antunes (1986), Cohen & El-Khawas (1975), assim como Minter (1972).

⁵ Sobre a presença norte-americana em Angola em 1974-76, ver particularmente Stockwell (1978), Marcum (1978), e Bender (1978). Espera-se para breve um estudo de Phyllis Johnson e David Martin baseado em novas entrevistas.

⁶ Sobre o surgimento da direita na política externa dos EUA ver, particularmente, Sanders (1983), Blumenthal (1986), e Ferguson & Rogers (1986). Para uma perspectiva militante da cruzada, ver Menges (1988, 1990).

⁷ Ver Vance (1983).

⁸ Para a perspectiva oficial, ver Crocker (1992). A minha interpretação, baseada nos acontecimentos no decorrer de 1985, está em Minter (1986) e, com mais algum detalhe, no meu capítulo em Johnson & Martin (1986, 1988). Para um bom resumo dos desenvolvimentos durante a era Reagan, ver Baker (1989). Ainda não foram escritas análises mais abrangentes sobre a era Bush. O presente capítulo baseia-se, em grande medida, em coberturas noticiosas durante o período, assim como na minha observação participante como comentador e activista, trabalhando com grupos anti-apartheid opostos à política da administração, particularmente o Washington Office on Africa.

⁹ Os documentos, a que o grupo de pressão afro-americano TransAfrica teve acesso em 1981, estão reimpressos em Baker (1989).

¹⁰ Minter (1986), 319.

¹¹ Alguns analistas referem a subsequente cooperação estratégica entre os EUA e a África do Sul com uma explícita divisão de responsabilidades para desempenharem os papéis de 'bom polícia e mau polícia' na desestabilização dos Estados da Linha da Frente (Gervasi & Wong, 1991). Dadas as divisões e rivalidades no interior dos círculos políticos norte-americano e sul-africano, uma tal cooperação consistente-mente orquestrada parece pouco provável. Mesmo assim, é provável que, no contexto de objectivos e perspectivas convergentes, houvesse alguma colaboração e coordenação. Passará ainda muito tempo antes que tenhamos dados suficientemente seguros para concluir sobre esta matéria.

¹² Bridgland (1987), 255 e segs.

¹³ Marenches (1988), 156.

¹⁴ Louis Wolf, 'UNITA's Savimbi Seeks U.S. Understanding – Again', *Covert Action* (Dez. 1979/Jan. 1980); Bridgland (1987), 273-4, 287 e segs.

¹⁵ *New York Times*, 4 de Fevereiro de 1987; 2 de Julho de 1987.

¹⁶ *Washington Post*, 23 de Janeiro de 1982. Qualquer que tenha sido a ajuda indirecta dos EUA chegada à Unita neste período, contudo, a assistência militar sul-africana permaneceu, de longe, a principal fonte de apoio externo da Unita.

¹⁷ Sobre a doutrina Reagan e os debates que envolveram a sua implementação, ver Rosenfeld (1986), Menges (1988), e Crocker (1992).

¹⁸ Sobre o movimento de pressão em apoio à Unita, ver particularmente *Africa News*, 4 de Novembro de 1985; 24 de Fevereiro de 1986; 24 de Março de 1986; 15 de Maio de 1989; Novembro de 1989.

¹⁹ *Africa News*, 6 de Fevereiro de 1986.

²⁰ Ver as fontes citadas no Capítulo 7 sobre os assassinatos na Unita.

²¹ Ver particularmente Fred Brigdland, 'Angola's Secret Bloodbath', *Washington Post*, 29 de Março de 1992; também *Washington Post*, 7 de Abril e 12 de Maio de 1992, e *New York Times*, 7 de Abril de 1992.

²² Para mais informação sobre esta ligação privada, ver Nesbitt (1988), e Austin (1994).

²³ Ver esta discussão em Crocker (1992), 147-250, 284-5.

²⁴ Ver, por exemplo, *Washington Times*, 5 de Fevereiro de 1985, onde ele identifica Hama Thai, comandante da força aérea moçambicana, como um norte-vietnamita; este ridículo erro (ninguém que tenha encontrado Hama Thai poderia pensar ser ele vietnamita e não africano) foi repetido pela embaixadora dos EUA na ONU, Jeane Kirkpatrick.

²⁵ *Soldier of Fortune*, Maio de 1987.

²⁶ Ver as discussões nos Capítulos 5 e 7.

²⁷ Registo de agentes externos no Departamento de Justiça dos EUA, 22 de Julho de 1991.

²⁸ Sobre as negociações, ver, para além das referências já citadas no Capítulo 5, Gunn (1989, 1990), McCormick (1991) e Zartman (1989).

²⁹ McFaul (1989), 100. Ver também Bender, (1989).

³⁰ Ver, particularmente, Bender (1985).

³¹ Crocker (1992), 141 e segs, refere-se ao encontro e queixa-se sobre a fuga de informações que tornou público o seu conteúdo; a bem informada peça do *AfriqueAsie* (1 de Fevereiro de 1982) cita Crocker como desdramatizando de passagem os receios angolanos relativamente à África do Sul.

³² Crocker (1992), por exemplo, que emitia juízos de valor sobre negociadores individuais angolanos com base nos seus contactos, não revela qualquer conhecimento da sociedade angolana para além de alguns estereótipos simplistas.

³³ Sobre os detalhes das negociações, ver McCormick (1991).

³⁴ *Africa News*, 15 de Maio de 1989; Novembro de 1989.

³⁵ Ver Mutemba (1982) sobre as expulsões, e Clough (1982) para uma revista das relações EUA/Moçambique no início da década de oitenta.

³⁶ Ver Hanlon (1991), 28-9, 43-4; Crocker (1992), 232-44.

³⁷ Crocker (1992), 28-85.

³⁸ Ver Menges (1988) e Austin (1994).

³⁹ Comunicação pessoal de um diplomata ocidental que colocou a questão ao Departamento de Estado depois de ter recebido mensagens urgentes da embaixada do seu próprio país em Maputo.

COMO FUNCIONA A GUERRA DOS CONTRAS: A COMPONENTE MILITAR

É da sabedoria popular que a guerra de guerrilhas prolongada requer apoio popular. Revolucionários, teóricos da contra-subversão, cientistas sociais, todos citam a observação de Mao segundo a qual os guerrilheiros devem mover-se no seio do povo como o peixe na água.¹ Kitson, analista britânico da contra-insurgência, diz que 'nenhuma campanha de insurgência avança se não se basear numa causa que atraia grande apoio popular'.² O historiador Clarencē-Smith, num debate recente sobre Moçambique, alegou mesmo que a analogia do peixe na água 'parece axiomática'.³

Da mesma forma, assume-se que os recrutas da guerrilha sejam voluntários, motivados por causas nacionais, étnicas ou outras. Nos casos clássicos da China ou do Vietname, o partido revolucionário estava ligado a um exército guerrilheiro altamente politizado. O empenhamento político era visto como essencial para o sucesso militar.⁴ Analistas com uma orientação mais histórica avisam, no entanto, que as técnicas de guerrilha não têm necessariamente que ter uma correlação política.⁵ Mesmo que haja ressentimentos populares, pode acontecer que não chegue a surgir uma guerra de guerrilhas, ou que esta seja esmagada por uma força superior. Uma causa popular não é, portanto, condição suficiente para uma guerra de guerrilhas. Nem constitui condição necessária. As estratégias de guerrilha podem ser usadas por pequenos grupos ou por comandos ligados a um exército estrangeiro. Mao concede que os contra-revolucionários podem usar a guerra de guerrilhas contra o povo, mas acrescenta que são facilmente derrotados.⁶ Na sua maioria, os analistas concordam.

Nenhum destes princípios gerais se aplica, porém, aos exércitos convencionais. Poucos duvidam de que um regime opressivo e odiado se possa manter no poder e obter vitórias militares. E tal regime poder-se-á basear, em grande parte, em tropas milicianas. Evidentemente que o apoio político, a legitimidade e a hegemonia ideológica são relevantes para o sucesso ou fracasso de um exército convencional. Mas o poder de fogo ou o terror podem facilmente pesar mais que esses componentes consensuais.

A guerra de guerrilhas é considerada diferente, em parte, devido aos bem conhecidos exemplos do século vinte. Embora com um papel por vezes exagerado, a componente política esteve, de facto, no coração desses conflitos.⁷ Mas a generalização deste modelo implica certas condições de base. A força de guerrilha deve basear-se numa causa política e no apoio popular, argumenta-se, porque o Estado em causa tem o exército e a polícia, o controle da economia e das receitas estatais, a capacidade de reprimir e as tropas para se superiorizar em batalhas convencionais. Os guerrilheiros não têm nada disto. Esta disparidade constitui a razão principal porque os insurgentes adoptam a táctica guerrilheira da mobilidade e da surpresa.⁸

Todavia, essas condições não são universais. Antes da era moderna nem sempre era clara a distinção entre exércitos de um Estado estabelecido e outros corpos de homens armados. Actualmente, as guerras dos contras da década de oitenta levantam dúvidas sobre este equilíbrio de forças. Os Estados atacados eram geralmente mais fracos do que aquela visão considera. E os recursos militares externos ao alcance dos insurgentes na Nicarágua, Cambodja, Afeganistão, Angola e Moçambique, contrabalançavam amplamente a presumível inferioridade da guerrilha.⁹

Mesmo que se considere a sabedoria popular como 'axiomática' para os casos clássicos, é questionável se a prioridade da mobilização política sobre a força se aplica na mesma medida nos conflitos mais recentes. Os dados de Angola e Moçambique sugerem claramente que exércitos insurgentes com suficiente apoio do exterior podem, e de facto substituem a mobilização política pela força e capacidade militar técnica. A medida em que tal acontece, e como funciona em cada caso são, questões empíricas que não podem ser respondidas por axiomas fixos da guerra de guerrilhas.¹⁰

Este capítulo e o próximo olharão para o funcionamento dos exércitos da Renamo e da Unita. As fontes incluem as minhas próprias en-

trevistas com ex-participantes da Renamo, em 1988, e da Unita em 1989, assim como outros estudos baseados em entrevistas primárias e fontes documentais. Interessam-nos não as questões militares técnicas mas os mecanismos sociais que permitem que o exército insurgente exista e funcione. Embora haja mais evidência para Moçambique do que para Angola, e grande variabilidade na cobertura das regiões no interior de cada país, a informação é suficiente para nos permitir retirar conclusões preliminares relativamente a vários tópicos importantes.¹¹

A evidência indica, por exemplo, que o recrutamento forçado foi um componente essencial da construção da força insurgente. A minha hipótese de trabalho, antes de entrevistar os ex-participantes, era de que teria havido uma considerável variedade nas formas de recrutamento, incluindo recrutamento forçado, motivações ideológicas ou étnicas, e incentivos materiais para uma população jovem com muitos dos seus indivíduos marginalizados pelos sucessivos traumas do colapso económico, da seca e da guerra. As entrevistas realizadas em Moçambique revelaram um padrão muito mais consistente do que o esperado, em que o recrutamento forçado era esmagadoramente dominante. O padrão angolano surgiu mais variado, começando o recrutamento voluntário por ser predominante, e assumindo o recrutamento forçado um lugar principal a partir da década de oitenta.

Recrutamento e controlo em Moçambique

Dos trinta e dois entrevistados em Moçambique, só três afirmaram ter sido recrutados por motivos ideológicos; dois referiram incentivos materiais. Nenhum dos cinco era soldado regular da Renamo. Os restantes vinte e sete disseram ter sido recrutados à força. Referiram-se ao facto em termos muito específicos, muitos tendo citado a data e referido a palavra 'raptado'. Três deles disseram que os soldados os levaram em 1978-79, primeiro a pé para a fronteira rodesiana, e depois de camião para Odzi, a base de treino da Renamo na zona oriental da Rodésia. Chegaram em grupos de cativos, cada um deles composto por cinquenta a setenta pessoas. Um deles referiu que, no seu grupo de setenta, iam todos amarrados uns aos outros no decorrer da marcha de um dia.

As outras entrevistas revelaram um padrão semelhante. Os recrutas capturados eram obrigados a caminhar para campos de treino no inte-

rior de Moçambique, alguns deles começando por ter de transportar bens para os soldados da Renamo ou por servir de guias nas suas zonas de origem. Eram raptados nos campos, no caminho para visitar parentes ou em casa. Outros eram capturados em grandes grupos, no decorrer de ataques a escolas, aldeias, plantações ou pequenas vilas. Por exemplo, um camponês do distrito de Nicoadala, na Zambézia, foi levado conjuntamente com outros 200 aldeãos para transportar comida para a base da Renamo, em 1985. Todos os homens foram encaminhados para treino militar. Outro trabalhava na Sena Sugar quando, em Agosto de 1985, foi raptado com mais 182 trabalhadores. Caminharam durante três dias até chegar à base, onde ele e outros oito foram obrigados a fazer treinos militares. Um outro, director escolar, foi raptado com dezoito outros durante o ataque a uma escola levado a cabo por 150 soldados da Renamo, no dia de consoada de 1985.

Também inquiri, junto de cada entrevistado, sobre o recrutamento de outros. Paulo Oliveira, moçambicano de origem portuguesa e ideologicamente convertido à Renamo, disse-me que dos cerca de dezoito moçambicanos que serviram com ele no quartel-general da Renamo na África do Sul, em 1983-84, só três não tinham sido recrutados à força.¹² Entre o pessoal da estação de rádio que ele dirigia, ou envolvidos em outras operações administrativas, havia muitos antigos estudantes de uma escola secundária de Inhambane que tinham sido raptados em massa.

Dos antigos combatentes, quinze disseram que todos, ou quase todos aqueles que treinaram com eles tinham sido raptados. Um deles, que esteve com a Renamo desde 1979, acrescentou: 'os *matsanga* levam-te, e tu não podes dizer que não'. Outro, que esteve com a Renamo entre 1982 e 1987, disse: 'Em geral, todos os soldados simples eram raptados'. Outros evitaram pronunciar-se, fazendo comentários como 'Eu não tive chance de os contar', ou 'Eu não falava com todos eles'. Na sequência destes diálogos eu perguntei se os raptados eram 'muitos' ou 'poucos', e eles responderam uniformemente que eram 'muitos'. Quando inquiridos sobre os voluntários, as suas respostas variavam entre 'alguns' e 'muito poucos'.

A estimativa mais alta do recrutamento de voluntários foi-me dada por um zimbabweano que serviu como comandante sectorial da Renamo perto de Mavonde. Segundo ele, enviava setenta a noventa recrutas por semestre para a base central, para treinar, incluindo quin-

ze a vinte voluntários. Até este comandante confirmou que raptar pessoas era uma actividade regular das unidades militares da Renamo.

Como grupo, os entrevistados não manifestaram uma atitude comum relativamente ao governo moçambicano ou à Renamo. Uma vez que a ideia de opção não surgiu como particularmente relevante, a perspectiva dominante parece ter sido fatalista. E, de facto, o único factor comum que parece ter dominado a entrada para a Renamo foi o facto de estarem numa zona vulnerável aos ataques, e não qualquer comunhão de ideologia, posição de classe, grupo étnico ou atitude política.

Embora não tivesse incluído crianças nas minhas entrevistas, outras fontes indicam que o recrutamento forçado de crianças foi generalizado.¹³ Entre os meus entrevistados, os capturados em grandes grupos disseram que os cativos do sexo masculino seleccionados para o treino militar tinham idades que iam dos 12 aos 30 ou 40 anos. Muitos disseram que aqueles que eram considerados demasiado velhos para o combate eram usados noutras tarefas, como carregadores, criados dos oficiais ou mensageiros. A utilização de crianças em combate variou muito de região para região, sendo particularmente comum nas províncias de Gaza e Maputo.

Também houve outras formas de recrutamento para além do rapto. Para além dos voluntários, um entrevistado referiu colegas seus que lhe disseram que andavam à procura de emprego no Malawi quando brancos lhes ofereceram ocupação e os levaram para a Rodésia, onde descobriram ter passado a fazer parte da Renamo. Outras fontes também referem exemplos credíveis de jovens desempregados recrutados em Moçambique ou no seio dos imigrantes ilegais moçambicanos na África do Sul. Mas o papel do recrutamento forçado é confirmado como o mais importante em outros estudos, independentes das minhas entrevistas.¹⁴

Um desses estudos, do antropólogo Christian Geffray, baseou-se em profundo trabalho de campo no distrito de Erati da província de Nampula. Geffray salienta as políticas governamentais que alienaram a população local e fizeram com que a Renamo fosse bem acolhida quando chegou pela primeira vez ao distrito. Porém, a sua descrição do recrutamento confirma o rapto como regra e o alistamento voluntário como excepção. Ele fornece diversos testemunhos em primeira mão de recrutas raptados que referem ter sido amarrados e obrigados a caminhar para as bases de treino. Os recrutas eram con-

siderados cativos até terem concluído os treinos e serem incorporados nas forças da Renamo. Geffray menciona também a existência de 'numerosos' voluntários, pelo menos no início, quando vários chefes aderiram voluntariamente à Renamo e os jovens que lhes eram leais entraram para as fileiras do movimento. Nos anos seguintes, alguns recrutas foram mobilizados em zonas controladas pela Renamo, em vez de capturados no decorrer de ataques às zonas governamentais. Mas Geffray não especifica que proporção desta mobilização terá sido voluntária.

Em mais de oitenta entrevistas sistemáticas com antigos membros da Renamo em Inhambane, Sofala e Cabo Delgado, o investigador sueco Anders Nilsson observou o mesmo padrão de recrutamento por meio do rapto. Nilsson, que entre 1983 e 1988 viajou por todo o Moçambique como jornalista, diz que a prática do recrutamento forçado para a Renamo era consistente e virtualmente universal. O teste decisivo das atitudes de um recruta relativamente à Renamo, avisa ele, não era se ele havia ou não sido raptado, mas as respostas que ele era capaz de dar em seguida. Ele notou um padrão de rotação rápida, em que os desertores eram regularmente substituídos por novos cativos.

Em conjunto com o antropólogo canadiano Otto Roesch, investigadores do Arquivo do Património Cultural de Moçambique realizaram entrevistas no Sul e no centro de Moçambique, respectivamente em 1990 e 1991.¹⁵ Mesmo no centro de Moçambique, área de mais forte influência e de controlo mais estabilizado da Renamo, notou Roesch, 'o recrutamento de combatentes, aqui como noutros lugares de Moçambique, continua a ser sobretudo por meio da captura'. No Sul, os informantes de Roesch, na maioria originários da zona, confirmaram que pelo menos os combatentes não-Ndau eram quase todos recrutados à força, embora não estivessem tão seguros que este cenário se aplicasse aos combatentes de origem Ndau. Roesch também confirmou a utilização generalizada de crianças capturadas para servirem como soldados no Sul de Moçambique.

Dois outros estudos de âmbito nacional fornecem mais dados. O Save the Children entrevistou 504 crianças (com idades entre os 5 e os 15 anos) com experiência directa da guerra e oriundos de quarenta e nove distritos de sete das dez províncias de Moçambique. Do total, 323 tinham sido raptadas pela Renamo. Mais de um quarto dos raptados foram posteriormente obrigados a realizar treinos militares.

Um estudo do Africa Watch, que também aborda o programa de recrutamento do governo e os recrutas voluntários da Renamo, fornece evidência adicional do generalizado recrutamento forçado da Renamo.

Uma vez que não existe, até à data, investigação baseada em amostras aleatórias, não pode haver uma estimativa precisa de quão dominante era o recrutamento forçado. Presumivelmente, a proporção variou não só de região para região e consoante a fase mas, também, se tomarmos a força total da Renamo como denominador comum para todo o tempo de guerra ou se considerarmos aqueles que passaram algum tempo em regime forçado nas hostes da Renamo, por mais breve que esse tempo tenha sido. Alguns recrutas forçados, avisa o Africa Watch, vieram mais tarde a expressar apoio voluntário à Renamo. Mas não pode haver margem para dúvidas que o recrutamento forçado era, de longe, a maneira mais comum de se entrar para as fileiras militares da Renamo.

Em Angola

A investigação sobre o caso de Angola é menos categórica. Até à data os relatórios publicados baseados em entrevistas sistemáticas foram apenas o meu próprio e dois do Africa Watch.¹⁶ Mas a evidência indica um padrão misto, em que o recrutamento forçado, embora significativo, desempenhou um papel menos predominante do que em Moçambique. Havia uma distinção clara entre duas gerações. A primeira geração aderiu voluntariamente, sobretudo em 1974-76, porque encarava a Unita como o movimento natural da sua região. A segunda geração foi recrutada sobretudo à força. Alguns referem um recrutamento do tipo alistamento nas zonas da Unita, mas a maioria diz ter sido raptada pela Unita das zonas controladas pelo governo.

Entre os entrevistados, os cinco que aderiram voluntariamente à Unita fizeram-no entre 1974 e 1976. Aparentemente, a maior entrada de recrutas ocorreu em 1974, antes dos combates abertos se terem iniciado. Num caso típico, um alistado de 22 anos que pertencia ao exército português estacionado no Bié, ouviu falar da Unita por camaradas de caserna que lhe disseram que 'Savimbi é o nosso homem'. De origem Umbundu, ele foi, em Agosto de 1974, para o gabinete da Unita no Cuito, a fim de se alistar. Um outro, de origem Umbundu do Huambo e 19 anos de idade, trabalhava nas docas de Luanda e afirmou ter-se alistado porque 'o sentimento generalizado

dos Umbundu era pró-Unita' Um terceiro deixou a escola com alguns companheiros para se alistar na Unita em Janeiro de 1975. Segundo ele, os estudantes estavam divididos: 'Muitos' aderiram à Unita mas 'muitos' preferiram o MPLA.

As descrições dos entrevistados condizem com outros relatos do mesmo período. A maior parte da actual direcção da Unita pertence provavelmente a esta geração. Alguns tiveram contactos anteriores com redes clandestinas da Unita.¹⁷ As experiências dos meus informadores mostram, porém, que muitos recrutas desconheciam qualquer movimento angolano antes de Abril de 1974. Augusta Conchiglia, jornalista italiana que entrevistou ex-combatentes da Unita em diversas ocasiões, diz também que a maior parte dos que aderiram à Unita em 1974-76 não conheciam o movimento antes do golpe.¹⁸ Os meses que se lhe seguiram foram marcados por uma repentina euforia, com grande abertura nas discussões políticas e aderindo a juventude ao primeiro movimento nacionalista que surgisse. Para a juventude Umbundu e para a província do Moxico, com uma composição étnica diversa, a Unita era o movimento mais importante e acessível.

A maior parte dos recrutas da Unita entrevistados por Leon Dash em 1976-77 apresentava motivos semelhantes para a adesão ao movimento.¹⁹ Muitos eram antigos membros do exército português que, segundo Dash, 'aderiram voluntariamente devido a... uma ligação emocional à linhagem, à tribo ou ao Sul de Angola, e uma devoção quase mística ao líder carismático da guerrilha da Unita'. Segundo Dash²⁰ e Sitte²¹, entre os recrutas militares da Unita neste período incluíam-se, em número significativo, brancos e mestiços. Mas a maioria era composta por jovens de língua Umbundu.

A evidência de recrutamento forçado surgiu tanto no caso dos restantes onze entrevistados como em descrições de recrutas voluntários relativas a anos posteriores. Nove dos onze disseram ter sido raptados à força por soldados, utilizando palavras como *ataque* ou *raptado*. Os outros dois disseram ter sido levados da sua escola ou aldeia.

Só dois dos recrutas forçados eram do período de 1974-76. O primeiro disse que soldados da Unita levaram setenta e nove estudantes da sua escola, na província do Huambo, em Maio de 1975 – todos eles em idade militar. Disseram-lhes que tinham que cumprir com o seu dever. O outro, enfermeiro num hospital que, na altura, não

apoiava qualquer grupo político, foi raptado à noite de casa de sua mãe, na província do Bié. Dash refere um oficial da Unita como tendo dito que ele e amigos seus foram convidados para uma festa no Cuito, em Abril de 1975, e depois levados em camiões para ingressar no exército da Unita.²²

Os entrevistados com conhecimento deste período disseram que tais incidentes eram, na altura, excepcionais, mas que o recrutamento forçado se tornou generalizado na década de oitenta. Em 1977, a Unita decidiu expandir a sua força, transformando o exército de guerrilha em forças semi-regulares e regulares, para implementar aquilo que Savimbi designava de 'teoria dos grandes números'.²³ Como explicou um dos entrevistados, quando os comandantes locais não conseguiam preencher a sua quota de recrutas recebiam ordens 'de cima' para proceder a raptos nas zonas controladas pelo governo.

Nenhum dos entrevistados entrou para a Unita em 1977-81. Mas todos os nove entrados depois de 1982 disseram ter sido recrutados à força. Um, de origem Ganguela, disse que entre 1975 e 1982 alguns homens da sua aldeia partiram voluntariamente para ingressar no MPLA, enquanto que outros optaram pela Unita. Em 1982, quando ele tinha 28 anos, a Unita levou a cabo uma rusga de recrutamento na zona, e levou-o a ele e a mais dez aldeãos. Traçou então uma distinção entre voluntários, levados em rusgas e raptados, dizendo que entre os seus camaradas havia 'muitos' de cada uma destas categorias. Um outro, de língua Cuanhama, disse que a sua aldeia fora capturada em meados de 1983 e levada primeiro para a Namíbia e depois, em camiões, para uma base da Unita perto da Jamba. Disse que todos os da província do Cunene tinham sido recrutados à força mas que nada sabia relativamente às outras províncias.

Os restantes sete foram raptados em zonas rurais do Huambo ou do Norte da Huíla, cinco no decorrer de ataques a aldeias e dois emboscados em estradas. Todos foram levados em grandes grupos, a pé, para bases no mato, e daí aqueles que tinham idade militar, para a Jamba a fim de ser submetidos a treinos. Inquiridos sobre a proporção de recrutamentos forçados e voluntários entre os seus companheiros, vários entrevistados disseram não discutir tal assunto a não ser com amigos íntimos. Um deles disse que todos os da sua aldeia haviam sido raptados. Outro disse que os raptados, como ele próprio, eram poucos em comparação com 'os que foram apanhados na população que eles já controlavam'. Dois outros distinguiram entre os raptados

em combate e os levados de zonas controladas pela Unita. Um dos entrevistados mais evoluídos disse que, em geral, os oficiais eram voluntários mas que eram raros os voluntários entre soldados comuns depois de 1980.

Com excepção de Dash em 1976-77, os jornalistas que viajaram com a Unita parece não terem falado com os soldados do movimento sobre o seu recrutamento. As entrevistas com ex-combatentes da Unita realizadas pela imprensa angolana raramente dão este tipo de detalhes. Mas há relatos independentes que referem o rapto de recrutas da Unita, incluindo trabalhos do Africa Watch, três entrevistas de Conchiglia e alguns relatórios breves de imprensa.²⁴ Juntamente com as minhas entrevistas, constituem material suficiente para estabelecer a existência de recrutamento forçado em escala significativa nos anos oitenta. A evidência é insuficiente para calcular a proporção mas a tendência é clara: começando por um recrutamento predominantemente voluntário e evoluindo para uma maior utilização do recrutamento forçado (tanto no alistamento como por meio de rapto) à medida que a guerra se intensificava. Tal tendência faz sentido dado o cansaço de guerra que se foi instalando e a necessidade de um número cada vez maior de soldados para os combates convencionais.

Controlo e assimilação

Como é que, então, os jovens recrutados à força são transformados em eficientes soldados de exércitos de guerrilha? A questão não é inteiramente diferente da do caso dos exércitos convencionais baseados no serviço militar obrigatório, comuns a Angola e Moçambique e, de facto, à maioria dos exércitos modernos. Os países com sistema de serviço militar obrigatório baseiam-se na força (ameaça de prisão para os refractários e desertores) e na alegada legitimidade para manter os recrutas no exército. O treino militar destina-se não só a ensinar conhecimentos técnicos mas, também, a incorporar os recrutas numa nova ordem social (o exército) e a incutir o sentido da inevitabilidade e orgulho no seu novo estatuto.

O serviço militar obrigatório dos governos, instituído por lei, é considerado legítimo apesar dos abusos que permite na prática (tais como rugas para capturar os refractários em Angola e Moçambique). O recrutamento de insurgentes por meio de rapto em território inimigo é aparentemente destituído de tal justificação, embora o recrutamento

em território controlado pelos grupos possa ser justificado pela autoridade costumeira ou pela mobilização política desses grupos. Quando a legitimidade joga um papel menor outros mecanismos podem passar a ter maior importância. Para a Renamo e para a Unita incluem-se, neste aspecto, a ameaça de execução, a transferência de recrutas para longe das suas zonas de origem, o medo de punições pelas forças governamentais, ou o treino e assimilação ao modo de vida dos soldados.

A ameaça de execução

Tanto na Renamo como na Unita, os novos recrutas e os soldados enfrentavam uma real ameaça de execução se tentassem desertar. Algumas tentativas de fuga resultavam em punições menos severas, mas a pena de morte era suficientemente frequente para servir de poderoso elemento desencorajador.

Em Moçambique, treze dos entrevistados disseram ter conhecimento pessoal da execução de soldados que tentaram fugir, que os seus comandantes os tinham ameaçado com a execução e que acreditavam ser este o castigo normal para tal atitude. Seis disseram que o castigo usual não era tão severo, referindo em seu lugar noventa dias de prisão (numa palhota ou num buraco no chão), espancamentos ou tortura. Relatos indirectos colhidos em Maputo referiram frequentemente as execuções entre os recrutas raptados pela Renamo, para servirem de exemplo aos restantes. Nenhum dos trinta e dois entrevistados deu exemplos específicos disto. Colopes Sitei, porém, descrevendo o seu próprio rapto com mais 200 pessoas em Manjacaze, em 10 de Agosto de 1987, afirmou que várias pessoas que não conseguiam manter a marcha foram mortas na primeira noite, e dezasseis muçulmanos que protestavam, pretendendo regressar à vila, foram executados no dia seguinte.²⁵

Embora a evidência seja insuficiente para determinar a frequência deste tipo de acontecimentos, a Unita também executou muitas vezes aqueles que tentavam desertar. Um entrevistado de Angola afirmou que quatro pessoas raptadas com ele, incluindo o seu professor primário, tentaram fugir pouco depois de terem sido capturadas. A Unita recapturou-os e executou-os. Outros disseram ter presenciado várias vezes a execução de pessoas que tentavam desertar. Vários, independentemente uns dos outros, disseram que este era um dos te-

mas do discurso de graduação que Savimbi proferia a cada grupo de recrutas uma vez concluídos os treinos.

Transferência

A transferência de recrutas servia para afastá-los das suas comunidades de origem e para fazer com que fosse difícil escaparem. Em Moçambique, quase todos os entrevistados descreveram marchas de pelo menos dois dias entre o local de captura e a base de treinos. Geffray e Nilsson verificaram um padrão semelhante. Com raras exceções, os recrutas da Renamo eram colocados como soldados em distritos diferentes dos seus, e alguns mesmo noutras províncias. Todos descreveram as suas unidades militares como tendo origem mista e disseram que nelas não havia pessoas que já conhecessem antes ou com quem tivessem treinado. Um comandante da província de Manica afirmou que a política consistia em transferir os soldados de forma a que lhes fosse mais difícil escapar.

Esta estratégia parece ter sido particularmente eficaz em zonas como a província da Zambézia, onde não existe grande tradição de migração a longa distância. A necessidade de se aprender a geografia e a língua local antes da tentativa de fuga constituía um grande obstáculo. Esta dificuldade era menor no Sul, onde a tradição migratória e a língua comum criam familiaridade com uma maior extensão de território. A maioria das transferências ocorria no interior da mesma região (Sul, centro, Norte). Mas os entrevistados de cada região também referiram a presença de soldados de outras regiões e, por exemplo, o quartel-general da Gorongosa atraía recrutas de todo o país.

A Unita também dificultava as deserções movendo os recrutas para distâncias a semanas ou meses de caminhada das suas zonas de origem. Ao contrário de Moçambique, porém, as transferências iniciais convergiam todas para um único ponto, a área da Jamba. Esta encontrava-se longe das zonas de origem da maioria dos recrutas, que na década de oitenta eram, em geral, transportados para lá de camião. Aqueles, entre os entrevistados, que conseguiram desertar disseram que era praticamente impossível fazê-lo a partir da Jamba, que se encontrava muito distante das regiões populosas do país. Os riscos, disseram, consistiam não só na possibilidade de voltarem a ser captu-

rados mas, também, de morrerem à fome ou serem atacados por animais selvagens.

Temor das forças governamentais

Para além do receio de serem executados pela Renamo ou pela Unita, a razão mais frequentemente apresentada pela qual evitavam desertar era de que os seus comandantes lhes diziam que se conseguissem escapar seriam mortos pelo governo. Em nenhum dos dois países esta foi uma política oficial. Particularmente a partir de 1988, ambos os governos desenvolveram grandes programas de amnistia visando atrair desertores, e não puni-los. Mas incidentes do tipo aconteceram suficientes vezes para servirem de ameaça real.

Em Moçambique, vários entrevistados referiram discursos de 1988 do presidente Dhlakama da Renamo, dizendo que o programa de amnistia do governo era falso e que se se entregassem seriam primeiro entrevistados pela rádio e depois mortos. Um deles, um prisioneiro, disse que sabia de soldados da Renamo que haviam escapado para serem posteriormente mortos pelas forças governamentais. Funcionários governamentais moçambicanos confirmaram, particularmente nos primeiros anos, casos de violência popular contra soldados da Renamo e execuções sumárias ordenadas por comandantes locais. Com o programa de amnistia tais incidentes diminuíram, embora continuassem a ser ocasionalmente relatados.²⁶

O soldado da Renamo enfrentava pois uma difícil escolha: se tentava escapar e não conseguia podia ser executado e, tanto quanto sabia, se o conseguisse podia vir a ser morto pelo governo. Um dos que eu entrevistei disse que se debateu durante meses com esta questão antes de se decidir finalmente a desertar.

Em Angola, os entrevistados também mencionaram o receio de serem punidos pelo governo, e até executados, como dificuldade da deserção. Segundo o entrevistado, a Unita dizia aos recrutas que o governo executava os seus soldados, tanto desertores como prisioneiros. Vários descreveram a sua surpresa quando encontraram ainda vivos conhecidos seus que a Unita dizia terem sido mortos.

A evidência disponível não confirma a medida em que tais receios se justificavam. Por volta de 1989, após uma muito divulgada amnistia e a libertação de numerosos prisioneiros, o programa governamental para tratar de prisioneiros e desertores parecia relativamente bem or-

ganizado, visando reintegrar os ex-combatentes da Unita na sociedade. As experiências pessoais de diversos entrevistados, tanto prisioneiros como desertores, revelam que este programa estava já antes em funcionamento, no início dos anos oitenta. O objectivo principal da política governamental com os programas destinados a reunir tais pessoas às suas famílias (em alguns casos com sucesso), era atrair desertores e não exercer vingança.

Contudo, extractos da imprensa angolana e outras fontes mostram que em anos anteriores a pena de morte era aplicada por tribunais militares a prisioneiros da Unita. A Amnistia Internacional também referiu com regularidade a alegação de execuções extra-judiciais.²⁷ Independentemente da política oficial, é claro que houve muitas retaliações indiscriminadas em alguns locais, e de ambos os lados. O desertor potencial da Unita tinha receios justificados relativamente àquilo que as forças governamentais podiam fazer.

Atritos

Apesar de tais obstáculos, muitos recrutas conseguiam escapar, pelo menos em Moçambique (não existem números para Angola). Moçambique reportou que, em 1988, 3.000 aceitaram a amnistia, número que pecará por defeito uma vez que muitos desertores da Renamo preferiram não se apresentar ao governo. Não há números disponíveis para os anos anteriores. Mas mensagens-rádio de um comandante da Renamo na província de Maputo, capturado em 1984, referem sessenta e nove deserções das suas forças num período de sete meses, de um total estimado em 425 homens.²⁸

Nilsson atribui particular importância a este processo de atrito. Os que mais se opunham à Renamo eram os que mais provavelmente conseguiam escapar ou ser mortos na tentativa. Os que ficavam, portanto, eram precisamente aqueles que, voluntária ou involuntariamente, estavam mais abertos à assimilação às fileiras do movimento.²⁹

Iniciação e treino

No caso de um grupo de recrutas – crianças do Sul de Moçambique – há indícios de iniciação à violência uma vez que eram obrigadas a cometer actos violentos contra civis. Porém, tal violência extrema não parece ter constituído regra geral para todos os recrutas em Moçam-

bique.³⁰ Nem parece aplicar-se a Angola. A Unita difere claramente da Renamo no sentido em que os entrevistados não referem um padrão de recrutamento forçado de crianças para treino militar. Com exceção de um caso, que nos disse ter estado envolvido no treino de crianças em 1986, todos os entrevistados nos disseram que os recrutas não eram enviados para treino militar enquanto não fossem adultos – indo as idades mínimas dos 17 aos 19 anos de idade. Dois deles chegaram mesmo a frequentar a escola depois de integrados na Unita e antes de serem enviados para treino militar.

Para ambos os exércitos insurgentes era essencial um treino básico bem organizado. Embora houvesse estrangeiros envolvidos, sobretudo rodesianos e sul-africanos, a responsabilidade principal cabia a instrutores recrutados nas fileiras, moçambicanos e angolanos. Os três moçambicanos treinados na Rodésia disseram que o seu curso durara seis meses. Para aqueles que foram treinados mais tarde, no interior de Moçambique, o curso básico foi de dois a três meses. O curso constava quase que exclusivamente de manuseamento de armas, e ao concluí-lo os participantes recebiam uma AK-47. Alguns recebiam treino adicional de artilharia, anti-aéreas, comunicações e primeiros socorros. Com poucas exceções, os instrutores dos cursos no interior de Moçambique eram moçambicanos, identificados pelos entrevistados como ‘veteranos’ com mais experiência.

A experiência angolana é um pouco diferente. Os primeiros recrutas foram treinados em campos da Unita na província do Moxico, antes do início da guerra, em 1975. Os seus instrutores incluíam alguns guerrilheiros da Unita anterior a 1974 e, na sua maioria, veteranos do exército colonial português. Nos anos oitenta, os principais campos de treino localizavam-se perto das fronteiras zambiana e namíbia, no remoto triângulo do Sudeste de Angola. O treino básico tinha a duração de três meses, após o que os recrutas eram qualificados como tropas ‘semi-regulares’. Alguns recrutas faziam cursos especializados de seis meses; outros recebiam apenas um treino de guerrilha mínimo.

Duas diferenças essenciais distinguiam a Unita da Renamo neste domínio. No caso da Renamo, algumas tropas foram treinadas por instrutores sul-africanos, mas a partir de inícios da década de oitenta a maioria passou a ser treinada por instrutores do movimento, em bases provinciais no interior de Moçambique. O sistema da Unita estava centralizado na Jamba e era dirigido conjuntamente por oficiais ang-

lanos e sul-africanos. Dois ou três de cada lado eram responsáveis pelo treino de uma companhia, sendo normalmente os angolanos o dobro dos sul-africanos porque também incluíam tradutores.

Independentemente do processo de recrutamento, a integração numa unidade militar e a conclusão do treino básico asseguram um certo grau de solidariedade de grupo. A pesquisa sobre os exércitos convencionais indica que a lealdade para com os camaradas de armas constitui um dos mais fortes móbeis dos soldados em combate, muitas vezes mais importante que o patriotismo ou outras formas abstractas de lealdade. É plausível que este factor também se aplique aos grupos de insurgentes.³¹ Só aqueles que se sentem ligados por fortes laços de lealdade à força contrária conseguem resistir às enormes pressões que caracterizam a sua situação.

Mobilização política e assimilação

No caso da Renamo a mobilização política parece ter sido mínima, mesmo no interior do exército. Nenhum dos entrevistados referiu encontros políticos, discussões ou cursos, numa base regular. Consideravam-se como fazendo parte de um exército e não de um movimento político. Apenas dois referiram que havia encontros políticos regulares com a população civil.

Os nove entrevistados que referiram reuniões políticas disseram que estas eram reuniões ocasionais dos soldados para ouvir os discursos do Presidente Dhlakama e de outros comandantes. Todos disseram que os temas dos discursos era 'nós somos contra o comunismo, contra o socialismo, defendemos o capitalismo, somos contra as aldeias [comunais] e queremos viver individualmente no mato'. Foi-lhes assegurado que a guerra estava quase a acabar e que iriam então viver na cidade. Apesar de tudo, a lealdade desenvolvida no seio de muitos recrutas foi provavelmente resultante mais de uma dinâmica de grupo que de argumentos políticos. Continua a haver pouca evidência para refutar a caracterização de Geffray do grupo como uma organização puramente militar, existindo exclusivamente para fazer a guerra.³²

Se exceptuarmos um grupo nuclear, a etnicidade não parece ter constituído obstáculo de maior à integração na Renamo. Os entrevistados disseram que a maioria dos comandantes eram de língua Shona, mas também referiram que os soldados vinham de todas as partes de Moçambique e que independentemente da origem étnica

todos podiam aspirar ao comando. Em muitos casos os soldados tinham que aprender a falar Shona, mas a língua falada em cada unidade dependia muito da proporção dos diferentes grupos. É interessante notar que relativamente a esta questão as opiniões dos falantes Shona e dos restantes não divergiram. Todavia, existe também evidência de que a identidade Ndau era um importante elemento aglutinador no seio da direcção militar da Renamo, influenciando as suas atitudes para com os soldados e a população civil.³³

A assimilação à Unita era diferente do caso da Renamo, tanto em termos de mobilização política como de etnicidade. A maioria dos oficiais e muitos soldados eram voluntários, e o contexto social em que entravam os recrutas forçados era altamente politizado. Savimbi e os seus subordinados dedicavam muito tempo a justificar a sua causa; a estrutura militar assentava num contexto político. O recurso à força era usado apenas se não se conseguia convencer o recruta, mas Savimbi tinha grande poder de presuação, complementado pelo conjunto dos seus devotos seguidores.

A homogenidade étnica da Unita facilitava a assimilação política. Os entrevistados acharam que no interior da Unita a esmagadora maioria dos soldados e civis eram de origem Umbundu. Também estavam representados outros grupos étnicos de Angola, mas em número muito menor. Os entrevistados referiram a presença de alguns não-Umbundu na direcção máxima, assim como no corpo de oficiais. A Unita usava o português e o Umbundu como línguas francas, mas na prática todos tinham que falar Umbundu. Embora esta hegemonia étnica possa ter dificultado a integração de elementos de outras origens, ela facilitou a incorporação de recrutas de língua Umbundu, para quem a lealdade para com a Unita era apresentada como um dever natural.

Recompensas

Mesmo para aqueles que foram recrutados à força, as recompensas da vida militar terão constituído incentivos positivos. Geffray salienta as limitadas oportunidades ao alcance da juventude em Nampula, no incício da década de oitenta, e a perspectiva de independência em relação à família e o acesso a alimentos, pilhagem e mulheres permitidos pela posse de uma arma. Parece razoável considerar que, de alguma maneira, esta explicação também se aplica a outras zonas

de Moçambique e a Angola.³⁴ Porém, tais benefícios só eram extensivos a uma parte da força insurgente. Segundo os meus entrevistados, as condições dos soldados eram muitas vezes extremamente duras.

No caso da Unita havia a oportunidade de progressão no seio do exército, e a expectativa de conquista do poder após a esperada vitória. Para alguns havia ainda a formação no exterior, como por exemplo os cursos militares em Marrocos e outros países, e bolsas de estudos civis, sobretudo em Portugal. Em suma, para o recruta da Unita o serviço militar podia constituir, para além de uma obrigação política, também uma oportunidade. As recompensas dos soldados da Renamo eram mais limitadas. Os comandantes de algumas zonas, particularmente nas fronteiras com o Malawi e a África do Sul, tiravam vantagem da venda dos bens saqueados do outro lado da fronteira. Os moçambicanos da Renamo que treinavam na África do Sul recebiam, por vezes, salários regulares como membros da Força de Defesa da África do Sul, chegando os funcionários da Renamo a receber entre 500 e 750 randes por mês no início da década de oitenta.³⁵

Um último benefício, aparentemente bem organizado na Renamo e na Unita, era o sistema de primeiros socorros e outros cuidados médicos a que os soldados tinham direito, incluindo a possível evacuação para a África do Sul nos casos mais graves. Embora isto não compensasse totalmente os riscos do combate, servia provavelmente como uma das mais importantes medidas de manutenção do moral.

Em resumo, havia mecanismos alternativos para transformar a força insurgente numa máquina militar funcional. Na Unita, tais mecanismos incluíam a mobilização política sistemática. Mas mesmo no caso de uma mobilização política mínima como foi o da Renamo, a combinação da ameaça permanente com a assimilação às estruturas sociais do exército serviu para manter a máquina em funcionamento.

A logística das operações militares

A continuidade da guerra de guerrilhas depende da logística. Apesar dos mitos, é raro o sucesso de uma insurgência sem acesso a reabastecimentos provenientes do exterior. A Renamo e a Unita tiveram uma vantagem acrescida: a organização das operações de reabastecimento foi levada a cabo por uma potência externa com um sofisticado

sistema de planeamento e transportes. Os guerrilheiros que combateram os portugueses puderam recorrer a territórios africanos adjacentes, é certo. Mas dependeram de fornecimentos irregulares de uma variedade de potências estrangeiras, de redes de transportes subdesenvolvidas nos países vizinhos e, uma vez atravessada a fronteira, do carregamento à cabeça como único processo de transporte. A Renamo e a Unita, pelo contrário, só tiveram que recorrer ao transporte à cabeça na última etapa das suas linhas de abastecimento.

Moçambique

Os entrevistados de Moçambique descreveram um padrão coerente de abastecimento de armas, munições e medicamentos. Todos os que serviram nas zonas de combate fizeram alguma referência a material capturado mas nenhum afirmou que fosse esta a principal fonte de abastecimento. A operação de abastecimento incluiu fornecimentos através das fronteiras terrestres, lançados de pára-quedas ou transportados em aviões Dakota DC-3, e por mar, assim como transportes à cabeça no interior ou entre províncias.

Dois entrevistados que estiveram na Renamo menos de seis meses, disseram que as armas vinham 'do armazém' da base. Outros, estacionados em bases secundárias, referiram que quando havia problemas de abastecimento o comandante da base comunicava por rádio com a base provincial e enviava carregadores para transportar os reabastecimentos. Os entrevistados sem experiência de bases provinciais disseram repetidamente que não sabiam como chegava o armamento mas que outros combatentes lhes haviam dito que vinha da África do Sul.

Aqueles que conheceram as bases provinciais ou o quartel-general da Renamo descreveram um sistema em que só grupos de soldados de elite sabiam e contactavam com os aviões e barcos de reabastecimento. Muitos deles, envolvidos antes e depois de 1984, disseram que após o Acordo de Nkomati estas operações passaram a ser muito mais secretas. Depois do acordo, segundo disse um comandante que passou nove anos com a Renamo no centro de Moçambique, o avião Dakota só vinha de noite, aterrando em locais desconhecidos da maioria dos soldados.

O sistema variava de região para região. Um entrevistado de uma base localizada perto da fronteira de Moçambique com a Swazilândia

e a África do Sul, referiu que entre 1984 e 1988 algum material vinha por terra da África do Sul, à cabeça de carregadores. Acrescentou que os helicópteros sul-africanos vinham de dois em dois meses, com abastecimentos, médicos, instrutores para os cursos especiais e outros visitantes.

Entrevistados do centro de Moçambique referiram lançamentos de pára-quedas e aterragens de aviões tanto antes como depois do Acordo de Nkomati. Um deles, estacionado perto de Espungabera em 1979-82, disse que os aviões vinham de três em três meses, realizando dois lançamentos consecutivos na mesma noite. Mais tarde, como comandante operando perto de Mavonde (1982-88), ele passou a receber uma vez por ano reabastecimentos lançados de pára-quedas. A quantidade era geralmente suficiente para todo o ano; normalmente mantinham as armas capturadas como equipamento de reserva. Uma vez, em 1987, o fornecimento esperado não chegou. Outros descrevem igualmente fornecimentos anuais, que em algumas zonas eram mais frequentes. Pelo menos a zona central recebia fornecimentos regulares em várias regiões.

Na Zambézia, os entrevistados referiram fornecimentos aerotransportados e transportes à cabeça que, provenientes da Gorongosa, atravessavam o rio. Um deles, estacionado na base provincial de Alfazema entre Dezembro de 1986 e Junho de 1988, referiu que um avião aterrou lá em duas ocasiões, em Abril de 1987 e em Abril de 1988. Não presenciou as operações, uma vez que decorreram à noite, mas ouviu o ruído e viu tropas especiais enviadas para recolher o material. Outro, com experiência na zona de Maringué em 1985-86, ajudou a acender fogueiras para demarcar a pista de aterragem. Ao avião acedeu apenas uma unidade especial de sessenta soldados. Mais tarde, em 1987, ele foi transferido para a base de uma companhia de outra região, de onde eram enviados, uma vez por ano, quarenta e seis carregadores para transportarem os reabastecimentos de Maringué.

Os entrevistados que reconheceram aviões específicos mencionaram frequentemente Dakotas. Dois deles, com experiência em bases da Renamo na África do Sul antes de Nkomati, referiram a utilização de DC-3 (Dakotas) e C-130. Fernando Machia, que esteve na Renamo entre 1981 e 1988, disse a um jornalista moçambicano, depois de desertar, que assistiu ao lançamento de reabastecimentos na Gorongosa a partir de Dakotas de quatro motores (DC-4).³⁶

Os dados das entrevistas estão de acordo com as provas documentais capturadas na base central da Renamo em Garágua, província de Manica, em Dezembro de 1981, e no posterior quartel-general da Renamo na Gorongosa, em Agosto de 1985.³⁷ Apontamentos de uma reunião de 1980 entre representantes da Renamo e oficiais sul-africanos referem dificuldades na manutenção de um alto nível de reabastecimento por meio de lançamentos de pára-quedas, e indicam que 'os sul-africanos manifestaram o desejo de enviar, a partir de 1981, reabastecimentos mensais por via marítima'. Numa outra reunião com a Renamo, também em 1980, o Coronel Charles van Niekerk 'falou da dificuldade nos reabastecimentos dado que os aviões não podem transportar muito peso'. Solicitou a definição de 'dois locais de reabastecimento dado que este não pode ser efectuado sempre no mesmo local'.

Os documentos da Gorongosa, datados de Dezembro de 1983 a Setembro de 1985, contêm detalhes particularmente reveladores no diário do secretário de Dhlakama.³⁸ Uma entrada de 16 de Janeiro de 1984, refere: 'Devido ao compromisso estabelecido pelos sul-africanos com Machel, o reabastecimento relativo aos primeiros seis meses de 1984 será todo feito nos primeiros meses: 500 caixas em 25 voos, para além do reabastecimento de Janeiro de 1984'. Uma nota lateral indicava cinco locais de lançamento no Sul, sete no centro e três no Norte. Outras entradas referem dezasseis outros lançamentos.

Estes reabastecimentos duravam apenas seis meses. Em Junho de 1984, Dhlakama, presidente da Renamo, escreveu ao 'Amigo Comandante Charles' que 'já não temos material de guerra nas zonas central e Sul do nosso país. Foi muito importante a última remessa recebida mas tivémos logo que a enviar para todas as regiões da zona central... Queremos portanto lembrar aos nossos amigos a promessa que nos foi feita de manterem clandestinamente o apoio'. Van Niekerk pediu à Renamo que conservasse o material e prometeu consultar os seus superiores. Um mês mais tarde prometeu, via rádio, que forneceria 26 toneladas a partir de 1 de Agosto, na 'zona de lançamento a Este de Inhaminga'.

Em finais de Agosto foi levada, por mar, uma delegação da Renamo à África do Sul para discutir a situação dos abastecimentos. Funcionários militares sul-africanos referiram então catorze fornecimentos aéreos efectuados em Maio, Junho e Julho, mas acrescentaram que 'neste momento temos dificuldades de transporte dado que não

podemos utilizar os C-130, que são controlados pela Força Aérea, e não podemos utilizar a Marinha dado que pode haver fuga de informações'. Sugeriram que a Renamo preparasse pistas de aterragem para aviões civis. Uma entrada de um diário relativa a 29 de Agosto enumera seis fornecimentos aéreos em Setembro e Outubro de 1984.

Os entrevistados e relatos de testemunhas oculares moçambicanas à imprensa, documentam este tipo de acções pelo menos até finais de 1988. Com a entrada em funções do presidente de Klerk, em finais de 1989, os reabastecimentos diminuíram mas não cessaram completamente, segundo fontes governamentais moçambicanas. A maior parte dos fornecimentos passou a vir por terra, da África do Sul e do Malawi, e não mais por ar, alternativa esta mais coadunada com um maior envolvimento de redes clandestinas semi-privadas. Esta questão não está documentada por entrevistas sistemáticas no período posterior, mas há indicações segundo as quais continuaram a ser feitos reabastecimentos até ao cessar-fogo de 1992.³⁹

Assim, um adido militar norte-americano, baseado em entrevistas detalhadas com um prisioneiro da Renamo, concluiu que em Fevereiro de 1991 ainda chegavam abastecimentos sul-africanos de helicóptero a uma base da Renamo na província de Maputo. Um repórter sul-africano que visitou um campo da Renamo perto da fronteira imediatamente após o cessar-fogo, soube do seu comandante que veículos das SADF continuavam a abastecer o campo em comida e água pelo menos três vezes por semana. O comandante recusou-se a confirmar, mas também não desmentiu que recebessem abastecimento militar.⁴⁰

No final da guerra, o tráfico de armas entre a África do Sul e Moçambique prosseguiu nas duas direcções. O excedente de AK-47 em Moçambique e a escalada da violência na África do Sul levaram ao súbito aumento do contrabando para as *townships* sul-africanas, incluindo o fornecimento de AK-47 para o Inkhata. Porém, a Renamo continuava a necessitar de abastecimentos regulares de munições, armamento seleccionado e outros artigos, no Sul assim como no centro e no Norte. Notas de imprensa referem reabastecimentos dirigidos ao centro de Moçambique a partir do Malawi e de barcos oriundos do Quénia e da África do Sul.

Angola

Ao contrário do apoio à Renamo, a escala das operações militares em Angola e a intenção de conseguir publicidade para a Unita fizeram com que fosse impossível à África do Sul negar sistematicamente o envolvimento. Assim, a estratégia consistiu em manter secretos os pormenores e em minimizar o alcance do apoio sul-africano.

Por vezes, Savimbi negou que a África do Sul fornecesse ajuda, afirmando que a Unita pagava todas as remessas que recebia. Segundo ele, no período anterior a 1980 os sul-africanos não ajudaram a Unita.⁴¹ Raras vezes foi reconhecida publicamente, pela Unita ou pela África do Sul, a presença de tropas sul-africanas. Apesar desses esforços, que afectaram a cobertura pelos órgãos de informação, poucos analistas duvidaram de um apoio militar sul-africano maciço e continuado à Unita, pelo menos entre 1980 e 1988. Mas os dados não são suficientes para avaliar com segurança a importância dessa ajuda em termos proporcionais. Todavia, há elementos suficientes para se ter uma ideia sobre como funcionava o sistema.

Os abastecimentos sul-africanos prosseguiram em pequena escala entre 1976 e 1979. Alguma ajuda vinha também de outras fontes, incluindo a França, Zaire, Marrocos e Arábia Saudita. Segundo Savimbi, a África do Sul decidiu ajudar a Unita em 1980, altura em que estabeleceu um sistema regular em que a Unita apresentava as solicitações com três meses de antecedência.⁴² De facto, foi a partir de finais de 1978 ou inícios de 1979 que passou a haver um fornecimento sul-africano em larga escala. Um dos entrevistados disse que participou na transferência da base central da Unita para a Jamba, em Abril de 1979. O objectivo desta transferência era não só fugir aos ataques governamentais mas, também, estabelecer uma base de reabastecimento segura a cerca de seis horas de viagem de camião, pelo mato, a partir da Namíbia. Em meados da década de oitenta, quando o jornalista austríaco Fritz Sitte visitou a região, a Unita tinha uma frota de cinquenta camiões de abastecimento.⁴³ Na parada do quartel-general da Unita, Sitte encontrou três batalhões impecavelmente uniformizados, situação que contrastava vivamente com o que vira três anos antes.

A Jamba tem sido descrita em muitas reportagens e não vamos, por isso, repeti-las aqui. Contudo, vale a pena referir alguns aspectos. Em primeiro lugar, a zona era acessível por terra a partir do Norte da

Namíbia, controlado pelos sul-africanos. Embora na década de oitenta os jornalistas tenham invariavelmente chegado à Jamba de avião, a maioria dos reabastecimentos vinha por terra. Segundo os entrevistados, o pessoal sul-africano e da Unita estava constantemente a atravessar a fronteira para a frente e para trás. Um dos entrevistados, que fazia parte da comitiva pessoal de Savimbi no início dos anos oitenta, disse que Savimbi passava muitas vezes os fins-de-semana numa base atribuída à Unita na Namíbia. Esta rota terrestre era importantíssima para reduzir os custos dos reabastecimentos militares, fazendo do Sul do Cuando Cubango uma extensão da Namíbia. A designação, pela África do Sul, do Norte da Namíbia e do Sul de Angola como 'Zona Operacional' era mais que uma figura de retórica.

Em segundo lugar, esta zona tinha anteriormente um povoamento muito disperso. No período colonial, a maior parte do Cuando Cubango era uma reserva de fauna bravia, com o tamanho aproximado do estado norte-americano da Carolina do Sul e apenas ligeiramente inferior a Portugal. A população da Jamba foi calculada por vários entrevistados em cerca de 8.000 ou 10.000 pessoas em meados dos anos oitenta, com talvez dez vezes esse número na área circundante. Na sua maioria, essa população foi trazida pela Unita de outras regiões de Angola.⁴⁴

A Unita alargou esta área no início da década de oitenta, ocupando postos governamentais isolados do Leste de Angola. Assim, a sua frota de camiões podia fazer chegar munições e tropas aos limites do densamente povoado planalto central. Na segunda metade dos anos oitenta o conflito centrou-se no controle dessas rotas de abastecimento a Norte de Licua, a base de reabastecimento da Unita na área da Jamba.

Por volta de 1983, entre 250 e 300 camiões pesados da Unita transportavam regularmente jornalistas, material e tropas a Norte da Jamba, para Mavinga e, daí, para Munhango, na linha férrea de Benguela. Gasóleo e peças sobressalentes constituíam parte importante dos fornecimentos recebidos dos sul-africanos. Os veículos capturados eram transformados para poderem consumir o gasóleo fornecido pelos sul-africanos. Mecânicos da Unita disseram a um jornalista português que, nas condições do mato, os motores duravam de oito a dez meses, precisando regularmente de ser substituídos.⁴⁵

Os reabastecimentos chegavam aos acampamentos do mato de diversas maneiras. Por vezes os carregadores eram enviados a pé até

Licua, em viagens de dois a três meses. Outras vezes recolhiam os abastecimentos em pontos de entrega, onde haviam chegado de camião ou lançados de pára-quedas. Este último processo era regular, pelo menos em meados dos anos oitenta. Um dos entrevistados, responsável pela recepção de material perto da fronteira provincial Huíla-Huambo, disse que semestralmente aviões C-130 sul-africanos lançavam reabastecimentos. Outro entrevistado, que operou na província do Kuanza Sul, disse que semestralmente chegavam três C-130. Num revelador comentário a um jornalista italiano, um prisioneiro da Unita cuja unidade recebera abastecimentos por via aérea na fronteira Lunda-Malanje, disse que 'tinham direito a quatro aviões por trimestre'.⁴⁶

No início de 1988, Savimbi disse ao jornalista francês Jean Larteguy que a Unita pagava a ajuda militar sul-africana, e que apenas a ajuda médica era fornecida gratuitamente.⁴⁷ Esta declaração, sem dúvida exagerada, foi posteriormente desmentida depois de ter provocado controvérsia na África do Sul, mas chamou a atenção para outro aspecto da economia de guerra da Unita, citado em diversos relatos em primeira mão. Embora a moeda e a iniciativa privada não fossem permitidas no território controlado pela Unita, a organização exportava teca e outras madeiras preciosas, diamantes e marfim.

Mas os entrevistados e alguns jornalistas também comprovaram que a Jamba recebia grande parte dos bens alimentares e outras mercadorias da África do Sul. As tropas regulares e semi-regulares da Unita também dependiam parcialmente destes bens. Todavia, só muito raramente os abastecimentos alimentares eram canalizados para os guerrilheiros ou para os civis no mato.

Entre 1979 e o processo de paz da Namíbia, em 1989-90, a logística da Unita dependeu pois da rede motorizada de transportes da África do Sul, que partia da Namíbia. A independência da Namíbia, em Março de 1990, acabou com esta opção. A área da Jamba teve que passar a ser abastecida por ar, em parte pela África do Sul mas, principalmente, por voos da CIA que partiam da base zairota de Kamina, na província do Shaba. Em meados de 1990, a zona de maior incidência das operações ofensivas da Unita passou a ser o Nordeste de Angola, adjacente às linhas de abastecimento da CIA, perto do porto zairota de Matadi.

Na sequência do abortado acordo de Gbadolite, a tensão entre Mobutu e a Unita levou à suspensão temporária dos voos de abasteci-

mento da CIA a partir da base zairota de Kamina. Quando os voos foram retomados, em Novembro de 1989, o primeiro avião despeñhou-se. Porém, em violação dos acordos de 1988, a África do Sul manteve os voos de abastecimento à Unita durante este período, possibilitando assim que o movimento resistisse aos ataques a Mavinga até que chegassem novos abastecimentos dos EUA. Mais importante ainda, a Unita pôde assim desencadear novas ofensivas de guerrilha no Norte de Angola, reabastecida através da fronteira do Zaire que não foi afectada pela suspensão da ponte aérea de Kamina.

Estratégia e organização

Angola e Moçambique inscrevem-se claramente nas condições clássicas da guerra de guerrilhas, nomeadamente no que se refere à geografia e ao equilíbrio de forças, que favorece mais o ataque que a defesa.⁴⁸ Ambos os países possuem territórios imensos, baixas densidades populacionais e extensas florestas destituídas de uma moderna rede de transportes. Moçambique, com cerca de 800.000 km², tem duas vezes a área da Califórnia; Angola é 55 por cento maior, tendo o dobro da área do Texas. Moçambique tem uma população de apenas 15 milhões; Angola, cerca de 10 milhões. As linhas férreas correm para o interior ao longo de eixos de sentido Este-Oeste; as únicas ligações Norte-Sul são redes rodoviários muito pouco desenvolvidas. A interrupção de um único troço de estrada pode paralisar a comunicação entre centros principais. No interior não há ligações terrestres Norte-Sul.

Não há cálculos exactos do tamanho dos exércitos, mas em meados dos anos oitenta as forças de segurança angolanas (incluindo os cubanos) andavam à volta dos 100.000 ou 150.000 homens; em Moçambique, o total (incluindo zimbabwuanos) situava-se abaixo dos 70.000 homens.⁴⁹ Quaisquer que tenham sido os números exactos, eles eram manifestamente inadequados para uma rede eficaz de defesa em países tão vastos, mesmo que os guerrilheiros atacantes fossem tão fracos como normalmente são neste tipo de guerra. De facto, calcula-se que em finais da década de oitenta os guerrilheiros da Unita (excluindo as tropas regulares) eram cerca de 35.000, e os da Renamo cerca de 20.000.

Os comentaristas referiram muitas vezes que os exércitos angolano e moçambicano esqueceram as lições das suas próprias guerras de

guerrilha anteriores à independência, encontrando-se portanto impreparados para enfrentar as estratégias da Unita e da Renamo. Isto constitui apenas uma meia-verdade, na medida em que a insurgência e a contra-insurgência exigem estratégias totalmente diferentes. A defesa de instalações fixas e populações assentadas, inerentemente mais difícil do que a sabotagem e o ataque da guerrilha, requer um exército de um tipo diferente. Angola e Moçambique tinham que se preparar para enfrentar ataques convencionais e construir forças capazes de, simultaneamente, uma defesa estática e uma acção móvel contra a guerrilha.

Os seus esforços foram insuficientes. O exército angolano, com a ajuda cubana, cresceu para se transformar numa força relativamente bem treinada e equipada. Mas nunca chegou a ter recursos adequados para organizar acções convencionais e de contra-guerrilha sob todas as formas necessárias. O exército moçambicano, à excepção de algumas unidades, nunca chegou a estar dotado dos níveis necessários de equipamento ou pessoal treinado. Foi incapaz de eficácia militar em mais do que uma área geográfica ao mesmo tempo. Em ambos os casos, a fraqueza fundamental foi que os atacantes tiveram sempre a possibilidade de escolher, de entre muitos, quais os alvos a atacar; os defensores não se podiam dar a esse luxo.

Tão importante quanto a fraqueza militar foi a fragilidade mais geral dos Estados atacados. A estratégia de desgaste da guerrilha reforçou outros importantes golpes como a saída dos colonos portugueses, os estragos provocados pelos ataques sul-africanos e rodesianos, e as secas recorrentes. Em Angola, o estrago na infraestrutura de transportes resultante da guerra de 1975-76 foi muito severo, com a destruição de 128 pontes e a sobrevivência, em circulação, de apenas 6.000 dos 28.000 veículos pesados.⁵⁰ Em Moçambique, grande parte das infraestruturas em Gaza, Manica e Tete foram destruídas pelas incursões rodesianas. As sanções económicas da África do Sul contra o trabalho migratório e os serviços de transporte de Moçambique afectaram pesadamente as tradicionais fontes de receita do país.

Em resumo, uma vez que o principal objectivo militar dos insurgentes era destruir, enquanto que os governos tinham que construir e defender, a Unita e a Renamo tinham, à partida, uma enorme vantagem. Dado que estes movimentos estavam dispostos a alienar o apoio popular por meio de ataques contra as populações dispersas, a tarefa defensiva tornou-se ainda mais difícil.

Moçambique

A estratégia militar da Renamo é facilmente discernível a partir da sua selecção de alvos. Em primeiro lugar, na sua lista, estavam as redes de transportes. As vias férreas moçambicanas, fonte vital de moeda externa, eram igualmente estratégicas para os Estados encerrados no interior. Entre 1982 e 1988, quase 500 trabalhadores ferroviários e passageiros foram mortos em ataques da Renamo. As perdas materiais calculadas para esse mesmo período foram da ordem dos 898 milhões de dólares, equivalendo a seis vezes as receitas das exportações anuais de finais da década de oitenta. Em 1987, mesmo as rotas ainda abertas – da Beira para o Zimbabwe e de Maputo para a África do Sul – operavam apenas a 40 por cento da sua capacidade. O tráfico internacional para o Malawi foi completamente interrompido; a linha férrea para as minas moçambicanas de Moatize foi encerrada em 1985.⁵¹

O tráfico rodoviário no interior do país sofreu ainda mais severamente. Os autocarros de passageiros e os carros, assim como os camiões carregados de mercadorias, ajuda alimentar ou produção camponesa, eram alvos consistentes de emboscadas. Aquilo que não era pilhado era queimado. Era comum o assassinato de civis nesses ataques; noutros casos, as vítimas eram raptadas e utilizadas para transportar o saque para as bases da Renamo.

Outro alvo estratégico era a linha de energia de Cabora Bassa, construída para transportar electricidade para a África do Sul a partir do projecto hidroeléctrico, no Zambeze. Os seus 890 km de extensão, na sua maior parte percorrendo regiões remotas fracamente ocupadas, constituíam um alvo fácil. A linha ficou interrompida em 1982. Uma ordem capturada, de um oficial de ligação sul-africano para a Renamo, em 1980, dizia: *'destruir as linhas de energia de Cabora Bassa para a África do Sul, para encobrir a ideia do apoio sul-africano'*. Embora a África do Sul tenha perdido assim uma capacidade excedentária de energia, ganhou quase 500 milhões de dólares em receitas pelo fornecimento de electricidade ao Sul de Moçambique. Sem a contrapartida das receitas de Cabora Bassa, Moçambique tinha que pagar em divisas.

Uma defesa adequada de alvos como a linha de energia, as vias férreas e as estradas, teria sido fisicamente impossível mesmo com

uma grande e eficiente força de contra-insurgência. Na prática, a protecção abrangia apenas alguns corredores, enquanto que nas outras rotas se viajava correndo sérios riscos ou em grandes colunas militares.

Outros alvos económicos incluíam plantações de cana-de-açúcar ou chá, e outros empreendimentos agrícolas comerciais, muitos dos quais foram totalmente destruídos. Os ataques directos a fábricas industriais urbanas foram raros, e a sabotagem dos portos limitou-se a alguns ataques levados a cabo por comandos rodesianos e sul-africanos. No geral, o efeito da guerra sobre a indústria foi indirecto: a produção de cimento foi afectada, por exemplo, pela sabotagem da linha férrea da pedreira para a fábrica e, por fim, por um ataque directo à pedreira. Em 1986, a Renamo ocupou várias capitais distritais, particularmente nas províncias da Zambézia e Sofala. Em 1988, a maior parte delas tinha sido recuperada mas tudo o que era transportável tinha sido levado; eram raros os edifícios ainda de pé.

Os assaltos às capitais distritais foram excepcionais, mas durante toda a década de oitenta eram frequentes os ataques a centros menores. Tipicamente, a força atacante, uma companhia ou batalhão, enfrentava uma guarnição defensiva muito menor, e a Renamo assassinava funcionários governamentais, destruíam edifícios e saqueava. Por vezes os residentes locais eram mortos; mais frequentemente eram usados para transportar o saque. Aqueles que não eram recrutados à força podiam, por vezes, regressar, mas na maioria dos casos tinham que ficar nas cercanias da base da Renamo, no mato. Alguns dos ataques sobressaíram pela envergadura e brutalidade. Às vezes eram poucos os mortos, mas o padrão era consistente.

A educação e a saúde, os mais importantes benefícios levados às áreas rurais pelo governo, constituíam alvos particularmente importantes. Entre 1983 e 1987, por exemplo, 45 por cento das 5.886 escolas primárias existentes foram encerradas devido a ataques da Renamo, e mais de 400 professores foram mortos ou feridos. No final de 1988, 191 postos de saúde rurais tinham sido destruídos e outros 687 saqueados ou forçados a encerrar as portas – constituindo 46 por cento da rede de cuidados de saúde primários. A construção de novos postos e a reparação de alguns atenuou o declínio geral até 1986, mas entre este ano e 1988, o número de postos em funcionamento caiu de 1.326 para 1.143.

Outro objectivo da Renamo era a captura de civis, não só para alimentar o recrutamento militar mas, também, para fornecerem alimentos e servir de carregadores. Estabelecidos em forma de escudo protector em redor das bases da Renamo, eles também permitiam que os soldados da Renamo fugissem aos ataques governamentais, deixando-os para trás. Esses 'recuperados' eram então levados, igualmente à força, para as zonas controladas pelo governo.

O tamanho do país assegurava que, apesar de bem sucedidas ofensivas governamentais a zonas específicas, as bases da Renamo podiam mover-se para outras zonas desprotegidas ou, mesmo, regressar às originais assim que as tropas governamentais partissem. O resultado foi uma guerra que ocupou o terreno como uma manta de retalhos, em que mesmo as zonas não sujeitas a ataques directos da Renamo se tornavam inseguras. Esta insegurança difusa minou permanentemente o governo.

Angola

A Unita recorreu a uma gama de estratégias mais ampla que a Renamo. Antes de 1980, e durante a década de oitenta na maior parte do país, predominou uma estratégia de guerrilhas. Mas a ocupação do Sudeste de Angola pela Unita e pelos sul-africanos trouxe consigo o combate convencional, com a presença de artilharia e aviões em ambos os lados do campo de batalha. Embora a Unita dependesse completamente da África do Sul no tocante à aviação, possuía a sua própria artilharia.

No início da guerra, Savimbi descreveu a sua estratégia como visando pôr de joelhos a economia angolana.⁵² Um alvo essencial, que atravessava tanto a zona onde a Unita tinha mais apoio étnico como o escassamente povoado Leste de Angola, era a linha férrea de Benguela. Segundo números dos caminhos de ferro, entre 1976 e 1987 foram mortos 198 trabalhadores ferroviários por minas ou ataques. A suspensão do tráfico internacional causou perdas, em termos de receitas anuais, da ordem dos 89 milhões de dólares.⁵³ Os ataques contra alvos económicos incluíram bem sucedidos raids a minas de diamantes em meados da década de oitenta, e operações menos bem sucedidas contra instalações petrolíferas. Estas últimas foram levadas a cabo por comandos sul-africanos, com modesto envolvimento directo da Unita. De qualquer das formas, a Unita reclamava sempre a

responsabilidade, à excepção da fracassada incursão a Cabinda, no decorrer da qual tropas angolanas capturaram um sabotador sul-africano.

Outras acções da Unita pretenderam dismantelar o sistema de transportes nas áreas rurais, visando veículos civis e militares. Nos primeiros anos da guerra, segundo oficiais da Unita citados por Dash, os camponeses das áreas reclamadas pela Unita estavam politicamente divididos, e a Unita atacava as aldeias cujos residentes se recusavam a abandonar as zonas controladas pelo governo para se juntar à Unita no mato. A Unita levou a cabo vários massacres em grande escala de camponeses, sem contudo atingir as proporções do caso moçambicano. Todavia, a Unita utilizou muito mais as minas terrestres do que a Renamo, recorrendo ocasionalmente a bombardeamentos urbanos e capturando centenas de reféns estrangeiros.

As minas terrestres foram utilizadas não só ao longo das estradas mas, também, para impedir que os abastecimentos alimentares chegassem às zonas controladas pelo governo. Em muitas zonas a Unita colocou sistematicamente minas nos campos. Segundo os entrevistados, a colocação de minas era normalmente levada a cabo por unidades especializadas. Um deles, deixando transparecer orgulho na capacidade militar da Unita, observou que as forças governamentais não tinham experiência na utilização de minas; a Unita tinha muito mais especialistas bem treinados na utilização de explosivos. Um detalhado estudo realizado no pós-guerra pelo Africa Watch com base em entrevistas próprias e em conjunto com uma avaliação da Cruz Vermelha Internacional, concluiu que a maioria das minas foi colocada pela Unita.⁵⁴

A utilização de bombas em ataques de terrorismo urbano foi mais frequente no Huambo, onde a Unita conseguiu estabelecer redes clandestinas. Os alvos eram edifícios onde viviam funcionários governamentais ou conselheiros estrangeiros, mas os ataques tinham, também, o objectivo de provocar insegurança civil generalizada. Em 1990, beneficiando de uma crescente ajuda norte-americana através do Zaire, houve vários incidentes deste tipo em Luanda.

A captura de reféns estrangeiros visava paralisar a economia e atrair a atenção internacional. Savimbi avisou repetidamente que os estrangeiros estavam, em Angola, em situação de risco, e os reféns libertados tinham que assegurar que não regressariam a Angola.⁵⁵ Alguns reféns foram capturados no decorrer de outro tipo de acções

militares, mas havia ataques especialmente destinados a capturar trabalhadores estrangeiros. Por exemplo, mais de oitenta checos e portugueses foram raptados de uma instalação hidroelétrica da província de Benguela em 1983.⁵⁶ Em 1984, três trabalhadores ingleses, dois norte-americanos, dezassete filipinos e quatro portugueses foram capturados numa mina de diamantes.⁵⁷ Quase 200 estrangeiros, na sua maioria portugueses e filipinos, foram levados na sequência de um ataque à cidade diamantífera de Andrada, em 1986.⁵⁸

Um efeito extraordinário da captura de reféns pela Unita era uma publicidade relativamente favorável, numa década em que os órgãos de informação eram altamente sensíveis às ameaças do terrorismo internacional. A Unita explorou habilmente a simpatia deles para com aquilo que consideravam um 'grupo pró-ocidental'.⁵⁹ Poucos reféns provinham de grandes potências como os EUA ou a Grã-Bretanha; as vítimas eram sobretudo portugueses, filipinos, brasileiros, checos e suecos. Os cativos não sofriam muito para além dos ferimentos por vezes provocados pelos ataques iniciais ou pela experiência de terem que caminhar centenas de quilómetros pelo mato. Alguns morreram mas a maioria foi libertada em conferências de imprensa convocadas por Savimbi.

A Unita desenvolveu as suas tropas convencionais, que cresceram de cerca de 15.000 guerrilheiros em 1981, para 65.000, incluindo 28.000 soldados regulares, em 1988.⁶⁰ No decorrer da década de oitenta esta força foi complementada por tropas sul-africanas. Das invasões sul-africanas em larga escala ocorridas em Angola em 1981, 1983, 1985 e 1987, as primeiras duas ajudaram a alargar as zonas controladas pela Unita, enquanto que as duas últimas serviram para travar derrotas do movimento. Com excepção do período de 1987-88, o exército convencional da Unita desempenhou um papel mais activo no Sudeste e no Leste, enquanto que as forças sul-africanas se concentraram no Sudoeste, no Norte da Ovambolândia. Entre 1980 e 1984, a Unita assegurou o controle da maior parte do Leste de Angola, incluindo a saliente do Cazombo, perto do Zaire, e várias cidades ao longo da linha férrea de Benguela. Mavinga foi tomada pela Unita em 1980, Cangamba em 1983. Em 1985, e novamente em 1987-88, as forças convencionais da Unita perderam terreno face às contra-ofensivas governamentais, e foram salvas da derrota devido à intervenção das forças aérea e terrestre dos sul-africanos.

Tais batalhas tratavam-se de confrontos de exércitos convencionais, cujo desfecho dependia da logística, tecnologia, equilíbrio de forças e táticas do campo de batalha. As questões relativas à guerra de guerrilhas neste terreno eram, no mínimo, controversas. Os relativamente poucos civis presentes eram testemunhas ou vítimas, de forma alguma se parecendo com a água para o peixe da guerrilha, da metáfora de Mao. A existência do enclave da Unita resultava sobretudo de factores geográficos e militares convencionais.

Organização e comunicações

Em ambos os países a coordenação da guerra em extensas áreas, e em Angola a integração da guerra convencional com acções de guerrilha, exigiram uma organização centralizada mais próxima da imagem de uma força militar convencional que da de um conjunto de guerrilheiros mal equipados. Em ambos os casos tal foi possível devido sobretudo a um bom sistema de rádio-comunicações.

Dada a sua forte componente convencional, e o número de oficiais treinados em Marrocos e na África do Sul, não surpreende que a estrutura militar da Unita tenha seguido modelos convencionais, com uma gama completa de quadros de oficiais e unidades até ao nível de brigada. A Renamo foi por vezes retratada como um conjunto de senhores de guerra e bandos errantes. Contudo, segundo os entrevistados, ela também possuía um exército com uma clara estrutura hierárquica e bons serviços de comando, controle, comunicações e informações. Tal confirmou-se quando, ao contrário das previsões de muitos observadores, o comando da Renamo foi capaz de implementar eficazmente uma política de cessar-fogo na sequência do acordo de 1992.⁶¹

A unidade operacional de base era a companhia, composta aproximadamente por 100 a 150 homens, geralmente agrupados numa base principal com bases-satélite para funções especiais como a segurança ou o reconhecimento. Com poucas excepções, cada companhia estava equipada com um sistema de rádio-transmissões e um oficial de comunicações em contacto regular com a base provincial e, indirectamente, com o quartel-general da Gorongosa. Duas ou três companhias formavam um batalhão. A base provincial tinha dois ou mais batalhões na vizinhança próxima, por vezes dispersos a uma

distância de algumas horas. Os recrutas eram mantidos em bases de treino separadas.

O eficiente sistema de rádio-comunicações tornava possível a coordenação deste exército disperso por todo o Moçambique rural. Um entrevistado, por exemplo, tinha operado como oficial do sector de comunicações responsável pela zona entre os rios Save e Buzi, nas províncias de Manica e Sofala, em 1982-83. No seu sector havia vinte e um rádios, com ordens para contactarem uns com os outros cinco vezes por dia, e para transmitirem um relatório resumido para a Gorongosa, através de um canal separado. Outro entrevistado, que fez parte de um grupo da Renamo que ocupou Caia no início de 1987, disse que receberam via rádio a notícia antecipada de que tropas zimbabweanas e moçambicanas se preparavam para atacar a cidade. O quartel-general da Renamo ordenou-lhes, então, que a queimassem. Tal indica uma sofisticada capacidade de controle de rádio-comunicações condizente com as afirmações de Oliveira, segundo as quais a África do Sul monitorava as rádio-comunicações moçambicanas e transmitia as informações pertinentes ao quartel-general da Renamo.⁶²

Entre os entrevistados de Angola não se contavam especialistas da Unita em rádio-comunicações. Mas o detalhe e a rapidez dos comunicados militares da Unita, que apareciam na África do Sul e em Washington pouco depois das acções militares, indicam a existência de uma rede eficaz. O mesmo é indicado pela coordenação das acções militares sul-africanas e da Unita.

Em Moçambique, o acesso da Renamo a rádio-comunicações e informações atempadas era muitas vezes superior ao do governo. Em Angola, a Unita e o governo, com os seus respectivos aliados, estavam em situação mais equilibrada. Mas em nenhum dos casos o equilíbrio se parecia com a esmagadora superioridade que os Estados estabelecidos presumivelmente têm em relação às forças de guerrilha.

O papel operacional dos patrocinadores externos

Para além dos abastecimentos e treino, o pessoal sul-africano também se envolveu directamente em operações militares com a Unita e a Renamo. Alguns aspectos deste envolvimento estão ainda envolvidos em segredo, mas os contornos gerais revelam esperadas diferenças entre os casos de Angola e Moçambique.

As operações públicas dos sul-africanos no Sul de Angola são as mais bem documentadas.⁶³ Os ataques no Sudoeste eram distintos das operações de apoio à Unita, mas beneficiaram esta uma vez que Angola teve que destinar recursos para defender ambas as zonas. O envolvimento de forças regulares sul-africanas, incluindo recrutas, fizeram com que estas operações fossem particularmente notadas. Muitas vezes a África do Sul não procurou sequer negá-las, justificando-as antes como forma de retaliar os ataques da SWAPO. Pelo contrário, as acções do Batalhão 32 eram quase sempre mantidas em segredo. Esta unidade operava regularmente no Sudoeste e Sudeste de Angola e segundo um desertor foi responsável por algumas batalhas reclamadas pela Unita.⁶⁴

O papel mais obscuro foi o desempenhado por pequenas unidades das forças especiais sul-africanas, que terão participado em operações assim como no treino da Unita. Algumas operações de sabotagem, como o fracassado raide contra a Gulf Oil em 1985, foram levadas a cabo isoladamente por comandos sul-africanos. Mas não há referências detalhadas sobre este tipo de operações paralelas à acção da Unita.

Os ataques directos dos sul-africanos em Moçambique limitaram-se a raids ocasionais de comandos. Mas o papel da África do Sul nas operações da Renamo, pelo menos no início da década de oitenta, foi mais directo que nas da Unita. O quartel-general da Renamo localizou-se na África do Sul entre 1980 e inícios de 1984.⁶⁵ As linhas estratégicas gerais eram traçadas por oficiais sul-africanos em conjunto com o Secretário Geral da Renamo, Orlando Cristina, até à morte deste último, em Abril de 1983. O comando quotidiano estava igualmente nas mãos de oficiais sul-africanos. O Presidente Dhlakama, que dividia o seu tempo entre a África do Sul e a Gorongosa, participava no planeamento mas deixava-o geralmente em mãos sul-africanas.

Nos preparativos para o Acordo de Nkomati, o pessoal do quartel-general foi dividido em Sul, Centro e Norte, e enviado para Moçambique. Os QGs Sul e Norte eram móveis, enquanto que o QG Centro, da Gorongosa, também servia de quartel-general nacional. Seis oficiais de comunicações da Renamo permaneceram na África do Sul para operar as comunicações entre a Gorongosa e as forças especiais de Phalaborwa.

A presença de tropas ou conselheiros sul-africanos junto da Renamo, no interior de Moçambique, era mais episódica que constante. Segundo um membro das forças especiais, o procedimento normal consistia em enviar um grupo de cinco homens durante dois ou três meses, para cursos especiais de treino, recolha de informações e participação em operações específicas. Normalmente estes grupos eram compostos por dois afrikaners (o comandante e um médico) e três africanos, um de origem angolana, um segundo de origem zimbabweana e um terceiro de origem moçambicana. Uma entrada de um diário dos documentos da Gorongosa, referente a 16 de Janeiro de 1984, confirma este padrão, referindo uma 'equipa' de sul-africanos destinada à Zambézia em finais de Janeiro, para treinar 100 instrutores e 200 soldados de infantaria.

Um entrevistado da província de Maputo referiu a chegada regular de 'visitantes' sul-africanos à base, em helicóptero, pelo menos até à sua fuga dele, em meados de 1988. Outros relatos referem a presença ocasional de pequenos grupos de soldados sul-africanos ainda em 1989. Aparentemente, só durante a ofensiva da Renamo de 1986 no vale do Zambeze é que ocorreu um envolvimento maior. Um entrevistado disse que estava numa base na Zambézia, em 1985-86, onde havia instrutores negros malawianos e sul-africanos, assim como sul-africanos brancos, e uma unidade separada de soldados sul-africanos negros.

O envolvimento sistemático dos sul-africanos terá diminuído em finais da década de oitenta. Mas as ligações de rádio entre a Gorongosa e Phalaborwa estiveram operacionais pelo menos até 1988, e há relatos da imprensa sul-africana que referem a existência de bases da Renamo no Transvaal e Norte do Natal nessa altura.⁶⁶ Os detalhes deste tipo de ligações para os anos finais da guerra estão ainda dependentes da revelação dos laços entre as forças de segurança sul-africanas e forças privadas de extrema-direita.

As operações das forças especiais e dos serviços de informações militares da África do Sul não estão ainda suficientemente documentadas para podermos ter detalhes seguros. Um livro semi-oficial sobre a *South Africa's Border War*, por exemplo, dedicou apenas alguns parágrafos aos Recces, embora a secção respectiva se intitule 'Unseen, unheard but always there'.⁶⁷ Só será possível termos um quadro completo da interacção entre a África do Sul, a Unita e a Renamo

quando, e se surgir informação directa sobre estas forças multiraciais e multinacionais de elite.

Notas

¹ A citação é de Mao Tse Tung (1961), 93. Também é usada por Giap (1962), 56. Aparece em Valeriano e Bohannon (1962), 7, e em Kitson (1971), 49. Bell (1971), 31 cita-a, tal como Laqueur (1976), 267.

² Kitson (1971), 29.

³ Clarence-Smith (1989), 22.

⁴ Um estudo antigo da Rand Corporation sobre prisioneiros e desertores do Vietname, por exemplo, salientava a forte componente política na moral da guerrilha. Donnell, Pauker e Zasloff (1965).

⁵ Ver especialmente o Capítulo 1 de Laqueur (1976) e a introdução do editor em Chaliand (1982).

⁶ Mao Tse Tung (1961), 47.

⁷ Tal é claro não só nos trabalhos anteriormente citados, de Mao Tse Tung e Vo Nguyen Giap, mas também na importância dada às questões políticas em Mao Tse Tung (1968) e nas análises dessas guerras por académicos da mais variada procedência. Ver os trabalhos de Bell e Laqueur citados anteriormente, assim como Rice (1988), um antigo diplomata dos EUA com grande experiência da Ásia. Estudos baseados em entrevistas com prisioneiros de guerra, nomeadamente Donnell, Pauker e Zasloff (1965), Henderson (1979) e Bradbury, Meyers e Biderman (1968), assinalaram uma variedade de métodos de recrutamento para os exércitos vietnamita e chinês, incluindo alistamento forçado mesmo na fase da guerrilha. Mas todos concordam na importância da motivação política para a constituição do núcleo dos exércitos revolucionários, e da prática da doutrinação política no seio de recrutas voluntários ou forçados.

⁸ Rice (1988), 52-78, é particularmente claro e conciso na explicação do quadro conceptual que distingue a estratégia da guerrilha.

⁹ Para uma antologia que cobre as insurgências da doutrina Reagan, ver Radu (1990). Sobre a doutrina Reagan, ver Rosenfeld (1986). Sarkesian (1986) dá-nos uma perspectiva defensora do envolvimento dos EUA nos 'conflitos de baixa intensidade'. Klare e Kornbluh (1987) é uma antologia com uma perspectiva crítica.

¹⁰ 'Guerra de guerrilhas' é o termo comumente utilizado na literatura, referindo-se a acções levadas a cabo por pequenas unidades que recorrem à mobilidade e à astúcia contra forças convencionais superiores. A maioria dos autores também reconhece que o tipo ideal raramente é encontrado na sua forma pura e que, tal como na China e no Vietname, pode aparecer combinado com acções levadas a cabo por unidades maiores e estratégias militares mais convencionais. O uso do termo 'guerrilha' sublinha a utilização táctica e estratégica dos métodos dos fracos contra uma força superior. Ele sobrepõe-se parcialmente, mas não coincide com o termo 'insurgência', que se refere ao combate de uma força militar para derrubar um governo estabelecido. O termo 'guerra de contras', derivado do conflito contra o governo Sandinista na Nicarágua, é usado neste estudo em sentido genérico, referindo-se a uma insurgência que recebe apoio do exterior para derrubar um governo de esquerda, baseando-se principalmente, mas não exclusivamente, em estratégias e tácticas de guerrilha.

¹¹ Minter (1989) e Minter (1990) contêm resultados de entrevistas realizadas em Moçambique e Angola. Outras fontes principais, citadas especificamente mais adiante neste capítulo e no próximo, incluem os trabalhos de Gersony, Geffray, Roesch e Wilson. Anders Nilsson também realizou muitas entrevistas com antigos membros da Renamo mas os resultados ainda não foram publicados. Também existem muitos relatos em primeira-mão espalhados por outras fontes publicadas sobre a guerra, incluindo Finnegan (1992), o *Conspicuous Destruction* do Africa Watch (1992) e muitos textos mais pequenos de jornalistas e organizações não-governamentais.

¹² Oliveira repete esta observação, com detalhes de vários indivíduos, num manuscrito inédito de 121 páginas. Oliveira (1990), 19, 36.

¹³ Ver Boothby, Sultan e Upton (1991); Africa Watch, *Conspicuous Destruction* (1992), 95-8; e, também, Richman, Ratilal e Aly (1990), e McCallin e Fozzard (1990).

¹⁴ Gersony (1988). Geffray (1990), 96-113. Fonte das entrevistas de Nilsson, comunicação pessoal. O jornalista holandês Wim Bossema também entrevistou um número importante de ex-combatentes da Renamo em várias províncias (*De Volkskrant*, 24 de Junho de 1989).

¹⁵ Os resultados desta pesquisa estão em Roesch, 'Renamo and the Peasantry in Southern Mozambique' (1992), e Roesch, 'Mozambique Unravels' (1992), e em artigos de conferência ainda não publicados: 'A Paradigm Shift? Rethinking Renamo's War' (1992) e 'Peasants, War and "Tradition" in Central Mozambique' (1993). A citação é da p.11 do artigo de 1993.

¹⁶ Africa Watch, *Angola* (1989), *Angola* (1991).

¹⁷ Linda Heywood, num artigo em que cita o dirigente da Unita Tito Chingunji, diz que esse apoio clandestino era generalizado, especialmente entre os protestantes Umbundu. Heywood (1989), 53-4.

¹⁸ Augusta Conchiglia, 'Les Hommes de l'U.N.I.T.A. Parlent', *Afrique-Asie* (Fevereiro de 1987).

¹⁹ Dash (1977), 41-7.

²⁰ Dash (1977), 84-7.

²¹ Sitte (1981), 82-91.

²² Dash (1977), 42-3.

²³ Savimbi (1979), 8-9; Savimbi, 'The War against Soviet Colonialism' (1986), 13-14; Dash (1977), 100.

²⁴ Africa Watch (1989, 1991); Conchiglia, 'Les Hommes'. Há outros relatos de imprensa citados em Minter, *Unita*.

²⁵ Notas do autor baseadas na observação de uma cassette de vídeo inédita com entrevistas de jornalistas moçambicanos.

²⁶ Geffray, por exemplo, diz que tropas mataram várias pessoas que se entregavam no distrito de Erati, apesar da oposição de outros funcionários governamentais (Geffray, 1990, 195n.).

²⁷ Ver relatórios anuais da Amnistia Internacional, assim como Amnesty International (1982). Embora não se referindo ao período que aqui discutimos, nem estejam detalhadamente documentados, há relatórios sobre o conflito renovado de 1992-93 que incluem numerosos casos de acção indiscriminada contra civis e combatentes inimigos por tropas de ambos os lados, assim como por civis armados.

²⁸ *Tempo* (28 de Abril de 1985). Um relatório da Renamo capturado em Nhamagooda, datado de 6 de Maio de 1988, refere a fuga de setenta e quatro recrutas

de um batalhão, ficando 159, com uma média de cinco desertores por dia, porque 'eles são desta região'. O relatório propõe então o envio dos recrutas para outra província (Africa Watch, *Conspicuous Destruction*, 1992, 87).

²⁹ Comunicação pessoal.

³⁰ Ver os relatos citados na nota 13. Sobre esta questão geral ver K.B. Wilson, 'Cults of Violence and Counter-Violence in Mozambique' (1992).

³¹ Ver, por exemplo, Janowitz (1959), 44-82, e referências aí citadas, incluindo Stouffer et al. (1949).

³² Geffray (1990), 154.

³³ A investigação sobre a língua e identidade étnica Shona em Moçambique é muito limitada, mas este aspecto é claramente importante (ver Roesch sobre o centro de Moçambique, assim como Vines, *Renamo* (1991), 84-5, e Vines, 'Diary' (1991)). Uma investigação cuidadosa sobre esta questão teria que ter em conta tanto a possibilidade de assimilação (tornar-se 'Ndau' aprendendo a língua) como o facto que o termo em si significa coisas diferentes para pessoas diferentes. Entre os meus entrevistados, aqueles que eram oriundos do centro de Moçambique conseguiam distinguir dialectos Shona diferentes, como o Ndau e o Manica, mas os oriundos de outras partes do país consideravam que todos os falantes Shona eram Ndau. E os falantes Shona não-Ndau referem-se por vezes aos Ndau como Changana (Shangaan), reflectindo o facto que eles fizeram parte do Estado Gaza Nguni do século XIX; mas os moçambicanos do Sul normalmente conhecidos por Changana não consideram que os Ndau façam parte do seu grupo (Roesch, comunicação pessoal).

³⁴ Ver também os comentários em Roesch, 'Renamo and the Peasantry' (1992) e em Finnegan (1992), 70-1.

³⁵ Constantino Reis, 'The MNR from Within', entrevista realizada pela Agência de Informação de Moçambique, suplemento do *AIM Bulletin* (Janeiro de 1985). Comparar com Oliveira (1990), 18, que cita um salário de 720 randes para o presidente da Renamo, Dhlakama, em 1983.

³⁶ *Notícias* (17 de Outubro de 1988); traduzido em Minter (1989), 16.

³⁷ Fotocópias de documentos na posse do autor. Extractos dos documentos da Gorongosa foram traduzidos e distribuídos pelo governo moçambicano em 1985.

³⁸ Confirmado como genuíno pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros da África do Sul, Pik Botha, em *Hansard*, 6 de Fevereiro de 1986.

³⁹ Em Janeiro de 1989, baseado no padrão revelado pelos meus entrevistados, estimei que o volume de abastecimentos para a Renamo era de pelo menos 148 toneladas por ano. Dada a natureza especulativa deste cálculo, não o incluí no meu relatório de 1989. A modéstia desta estimativa foi confirmada dois anos mais tarde quando falei com um oficial que havia tratado dos papéis dos voos de abastecimento no início da década de oitenta. Os voos dos DC-3, a uma média de quatro por mês, transportavam aproximadamente 180 toneladas. Mesmo que o volume real, incluindo entregas por mar e por terra, fosse o dobro desse em meados dos anos oitenta, continuava a ser um volume baixo, mesmo com a participação de aviões e helicópteros privados, ou com a recurso a meios terrestres.

⁴⁰ Telegrama, Maputo para Washington, Defence Intelligence Agency, 1 de Abril de 1991; *Weekly Mail*, 9-15 de Outubro de 1992.

⁴¹ Ver as descrições sobre este período em Bridgland (1986) e em Loiseau e de Roux (1987).

⁴² Loiseau e de Roux (1987), 226.

⁴³ Sitte (1981), 40.

⁴⁴ Philippe Chatenay, 'Dans la brousse angolaise avec les maquisards de Savimbi', *Le Point* (19 de Dezembro de 1983): 75-81. Christopher S. Wren, 'Angolan Rebels Look to Life after South Africa', *The New York Times* (30 de Outubro de 1988). Na província de Cuando Cubango registaram-se 113.000 para as eleições de 1992, incluindo gente da Unita e das zonas controladas pelo governo.

⁴⁵ Paulo Camacho, 'Unita: A Angola Proibida', *Expresso* (26 de Setembro de 1987).

⁴⁶ Augusta Conchiglia, 'Récit d'un Prisonnier', *Afrique-Asie* (21 de Dezembro de 1985).

⁴⁷ Jean Larteguy, 'Jonas Savimbi: Comment J'ai Vaincu les Russes d'Angola', *Paris-Match* (18 de Março de 1988).

⁴⁸ Ver a discussão no Capítulo 3. Também, Laqueur (1976), 275, e Beckett e Pimlott (1985), 9. Rice (1988), 90-118, fornece um bom resumo dos conceitos da contra-insurgência.

⁴⁹ No final da guerra, as tropas governamentais angolanas foram estimadas em 110.000 para fins de desmobilização; o número de tropas cubanas retiradas, depois dos grandes reforços de 1988, chegou aos 50.000. Em Moçambique, o número de tropas zimbabueanas pode ter ultrapassado as 15.000 em finais da década de oitenta. O número total de tropas moçambicanas a desmobilizar teve uma estimativa que variou entre 50.000 e 150.000, sendo 92.000 consideradas na folha de salários mas estimando alguns adidos militares estrangeiros que seriam menos de 50.000 as tropas activas.

⁵⁰ Hodges (1987), 31.

⁵¹ Os dados da destruição estão resumidos em United Nations (1989) e em Johnson e Martin, *Apartheid Terrorism* (1989).

⁵² Luís Rodrigues, '2400 km com a Unita no centro e no Sul de Angola', *Expresso* (24 de Março e 15 de Abril de 1977).

⁵³ Johnson e Martin, *Apartheid Terrorism* (1989), 130-1.

⁵⁴ Africa Watch, *Land-Mines in Angola* (1993), especialmente 34-5.

⁵⁵ Savimbi, *Por um Futuro Melhor* (1986), 48, 132.

⁵⁶ Mário de Oliveira e Joaquim Vieira, 'Relato de um Refém da Unita', *Expresso* (6-27 de Agosto de 1983).

⁵⁷ Dixon (1986).

⁵⁸ J.L., 'Portugueses Repatriados Falam da Unita', *O Diabo* (27 de Março de 1986).

⁵⁹ Ver Windrich (1992).

⁶⁰ Fontes de serviços de informações ocidentais avançam o número de 40.000, enquanto que o governo angolano apresenta estimativas mais baixas, mas todas as fontes estão de acordo que uma parte importante desse total era constituída por tropas convencionais. Pouco antes do Acordo de Bicesse a Unita anunciou ter uma força de 75.000, mas só apresentou o número de 50.000 para desmobilização, em Setembro de 1991. Ainda não se pôde confirmar se a Unita deliberadamente escondeu um grande número da contagem oficial.

⁶¹ Sem dúvida que o banditismo espontâneo e a criminalidade existiram durante a guerra, aumentando à medida em que as condições de insegurança económica e física

se deterioravam. E certamente que os comandantes locais da Renamo tinham um certo grau de autonomia. Mas na falta de dados quantitativos sistemáticos, os casos episódicos, a generalização e os rumores quase que certamente exageraram a medida desta violência desorganizada nas percepções dos moçambicanos das cidades e dos observadores estrangeiros.

⁶² Oliveira (1990), 19, diz que o quartel-general da Renamo recebia relatórios regulares de uma equipa militar de comunicações sul-africana de vinte e quatro pessoas, que tinham por tarefa controlar as comunicações em Moçambique. Roland Hunter, ajudante do Coronel van Niekerk na altura, lembra-se de receber regularmente transcrições dessas intercepções (comunicação pessoal).

⁶³ Ver o resumo dos relatos em Hanlon (1986) e Cawthra (1986), Steenkamp (1989) e outras fontes citadas no Capítulo 3.

⁶⁴ Ver Minter (1988), 106-9, e as referências ali citadas. Após o acordo de independência da Namíbia, o Batalhão 32 retirou para a África do Sul. Ali, jogou um papel controverso na violência interna sul-africana, no meio de relatórios não-confirmados sobre o regresso de veteranos a Angola, para apoiarem as forças da Unita ou do governo. Ver também o recente livro do antigo comandante do Batalhão 32, Breytenbach (1990), que defende que os membros do Batalhão 32 estiveram sempre do lado da Unita. O livro de Breytenbach é magro em detalhes e ainda não apareceu um relato mais informativo sobre a história da unidade.

⁶⁵ Ver, por exemplo, o relato em Oliveira (1990).

⁶⁶ Entre outras fontes, ver a detalhada informação dada em Oliveira (1990) e *Weekly Mail* (18 de Agosto de 1989; 30 de Março de 1990; 27 de Julho de 1990).

⁶⁷ Steenkamp (1989), 7, 230; Hamann (1990). Para uma descrição resumida das unidades de forças especiais, ver *Weekly Mail* (20-26 de Setembro de 1991).

COMO FUNCIONA A GUERRA DOS CONTRAS: AS RELAÇÕES CIVIS-MILITARES

As operações militares descritas no capítulo anterior requerem cooperação civil, mas não no sentido da analogia clássica do peixe-na-água nem de uma forma necessariamente voluntária. Com fornecimentos militares do exterior, recrutamentos forçados se necessário, e num terreno pouco defendido, os guerrilheiros são tão capazes de se impor aos civis quanto o é uma força convencional. Eles precisam de impedir que a população informe o governo, de recolher informação sobre as tropas governamentais, de obter alimentação para os soldados e carregadores, para o transporte. Esta cooperação pode ser conseguida por persuasão ou pela força; a combinação precisa de incentivos não é predeterminada.

Se a população está fortemente mobilizada em favor do governo, a tarefa dos insurgentes é mais difícil. Mas se o governo não puder assegurar protecção, mesmo os civis pró-governamentais podem ser forçados a colaborar. Se os civis são favoráveis à causa dos insurgentes, as coisas são mais fáceis para estes. Mas se os civis não nutrem sentimentos fortes em relação a qualquer uma das partes, os insurgentes, assim como os contra-insurgentes, podem procurar impôr-se. As interpretações abertamente politizadas subestimam provavelmente a medida em que a população comum reage, não na base de convicções políticas mas de forma a sobreviver e preservar o seu modo de vida na situação de conflito.

A grande diversidade regional no interior de Angola e Moçambique implica que as generalizações à escala nacional das atitudes dos civis se devem basear quer em estudos locais, quer em levantamentos nacionais baseados em entrevistas levadas a cabo em todas as regiões. O número de estudos desta natureza é ainda limitado, e os dados

fragmentários. Mesmo assim, existe já um corpo de material significativo no que respeita a Moçambique.¹ Sobre Angola não existem estudos locais e são poucos os estudos nacionais, e de cobertura limitada. Pode dizer-se que os resultados das eleições de 1992 são um indicador relevante da variação regional. Mas eles não fornecem as razões dos votos nem qualquer garantia de que as atitudes de 1992 correspondem precisamente às que se manifestaram anteriormente, durante o período da guerra. Esta lacuna dos dados sistemáticos só parcialmente pode ser resolvida por uma análise sistemática dos relatos de jornalistas ou outras testemunhas ocasionais.²

Contudo, os dados permitem várias conclusões sobre a relação entre o apoio civil e o sucesso militar na guerra de guerrilhas. A comparação entre os dois países, e entre as regiões no interior de cada um deles, mostra que o elevado nível de apoios civis não foi condição necessária para o sucesso da guerrilha. Tais apoios foram apenas um dos factores, e provavelmente nem sequer o mais importante, na determinação das perspectivas da acção guerrilheira.

Em algumas zonas de Moçambique, a Renamo beneficiou da co-operação voluntária de alguns chefes e outros, alienados do governo, particularmente quando ela entrava pela primeira vez numa determinada região. Mas mesmo nesses casos, a colaboração subsequente passou a ser imposta pela força, à medida que os civis se desiludiam. Aparentemente, houve pouca correlação entre o apelo político da Renamo numa região, e a sua eficácia militar nessa mesma região. Em Angola, a colaboração voluntária com a Unita, particularmente por parte dos falantes Umbundu, era comum nos primeiros anos da guerra, mesmo se a coerção também estivesse presente. A Unita manteve um sistema de mobilização política e beneficiou de alguma maneira os seus apoiantes rurais. Porém, o apoio voluntário diminuiu com a escalada da guerra e das acções da Unita contra civis. Além disso, a sorte da Unita, em diferentes ocasiões e lugares, variou menos por razões de apoio político do que por factores militares mais directos.

Em ambos os países, e apesar do apoio voluntário aos insurgentes por parte de sectores da população por eles controlada, a lealdade foi garantida pelo brutal uso da força e da ameaça de força contra os civis, que continuou após o período do cessar-fogo. Em grande medida, as liberdades políticas preconizadas nos acordos de paz confinaram-se, na prática, às áreas administradas pelos governos. As medidas dos

tratados referentes à extensão da administração estatal central às áreas controladas pelos insurgentes nunca foram implementadas em Angola, e ainda não o tinham sido em Moçambique mais de um ano após o cessar-fogo de Outubro de 1992.³

Moçambique: força, persuasão e administração indirecta

Os diferentes investigadores estão de acordo sobre várias características da relação da Renamo com os civis, apesar das suas metodologias e perspectivas muito diferentes. Entre essas características contam-se: 1) o recurso sistemático à violência e à ameaça de violência; 2) o apoio inicial à Renamo por parte de alguns grupos rurais devido ao impacto das políticas governamentais ou a afinidades etno-regionais, geralmente seguido de desilusões; 3) o uso de autoridades tradicionais e práticas religiosas para exercer uma variante de administração indirecta; 4) a extracção largamente coerciva de recursos na forma de alimentos e transporte; e 5) variações regionais baseadas em afinidades étnicas, condições locais e mudanças nos destinos da guerra.

No interior de Moçambique, é comumente reconhecida a natureza sistemática dos ataques da Renamo contra civis, reflectida nos relatos jornalísticos ou orais. Mas a primeira investigação formal sobre este assunto foi feita por um consultor do Departamento de Estado dos EUA, que procurava avaliar o rápido aumento dos refugiados e deslocados moçambicanos. O relatório de Abril de 1988 de Robert Gersony baseou-se em entrevistas com perto de 200 refugiados e deslocados em Moçambique e em quatro países vizinhos, incluindo a África do Sul. O relatório revelou um padrão de abuso extraordinário de civis. Concluiu que 'a relação entre a Renamo e a população civil... gira quase exclusivamente em torno da violenta extracção de mão-de-obra e alimentos. ...Tudo indica que a única reciprocidade oferecida pela Renamo aos esforços dos civis é a possibilidade destes permanecerem vivos'.⁴

As entrevistas de Gersony incluem numerosos casos de testemunhas oculares de assassinatos, tortura, rapto e transporte forçado. Embora distinguindo 'zonas de imposto', menos sujeitas ao uso da força, de 'zonas controladas' com administração mais apertada, os civis vivendo nas zonas administradas pela Renamo foram consistentemente descritos como cativos e compostos por residentes ori-

ginais e outros, raptados das zonas controladas pelo governo. Havia também 'zonas de destruição' que a Renamo não tentava controlar, procurando antes, o mais possível, destruir a propriedade e os civis. Embora Gersony não tenha identificado no mapa tais zonas, estudos posteriores verificaram que grande parte do Sul de Moçambique correspondia às 'zonas de destruição', e que as zonas de 'imposto' e 'controlo', mais dificilmente distinguíveis entre si, se localizavam mais para Norte.

Gersony também referiu abusos das forças governamentais, mas em muito menor número e sem um carácter sistemático. Dos 600 assassinatos testemunhados, os seus informadores atribuíram 94 por cento à Renamo, 3 por cento ao governo e 3 por cento a desconhecidos. O relatório Gersony foi veementemente criticado pela Renamo e questionado por outros, que alegaram deficiências que vão desde a fabricação de histórias pela polícia secreta moçambicana até distorções sistemáticas no relatório final.⁵ Os críticos referem que o relatório constituiu um instrumento na luta burocrática interna de Washington entre apoiantes da Renamo e defensores do engajamento construtivo. Contudo, apesar da legitimidade das questões sobre a projecção dos resultados para estimativas numéricas fiáveis, a gama de entrevistas e a consistência com as informações recolhidas por jornalistas e trabalhadores da ajuda de emergência ajudaram o relatório a resistir às críticas.

Gersony admitiu que as suas entrevistas não eram uma amostra aleatória de todo o país. Mas elas foram seleccionadas ao acaso nos campos de refugiados e representam uma ampla gama de zonas geográficas. Mesmo concedendo que terá provavelmente havido uma inclinação contra a inclusão de fortes apoiantes da Renamo, que presumivelmente terão permanecido nas áreas da Renamo, a conclusão de que houve uso extensivo de coerção por parte da Renamo é incontornável.

Em 1988, o antropólogo francês Christian Geffray levou a cabo o primeiro estudo detalhado sobre a Renamo e as comunidades locais na província de Nampula, a pedido de instâncias oficiais moçambicanas. Geffray e um colega, Mögens Pedersen, haviam publicado um artigo que foi objecto de muita discussão, observando a possibilidade da Renamo contar com amplo apoio de camponeses revoltados com as políticas rurais da Frelimo. A partir da sua investigação de campo de 1988 no distrito do Erati, Geffray pôs em causa o quadro invaria-

velmente negativo da relação da Renamo com os civis.⁶ Mas ele também confirmou o carácter do movimento como força militar apolítica impondo-se, em última análise, por meio da força. Ao incluir ambos os aspectos, o trabalho posterior de Geffray diferiu da sua posição anterior, que descrevia a guerra como 'transformando conflitos internos latentes do campesinato num conflito aberto entre uma parte do campesinato e o Estado'.⁷

A tese de Geffray era que o governo, ao excluir as autoridades tradicionais do poder, dando autoridade a funcionários de aldeia não-tradicionais e acabando por forçar os camponeses a deixar as suas terras e a reagrupar-se em aldeias, criou uma hostilidade que se traduziu em apoio à Renamo quando os soldados deste movimento chegaram. Avançava a hipótese que o padrão por ele descrito para o distrito do Erati se aplicava provavelmente a outras partes da província de Nampula e, mesmo, de Moçambique.

Geffray retrata o Estado moçambicano como uma instituição rígida e modernizadora, imposta a partir do exterior sem ter em conta as tradições e as estruturas de autoridade locais. A instalação do Estado é simbolizada pela imposição de aldeias com novas estruturas de autoridade e pelo deslocamento da população para fora das suas terras ancestrais. O campesinato e os chefes, erradamente estereotipados pelo governo como antigos colaboradores do regime colonial agora desacreditados, opõem-se ao Estado e, portanto, aclamam a chegada das forças da Renamo como potenciais libertadores. Geffray observa este paradigma mesmo em zonas como a Zambézia, onde a criação das novas aldeias nunca chegou a ter grande significado. Porém, à parte a questão da generalização do paradigma, uma das virtudes do trabalho de Geffray é que ele fornece detalhe substancial, que por vezes limita significativamente a sua tese geral, mesmo no que respeita ao distrito do Erati ele próprio.

Ele descreve a alienação das autoridades tradicionais e dos camponeses pela política da Frelimo antes de 1984, mas reconhece que certamente ela não teria dado azo a uma guerra armada se não fosse a chegada da Renamo a partir do exterior. Embora não distinga as aldeias estabelecidas por motivos ideológicos ou militares, a sua descrição torna claro que foram as acções militares que precipitaram a aliança de alguns chefes com a Renamo. A população de zonas remotas do distrito de Erati foi reagrupada à força no quadro das medidas de defesa contra a Renamo, no início de 1984, em resposta a rumores

segundo os quais os soldados da Renamo se estavam a aproximar do distrito. Alguns chefes, particularmente o Macuane, levaram os seus seguidores a acolher a Renamo. Porém, houve também chefes do Erati que optaram pelo governo, apesar das divergências que mantinham com ele. Geffray observa que os Macuane foram marginalizados tanto no período colonial como após a independência, e que as rivalidades datavam da era pré-colonial. Ele descreve como soldados governamentais mataram um chefe Macuane suspeito em 1984, desencadeando o conflito militar entre aldeias antes da chegada da Renamo.

Assim, se a atitude do Estado para com a sociedade tradicional em geral foi um factor-chave que tornou o distrito do Erati vulnerável à penetração da Renamo, continua a ser necessário explicar porque é que alguns sectores, e não outros, se moveram nessa direcção quando o conflito se iniciou. Foram considerações militares que levaram a Renamo a introduzir-se nas áreas mais remotas e as forças militares do governo a concentrar o reordenamento populacional forçado nessas mesmas áreas? Ou, como avança Geffray, foram as divisões que datam dos tempos pré-coloniais? E que dizer do período posterior quando, tal como nos descreve Geffray, o Estado passou a ser mais complacente em relação às autoridades tradicionais, enquanto que a desilusão face aos abusos da Renamo aumentou nas áreas sob o seu controlo? Em que medida é que foram as rivalidades tradicionais, e não as preocupações com a sobrevivência, a afectar o comportamento dos camponeses? A versão de Geffray é suficientemente sofisticada para levantar estas questões, mas as suas reticências em associar números a qualquer das descrições torna vagas as respostas. Ele não estima que parte da população acolheu a Renamo inicialmente, e quantos e quão rapidamente se desiludiram.

Segundo Geffray, o contrato implícito entre a Renamo e os chefes que a convidaram a instalar bases nas suas terras era que a Renamo acabaria com a interferência do governo no seu modo de vida e permitiria que eles ficassem nas suas terras. Em troca, os chefes serviriam de administradores da Renamo, assumindo o título de *mambos* e mobilizando a população a fornecer alimentos e colaboradores para servirem de polícias (*madjiba*).

Geffray observou que os jovens que aderiram à Renamo como *madjibas* fizeram-no, pelo menos de início, com entusiasmo, embora ele não refira testemunhos específicos sobre a reacção em relação a outros tipos de trabalho. A sua tendência para romantizar a autoridade

tradicional e para salientar os abusos do governo que sente terem sido ignorados por outros investigadores está, provavelmente, na base de alguns exageros, mas não há razões para duvidar que muitas pessoas acolheram a Renamo. Considerando a sua posição geral, é notável que Geffray prossiga afirmando que tal acolhimento, mesmo por parte dos chefes, se baseou num 'equívoco' e foi seguido de 'desilusão'. A sua descrição dos mecanismos utilizados pela Renamo para manter o controlo corresponde, de perto, à de Gersony para as 'zonas controladas'.

A descrição de Geffray da base de Mariri refere uma separação rígida entre soldados e civis. Nenhum dos comandantes da Renamo falava Macua, a língua local, e mesmo os soldados da Renamo falavam outros dialectos do Macua. Para organizar a população cativa e voluntária, a Renamo recorreu aos seus próprios líderes tradicionais. Mas era um 'corpo estrangeiro... que governava um mundo fechado onde nenhum habitante da região podia entrar'.⁸ As comunidades locais eram livres de viver sob a autoridade dos seus próprios líderes, mas tinham que sofrer a extracção de recursos e o recrutamento forçado de auxiliares para manter a ordem. Eram agrupadas a alguma distância em volta da base da Renamo, constituindo uma barreira civil à penetração dos ataques do governo.

Geffray também nos dá uma rica descrição do padrão subsequente de ordenamento populacional e sobrevivência nas zonas de guerra do Erati. Era caracterizado por uma discreta presença dos administradores do governo, por escassos confrontos directos entre tropas da Renamo e do governo, e por atitudes deferentes dos administradores do governo relativamente aos líderes tradicionais das comunidades. Simbolicamente submetidas ao Estado nas aldeias oficialmente designadas, as populações locais regressaram, mesmo assim, às terras tradicionais, onde estabeleceram habitações temporárias ou mais permanentes, dependendo da situação de segurança. O desencanto experimentado em relação à Renamo e o isolamento do mercado nas zonas sob controlo do movimento só esporadicamente deparou com reais esforços do governo para proteger as populações nominalmente sob o seu controlo. Em geral, quando se considera a possibilidade de variações regionais significativas no grau de recurso à força por parte da Renamo, a sua leitura deste período é mais consistente com a interpretação de Gersony do que as perspectivas contrárias que apresenta levariam a crer.

Nas minhas entrevistas com ex-combatentes da Renamo em 1988, deliberadamente evitei as questões sobre como é que eles tratavam os civis. Dados os anteriores relatos sobre atrocidades, pensei ser pouco provável que os próprios combatentes se referissem a isto com franqueza numa curta entrevista, e que insistindo nestas questões só conseguiria que eles acabassem por falar com menos abertura sobre outros assuntos. As entrevistas, em conjunto com outros dados recolhidos nessa viagem de pesquisa, forneceram, no entanto, dados concordantes quer com os de Gersony quer com os de Geffray. Em conversa com funcionários governamentais da Zambézia, por exemplo, foi-me dito que em algumas zonas as pessoas tinham começado por acolher a Renamo, movidas por um desencanto em relação às medidas económicas e políticas do governo. Passados alguns meses, disseram, essas mesmas pessoas passaram a considerar a Renamo como simples bandidos e assassinos.

Em termos mais gerais, as entrevistas com ex-combatentes confirmaram o quadro geral derivado das descrições de Gersony e Geffray sobre a situação após o acolhimento inicial da Renamo. Os entrevistados descreveram tipicamente uma situação na qual certos chefes locais e curandeiros tradicionais cooperavam com a Renamo. Contudo, era para eles claro que tanto chefes como curandeiros pertenciam à população civil submetida e não à estrutura da Renamo. Muitos afirmaram que os soldados da Renamo ‘consultavam os curandeiros’ para tratamentos, da mesma maneira que o faziam os civis. Muitos disseram que a maioria dos chefes não tinha outra alternativa senão colaborar, quando a Renamo chegou. Um entrevistado, que havia sido agricultor importante e ancião da sua aldeia, foi nomeado pela Renamo para dirigir a aldeia na qualidade de chefe *madjiba* (polícia). Segundo ele, ocuparam a sua casa, dormiam na varanda e por várias vezes amarravam a sua esposa quando esta resistia a dar-lhes comida, e mataram o seu cunhado após este ter tentado fugir.

Todos os entrevistados se mostraram de acordo que havia uma rígida separação entre a estrutura militar da Renamo e os civis, e que só muito raramente era permitido que um civil se aproximasse mais do que 100 ou 200 metros de uma base da Renamo. Descreveram a relação com os civis como baseada na procura de comida para os soldados da Renamo e no transporte dos bens saqueados.

Em algumas zonas os soldados eram enviados para buscar comida ou os *madjiba* organizavam a população para que esta trouxesse

comida a um ponto do controlo, perto da base. Alguns mencionaram que havia grupos de mulheres ou de velhos com a função específica de cultivar para a base. Três deles, que tinham estado com a Renamo desde 1979, disseram que a população tinha alimentação suficiente e a fornecia voluntariamente. Um outro, que esteve com a Renamo entre 1984 e 1988, disse que o povo começou por fornecer comida voluntariamente, mas que mais tarde passou a resistir. Todos os quatro eram da província de Manica ou do Zimbabwe, incluindo três de língua Shona e um de língua Sena.

Porém, a maioria afirmou que as contribuições alimentares eram involuntárias. Descreveu um deles que 'havia um grupo que procurava comida junto do povo. Eles chegavam e pediam; se as pessoas recusassem eles levavam à força, talvez toda a comida que havia'. Grande parte deles disse que a situação alimentar das bases era adequada, mas não boa, e muitos que os comandantes comiam a mesma comida que os restantes. Vários queixaram-se que a alimentação dos comandantes era melhor, incluindo, nomeadamente, conservas provenientes do Malawi ou da África do Sul, ou carne de gado abatido. Um deles, estacionado numa zona onde os camponeses possuíam muito gado, afirmou que nunca tinha havido problemas. Enviavam frequentemente um grupo para abater uma cabeça, e havia sempre carne grelhada para toda a gente. Mas outros queixaram-se da repetida falta de comida para soldados e civis.

Alguns entrevistados com experiência da zona da Gorongosa disseram que os enfermeiros da Renamo por vezes assistiam não só os soldados mas também os civis. Um disse que as mulheres-soldados 'iam à escola'. Outro disse que os tecidos dos pára-quedas sul-africanos eram dados à população para o fabrico de roupas, e outro ainda que as roupas apanhadas nos ataques eram distribuídas por civis e soldados. Mas não houve qualquer outra referência a mais benefícios para os civis moçambicanos.

De 1989 para cá foram produzidos diversos estudos com base em dados de entrevistas com participantes directos.⁹ Um deles, *Children of Mozambique*, refere entrevistas realizadas em 1989-90 com 504 crianças com idades entre os 6 e os 15 anos, directamente 'afectadas' pela guerra. Embora sem ter sido escolhido ao acaso, o grupo representava quarenta e nove distritos e sete províncias. As suas experiências eram idênticas às dos adultos entrevistados por Gersony: todas elas tinham assistido a, ou sido vítimas de violentos abusos da

Renamo; cerca de 9 por cento tinham assistido ou sido vítimas de abusos por parte das forças governamentais. Na amostra, cerca de 300 crianças tinham sido raptadas; noventa foram posteriormente sujeitas a treino militar.

O relatório verificou que existia uma hierarquia rígida, na qual a Renamo controlava a população civil, indirectamente através de chefes nas zonas de controlo, directamente no interior dos campos, onde as crianças eram usadas como carregadores, nos serviços domésticos, e no caso das raparigas, para fins sexuais. A relação entre as bases e a população civil variava segundo a situação de segurança. Nas zonas pouco seguras, os civis eram forçados a residir imediatamente fora da base, impedidos de estar dispersos sob o controlo dos seus chefes tal como no padrão observado por Geffray. Quando havia ameaça de ataque iminente, os civis eram mantidos no interior das bases. A ameaça da força – espancamentos ou, mesmo, execuções – para dissuadir as pessoas de tentarem fugir era uma constante; muitos dos assassinatos descritos pelas crianças constituíam exemplos destinados a estabelecer uma atmosfera de terror.

Moçambique: variações regionais

O *Conspicuous Destruction* do Africa Watch, baseado em trabalho de campo do jornalista Karl Maier com material suplementar de Alex Vines, atribui a 'vasta maioria dos abusos declarados' à Renamo.¹⁰ Mostrou-se também muito crítico relativamente a um certo número de acções do governo, incluindo deslocamentos forçados e tácticas de terra-queimada que contribuíram para as condições de fome.¹¹ Ao reunir evidência substancial confirmando que o recurso esmagador à violência foi feito pela Renamo, também verificaram que na sua maior parte os massacres em larga escala ocorreram no Sul de Moçambique, em zonas consideradas sob controlo governamental. Nas zonas controladas pela Renamo, pelo contrário, a Renamo desenvolveu uma política de contenção de tais abusos. Os chefes podiam apelar para os comandantes contra acções de soldados individuais da Renamo, que podiam dar lugar a medidas disciplinares. O relatório também referiu o controle indirecto da Renamo sobre os civis, através de uma hierarquia de *mambos* e *madjiba*.

O grau de repressão e extracção de recursos variou consideravelmente, dependendo da pressão militar e logística sobre a Renamo. Os

investigadores verificaram que, nas áreas sob firme controlo da Renamo, no centro de Moçambique, as extracções eram mínimas e o apoio voluntário evidente. Estudos regionais mais detalhados, que se seguiram ao trabalho anterior de Geffray, forneceram evidência subsequente confirmando estas variações.

O antropólogo Otto Roesch, que anteriormente tinha feito investigação exaustiva sobre as políticas agrícolas no Sul de Moçambique, pôs a hipótese que 'se o trabalho de Geffray e Pederson mostrou alguma coisa, foi que o sucesso relativo da Renamo ao explorar o desapontamento popular em relação à Frelimo resultou de condições sociais e histórico-culturais específicas prevalentes em Nampula'.¹² Em posterior trabalho de campo, em 1990-91, com investigadores do Arquivo do Património Cultural do Ministério da Cultura, Roesch investigou primeiro a província de Gaza e, depois, o centro de Moçambique. Em Gaza, realizaram mais de cem entrevistas com camponeses de áreas afectadas, assim como com um antigo comandante da Renamo, e outros, que haviam passado muito tempo em bases da Renamo. Em Manica e Sofala, a equipa entrevistou mais de 200 deslocados e antigos combatentes da Renamo.

Em Gaza, ao contrário de Nampula, a criação das aldeias veio sobretudo na sequência das cheias do Vale do Limpopo, nos inícios de 1977. Embora a deslocação de populações tivesse sido organizada a partir de cima, e justificada pela ideologia assim como por razões pragmáticas, nada teve a ver com considerações de contra-insurgência militar e foi geralmente aceite pela população. Apenas algumas aldeias foram criadas na década de oitenta, e sobretudo em zonas remotas e escassamente povoadas, quer no quadro de esforços para reordenar populações afectadas pela seca quer por razões militares. Em Gaza, a falta de sensibilidade do Estado para com a cultura tradicional causou algum ressentimento, mas este foi ultrapassado por um elevado nível de entusiasmo suscitado pela Frelimo, particularmente nos primeiros anos. Em 1983, quando a guerra começou de facto a alastrar em Gaza, o governo tinha já deixado de promover activamente a criação de aldeias na província e estava a permitir que as pessoas regressassem às suas terras. Mas a maioria não o quis fazer: 'a maioria das aldeias comunais estabilizou como formas de assentamento humano e tornaram-se agora em sinal permanente da paisagem rural na província'.¹³

As estruturas da autoridade tradicional de Gaza haviam perdido muito mais legitimidade no tempo colonial do que em Nampula. O trabalho migratório para as minas da África do Sul tornou as populações camponesas menos dependentes da produção agrícola e aqueles que haviam sido reassentados em aldeias eram, na maior parte, habitantes do vale já acostumados a formas centralizadas de assentamento. Por todas essas razões, argumenta Roesch, a Renamo encontrou menos espaço social para penetrar do que em Nampula. A vasta maioria dos civis que viviam nas bases da Renamo ou sob o seu controlo havia sido raptada, e o único sector social civil que aparentemente manifestou alguma adesão voluntária à Renamo era constituído pela juventude masculina marginalizada. Roesch, ao contrário de Geffray, não associa este apoio à atitude inicial da Renamo mas, antes, à marginalização económica posterior da juventude, na sequência da escalada da guerra e dos programas de ajustamento estrutural iniciados em 1987.

Tal como Geffray, Roesch notou os apelos da Renamo às crenças religiosas tradicionais e a sua ideologia 'neo-tradicionalista'. Mas em Gaza isso não resultou, mesmo inicialmente, em níveis significativos de apoio popular. No Sul de Moçambique, a Renamo era encarada como um projecto Ndau, confirmando a composição predominantemente Ndau da sua direcção militar e o seu carácter 'estrangeiro'. A predominância de moçambicanos do Sul na Frelimo, encorajou a brutalidade da Renamo e a resistência da população local à mensagem da Renamo, independentemente da desilusão popular face às políticas governamentais.

Segundo Roesch, a Renamo conseguia suscitar o medo, quer através da força quer por meio da crença nos poderes mágicos dos Ndau e dos espíritos locais que aqueles supostamente comandavam. Apesar das suspeitas contrárias do governo, mesmo as autoridades políticas e religiosas tradicionais realizaram frequentemente cerimónias para a Renamo, mais por medo que por empenhamento voluntário. Os informadores de Roesch em Gaza estimaram que cerca de 50 por cento das populações cativas nas bases da Renamo acabaram por aceitar o seu destino, considerando-o preferível a regressar à insegurança das suas zonas de origem. Mas esta era uma pequena parte do total de raptados, muitos dos quais conseguiram escapar.

Assim, para o caso do Sul de Moçambique, os dados de Roesch revelam claramente que o limitado apoio granjeado pela Renamo, ao

contrário de contribuir para a irrupção da guerra resultou desta própria. Mesmo assim, os esforços militares da Renamo – beneficiando de fácil acesso à África do Sul, da existência de extensas e pouco povoadas áreas para onde podiam recuar, e da fraca capacidade de defesa do governo – foram ali tão eficazes como nas outras partes do país, e quase que certamente mais brutais e mortíferos.

O centro de Moçambique era, segundo Roesch, substancialmente diferente. Em Gaza prevaleceram as bases móveis, os pequenos grupos de populações administradas e uma economia de saque. Nas zonas da Renamo em Manica e Sofala, havia bases bastante permanentes, impostos sobre os camponeses, e áreas de administração relativamente extensas.¹⁴ Apesar destas extensas áreas sob o seu controlo, porém, Roesch calculou que a Renamo não controlava mais que 20 por cento dos 1,7 milhões de habitantes das duas províncias. Os recém-chegados às zonas controladas pelo governo incluíam uma minoria deslocada à força pelo próprio governo e uma maioria que voluntariamente optara por fugir à Renamo e à insegurança do campo.

A zona de controlo mais estável da Renamo parece ter sido a área de língua Ndaue a Sul das províncias de Sofala e Manica onde, segundo refugiados de língua Ndaue, o regime da Renamo era relativamente benigno. Fora destas áreas, a Renamo baseava-se mais no saque e a administração dos impostos era mais dura. Mesmo nas zonas de controlo, o apoio à Renamo era grandemente involuntário e relacionava-se com o facto das famílias terem ou não homens recrutados pela Renamo. Embora na sua maior parte o recrutamento fosse forçado, esta realidade era ultrapassada pelo facto da direcção militar ser Ndaue, com a consequente identificação dos comandantes da Renamo como ‘nossos filhos’.

Quando a guerra começou no centro de Moçambique, o apoio de que a Frelimo ali beneficiava, embora pouco profundo, era ainda alargado. Porém, depois de 1977, os planos governamentais de reordenamento populacional começaram a afectar seriamente a vida da maioria dos camponeses. Embora alguns camponeses tivessem aderido voluntariamente às aldeias, o fraco planeamento destes novos assentamentos colocou os camponeses a distâncias insustentáveis dos campos de cultivo e das árvores de fruto. As sanções impostas contra a Rodésia interromperam tanto o trabalho migratório para aquele território como o trabalho assalariado no corredor da Beira, que

anteriormente constituíam uma significativa fonte de rendimento para os camponeses.

Tal como para Nampula, Roesch concluiu que o programa de reordenamento foi implementado inconsistentemente nos primeiros anos, surgindo uma realidade em que muitos camponeses continuavam a viver nas suas áreas de origem ao mesmo tempo que mantinham uma residência nominal nas novas aldeias. Roesch não ousa calcular a proporção daqueles que foram deslocados por razões militares. Mas outras fontes mostram que durante a fase rodesiana da guerra só uma pequena parte da população foi concentrada em aldeias, quaisquer que tenham sido os motivos. Nos finais de 1980, 8 por cento da população rural de Sofala e 6 por cento da de Manica estavam em aldeias – muito menos que os 37 por cento de Gaza.¹⁵

O grande movimento de reordenamento naquelas duas províncias ocorreu após 1980, em resposta tanto à escalada da guerra como ao 'plano para a década', baseado num ambicioso desenvolvimento rural. Roesch concorda que, tal como em Nampula, estas medidas contribuíram para a desilusão do campesinato e para a abertura com que alguns acolheram a Renamo. Porém, a sua versão sobre que sectores se mostravam mais inclinados a colaborar com a Renamo difere do quadro traçado por Geffray para o Erati.

Em vez de salientar as rivalidades tradicionais entre as comunidades, que Geffray considerou influenciarem a situação após a chegada da Renamo, Roesch incide a atenção sobre as reacções contraditórias dos diferentes estratos sociais. Embora muitos chefes mantivessem o respeito religioso que lhes era devotado pelos aldeãos, este foi enfraquecido pelo ressentimento daqueles que lembravam o seu papel de 'colaboradores e beneficiários materiais' do sistema colonial.¹⁶ O camponês comum não se mostrava necessariamente inclinado a seguir automaticamente a liderança do chefe. Em geral, os sectores mais educados e ricos do campesinato acolheram o projecto das aldeias comunais, tal como muitas mulheres e jovens. Porém, uma vez confrontados com a guerra, muitos líderes tradicionais, assim como camponeses comuns, optaram por estratégias de sobrevivência que dependeram de onde se encontravam e dos destinos da guerra, com pouca fidelidade em relação a qualquer dos exércitos.

Ironicamente, 'os sectores rurais comercial, de pequena indústria e agrícola do centro de Moçambique ou apoiaram o programa das aldeias comunais ou se mostraram indiferentes a ele, e embora fossem

talvez críticos das políticas da Frelimo em geral, raramente se mostraram agastados ao ponto de se envolverem na rebelião activa contra o Estado, em apoio à Renamo'.¹⁷ As acções predatórias da Renamo representavam uma ameaça ainda maior para o seu modo de vida que as políticas estatais.

As entrevistas mencionadas por Roesch revelam um significativo ressentimento em relação aos pesados impostos da Renamo, aos abusos 'arbitrários' dos soldados individuais da Renamo, e aos raptos de jovens para fins sexuais, de transporte e de treino militar. 'Ao seguirem as ordens da Renamo para abandonar as aldeias comunais e regressarem às suas antigas residências, muitos camponeses não pretendiam mais que libertar-se dos abusos e violência da Renamo. Mesmo que não fosse este o caso, o que é certo é que os níveis de desilusão e desconfiança em relação à Renamo subiram constantemente, mesmo nas áreas de língua Ndau'.¹⁸ Além disso, o regime da Renamo era particularmente duro nas zonas não-Ndau, particularmente nas de língua Sena do centro de Moçambique, embora não chegasse aos níveis impostos no Sul de Moçambique.

Na sua pesquisa iniciada em 1991, Kenneth Wilson recolheu imensos dados de entrevistas, no Malawi, na Zâmbia e, mais tarde, em Moçambique, sobre as actividades da Renamo no ocidente da Zambézia e partes da província de Tete. Os estudos de Wilson trouxeram confirmação adicional para as grandes características da relação entre a Renamo e a população civil, e evidência de variações determinadas pelo contexto local. As fontes principais de Wilson incluíram Testemunhas de Jeová, cuja história de resistência, quer contra a autoridade do Estado quer contra a Renamo, confere aos seus testemunhos um peso particular.¹⁹

Wilson observou que o nível de violência da Renamo na Zambézia era baixo se comparado com o Sul de Moçambique. Uma possível razão para tal era que havia uma história anterior de oposição armada à Frelimo na Zambézia, com raízes locais. Aparentemente, esta começou por operar com pouca coordenação com a Renamo, mas integrou-se formalmente nesta por volta de 1982, aquando da primeira grande ofensiva da Renamo na Zambézia. Neste contexto, a Renamo terá optado por um recurso maior à presuação na sua acção na Zambézia.²⁰

Mesmo assim, as entrevistas de Wilson levaram-no a sublinhar a importância, para a Renamo, do 'culto da violência'. Apesar dos poucos casos de massacres em larga escala (ele refere que a Renamo

assassinou 'apenas dez' Testemunhas de Jeová num incidente em 1984), os assassinatos exemplares, eivados por vezes de brutalidade ritual, eram usados para inspirar o medo. Combinados com a reputação da Renamo de possuir poderes mágicos, isto terá frequentemente evitado o recurso a mais mortes. No caso da resistência não-violenta determinada, tal como as Testemunhas de Jeová, a Renamo aceitava por vezes um *modus vivendi*. Os informadores de Wilson reportaram o recurso sistemático às violações por parte dos soldados da Renamo, apesar das expressas proibições dos seus comandantes. Mas acrescentaram que havia, geralmente, maior contenção em relação a raparigas de tenra idade ou mulheres casadas. Em alguns casos a Renamo impunha castigos aos prevaricadores, na sequência de protestos das comunidades locais.

O padrão de administração descrito por Wilson não difere daquele que vigorou noutras zonas de Moçambique: no topo encontrava-se o comando militar da Renamo chefiado por oficiais predominantemente de língua Ndau. Seguiam-se os chefes locais, alguns recrutados voluntariamente e outros incorporados à força, servindo os *madjiba* locais de instrumentos dessa incorporação. Todavia, Wilson questiona a legitimidade local desta estrutura de chefia, colocando-a no contexto das estruturas coloniais e pré-coloniais de recolha de tributos e mobilização de força de trabalho. Ao contrário de Geffray, Wilson afirma que os chefes nomeados pela Renamo eram, na sua maior parte, aqueles que haviam colaborado com os portugueses na qualidade de régulos. Neste sentido, a Renamo tornou-se a última entidade numa longa série de conquistadores externos.

Na Zambézia, a mobilização do campesinato contra o Estado, no sentido da aceitação ou participação da população local nos ataques da Renamo, aparece na explicação de Wilson não como um sinal de lealdade para com as autoridades tradicionais ou ressentimento contra as aldeias comunais, que aliás tiveram pouca expressão na província. Ela reflecte antes o facto que os anteriores sectores 'modernizadores' da sociedade zambeziana – as famílias com algum estatuto educacional ou comercial na economia regional – conseguiram, no geral, manter esse estatuto no quadro do aparelho de Estado da Frelimo. Apesar do declínio económico, conseguiram manter uma certa riqueza, se comparadas com os trabalhadores de plantações ou camponeses, tornando-se assim os principais alvos da economia de pilhagem da Renamo.

Wilson sublinhou a complexidade da interacção entre a Renamo e o contexto local, caracterizada por variações significativas, mesmo no interior de pequenas áreas geográficas e ao longo do tempo. Também referiu a importância da diversidade da base económica das actividades da Renamo na Zambézia ocidental. O saque das pequenas cidades, com a venda dos bens assim obtidos no Malawi, estava na sua plena força em meados da década de oitenta, na sequência dos grandes avanços militares da Renamo, e não podia ser mantido ao mesmo nível. A extracção de comida do campesinato foi dificultada pela seca e, no geral, foi-se tornando, com o correr do tempo, cada vez mais difícil, dado que os camponeses das áreas da Renamo sentiam cada vez mais a falta de instrumentos de produção. Wilson identifica esta falta de acesso ao mercado como uma das maiores fontes de descontentamento em relação à Renamo.

Apesar do ambiente geral de coerção, Wilson refere que na Zambézia ocidental, durante a segunda metade dos anos oitenta, a Renamo desenvolveu esforços para estabelecer estruturas de educação e, mais raramente, de saúde. As escolas eram réplicas fiéis do sistema governamental e, de facto, eram desenvolvidas por antigos professores do governo agora controlados pela Renamo. Tais serviços, iniciados na Zambézia em 1984-85, só funcionaram em escala substancial durante alguns anos. No resto do país, refere Wilson, não há evidência de estruturas semelhantes se se exceptuar a área em redor do quartel-general da Renamo na Gorongosa.

É provável que a investigação posterior ao cessar-fogo de Outubro de 1992 venha a revelar mais variações locais, mas também é provável que ela confirme os resultados principais a que chegou a investigação até à data. O maior contraste é entre a consistente rejeição da Renamo no Sul, onde o movimento recorreu às mais extremas formas de violência, e uma miscelânia muito mais complicada no centro e Norte do país. Apesar dos factores de mudança, a Renamo permaneceu, contudo, como uma organização fundamentalmente coerciva, imposta à população civil. Como revelam as suas actividades no Sul, o sucesso da actividade militar de destruição não dependeu de níveis significativos de apoio civil.

Angola: lealdade étnica, organização política e ditadura violenta

Existe muito pouca investigação detalhada sobre a vida nas áreas controladas pela Unita durante a guerra, apesar do fluxo constante de visitantes estrangeiros à Jamba. Os dados para a análise das variações regionais são praticamente inexistentes.²¹ Assim, as conclusões a que se pode chegar são muito gerais. Relativamente à questão crítica sobre em que medida a Unita recorreu à persuasão e/ou à força para mobilizar os civis, a minha pesquisa mostrou que ambos os elementos estiveram presentes, e que houve variações, tanto locais como ao longo do tempo. Outras pesquisas confirmam a adesão voluntária inicial à Unita de uma parte significativa de populações de língua Umbundu, a edificação de um núcleo de lealistas fanáticos, e o recurso sistemático à força para assegurar a submissão nas áreas da Unita, assim como para punir a população das zonas governamentais.

Em relação ao recrutamento, a aproximação da Unita aos civis, antes de Março de 1976, baseava-se principalmente na persuasão política e na pressão social. Sobretudo no planalto central, a Unita recorreu de forma sistemática ao contacto com os chefes tradicionais e aos jovens Umbundu educados, assim como aos brancos conservadores. Os temas dominantes eram nacionalistas e étnico-regionais. O povo do Sul (ou seja, sobretudo os Umbundu) deviam apoiar o seu movimento (a Unita). Uma vez que os sulistas eram o maior grupo, deduzia a Unita, o seu partido tinha direito à maior cota de poder.

A evidência da resposta ao apelo da Unita é ambígua. Na altura não se fizeram sondagens sistemáticas. É claro que a maioria dos angolanos de língua Umbundu com perspectiva política aderiu à Unita, particularmente nas províncias de Huambo e Bié. Mas também é claro que não havia unanimidade. O grau de maioria da Unita no planalto central é desconhecido, e o apoio que tinha na costa ou nas zonas não-Umbundu do Sul e do Leste era muito menor.

Um dos informadores com mais formação, oriundo da província do Huambo, calculou o apoio dos Umbundu à Unita, em 1974-76, em cerca de 80 por cento. Ele considerou que o apoio ao MPLA, e não à Unita, aumentava perto das cidades, assim como em direcção à costa. Um outro, também do Huambo, disse que no Huambo e no Bié havia mais apoio à Unita, e na província de Benguela mais apoio ao MPLA. Acrescentou que algumas famílias foram divididas pelo conflito. Mais para Sul, na zona do Lubango, observou outro entrevistado, a Unita tinha um apoio comparativamente modesto.

Estes juízos coincidem com uma avaliação feita na altura pelo Presidente Agostinho Neto, do MPLA, numa entrevista privada com o cônsul dos EUA, Tom Killoran, em Maio de 1975. Neto disse-lhe que a mobilização política do MPLA havia erodido o apoio à Unita no Sul, nos seis meses anteriores, e que o apoio ao MPLA era mais forte na costa, diminuindo em direcção ao interior. Na zona do Huambo, considerava Neto, os dois movimentos tinham um apoio equilibrado.²²

Quando o combate convencional cessou, em 1976, Savimbi apelou aos seus apoiantes para que se retirassem para o mato a fim de iniciar uma guerra de guerrilhas. Fontes do MPLA reconhecem que muita gente respondeu a esse apelo. O comissário provincial do Huambo, Santana André Pitra, afirmando que em meados de oitenta cerca de 800.000 pessoas tinham vindo do mato para as zonas do governo nos seis meses anteriores, explicou que 'inicialmente a Unita disse à população que nós éramos todos nortistas e gente da cidade que destruiria as suas tradições e a sua cultura'.²³

Um entrevistado descreveu este período como caracterizado por represálias indiscriminadas dos dois lados. Dash fornece vários relatos em primeira mão sobre este aspecto, incluindo o assassinato de civis por tropas governamentais na cidade de Kavanga, a norte da Huíla, em Outubro de 1986, e assassinatos de civis pela Unita, num ataque a Ringoma, no Bié, em Novembro de 1976.²⁴ Um oficial da Unita disse a Dash que tivera que atacar a aldeia de Chitembo, na província do Bié, sete vezes 'antes que os camponeses saíssem [da aldeia] para vir viver connosco no mato'.²⁵ A sua unidade atacava camponeses nos campos, e matou civis e tropas governamentais em ataques à vila, explicou ele, até que finalmente os habitantes se juntaram à Unita no mato, dado que tinham deixado de se sentir seguros.

O major Mateus Katalayo, da Unita, disse a Dash que a guerra era particularmente complicada porque nas aldeias havia apoiantes da Unita e do governo.²⁶ Um entrevistado explicou que os aldeãos eram classificados segundo o seu grau de fidelidade. Aqueles que eram leais à Unita podiam viver mais perto das zonas governamentais. Os que eram suspeitos de lealdade para com o governo eram transferidos mais para o interior do mato, de onde era mais difícil fugirem para as zonas governamentais.

É impossível calcular, a partir dos dados fragmentários, a proporção de apoio genuíno à Unita nas zonas rurais contestadas. Alguns jornalistas, como Dash e Fernandes, falaram com chefes e aldeãos que

claramente faziam parte de uma base civil de apoio. Outros que visitaram os arredores da zona da Jamba, encontraram poucos civis.²⁷ Alguns surpreenderam lampejos de hostilidade: um refém português detido pela Unita descreveu como os aldeãos fugiam do movimento; Sitte referiu ter passado através da zona de Ovambo, no Sul de Angola, onde a maior parte dos camponeses se mostrava fechada e silenciosa.²⁸

Embora os entrevistados não tivessem fornecido uma estimativa geral do nível de apoio civil, aqueles que estiveram presentes nos dois períodos concordam que era maior antes de 1979-80 do que depois. O primeiro período era um período de grandes dificuldades, disseram, causadas não só pelos ataques governamentais mas, ainda mais, pela luta para sobreviver à escassez alimentar e às doenças no mato. Mas essas dificuldades eram toleráveis para muitos, que acalentavam a esperança, anunciada pela direcção da Unita, de uma eventual vitória. Mais tarde, acrescentaram, muitas pessoas cansaram-se e deixaram de acreditar.

A opção de se tornar refugiado era mais restrita em Angola que em Moçambique, uma vez que as regiões mais densamente povoadas e contestadas estavam longe das fronteiras internacionais. Muitos fugiam para zonas urbanas ou peri-urbanas no interior de Angola.²⁹ Mas, como explicou um dos entrevistados, alguns recusavam-se simplesmente a deixar as suas zonas de origem. Vários comentavam que a população local, sem grandes opções, adaptava-se ao controlo de quaisquer tropas que chegassem. Outros acrescentaram que havia grupos locais de homens armados, sem qualquer associação com a Unita ou com o governo.

Era opinião geral dos entrevistados que, nas zonas contestadas, a comida da Unita vinha de duas fontes: dos impostos lançados sobre os civis controlados pelo movimento ou de raides a aldeias controladas pelo governo. A zona de Jamba, disseram, era relativamente privilegiada, dado que se distribuíam ali, gratuitamente, comida e outros bens provenientes da Namíbia. Um dos entrevistados comentou que grande parte dessa área não era boa para a agricultura, embora houvesse alguma produção nos campos de cultura da Unita. Renaud Giraud, num artigo no semanário português *Tempo*, referiu que a Unita importava da África do Sul grandes quantidades de milho, trigo e arroz.³⁰

A acreditar nos relatos dos visitantes, uma parte significativa da população da zona da Jamba era leal – mesmo em moldes de

fanatismo – à Unita e a Savimbi. Embora alguns visitantes tivessem considerado, em privado, que esta fidelidade eivava o culto da personalidade, na sua maioria mostraram-se impressionados ou mesmo inspirados pela organização e pelo espírito comunal que observaram. Inclinavam-se a considerar que aqueles com quem falaram eram representantes da presença da Unita em todas as partes do país.

Vários entrevistados disseram que nas zonas sob controlo da Unita se escolhiam activistas para mobilizar a população civil, em ligação com chefes de aldeia tradicionais considerados fiéis à Unita. Os activistas falavam contra a presença dos soviéticos e cubanos em Angola e atribuíam as dificuldades da economia angolana ao governo do MPLA. Os entrevistados descreveram os activistas políticos e as autoridades locais como subordinados ao comando militar da Unita.

Os prémios oferecidos pela Unita aos civis pela sua lealdade variaram com o tempo e segundo o lugar, na opinião dos entrevistados. Nos primeiros anos, os serviços da Unita eram relativamente pouco organizados. Se houvesse um enfermeiro ou um professor numa determinada área, os serviços de saúde ou as escolas eram organizados. Mas não havia apoio do quartel-general da Unita. Após o estabelecimento da Jamba, porém, a organização melhorou. Embora a área da Jamba fosse prioritária, houve um esforço permanente para fornecer serviços rudimentares de saúde e educação aos civis de todas as regiões militares. Isso para além dos serviços militares de saúde.

A Jamba tinha, em 1980, um hospital central com trinta enfermeiros, segundo um entrevistado; outros mencionaram a presença posterior de um pequeno número de médicos angolanos e europeus. Havia outros locais da zona da Jamba com clínicas, segundo entrevistados e jornalistas que os visitaram. Segundo um dos entrevistados, no início de 1980 o hospital regional da área de Benguela/Huambo tinha seis enfermeiros diplomados. Outro disse que a região do Cuanza Sul, nos inícios da década de oitenta, tinha 180 agentes de saúde militar e 200 civis, números elevados mesmo que se inclua pessoal sem grande formação.

Em 1988, um relatório produzido pelo secretariado de saúde da Unita afirmava que o hospital central da Jamba tinha 100 trabalhadores.³¹ O número total de enfermeiros nos serviços de saúde militar da Unita era estimado em 3.000, com 3.800 nos serviços de saúde civis, ou seja, um enfermeiro para cada vinte e três dos, segundo a Unita,

70.000 soldados. Todavia, um entrevistado afirmou que cada batalhão (de várias centenas de homens) tinha normalmente três enfermeiros, uma razão de apenas um quarto da anterior. Não é possível, contudo, a partir dos fragmentários dados fornecidos pelos entrevistados, determinar se estes números são exagerados.

Houve claramente um esforço permanente de educar em português, embora não haja números fiáveis. Tanto os entrevistados como os jornalistas estrangeiros referiram escolas na área da Jamba, incluindo uma escola secundária (Instituto Polivalente) com cerca de 600 estudantes, frequentada por um dos entrevistados em meados dos anos oitenta. Os relatos não são consistentes quando se referem a outras zonas para além da Jamba, dizendo alguns que havia muito poucas escolas nas zonas que conheciam, e outros que cada comunidade controlada pela Unita tinha a sua escola. As estatísticas fornecidas por funcionários da Unita e por um relatório do Secretariado da Unita para a Educação e Cultura afirmam que havia mais de 200.000 estudantes nas escolas da Unita, dos quais 2.000 no nível secundário (acima da quarta classe). Mas os números fornecidos mudam acentuadamente de ano para ano, o que levanta dúvidas sobre a sua precisão.³²

Com excepção do de Cuanhama, os restantes entrevistados afirmaram que não havia, no seio da Unita, discriminação entre angolanos de diferentes origens étnicas. A ideia de que a Unita tinha objectivos separatistas para os Umbundu ou para os sulistas, ocasionalmente referida por observadores externos, não foi perfilhada por nenhum dos entrevistados. Na prática, porém, a base da Unita foi sempre esmagadoramente Umbundu, com uma contribuição secundária das zonas pouco povoadas do Nordeste e do Sudeste, e, durante algum tempo, de Cuanhama. Entre 1976 e 1984, muitos Cuanhamas, sob as ordens do seu líder tradicional António Vakulakuta, participaram voluntariamente na Unita. A partir daí, o conflito entre Vakulakuta e Savimbi acabou com a morte do primeiro e a participação Cuanhama passou a ser reduzida e mais reservada.

O aprofundamento da investigação sobre a relação entre o apoio voluntário e forçado à Unita, nas zonas controladas e nas zonas contestadas, deve esperar por pesquisas mais sistemáticas, agora tornadas pouco prováveis no contexto do regresso de Angola à guerra. Antes de 1991, os jornalistas estrangeiros, organizações não-governamentais, pessoal de embaixadas e homens de negócios, tinham algum acesso às áreas controladas pelo governo, mas a possibilidade de viajar nas

zonas contestadas do campo era muito restrita. O acesso independente às áreas controladas pela Unita era ainda mais restrito, havendo aí muito poucos residentes estrangeiros para além dos conselheiros militares. Os jornalistas que visitaram as zonas da Unita, com excepção de Dash em 1977, pouco fizeram para investigar a veracidade da linha oficial que lhes era apresentada.³³ Durante o cessar-fogo e o período eleitoral, muitos observadores externos tiveram contacto alargado com as zonas controladas pela Unita, apesar desta ter continuado a impôr restrições. Mas até hoje existem só relatos fragmentários e ainda não foram publicados relatórios sistemáticos de investigação.³⁴

Apesar das incertezas relativamente a muitos detalhes, uma característica que se salienta é o papel dominante de Jonas Savimbi. Tanto admiradores como críticos concordam que a personalidade de Savimbi marcou o carácter da organização. 'Savimbi é o chefe', disse o oficial da Unita, Jaka Jamba, a Dash, em 1977. 'Se ele fosse morto não sei o que aconteceria à Unita'.³⁵ Uma das questões centrais das conversações de paz de 1989-91 foi a posição de Savimbi e a credibilidade do seu empenho relativamente a um acordo. O retorno à guerra, em 1992, revelou que este tipo de preocupações não era destituído de fundamento.

Antes de 1991, os comentadores prestavam muitas vezes atenção às múltiplas contradições das posições ideológicas e alianças externas de Savimbi. Segundo Dash, 'Savimbi é um enigma, um homem com muitas características – brilhante, carismático, afável, inflexível, compreensivo, contemporizador, maquiavélico, oportunista, mentiroso, nacionalista, marxista, maoista, pró-ocidental e socialista'.³⁶ Existem, também, alguns fios condutores que atravessam este conjunto de características.

Um deles era a convicção de Savimbi de que estava destinado a ser líder de Angola, associada a uma intensa hostilidade pessoal para com aqueles que considerava os seus principais rivais. Logo em 1961, segundo um diplomata americano citado por Gerald Bender, 'Savimbi revelava muito mais hostilidade para com outros grupos rebeldes de Angola do que para com os portugueses'.³⁷ Apresentou-se à embaixada dos EUA na Swazilândia como 'o futuro presidente de Angola', e denunciou o MPLA, acusando os seus líderes de mulatos desprezados pela maioria dos angolanos. Expressa em termos de pretos contra mulatos, sulistas contra nortistas, Umbundu contra Kimbundu, rurais contra urbanos, ou 'angolanos genuínos' contra os

desenraizados de Luanda, a hostilidade dirigida contra outros angolanos era um tema constante na retórica de Savimbi. A seus olhos, e dos seus seguidores, isto justificava qualquer estratégia ou aliança externa.³⁸

Outro fio condutor era a capacidade de Savimbi para manter uma direcção coesa de segunda linha à sua volta, sem dissidências públicas visíveis e sem desafiar a sua autoridade, até recentemente. Este segundo escalão incluía contemporâneos de Savimbi como Nzau Puna e Tony Fernandes, assim como outros da geração de 1974-76, tais como Tito Chingunji e Jeremias Chitundi. Abaixo deste nível, a dissidência era freada pela lealdade e pelo medo. Até recentemente, a versão oficial da Unita era a única que chegava ao mundo exterior.

Savimbi notabilizava-se por apresentar diferentes imagens a diferentes audiências. No início dos anos setenta, ostentava uma face 'black-power' aos nacionalistas negros dos EUA que o visitavam, e uma imagem maoísta 'anti-revisionista' aos radicais brancos. No contexto africano, ele retratava a Unita como um movimento guerrilheiro totalmente independente, sobrevivendo sózinho no mato sem qualquer ajuda exterior. Os jornalistas visitantes não tinham qualquer pista quanto às suas ligações militares clandestinas com as autoridades portuguesas. Nos anos oitenta, Savimbi recebia visitantes na Jamba exercitando as suas notáveis capacidades no campo das relações públicas. Embora o seu grau académico obtido na Suíça fosse vagamente equivalente a uma licenciatura dos EUA, poucos jornalistas resistiam ao parágrafo fácil, traçando o perfil do barbudo e carismático chefe da guerrilha de boina, pistola de cabo de marfim e um doutoramento. As entrevistas com Savimbi produziam invariavelmente material citável e revelavam a consciência do entrevistado relativamente aos contextos nacional e político. Esta imagem era apoiada por jovens e talentosos assistentes, convincentes na conversa com jornalistas, em inglês ou francês.

Nenhum dos meus entrevistados fez parte do círculo interior do grupo de liderança da Unita, mas alguns passaram bastante tempo na Jamba e tiveram a oportunidade de observar Savimbi e os seus colegas. As suas observações trazem confirmação para algumas das alegações de exilados angolanos, surgidas na imprensa e nos relatórios da Amnistia Internacional de 1988 e 1989. As primeiras deserções de importantes líderes da Unita, em 1992, voltaram a trazer confirmações.

A primeira pista tornada pública sobre acusações específicas contra Savimbi surgiu em Maio de 1988, proveniente de estudantes dissidentes da Unita em Portugal. Afirmando que continuavam a acreditar na Unita, denunciaram Savimbi de impedir a democracia no interior do movimento e referiram o desaparecimento ou punição de vários rivais de Savimbi. Um dos três, Ermelindo Kanjunga, disse ter presenciado vários abusos.³⁹

Kanjunga afirmou que três líderes da Unita (Tony Fernandes, Samuel Chiwale e o Coronel Kanjunga) haviam sido acusados de 'reaccionários' e severamente espancados numa sessão pública do Quinto Congresso, em 1982, no qual participou. Os estudantes também disseram que o Dr. Jorge Sangumba, anteriormente secretário dos assuntos externos da Unita, fora considerado reaccionário, tendo 'desaparecido' depois de 1981. Acrescentaram que Savimbi também tinha mandado matar outros líderes, incluindo o Brigadeiro Xandovava, o Coronel Vakulakuta e Valdemar Chindondo, chefe de pessoal da Unita entre 1975 e 1979.⁴⁰ Kanjunga afirmou ter presenciado, a 7 de Setembro de 1983, a incineração de um certo número de pessoas na Jamba, acusadas de bruxaria e executadas em cerimónia pública dirigida por Savimbi. Entre os mortos, disse, havia seis membros da família Kalitangue, a viúva de Mateus Katalaio e os seus dois filhos.

Estas acusações atraíram pouca atenção internacional até Março de 1989, altura em que o biógrafo de Savimbi, Fred Bridgland, repetiu as mesmas alegações.⁴¹ Sousa Jamba e Dinho Chingunji, que prestaram informações a Bridgland, eram ambos parentes de importantes líderes da Unita. Nenhum afirmou ter presenciado incidentes específicos mas disseram que se baseavam em conversas com muitas testemunhas. Disseram que continuavam a opor-se ao governo angolano mas haviam finalmente decidido falar contra Savimbi.

Dinho Chingunji, membro de uma das famílias mais importantes da Unita, responsabilizou Savimbi da morte, em 1974, de seu pai Samuel, o primeiro chefe de pessoal da Unita e célebre herói do movimento. Disse que a sua família estava também convencida que a Unita matara três outros irmãos, que o movimento afirmava terem morrido de causas naturais. Tais rumores, embora indicassem no mínimo grande desconfiança entre Savimbi e a família Chingunji, podiam ser explicações retrospectivas de genuínas mortes naturais. Chingunji acrescentou, porém, que quando o seu avô Jonatão expressou essas

suspeitas a Savimbi, em 1979, ele e a sua esposa Violeta foram espancados até à morte, acusados de bruxaria, e os seus gritos foram ouvidos por uma de suas filhas. E, disse Chingunji, a sua tia Chica fora também acusada de bruxaria e morta em 1983.

O escritor Sousa Jamba, irmão mais novo do Secretário da Unita para a Educação, Jaka Jamba, reiterou em artigos publicados que tinha falado com numerosas testemunhas oculares da incineração pública de bruxos em Setembro de 1983, na Jamba, cerimónia a que assistiram 'centenas' de pessoas.⁴² Disse que as suas sobrinhas e sobrinhos tinham presenciado a cena e que os bruxos foram identificados por um curandeiro de nome Mariano, que ele conhecera no Huambo em 1973. A Amnistia Internacional disse a Bridgland que três testemunhas de confiança tinham fornecido provas que Jonatão e Violeta Chingunji haviam sido agredidos à coronhada, pontapeados e, seguidamente, atropelados por um camião. No relatório de 1989 da Amnistia Internacional, são referidos dois incidentes específicos de incineração de bruxos: três mulheres em Março de 1982 e pelo menos doze pessoas em Setembro de 1983, incluindo a família Kalitangue.

Cinco dos meus entrevistados disseram ter conhecimento do assassinato de rivais de Savimbi. Um foi testemunha ocular, enquanto que os outros estavam na Jamba nessa altura e falaram com outros que presenciaram as cenas.⁴³ Dois disseram que estavam na Jamba quando o Coronel Sabino Lumumba foi assassinado, alegadamente acusado de indisciplina, em Julho de 1982, após o Quinto Congresso. Os casos mais frequentemente mencionados, por quatro entrevistados que participaram no Quinto Congresso, assim como por um outro que não se encontrava na Jamba na altura mas que ouviu depois referir os incidentes, foram os de Sangumba, Chindondo, Chiwale e Fernandes. Sangumba e Chindondo foram executados em 1982, espancados em público até à morte, por alturas do congresso, segundo os entrevistados. Um afirmou ter presenciado as execuções. Vários outros referiram-se especificamente ao anúncio das mortes por Savimbi, durante o congresso, altura em que ele acusou Sangumba e Chindondo de pretenderem traí-lo. Chiwale e Fernandes encontravam-se sob suspeita nessa altura e, segundo os entrevistados, foram destituídos dos seus cargos e espancados em público. Porém, conseguiram sobreviver e voltaram mais tarde a ocupar posições de chefia.

Três dos entrevistados referiram-se ao líder Cuanhama, Vakulakuta, mas sem grande detalhe. Um deles, de origem Cuanhama, referiu

um conflito na província do Cunene, em 1984. Os Umbundus começaram a matar os Cuanhamas, segundo ele, e Vakulakuta fugiu para a Namíbia. Vakulakuta morreu mais tarde, acrescentou ele, mas não se encontrava no Cunene nesta altura nem sabia de detalhes. Outro disse que Savimbi tinha acusado Vakulakuta de pretender formar um movimento tribal dissidente, que os sul-africanos o tinham capturado na Namíbia e devolvido à Unita, onde foi severamente espancado. Finalmente, um outro disse que vira Vakulakuta num hospital em Licua, em 1986, mas não sabia de que padecia nem por quanto tempo sobreviveu.⁴⁴

É conhecida a prática da punição de acusados de bruxaria na sociedade rural angolana, em alturas de grande tensão social. E existem mesmo sinais de que a Unita procurou moderar tal prática.⁴⁵ Mas há também evidência inequívoca de que Savimbi usou pessoalmente este expediente contra dissidentes, pelo menos numa ocasião. Três dos meus entrevistados disseram ter conhecimento de tais incidentes. Um deles viu uma mulher, acusada de ser infiltrada pelo governo, ser queimada sob a acusação de bruxaria, formulada pelo comandante regional da área de Benguela/Huambo. Embora não tivesse presenciado, ouviu falar de incidentes idênticos na Jamba. Outro disse que estava presente na Jamba em 1983, quando várias pessoas foram queimadas sob a acusação de bruxaria e foi-lhe ordenado a ele, e a outros, que recolhessem lenha para acender as fogueiras. Savimbi, segundo ele, reuniu as pessoas e proferiu a condenação. Disse que no espaço de um mês, e em duas ocasiões separadas, foram mortas vinte e sete pessoas, incluindo a viúva de Katalaio e uma filha de Chingunji. Concluiu que, tanto quanto lhe fora dado a conhecer, o ano de 1983 foi o único em que aconteceram estas coisas na Jamba.

Uma terceira pessoa disse que, embora nada tivesse presenciado, chegou à Jamba em Outubro de 1983 e encontrou a comunidade 'traumatizada' por estes acontecimentos. Disse também que não voltou a ouvir notícias sobre a ocorrência deste tipo de incidentes nos anos seguintes. Acrescentou que tinha havido casos de incineração de bruxos em 1976-77, incitada por comandantes locais, e que em alguns casos este sistema era usado em vinganças contra mulheres. Mas isto chocava o povo e Savimbi deu ordens para que não se repetisse, disse ele. A única vez em que teve notícia de que tal forma de punição fora autorizada depois destes acontecimentos foi na Jamba, em 1983.

Inicialmente, a Unita começou por responder às alegações dos desertores com a negação pura e simples, acusando-os de fazerem parte de campanhas governamentais de desinformação. Sem dúvida que o governo angolano estava ansioso por recolher dividendos políticos de tais revelações, e que algumas alegações, tais como a da campanha generalizada de incineração de bruxos, eram exageradas. Mas nos anos que se seguiram continuou a surgir a confirmação de um padrão de intensa repressão interna.

Chingunji e Bridgland, por exemplo, alegaram que em 1989 o tio de Dinho, Tito Chingunji, anteriormente secretário da Unita para o exterior, estava detido na Jamba e havia sido torturado. Avisavam que a sua vida estava em perigo. Alguns apoiantes da Unita, em visita à Jamba, encontraram-se com Chingunji e receberam garantias sobre a sua vida. Mais tarde, porém, os receios confirmaram-se. Chingunji, Wilson dos Santos e membros das suas famílias foram assassinados em Novembro de 1991. Nzau Puna e Tony Fernandes, desertores de alto nível da Unita que fugiram em inícios de 1992, responsabilizaram Savimbi; a Unita, por seu turno, acusou o chefe da segurança Puna de ter ordenado as execuções sem autorização. A não ser aos mais incondicionais apoiantes da Unita, a confirmação da morte de Chingunji mostra que o padrão de repressão prevaleceu.⁴⁶

A história interna da Unita está ainda por escrever. Mas quando o for, terá que ter em conta a complexa ambiguidade dos diários do vice-presidente da Unita Jeremias Chitunda, assassinado por apoiantes do MPLA num combate em Luanda, em Novembro de 1992. Chitunda, leal apoiante de Jonas Savimbi até ao fim, temia mesmo assim pela sua vida quando censurado pelo *Mais Velho*. De regresso à Jamba, em Maio de 1989, ele apresentou abjectas desculpas por ter sido enganado por Chingunji, e rejubilou com o perdão presidencial. A mistura de genuína lealdade a um movimento com que muitos se identificavam com o medo das consequências se mostrassem dúvidas ou deslealdade, constitui um paradigma das relações entre a Unita e o eleitorado por ela reclamado, tanto entre os soldados como entre os civis.⁴⁷

Unita, Renamo e pluralismo político

Ironicamente, durante os períodos de cessar-fogo e das eleições, foram a Unita e a Renamo quem teve mais dificuldades em adaptar-se ao seu

objectivo retórico de competição democrática multipartidária. Os simpatizantes atribuíram as deficiências à falta de recursos e experiência, enquanto que os críticos consideraram que elas apenas confirmaram a hipocrisia das suas pretensões democráticas. Mas ambos se mostraram de acordo que o fenómeno constituiu característica significativa do ambiente político que se seguiu aos acordos.

É ainda demasiado cedo para ousarmos analisar este período. Na altura em que este texto é escrito a guerra volta a assolar Angola. Um cessar-fogo ainda frágil permanece em Moçambique, apesar dos sucessivos adiamentos no calendário das eleições e da desmobilização. As dinâmicas interna, regional e internacional do período que se seguiu a 1991 são profundamente diferentes dos primeiros anos da guerra, e suscitariam por si só toda uma análise. Existem razões para sermos cuidadosos na leitura das realidades actuais com base no período anterior. Mesmo assim, os acontecimentos mais próximos – particularmente as eleições em Angola – ajudam a perceber as relações com o eleitorado civil e suscitam um comentário, ainda que breve.

Primeiro que tudo, o nível de competição partidária, livre circulação e debate foi maior nas áreas urbanas, um pouco menor nas zonas rurais sob controlo governamental, e muito menor nas zonas que, em violação dos acordos de paz, permaneceram de facto sob controle dos insurgentes. Em segundo lugar, a desilusão em relação ao governo e o medo dos insurgentes mostraram ser temas significativos do sentimento eleitoral, provocando um padrão de votação negativa. Mas os terceiros partidos, apesar da sua proliferação, não conseguiram acabar com a polarização eleitoral entre os dois oponentes do campo de batalha. Em terceiro lugar, o apoio relativo ao governo e aos insurgentes foi afectado pelos padrões de disparidade regional discutidos neste capítulo e no Capítulo 4. Mas a ligação entre as divisões etno-regionais e a lealdade partidária estão longe de ser uma correlação exacta. E, finalmente, o esmagador sentimento popular em favor da paz não impediu a liderança da Unita de regressar à guerra, ou a Renamo de interromper repetidamente a desmobilização das suas tropas.

O processo eleitoral angolano revelou todas estas características. Os dias das eleições foram calmos, os procedimentos considerados justos pelos observadores internacionais e, apesar da Unita ter mais tarde contestado os resultados, pelos observadores eleitorais do go-

verno e da Unita em todas as estações de voto.⁴⁸ Porém, o contexto continuava a reflectir a história da guerra. O governo beneficiava das – e usava – as clientelas e outras vantagens de uma administração instalada. Mas também pagava a penalização dessa instalação ao ser responsabilizado pelo estado desastroso do país. Os terceiros partidos, destituídos de exércitos ou de estruturas organizativas desenvolvidas, estavam em desvantagem, apesar do acesso à imprensa livre que os colocava em melhor posição do que os seus contrapartes nos EUA. Apesar dos procedimentos postos em prática para assegurar o segredo do voto, é provável que muitos votantes rurais tivessem seguido as orientações do partido que controlava militarmente as suas áreas.

Avaliar o sentimento público durante a eleição era, no melhor dos casos, um exercício ambíguo. Uma palavra-de-ordem popular e muito referida nas paredes de Luanda resumia brevemente as opções como ‘MPLA ladrões, Unita assassinos’. A princípio muitos observadores pensavam que a Unita era um vencedor seguro, dada a desilusão pública relativamente ao governo e o sentimento de que ambos os lados eram culpados da guerra. Mas a imagem do MPLA enquanto partido da paz foi fortalecida pelo tom belicoso da campanha de Savimbi. No dia das eleições ambos os lados esperavam ganhar. O veredicto dos votantes foi de vitória do MPLA nas legislativas numa margem de 54 por cento contra 34 por cento, e de 49,6 por cento contra 40,1 por cento nas presidenciais, maioria que por pequena margem não bastou para evitar uma segunda volta.

O padrão regional da votação reflectiu, em geral, o eleitorado histórico dos dois maiores oponentes. Savimbi conseguiu maiorias de mais de 80 por cento nas províncias do Huambo e Bié, e 76 por cento em Cuando Cubango. O MPLA arrecadou 86 por cento no Cuanza Norte e um pouco mais de 70 por cento em Luanda, Bengo e Cuanza Sul. Mesmo nestas províncias centrais, porém, isto indica a existência de minorias substanciais opostas às presumíveis fidelidades naturais, em números muito maiores do que os que podiam ser atribuídos à migração entre províncias. Os terceiros partidos conseguiram à volta de 8 por cento em quase todas as províncias, subindo para os 43 por cento do FNLA na província do Zaire, e 42 por cento para o Partido da Renovação Social (PRS) na Lunda Sul. Os resultados das legislativas, com representação proporcional ligada aos resultados nacionais e regionais, deram 129 assentos ao MPLA, setenta à Unita e vinte e um aos outros partidos.

A elevada participação nas eleições e o sentimento popular unânime durante a campanha indicaram claramente um profundo desejo de paz no seio do eleitorado de ambos os lados, incluindo soldados e civis. Mas o potencial de retorno à guerra estava implícito no fracasso para se conseguir a formação acordada do novo exército nacional. Há muito debate em torno daquilo que a comunidade internacional poderia ter feito para evitar esta tragédia. Mas sem dúvida que foi a Unita quem melhor se preparou para a nova guerra. Tal opção reflectiu, não uma decisão do seu eleitorado mas as ambições e a preocupação com a força militar por parte da direcção da Unita. E no refluxo da batalha que se seguiu os civis foram vítimas ou alheios aos acontecimentos. A nova guerra acabou por ser mais destrutiva e tão amarga quanto a anterior. Não se incluiu no padrão da guerra de guerrilhas nem no da invasão externa, constituindo antes uma guerra civil no sentido clássico, de confronto de exércitos convencionais.

Notas

¹ Entre os estudos nacionais, contam-se Gersony (1988), Boothby, Sultan e Upton (1991), e Africa Watch, *Conspicuous Destruction* (1992). Os estudos locais, a citar mais tarde, incluem Geffray sobre a província de Nampula, Wilson sobre a Zambézia e Tete, e Roesch sobre Gaza e o centro de Moçambique.

² Para uma lista um pouco mais completa das fontes do que a que é aqui incluída, ver Minter (1990). As fontes consultadas sobre Angola e Moçambique incluem artigos de imprensa de uma vasta gama de fontes, em português, francês, alemão e holandês, para além do inglês, e transcrições de rádio do BBB Summary of World Broadcasts.

³ Sobre Angola, ver particularmente a Eduardo Mondlane Foundation (1993), Vines (1993), e artigos de Victoria Britain no *Guardian*; sobre Moçambique, o *Mozambique Peace Process Bulletin* da AWEPA (Parlamentares Europeus para a África Austral, Amsterdão).

⁴ Gersony (1988), 25.

⁵ As críticas mais fortes vieram de apoiantes da Renamo, como Hoile (1989) e Cline (1989). Mas houve outros que argumentaram que o tipo de conclusões poderá ter sido distorcido. A questão da representatividade é séria; é provável que uma amostragem seleccionada puramente ao acaso tivesse feito transparecer mais críticas ao governo moçambicano. Mas nenhum dos críticos apresentou qualquer investigação alternativa baseada em entrevistas sistemáticas, ou evidência factual contrária ao resumo geral que Gersony fez das entrevistas dos seus informadores, com 17 por cento de comentários negativos sobre os abusos do governo, comparados com os 96 por cento de comentários negativos sobre os abusos da Renamo.

⁶ Geffray (1990). O livro de Geffray recebeu merecidos comentários favoráveis. Mas as suas perspectivas gerais não estão acima das críticas. Para um exame incisivo

e sofisticado que critica a sua visão simplista e indiferenciada do campesinato, ver O'Laughlin (1992).

⁷ Geffray e Pedersen (1986), 315.

⁸ Geffray (1990), 117-18.

⁹ Os estudos aqui considerados, que constituem apenas uma pequena parte da abundante literatura sobre a Renamo, foram seleccionados por se basearem em dados de entrevistas primárias. Existem alguns mais que, embora incluídos nesta categoria, como Legrand (1991), não me foi possível consultar. Outros estudos aqui não examinados sistematicamente, variam em qualidade entre o excelente e o superficial. Vários merecem pelo menos uma breve menção. Hall (1990) é um artigo de resumo da autoria de um dos analistas mais cuidadosos e bem informados. O estudo de Vines (1991) é muito bem informado e tem a gama mais ampla de fontes, mas a análise é mais fraca e tem poucos dados provenientes de entrevistas primárias (todavia, Vines também colaborou no estudo do Africa Watch de 1992, que contém muita informação deste tipo). O trabalho de Finnegan (1992) é único pelas suas ricas descrições, mas o livro cai na tentação do exotismo e tende a transformar observações e notas casuais em generalizações duvidosas. Para avaliações incisivas de Vines e Finnegan, ver Kathleen Sheldon em *Africa Today* (1992: #1-2), 139-44.

¹⁰ O Africa Watch teve acesso amplo, que incluiu visita a prisioneiros e entrevistas com detidos, acesso esse que considerou 'sem precedentes nos contactos do Africa Watch com governos africanos' (Africa Watch, *Conspicuous Destruction*, 1992, 1).

¹¹ Africa Watch, *Conspicuous Destruction* (1992), especialmente pp.115-21.

¹² Roesch, 'Gaza' (1992).

¹³ Roesch, 'Gaza' (1992).

¹⁴ Roesch, 'Central Mozambique' (1993), 11.

¹⁵ Ver fontes no Capítulo 10, nota 21, assim como a carta de Paul Fauvet em *Southern Africa Review of Books* (Agosto/Setembro de 1989).

¹⁶ Roesch, 'Central Mozambique' (1993), 7.

¹⁷ Roesch, 'Central Mozambique' (1993), 9.

¹⁸ Roesch, 'Central Mozambique' (1993), 12.

¹⁹ Com excepção de Wilson, 'Cults of Violence' (1992), a maior parte da pesquisa de Wilson tem sido divulgada em comunicações a conferências e originais ainda não publicados. Para uma listagem até meados de 1992, ver Wilson, *Deslocados Internos* (1992).

²⁰ Ver Capítulo 5. Para mais sobre o contexto do Malawi ver Vines (1991), 38-53, assim como os artigos de Wilson.

²¹ Africa Watch, *Angola* (1989), *Angola* (1991) e, em menor grau, *Angola* (1993), que se concentra nas minas terrestres, fornecem alguns dados a partir de entrevistas com civis. O meu relatório de 1990 baseou-se em entrevistas com antigos combatentes da Unita e na selecção de informações de relatórios publicados, mas não incluiu entrevistas sistemáticas com civis afectados. Desde o cessar-fogo de 1991 que têm surgido novos relatos de desertores da Unita, e existe ainda uma fragmentária cobertura jornalística das áreas controladas pela Unita.

²² Telegrama acessível através do Freedom of Information Act, Luanda para o Departamento de Estado, 10 de Maio de 1975. Ver a discussão sobre os resultados eleitorais mais adiante neste capítulo.

²³ *Guardian*, Londres (1 de Agosto de 1980).

²⁴ Dash (1977), 29-33.

²⁵ Dash (1977), 25-7.

²⁶ Dash (1977), 32.

²⁷ Jason Laure, por exemplo, viu apenas 200 civis durante a sua estada de 18 dias, em 1981. *Sunday Nation*, Quénia (23 de Agosto de 1981).

²⁸ Sitte (1977), 161.

²⁹ Ver Sogge (1992), 5-16.

³⁰ *Tempo*, Lisboa (15 de Novembro de 1985).

³¹ Unita, Secretariado de Saúde, *Informação Sanitária* (Jamba, 1988).

³² Savimbi, 'The War against Soviet Colonialism' (1986), 19; Unita, Secretariado de Educação e Cultura, *Sistema de Ensino* (Jamba, 1989). Em 1986, por exemplo, Savimbi disse que a Unita tinha 6.951 escolas primárias; um quadro do próprio relatório de educação da Unita mostrava haver 976 escolas primárias em 1987, e 3.139 em 1988. O número de professores primários, segundo o relatório de educação, era de 7.127 em 1986, 3.003 em 1987 e 8.611 em 1988. Os dados fornecidos pelos entrevistados fazem com que os números mais avultados sejam pouco prováveis, mas não nos dão uma base alternativa de cálculo.

³³ Radek Sikorski, um jornalista da conservadora *National Review* que passou três meses com a Unita em 1989, considerou que os seus hóspedes eram 'mentirosos compulsivos' que tinham preparado uma série de aldeias Potemkin para si. Radek Sikorski, 'The Mystique of Savimbi', *National Review* (18 de Agosto de 1989).

³⁴ Uma importante excepção é Sogge (1992), que trabalhou com investigadores angolanos e fornece muitos dados sobre a situação económica e social de todo o país. Mas este relatório não incidiu nas questões políticas ou na implementação do acordo de paz.

³⁵ Dash (1977), 113.

³⁶ Dash (1977), 113.

³⁷ Bender (1981), 59.

³⁸ Ver Minter (1988) para a documentação sobre o período 1971-1974, de colaboração com os militares portugueses; Conchiglia (1990), 10-11, cita também uma carta de 1969, de Savimbi para as autoridades portuguesas de Angola.

³⁹ *Africa*, 11 de Maio de 1988; *Expresso*, 7 de Maio de 1988.

⁴⁰ *Expresso*, 30 de Abril de 1988.

⁴¹ *Sunday Telegraph*, 12 de Março de 1989.

⁴² *The Spectator*, 18 de Março de 1989; *Expresso*, 6 de Maio de 1989.

⁴³ Ver Minter (1990), 12-14, para os materiais das entrevistas sobre este assunto, assim como referências de imprensa no início de 1990. Entre outros artigos, ver também Leo Dash, 'Blood and Fire: Savimbi's War Against His Unita Rivals', *The Washington Post*, 30 de Setembro de 1990; Fred Bridgland, 'Angola's Secret Bloodbath', *The Washington Post*, 19 de Março de 1992.

⁴⁴ Nzau Puna, depois de ter desertado, disse que Vakulakuta estava, na verdade, doente, e que fora executado por ordem de Savimbi (*Expresso*, 25 de Abril de 1992).

⁴⁵ Dash (1977, 79-81), descreve um caso apresentado aos guerrilheiros da Unita por aldeãos da província do Bié. Nesse caso, o chefe dos guerrilheiros ordenou que as duas mulheres acusadas fossem libertadas. O jornalista Ferreira Fernandes (*O Jornal Ilustrado*, 8 de Julho de 1988), por exemplo, visitou uma aldeia que, segundo os seus

guias da Unita, havia sido formada em 1984 para acolher pessoas acusadas de bruxaria e que não podiam permanecer nas suas anteriores aldeias. A aldeia, com sessenta e nove mulheres e catorze homens quando ele a visitou, em 1988, situava-se logo a norte de Mavinga.

⁴⁶ O governo dos EUA reagiu oficialmente com uma investigação inconclusiva, após a confirmação pública da morte de Chingunji. Mas a típica atitude de indiferença reflectiu-se nas observações dos funcionários da administração. Um deles, por exemplo, respondeu a uma questão sobre este tópico, numa discussão em 1989, afirmando: 'Por amor de Deus! Para quê trazer esses assuntos numa altura em que estamos empenhados em delicadas negociações?' Em Maio de 1993, num debate na rádio com o autor, Chester Crocker respondeu à menção desta faceta de Savimbi dizendo: 'Beim, se você quer remexer na lama...'

⁴⁷ Diário de Jeremias Chitunda, excertos em *Domingo* (Maputo), 17 de Janeiro de 1993).

⁴⁸ Para um relatório especificamente sobre as eleições ver Bayer (1993). Vines (1993) levanta algumas das questões mais gerais.

O ESTADO SITIADO: VULNERABILIDADES POLÍTICAS E MILITARES

‘As mobilizações para as aldeias comunistas e para uma nova guerra contra um inimigo teórico e externo, assim como a colectivização da economia’, escreve o porta-voz da Renamo, Jorge Correia, obrigaram os moçambicanos a levantar-se ‘contra o novo tirano’.¹ ‘O povo de Moçambique rejeitou o marxismo’, segundo Afonso Dhlakama, ‘o que levou à formação da Renamo para combater em prol de um sistema pluralista, justo e democrático’.² Numa entrevista de 1991, Dhlakama disse que o alegado papel da Rodésia na formação da Renamo não passava de uma ‘total mentira’, e afirmou nunca ter ouvido falar em Ken Flower, o chefe do serviço de informações rodésiano.³ Em suma, a explicação da Renamo para a origem da guerra culpa directamente a Frelimo.

A versão da Renamo não resiste à explicação histórica, uma vez que a evidência do envolvimento rodésiano na formação do movimento é incontornável. Dhlakama, Matsangaíza, Cristina e meia-dúzia de outros elementos tiveram as suas próprias razões para se juntarem aos rodésianos no ataque a Moçambique. Mas é duvidoso que pudessem ter iniciado uma guerra sem a iniciativa da Rodésia.

A maioria dos analistas concorda que é altamente improvável que uma tal dinâmica, por si só, tivesse provocado uma resistência armada minimamente significativa. Quer se considere que a oposição à Frelimo era marginal ou generalizada, as forças de oposição não tinham coerência organizativa. As respostas mais prováveis dos camponeses aos abusos ou negligência do Estado teriam sido a acomodação ou outras formas de resistência, tal como aconteceu em muitos outros Estados africanos. A questão real não é se as políticas marxistas precipitaram uma guerra mas, antes, como é que as políticas

e estruturas governamentais influenciaram uma guerra já em curso. De que formas tais factores enfraqueceram o Estado ou fizeram com que o apoio à insurgência crescesse? E até que ponto é que as fraquezas do regime podiam ter sido remediadas por políticas diferentes, particularmente em relação às vulnerabilidades estruturais inerentes aos Estados pós-coloniais?

Em Angola, a origem da guerra é claramente anterior à independência. Mesmo para a Unita, a guerra em Angola surge, assim, ligada não às políticas do governo angolano mas à própria existência deste último. 'Em 1974 Neto afirmava-se como o único que podia falar em nome do povo angolano, e continua a afirmar hoje a mesma coisa', escreveu Jonas Savimbi. 'É essa a razão da guerra em Angola'.⁴ 'A Unita sabia de antemão que seria ela a vencer quaisquer eleições', acrescenta, mas o MPLA, receando perdê-las, iniciou uma corrida às armas e trouxe as tropas cubanas.⁵ A Unita atribuiu as culpas da guerra à interferência soviética – 'uma causa e não um efeito' – e denunciou o 'regime pequeno-burguês minoritário' de Luanda.⁶ Este ponto de vista reflectiu-se naquilo a que o enviado dos EUA, Crocker, chamou de 'a rejeição americana, em princípio, da vitória do MPLA e da maneira como ela ocorreu'.⁷ E teve eco no anúncio pré-eleitoral de Savimbi, em 1992, de que a derrota da Unita constituiria prova automática de fraude eleitoral.⁸

Qualquer que tenha sido o peso dos factores internos e externos em 1975-76 (ver Capítulo 4), a sequência temporal, por si só, não permite que se atribua a origem da guerra às políticas do governo de Angola após a independência. A questão relevante para Angola, tal como para Moçambique, é, portanto, em que medida essas políticas contribuíram para a escalada da guerra em 1980, e para o seu prosseguimento a partir dessa data.

A um determinado nível, estas questões pertencem ao domínio das justificações para a guerra referidas pela Unita ou pela Renamo. Mas as respostas também são pertinentes para as opções políticas actuais. Por exemplo, será que as eleições e/ou a partilha do poder resultarão numa unidade nacional estável? Será que a liberalização económica fornecerá aos camponeses oportunidades de desenvolvimento que lhes foram negadas pelas políticas agrícolas anteriores? A 'lição' mais geral a retirar dos anos da guerra é que a vulnerabilidade dos Estados levou à perda da esperança numa transformação societal e a acordos de paz que garantiram concessões significativas, se não a vitória, aos

insurgentes. É fácil dizer-se que foram cometidos 'erros'. Mais difícil é, contudo, determinar que lições retirar deles. A má identificação dos erros pode levar simplesmente a que se cometam novos erros.

Na prática, todas as dimensões das políticas foram importantes para a guerra. Seria impossível examinarmos tudo, mesmo que as fontes de dados empíricos fossem muito mais ricas. Mas se observarmos áreas específicas podemos adivinhar que lições são enganadoras e quais as que merecem provavelmente mais investigação. Este capítulo começa por considerar a herança do Estado colonial português, olhando em seguida para os esforços de contra-insurgência militar e, finalmente, tratando de diversos aspectos políticos do Estado pós-colonial. O capítulo seguinte discute as políticas económicas e suas consequências sociais. Em cada um destes capítulos incidiremos nos efeitos das estruturas e políticas governamentais sobre o sentimento popular, e na medida em que terá havido alternativas possíveis que reduzissem a vulnerabilidade em relação à guerra.⁹

A herança do Estado colonial

Analistas das mais diversas tendências políticas estão de acordo que o Estado africano pós-colonial foi assolado de muitas fraquezas estruturais. Com raras excepções, aos regimes coloniais autoritários seguiram-se, não instituições realmente populares e democráticas mas sim a centralização do poder, os privilégios das elites e outros retrocessos para a grande maioria. Apesar da grande diversidade em termos ideológicos, na extravagância, no grau de repressão ou no sucesso económico, um diagnóstico semelhante se aplica à generalidade dos casos.¹⁰ Praticamente todos os Estados africanos seriam vulneráveis ao tipo de insurgência suportada a partir do exterior que Angola e Moçambique experimentaram.

Quais terão sido então as vulnerabilidades específicas destes dois países? Utilizando os rótulos do 'Afro-Comunismo' e do 'Afro-Marxismo', alguns analistas salientaram os factores ideológicos distintivos de Angola e Moçambique, em conjunto com a Etiópia e, por vezes, com outros regimes declaradamente marxistas, em relação aos outros Estados africanos. Em secções posteriores deste capítulo procurarei examinar como as componentes específicas da ideologia marxista poderão ter afectado a capacidade estatal. Mas devemos considerar o factor herança colonial em primeiro lugar. Um observador de Angola

e Moçambique em meados da década de oitenta poderia, por exemplo, atribuir as causas da pesada burocracia às influências socialistas, negligenciando o facto essencial de que muitos desses aspectos estavam já incorporados nas práticas da era colonial.

As ex-colónias portuguesas foram duplamente afectadas: primeiro pelas estruturas relativamente atrasadas do Estado e da sociedade civil deixadas pelos portugueses, depois pela retirada de quase todos os quadros preparados que haviam gerido tais estruturas até então. Estes dois factores são normalmente referidos de passagem. A sua continuada importância estrutural é menos vezes notada, como se tanto os comentadores críticos como os simpatizantes partilhassem da confiança tanto de angolanos como de moçambicanos de que se poderiam criar novas sociedades de um dia para o outro.

Tal como outras potências coloniais, Portugal impôs uma estrutura administrativa do topo para a base. Todavia, na década de sessenta a estrutura administrativa e legal do Estado português continuava muito atrasada em relação ao resto da Europa. O subdesenvolvimento português reflectiu-se também na persistência do trabalho forçado em Angola e Moçambique. Antes do golpe de 1974, o sistema político português nem sequer era tolerante para com a oposição democrática no continente, estando portanto ainda menos disposto a edificar instituições representativas no ultramar. O sistema educacional nem se adaptava às modernas técnicas de ensino nem às realidades africanas. A educação secundária para africanos era mínima e o ensino superior virtualmente inexistente; mesmo a expansão da educação primária, nas décadas de sessenta e setenta não fez mais do que deixar ambos os países com taxas de analfabetismo, entre os africanos, superiores a 90 por cento.

Nos quinze anos que antecederam a independência, em resposta às guerras coloniais e às mudanças na economia portuguesa, ocorreu uma significativa modernização económica e social em Angola e Moçambique. Embora o crescimento se continuasse a basear, em grande medida, em capitais não-portugueses, os capitalistas portugueses fizeram importantes investimentos na manufactura e na construção civil, particularmente em Luanda e em Maputo. Porém, tal como no caso da economia agrícola extractiva, os colonos portugueses ocupavam praticamente todas as posições especializadas e semi-especializadas. Entre 1960 e 1970, o número de brancos em Angola saltou de 172.000 para 290.000; em Moçambique, de 97.000 para 163.000. Tanto os novos

bens de consumo como a construção civil se dirigiam ao mercado colono. Os asiáticos (em Moçambique) e os mestiços (em ambos os países) encontravam-se representados nos lugares intermédios dos sectores estatal e privado em termos de emprego. Mas os africanos eram praticamente relegados para o sector da mão-de-obra não qualificada.

O vazio produzido pela partida dos colonos incluiu o aparelho administrativo do Estado, o comércio urbano e quase todos os pequenos comerciantes que, em conjunto com os administradores coercivos do Estado, tinham garantido a ligação entre a produção camponesa e o mercado. Incluiu também praticamente todos os proprietários e gerentes das propriedades agrícolas de médio porte. Mesmo que os novos Estados não tivessem desencorajado o estabelecimento de empresários e agricultores privados, havia muito poucos africanos preparados para ocupar o lugar deixado pelos portugueses que partiam. Foi pois deficitariamente, tanto como ideologicamente, que o Estado pós-colonial assumiu a gestão de grande parte do sector moderno da economia.

O Estado assumiu as responsabilidades do Estado colonial e os novos fardos administrativos. No topo encontrava-se um punhado de revolucionários dedicados e pessoal preparado. Mas apesar do significado simbólico da luta de libertação, o número daqueles que tinham experiência de liderança nessa luta era muito escasso. Era fácil adoptar uma retórica revolucionária baseada na convicção ou no oportunismo. Mas, na prática, o modelo administrativo principal continuou a ser aquele que foi herdado do Estado colonial.

Além disso, o modelo começou a ser implementado por pessoas com muito menor preparação que os seus predecessores portugueses, eles próprios relativamente atrasados em termos europeus. Em 1983, por exemplo, havia em Luanda menos de 6.000 indivíduos (2,8 por cento do total de força de trabalho) com o ensino secundário; menos de 200 tinham graus universitários. Fora da capital as percentagens eram ainda mais baixas. Em 1989, só 300 dos 1.500 funcionários públicos de nível superior em Moçambique tinham educação universitária, 600 tinham educação secundária e o resto educação primária ou nem isso.¹¹

Enquanto que nas antigas colónias francesas e britânicas os pequenos vazios de pessoal preparado eram normalmente preenchidos por cidadãos da respectiva potência europeia, os expatriados de Luanda e Maputo tinham origem diversa. Grande parte eram recém-

chegados que desconheciam a língua portuguesa, a cultura e as práticas administrativas. Embora em alguns sectores (como na saúde em Moçambique, por exemplo, ou nos militares em Angola) os resultados tivessem sido relativamente positivos, os problemas de ordenação, diálogo e falta de familiaridade com as condições locais representaram constantes impedimentos para uma acção estatal eficaz. Embora em muitos outros países africanos a multiplicidade de agências doadoras internacionais tenha criado problemas semelhantes, as barreiras da língua e o pequeno número de pessoal preparado em Angola e Moçambique multiplicaram e generalizaram tais dificuldades.

A composição da comunidade estrangeira nos dois países foi diferente. Para além das tropas cubanas em Angola, e das tropas zimbabueanas em Moçambique, os trabalhadores expatriados incluíam, em ambos os países, contingentes substanciais de soviéticos, alemães orientais e nacionais de outros países do Leste da Europa. Os portugueses incluíam tanto antigos residentes como recém-chegados ao abrigo de contratos de cooperação técnica. A Suécia e outros países nórdicos enviaram pessoal técnico ao abrigo de amplos programas de ajuda. Em ambos os países havia cubanos e brasileiros, embora em maior número em Angola. Havia uma quantidade razoável de expatriados da África, América Latina e Ásia, e números ainda maiores de originários da Europa Ocidental e da América do Norte. Em Angola, os ocidentais eram sobretudo gestores e técnicos colocados na indústria do petróleo e alguns outros sectores. Em Moçambique, nos primeiros anos, eram principalmente cooperantes recrutados através de redes de solidariedade e frequentemente suportados por organizações não-governamentais e agências de ajuda do Canadá, Holanda e outros países europeus.

A diversidade de línguas, origens e motivações fez com que os ambientes de trabalho fossem muitas vezes estimulantes e criativos, mas também dificultou imenso a comunicação. Os resultados diferiram bastante de sector para sector, dependendo da qualidade da liderança local e, também, do pessoal estrangeiro. A ideologia era apenas um dos factores que determinavam o aconselhamento político prestado ou recebido. Tão importante, senão mais, eram os modelos operacionais que angolanos, moçambicanos e estrangeiros retiravam de experiências anteriores.

Em quase todos os sectores a continuidade em relação aos precedentes coloniais era substancial. Mas a medida desta influência, se comparada com novos modelos da luta de libertação ou de outras experiências nacionais, variava. Ironicamente, o corte com a tradição foi provavelmente mais profundo na área em que a anterior experiência técnica poderia ter sido mais útil: nas forças armadas.

Os difíceis dilemas da contra-insurgência

Na maioria dos países africanos o núcleo das forças de segurança pós-coloniais saiu do exército e da polícia coloniais. Em muitos casos os conselheiros militares permaneceram nos seus postos durante anos, cumprindo funções operacionais e de formação. Em Angola e Moçambique, contudo, o exército era novo, sem experiência de guerra convencional ou de contra-insurgência. Quando os portugueses partiram, o exército da Frelimo não ultrapassava os 10.000 homens. O MPLA, em finais de 1974, não teria mais de cerca de 3.000 guerrilheiros. O exército pós-colonial foi recrutado à pressa, à medida que o conflito escalava, em 1975, incluindo alguns veteranos do exército português e um grande número de pessoas sem qualquer treino militar. O treino sistemático apoiado pelos cubanos só foi iniciado depois da independência.

Até 1980, os novos exércitos conseguiram enfrentar as limitadas ameaças dos raides através das fronteiras e as acções guerrilheiras. Mas os desafios que passaram a ter que enfrentar na década de oitenta eram esmagadores. Logo que a Renamo e a Unita passaram a ser equipadas e treinadas pela África do Sul, dotadas de mais de 10.000 homens cada uma, com retaguardas seguras, logística adequada e apoio operacional das unidades de comandos das SADF, mesmo as exigências em termos de homens passaram a ser impossíveis de alcançar. Se seguirmos a máxima do General Maxwell Taylor, de 25 para 1, seriam necessários 250.000 tropas anti-guerrilha em cada território, e mesmo assim considerando que o número de guerrilheiros não aumentava. As forças portuguesas chegaram a atingir os 66.000 homens em Angola e cerca de 52.000 em Moçambique. As estimativas mais optimistas nunca consideraram mais de 150.000 tropas defensivas em Angola e Moçambique após a independência.

O sucesso da contra-insurgência não depende só de números. Mas as exigências qualitativas eram ainda mais assustadoras. Moçambique

e Angola tinham tradições de guerrilha com forças próximas do povo, capazes de se movimentarem rapidamente a pé por todo o país e de combater os insurgentes no seu próprio terreno, constituindo, portanto, um componente de uma defesa bem sucedida. Mas, simultaneamente, tiveram que preparar-se para enfrentar incursões terrestres ou raids aéreos das forças convencionais sul-africanas, e que se capacitar para outras medidas típicas da contra-insurgência. Tais medidas incluíam a interdição das vias de abastecimento, a protecção da população e de alvos-chave, grande mobilidade, fornecimento de alimentos, armas e munições às guarnições defensivas e às forças de assalto e o C³I (Comando, Controlo, Comunicações e Informações). Para não referir a manutenção de boas relações com os civis e o estabelecimento de serviços sociais, comumente inscritos na procura da conquista dos corações e das mentes.

Os obstáculos eram significativos em cada sector. A interdição das vias de abastecimento por meio de raids retaliatórios através das fronteiras era impedida pela esmagadora superioridade militar convencional da África do Sul. Tais raids eram desaconselháveis mesmo no caso da tentativa de impedir a chegada de abastecimentos do Zaire e do Malawi, pois tal poderia levar esses países a um maior envolvimento e agravar o problema da manutenção de duas frentes, uma setentrional e outra meridional. Além disso, a opinião ocidental, que era relativamente tolerante em relação aos ataques sul-africanos através das fronteiras, teria reagido duramente ao mesmo tipo de acção por parte de Angola ou Moçambique.

Considerando a vantagem dos atacantes de escolher a localização dos ataques, a protecção de alvos-chave e da população requeria a imobilização de grandes números de tropas em posições defensivas. Mesmo se fosse esse o caso, a geografia tornava impossível defender mais que uma pequena parte das estradas de ligação, corredores ferroviários e linhas de energia, e muito pior no caso da população rural dispersa. A tentativa de minimizar esta dificuldade por meio do reagrupamento da população terá sido, apesar de todos os seus efeitos negativos, componente inevitável da estratégia de contra-insurgência.

A perseguição agressiva às forças de guerrilha, por sua vez, exigia habilidade para movimentar as tropas rapidamente e em número suficiente para atacar os guerrilheiros antes que estes dispersassem ou se deslocassem para outros locais. Tal requeria capacidade aérea adequada, particularmente em termos de helicópteros e tropas heli-

transportadas, assim como uma boa rede de comunicações e informações. Dado que os insurgentes tinham grande capacidade de comunicação via rádio e acesso às informações que os sul-africanos obtinham através da interferência nas comunicações governamentais, as forças do governo tinham que competir com a capacidade técnica da África do Sul em termos de informações, e processar as informações obtidas localmente de civis de uma forma suficientemente rápida para poderem ser utilizadas operacionalmente.

O imperativo político-militar mais lato da conquista dos corações e das mentes exigia que estas tarefas militares tivessem um mínimo de sucesso. Se os funcionários governamentais que tratavam da liderança política, dos serviços de educação e saúde, e os estrangeiros envolvidos nos projectos de desenvolvimento, não pudessem ser protegidos, a justeza ou as deficiências destas políticas nem entravam em consideração. Boas ou más, autoritárias ou participativas, práticas ou complicadas, não havia políticas que pudessem ser postas em prática sem protecção militar. Se o Estado não conseguisse garantir um mínimo de segurança acabava por perder credibilidade face aos civis.

Apesar dos heróicos e dedicados esforços de muitos funcionários e soldados governamentais, e de algumas vitórias em campanhas ou batalhas particulares, estes esforços defensivos foram impotentes para travar o objectivo dos insurgentes: destruir sistematicamente a viabilidade social e económica das sociedades e regimes. Em retrospectiva, é relativamente fácil identificar pontos de vulnerabilidade militar. Mas é difícil conceber opções políticas alternativas que pudessem ter produzido resultados significativamente mais positivos.

As tropas estrangeiras constituíram decisiva ajuda à capacidade defensiva de ambos os países; sem ela, as vantagens militares dos insurgentes apoiados pela África do Sul teriam sido ainda mais esmagadoras. As participações mais importantes foram, evidentemente, o contingente cubano em Angola e as tropas zimbabweanas em Moçambique, mas houve também contribuições limitadas das forças do ANC e da SWAPO em Angola, e dos tanzanianos e, mesmo, de um pequeno contingente malawiano em Moçambique. Com estas tropas adicionais vieram os normais problemas de coordenação entre exércitos com diferentes capacidades: estereótipos de superioridade de cubanos e zimbabweanos, recriminações mútuas na sequência de batalhas perdidas, diferenças de estratégia e falta de intercâmbio de informações vitais, dúvidas na frente doméstica em Cuba e no

Zimbabwe, denúncias de ocupação estrangeira movidas pela Renamo e pela Unita e seus apoiantes.

É notável, contudo, que esses problemas reais, contrariamente à propaganda, não tenham atingido os níveis que caracterizaram a experiência dos EUA no Vietname, ou da União Soviética no Afeganistão. As tropas estrangeiras tinham aqui um papel bem definido, sobretudo defensivo, e estavam limitadas a determinadas áreas geográficas. As tropas zimbabweanas concentravam-se na defesa do corredor da Beira e, secundariamente, da rota do Limpopo. Os ataques por elas efectuados a bases da Renamo como o quartel-general da Gorongosa, a Norte do corredor da Beira, constituíram excepções. As tropas cubanas apoiaram as guarnições defensivas dos grandes centros urbanos e das rotas de transporte de Angola, raramente se aventurando em campanhas contra as zonas da Unita, e só desempenharam decisivo papel em combate convencional em 1975-76 e, novamente, em 1987-88. Não houve um envolvimento excessivo que pudesse transformar a guerra angolana numa guerra cubana, ou a guerra moçambicana numa guerra zimbabweana.

Esta contenção foi prudente; não é certo que mesmo a duplicação dos contingentes estrangeiros tivesse limitado a vantagem ofensiva inerente aos insurgentes em tão vastos territórios. E tal escalada teria provavelmente feito crescer o descontentamento, nos países que enviavam tais tropas, para além de proporções sustentáveis. Havia boas razões ideológicas, de prestígio nacional e de segurança nacional para apoiar Angola e Moçambique. Muitos cubanos e zimbabweanos enfrentaram o seu envolvimento militar com orgulho e patriotismo. Mas os custos desse envolvimento estavam longe de ser populares; custos mais elevados ainda poderiam ter-se revelado insuportáveis.

A coordenação constituiu um problema em ambos os países. Em Moçambique havia uma divisão geográfica de responsabilidades, geralmente aceite, entre tropas moçambicanas e zimbabweanas. Em Angola, a coordenação foi complicada por divergências entre conselheiros soviéticos e cubanos. Os abastecimentos soviéticos foram fundamentais, particularmente nas ofensivas convencionais contra a Unita. Mas os relatos ocidentais e cubanos culpam os conselheiros estratégicos soviéticos de erros importantes nessas campanhas, nomeadamente a recorrente tendência para as tropas angolanas romperem as suas linhas de abastecimento, ficando vulneráveis aos contra-ataques sul-africanos e da Unita.¹²

Além disso, mesmo beneficiando da assistência externa os exércitos governamentais nunca chegaram a ser capazes de interromper significativamente as linhas de abastecimento da Unita ou da Renamo. O Malawi e o Zaire, assim como a África do Sul e a Namíbia, constituíam retaguardas seguras para o abastecimento terrestre aos insurgentes. Só a capacidade anti-aérea angolana tinha alguma sofisticação, mas limitada a algumas zonas e incapaz de impedir os voos de abastecimento. A ideia de que a minúscula marinha moçambicana podia patrulhar uma costa com uma extensão equivalente à da Europa Ocidental da Holanda até à Espanha era, evidentemente, absurda.

Que dizer então de impedir o acesso dos insurgentes às populações, de quem dependiam para contribuições alimentares voluntárias ou involuntárias, transporte de bens à cabeça e outros serviços? Mesmo que houvesse recursos para treinar e armar milícias locais, e tropas regulares prontas para respostas rápidas, a imensidão desta tarefa militar num cenário de populações dispersas em remotas zonas rurais requeria níveis de coordenação, comunicações e transporte inconcebíveis nas condições de Angola e Moçambique. As tropas angolanas e moçambicanas, tal como outras forças de contra-insurgência vencedoras ou derrotadas, recorreram conseqüentemente ao reagrupamento forçado ou voluntário de populações com resultados que foram, no melhor dos casos, ambíguos.¹³

Tais medidas, apesar das violações de direitos humanos que provocaram, conseguem por vezes garantir algum sucesso militar.¹⁴ Mas para que os efeitos militares positivos ofuscassem o ressentimento provocado pelas deslocações forçadas eram necessárias diversas condições suplementares que não puderam ser adequadamente satisfeitas em Moçambique ou Angola. A população deslocada tem que ser defendida com segurança dos ataques contra os novos aglomerados. Deve beneficiar de abastecimentos provisórios e, eventualmente, deve ter melhores condições de vida do que antes. Sem recursos adequados para defender os aglomerados próximos de terras aráveis, e incapazes de garantir emprego nas cidades ou pequenas vilas protegidas, nenhum dos governos conseguiu travar o fluxo voluntário, massivo e desorganizado de populações que fugiam do campo à procura de maior segurança – e muito menos as pessoas deslocadas à força.

A população deslocada pelos militares recebia normalmente alguma ajuda. Contrariamente aos insurgentes, que extraíam recursos, os governos e as agências internacionais que operavam em território

governamental introduziam recursos. Apesar de documentados abusos, as forças governamentais não assaltavam o campesinato como o fazia a Renamo nas áreas contestadas e, em menor grau, a Unita. Mas o que é certo é que para uma grande parte dos deslocados, voluntários ou não, que viviam sob administração governamental nas zonas rurais, os governos não trouxeram os benefícios de uma segurança adequada ou de um modo de vida viável. A segurança era um pouco melhor nos centros urbanos mas, para a maioria, custava o preço da falta de acesso à terra ou a emprego.

Nenhum dos estudos de âmbito local, incluindo os de Geffray e de Wilson, é suficientemente refinado para abarcar o complexo padrão das movimentações voluntárias e involuntárias das populações, à medida que estas procuravam sobreviver, que os insurgentes atacavam e raptavam aldeãos e as tropas governamentais recuperavam fugitivos à Renamo e à Unita ou retiravam à força famílias das suas terras, no rescaldo das operações militares. Concedidos os defeitos das acções governamentais, é porém notável que o descontentamento se tenha traduzido mais na apatia política e estratégias pessoais de sobrevivência do que no apoio à insurgência. Efectivamente, a maioria da população rural parece ter concluído que os insurgentes eram piores, ou que tais considerações eram irrelevantes para as estratégias práticas de sobrevivência, que significavam adaptação a quem quer que estivesse no controlo da região.

Em qualquer contra-insurgência política e militar bem sucedida, o necessário deslocamento de populações é atenuado, acompanhado de serviços sociais e seguido de missões de busca e destruição das forças insurgentes. Milícias bem armadas e treinadas substituem as tropas regulares na defesa da população rural, que é idealmente colocada em locais à sua escolha. Os atentados grosseiros contra os direitos humanos por parte de oficiais e soldados são seguidos de procedimento judicial contra os responsáveis.

A força militar suficiente pode originar sucesso militar, mesmo que não político. Mas a envergadura da tarefa defensiva era enorme, e as possibilidades de sucesso eram ainda mais diminuídas pelas fraquezas institucionais. Ambos os exércitos eram destituídos de oficiais com experiência de gestão de um exército nacional, e muito poucos tinham experiência de guerra anterior a 1975. As grandes deficiências educacionais da sociedade reflectiam-se nos militares. A drenagem de pessoal preparado do sector civil só em parte podia fazer com que a

situação melhorasse. E tinha o efeito de enfraquecer a capacidade do governo para fornecer outros serviços essenciais numa estratégia de contra-insurgência bem delineada. Ambos os exércitos basearam o seu recrutamento no serviço militar obrigatório. Embora legalmente legítimo, a sua implementação foi muitas vezes abusiva e desorganizada, com raides de recrutamento a envolver jovens ainda sem idade militar. Os problemas de moral foram acentuados por problemas frequentes no abastecimento às tropas, no terreno.

Em Angola, estas fraquezas foram atenuadas pelo envolvimento de conselheiros cubanos e, ainda mais, pelas divisas obtidas em troca da venda do petróleo. As compras do sector da defesa, à União Soviética e a fornecedores ocidentais, incluíram equipamento de transporte e comunicações, alimentos, uniformes e outros bens necessários. No decorrer da guerra, a classe dos oficiais ganhou experiência e actualizou significativamente o seu nível de educação; estabeleceu-se um sistema de méritos que incluía os resultados escolares como condição necessária para as promoções.

O exército moçambicano também melhorou bastante a formação dos seus oficiais durante a guerra, primeiro com ajudas do bloco soviético e, depois, dos britânicos e outros conselheiros ocidentais. Mas a fonte de potenciais recrutas com o ensino secundário era ainda menor do que em Angola. Os veteranos da guerrilha, com pouca educação e que tinham sido promovidos a postos elevados, temiam os potenciais rivais com mais educação. O governo inclinou-se perante os seus receios, evitando recrutar números significativos de brancos, asiáticos ou mestiços para o exército.¹⁵ O governo moçambicano não tinha recursos financeiros para fornecer ao exército um equipamento dispendioso, adequado para o transporte aéreo e terrestre, ou mesmo abastecimentos básicos de munições, alimentos, botas e uniformes. O equipamento de comunicações do governo era claramente inferior ao da Renamo, e muitas vezes as tropas não podiam reagir a situações de emergência por falta de munições, combustível ou, mesmo, baterias para os rádios. À medida que a guerra e as dificuldades económicas prosseguiram, também avançava a corrupção no seio dos oficiais, acelerando a desmoralização das patentes inferiores.

Os exércitos insurgentes da Renamo e da Unita enfrentaram algumas dificuldades deste tipo. Mas tinham a opção guerrilheira de se concentrarem no ataque, prestando relativamente pouca atenção às muitas outras tarefas típicas de um exército defensivo. A logística da

governamental introduziam recursos. Apesar de documentados abusos, as forças governamentais não assaltavam o campesinato como o fazia a Renamo nas áreas contestadas e, em menor grau, a Unita. Mas o que é certo é que para uma grande parte dos deslocados, voluntários ou não, que viviam sob administração governamental nas zonas rurais, os governos não trouxeram os benefícios de uma segurança adequada ou de um modo de vida viável. A segurança era um pouco melhor nos centros urbanos mas, para a maioria, custava o preço da falta de acesso à terra ou a emprego.

Nenhum dos estudos de âmbito local, incluindo os de Geffray e de Wilson, é suficientemente refinado para abarcar o complexo padrão das movimentações voluntárias e involuntárias das populações, à medida que estas procuravam sobreviver, que os insurgentes atacavam e raptavam aldeãos e as tropas governamentais recuperavam fugitivos à Renamo e à Unita ou retiravam à força famílias das suas terras, no rescaldo das operações militares. Concedidos os defeitos das acções governamentais, é porém notável que o descontentamento se tenha traduzido mais na apatia política e estratégias pessoais de sobrevivência do que no apoio à insurgência. Efectivamente, a maioria da população rural parece ter concluído que os insurgentes eram piores, ou que tais considerações eram irrelevantes para as estratégias práticas de sobrevivência, que significavam adaptação a quem quer que estivesse no controlo da região.

Em qualquer contra-insurgência política e militar bem sucedida, o necessário deslocamento de populações é atenuado, acompanhado de serviços sociais e seguido de missões de busca e destruição das forças insurgentes. Milícias bem armadas e treinadas substituem as tropas regulares na defesa da população rural, que é idealmente colocada em locais à sua escolha. Os atentados grosseiros contra os direitos humanos por parte de oficiais e soldados são seguidos de procedimento judicial contra os responsáveis.

A força militar suficiente pode originar sucesso militar, mesmo que não político. Mas a envergadura da tarefa defensiva era enorme, e as possibilidades de sucesso eram ainda mais diminuídas pelas fraquezas institucionais. Ambos os exércitos eram destituídos de oficiais com experiência de gestão de um exército nacional, e muito poucos tinham experiência de guerra anterior a 1975. As grandes deficiências educacionais da sociedade reflectiam-se nos militares. A drenagem de pessoal preparado do sector civil só em parte podia fazer com que a

situação melhorasse. E tinha o efeito de enfraquecer a capacidade do governo para fornecer outros serviços essenciais numa estratégia de contra-insurgência bem delineada. Ambos os exércitos basearam o seu recrutamento no serviço militar obrigatório. Embora legalmente legítimo, a sua implementação foi muitas vezes abusiva e desorganizada, com raides de recrutamento a envolver jovens ainda sem idade militar. Os problemas de moral foram acentuados por problemas frequentes no abastecimento às tropas, no terreno.

Em Angola, estas fraquezas foram atenuadas pelo envolvimento de conselheiros cubanos e, ainda mais, pelas divisas obtidas em troca da venda do petróleo. As compras do sector da defesa, à União Soviética e a fornecedores ocidentais, incluíram equipamento de transporte e comunicações, alimentos, uniformes e outros bens necessários. No decorrer da guerra, a classe dos oficiais ganhou experiência e actualizou significativamente o seu nível de educação; estabeleceu-se um sistema de méritos que incluía os resultados escolares como condição necessária para as promoções.

O exército moçambicano também melhorou bastante a formação dos seus oficiais durante a guerra, primeiro com ajudas do bloco soviético e, depois, dos britânicos e outros conselheiros ocidentais. Mas a fonte de potenciais recrutas com o ensino secundário era ainda menor do que em Angola. Os veteranos da guerrilha, com pouca educação e que tinham sido promovidos a postos elevados, temiam os potenciais rivais com mais educação. O governo inclinou-se perante os seus receios, evitando recrutar números significativos de brancos, asiáticos ou mestiços para o exército.¹⁵ O governo moçambicano não tinha recursos financeiros para fornecer ao exército um equipamento dispendioso, adequado para o transporte aéreo e terrestre, ou mesmo abastecimentos básicos de munições, alimentos, botas e uniformes. O equipamento de comunicações do governo era claramente inferior ao da Renamo, e muitas vezes as tropas não podiam reagir a situações de emergência por falta de munições, combustível ou, mesmo, baterias para os rádios. À medida que a guerra e as dificuldades económicas prosseguiam, também avançava a corrupção no seio dos oficiais, acelerando a desmoralização das patentes inferiores.

Os exércitos insurgentes da Renamo e da Unita enfrentaram algumas dificuldades deste tipo. Mas tinham a opção guerrilheira de se concentrarem no ataque, prestando relativamente pouca atenção às muitas outras tarefas típicas de um exército defensivo. A logística da

guerrilha era assegurada pela África do Sul e outros fornecedores estrangeiros, e pela extracção de bens alimentares básicos da população rural. Particularmente no caso da Renamo, esta pôde concentrar-se na guerra sem necessidade de se envolver na gestão da economia, na manutenção de infraestruturas ou no fornecimento de serviços sociais aos civis.¹⁶

Tanto em Angola como em Moçambique, a incapacidade das forças de segurança para controlar a situação fez crescer a possibilidade dos abusos contra civis suspeitos de simpatizarem com os insurgentes, ou simplesmente lentos a responder às ordens. Os mecanismos para controlar ou limitar tais abusos foram grandemente ineficazes. A resposta do governo moçambicano à ameaça da guerra incluiu a reintrodução, em 1979, da pena de morte que tinha sido banida na altura da independência, e da pena de chicotadas, em 1983. Até os apoiantes dos governos de ambos os países recearam, por vezes, a arbitrariedade e a falta de controlo das acções militares.

Sem dúvida que quando se escreverem as histórias militares detalhadas surgirá amplo material para a crítica de estratégias e tácticas particulares. Mas é pouco provável que tivesse sido possível corrigir as fraquezas fundamentais da contra-insurgência com opções alternativas a esse nível. Elas reflectem a vulnerabilidade do próprio Estado pressionado, numa situação em que um sucesso pontual num sector quase sempre implicava o negligenciamento dos problemas em outros sectores.

Estado, partido e participação

Na atmosfera eufórica da independência, parecia que o entusiasmo popular e a mobilização conseguiriam levar de vencida os imensos obstáculos. O Estado português tinha sido forçado a retirar, e mesmo o poderoso exército sul-africano tinha sido forçado a recuar às portas de Luanda. A confiança naqueles que haviam sido excluídos de participar pela ordem colonial tinha baseado o alastramento da guerrilha em Moçambique e havia defendido Luanda até à chegada das tropas cubanas para ajudar a inverter o rumo dos acontecimentos. A palavra de ordem 'poder popular' expressava esperança e fornecia uma justificação para a nova ordem pós-colonial. Partia-se do princípio que, tal como na luta contra o colonialismo, a concretização desta

esperança exigia a orientação do movimento de libertação, transformado agora em partido no poder.

O 'poder popular' era uma crítica não só do modelo colonial mas, também, da primeira geração de Estados africanos. Com elites preparadas pelos poderes coloniais para a cooperação neo-colonial, esses Estados eram vistos como pretendendo substituir as elites brancas por elites negras, sem outras alterações significativas na ordem social. A necessidade de uma 'segunda independência' era notória na cleptocracia zairota, que se havia unido aos EUA e à África do Sul no ataque contra Angola. A dependência da maioria da África francófona em relação às orientações da França era evidente. Mesmo os regimes populistas da Tanzânia e da Zâmbia eram vistos pelos líderes do MPLA e da Frelimo como pouco atentos aos perigos do surgimento de uma nova classe de privilegiados. A menos que a classe trabalhadora (camponeses e operários) se envolvesse activamente na construção de uma ordem radicalmente nova, a tendência natural ia no sentido da herança colonial e da ordem capitalista internacional engolirem as esperanças revolucionárias, transformando os líderes africanos em privilegiados intermediários neo-coloniais. Pelo contrário, a retórica revolucionária implicava a necessidade de 'destruir o aparelho de Estado colonial'. O movimento, baseado nos laços estabelecidos com o povo durante a luta anti-colonial, forjaria as instituições com que o povo construiria um Estado que servisse os seus próprios interesses.

Alguns críticos acusam que tal objectivo não passava de retórica cínica. Outros analistas argumentam que o modelo enfermava da contradição entre participação e direcção partidária centralizada. Outros ainda, dizem que ele nunca teve oportunidade de ser experimentado dado que a guerra acabou com as esperanças idealistas dos líderes e seus seguidores. Independentemente dos motivos, o resultado foi claro. Tanto em Angola como em Moçambique, números significativos de 'povo', assim como outros ambigualmente classificados de pequeno-burgueses, ascenderam a posições de direcção do partido e do Estado. Durante alguns anos a mobilização de base ocorreu em larga escala, particularmente em Moçambique. Mas o partido no poder, em lugar de institucionalizar as dinâmicas participativas e de servir como garante contra a burocracia estatal, tornou-se, na prática, parte dessa mesma burocracia.¹⁷

O presidente dos Santos afirmou, numa entrevista de 1992 que o socialismo em Angola nunca deixou de ser apenas 'um sistema de

boas intenções'.¹⁸ Os novos modelos do Estado, quer na versão mais vaga do 'poder popular' quer nos termos marxistas-leninistas mais ortodoxos, só esporadicamente foram implementados. Um breve exame de algumas das razões revela que modelos alternativos poderiam ter alterado o equilíbrio entre quem foi incluído ou excluído do acesso ao poder. Um maior envolvimento de líderes com legitimidade tradicional ou de outras bases locais do poder poderia ter reforçado substancialmente o Estado. Porém, mesmo que esses modelos tivessem sido adoptados, a sua implementação teria também deparado com muitos dos mesmos problemas e o Estado teria continuado a ser pressionado e a ser vulnerável à insurgência.

A Frelimo e o MPLA desenvolveram imagens diferentes do poder popular. Em Moçambique, o modelo principal foi a experiência das zonas libertadas durante a luta armada. Segundo os discursos de Samora Machel, o sucesso desse período deveu-se à confiança nas massas, com uma direcção que consultava e dirigia os interesses populares. O militante partidário ideal sacrificava-se, colocava a dedicação à revolução acima das ambições pessoais, era simultaneamente disciplinado e engajado na crítica construtiva. O poder popular era liminarmente contrário ao poder dos exploradores, que incluía os governantes coloniais e aqueles que procuravam a independência simplesmente para mudar a cor dos rostos dirigentes.¹⁹

Esta construção, que em parte era um mito, também tinha raízes na experiência real de interacção com a população rural. Mas se foi consistentemente implementada, abrangeu, no máximo, algumas centenas de milhar de pessoas durante alguns anos, entre o final da década de 1960 e o início da década de 1970.²⁰ A experiência de administração das zonas libertadas do MPLA era ainda mais fragmentária. As imagens mais intensas da iniciativa popular datam de 1974-75, quando apoiantes urbanos do MPLA organizaram e montaram espontaneamente a resistência contra os ataques a Luanda.²¹ Em qualquer dos casos, a aplicação de tais modelos ao nível nacional era tarefa de uma outra dimensão. Os laços entre líderes e seguidores, forjados em momentos intensos de confrontação e entusiasmo, tinham mais tendência a desgastar-se do que a manter-se por si sós. O diálogo relativamente directo entre os líderes e as massas – frágil em qualquer altura – torna-se ainda mais difícil quando mediado por camadas de burocracia.

Em 1977, tanto a Frelimo como o MPLA optaram formalmente pela perspectiva marxista-leninista como modelo para implementar o poder popular. O movimento de libertação tornado em partido marxista-leninista, continuava a teoria, aplicaria a acção afirmativa em prol dos operários e camponeses das suas fileiras, e reforçaria a sua coesão através do empenhamento ideológico. O partido, controlando o Estado e guiando organizações de massas como os grupos de mulheres, de jovens, sindicatos e associações de camponeses, asseguraria que o Estado servisse o povo e não os interesses da minoria. As assembleias populares eleitas, orientadas pelo partido mas não se restringindo aos membros do partido, garantiriam um controlo adicional. Assim se neutralizariam as tendências pequeno-burguesas, reais ou em projecto, inerentes ao aparelho de Estado. O desenvolvimento consolidaria a classe de operários industriais e elevaria a produtividade dos camponeses, gerando novos recursos que seriam equitativamente distribuídos.

Nas vésperas do colapso global do modelo de tipo soviético, poucos poderiam dizer que um tal esquema poderia satisfazer as aspirações populares de participação democrática. No contexto das revoluções triunfantes até finais da década de setenta, poder-se-ia dizer, contudo, que um tal modelo criava condições de participação popular das classes anteriormente subordinadas. Além disso, o modelo tinha a fama de estabelecer um 'Estado duro', capaz de resistir ao ataque contra-revolucionário através do seu poderio militar e de uma estreita supervisão da sociedade por parte do partido.

Na prática, nem o modelo marxista-leninista nem o modelo alternativo, menos centralizado, do poder popular fornecem uma via para analisar a realidade de Angola e Moçambique na era pós-colonial. Nem o partido nem os órgãos do poder popular se tornaram poderosas estruturas paralelas de direcção ou controlo do aparelho de Estado. Pelo contrário, os líderes do partido, no escalão mais alto, ficaram pressionados quando se tornaram directores de órgãos do Estado. Quase todos os funcionários do partido de nível intermédio, servindo simultaneamente como administradores do Estado, operaram como agentes de uma burocracia de sentido topo-base. O tema da democracia e participação popular foi repetidamente expresso em campanhas de discussão popular e crítica dos abusos administrativos. Mas esse controlo do Estado nunca se tornou uma realidade efectivamente institucionalizada.

Se o modelo do partido de vanguarda tivesse sido implantado com sucesso, com membros ideologicamente mobilizados dirigindo o Estado e as organizações de massas, sem dúvida que teria produzido o enraizamento de uma nova elite, comum aos Estados socialistas de outros continentes. Mas talvez tivesse sido também mais eficaz no combate à subversão. Tal como na realidade aconteceu, ao transformarem-se de movimentos de libertação em partidos de vanguarda, a Frelimo e o MPLA repetiram os defeitos de restringir a militância no partido e perder potenciais fontes de apoio por parte dos sectores excluídos. Em meados da década de 1980, os membros da Frelimo eram apenas 110.000 e os do MPLA um pouco menos de 50.000. E os dois não conseguiram explorar cabalmente o potencial de novos modelos de governo nas respectivas tradições. E, ao mesmo tempo, não adquiriram as compensadoras vantagens para a segurança que um 'Estado duro' podia proporcionar.

Em Moçambique, a experiência dos grupos dinamizadores no período de transição antes da independência e nos primeiros anos que se seguiram, demonstrou a capacidade da Frelimo para estimular a criatividade e o envolvimento populares. As vitórias na educação, saúde e direitos das mulheres, neste período, dependeram de níveis extraordinários de participação dos moçambicanos anteriormente marginalizados, quer rurais quer urbanos, quer ainda provenientes das pequenas vilas do país. As origens de classe daqueles que se tornaram líderes não foram investigadas em detalhe, mas sem dúvida que eram diversas e incluíam muitos com um passado de relativo privilégio no regime colonial.

O refinamento ideológico da Frelimo, desde os grupos dinamizadores até ao partido de vanguarda, foi concebido para moldar este processo em direcção a uma nova sociedade revolucionária.²² Os colaboradores com o regime colonial, os polígamos e os líderes religiosos foram excluídos da direcção política. As 'massas' foram encorajadas a identificar os oportunistas que abusassem do seu poder para fins pessoais. Os candidatos a membros do partido deviam ser avaliados pelos seus colegas de trabalho ou vizinhos, quanto à sua adequação para dirigentes. E o partido, depois de criado, devia sujeitar-se à crítica pública para assegurar a sua sensibilidade em relação aos interesses das massas.

Em 1983, um pouco mais de metade dos 110.000 membros do partido foram classificados como camponeses, um quinto como operá-

rios. Um quarto do total eram mulheres. A mesma preocupação com a representatividade surgiu nas eleições indirectas para as assembleias do povo, em 1977 e 1980, com candidatos nomeados pelo partido e sujeitos ao veto popular nas assembleias locais. A nível de distrito, em 1980, por exemplo, 43 por cento dos membros das assembleias eram camponeses e 13 por cento operários; os membros femininos eram 17 por cento. Em diversas ocasiões, incluindo na campanha de 1980 e na preparação para o seu Quarto Congresso em 1983, o partido estimulou a crítica popular. Posteriormente, chegou a reconhecer 'uma tendência incontestável de crescimento do elitismo, burocratismo e isolamento formal em relação ao povo'.²³

Este tipo de debate criou esperanças de que esta tendência acabaria por ser corrigida. Pelo contrário, e devido a interesses próprios, à inércia burocrática ou às pressões de uma guerra que era já avassaladora em 1982, ela acabou por se enraizar mais profundamente. Em meados da década de 1980, as mudanças políticas eram já motivadas não por esforços para implementar um modelo de participação, marxista ou outro, mas por preocupações diplomáticas e práticas de sobrevivência e paz. Ironicamente, quando a Frelimo lançou novamente o debate público, desta feita sobre a nova ordem constitucional, deparou com uma situação em que a maioria, nas zonas rurais, pretendia a continuação do regime monopartidário e foi a direcção do partido, ela própria, que ainda assim optou por um sistema multipartidário. O conceito de participação democrática mudou para uma combinação de competição multipartidária e abertura de espaço para a sociedade civil.

Em Angola, o contexto da capacitação política foi substancialmente diferente. A atmosfera inicial não era de unidade nacional mas, antes, de conflito aberto. O MPLA tinha, ele próprio, uma história de disputas internas. As instituições de poder popular iniciais, particularmente fortes nos bairros de Luanda, tornaram-se logo terreno fértil para guerras entre facções partidárias. Menos de dois anos após a independência, quando estas deram azo à violenta tentativa de golpe chefiada por Nito Alves, houve muitas baixas de ambos os lados. Quando, mais tarde nesse mesmo ano, o MPLA se constituiu em partido de vanguarda, estava preocupado sobretudo com a manutenção do controlo e das lealdades.²⁴

A campanha de 'rectificação', na qual os membros do movimento foram seleccionados para membros do partido, incidiu na identificação de trabalhadores exemplares com base na opinião dos seus colegas

de trabalho, militantes do movimento ou simples trabalhadores. Tal como em Moçambique, o critério explícito centrava-se na demonstração de empenhamento em relação aos interesses populares, por contraste com a satisfação de ambições individuais. Por volta de 1980, a composição do partido era de 49 por cento de operários, 2 por cento de camponeses, 17 por cento de empregados e 22 por cento de funcionários do Estado. Apesar de muitos funcionários terem origem camponesa, os camponeses estavam claramente pouco representados. Em 1985, embora a percentagem dos membros de origem camponesa tivesse aumentado, o Presidente dos Santos afirmava francamente que 'o virtual abandono do campo... impediu-nos de organizar os camponeses'.²⁵ As assembleias do povo aos níveis provincial e nacional só vieram a ser estabelecidas em 1980.

As organizações de massas dos dois países (movimentos das mulheres e da juventude, sindicatos), constituíam outro espaço de participação popular. A Organização das Mulheres Angolanas (OMA) e a Organização da Mulher Moçambicana (OMM), em particular, abriram espaço a uma criatividade que havia sido sistematicamente negada durante a era colonial. Mas tal como as outras organizações de massas, a sua estrutura era de topo-base e o seu poder para controlar o aparelho de Estado era marginal.

Apesar da subordinação formal do Estado ao partido no poder, o partido também teve dificuldades em controlar o Estado. Tal como refere o Economist Intelligence Unit, o Estado angolano 'é um corpo vasto e pesado, do qual a maioria dos funcionários não são membros do partido nem alinham necessariamente pelos objectivos do partido'.²⁶ Esta característica, também aplicável a Moçambique, significou que os membros do partido que não eram simultaneamente funcionários do Estado não eram necessariamente mais eficazes para influenciar as acções burocráticas do que os simples cidadãos. Os membros do partido que eram funcionários do Estado foram muitas vezes mais constrangidos por procedimentos burocráticos do que por linhas de orientação ideológica. Aos níveis provincial e distrital, os funcionários superiores do partido eram quase invariavelmente funcionários superiores do Estado, o que deixava pouca margem para controlar a tendência centralizadora do aparelho.

Na maior parte dos casos, portanto, para angolanos como para moçambicanos, a promessa de um Estado sensível aos seus problemas não foi cumprida. A mobilização popular para a defesa foi portanto

decrecendo, mesmo se a estratégia de destruição dos insurgentes impediu uma transferência de lealdades em larga escala para o outro lado. Mas, considerando o contexto por alturas da independência e as condições da guerra, será que outros modelos de governo poderiam ter tido melhor desempenho? Quais teriam sido os resultados de um socialismo monopartidário de massas como no modelo tanzaniano, em vez de um partido de vanguarda? Ou de um regime patrimonial como na maioria dos Estados africanos, baseado em relações patrono-cliente entre líderes nacionais e elites locais? Ou, ainda, da tentativa de construir um sistema eleitoral pluripartidário, tal como no Botswana ou no Senegal?

O historial de tais modelos na edificação de um sistema participativo ou de um Estado forte nos outros países africanos deixa pouca margem de optimismo. O Partido Africano para a Independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde (PAIGC) absteve-se de adoptar o modelo marxista-leninista, permanecendo na ampla formulação dos dias do movimento de libertação. E não foi sujeito à guerra. Mesmo assim, os analistas concordam que o governo pós-colonial cortou com as suas raízes rurais.²⁷ O partido no poder na Tanzânia incorporou mais de 10 por cento da população como membros, mas continuou mesmo assim a confrontar-se com os dilemas de uma administração realizada a partir do topo e de um fraco apoio popular, logo que os recuos económicos obscureceram as conquistas da independência. Os sistemas patrimoniais baseados no paternalismo em relação às comunidades locais através de elites tradicionais ou emergentes, incentivaram a corrupção, a desigualdade e uma rápida desilusão, logo que os limites das suas manobras se tornaram aparentes. O caso de sucesso mais referido, o Botswana, tinha à partida muitas vantagens – uma relativa homogeneidade étnica, pouca população, recursos abundantes em diamantes, e uma burocracia herdada com níveis relativamente elevados de educação e competência.²⁸

Poderíamos traçar aqui um modelo ‘ideal’, em que os partidos no poder se apoiassem, ao nível local, em líderes respeitados pelas suas comunidades, incluindo chefes tradicionais ou aspirantes a capitalistas. Sem dúvida que teria sido melhor do que simplesmente pôr de parte a participação com base no argumento da sua incompatibilidade com a teoria revolucionária. Mas o problema é que tal solução não era simples. Muitos chefes tradicionais e outras pessoas localmente importantes não tinham, de facto, legitimidade devido ao seu passado de

colaboração com o sistema colonial. Uma política de porta aberta a tais elites locais, sem acção afirmativa em favor dos operários, camponeses e 'intelectuais revolucionários', teria alterado a base de poder local dos partidos. Teria igualmente restringido a participação de mulheres, jovens e outras categorias.

De qualquer forma, o facto destes sistemas terem sido, ou não, melhores que as políticas adoptadas, teria dependido acima de tudo da sua implementação. De resto, em finais da década de oitenta, ambos os Estados haviam aderido a perspectivas pragmáticas ao longo destas linhas. Mas a fragilidade da implementação, acentuada pela carga acumulada da guerra e do ajustamento económico, continuou evidente. Mesmo se tivesse sido adoptado mais cedo, um modelo alternativo de participação e governo teria enfrentado algumas questões fundamentais: quem o implementaria, dada a falta de pessoal político, administrativo e técnico aos níveis intermediários, para traduzir a política nacional em realidades locais, e para informar com verdade a direcção nacional? E quais seriam os resultados, a longo prazo, da participação, se o Estado se mostrava incapaz de apresentar resultados concretos?

Estado, burocracia e 'medidas administrativas'

Apesar do simbolismo marxista-leninista, o Estado em Angola e Moçambique não era proporcionalmente maior que outros Estados africanos. Moçambique tinha 105.000 funcionários públicos (incluindo professores) e 122.000 empregados para-estatais, além de 14 pessoas empregadas em sectores públicos civis por 1.000 habitantes. O que era consideravelmente mais baixo do que a razão de 43/1.000 da Zâmbia, e abaixo da de 19/1.000 da Nigéria. O serviço público em Moçambique cobria apenas cerca de 10 por cento do sector formal de emprego, uma das relações mais baixas de África. Os números relativos a Angola, elevados pela receita do petróleo, eram de 36 por 1.000 (160.000 funcionários públicos e 184.000 empregados para-estatais), mas mesmo assim mais baixos que os da Zâmbia.²⁹

Como referimos anteriormente, este pessoal incluía pouco mais de mil, em cada um dos países, com o diploma do ensino secundário. Todavia, eles eram responsáveis por administrar Estados aos quais as nacionalizações tinham acrescentado a tarefa de gestão da maior parte das empresas comerciais. Embora a maioria destas companhias tenha ido parar às mãos do Estado, à medida que os colonos se retiravam, a

ideologia reforçava a determinação de manter um controlo centralizado. Apesar da abertura teórica ao investimento privado local e estrangeiro, os desincentivos burocráticos combinaram-se com a insegurança da guerra para limitar um envolvimento em larga escala, desenvolvendo esse que se limitou a sectores lucrativos como o do petróleo.

Tanto o fornecimento de serviços como a manutenção do controlo fora da capital dependiam de transportes e comunicações fiáveis. O que teria sido um cenário difícil, mesmo sem a guerra. À medida que se descia na hierarquia administrativa da capital para as capitais provinciais e destas para as capitais distritais e para as zonas rurais, as vias de comunicação tornavam-se progressivamente mais difíceis. As linhas telefónicas eram, no melhor dos casos, irregulares, mesmo nas capitais provinciais, e quase inexistentes no campo. Dado o baixo nível de formação no funcionalismo público, os relatórios e instruções escritas tinham frequentemente um valor muito limitado. A gestão efectiva exigia visitas dos funcionários superiores; os funcionários locais não esperavam respostas dos seus superiores se não se deslocassem lá para os procurar influenciar. Embora tais situações possam ser endémicas das burocracias, particularmente no Terceiro Mundo, Angola e Moçambique viveram-nas em graus extraordinários.

Os ataques aos meios de transporte multiplicaram imensamente estas dificuldades. A fuga dos colonos com os seus veículos foi seguida de táticas dos insurgentes que visavam os viajantes civis. A limitação resultante na acção do Estado criou um círculo vicioso. Quaisquer que fossem as políticas adoptadas, civis ou militares, a sua implementação no campo dependia do acesso. Dado que muitas localidades só tinham acesso pelo ar, os custos de lá chegar, com ajuda ou outros serviços, subiram descontroladamente. As capitais provinciais e distritais transformaram-se em ilhas ligadas por voos aéreos ou colunas militares.

No interior da administração estatal, os trabalhadores da educação e da saúde constituíam a maior componente civil, reflectindo os benefícios mais imediatos que o Estado pós-colonial tinha para oferecer. Em Moçambique, os 51.000 empregados da educação e 25.000 da saúde ultrapassavam de longe os empregados de qualquer outro ministério; mais de 90 por cento estavam colocados nas províncias. Em Angola, os mais de 36.000 trabalhadores da educação e 19.000 da saúde representavam mais de um terço dos empregados do governo,

uma percentagem mais baixa que em Moçambique mas, mesmo assim, substancial. Os orçamentos governamentais, até aos cortes de finais da década de oitenta, conferiram elevada prioridade a estes sectores, apesar do fardo das despesas militares. Mas a manutenção do apoio popular dependia da prestação de tais serviços, duramente afectada pela guerra directa contra as escolas e postos de saúde, assim como pelas dificuldades de transporte.

Cada vez mais, portanto, e desde o início nas áreas afectadas pela guerra, a experiência que a população tinha do Estado concentrava-se mais nas suas funções de controle, que facilmente ultrapassavam a sua capacidade para prestar os serviços necessários. A capacidade para impulsionar o desenvolvimento económico (que discutiremos no capítulo seguinte) era muito limitada. Era fácil para os oficiais do exército ou para os inseguros administradores civis adoptar aquilo a que se chamava 'medidas administrativas' (ou seja, darem ordens). Alguns funcionários locais, excepcionalmente competentes e seguros, com suficientes conhecimentos nos altos círculos que os protegessem das represálias burocráticas, podiam escapar a esta tendência. Os chefes individuais poderão ter imprimido um diferente método de trabalho num ministério ou província particulares durante um determinado período de tempo, mas os hábitos de hierarquia eram vistos geralmente como o caminho mais seguro.

Os factores que tornavam a acção estatal mais eficaz, nomeadamente campanhas ou atribuições particulares, eram difíceis de generalizar. Quando os dirigentes máximos se concentravam num plano bem definido durante algum tempo, tal como no caso das primeiras campanhas de saúde e alfabetização em Moçambique, os resultados podiam ser extraordinários. A saúde e a educação prestavam-se e ser implementadas através de pacotes que podiam ser bastante eficientes, desde que as condições básicas de segurança estivessem asseguradas. Mas a maior parte dos programas políticos, militares ou económicos, exigiam uma flexibilidade de adaptação a realidades muito diferentes e em constante transformação. A implementação rígida das orientações a partir do topo, mesmo daquelas que eram geralmente apreciadas, aumentava o risco de fracasso. Além disso, havia poucos funcionários com capacidade técnica e confiança política para agir com flexibilidade e transmitir aos superiores as informações sobre os fracassos.

Há apenas dados impressionísticos sobre a variação da eficácia governamental por sector ou área geográfica, mas sem dúvida que as variações eram enormes. Um governador, administrador distrital, comandante local ou director provincial de um ministério particular, se eficazes, conseguiam quebrar com a inércia reinante, adaptar as orientações gerais às condições locais e ganhar a confiança local, mesmo se a guerra e outras dificuldades limitavam os frutos do sucesso. Havia factores estruturais e pessoais que faziam aumentar as chances de ineficácia ou administração abusiva: distância em relação à capital, tamanho do fosso cultural entre administradores e população local, vulnerabilidade geográfica de uma determinada área em relação à acção militar, e a medida em que a política local concreta era levada a cabo por chefes militares ou civis. Todos estes factores diferiam significativamente de região para região ou de distrito para distrito, no interior de cada país. Qualquer estudo que se pretenda sério sobre o impacto do Estado nas zonas rurais, deve tratar mais profundamente destas variações, uma abordagem que está apenas no início.

Fundamental para entender a relação do Estado pós-colonial com a população rural é o facto que, ao contrário do Estado colonial, este não estabeleceu mecanismos eficazes de extracção dos recursos do campo. Apesar dos discursos ocasionais de administradores frustrados, fazendo menção às políticas do trabalho e cultivo forçados durante o período colonial, nem as machambas estatais nem os camponeses produziram a riqueza que haviam fornecido ao sistema colonial. Os velhos mecanismos de exploração tinham desaparecido mas sistemas novos e funcionais, de exploração ou outra qualquer natureza, não estavam institucionalizados. Consequentemente, o Estado relacionou-se com a população rural, senão em termos militares, como promissor fornecedor de serviços que ficaram demasiadas vezes por prestar.³⁰

Com a produção agrícola reduzida à insignificância enquanto geradora de excedentes, o Estado passou a basear-se noutras fontes. Em Angola, o petróleo passou de principal fonte de receita a praticamente a única. Em Moçambique, após a redução das receitas da força de trabalho e dos transportes que serviam outros países, as taxas sobre o consumo e o comércio de importação passaram a constituir o grosso das receitas do governo, massivamente apoiadas, a partir de finais da década de 1980, por doações internacionais. A questão é saber quanto desta receita se transformou em serviços, e quanto se destinou sim-

uma percentagem mais baixa que em Moçambique mas, mesmo assim, substancial. Os orçamentos governamentais, até aos cortes de finais da década de oitenta, conferiram elevada prioridade a estes sectores, apesar do fardo das despesas militares. Mas a manutenção do apoio popular dependia da prestação de tais serviços, duramente afectada pela guerra directa contra as escolas e postos de saúde, assim como pelas dificuldades de transporte.

Cada vez mais, portanto, e desde o início nas áreas afectadas pela guerra, a experiência que a população tinha do Estado concentrava-se mais nas suas funções de controle, que facilmente ultrapassavam a sua capacidade para prestar os serviços necessários. A capacidade para impulsionar o desenvolvimento económico (que discutiremos no capítulo seguinte) era muito limitada. Era fácil para os oficiais do exército ou para os inseguros administradores civis adoptar aquilo a que se chamava 'medidas administrativas' (ou seja, darem ordens). Alguns funcionários locais, excepcionalmente competentes e seguros, com suficientes conhecimentos nos altos círculos que os protegessem das represálias burocráticas, podiam escapar a esta tendência. Os chefes individuais poderão ter imprimido um diferente método de trabalho num ministério ou província particulares durante um determinado período de tempo, mas os hábitos de hierarquia eram vistos geralmente como o caminho mais seguro.

Os factores que tornavam a acção estatal mais eficaz, nomeadamente campanhas ou atribuições particulares, eram difíceis de generalizar. Quando os dirigentes máximos se concentravam num plano bem definido durante algum tempo, tal como no caso das primeiras campanhas de saúde e alfabetização em Moçambique, os resultados podiam ser extraordinários. A saúde e a educação prestavam-se e ser implementadas através de pacotes que podiam ser bastante eficientes, desde que as condições básicas de segurança estivessem asseguradas. Mas a maior parte dos programas políticos, militares ou económicos, exigiam uma flexibilidade de adaptação a realidades muito diferentes e em constante transformação. A implementação rígida das orientações a partir do topo, mesmo daquelas que eram geralmente apreciadas, aumentava o risco de fracasso. Além disso, havia poucos funcionários com capacidade técnica e confiança política para agir com flexibilidade e transmitir aos superiores as informações sobre os fracassos.

Há apenas dados impressionísticos sobre a variação da eficácia governamental por sector ou área geográfica, mas sem dúvida que as variações eram enormes. Um governador, administrador distrital, comandante local ou director provincial de um ministério particular, se eficazes, conseguiam quebrar com a inércia reinante, adaptar as orientações gerais às condições locais e ganhar a confiança local, mesmo se a guerra e outras dificuldades limitavam os frutos do sucesso. Havia factores estruturais e pessoais que faziam aumentar as chances de ineficácia ou administração abusiva: distância em relação à capital, tamanho do fosso cultural entre administradores e população local, vulnerabilidade geográfica de uma determinada área em relação à acção militar, e a medida em que a política local concreta era levada a cabo por chefes militares ou civis. Todos estes factores diferiam significativamente de região para região ou de distrito para distrito, no interior de cada país. Qualquer estudo que se pretenda sério sobre o impacto do Estado nas zonas rurais, deve tratar mais profundamente destas variações, uma abordagem que está apenas no início.

Fundamental para entender a relação do Estado pós-colonial com a população rural é o facto que, ao contrário do Estado colonial, este não estabeleceu mecanismos eficazes de extracção dos recursos do campo. Apesar dos discursos ocasionais de administradores frustrados, fazendo menção às políticas do trabalho e cultivo forçados durante o período colonial, nem as machambas estatais nem os camponeses produziram a riqueza que haviam fornecido ao sistema colonial. Os velhos mecanismos de exploração tinham desaparecido mas sistemas novos e funcionais, de exploração ou outra qualquer natureza, não estavam institucionalizados. Consequentemente, o Estado relacionou-se com a população rural, senão em termos militares, como promissor fornecedor de serviços que ficaram demasiadas vezes por prestar.³⁰

Com a produção agrícola reduzida à insignificância enquanto geradora de excedentes, o Estado passou a basear-se noutras fontes. Em Angola, o petróleo passou de principal fonte de receita a praticamente a única. Em Moçambique, após a redução das receitas da força de trabalho e dos transportes que serviam outros países, as taxas sobre o consumo e o comércio de importação passaram a constituir o grosso das receitas do governo, massivamente apoiadas, a partir de finais da década de 1980, por doações internacionais. A questão é saber quanto desta receita se transformou em serviços, e quanto se destinou sim-

plesmente a manter aqueles que viviam do emprego estatal ou que, de qualquer outra forma, tinham acesso às receitas do Estado.

Apesar da imagem do Estado pós-colonial como intrusivamente onnipresente – e dos elementos reais em que essas imagens se baseiam – foram os insurgentes quem impôs o controlo mais rígido da população rural, extraindo alimentos, pilhando e obrigando aos carregamentos à cabeça na ponta da espingarda. Os maiores fracassos dos Estados, pelo contrário, não resultaram daquilo que fizeram mas daquilo que acabaram por não fazer.

Será que havia outros recursos não-estatais nas sociedades angolana e moçambicana, menos rígidos, e que podiam ter sido trazidos a uma aliança com o Estado para basearem uma resistência mais eficaz à insurgência apoiada a partir do exterior? Será que a criação de um espaço e o favorecimento da sociedade civil teriam sido uma opção para compensar as fraquezas do Estado? A resposta mais provável é sim, mas apenas num grau limitado, dado que a sociedade civil de ambos os países sofria de fraquezas paralelas às do próprio Estado.

Estado e sociedade civil

No sentido corrente, sociedade civil refere-se a organizações e redes não-estatais que podem, idealmente, servir para controlar o poder de uma elite estatal e fornecer o cimento que aglutina a esfera pública. Grupos de interesse económico, grupos profissionais, meios de comunicação independentes, organizações comunitárias locais, associações culturais e religiosas, previdência, direitos humanos e outras organizações não-governamentais podem interligar-se num complexo padrão que assume muitos encargos do Estado e promove a coexistência cívica, contribuindo para a resolução pacífica das diferenças. Redes múltiplas ligam o contexto nacional com os seus interlocutores regionais e locais, criando contactos nos dois sentidos, que impedem o Estado de se afastar demasiadamente dos cidadãos.

Todavia, a margem de manobra pequena e fragmentária de tais redes, mesmo se comparada com outros países africanos, constituiu uma das características distintivas da sociedade pós-colonial em Angola e Moçambique. Mesmo nas regiões de ampla unidade cultural, foram poucas as instituições unificadoras estabelecidas, para além do Estado português coercivo. O modelo colonial português impediu deliberadamente que se estabelecessem laços mais abrangentes entre as

elites tradicionais, subordinando os chefes aos funcionários portugueses locais. Mesmo nas pequenas unidades locais não era claro que autoridades tradicionais eram legítimas ou quais as mais prestigiadas. Havia pouco esforço para organizar associações comunitárias ou segmentos específicos da sociedade, e quase não havia sindicatos. Mesmo as organizações de massas filiadas nos movimentos de libertação eram, por alturas da independência, espaços à espera de ser preenchidos em vez de grupos de base ampla com uma vida institucional própria, ao nível local.

As instituições intermediárias, se é que existiam antes da independência, eram principalmente instituições coloniais baseadas, na sua maioria, na comunidade colona. Sem dúvida que havia outras sementes que podiam ser tratadas. Mas quem cultivaria, e com que recursos? E, para não nos afastarmos do nosso assunto, que diferença é que isso faria para reforçar a resistência contra a insurgência?

Na prática, mesmo nos primeiros anos, redes informais locais de liderança e prestígio interagiram muitas vezes com as estruturas locais do partido e do Estado. No estudo que Geffray fez do distrito de Erati, por exemplo, observa-se que as 'estruturas' eram preenchidas pelo segmento da sociedade que conseguira obter alguma educação no tempo dos portugueses, os Erati, enquanto que os Macuane, marginalizados pelo Estado colonial, forneceram terreno para o controlo da Renamo. Heimer observou, na zona meridional de Vundiça, ligações entre a liderança local da Frelimo e as autoridades tradicionais.³¹ Os funcionários locais de Angola e Moçambique lidaram com as estruturas de poder local, tradicionais ou emergentes, com quem se relacionavam, em muitos casos, através de laços de parentesco ou na base do conhecimento pessoal. Se não tivesse havido orientações superiores de hostilidade revolucionária para com as autoridades tradicionais, que colaboraram com o colonialismo ou eram aspirantes à pequena-burguesia, a penetração do Estado pela sociedade civil teria sido mais aberta e profunda. Mas o que é facto é que tal penetração existiu. Em meados da década de 1980, o pragmatismo do topo ordenava a abertura a qualquer sector da sociedade que pudesse trazer recursos, materiais ou simbólicos, na defesa contra os insurgentes. Em alguns casos, de chefes com prestígio local particularmente elevado, isto podia significar que havia zonas que deixavam de ser atacadas.³²

A questão era que, para generalizar tais políticas com sucesso seria necessária precisamente a capacidade para fazer julgamentos locais

que faltava ao Estado. Uma política de respeito para com as estruturas de poder local teria provavelmente evitado muitas ofensas às sensibilidades locais, mas teria também provavelmente reforçado muitas estruturas locais que, por sua vez, abusavam de grandes segmentos da população. A competição para preencher o vazio de autoridade deixado pelos portugueses teria criado múltiplas oportunidades de conflito de que os insurgentes se teriam aproveitado.

A opção de manter grande parte da estrutura da sociedade colona supervisionada por um Estado africanizado, tal como no Quênia ou no Zimbabwe, teria sido muito mais difícil no contexto português. Os nichos ocupados pelos colonos portugueses iam até muito mais abaixo na ordem social e no Estado, do que nos casos do Quênia e do Zimbabwe. Mesmo que os colonos que partiram fossem aliciados para voltar, ou que fossem persuadidos a ficar, as consequências para a vulnerabilidade do Estado teriam continuado a ser incertas. Neste cenário, os novos Estados teriam beneficiado de uma descontinuidade menor, teriam mantido muitas instituições em funcionamento e teriam reduzido a ameaça adveniente dos exilados descontentes que se aliaram à insurgência. Mas também teriam perdido grande parte do entusiasmo e da participação, e teriam enfrentado a paralização dos programas estatais destinados a beneficiar a maioria.

Deixando de lado esta opção especulativa, de retenção de todas as instituições coloniais, as instituições não-estatais de nível nacional que mais poderiam ter ajudado a desenvolver uma sociedade civil eram as igrejas, seguidas talvez de grupos específicos de interesse económico. Os Estados tentaram reforçar tais laços, com maior urgência à medida que as guerras se intensificavam e as restrições baseadas nas posturas ideológicas se desvaneciam. Esta aproximação era impedida, contudo, não só pelas ideologias e políticas radicais do Estado pós-colonial dos primeiros anos, mas também por outras incompatibilidades derivadas da história ou de conflitos externos, que não se podiam alterar só a partir de uma das partes.

A hostilidade dos partidos no poder em relação à religião institucional derivava, em parte, do dogma marxista, mas também da tradição anti-clerical ibérica e, em particular, da identificação estreita da Igreja Católica com a ordem colonial. O conflito mais intenso não foi com as igrejas enquanto tais, mas com uma Igreja Católica ainda por reformar e que se ressentia da perda dos seus anteriores privilégios enquanto igreja do Estado. O conflito atingiu o auge em finais da dé-

cada de 1970, quando o estado acantonou a religião na esfera da devoção privada, retirando o até então importante papel da igreja na educação, negando a entrada no partido aos praticantes e reagindo com vigor às denúncias da revolução manifestadas pela igreja. Apesar de uma difícil trégua no início da década de oitenta, e da restauração da propriedade da igreja em finais da mesma década, as relações entre a igreja e o Estado permaneceram enevoadas pela suspeita.³³

Na verdade, a hierarquia católica portuguesa havia-se identificado quase sem excepção, e directamente, com o estado colonial. O distanciamento e crítica dos abusos coloniais foram expressos por uma minoria de padres e missionários, na sua maioria europeus não-portugueses, com alguns portugueses e africanos. Em Angola, alguns padres africanos, incluindo vários com ligações a líderes do MPLA, foram presos pelos portugueses. Mas em Moçambique os padres africanos eram poucos e abstinham-se de protestar contra o colonialismo. Em ambos os países, aqueles que se tornaram bispos quando a igreja africanizou rapidamente as suas hostes, após a independência, eram sobretudo burocratas religiosos. Em comparação com a América Latina, a África do Sul ou o Zimbabwe, aproximavam-se pouco e pouco simpatizavam com a teologia da libertação.

A sua opinião em relação à nova ordem não chegou ao apoio directo à insurgência. E à medida que as guerras se desenvolveram, as suas cartas pastorais evoluíram de ataques directos contra os governos para apelos mais imparciais à paz. Mas é notável que raramente tenham condenado o envolvimento rodesiano e sul-africano nas guerras, ou que tenham chegado a argumentar junto dos seus colegas bispos do Sul de África contra a condenação da política sul-africana do *apartheid*. Os partidos no poder, pelo seu lado, prontamente rejeitaram como hipócritas os comentários críticos sobre os abusos do Estado pós-colonial, vindos de uma instituição que mesmo em relação ao passado se recusava a admitir a sua cumplicidade com os atentados coloniais contra os direitos humanos.³⁴

Provavelmente, era inevitável alguma rivalidade com a Igreja Católica, devido ao contexto institucional e à enorme diferença de perspectiva quanto à ordem social futura. Mas se o Estado pós-colonial tivesse tido uma postura menos dogmática nos primeiros anos, talvez isso tivesse atenuado o conflito. Se tivesse havido concessões específicas, como por exemplo permitir-se que as escolas da igreja tivessem um papel subordinado, em lugar de as nacionalizar,

talvez a Igreja Católica ficasse mais comprometida com a ordem social pós-colonial. Mas uma vez que os insurgentes vieram depois a atacar todo o pessoal religioso, africano e estrangeiro, é difícil concluir em que medida é que a participação da igreja teria diminuído a vulnerabilidade da sociedade aos ataques.

Havia outros grupos religiosos, sobretudo protestantes mas, também, muçulmanos em Moçambique, sem o passado de identificação dos católicos com o Estado colonial. Apesar da política oficial do governo, que favorecia as ideologias marxistas anti-religiosas, os grupos não católicos conseguiram mais liberdade depois da independência do que antes, sob o regime de identificação da Igreja Católica com o Estado. A maioria dos grupos religiosos experimentou um rápido crescimento. Após as decisões governamentais de inícios da década de oitenta, de mais estreita cooperação, os conselhos das igrejas de ambos os países tiveram papel importante no trabalho de ajuda. Membros e líderes das igrejas participaram nas assembleias eleitas e nas organizações de massas. Mesmo entre os membros do partido não se reforçou a oposição às crenças religiosas. Muitos líderes de igrejas protestantes tinham acesso, através de laços pessoais ou familiares, aos líderes governamentais.

Mas em termos de fornecimento de recursos para a sociedade civil ao nível nacional, e para frear a divisão exacerbadora da guerra, os grupos não-católicos foram regionalmente limitados num padrão paralelo ao da arena política. Em Angola, a ligação metodista ao MPLA tinha ajudado a moldar o meio social de Luanda e do seu interior próximo. A ligação congregacional à Unita era ainda mais íntima: enquanto que parte da igreja se adaptou à vida nas zonas controladas pelo governo, os membros desta igreja apoiantes da Unita mantiveram uma estrutura institucional separada com base na Jamba, e tinham peso na hierarquia da Unita. Em Moçambique, a concentração de igrejas protestantes no Sul foi um dos factores que moldou o contexto centrado em Maputo, importante na história pessoal de muitos dos principais líderes da Frelimo. Nenhuma igreja protestante, em qualquer dos dois países, teve uma rede nacional comparável à dos católicos. A comunidade muçulmana de Moçambique, embora numericamente importante, com mais de 10 por cento da população, tinha apenas uma rudimentar rede organizacional à escala nacional.

Em geral, as relações entre o Estado e as instituições religiosas eram bastante conflituosas em finais da década de setenta, tanto em

Moçambique como em Angola, na altura em que o conflito da década de oitenta, inspirado pelos sul-africanos, começou a sua escalada. A mudança para uma atitude mais cooperativa por parte do Estado, em Moçambique, foi assinalada por um bem publicitado diálogo com os grupos religiosos, em 1982. Em Angola, um processo paralelo, embora mais gradual, também contribuiu para reduzir a tensão. No seguimento da guerra, os apelos da Igreja Católica para a paz, e a sua eventual participação nas negociações em Moçambique, foram sempre envolvidos de suspeita de parcialidade contra os partidos no poder. Mas mesmo a Igreja Católica evitou ser identificada com a insurgência, procurando antes reflectir, à medida que a guerra prosseguia, uma identificação com os anseios populares pela paz independentemente das virtudes ou defeitos dos partidos contendores.

Pode-se especular que uma atitude mais aberta dos partidos no poder, sem as confrontações iniciais, poderia ter permitido que as igrejas tivessem desempenhado um papel mais eficaz e anterior na reconciliação nacional. Mas tal teria implicado não só políticas diferentes do Estado como, também, profundas mudanças nas igrejas. As instituições religiosas, pouco inclinadas a criticar a sua herança de colaboração com o colonialismo, divididas ainda no seu seio, muitas vezes indiferentes ao drama da libertação do resto dos territórios de regime de minoria branca em África, e preocupadas em grande medida com a sua preservação institucional, estavam mal equipadas para desempenhar um papel importante ajudando a compensar as fraquezas do Estado pós-colonial. Melhores relações entre a igreja e o Estado teriam sem dúvida colmatado algumas brechas que faziam a vulnerabilidade face à insurgência. Mas é pouco provável que isso tivesse feito mais que uma modesta diferença no resultado final.

Que dizer, então, sobre a outra grande fonte de recursos sociais não-estatais? E se os Estados, ao invés de temerem, tivessem impulsionado uma pequena-burguesia ou burguesia nascentes a substituir os portugueses que partiam nos sectores económicos-chave? Quais eram as perspectivas da promoção de um campesinato próspero orientado para o mercado, que servisse de escudo contra a infiltração dos insurgentes? Em suma, e se as políticas de mercado livre adoptadas sob pressão em finais da década de oitenta tivessem sido seguidas desde o início? Será que Angola e Moçambique teriam resistido muito mais à escalada da insurgência patrocinada pela África do Sul na década de oitenta? As respostas exigem, primeiro que tudo, um olhar sobre a

realidade, assim como sobre a retórica das políticas económicas pós-coloniais.

Notas

¹ Correia (1989), 13.

² Presidente Afonso Dhlakama em entrevista, 1988-90, *Mozambique Political Notes No.1* (1991), 9. Para outras fontes representando a perspectiva oficial da Renamo, ver Hoile (1989) e Cline (1989).

³ *Expresso*, 16 de Novembro de 1991. A ligação rodesiana está amplamente documentada, com testemunhos de antigos oficiais rodesianos, em Johnson e Martin (1986, 1988), Flower (1987), Cole (1985) e Ellert (1989).

⁴ Savimbi (1979), 32.

⁵ Savimbi (1979), 56.

⁶ Savimbi (1979), 203-7.

⁷ Crocker (1992), 53.

⁸ Notícia de um comício em Cuito, por Karl Maier, *The Independent*, 23 de Setembro de 1992.

⁹ A questão do reordenamento populacional no campo, com a formação das novas aldeias, central na auto-justificação da Renamo, será abordada em duas secções diferentes (contra-insurgência e política agrária), uma vez que houve múltiplas razões por detrás desta política.

¹⁰ De entre as muitas fontes sobre este assunto, ver Young (1982), Young (1988), Hyden e Bratton (1992), e Davidson (1992).

¹¹ World Bank, *Angola* (1991), 106. Os números relativos a Moçambique são de uma avaliação interna do Banco Mundial.

¹² Ver descrições em Jaster (1990), Crocker (1992) e Deutschmann (1989).

¹³ Ver, particularmente, os relatórios do Africa Watch sobre Angola e Moçambique. Estas e outras fontes revelam que em ambos os países o reordenamento populacional foi sobretudo uma política militar, e que os objectivos de desenvolvimento ou ideológicos foram secundários ou marginais.

¹⁴ Sobre a clássica experiência britânica na Malásia ver, por exemplo, Stubbs (1989).

¹⁵ Em anos posteriores, esta atitude foi por vezes interpretada como uma isenção especial para os não-negros. Mas os funcionários moçambicanos concedem que esta excepção aos princípios anti-racistas começou por ser adoptada devido aos receios de rivalidades raciais no seio dos oficiais.

¹⁶ O que é fundamentalmente diferente do caso angolano depois do recomeço da guerra, em 1992. Nessa altura, a Unita passou a controlar uma área muito mais vasta, que incluía capitais provinciais, e que teve muito mais dificuldades em administrar.

¹⁷ Para uma amostra da abundante literatura de carácter geral sobre os Estados de orientação marxista em África, ver Ottaway e Ottaway (1986), Young (1982), Keller e Rotschild (1987), Lopes e Rudebeck (1988). As referências do debate em Moçambique são demasiado numerosas para serem aqui citadas, mas um espaço importante para seguir o debate é o periódico *Southern Africa Report* (Toronto). Uma interpretação altamente crítica de um académico é Cahen (1987). O'Meara (1991) resume o debate. Relativamente a Angola, a literatura é muito menos exaustiva, mas ver o artigo de Christine Messiant em Eduardo Mondlane Foundation (1993). Para algumas referências adicionais, ver Minter (1992). A questão deixada sem resposta no texto – ou seja, as razões da insensibilidade do Estado às preocupações populares – é fundamental. Mas o facto de ser comum a outros Estados africanos, com diferentes composições étnicas e de classe, e diferentes ideologias, faz com que não possa ser explicada principalmente a partir das origens sociais das pessoas do Estado (Sul/Norte; urbano/rural; etc.). De qualquer maneira, até agora não existe investigação empírica para além de impressões muito gerais sobre o assunto para Angola e Moçambique. Como sugerimos no Capítulo 4, factores de base como as disparidades étnico-regionais, são, na verdade, importantes. Como explicação para a falta de resposta do Estado pós-colonial parece-me, contudo, mais promissor partirmos da posição que, dada a herança do Estado, a falta de resposta era, de longe, o resultado mais provável, qualquer que fosse a composição ideológica ou social dos protagonistas. A menos que se desenvolvessem novos mecanismos de responsabilização do Estado perante a sociedade. A atenção muda, pois, para as condições sob as quais tais mecanismos se poderiam ter desenvolvido: nível de educação da população, força das instituições da sociedade civil, e outros.

¹⁸ *Expresso*, 18 de Julho de 1992.

¹⁹ Ver Munslow (1985), particularmente 1-33.

²⁰ Adam (1988), 68, observa que 158.000 das 400.000 pessoas de Cabo Delgado estavam fora do controlo dos portugueses.

²¹ Sobre Luanda em 1975-76, ver Gjerstad (1976).

²² Ver, particularmente, Egero (1990), Capítulo 7.

²³ Egero (1990), 117.

²⁴ Para a discussão geral, ver Wolfers e Bergerol (1983), Somerville (1986). Sobre a tentativa de golpe de 1977, ver Birmingham (1978).

²⁵ Somerville (1986), 104.

²⁶ Hodges (1986), 13.

²⁷ Sobre a Guiné-Bissau, ver Galli e Jones (1987), Lopes (1987) e Forrest (1992).

²⁸ Ver fontes da nota 10. Contudo, mesmo o Botswana foi caracterizado por grande desigualdade e uma concentração real do poder no partido dominante (Parson, 1984).

²⁹ Números de um documento internacional do Banco Mundial.

³⁰ Esta ideia geral é lançada por Kenneth Hermele. Ver, por exemplo, relativamente a Moçambique, os capítulos 1 e 2 de Brochmann e Ofstad (1990) e, sobre Angola, Hermele, *Angola* (1988). No capítulo seguinte forneceremos referências mais detalhadas sobre a economia.

³¹ Geffray (1990); Heimer e da Silva (1988). Para uma crítica particularmente incisiva da perspectiva de Geffray sobre a sociedade tradicional moçambicana, ver O'Laughlin (1992).

³² Ver, por exemplo, Heimer e da Silva (1988), Wilson (1992), Maier (1991), assim como numerosos artigos de jornais.

³³ Sobre as igrejas em Angola ver, particularmente, Henderson (1992), e *Nederlandse Missieraad* (1979); sobre Moçambique, ver particularmente, Instituto de Estudos Políticos (1979), Bertulli (1974) e *Nederlandse Missieraad* (1976).

³⁴ Ver particularmente a crítica em Instituto de Estudos Políticos (1979), que inclui um extenso diálogo de funcionários governamentais moçambicanos com bispos católicos.

O ESTADO SITIADO: FRACASSOS ECONÓMICOS E CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS

Um *Economic Report* especial da Comissão Nacional do Plano de Moçambique resumia a situação em Janeiro de 1984. Depois de ter crescido uns modestos 3 por cento ao ano entre 1975 e 1981, a economia tinha decaído quase 7 por cento num só ano. As perdas desde 1975, devido a calamidades naturais, ao aumento dos preços do petróleo e ao conflito regional, montavam a 5,5 biliões de dólares, mais de dez vezes as receitas anuais de exportações e serviços.¹ O relatório, destinado a doadores externos e investidores, foi a primeira de muitas tentativas para quantificar o impacto económico das guerras regionais e outros factores externos sobre Moçambique e outros Estados da Linha da Frente.²

Na década de noventa, a atenção virou-se para a política interna. Moçambique e Angola prepararam relatórios para mostrar como estavam a implementar os programas de ajustamento estrutural do Banco Mundial e do FMI. Os fracassos económicos do pós-independência foram atribuídos ao planeamento estatal irrealista e à recusa ideológica em deixar o mercado funcionar. Mas a incontornável realidade era que nem os mecanismos de mercado nem os projectos dirigidos pelo Estado podiam fazer muito contra o impacto destrutivo da guerra. As políticas – realistas ou mal orientadas – tinham o seu efeito independente próprio. Mas na década de oitenta, e princípio da década de noventa, o impacto da destruição ultrapassou tanto os mecanismos económicos ‘normais’ que a sobrevivência assumiu prioridade sobre qualquer espécie de desenvolvimento.

Mas depois de reconhecer os devastadores efeitos da guerra, continua a ser útil perguntarmo-nos em que medida políticas económicas

diferentes poderiam ter diminuído o apoio à insurgência ou fortalecido a capacidade do Estado para resistir. De que maneiras as dificuldades estruturais já existentes, e as políticas implementadas, afectaram a força relativa dos insurgentes e do Estado? Será que a imposição da produção socializada no campo provocou uma reacção camponesa? Será que os homens de negócios privados e os agricultores comerciais aderiram à, ou dirigiram a revolta contra o Estado?

Apesar das diferenças significativas entre Angola e Moçambique, podemos começar por dizer que não. Os aspirantes a empresários eram de longe mais ameaçados pelos ataques dos insurgentes do que pelas restrições governamentais. As famílias camponesas de ambos os países sofreram muito mais de negligenciamento sistemático do que de imposição da produção agrícola colectiva. Tal negligenciamento foi acelerado pela incapacidade de substituir as estruturas coloniais de exploração da produção agrícola por novas estruturas funcionais, estatais ou não. As tendências macroeconómicas e as receitas do Estado dependiam sobretudo do petróleo em Angola, e dos serviços e apoio de doadores em Moçambique. O abandono da ideologia socialista, nos finais da década de oitenta, não alterou estas realidades fundamentais. Durante a guerra, contudo, os ataques da Unita e da Renamo ameaçaram directamente o modo de vida e a possível acumulação de capital de camponeses vulgares ou de aspirantes a empresários rurais. Consequentemente, os fracassos económicos atribuídos aos regimes levaram principalmente à desilusão e à desmotivação, e não ao apoio activo à insurgência.

Os pacotes da reforma económica de finais da década de oitenta, aceites em condições de guerra e sob a direcção de credores e doadores externos, tiveram alguns efeitos macroeconómicos positivos. Mas tiveram pouco impacto sobre as comunidades rurais isoladas pela guerra e anteriormente esquecidas, e ampliaram drasticamente desigualdades que já eram significativas. O abandono do socialismo, que não trouxera benefícios para a maioria, trouxe novos níveis de desencanto relativamente aos partidos. Para além da virtude negativa de não estarem no poder, nem sequer a Unita, para já não dizer a Renamo, ou os muitos novos partidos de ambos os países, inspiravam muita confiança como futuros gestores económicos.

Olhando para a política económica dos dois países, podemos ver o impacto cumulativo dos problemas estruturais iniciais, agravados pelos fracassos das políticas e pela guerra. Sem a guerra, o desenvol-

vimento após a independência teria sido difícil. Em qualquer caso, as aspirações socialistas teriam provavelmente dado lugar aos programas de ajustamento estrutural. Com a guerra, o impacto negativo de cada erro político foi multiplicado muitas vezes. À economia rural faltavam os pré-requisitos fundamentais de progresso de qualquer modelo ideológico – segurança e transportes. Decisões políticas alternativas, ou orientações ideológicas, poderão ter evitado alguns fracassos. Mas é pouco provável que pudessem ter tido efeitos decisivos no curso das guerras.

A economia de enclave angolana

Em 1973, o último e o melhor ano da economia colonial de Angola, o petróleo e o café contribuíram com 30 e 27 por cento, respectivamente, das receitas de exportação.³ Um terço da produção de café era originária de agricultores africanos. A produção de milho situava-se acima das 700.000 toneladas, das quais mais de 100.000 para exportação. Os diamantes e o ferro também proporcionavam importantes receitas de exportação. Mas este sistema, que mostrou uma taxa de crescimento de quase 8 por cento ao ano entre 1960 e 1974, dependia da força administrativa na maior parte da produção agrícola, e de mão-de-obra portuguesa em funções económicas-chave em todos os sectores à excepção do petróleo. A produção das propriedades geridas por portugueses representava 86 por cento da produção agrícola. Os comerciantes portugueses do mato asseguravam os laços comerciais entre os camponeses e os mercados. Os colonos forneciam os mercados e a mão-de-obra de um sector industrial em crescimento.

Quando esta estrutura económica entrou em colapso, na sequência da partida dos colonos e da guerra de 1975-76, nunca mais pôde ser restaurada ou substituída, a não ser numa base fragmentária. Os esforços para o fazer foram impedidos pela guerra ou por políticas ineficazes, e também pelo facto de que havia uma alternativa facilmente acessível e que não fôra afectada pela partida dos colonos. A produção de petróleo, iniciada em 1968 e em crescimento rápido, era controlada por grandes companhias multinacionais – não pelos portugueses. A Angola independente trabalhou em estreita cooperação com a indústria petrolífera, e as receitas do petróleo forneceram os recursos essenciais para a defesa e para a alimentação da crescente população urbana. Em meados da década de oitenta, o petróleo fornecia consis-

tentemente mais de 90 por cento das receitas de exportação e mais de 50 por cento das receitas do Estado. A maior parte do resto da economia, à excepção da produção diamantífera, alimentava-se indirectamente das receitas do petróleo. O campo afundava-se no esquecimento.

Constitui notável ironia o facto da economia de um Estado alegadamente marxista depender quase inteiramente de um grande negócio ocidental. E nada havia de intrinsecamente socialista na companhia nacional de petróleo Sonangol, que tomou conta dos recursos de petróleo do país em 1976. A lei do petróleo de 1978 estabelecia empresas mistas com companhias privadas e acordos de partilha de produção por meio dos quais as companhias estrangeiras serviam de adjudicatárias da Sonangol. Assessorados pela firma norte-americana de consultoria Arthur D. Little, os acordos angolanos incluíam um dispositivo que assegurava que a Sonangol, e não os adjudicatários estrangeiros, receberia a parte de leão dos lucros inesperados advinentes dos aumentos dos preços. Mesmo assim, as companhias estrangeiras achavam os termos atractivos. Em meados da década de oitenta, havia mais de vinte companhias envolvidas, incluindo americanas, francesas, italianas, japonesas e brasileiras. A maior continuava a ser a Cabinda Gulf, que se tornou subsidiária da Chevron em 1984.

Os maiores campos de petróleo encontravam-se ao largo de Cabinda, mas havia outros, na sua maioria *offshore*, que se estendiam desde o Sul do rio Zaire, ao longo da costa angolana, até à fronteira com a Namíbia. A produção de petróleo cresceu continuamente de cerca de 200.000 barris por dia em 1980, até mais de 500.000 barris por dia no início da década de noventa. O novo investimento no petróleo rondou os 400 milhões de dólares por ano na década de 1980, e mesmo depois do regresso da guerra em 1992, as companhias petrolíferas continuaram a concorrer activamente para novas autorizações de exploração. Angola tinha 'um excelente registo de perfurações bem sucedidas e de amigáveis relações entre o governo e a indústria'.⁴

O dinheiro fácil proveniente da produção petrolífera em expansão era suficiente para compensar a queda dos preços mundiais do petróleo. Apesar dos preços do petróleo terem caído de um pico de quase 39 dólares por barril, em Janeiro de 1981, para 26 dólares por barril em 1985, as receitas petrolíferas angolanas cresceram de 1,3 biliões para 1,9 biliões no mesmo período. Mesmo quando os preços caíram para menos de 20 dólares por barril, depois de 1985, as receitas con-

tinuaram a subir. Mas com os pagamentos cada vez maiores das dívidas atrasadas, os défices da balança de pagamentos aumentaram e os fundos disponíveis para as importações caíram drasticamente. O choque levou ao surgimento de planos internos de adopção do mercado livre e a esforços acelerados para se conseguir um acordo de entrada no Banco Mundial e no FMI.

O caminho estava, porém, traçado. Em condições ideais talvez grande parte das receitas do petróleo tivesse sido investida na reabilitação da fragmentada infraestrutura de transportes, e no fornecimento de instrumentos e bens de consumo para venda aos camponeses, em troca de alimentos para as cidades. Em vez disso, as receitas foram usadas esmagadoramente na defesa e na importação de alimentos e outros bens de consumo para a população urbana. Apesar dos enormes gastos com a defesa, o transporte terrestre, em condições de segurança, para as zonas rurais tornou-se cada vez mais difícil à medida que o conflito escalava, na década de oitenta. As áreas cerealíferas mais produtivas localizavam-se no planalto central e mais para Sul, na Huíla. Mas a população urbana concentrava-se em Luanda, ligada às capitais provinciais sobretudo por meio de onerosos transportes aéreos.

As dificuldades eram reais: estragos causados pela guerra (iniciais e recorrentes), falta de redes comerciais, ineficiência das estruturas estatais estabelecidas para preencher a lacuna. Mas as dificuldades eram atenuadas pelo facto de haver dinheiro para importações. A alimentação das cidades por meio de importações, necessária como expediente a curto prazo, tornou-se uma característica estrutural da economia. O campo foi completamente secundarizado. O efeito de enclave do sector petrolífero, de alguma maneira comum a outros países produtores de petróleo menos desenvolvidos, foi multiplicado pelo desaparecimento das redes coloniais de comércio e pelos ataques dos insurgentes que visavam, precisamente, romper os laços ainda existentes entre a cidade e o campo. Não havia também, no seio do governo, uma força importante que procurasse contrariar este caminho mais fácil: pagar as importações com dinheiro do petróleo. Pouco sobrava para o investimento produtivo num desenvolvimento, qualquer que ele fosse.

Consequentemente, a vasta maioria dos habitantes rurais voltou à produção de subsistência. Algumas machambas estatais e uma mão cheia de agricultores comerciais privados, continuaram a produzir pa-

ra exportação mas com níveis de produção drasticamente mais baixos. As machambas abandonadas pelos portugueses caíram no controlo do Estado, mas na prática grande parte da sua terra foi apropriada por famílias camponesas individuais. A produção comercializada de géneros domésticos estagnou a menos de 10 por cento dos níveis anteriores à independência. Para a maioria dos camponeses, não havia oportunidade de vender excedentes, e mesmo que conseguissem vender esses excedentes eram escassos os bens a comprar. O Estado tinha apenas uma parte da capacidade necessária para administrar as empresas, e só cerca de 3 por cento do orçamento governamental era alocado à agricultura.

Desde que não fossem afectadas directamente pela guerra, as famílias camponesas eram deixadas à sua sorte. Mas tinham pouco acesso a bens do exterior e muitas dificuldades mesmo na produção de subsistência. Em meados da década de oitenta, os insumos de sementes de milho eram menos de 10 por cento da quantidade necessária. O fornecimento de enxadas também diminuiu continuamente. Cada vez mais as famílias se viraram para culturas mais resistentes como a mandioca, a mapira e a mexoeira. Dezenas de milhar de pessoas fugiram à guerra e procuraram oportunidades de sobrevivência nas cidades. A população urbana cresceu de 18 por cento do total, em 1975, para 31 por cento em 1986. Por volta de 1990, mais de metade da população angolana vivia em áreas urbanas.

Embora apenas cerca de metade das empresas industriais tivessem passado para o controlo do Estado, deixando um sector privado relativamente importante, a produção industrial também decaiu com a independência. Os resultados de 1977 eram apenas 18 por cento dos de 1973. Por volta de 1985 houve alguma recuperação, mas chegou apenas a 54 por cento dos totais de 1973, limitada pela falta de gestão e escassez de matérias-primas. Consequentemente, os consumidores urbanos não só tinham falta de fornecimentos agrícolas domésticos mas, também, de bens manufacturados. Mesmo as indústrias ligeiras, como os têxteis e o calçado, não conseguiram recuperar os níveis de produção de 1973.

Os dinheiros do petróleo davam para manter um nível mínimo de importações para as cidades, mas pouco mais. A procura do consumidor urbano não era satisfeita, pouco era deixado para as zonas rurais, e os insumos essenciais para a agricultura e para a indústria eram extremamente escassos. Não havia esperança de abordar as ques-

tões essenciais a menos que se restaurasse a ligação entre a cidade e o campo para que o défice alimentar fosse coberto pela produção doméstica, e que os camponeses tivessem receitas e bens para adquirir do mercado. As políticas estatais não cortaram este laço inicialmente – o corte foi resultado da primeira fase da guerra em 1975-76, e do êxodo dos portugueses. Também não é claro que políticas alternativas de mercado livre pudessem ter restaurado essa ligação nas condições de guerra. Mas sem dúvida que as políticas estatais não conseguiram resolver a crise. A sobrevivência dependente de importações financiadas com o dinheiro do petróleo e distribuídas por uma burocracia ineficiente, era um caminho sem saída.

Os bens com preços controlados, vendidos nas lojas estatais, só minimamente satisfaziam a população urbana com acesso a emprego. Os responsáveis tinham acesso a algo mais, e um pequeno número de funcionários superiores gozava de um padrão de vida confortável. Mas, nas palavras do Economist Intelligence Unit, o sistema de controlo de preços era 'tão amplo e rígido, e no entanto tão desorganizado e incoerente, que produziu distorções extremas dos valores relativos'.⁵ O resultado foi o crescimento de uma economia paralela, ilegal e não-regulada, mas tolerada pelo Estado, em que a livre iniciativa e a corrupção se desenvolveram descontroladamente. O cidadão médio tinha que recorrer à economia paralela para sobreviver, e os empresários de dentro e fora do Estado achavam oportunidades para realizar grandes lucros. Os bens revendidos a preços mais altos provinham das lojas estatais e dos fornecimentos desviados dos trabalhadores, cada vez mais, por meio de roubo e de fraude. Todos tinham que ter um *esquema* para combinar complexos negócios de bens contra favores, transações em kwanzas angolanas e moeda externa.

Por detrás da fachada de uma economia dirigida pelo Estado, existia portanto outra economia altamente sensível às forças do mercado. Mas só parcialmente relacionada com a produção, na medida em que os camponeses e comerciantes rurais encontravam transportes e os vendedores urbanos conseguiam vender pequenos artesanatos pelas ruas. Em vez disso, consistia sobretudo na recirculação de bens importados, drenando ao mesmo tempo as energias da força de trabalho para fora do seu emprego formal. Entre os que faziam dinheiro neste ambiente descontrolado contavam-se não só aqueles que tinham ligações políticas mas, também, um número significativo de empresários de

língua Kikongo regressados do Zaire, e comerciantes de língua Umbundo originários do planalto central.⁶

A ordem social resultante gerou uma desilusão significativa. Como responsável, o governo arcou com as culpas do fracasso económico e das deficiências sociais; generalizaram-se severas críticas mesmo entre as camadas leais que nunca consideraram abandonar o MPLA. Mas só uma pequena minoria dos aspirantes a empresários se sentiu atraída pela guerra desenvolvida pela Unita no mato, ou pelas palavras de ordem ao estilo da Guerra Fria proferidas pelos patrocinadores daquele movimento; a maioria procurou simplesmente as oportunidades surgidas numa economia alimentada pelas receitas do petróleo. Tanto no contexto urbano como no rural, as alternativas, mais do que o apoio activo à insurgência, eram as estratégias individuais de sobrevivência – com excepção daqueles que, com base em lealdades étnico-regionais, se encontravam predispostos a apoiar a Unita. O campesinato nunca recebeu muitos incentivos para apoiar o governo. Mas a Unita também não ofereceu muitos benefícios, nem sequer à sua clientela regional. A decisão de procurar uma precária sobrevivência no campo assolado pela guerra, ou de procurar perspectivas incertas nos subúrbios das cidades era, pois, movida por preocupações práticas que só raramente se faziam acompanhar por motivos políticos.

O petróleo salvou a economia do colapso total e adiou a procura de outras soluções. Mas mesmo quando a queda do preço do petróleo e os custos cada vez mais altos obrigaram à adopção de novas políticas, os ajustamentos estruturais não conseguiram resolver a questão da relação entre a cidade e o campo. As consequências sociais desta economia de enclave foram idênticas às de outros países dependentes do petróleo ou de minérios. Sem a guerra, os problemas económicos e sociais de Angola teriam sido, provavelmente, parecidos com os da Nigéria. Com a guerra, o perigo era que a ordem social evoluísse na direcção da extrema cleptocracia do Zaire.

A economia de serviços de Moçambique

Tal como em Angola, a economia colonial de Moçambique dependeu do trabalho forçado na agricultura e do domínio português do emprego especializado e do comércio interno. A produção industrial, despoletada pelo aumento da população colona e pela abertura ao investimento sul-africano e estrangeiro em geral, cresceu quase 7 por cento ao ano

entre 1957 e 1970. As culturas moçambicanas, produzidas nas plantações e por camponeses, forneciam o grosso das exportações. Embora a produção de cereais não criasse propriamente um excedente exportável, o mercado urbano era alimentado sobretudo por arroz e milho produzidos no interior do país.

A transição para a independência foi marcada pelo declínio em todos os sectores, sobretudo devido ao êxodo dos colonos. No período entre 1973 e 1975, a produção agrícola caiu 11 por cento, a industrial 38 por cento e os serviços 28 por cento; o declínio geral foi de 21 por cento. Contudo, Moçambique diferiu de Angola em vários e importantes aspectos. Ao contrário de Angola, Moçambique não experimentou uma guerra inicial que acelerou a divisão entre cidade e campo. E o sector de que dependia estruturalmente era totalmente diferente do enclave petrolífero de Angola. Em 1973, as receitas moçambicanas em moeda externa dividiam-se igualmente entre as exportações, produtos agrícolas e serviços. Os serviços de transportes e trabalho migratório estavam ligados não a um mercado mundial mas a países vizinhos. As suas perspectivas económicas dependiam do conflito regional assim como de factores económicos.⁷

O sector de serviços moçambicano – incluindo os serviços ferroviários para todos os países do interior, assim como o trabalho migratório para a África do Sul e Rodésia – era altamente vulnerável às tensões políticas bilaterais e à perda de confiança de negócios no seio dos exportadores, importadores e empregados. Ao contrário das plataformas petrolíferas costeiras, era um sector à mercê dos ataques de sabotagem. Tinha um impacto directo na economia agrícola dado que, ao contrário do petróleo, criava emprego que, em condições normais, garantia às famílias receitas para investir na agricultura. Os cortes na economia de serviços tiveram consequências sociais distintas nas diferentes partes do país. As drásticas reduções nessas fontes de receitas, em finais da década de setenta e inícios da de oitenta, somadas aos cortes na produção agrícola, deixaram o país sem outra fonte importante de moeda externa a não ser a boa vontade dos doadores internacionais.

Sem dúvida que os cortes nas receitas de serviços foram resultado principalmente de factores externos, e que as decisões políticas do Estado sul-africano desempenharam um grande papel. Mas é demasiado simplista vê-los como uma aplicação orquestrada das pressões económicas de Pretória. Os cortes iniciais nas receitas foram resultado

da aplicação das sanções da ONU contra a Rodésia. Outras reduções resultaram de decisões comerciais de homens de negócios, assim como de políticas do Estado sul-africano. Os fluxos laborais e os níveis de comércio dependeram de negociações e da administração de acordos que foram afectados pela falta de capacidade de gestão de Moçambique, assim como pela hostilidade sul-africana. A sabotagem de estruturas de transportes, e mesmo a sua destruição directa, tiveram efeitos indirectos, sobrecarregando a capacidade de gestão e reduzindo a confiança dos potenciais clientes.

Moçambique decidiu aplicar as sanções da ONU contra a Rodésia e renovar o apoio activo à guerra de guerrilhas após o fracasso das conversações de 1975-76. Entre Março de 1976, altura em que a fronteira foi encerrada, e o acordo de Lancaster House de finais de 1979, os estragos na economia moçambicana foram estimados em 556 milhões de dólares, o equivalente a mais de dois anos de receitas de exportações.⁸ Esta política contribuiu decisivamente para a independência do Zimbabwe. Em resultado, Moçambique passou a ter um aliado, em lugar de um inimigo, nos 1.200 kms de fronteira, e a cooperação económica entre Moçambique e o Zimbabwe constituiu a espinha dorsal dos planos da SADCC para restaurar a rede regional de transportes.

Mas o impacto inicial constituiu um fardo tremendo. Atingiu particularmente as províncias centrais, interrompendo o trabalho migratório para a Rodésia e atingindo a economia da Beira, dependente dos transportes. As suspeitas regionais em relação ao Sul foram reforçadas. Com a permanência das redes de informações rodesianas no terreno, tratava-se de um ambiente favorável à Renamo.

Os cortes sul-africanos no trabalho migratório também começaram em 1976, e o número de mineiros moçambicanos caiu de 118.000 em 1975, para 41.000 em 1977. A redução foi sobretudo resultado da decisão da indústria mineira de reduzir a dependência em relação à força de trabalho estrangeira, de forma a reduzir a sua vulnerabilidade às mudanças políticas.⁹ Com a subida do preço do ouro na década de setenta, as minas conseguiam subir os salários e recrutar mais mão-de-obra das zonas rurais da África do Sul; a proporção de mineiros sul-africanos subiu de 25 por cento, no início da década de setenta, para cerca de 60 por cento na década de oitenta, vindo a maioria dos restantes trabalhadores do Lesotho. A queda acentuada no recrutamento de moçambicanos em 1976 foi também facilitada, inadvertidamente

te, por decisões administrativas moçambicanas que impuseram aos recrutadores sul-africanos que encerrassem dezassete dos vinte e um escritórios que tinham em Moçambique.¹⁰

Os cortes restringiram severamente as oportunidades de emprego assalariado no Sul de Moçambique rural, desde há muito dependente da migração para as minas. Mas a zona de língua Ndau do Sul de Manica e Sofala foi também duramente atingida. Enquanto que o recrutamento a partir do Sul foi reduzido, no centro de Moçambique, zona limite do recrutamento, praticamente desapareceu.¹¹ Em negociações subsequentes com a Câmara das Minas, Moçambique conseguiu ligeiros aumentos no volume do recrutamento.¹² Mas em 1986, coincidindo com a invasão do centro de Moçambique pela Renamo, e com a morte do presidente Machel, o governo sul-africano anunciou a expulsão de todos os mineiros que terminassem os seus contratos. A indústria mineira, que necessitava dos trabalhadores moçambicanos experientes, conseguiu pressionar no sentido de reter cerca de 40.000 em postos que requeriam mais preparação.

Os serviços internacionais de transportes de Moçambique, que antes da independência contribuía com a maior parte do excedente em divisas, eram vulneráveis a forças externas e facilmente sabotáveis. As exportações sul-africanas através de Maputo caíram 20 por cento entre 1973 e 1975, e prosseguiram em declínio gradual até 1980. Quedas acentuadas levaram, em 1988, a um volume de apenas 7 por cento do de 1973. Em parte, esta situação deveu-se a decisões comerciais, na medida em que os clientes optaram por portos sul-africanos mais seguros ou mais bem geridos. Mas houve também pressões políticas por detrás do redireccionamento do comércio. A sabotagem desempenhou um papel importante, na medida em que reduziu em mais de 60 por cento a capacidade das ligações ferroviárias de Maputo com a África do Sul e a Swazilândia por volta de 1987, e que levou à interrupção da linha do Limpopo entre Maputo e o Zimbabwe a partir de 1984. O comércio do Zimbabwe através do porto de Maputo foi forçado a transitar pela África do Sul, gerando receitas para as linhas ferroviárias estatais sul-africanas.

O tráfico directo do Zimbabwe através da Beira recuperou significativamente após a independência do Zimbabwe, apesar da guerra. As tropas zimbabweanas e o investimento internacional na reabilitação do porto e do caminho de ferro, através do sector de transportes da SADCC, tornaram possível transportar mais de um mi-

lhão de toneladas por ano por volta de 1987. Mas as sabotagens afectaram duramente o tráfico na linha que ia da Beira para as minas de carvão da província de Tete e para o Malawi. Por volta de 1986, a linha deixou de funcionar completamente, na sequência da sabotagem de uma ponte ferroviária sobre o rio Zambeze. Em finais da década de oitenta, o tráfico total através da Beira continuava a não ultrapassar os 10 por cento dos níveis anteriores à independência. A linha setentrional que ia do porto de Nacala para o Malawi declinou gradualmente até 1983, e depois disso o tráfico internacional foi totalmente interrompido, enquanto que o doméstico, até Nampula, foi reduzido ao mínimo.

Assim, o transporte, que antes da independência gerava um excedente de mais de 100 milhões de dólares em divisas, equilibrando o défice comercial, produzia apenas um excedente de 67 milhões em 1980. Esse excedente caiu para menos de 1 milhão de dólares em 1985, e em 1990 só havia recuperado para 36 milhões. Tal como no caso da indústria petrolífera angolana, o sector de transportes internacionais de Moçambique dependia da gestão estatal e dos negócios com o exterior. Mas muitos dos interesses externos tinham razões económicas e políticas para travar, e não para impulsionar os esforços de recuperação de Moçambique. Para referir apenas um exemplo, 75 por cento dos fretes manuseados através dos portos moçambicanos eram controlados pela sul-africana Manica Freight Services. Em 1983, Dion Hamilton, director dos escritórios da Manica na Beira, foi denunciado como chefe de uma rede que fornecia armas e informações à Renamo.¹³

Uma contradição do mesmo tipo era visível nos destinos do gigantesco empreendimento hidroeléctrico de Cahora Bassa, construído pelos portugueses para fornecer energia eléctrica à África do Sul através de uma linha que se estende por mais de 890 kms no interior de Moçambique.¹⁴ Tratava-se de um importante meio de geração de divisas. A linha foi sabotada pela primeira vez, por ordem sul-africana, em 1982. Em 1984 e 1988, logo após novos encontros entre portugueses, sul-africanos e moçambicanos destinados ao reinício da operação, centenas de torres adicionais foram deitadas abaixo. O prejuízo de tal facto para os interesses sul-africanos era relativo, uma vez que nessa altura a África do Sul tinha capacidade excedente de produção de energia. Em lugar de vender a energia de Cahora Bassa à África do

Sul, Moçambique foi forçado a gastar quase 500 milhões de dólares em electricidade oriunda da África do Sul para o Sul do país.

A incapacidade de repor as receitas de serviços e o declínio das exportações agrícolas reflectiram-se na escalada da crise da balança de pagamentos. Em 1975, a receita dos serviços permitia ainda enfrentar o défice comercial, deixando um excedente de 37 milhões de dólares. Mas o défice corrente cresceu para 235 milhões de dólares em 1977; em 1980 era de 561 milhões e em finais da década de 1980 ultrapassava regularmente o bilião de dólares por ano. Esta desesperada situação financeira determinou o contexto de todas as políticas governamentais. Ao contrário de Angola, havia pouco para a defesa ou para a importação de alimentos. Moçambique evitou assim a armadilha de deixar cair o desenvolvimento rural no esquecimento. Mas tanto os recursos como as políticas eram insuficientes e cedo o país teve que procurar o apoio dos doadores externos.

Nem os problemas de Moçambique nem as suas políticas no sector de serviços estavam ligadas particularmente à sua opção pela ideologia socialista. Em vez disso, resultavam principalmente do contexto do conflito regional e, em segundo lugar, da falta de capacidade de gestão. E afectaram a guerra fundamentalmente mais pelos recursos que não estavam disponíveis do que por iniciativas específicas que falharam. O fracasso na frente agrária foi muito mais complicado.

A economia agrária de Moçambique

Tal como em Angola, a economia agrária de Moçambique foi devastada pelo êxodo dos colonos. Ao contrário de Angola, porém, a destruição de infraestruturas pela guerra aconteceu mais tarde, e até 1980 estava confinada sobretudo às áreas fronteiriças com a Rodésia. Não havia divisas fáceis à disposição para importar comida. E a história da Frelimo prestava muita importância ideológica no servir os interesses rurais. Nos primeiros oito anos da independência, assim, o desenvolvimento rural mereceu elevada prioridade. O investimento na agricultura tinha lugar de relevo nos planos orçamentais do governo, chegando aos 34 por cento, surgindo em primeiro lugar ou logo a seguir à construção e ao abastecimento de água, que também tinham uma componente rural substancial. O congresso do partido de 1977, que declarou a Frelimo partido marxista-leninista, salientou a agricultura

como 'principal fonte de acumulação' na primeira fase de desenvolvimento do país.¹⁵

Antes da viragem para o desenvolvimento orientado para o mercado, iniciada em 1983, a política agrícola era vista como promotora da socialização e da modernização do campo. Esperava-se que as machambas estatais e a produção camponesa em moldes cooperativos ultrapassassem as machambas privadas comerciais e a produção camponesa familiar. Havia um vigoroso debate entre os que defendiam as machambas estatais e os que favoreciam perspectivas baseadas nos camponeses. Mas só as machambas estatais foram seriamente implementadas, tendo vindo a revelar-se um fracasso económico. Pouco restava do orçamento do desenvolvimento rural para promover a produção camponesa cooperativa ou para apoiar a vasta maioria de camponeses que continuavam a produzir individualmente em moldes familiares. Houve aldeias com cooperativas que tentaram melhorar a vida dos camponeses por meio do aumento da produção agrícola colectiva. Mas eram uma minoria em comparação com as aldeias criadas por razões militares ou administrativas; um grupo ainda menor, favorecido por uma boa direcção ou por acesso a financiamento externo, conseguiu grandes apoios do Estado.¹⁶

No sistema colonial, a produção agrícola comercializada dividia-se quase igualmente entre a produção camponesa, a agricultura colona e as plantações de companhias estrangeiras não-portuguesas. Mas a divisão diferia significativamente segundo as regiões e as culturas.¹⁷ No Sul, as machambas dos colonos controlavam 76 por cento da produção comercializada, os camponeses 20 por cento e as plantações 4 por cento. Além disso, o Sul produzia culturas alimentares – milho, arroz e vegetais – para o grande mercado urbano de Maputo. Nas províncias centrais, incluindo a Zambézia e Tete, Manica e Sofala, as plantações dominavam, com 57 por cento do produto comercializado, seguidas das machambas dos colonos, com 24 por cento, e dos camponeses com 19 por cento. Essas plantações produziam a maior parte de culturas de exportação como a copra, sisal, chá e açúcar. Só no extremo Norte (Nampula, Niassa e Cabo Delgado) é que predominavam as culturas camponesas de rendimento, com 65 por cento da comercialização, contra os 30 por cento das machambas dos colonos e 5 por cento das plantações. As principais culturas de rendimento no Norte eram o algodão e o caju. Em todas as áreas a maior parte da agricul-

tura camponesa tomava a forma de produção de subsistência, concentrada no milho, mapira e mandioca.

O congresso do partido de 1977 decidiu que os camponeses se deviam organizar em 'aldeias comunais' e determinou que fosse concedida prioridade às cooperativas e machambas estatais.¹⁸ Mas a real política de desenvolvimento agrícola incluía apenas a componente das machambas estatais. Como lamentou o congresso do partido de 1983, só 2 por cento dos investimentos na agricultura, entre 1977 e 1981, beneficiaram as cooperativas. O apoio ao sector familiar (pequenos camponeses) 'era virtualmente inexistente'.¹⁹ E, no entanto, as machambas estatais não produziram quanto se esperava, debatendo-se com a má gestão, importações tecnológicas inapropriadas e problemas em orientar uma força de trabalho anteriormente controlada por meio da coerção.

As razões para esta inclinação, considerada pelos críticos tanto de esquerda como de direita como um erro estratégico, eram múltiplas. Haviam sido as machambas dos colonos do Sul, por eles abandonadas, quem fornecera os alimentos à cidade capital. A decisão de continuar a depender dessas mesmas machambas implicava investimentos para as manter em funcionamento. A ingénua convicção de grande parte da direcção na tecnologia e na economia de escala promoveu a generalização e a expansão desta política. Os conselheiros externos, da Europa Oriental e de outras partes, reforçaram esta inclinação. Mas a sua persistência apesar das críticas internas no partido foi também resultado de inércias burocráticas e padrões de acesso derivados do período colonial. No sistema colonial, as machambas dos colonos e as plantações tinham acesso privilegiado ao Estado; essas mesmas empresas, geridas pelo Estado, conseguiam pressionar a burocracia para receber os insumos de que necessitavam. Enquanto que para fornecer serviços às cooperativas ou às famílias camponesas era necessário criar estruturas inteiramente novas. Não surpreende, pois, que a burocracia tenha resistido.²⁰

O programa de 'socialização do campo' nunca ocorreu. As famílias individuais mantiveram mais de 90 por cento da área cultivada e garantiram a subsistência de mais de 80 por cento da população. A produção cooperativa e colectiva das aldeias comunais foi responsável de apenas uma fracção diminuta da produção agrícola. O reasentamento maciço da década de oitenta foi, em primeiro lugar, um reordenamento motivado pela guerra (voluntário e involuntário), em

segundo lugar uma acção administrativa de funcionários que procuravam atingir metas determinadas, e só por fim uma estratégia de desenvolvimento rural.

O Estado colonial não se limitara a servir as machambas dos colonos e as plantações ao obrigar os camponeses a trabalhar. Também tinha apoiado a rede comercial dos colonos, e imposto preços baixos e fixos aos camponeses. O Estado pós-colonial teve sérios problemas de gestão ao lidar com as machambas que recaíram sob o seu controlo. Mas tinha ainda menos capacidade para criar novas instituições que mantivessem a ligação dos camponeses ao mercado.

Os esforços iniciais para substituir os comerciantes rurais portugueses por lojas do povo foram rapidamente abandonados em favor do encorajamento de comerciantes privados e cooperativas de consumo, complementados por compras directas do Estado enquanto comprador de último recurso. Uma lei de 1979 formalizou a legitimidade do estatuto dos comerciantes privados. Em 1981, a rede de comercialização agrícola contava com 3.600 comerciantes privados e 740 cooperativas de consumo, assim como com cerca de 240 postos de aquisição e brigadas móveis do Estado. O Estado continuou a controlar os preços, numa postura pouco inovadora e próxima da prática colonial.

Toda a estrutura foi dificultada pela falta de conhecimentos comerciais por parte do Estado e de muitos comerciantes privados, por uma séria escassez de meios de transporte e armazenagem, por um pesado sistema de estabelecimento de preços e, acima de tudo, pela falta de bens de consumo que os camponeses pudessem adquirir. Por sua vez, esta escassez de bens derivava da falta de divisas e do declínio da produção industrial doméstica. O investimento em grandes projectos consumia a maior parte dos escassos recursos em divisas. Para além da falta de um investimento estatal significativo na extensão ou em insumos para a agricultura camponesa (sementes, enxadas, machados), o quadro geral era de abandono. Para muitos funcionários isto aceitava-se pelo princípio de que a agricultura camponesa, como não necessitava de tecnologia avançada, podia simplesmente tomar conta de si até que as machambas estatais se desenvolvessem o suficiente para servir de polos de atracção e apoio técnico ao resto da população rural.

Esta realidade fundamental era comum a todo o espaço rural moçambicano. Na altura do congresso do partido de 1983, congresso esse que decidiu um maior apoio aos camponeses, a guerra já tinha

ultrapassado as decisões políticas enquanto determinante principal dos resultados agrícolas na maior parte do país. Mas também havia variações regionais importantes, baseadas nos padrões agrícolas anteriores, nas calamidades naturais e no alastramento da guerra.

O investimento prioritário nas machambas estatais concentrou-se no fértil vale do Limpopo, da província de Gaza, onde as terras irrigadas tinham sido anteriormente ocupadas por machambas portuguesas que garantiam a base alimentar de Maputo. Os rendimentos do trabalho migratório para a África do Sul constituíam uma componente fundamental das receitas camponesas nesta zona, complementada quer pelas machambas camponesas quer pelo trabalho assalariado nas machambas comerciais. Na altura da independência, muitos camponeses esperavam ocupar as terras irrigadas anteriormente pertencentes às machambas dos colonos. Em vez disso, o Estado manteve o controlo e aproveitou a oportunidade criada pelas cheias de 1977 para reassentar as famílias camponesas em aldeias comunais, longe do rio e em zonas de agricultura de sequeiro. Em teoria, as machambas estatais deveriam absorver a força de trabalho excedentária e servir de núcleos de desenvolvimento.

Os camponeses aderiram, mesmo se muitas vezes relutantemente. Muitos decidiram tirar partido das vantagens oferecidas pelas novas aldeias, participando activamente nos grupos dinamizadores e nas cooperativas. Mas tal como acontecera no período colonial, as machambas irrigadas (agora dirigidas pelo Estado) e a produção camponesa continuavam em competição directa. As machambas necessitavam de mão-de-obra, especialmente de mão-de-obra sazonal para a colheita do arroz. Mas o trabalho assalariado sazonal não garantia rendimentos suficientes durante todo o ano, além de que interferia na produção doméstica. O Estado colonial tinha forçado os camponeses a trabalhar nas machambas; o Estado pós-colonial exortava-os a fazer o mesmo, recorrendo ocasionalmente à coerção, e experimentou repetidamente escassez de mão-de-obra durante os períodos de pico do ano agrícola.

Além disso, o investimento das machambas estatais em tecnologia de capital intensivo consumia divisas sem fornecer muito mais emprego permanente. As aldeias comunais, sem beneficiar de novos investimentos importantes por parte do Estado, nem de redes de comercialização, não conseguiam absorver a mão-de-obra excedentária. Esta situação acelerou a movimentação para Maputo, assim como a migra-

ção ilegal para a África do Sul. Nas áreas rurais de Gaza, a reassentamento em aldeias comunais aumentou rapidamente, dos 20 por cento da população da província em 1978, para mais de 60 por cento em 1982.²¹ O movimento para essas aldeias foi parcialmente originado por pressões administrativas e, mesmo, coerção, mas muitos foram para lá na esperança de que, tal como a Frelimo prometera, se tratava do caminho para um futuro mais próspero.

Embora as esperanças não se tenham concretizado, como observámos anteriormente, Gaza revelou-se resistente à penetração da Renamo. A guerra só alastrou significativamente em Gaza em finais de 1983. Ou seja, depois do governo ter activamente deixado de promover a aldeação e ter permitido que as pessoas regressassem às suas anteriores zonas. Os movimentos de aldeação que aconteceram mais tarde eram sobretudo compostos por refugiados que fugiam aos ataques da Renamo.²²

Ironicamente, em nenhum outro sítio do país foi o conflito entre machambas estatais e camponeses tão directo quanto em Gaza, onde ambos os sectores pugnavam pelo acesso às valiosas e escassas terras de regadio. A criação de aldeias foi anterior e mais extensa do que em qualquer outro local à excepção de Cabo Delgado, onde precedeu a independência. Todavia, a evidência de ressentimentos contra as aldeias como forma de apoio à entrada da Renamo ocorreu principalmente no centro de Moçambique e em Nampula.²³ A província com menos aldeias comunais em 1982 era a Zambézia, com menos de 2 por cento das populações aldeadas. Todavia, em meados da década de oitenta a Zambézia foi palco das vitórias militares talvez mais importantes da Renamo. Não há, portanto, claramente, uma ligação directa entre criação de aldeias e apoio à Renamo.

A procura de relações mais complexas requeriria estudos mais aprofundados sobre o ritmo e carácter da criação de aldeias e a sua relação com a guerra nas diferentes províncias. Contudo, na base dos dados existentes parece plausível que as diferenças se podem relacionar não só com a diversidade étnica ou com diferentes bases económicas do campesinato nas diversas áreas, mas também com a altura e motivação do reassentamento. Antes de 1978, e ainda, mesmo, em 1980, as novas aldeias comunais estabelecidas fora do Sul eram poucas e resultaram largamente da mobilização voluntária.²⁴ O impulso para um reassentamento mais compulsório resultou sobretudo da aceleração da guerra, que se começou por verificar primeiro e com

mais intensidade no centro de Moçambique e, depois, em Nampula. Tanto em Manica como em Nampula, os relatórios indicam que o facto dos administradores seguirem cegamente as orientações para a promoção de aldeias comunais também desempenhou um papel importante.²⁵ Mas mesmo nesses casos, a pressa para reassentar – e o recurso à força – constituiu principalmente uma resposta militar à ameaça da guerrilha. De qualquer forma, a política nacional começou a mudar em finais de 1982.

A Comissão Nacional das Aldeias Comunais foi dissolvida em 1983, o que mostra que o fluxo populacional que se seguiu, em direcção às aldeias – mais importante em número – constituiu reacção e não parte dos esforços de desenvolvimento. Por essa altura, a crise de moeda externa tinha imposto restrições ainda mais apertadas aos novos esforços para apoiar a agricultura camponesa. Simultaneamente veio a escalada da guerra e a pior seca de que há memória, afectando particularmente as zonas Sul e centro.

A seca iniciou-se em finais de 1981 e foi-se progressivamente agravando.²⁶ Os esforços de emergência do governo, que em 1979 havia enfrentado uma seca anterior, foram alvo de ataques da Renamo. Entretanto, as receitas da exportação caíam de 281 milhões de dólares em 1981, para 96 milhões de dólares em 1984. Em 1983, o serviço da dívida, de 384 milhões de dólares, ultrapassava os novos empréstimos, estimados em 339 milhões. Moçambique apelou então para um aumento da ajuda alimentar internacional, mas a resposta foi significativamente adiada para o ano seguinte, depois de Moçambique ter conseguido convencer os EUA de que a sua viragem para o Ocidente era genuína. Nessa altura a seca já declinava mas cerca de 100.000 pessoas tinham morrido.

O quarto congresso do partido Frelimo, em Abril de 1983, foi caracterizado por um vigoroso debate interno, onde sobressaíram o reconhecimento dos erros em negligenciar os camponeses, e a resolução de se procurar um novo rumo. Esse rumo, porém, viria a ser moldado menos pelas iniciativas dos moçambicanos do que pela esmagadora dependência em relação aos doadores externos.

Ajustamentos estruturais e dependência em relação à ajuda

No início da década de oitenta, mesmo antes dos programas de ajustamento estrutural, os líderes máximos de Angola e Moçambique es-

tavam conscientes das múltiplas fraquezas das economias dirigidas pelo Estado. Apelaram para uma maior abertura aos comerciantes privados, mais atenção às necessidades dos camponeses e uma utilização mais eficiente dos mecanismos de mercado. Havia que assegurar que o Estado retivesse o controlo geral e o impulso do mercado livre que assinalou o fim da década demorava a mostrar-se evidente. Mas a incapacidade do Estado para restaurar a economia aos níveis de antes da independência era óbvia. Eram raras as empresas estatais que não perdiam dinheiro. As taxas de câmbio oficial estavam tão longe das do mercado negro que era impossível ignorá-lo. A escassez de mercadorias revelava-se nas prateleiras vazias das lojas, enquanto que os mercados paralelos não-controlados irrompiam por toda a parte, com preços elevadíssimos. A escassez de bens reduzia ainda mais os incentivos para que os camponeses produzissem alimentos ou culturas de exportação.

Foi a moeda externa que parece ter sido decisiva na determinação de respostas significativamente diferentes nos dois países. Com a queda dos preços mundiais do petróleo, Angola introduziu uma série de planos de ajustamento económico entre 1983 e 1990. Os planos visavam introduzir ajustamentos nas taxas de câmbio e nos preços, frear as importações, encorajar os produtores rurais, controlar as folhas de salários governamentais e reduzir o papel do Estado no planeamento. Mas só o programa de 1990, introduzido um ano após Angola ter aderido ao Banco Mundial, parece ter sido implementado de forma mais do que apenas fragmentária. Desde 1986 que a balança de pagamentos de Angola se apresentava continuamente negativa, com um défice de 300 milhões de dólares, e registava um défice anual de mais de 900 milhões em 1989.²⁷

A resistência à implementação dos planos de ajustamento veio dos burocratas e de grandes interesses subterrâneos edificados na operação dos mercados paralelos. As taxas de câmbio fixas, por exemplo, significavam que as passagens aéreas para as viagens ao exterior podiam ser adquiridas em moeda local por pouco mais que o preço de algumas caixas de cerveja. Os comerciantes viajavam regularmente para Portugal e para o Brasil para comprar bens de consumo, que eram trazidos como excesso de bagagem e vendidos no mercado paralelo. Outras negociatas, menos visíveis, geravam lucros ainda maiores.²⁸

Em última instância, o ajustamento das política económica em Angola – com as suas desvalorizações, descontrolo dos preços e despe-

dimentos dos trabalhadores do governo – ganhou ímpeto no último ano antes do acordo de paz de Maio de 1991. Os efeitos negativos vieram a tempo de desgastar a credibilidade do governo ainda antes das eleições de 1992, mas os efeitos positivos no aumento da produção só se começaram a fazer sentir quando a guerra foi retomada.

A história de Moçambique foi diferente. Ali, as mudanças políticas de 1983 resultaram do reconhecimento dos fracassos internos e do aumento do fardo da guerra. A crise de moeda externa surgiu abruptamente e mais cedo; as políticas levadas a cabo em seguida passaram a ser, em grande medida, determinadas pelos doadores, cujas doações e empréstimos preencheram a lacuna.

Houve já bastante investigação sobre os programas de ajustamento estrutural em Moçambique, tendo-se estabelecido consenso relativamente a diversos aspectos, apesar das significativas diferenças entre defensores e oponentes do pacote-tipo do Banco Mundial.²⁹ A liberalização dos preços, as desvalorizações sucessivas e uma importante concessão de novas doações e empréstimos travaram o acelerado declínio macro-económico. A taxa de crescimento do PIB passou a ser positiva em 1986, com 1 por cento, e rondou os 4,5 por cento nos três anos seguintes. Mas o crescimento diminuiu novamente em 1990, e voltou a ser negativo em 1992, em resultado da seca. Embora parte da nova ajuda fosse em créditos, o fardo da dívida continuou a aumentar descontroladamente, de 2,7 biliões de dólares em 1985, para 4,7 biliões em 1991. O défice comercial e de serviços atingia mais de 500 milhões de dólares anuais. Mesmo em termos macro-económicos, manter a taxa de crescimento dependia do fim da guerra e do prosseguimento da ajuda internacional, assim como de uma boa política de preços.

Entretanto, os cortes nos orçamentos governamentais para a saúde e educação, o fim do controlo dos preços dos produtos básicos de consumo, assim como outras medidas do género, tiveram o previsível efeito de pressionar ainda mais a população urbana pobre. Segundo um relatório do UNICEF de 1989, mais de um quarto dos residentes urbanos, e de metade dos periurbanos, viviam em condições de pobreza absoluta.³⁰ Os salários urbanos reais declinaram significativamente com a inflação, particularmente após o desaparecimento do racionamento alimentar urbano. Os substanciais cortes nos orçamentos da saúde e da educação afectaram ainda mais estes serviços, também nas zonas rurais. A educação e a saúde, com 17 e 7 por cento, respectiva-

mente, do orçamento de 1986, tiveram uma queda combinada para apenas 3,2 por cento em 1991.³¹

Em teoria, tais dificuldades seriam temporárias e compensadas pelo aumento da produção rural em resposta à elevação dos preços. Isto acabaria por levar à produção de mais comida para as cidades e para exportação, e os rendimentos serviriam para financiar a continuação do crescimento, prosseguia o argumento. Na prática, é controverso, mesmo no caso de países africanos em circunstâncias mais favoráveis. No Moçambique em guerra, ainda debatendo-se com a falta de preparação do período pós-colonial, o resultado foram condições ainda mais duras sem qualquer recuperação importante. Cedo os relatórios do Banco Mundial repetiam as preocupações do governo de que os cortes nos serviços sociais e na capacidade do Estado podiam levar a economia para baixo dos níveis mínimos a partir dos quais já não seria possível recuperar.

O grande influxo de ajuda externa, acompanhada de pessoal estrangeiro e caro, protelou o colapso mas raramente operou no sentido da capacitação de Moçambique. O pacote de apoio à vida chegou mesmo a erodir a capacidade de Moçambique para promover uma política efectiva de desenvolvimento. Particularmente nas zonas rurais, a melhoria das receitas ocorreu apenas no seio de uma pequena minoria com acesso aos mercados e aos insumos agrícolas. O governo, considerando os fracassos anteriores, atribuiu grande importância ao fornecimento de apoio aos agricultores camponeses através da recuperação de redes de comercialização rural. Mas estes programas mereceram escasso financiamento dos doadores, preocupados em apoiar as machambas comerciais ou os seus próprios programas individuais de emergência.

A diminuição do papel do Estado era, em parte, objectivo explícito dos programas de assistência ideologicamente orientados, particularmente os da USAID.³² Mas o pacote normal de ajustamento e a presença massiva da ajuda também produziram resultados indirectos que alarmaram muitos doadores.³³ Particularmente prejudicial foi o efeito da crescente corrupção e competição pelo escasso pessoal moçambicano com habilitações.

Até meados da década de oitenta, a direcção e a administração estatal de Moçambique – quaisquer que tenham sido as suas faltas – tinham uma bem merecida reputação de honestidade e trabalho árduo. Após o ajustamento estrutural, os moçambicanos a todos os níveis dei-

xaram simplesmente de poder ganhar a vida na base dos salários oficiais. Entretanto, um simples motorista de uma organização internacional em Maputo ganhava mais, em dólares, que um funcionário público de nível superior. Os salários de cerca de 3.000 cooperantes estrangeiros chegavam, somados, a 180 milhões de dólares, três vezes mais que os salários totais dos 100.000 moçambicanos do funcionalismo público (incluindo o pessoal da educação e da saúde).³⁴ Mesmo os trabalhadores do Estado mais honestos tinham de recorrer a expedientes; um número importante aderiu entusiasticamente ao espírito do mercado livre, envolvendo-se em corrupção em larga escala. Um número cada vez maior, incluindo alguns dos mais competentes, decidiu aceitar as atractivas ofertas, passando a trabalhar para as agências internacionais de ajuda ou para o sector privado.

Outra consequência indirecta foi a influência cada vez mais importante dos doadores externos nas decisões políticas. Sem dúvida que tal era inevitável, dado que a assistência externa representava, sem dúvida, a maior componente de divisas, e virtualmente a única fonte de investimento de capital do governo e, mesmo, uma parte importante das despesas correntes em muitos ministérios. Mas as consequências foram enormes.³⁵ Em 1990 trabalhavam em Moçambique não menos de trinta e duas agências multilaterais, quarenta e quatro doadores bilaterais de trinta e cinco países, e 143 organizações não-governamentais estrangeiras de vinte e três países.³⁶ Grande parte do seu pessoal trabalhava sob contratos de curta duração e tinha pouco conhecimento da situação local. Estruturas paralelas, assessoria externa contraditória, rivalidades organizacionais e pressão sobre o pessoal moçambicano para preparar os seus colegas estrangeiros abalaram ainda mais a limitada capacidade de gestão de Moçambique.

Em resultado, surgiram políticas que, em vez de alterar a situação de esquecimento a que o campesinato tinha sido votado, forneceram oportunidades de mercado apenas para uma minoria, deixando a maioria na mesma situação ou na dependência da ajuda alimentar. Sem o fim da guerra, evidentemente que as políticas económicas só parcialmente podiam ser eficazes. Mas muitos caminhos promissores sugeridos pelos políticos moçambicanos não foram completamente explorados porque não coincidiam com as prioridades dos doadores. Ainda mais fundamental era o facto que poucos doadores se mostraram dispostos a proporcionar as necessidades básicas de segurança. A Grã-Bretanha treinou tropas moçambicanas mas a maior parte dos

restantes países nem sequer se dispôs a fornecer ajuda militar não-letal como, por exemplo, blindados para as colunas da ajuda, equipamento de comunicações para o exército ou uniformes para os soldados. As entidades privadas que decidiram investir em Moçambique tiveram que incorporar os custos da protecção nos seus cálculos, mas poucos doadores responderam aos repetidos apelos para fornecer apoio de segurança aos projectos de desenvolvimento ou, mesmo, às acções de ajuda de emergência.

O governo moçambicano apelou firmemente para que os esforços de emergência fossem ligados à reabilitação e ao desenvolvimento, através da disponibilização de instrumentos de trabalho e sementes, da recuperação dos serviços sociais, do abastecimento em bens de consumo para encorajar a nova produção de alimentos para o mercado, e outras medidas deste tipo.³⁷ No entanto, a política da ajuda considerava que a ajuda alimentar importada era o passo mais fácil de dar; os outros elementos do apelo raras vezes mereceram resposta. Os argumentos moçambicanos em favor da aquisição local dos bens de emergência esbarravam com as exigências da ajuda, que favoreciam a importação de produtos. Os fundos para o desenvolvimento de uma rede de transportes interna eram escassos, mesmo depois de o governo ter procurado o apoio de transportadores e comerciantes privados. Quanto aos programas de agricultura, era muito mais fácil achar recursos para os agricultores comerciais do que para os camponeses; a USAID, por exemplo, limitou especificamente o seu apoio aos agricultores comerciais.

Evidentemente que a política perfeita não surgia claramente aos olhos dos moçambicanos ou dos assessores estrangeiros. E, quaisquer que fossem as políticas adoptadas, a implementação continuaria a ser um problema. Mas o pacote de ajustamento estrutural, se já era de eficácia questionável em tempo de paz, pouco prometia para um país em guerra para além da continuação da dependência da ajuda. A base institucional de uma economia independente estava ainda por estabelecer. Nem os esforços iniciais de Moçambique após a independência, nem as políticas viradas para os doadores da década de oitenta estabeleceram um quadro económico viável para substituir o sistema colonial baseado na coerção. A margem de sucesso era limitada tanto pela herança colonial como pela guerra. Mas é certo que os erros na formulação e implementação das políticas são da responsabilidade tanto dos doadores quanto dos moçambicanos.

Desintegração social e luta pela sobrevivência

Como podemos, assim, resumir a interacção entre políticas económicas pós-coloniais e as guerras? Em que medida é que políticas alternativas poderiam ter feito a diferença? Obviamente que cada fracasso económico privou o Estado de recursos com os quais combater a guerra, e de apoio público originado pela prosperidade. No entanto, mesmo as políticas mais esclarecidas dificilmente teriam criado recursos suficientes para uma defesa cabal. Nem teriam conseguido estabelecer um novo quadro produtivo ligando a cidade ao campo, dado que essas ligações eram os alvos mais vulneráveis de uma guerra que visava precisamente destruir as infraestruturas civis. Tal como as agências de desenvolvimento descobriram rapidamente, cada novo projecto que dotava a comunidade local de recursos atraía logo os ataques dos insurgentes.

Se o principal impacto negativo das políticas económicas na guerra foi produzido pelas políticas ‘socialistas’ que atingiram grupos sociais como os camponeses ou os aspirantes a empresários, então ele podia ter sido corrigido simplesmente acabando com essas políticas e deixando o mercado funcionar no sector privado. Mas tais casos, mais do que a regra, eram a excepção. Nem Angola nem Moçambique se pareceram remotamente com a imagem do Estado de tipo stalinista que extraía excedentes do campesinato e reprimia agressivamente os empreendimentos privados. A questão fundamental era, antes, a incapacidade de criar estruturas institucionais nacionais capazes de apoiar as iniciativas económicas, quer públicas quer privadas. Tal tarefa, já de si difícil em circunstâncias melhores, foi tornada praticamente impossível pela guerra. Os sectores relativamente bem sucedidos – como os primeiros programas sociais de Moçambique ou a indústria petrolífera angolana – não conseguiram compensar o círculo vicioso da guerra e dos fracassos das políticas.

O resultado, para a sociedade e para o Estado, foi a aceleração da desintegração social e o recurso a estratégias de sobrevivência imediata. O Estado perdeu capacidade e legitimidade, mas sem que estas fossem transferidas proporcionalmente para os insurgentes. A resposta predominante de quase todos os sectores da sociedade foi a procura de segurança física e económica onde quer que ela pudesse ser encontrada.

No campo, o vasto movimento de população à procura de sobreviver excedeu de longe o número daqueles que foram transferidos pelas campanhas de reordenamento do governo ou levados à força pelos insurgentes. No início da década de noventa, cerca de 1,9 milhões de moçambicanos – mais de 10 por cento da população – eram refugiados nos países vizinhos. Outros 4 milhões, quase 25 por cento da população, estavam deslocados no interior do país.³⁸ Cerca de 425.000 refugiados angolanos viviam no Zaire ou na Zâmbia; cerca de 800.000 pessoas do campo estavam deslocadas por alturas do cessar-fogo de 1991, de uma população total de quase 11 milhões.³⁹

O tipo de movimentação era complexo, mas as direcções gerais eram claras: para fora das zonas de guerra em direcção a locais mais seguros e que oferecessem alguma possibilidade de assegurar a vida. A ajuda alimentar constituía um incentivo, mas sempre que possível os refugiados e deslocados procuravam a oportunidade de voltar a cultivar ou encontrar emprego. Muitos procuraram formas de permanecer nas suas terras, arranjando esconderijos sempre que houvesse ataques dos insurgentes ou rusgas governamentais, ou então procurando acomodar-se ao exército prevalecente na zona. Centenas de milhares percorriam longas distâncias até aos seus campos durante o dia, retornando às vilas protegidas ou aos esconderijos do mato à noite. A decisão de ficar ou fugir era influenciada não só por ligações 'tradicionais' a determinados lugares e pela guerra, mas, também, por razões económicas práticas tais como a medida do investimento em árvores de fruto e o conhecimento das condições agrícolas locais. Mesmo quando os camponeses se encontravam reduzidos à produção de subsistência, a procura de acessos ao mercado para abastecimentos tais como enxadas e roupa, constituía elevada prioridade. E tais abastecimentos, se os havia, estavam disponíveis nas zonas controladas pelo governo e não nas zonas dos insurgentes.

A fuga para as cidades, antes do ajustamento estrutural, podia significar uma oportunidade para entrar nas listas dos abastecimentos alimentares subsidiados, ou de encontrar um parente nessa situação. Mas com uma actividade económica urbana ainda muito abaixo dos níveis anteriores à independência, a hipótese de se conseguir um emprego no sector formal, para os recém-chegados, era muito remota. O resultado foi uma economia informal em expansão e na vizinhança da actividade criminal. Oficialmente reprimidas, as transacções do mercado negro cedo foram ultrapassadas pelo geralmente tolerado comér-

cio do mercado paralelo. Ambos eram ambientes competitivos abertos, nos quais o sucesso dependia da sagacidade, talento empresarial e falta de escrúpulos, assim como da cumplicidade ou tolerância de funcionários em posições-chave. Em Angola, este sector, alimentado pela riqueza do petróleo e num contexto de mais profunda ruptura entre a cidade e o campo, cresceu antes e mais. Mas estava presente em ambos os países.

A desigualdade no interior do ambiente urbano constituía um resultado parcial da economia estatal formal. Um número relativamente restrito de funcionários tinha acesso a bens adicionais, lojas especiais ou divisas, em consequência da sua posição. Esses privilégios relativos forneciam apenas, contudo, níveis modestos de consumo. Mesmo em Angola, como verificou um observador bem informado no início da década de oitenta, os funcionários superiores 'viviam confortavelmente, com acesso a modestos bens de consumo que se podiam encontrar em qualquer casa da classe média do Ocidente'.⁴⁰ Em Moçambique, nos primeiros anos da independência, os funcionários da Frelimo tinham reputação de viver uma vida relativamente modesta. Mesmo quando as dificuldades aumentaram, havia ainda a impressão popular de que os líderes também faziam sacrifícios.

Contudo, a economia informal que funcionava à sombra do sistema controlado pelo Estado, assim como o ambiente de mercado livre que se seguiu ao ajustamento estrutural, operavam com base em princípios diferentes. Especialmente em Angola, mais rica, aumentou o fosso entre aqueles que, no sector privado ou no Estado, sabiam como utilizar o sistema em benefício próprio, e os outros que, destituídos de oportunidades ou conhecimentos, ou tendo mais escrúpulos, não o faziam. Era fina a linha entre as adaptações necessárias para sobreviver e a corrupção explícita baseada na ganância – mas sem dúvida que o número daqueles que atravessaram essa linha continuou a crescer.

O acesso aos proventos da economia informal era claramente facilitado pelo parentesco ou pelos laços pessoais e étnicos com funcionários do partido e do Estado. Mas estava também aberto aos oportunistas enérgicos de qualquer proveniência. Nenhum grupo podia afirmar convincentemente ter sido excluído ou deixado sem outra saída para a sua ambição a não ser aderir à insurgência. Com a viragem para as economias de mercado, as oportunidades de negócios legítimas ou ilegítimas, foram abertas a empresários privados de diversas proveniências. Essas oportunidades variavam segundo o aces-

so ao Estado, assim como com as disparidades raciais e regionais herdadas do colonialismo. A ineficácia do Estado prejudicou as perspectivas de empresários privados de todos os grupos, mas fora das grandes cidades os ataques dos insurgentes foram um obstáculo mais substancial ao comércio.

Apesar das suas declarações abertas em favor da liberdade de negócios e do bem-estar dos camponeses, os insurgentes não conseguiram oferecer modelos alternativos atractivos ou opções práticas, quer para os habitantes do campo quer para os da cidade. A lógica da sua estratégia de guerra implicava antes a destruição da propriedade estatal e das iniciativas privadas nas zonas controladas pelo governo. E os seus próprios esforços económicos incidiram na manutenção das suas máquinas militares. Os camponeses sofriam impostos em produtos e trabalho. Os lucros conseguidos pelos insurgentes com o comércio de marfim ou diamantes iam para a organização e para os seus líderes, ou para intermediários dos países vizinhos, sendo mínimos os benefícios dos civis, com a possível excepção da zona da Jamba.

As deserções de apoiantes do governo para o lado dos insurgentes no mato, ou as ofertas de apoio clandestino, eram extraordinariamente raras, de modo algum proporcionais à perda de apoiantes por parte do governo devido aos seus fracassos económicos. Como partidos no poder, a Frelimo e o MPLA arcaram inevitavelmente com a maior parte das culpas pelo desastre económico. Mas os angolanos e moçambicanos comuns sabiam bem que a principal ameaça à sua vida vinha da guerra. Por isso as culpas eram atribuídas principalmente aos insurgentes ou, cada vez mais, a ambos os lados.

Na altura dos acordos de paz de 1991-92, era difícil, quer para os potenciais votantes quer para os observadores externos, encontrar diferenças plausíveis, políticas ou ideológicas, entre os regimes e os insurgentes. Ao nível da base, um desejo esmagador de paz e de possibilidade de refazer a vida era acompanhado de um cepticismo generalizado em relação aos líderes políticos. Todos concordavam que as soluções económicas efectivas dependiam de uma paz duradoura. Mas a paz não era ameaçada pelas exigências sociais e económicas do eleitorado que votava pelos insurgentes na base de lealdade étnica ou de sentimento anti-regime, ou pela resistência dos regimes às reformas propostas pelos rebeldes. Pelo contrário, a paz era refém das ambições

dos líderes rebeldes sem outra plataforma a não ser substituírem eles próprios os residentes dos corredores do poder.

Notas

¹ People's Republic of Mozambique (1984), 41-2.

² Ver as fontes referidas na Introdução, nota 6.

³ As principais fontes gerais sobre a economia angolana incluem Hodges (1987, 1993), World Bank, *Angola* (1991), Hermele, *Angola* (1988), Sogge (1992).

⁴ Economist Intelligence Unit, *Country Report, Angola* (1993, 3º Trimestre), 22.

⁵ Hodges (1987), 40.

⁶ Ver especialmente Birmingham (1992), 96-101.

⁷ As principais fontes consultadas a respeito de Moçambique incluem Isaacman e Isaacman (1983), Brochmann e Ofstad (1990), Hermele, *Mozambique* (1988), assim como documentos recentes do governo moçambicano e do Banco Mundial.

⁸ People's Republic of Mozambique (1984), 30.

⁹ Roesch, *Central Mozambique* (1993), 4; Crush, Jeeves e Yudelman (1991), 108 e segs.

¹⁰ As receitas em moeda externa provenientes do trabalho migratório sofreram mais um golpe em 1978, quando a Câmara das Minas renunciou unilateralmente a um acordo anterior com os portugueses, segundo o qual uma parte dos salários dos mineiros paga após o seu regresso a Moçambique era transferida em ouro a preços oficiais. O governo português conseguira assim ganhar com a diferença entre o preço oficial do ouro e o preço no mercado mundial.

¹¹ Roesch, *Central Mozambique* (1993).

¹² Crush, Jeeves e Yudelman (1991), 111 e segs.

¹³ *Tempo*, 2 de Fevereiro de 1983; também Hanlon (1986), 138-9.

¹⁴ Johnson e Martin (1989), 14-17. Ver também Capítulo 7.

¹⁵ Frelimo, *Directivas Económicas e Sociais* (Maputo, 1977), 20.

¹⁶ Tem havido muita investigação sobre as políticas de desenvolvimento agrícola, particularmente no Sul de Moçambique. As fontes principais baseadas em investigação primária incluem Roesch (1986), Bowen (1986, 1989), Hermele, *Land Struggles* (1988), e artigos subsequentes destes três investigadores.

¹⁷ Wuyts (1978).

¹⁸ Frelimo, *Relatório do Comité Central ao 3º Congresso* (Maputo, 1977), 124-5. Esta incidência foi reiterada pela reunião do Comité Central de 1978, quando se verificou que o apoio às cooperativas e ao sector familiar não estava a ter o devido peso.

¹⁹ Frelimo, *Out of Underdevelopment to Socialism: IV Congress* (Maputo, 1983), 28.

²⁰ Para uma análise deste fenómeno, ver, para além das fontes citadas na nota 16, O'Laughlin (1981), Raikes (1984), Galli (1987).

²¹ Para um resumo das estatísticas sobre as aldeias comunais em 1982, ver Isaacman e Isaacman (1983), 155; Egerö (1990), 96, fornece também números relativos a 1978. Outras fontes são Araújo (1986, 1988), Geffray e Pederesen (1985), e Raposo (1991).

²² Ver Roesch, 'Gaza' (1992); ver também o Capítulo 8.

²³ Ver Capítulo 8.

²⁴ Em 1978, as aldeias comunais acolhiam apenas 0,1 por cento da população em Manica, 1,3 por cento em Sofala e 2,6 por cento em Nampula; em 1980 essas percentagens haviam subido para 5,9 por cento em Manica, 8 por cento em Sofala e 4,3 por cento em Nampula. Em 1982 chegavam aos 25,4 por cento em Manica, 12,6 por cento em Sofala e 7 por cento em Nampula. Não há informação detalhada para o período que se seguiu devido à dissolução da Comissão Nacional das Aldeias Comunais em 1983.

²⁵ Hanlon (1984), 129; Araújo (1988), 13.

²⁶ Hanlon (1991), 20 e segs.

²⁷ Ver Aguilar e Zejan (1990), 31-2. World Bank, *Angola* (1991), 51 e segs.; Hodges (1993), 50-2.

²⁸ Para uma boa descrição, ver Allister Sparks, num artigo no *Washington Post*, 9 de Outubro de 1989.

²⁹ Ver as detalhadas discussões e fontes citadas em Brochmann e Ofstad (1990), e Hanlon (1991). Os artigos importantes incluem Hermele (1990), Bowen (1992), Marshall (1990, 'Structural Adjustment'), Mittelman (1991), Tickner (1992), e Marshall e Roesch (1993).

³⁰ Citado em Brochmann e Ofstad (1990), 166.

³¹ Bowen (1992), 267.

³² Numa declaração involuntariamente explícita, reagindo às críticas ao fracasso na capacitação local e outros problemas técnicos da USAID no transporte da ajuda, o chefe da USAID em Maputo, Julius Schlotthauer, disse a investigadores suecos: 'Estamos conscientes dos fracassos mencionados. Todavia nunca foi intenção política ou da ajuda norte-americana reforçar a administração pública moçambicana ajudando a estabelecer uma organização estatal nacional para enfrentar a emergência. Bem pelo contrário; quanto mais rapidamente desaparecerem essas tendências, mais fácil será para os interesses privados e organizações não-governamentais assumirem a responsabilidade da distribuição de ajuda de emergência e chegar aos grupos-alvo'. Abrahamsson e Nilsson (1992), 19.

³³ Documentos do Banco Mundial do início da década de 1990, tais como a análise do sector de pagamentos público em 1991, que descreve a drenagem

para o sector privado, contém muitas vezes críticas implícitas ou cuidadosamente formuladas das políticas anteriores.

³⁴ Abdul Magid Osman, ministro das finanças de Moçambique citado em Mozambique Information Office Bulletin, 21 de Fevereiro de 1991.

³⁵ Esta conclusão geral é amplamente documentada em Hanlon (1991). Apesar da tendência para o exagero, de possíveis erros e de conclusões facciosas em alguns aspectos, a argumentação de Hanlon sobre os efeitos negativos das políticas dos doadores é devastadora, bem documentada e difícil de refutar. Se esses efeitos foram tão esmagadores que, em termos absolutos, Moçambique teria passado melhor sem a ajuda é, contudo, outra questão e tanto doadores como funcionários moçambicanos legitimamente duvidam das suas conclusões. Para uma apreciação equilibrada que salienta a importância do trabalho de Hanlon, ver Ken Wilson em *Southern African Review of Books* (Julho/Outubro de 1991). Sobre o mesmo tópico ver, também, Abrahamsson e Nilsson (1992), estudo cuidadoso sobre o papel da CARE e da USAID no transporte de ajuda alimentar de emergência para distribuição, e, para um estudo mais amplo sobre o novo contexto sócio-económico, Bowen (1992).

³⁶ *Mozambique: Out of the Ruins of War* (Africa Recovery Briefing Paper, Maio de 1993), 20.

³⁷ Ver Ratilal (1990), Hanlon (1991), 79-81.

³⁸ *Africa Recovery* (Maio de 1993), 1.

³⁹ Hodges (1993), 31.

⁴⁰ Bhagavan (1986), 25.

- 11 - CONCLUSÕES

As guerras da África Austral e a questão da responsabilidade histórica

Quando as guerras terminam com uma vitória incondicional os vencedores podem julgar e punir os vencidos pela sua conduta. Os erros dos vencedores são deixados aos historiadores e aos escritores de memórias. Nas guerras da África Austral – no Zimbabwe como na Namíbia, na África do Sul, em Angola ou Moçambique – o imperativo do pós-guerra tem sido e será a reconciliação. Os observadores externos maravilharam-se com a capacidade dos habitantes da África Austral para viver, trabalhar e, mesmo, governar em conjunto com os antigos inimigos culpados de atrocidades. O processo – necessário e admirável – requer uma abstracção do período da guerra, período esse em que pessoas comuns cometeram crimes desumanos sobre os quais não têm que responder.

Os grupos de direitos humanos reclamam, com propriedade, que a ‘borracha’ da amnistia pode perpetuar os abusos dos direitos humanos. Os que foram amnistiados de práticas abusivas durante a guerra poderão voltar a cometê-las. Mesmo que se deixe de condenar por necessidade de um compromisso político, no mínimo devia-se submeter ao conhecimento público aquilo que aconteceu. É este o argumento que baseia investigações abertas como a Comissão da Verdade de El Salvador, as investigações internas levadas a cabo pelo ANC, e os apelos – ainda não completamente respondidos – para um procedimento semelhante por parte do regime sul-africano cessante.

Uma das implicações do presente estudo é que muitos dos culpados pelas atrocidades as cometeram na qualidade de membros de máquinas de guerra nas quais foram integrados à força. Não haverá julga-

mentos de Nuremberga em Angola ou Moçambique, ou Comissões de Verdade com a tarefa impossível de apurar responsabilidades das centenas de mal registados ou indocumentados incidentes ocorridos em quase duas décadas de guerra. A surgirem, as verdades individuais virão aos poucos. Por mais imperativa que seja, a reflexão histórica não poderá ter, nem terá, prioridade sobre a difícil luta pela sobrevivência individual e reconstrução nacional.

Contudo, a amnistia e a reconciliação não deverão implicar amnésia. A credibilidade dos actores políticos no período do pós-guerra deverá ter alguma relação com o registo das suas acções durante os anos do conflito. A responsabilidade pela reconstrução deverá ter alguma relação com a responsabilidade pela destruição, quer tal seja ou não reconhecido em tribunais ou acordos formais. As causas do conflito não-resolvidas ou mal identificadas poderão reaparecer mesmo depois de acordos as terem declarado terminadas.

Este estudo sublinha a complexidade das causas da guerra e as variações das circunstâncias locais; não pretende atribuir responsabilidades individuais. Tais julgamentos, é preciso dizê-lo claramente, exigem um exame muito mais refinado, mais próximo do inquérito judicial ou da biografia. Mas é possível, a partir dele, tirar algumas conclusões mais gerais. Cabe ao leitor decidir se os dados apresentados neste livro – assim como novas informações que ainda estão a surgir – apoiam as conclusões que se vão seguir.

Olhando para Angola e Moçambique por alturas do golpe de 1974 – e retirando do contexto tanto o conflito regional da África Austral como a Guerra Fria – que tipo de guerras poderiam resultar apenas de factores internos, considerando um contexto externo semelhante ao de outros Estados africanos? A resposta mais provável: não teria havido guerra em Moçambique e a guerra em Angola teria sido mais curta e decisiva do que aquela que ocorreu. Os Estados pós-coloniais teriam continuado a sofrer os efeitos das disparidades étnico-regionais; os fracassos políticos e os conflitos ideológicos teriam continuado a provocar desilusões. As sociedades teriam na mesma vivido conflitos, por vezes talvez violentos. Mas é pouco provável que esses factores, por si só, tivessem engendrado as guerras prolongadas e destruidoras vividas na década de oitenta. Nenhum dos países estava estruturalmente dividido como um Sudão, Chade ou Etiópia. Os paralelismos históricos mais prováveis – apesar das óbvias diferenças, a começar pelos di-

ferentes colonizadores – seriam a Tanzania com Moçambique e a Nigéria com Angola.

No caso de Moçambique, simplesmente não é plausível que uma organização militar coerente como a Renamo tivesse surgido sem a iniciativa externa. Sem os rodesianos e os sul-africanos, é provável que aqueles que se envolveram na Renamo se assemelhassem aos líderes dos ‘terceiros partidos’ que agora surgem. Camponeses ou líderes tradicionais desprezados, esquecidos ou violentados pelo Estado pós-colonial poderiam ter-se envolvido em protestos isolados. As medidas políticas e económicas do Estado teriam desiludido na medida em que as promessas ficaram muito aquém das expectativas, mesmo sem as destruições provocadas pela guerra. Quase que certamente, teria havido alterações políticas pragmáticas em face do impacto das pressões económicas e do aumento dos níveis educacionais.

Pelo contrário, a guerra veio do exterior. Uma vez iniciada, uma variedade de factores internos inscreveram-se no conflito, mas não se tornaram as forças motoras responsáveis pela continuidade da guerra. As tensões étnicas e regionais, embora tenham existido, não dividiram os moçambicanos tão profundamente a ponto de manter a guerra nessa base. Nem a guerra existia devido às políticas relativas aos camponeses, a ideologia económica ou o Estado monopartidário. Evidentemente que estas eram questões reais, mas trata-se de um bizarro erro de leitura considerar que a Renamo lutava por uma melhoria da situação camponesa ou representava a sociedade civil emergente. Quando começou o afastamento da ideologia e da política socialistas, era a população do seio da Frelimo, e não da Renamo, quem se encontrava melhor posicionada para se adaptar à competição económica ou política. A Renamo parecia alarmada, e não agradada, com a perspectiva de tal competição.

O que manteve a insurgência, para além do apoio externo essencial, se é que ele diminuiu, foi, por um lado, o interesse organizativo e pessoal da direcção da Renamo, e por outro a incapacidade do Estado em manter estruturas estatais fundamentais em grande parte do país, a começar por aquilo que é responsabilidade básica de qualquer Estado, a garantia de segurança. Esta análise está em consonância com a percepção popular em Moçambique – generalizada à medida que a guerra se prolongava – de uma guerra entre dois exércitos, na qual nenhum deles ‘representava’ o povo, apesar de um dos lados ter um comportamento muito mais atropelador dos direitos. Ela concorda

com os dados empíricos da Renamo como organização militar que se impunha à população civil, e do declínio do apoio ao governo à medida que o desastre militar e económico se prolongava, ano após ano.

No caso de Angola – e mesmo que puséssemos de lado a influência possivelmente decisiva do contexto externo na promoção da desunião nacionalista antes da independência, assim como a subsequente Guerra Fria e intervenção sul-africana – uma resolução puramente não-violenta das rivalidades nacionalistas em 1974-76 continuaria a ser improvável. Mesmo assim, é provável que o MPLA, com a sua implantação na capital, como força de maior representatividade nacional englobando representantes de várias etnias e beneficiando de quadros formados, tivesse obtido a vitória militar e o reconhecimento internacional. E a Unita, com poucas perspectivas militares, talvez tivesse sucumbido à marginalização e deserções, como aconteceu com a FNLA.

Sem um envolvimento externo significativo, a Unita teria talvez mantido uma insurgência de pequena-escala. Mas é pouco provável que tivesse continuado a representar uma grande ameaça e muito menos que tivesse conseguido fazer a transição para a guerra convencional. Antes da independência, era notória a sua ineficiência combativa, e experimentou um declínio militar após 1976, até que o novo regime de Botha a transformou em cliente favorecido. O controlo das receitas petrolíferas teria dado ao governo angolano a capacidade de adquirir amplos recursos militares em termos comerciais, mesmo sem o apoio político dos seus aliados no contexto da Guerra Fria.

Possivelmente, isto poderia ter criado um cenário de paz, com os apoiantes da Unita incorporados, num papel subordinado, nos esquemas de unidade nacional de um MPLA vitorioso. Mas tal cenário só se torna plausível se considerarmos uma Unita sem Savimbi. Nesse caso, tanto a inclinação do governo a ser flexível, partilhando o poder, como a inclinação da Unita a aceitar um papel subordinado se tornam plausíveis. Apesar da maioria de falantes Umbundu apoiarem a Unita, como demonstraram os acontecimentos de 1975-76, as rivalidades étnico-regionais não estavam enraizadas a ponto de prevalecerem sobre a unidade nacional. Mesmo em situação de fraqueza militar, contudo, a perspectiva de Savimbi aceitar um papel subordinado ou abrir mão dos poderes ditatoriais que detém sobre a sua organização, parece remota. O desaparecimento dos rivais internos de Savimbi este-

ve sempre relacionado com a vontade manifestada por eles de chegar a um compromisso com o governo. Se *O Mais Velho* tivesse desaparecido de cena, sem dúvida que a Unita estaria militarmente mais fraca e mais aberta a concessões.

Mesmo sem intervenção externa, os factores internos, sobretudo a hegemonia de Savimbi sobre a Unita, teriam provavelmente promovido a continuidade da guerra, embora em escala muito menor. Tal como ocorreu, o envolvimento externo ajudou a transformar a Unita numa poderosa máquina militar, reforçando a sua anterior base política com uma maior capacidade para exercer um controle repressivo sobre os aderentes que ela reclamava. Tal como em Moçambique, os interesses organizacionais do exército insurgente, a par da fraqueza institucional do Estado, produziram um cenário no qual milhões de angolanos, cansados da guerra, se encontraram numa situação de vítimas das forças contendoras, mais do que na de se sentirem representados por elas.

Mesmo no mais pacífico dos cenários – imaginando que não estavam presentes a Guerra Fria, o conflito regional ou o ambicioso Savimbi – Angola teria provavelmente vivido o conflito pela partilha do poder e das receitas do petróleo. As lutas e as manobras internas, com ou sem ligação aos partidos, poderiam ter provocado desfechos violentos. A disparidade entre a economia política baseada na exportação do petróleo e os interesses dos camponeses do interior teria continuado a ser uma questão estrutural. Todavia, a destrutiva e prolongada guerra da década de oitenta, assim como a capacidade da Unita para voltar à guerra após as eleições de 1992, estão necessariamente ligadas a factores externos e não internos.

Em suma, angolanos e moçambicanos tiveram as suas próprias razões internas para entrarem em desacordo, e talvez mesmo para uma certa medida de conflito violento. Mas as guerras da década de oitenta atingiram um nível mortal em resultado de forças externas que levaram a destruição a níveis muito além daqueles que as sociedades podiam comportar. Acima de tudo, foi a acção conjugada da luta mortal do *apartheid* e do jogo final da Guerra Fria que determinou o seu ritmo e intensidade.

Em finais da década de setenta, a luta de libertação ainda não representava um desafio directo ao Estado sul-africano. Os 'estrategas totais' estavam ainda a montar os elementos das operações especiais da sua máquina de guerra. Acabados de ser derrotados no Vietname,

os EUA procuravam, mais do que o confronto, um entendimento com a revolução do Terceiro Mundo. A componente internacional da guerra em Angola e Moçambique era significativa mas manejável. Sucedeu-se então a década de oitenta. À medida que se multiplicaram as ameaças contra o regime, a segurança nacional do Estado de Botha respondeu com a agressão dirigida mais intensamente contra os alvos mais vulneráveis. A viragem à direita de Washington ajudou a alimentar a campanha militar contra os países marxistas, ao mesmo tempo que enfraquecia a capacidade internacional para conter Pretória.

O peso relativo do envolvimento regional e global no apoio à Renamo e à Unita foi significativamente diferente nas duas metades da década, assim como entre os dois conflitos. Na primeira fase, a África do Sul tendeu a monopolizar o papel operacional, com Washington por detrás aclamando ou aconselhando prudência. Mais tarde, o quadro complicou-se com a ajuda militar directa dos norte-americanos à Unita e o apoio da direita internacional à Renamo. No final da década, as tendências regional e global inclinavam-se mais para o estabelecimento da paz do que para a escalada da guerra. Mas o que importa é que Washington alternadamente apoiou ou travou a estratégia de guerra de Pretória. E que essa estratégia visou deliberadamente não só os regimes de Luanda e Maputo mas, também, as vidas e o bem-estar de centenas de milhar de civis. Apesar de todas as subtilezas, de todas as desculpas e de todo o sofisticado auto-elogio dos fazedores da paz, condenáveis são os políticos norte-americanos e sul-africanos pela forma como sacrificaram essas vidas pelos seus objectivos estratégicos.

Os destinos dos contendores internos foram decisivamente influenciados pela escala da intervenção externa. Quaisquer que tenham sido os ressentimentos ou fins dos líderes da Unita e da Renamo, a sua capacidade para edificar poderosas máquinas militares dependeu da sua subordinação ao Estado do *apartheid*, e do seu envolvimento na cruzada global da Guerra Fria. Aproveitaram-se das divisões sociais existentes e dos fracassos políticos dos regimes. Mas a via fundamental que eles e os seus mentores estabeleceram para os exércitos insurgentes foi a do enfraquecimento do Estado, destruindo as infra-estruturas económicas e humanas da sociedade e provocando ao máximo o sofrimento dos civis. As vantagens militares que colheram por provocar a insegurança compensaram largamente a perda de potencial apoio popular devido à violência sobre os civis.

Os governantes pós-coloniais, pelo seu lado, subestimaram a fúria do Estado do *apartheid* e acalentaram esperanças irrealistas de ultrapassar as suas próprias fraquezas através do voluntarismo revolucionário. Sobrestimaram tanto o apoio potencial do bloco soviético como a inclinação da comunidade internacional para frear as posições de Pretória. Se soubessem dos custos que teriam que pagar será que teriam sido tão prudentes quanto o foram o Botswana ou o Zimbábue no apoio prático à libertação namibiana e sul-africana? Será que assim teriam evitado o apoio de Pretória e de Washington à insurgência? Será que assim teriam transferido a sua ofensiva para outros lugares? Talvez, em parte. Mas os acontecimentos que se seguiram ao Acordo de Nkomati mostram que provavelmente Angola e Moçambique teriam continuado a sofrer enquanto Pretória lutasse por preservar o regime minoritário e os ideólogos de Washington procurassem vitórias fáceis sobre o marxismo no Terceiro Mundo.

À medida que a Guerra Fria caminhava para o seu fim e os governantes sul-africanos optavam finalmente pelas negociações em detrimento da beligerância, os acordos de paz tornaram-se plausíveis em Angola e Moçambique. Os poderes externos deixaram de ser partidários declarados para se tornarem patrocinadores e apoiantes do 'processo de paz'. Mas os anos da guerra haviam alterado profundamente o cenário social e político. Os acordos de paz acabaram com guerras sem vencedores – com os exércitos rivais no terreno, os governos enfraquecidos material e moralmente, e os insurgentes, habituados a basear-se na força, desconcertados pela perspectiva da competição democrática a que tinham apelado apenas nas palavras de ordem.

Na sequência do fiasco angolano, analistas que tinham anteriormente apelado para eleições democráticas sugeriram que talvez os acordos devessem ter sido baseados na 'partilha do poder' e não em eleições em que 'o vencedor ficava com tudo'.¹ Mas a partilha do poder era um termo ambíguo que não especificava quanto poder, em que termos e em que quadro. Os acordos internacionalmente ratificados em Bicesse e Roma implicavam que seria o voto a determinar a liderança nacional, enquanto que a integração dos exércitos governamental e insurgente asseguraria que o aparelho coercivo do Estado não seria utilizado contra os partidos derrotados. No caso de se prever uma fatia de poder para os eleitoralmente derrotados, a questão era quanto.

Em Angola e Moçambique – tal como na África do Sul e outros países que procuravam simultaneamente institucionalizar a democracia e resolver o conflito – havia, de facto, questões por resolver sobre qual a melhor ordem constitucional. Tais preocupações incluíam o equilíbrio entre as instituições centrais e regionais; a forma da representação proporcional; os poderes relativos dos níveis executivo e legislativo; e as formas institucionais de protecção dos direitos humanos e da sociedade civil. Mas para além das instituições formais permanecia a questão fundamental sobre em que medida e que o poder seria determinado por alguma forma de responsabilidade democrática, e em que medida é que ele dependeria das exigências de formações militares com ambições que excediam o seu pacífico potencial político.

A sistematicamente destrutiva intersecção entre factores globais, regionais e nacionais, que existia na década de oitenta, já não existe mais. Mas as bases nacionais e regionais da estabilidade e da paz ainda não estão estabelecidas. A acção da comunidade internacional na Angola pós-eleitoral não é encorajadora. A questão que está por responder é a seguinte: é Angola o último dos violentos conflitos da velha era do *apartheid* e da Guerra Fria, ou antes o primeiro de uma nova era destinada a ter como símbolo a espingarda, em detrimento da urna eleitoral?

A guerra não-convencional desde a Guerra Fria à nova desordem mundial

As lições gerais destes dois casos têm que ser retiradas com prudência. O sucesso dos exércitos de guerrilha, tal como o dos exércitos convencionais, não depende necessariamente de uma maciça mobilização voluntária de civis. Tanto a fraqueza material do Estado como elevados níveis de apoio externo à insurgência podem reforçar a vantagem relativa dos guerrilheiros. Com modernas armas automáticas e boas comunicações de rádio, a sua capacidade de destruição pode ser tão desproporcionada, relativamente ao apoio popular de que gozam, quanto a de qualquer regime repressivo. Esta situação cria, nos guerrilheiros, a opção de um maior recurso à força, tanto no seu seio como nas relações com os civis.

A disponibilidade desta opção depende do equilíbrio militar entre forças insurgentes e contra-insurgentes. Mas a medida em que ela é

utilizada depende, nos exércitos insurgentes como nos convencionais, do contexto social e da liderança política. O recurso à força não exclui um paralelo apelo político ao apoio civil. E a combinação de força e persuasão – pelos insurgentes como pelos regimes instalados – varia sem dúvida não apenas de uma guerra para outra mas, também, de acordo com as regiões e as fases de um determinado conflito. Isto reforça o reconhecimento cada vez maior, por parte dos grupos defensores dos direitos humanos, da necessidade de investigar a acção dos grupos insurgentes tanto quanto a dos regimes no poder. Todavia, existe ainda um vazio de critérios relevantes para investigar a conduta de forças externas cuja intervenção pode ser de importância decisiva, mesmo que não chegue ao ponto da invasão ou ocupação.

Mais generalizações sobre os factores que influenciam a guerra de guerrilhas são impossíveis sem o estudo de uma ampla gama de casos, sendo no entanto possível avançar algumas hipóteses. As mais importantes guerras de *contras* da década de oitenta – Nicarágua, Afeganistão e Camboja, tal como Angola e Moçambique – mostram uma grande variação relativamente às bases sociais, tanto dos regimes como da insurgência. A intervenção externa em apoio aos regimes instalados foi desde o envolvimento soviético generalizado no Afeganistão e a invasão vietnamita do Camboja, ao mais limitado envolvimento cubano em Angola e ao ainda mais limitado apoio externo recebido por Moçambique e pela Nicarágua. A iniciativa externa na criação, e não apenas no apoio ao exército insurgente, constituiu característica particular apenas em Moçambique e na Nicarágua. A ideologia da principal força insurgente variou do marxismo do Camboja ao islamismo do Afeganistão, passando pelo anti-comunismo da Nicarágua.

Todavia, as três insurgências não-africanas revelaram algumas características em comum com Angola e Moçambique. Os regimes marxistas atacados encontravam-se particularmente vulneráveis. Todos eram de estabelecimento recente; os ataques contra eles seguiram a clássica máxima contra-revolucionária segundo a qual é necessário matar a criança antes que ela cresça. Todos tinham populações reduzidas – sendo a maior a do Afeganistão, com 16 milhões de pessoas. Todos tinham economias frágeis. Todos os insurgentes receberam maciços apoios logísticos, em sistemas de comunicações e outros, provenientes de grandes potências. As minas terrestres multiplicaram-

se no território. A destruição ultrapassou largamente aquilo que os conflitos internos por si só teriam sido capazes de produzir.

Os desfechos foram variados mas todos precários, e em cada caso a capacidade militar dos insurgentes ultrapassava a sua inclinação para uma participação construtiva numa nova ordem do pós-guerra. Em todos os exemplos, as potências que haviam alimentado as insurgências revelavam agora um interesse no melhor dos casos apenas moderado na difícil tarefa da reconstrução. Apesar do novo envolvimento das Nações Unidas no Camboja, Angola e Moçambique, cada um destes países enfrentava não só grandes dificuldades económicas e sociais mas, também, questões não resolvidas relativas às estruturas de responsabilidade política e controle sobre os combatentes da década de oitenta.

Para além dos casos historicamente específicos, os resultados da minha avaliação sugerem algumas modificações nas imagens clássicas da guerra de guerrilhas e da revolução. Um regime enfraquecido e a existência de uma organização rival que lhe procura retirar a soberania, tal como a descrevemos no Capítulo 3, parecem ser características constantes. Mas não há garantia que os regimes se baseiam mais na força enquanto que os guerrilheiros se inclinam mais para a participação voluntária. Quando a questão é o recrutamento ou a relação com os civis, a combinação entre força e persuasão constitui uma variável a ser investigada.

Um argumento razoável no modelo clássico é que os guerrilheiros não podem recorrer sistematicamente ao terror contra os seus apoiantes e sua base de recrutamento porque tal retirar-lhes-ia uma arma indispensável contra o oponente materialmente superior. O apoio externo não é considerado suficiente para compensar uma tal perda. Muitos casos – talvez a maioria – conformam-se com este modelo. O sistema estatal internacional implica uma inclinação de facto em favor de regimes reconhecidamente estabelecidos e é difícil encontrar insurgências que tenham tido um apoio externo tão maciço, relativamente ao seu alvo, quanto as guerras de contras da década de oitenta. Durante a Guerra Fria, o apoio externo às insurgências de esquerda nunca foi tão generoso ou aventureirista quanto o que patrocinou as guerras dos contras.

Mesmo assim, a maioria das forças de guerrilha – até mesmo aquelas que foram reconhecidas durante e depois do conflito como representativas ou patrióticas – basearam-se provavelmente, em certa medi-

da, na intimidação e no recrutamento forçado.² Poucos observadores, simpatizantes ou hostis relativamente a uma insurgência particular, se atreveriam a negar totalmente a existência de tais fenómenos. A questão que se coloca é, pois, que quantidade é suficiente para ser analiticamente significativa e se tais procedimentos lançam dúvidas sobre a legitimidade de uma organização ou a nobreza de uma causa. Por outras palavras, em que medida é que o poder de fogo e a inclinação para o usar ultrapassam os valores e os apoiantes que os combatentes dizem representar?

Durante a Guerra Fria havia uma falsa simplicidade na distinção entre legitimidade e ilegitimidade dos regimes e contendores pelo poder, embora evidentemente as escolhas pudessem ser determinadas pelas relações entre eles. Na era pós-Guerra Fria da desordem, mesmo a distinção entre Estados e insurgentes é cada vez mais difícil. Nenhuma cruzada global cauciona intervenções militares internacionais que promovam certos regimes e acabem com outros. Mas a comunidade internacional, e em particular as grandes potências, têm agora mais peso que nunca para determinar o equilíbrio de forças militar ou a legitimidade de uma ou outra parte num determinado conflito.

Os participantes desses novos conflitos podem ser designados de senhores de guerra ou força indispensável nas negociações, criminosos de guerra ou estadistas, força de estabilidade ou de desordem, combatentes da liberdade ou terroristas. Cada designação tem implicações práticas para a venda de armas ou o embargo, enviando ou estabelecendo as linhas de orientação para as forças multinacionais, a representação em fóruns internacionais, a assistência bilateral ou multilateral. Por sua vez, a acção ou indiferença internacional podem ser decisivas na determinação de que partido de um conflito consegue mais vantagens, e em alguns casos se o conflito prossegue ou não. A questão é, então, quem decide sobre o carácter do envolvimento internacional, e na base de que critério. Se, como parece provável, a base das decisões depende da política das grandes potências capazes de contribuir com a maior parte dos recursos militares, e dos caprichos da burocracia internacional, então a opinião doméstica civil corre o risco de ser marginalizada.

Se a divisa popular da responsabilidade democrática é aplicá-la aos territórios contestados por exércitos rivais, ela deve ser aplicada de facto. Níveis minimamente aceitáveis de respeito pelos direitos huma-

nos e consulta àqueles que são afectados pelo conflito devem aplicar-se de igual modo aos governos contestados, aos insurgentes, aos países externos individuais e à comunidade internacional. Trata-se de uma ordem difícil de concretizar, com poucas possibilidades de implementação consistente. Mas é também o único caminho que tem em conta o facto que as fontes do conflito – assim como as da sua resolução – podem residir tanto fora como no interior das fronteiras do país onde as batalhas são travadas.

Notas

¹ Ver, por exemplo, o documento do Departamento de Estado dos EUA, *Conflict Resolution in Africa: Lessons from Angola* (6 de Abril de 1993).

² Ver, particularmente, Kriger (1992), que astutamente questionou o papel do apoio camponês voluntário à guerra no Zimbabwe e acrescentou uma nova vertente à rica tradição de pesquisa sobre essa guerra. Para outras referências, ver o Capítulo 3, nota 15.

BIBLIOGRAFIA

- Abreviaturas: JSAS = Journal of Southern African Studies; ROAPE = Review of African Political Economy.
- Abrahamson, Hans, e Anders Nilsson, 1992, *Power and Powerlessness in a Starving Mozambique*, Gotemburgo, Suécia: Institute for Peace and Development Research.
- Adam, Yussuf, 1988, 'Kollektive Ländliche Entwicklung und Genossenschaften in Mozambique: Die Lage in den alten "Befreiten Gebieten" von Cabo Delgado', in Peter Meyns, ed., *Agrargesellschaften im portugiesischsprachigen Afrika*, Saarbrücken: Verlag Breitenbach.
- Africa Watch, 1989, *Angola: The Violations of the Laws of War by Both Sides*, Nova York: Africa Watch.
- 1991, *Angola: Civilians Devastated by 15-Year War*, Nova York: Africa Watch.
 - 1992, *Accountability in Namibia*, Nova York: Africa Watch.
 - 1992, *Conspicuous Destruction: War, Famine and the Reform Process in Mozambique*, Nova York: Human Rights Watch.
 - 1993, *Land Mines in Angola*, Nova York: Africa Watch.
- Aguilar, Renato, and Mario Zejan, 1990, *Angola*, Estocolmo: ASDI.
- Alpers, Edward, 1984, 'To Seek a Better Life: The Implications of Migration from Mozambique to Tanzania for Class Formation and Political Behavior', in *Canadian Journal of African Studies*, 18: 367-88.
- Amnesty International, 1982, *People's Republic of Angola: Background Briefing*, Londres: Amnesty International.
- Anderson, Benedict, 1991, *Imagined Communities* (2ª ed.), Londres: Verso.
- Antunes, José Freire, 1980, *O Império com Pés de Barro: Colonização e Descolonização, as Ideologias em Portugal*, Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- 1986, *Os Americanos e Portugal, Vol. I: Os Anos de Richard Nixon*, Lisboa: Publicações Dom Quixote.
 - 1990, *O Factor Africano, 1890-1990*, Lisboa: Bertrand Editora.
- Araújo, Manuel, 1986, 'Seis Aldeias Comunais da Província de Inhambane', in Garcia da Orta (Lisboa), II: 1-2: 69-81.

- 1988, 'Dinâmica das Novas Formas de Redistribuição da População Rural em Moçambique', in *Gazeta Demográfica* (Maputo), Dezembro: 3-26.
- Austin, Kathi, 1994, *Invisible Crimes: U.S. Private Intervention in the War in Mozambique*, Washington: Africa Policy Information Center.
- Baker, Pauline H., 1989, *The United States and South Africa: The Reagan Years*, Nova York: Ford Foundation.
- Barker, Carol, 1985, 'Bringing Health Care to the People', in John Saul, *A Difficult Road: The Transition to Socialism in Mozambique*, Nova York: Monthly Review Press.
- Barrell, Howard, 1990, *MK: The ANC's Armed Struggle*, Londres: Penguin.
- Bayer, Tom, 1993, *Angola, Presidential and Legislative Elections, September 29-30, 1992: Report of the IFES Observation Mission*, Washington: International Foundation for Electoral Systems.
- Beckett, Ian F.W., and John Pimlott, eds., 1985, *Armed Forces and Modern Counter-Insurgency*, Nova York: St. Martin's Press.
- Bell, J. Bowyer, 1971, *The Myth of the Guerrilla*, Nova York: Knopf.
- Bender, Gerald J., 1978, *Angola under the Portuguese: The Myth and the Reality*, Berkeley: University of California Press.
- 1978, 'Kissinger in Angola: Anatomy of Failure', in René Lemarchand ed., *American Policy in Southern Africa*, Washington: University Press of America.
- 1981, 'Angola: Left, Right and Wrong', in *Foreign Policy*, 43 (Verão): 53-69.
- 1985, 'American Policy Toward Angola: A History of Linkage', in Bender et al., eds.
- 1989, 'Peacemaking in Southern Africa: The Luanda-Pretoria Tug-of-War', in *Third World Quarterly*, 11 (Abril): 15-30.
- Bender, Gerald J., James S. Coleman e Richard L. Sklar, eds., 1985, *African Crisis Areas and U.S. Foreign Policy*, Berkeley: University of California Press.
- Benguela Railways and the Development of Southern Africa, 1987, Luanda: Editorial Vanguarda.
- Berridge, G.R., 1989, 'Diplomacy and the Angola/Namibia Accords', in *International Affairs*, 65: 3 (Verão): 463-79.
- Bertulli, Cesare, 1974, *Croce e Spada in Mozambico*, Roma: Loines.
- Bhagavan, M.R., 1986, *Angola's Political Economy 1975-1985*, Uppsala: Scandinavian Institute of African Studies.
- Birmingham, David, 1978, 'The Twenty-Seventh of May: An Historical Note on the Abortive 1977 Coup in Angola', in *African Affairs*, 309 (Out.): 554-64.
- 1992, *Frontline Nationalism in Angola and Mozambique*, Trenton, NJ: Africa World Press.

- Bloomfield, Richard J., ed., 1988, *Regional Conflict and U.S. Policy: Angola and Mozambique*, Algonac, MI: Reference Publications.
- Blumenthal, Sidney, 1986, *The Rise of the Counter-Establishment*. Nova York: Times Books.
- Boothby, Neil, Abubacar Sultan e Peter Upton, *Children of Mozambique*, Washington: U.S. Committee for Refugees.
- Borges Coelho, João Paulo, 1989, *O Início da Luta Armada em Tete*, Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique.
- Bowen, Merle L., 1986, *Socialist Agricultural Development Strategy in Mozambique, 1975-1983*, Toronto: Ph.D. University of Toronto.
- 1989, 'Peasant Agriculture in Mozambique: The Case of Chokwe, Gaza Province', in *Canadian Journal of African Studies*, 23: 3: 355-80.
- 1992, 'Beyond Reform: Adjustment and Political Power in Contemporary Mozambique', in *Journal of Modern African Studies*, 30: 2: 25-79.
- Bradbury, William C., Samuel M. Meyers e Albert D. Biderman, eds., 1968, *Mass Behavior in Battle and Captivity*, Chicago: University of Chicago Press.
- Bragança, Aquino de, e Jacques Depelchin, 1988, 'From the Idealization of Frelimo to the Understanding of the Recent History of Mozambique', in *Review*, 11 (Inverno): 95-117.
- Breytenbach, Jan, 1990, *They Live the Sword: 32 'Buffalo' Battalion – South Africa's Foreign Legion*, Alberton, África do Sul: Lemur.
- Bridgland, Fred, 1987, *Jonas Savimbi: A Key to Africa*, Nova York: Paragon House.
- 1990, *The War for Africa*, Gibraltar: Ashanti Publishing.
- Brito, Luís de, 1988: 'Une Relecture Nécessaire: La Genèse du Parti-Etat FRELIMO', in *Politique Africaine*, 29 (Março): 15-27.
- Brochmann, Grete, e Arve Ofstad, 1990, *Mozambique: Norwegian Assistance in a Context of Crisis*: Chr. Michelsen Institute.
- Cahen, Michel, 1987, *Mozambique: La Revolution Implosée*. Paris: L'Harmattan.
- Castro, Armando, 1978, *O Sistema Colonial Português em África (meados do século XX)*, Lisboa: Editorial Caminho.
- Cawthra, Gavin, 1986, *Brutal Force: The Apartheid War Machine*, Londres: IDAFSA.
- Chaliand, Gérard, ed., 1982, *Guerrilla Strategies: An Historical Anthology from the Long March to Afghanistan*, Berkeley: University of California Press.
- Christie, Iain, 1988, *Machel of Mozambique*, Harare: Zimbabwe Publishing House.
- Cilliers, J.K., 1985, *Counter-Insurgency in Rhodesia*, Londres: Croom Helm.
- Clarence-Smith, Gervase, 1980, 'Review Article: Class Structure and Class Struggles in Angola in the 1970s', in *JSAS*, 7:1 (Outubro): 109-26.

- 1989, 'The Roots of the Mozambican Counter-Revolution', in *Southern African Review of Books*, Abril/Maio.
- Clayton, Anthony, 1976, *Counter-Insurgency in Kenya*, Nairobi: Transafrica.
- Cline, Sibyl, 1989, *Renamo, Anti-Communist Insurgents in Mozambique*, Washington: U.S. Global Strategy Council.
- Clough, Michael, 1982, 'Mozambique: American Policy Options', in *Africa Report*, Nov./Dez.: 14-17.
- 1992, *Free at Last? U.S. Policy Toward Africa and the End of the Cold War*, Nova York: Council of Foreign Relations.
- Cock, Jacklyn, e Laurie Nathan, eds., 1989, *War and Society: The Militarization of South Africa*, Cape Town: David Philip.
- Cohen, Barry, e Mohamed A. El-Khawas, 1975, *The Kissinger Study of Southern Africa*. Nottingham: Spoksmen Books.
- Coker, Christopher, 1987, *South Africa's Security Dilemmas*, Nova York: Praeger.
- Cole, Barbara, 1985, *The Elite: The Story of the Rhodesian Air Service, Transkei, África do Sul: Three Nights*.
- Conchiglia, Augusta, 1990, *UNITA, Myth and Reality*, Londres: European Campaign against S.A. Aggression on Mozambique and Angola.
- Correia, Jorge, 1989, *RENAMO: Resistência Nacional Moçambicana*, Lisboa: Forum Moçambicano.
- Crocker, Chester, 1992, *High Noon in Southern Africa: Making Peace in a Rough Neighborhood*, Nova York: W.W. Norton.
- Crush, Jonathan, Alan Jeeves e David Yudelman, 1991, *South Africa's Labor Empire: A History of Black Migrancy to the Gold Mines*. Boulder: Westview Press.
- Dash, Jr., Leon da Costa, 1977, *Savimbi's 1977 Campaign against the Cubans and the MPLA*, Pasadena: Munger Africana Notes.
- Davidson, Basil, 1973, *In the Eye of the Storm: Angola's People*, Garden City, NY: Anchor/Doubleday.
- 1992, *The Black Man's Burden: Africa and the Course of the Nation-State*, Nova York: Times Books.
- Davies, Robert, e Dan O'Meara, 1985, 'Total Strategy in Southern Africa: An Analysis of South African Regional Policy since 1978', in *JSAS*, 11:2 (Abril): 183-211.
- De Saavedra, Ricardo, 1975, *Aqui Moçambique Livre*, Johannesburg: Livraria Moderna.
- DeLancey, Mark W., ed., 1992, *Handbook of Political Science Research on Sub-Saharan Africa*, Westport, CT: Greenwood Press.
- Deutschmann, David, 1989, *Changing the History of Africa: Angola and Namibia*, Melbourne, Austrália: Ocean Press.
- Dhada, Mustafah, 1993, *Warriors at Work: How Guinea was Really Set Free*. Niwot, CO: University Press of Colorado.

- Dias, Jill, 1984, 'Uma Questão de Identidade: Repostas Intelectuais às Transformações Económicas no Seio da Elite Creoula da Angola Portuguesa', in *Revista Internacional de Estudos Africanos*, 1: 61-94.
- Dixon, Glen, 1986, *Hostage*, Londres: Columbus Books.
- Donnell, John C., Guy J. Pauker e Joseph J. Zasloff, 1965, *Viet Cong Motivation and Morale*, Santa Monica: Rand Corporation.
- Eduardo Mondlane Foundation, 1992, *Democratization in Angola: Seminar Readings*, Leiden: Eduardo Mondlane Foundation, KZA e African Studies Center, Leiden.
- 1992, *Democratization in Angola: Seminar Proceedings*, Leiden: Eduardo Mondlane Foundation, KZA e African Studies Center, Leiden.
- Egerö, Bertil, 1990, *Mozambique: A Dream Undone, The Political Economy of Democracy, 1975-84* (2ª ed.), Uppsala: Nordiska Afrikainstitutet.
- Ellert, H., 1989, *The Rhodesian Front War: Counter-Insurgency and Guerilla Warfare, 1961-1980*, Gweru, Zimbabwe: Mambo Press.
- Environmental Investigation Agency, 1992, *Under Fire: Elephants in the Front Line*, Londres: Environmental Investigation Agency.
- Estado Maior do Exército, 1988, *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África*, V.I, Lisboa: EME.
- Ferguson, Thomas, e Joel Rogers, 1986, *Right Turn*, Nova York: Hill & Wang.
- Ferreira, Manuel, 1986, *Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa*, Lisboa: Livraria Bertrand.
- Finnegan, William, 1992, *A Complicated War: The Harrowing of Mozambique*, Berkeley: University of California Press.
- Flower, Ken, 1987, *Serving Secretly*, Londres: John Murray.
- Forrest, Joshua, 1992, *Guinea-Bissau: Power, Conflict and Renewal in a West African Nation*, Boulder: Westview Press.
- Frankel, P.H., 1984, *Pretoria's Praetorians*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Freeman, Jr., Chas. W., 1989, 'The Angola/Namibia Accords', in *Foreign Affairs*, 68: 3 (Verão): 126-41.
- Galli, Rosemary E., 1987, 'The Food Crisis and the Socialist State in Lusophone Africa', in *African Studies Review*, 30:1 (Março): 19-44.
- Galli, Rosemary e Jocelyn Jones, 1987, *Guinea-Bissau: Politics, Economics and Society*. Boulder: Lynne Rienner Publishers.
- Gaspar, Carlos, 1988, 'Incomplete Failure: Portugal's Policies Toward Angola and Mozambique Since Independence', in Bloomfield, ed.
- Geffray, Christian, 1990, *La Cause des Armes: Anthropologie de la Guerre Contemporaine au Mozambique*, Paris: Editions Karthala.
- Geffray, Christian, e Mögens Pedersen, 1985, *Transformação da Organização Social e do Sistema Agrário do Campesinato no Distrito de Erati*, Maputo: Universidade Eduardo Mondlane.

- 1986, 'Sobre a Guerra na Província de Nampula', in *Revista Internacional de Estudos Africanos*, 4-5: 303-20.
- Geldenhuys, Deon, 1984, *The Diplomacy of Isolation: South African Foreign Policy Making*, Nova York: St. Martin's Press.
- Gellner, Ernest, 1983, *Nations and Nationalism*, Ithaca, NY: Cornell University Press.
- Gersony, Robert, 1988, *Summary of Mozambican Refugee Accounts of Principally Conflict-Related Experience in Mozambique*, Washington: U.S. State Department.
- Gerth, Hans, e C. Wright Mills, eds., 1946, *From Max Weber: Essays in Sociology*, Nova York: Oxford University Press.
- Gervasi, Sean, e Sybil Wong, 1991, 'The Reagan Doctrine and the Destabilization of Southern Africa', in Alexander George, *Western State Terrorism*, Nova York: Routledge.
- Giap, Vo Nguyen, 1962, *People's War, People's Army*, Nova York: Praeger.
- Gifford, Prosser, e Wm. Roger Louis, 1988, *Decolonization and African Independence*, New Haven: Yale University Press.
- Gjerstad, Ole, 1976, *The People in Power: An Account from Angola's Second War of Liberation*, Richmond, Canada: LSM Information Center.
- Goldstone, Jack A., 1991, *Revolution and Rebellion in the Early Modern World*, Berkeley: University of California Press.
- Grundy, Kenneth W., 1983, *Soldiers without Politics: Blacks in the South African Armed Forces*, Berkeley: University of California Press.
- 1986, *The Militarization of South African Policies*, Bloomington: Indiana University Press.
- Gunn, Gillian, 1989, 'A Guide to the Intricacies of the Angola-Namibia Negotiations', in *CSIS Africa Notes*, 23 de Outubro.
- 1990, 'Unfulfilled Expectations in Angola', in *Current History*, Maio: 213-34.
- Hall, Margaret, 1990, 'The Mozambican National Resistance (Renamo): A Study in the Destruction of an African Country', in *Africa*, 60: 1: 39-68.
- Hamann, Hilton, 1990, 'Recce Commandos', in *Soldier of Fortune*, Fevereiro/Março.
- Hamilton, Russell G., 1975, *Voices from an Empire*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Hanlon, Joseph, 1984, *Mozambique: The Revolution under Fire*, Londres: Zed Press.
- 1986, *Beggar Your Neighbors: Apartheid Power in Southern Africa*, Bloomington, IN: Indiana University Press.
- 1991, *Mozambique: Who Calls the Shots?*, Londres: James Currey.
- Harries, Patrick, 1988, 'The Roots of Ethnicity: Discourse and the Politics of Language Construction in South-east Africa', in *African Affairs*, Janeiro: 25-52.

- Hedges, David, 1989, 'Notes on Malawi-Mozambique Relations, 1961-1987', in *JSAS*, Outubro: 617-44.
- Heimer, Franz-Wilhelm, 1979, *The Decolonization Conflict in Angola, 1974-76, An Essay in Political Sociology*, Geneva: Institut Universitaire de Hautes Etudes Internationales.
- 1979, *Der Entkoloniesierungskonflikt in Angola*, Munique: Weltforum Verlag.
- Heimer, Franz-Wilhelm, e Elisete Marques da Silva, 1988, 'Vundiça: Wandel und Kontinuität in Reproduktion und Inkorporation eines Ländlichen Gesellschaftssegments in Mozambique', in Peter Meyns, ed., *Agrargesellschaften im portugiesisch-sprachigen Afrika*, Saarbrücken: Verlag Breitenbach.
- Heitman, Helmoed-Römer, 1985, *South African War Machine*, Novato, CA: Presidio Publishing.
- 1990, *War in Angola: The Final South African Phase*, Gibraltar: Ashanti Publishing.
- Henderson, Lawrence W., 1979, *Angola: Five Centuries of Conflict*, Ithaca: Cornell University Press.
- 1992, *The Church in Angola: A Review of Many Currents*, Cleveland, OH: Pilgrim Press.
- Henderson, William D., 1979, *Why the Vietcong Fought*, Westport, CT: Greenwood Press.
- Hermele, Kenneth, 1988, *Country Report: Mozambique*, Estocolmo: SIDA.
- 1988, *Land Struggles and Social Differentiation in Southern Mozambique: A Case Study of Chokwe, Limpopo, 1950-1987*, Uppsala: Scandinavian Institute of African Studies.
- 1988, *Landrapport Angola*, Estocolmo: SIDA.
- 1990, *Mozambican Crossroads: Economics and Politics in the Era of Structural Adjustment*, Bergen: Chr. Michelsen Institute.
- Herrick, Allison B. et al., 1967, *Area Handbook for Angola*, Washington: U.S. Government Printing Office.
- Heywood, Linda, 1989, 'UNITA and Ethnic Nationalism in Angola', in *Journal of Modern African Studies*, 27: 1: 47-66.
- Hobsbawm, E.J., 1990, *Nations and Nationalism since 1780*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Hodges, Tony, 1987, *Angola to the 1990s: The Potential for Recovery*, Londres: Economist Intelligence Unit.
- 1993, *Angola to 2000: Prospects for Recovery*, Londres: Economist Intelligence Unit.
- Hoile, David, 1989, *Mozambique: A Nation in Crisis*, Londres: Claridge Press.
- Honwana, Raúl, 1988, *The Life History of Raúl Honwana*, edit. And with an introduction by Allen F. Isaacman, Boulder: Lynne Rienner.

- Human Rights Watch e Physicians for Human Rights, 1993, *Landmines: A Deadly Legacy*, Nova York: Human Rights Watch.
- Hyden, Goran, e Michael Bratton, eds., 1992, *Governance and Politics in Africa*, Boulder: Lynne Rienner.
- Instituto de Estudios Políticos para a América Latina y África, 1979, *La Iglesia en Mozambique Hoy: Entre El Colonialismo y La Revolucion*, Madrid: IEPALA.
- International Defence and Aid Fund, 1980, *The Apartheid War Machine*, Londres: IDAFSA.
- 1981, *Remember Kassinga*, Londres: International Defence and Aid Fund.
- Isaacman, Allen F., 1985, 'Mozambique: Tugging at the Chains of Dependency', in Bender et al., eds.
- Isaacman, Allen, e Barbara Isaacman, 1976, *The Tradition of Resistance in Mozambique: Anti-Colonial Activity in the Zambesi Valley, 1850-1921*, Londres: Heinemann.
- 1983, *Mozambique: From Colonialism to Revolution, 1900-1982*, Boulder: Westview Press.
- Jamba, Sousa, 1990, *Patriots*, Nova York: Viking.
- James, W. Martin, 1992, *A Political History of the Civil War in Angola, 1974-1990*, New Brunswick, NJ: Transaction Publishers.
- Janowitz, Morris, 1959, *Sociology and the Military Establishment*, Nova York: Russell Sage.
- Jaster, Robert S., Moeletsi Mbeki, Morley Nkosi e Michael Clough, 1992, *Changing Fortunes: War, Diplomacy and Economics in Southern Africa*, Nova York: Ford Foundation.
- Jaster, Robert S., 1985, *South Africa and Namibia: The Botha Strategy*, Lanham: University Press of America.
- 1989, *The Defense of White Power: South African Foreign Policy under Pressure*, Nova York: St. Martin's Press.
- 1990, *The 1988 Peace Accords and the Future of Southwestern Africa (Adelphi Papers No. 253)*, Londres: International Institute of Strategic Studies.
- Johnson, Phyllis, e David Martin, 1986, *Destructive Engagement: Southern Africa at War*, Harare: Zimbabwe Publishing House.
- 1988, *Frontline Southern Africa: Destructive Engagement*, Nova York: Four Walls Eight Windows.
- 1989, *Apartheid Terrorism: A Report for the Commonwealth Committee of Foreign Ministers on Southern Africa*, Londres: James Currey.
- Johnston, Anton, 1984, *Education in Mozambique 1975-1984*, Estocolmo: SIDA.
- Kapuscinski, Ryszard, 1987, *Another Day of Life: A Haunting Eyewitness Account of Civil War in Angola*, Nova York: Viking Penguin.

- Keller, Edmond J., e Donald Rothschild, eds., 1987, *Afro-Marxist Regimes: Ideology and Public Policy*, Boulder: Lynne Rienner Publishers.
- Kitson, Frank, 1977, *Bunch of Five*, Londres: Faber & Faber.
- 1971, *Low Intensity Operations*, Londres: Faber & Faber.
- Klare, Michael T., e Peter Kornbluh, eds., 1988, *Low-Intensity Warfare*, Nova York: Pantheon Books.
- Klinghoffer, Arthur Jay, 1980, *The Angolan War*, Boulder: Westview.
- Kruger, Norma, 1992, *Zimbabwe's Guerrilla War*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Lan, David, 1985, *Guns and Rain: Guerrillas and Spirit Mediums in Zimbabwe*, Londres: James Currey.
- Laqueur, Walter, 1976, *Guerrilla: A Historical and Critical Study*, Boston: Little Brown.
- Legrand, Jean-Claude, 1991, 'Logique de Guerre et Dynamique de la Violence en Zambézia', artigo inédito.
- Legum, Colin, 1988, *The Battlefronts of Southern Africa*, Nova York: Africana.
- Legum, Colin, e Tony Hodges, 1976, *After Angola: The War Over Southern Africa*, Nova York: Africana.
- Lind, Agneta, 1988, *Adult Literacy Lessons and Promises: Mozambican Literacy Campaigns, 1978-1982*, Estocolmo: Institute of International Education.
- Loiseau, Yves, e Pierre Guillaume de Roux, 1987, *Portrait d'un Révolutionnaire et Général*, Paris: Table Ronde.
- Lopes, Carlos, 1987, *Guinea-Bissau: From Liberation Struggle to Independent Statehood*, Boulder: Westview Press.
- Lopes, Carlos, e Lars Rudebeck, 1988, *The Socialist Ideal in Africa: A Debate*, Uppsala: Scandinavian Institute of African Studies.
- Magaia, Lina, 1988, *Dumba Nengue: Run for your Life*, Trenton, NJ: Africa World Press.
- Maier, Karl, 1991, 'A Traditional Revival', in *Africa Report*, Julho-Agosto: 64-7.
- Mao Tse Tung, ed. Samuel B. Griffith, 1961, *On Guerrilla Warfare*, Nova York: Praeger.
- Mao Tse Tung, 1968, *Selected Military Writings*, Pequim: Foreign Language Press.
- Marcum, John, 1969, *The Angolan Revolution, Vol.I: The Anatomy of an Explosion, 1950-1962*, Cambridge: MIT Press.
- 1978, *The Angolan Revolution, Vol.II: Exile Politics and Guerrilla Warfare, 1962-1976*, Cambridge: MIT Press.
- Marenches, Conde de, 1988, *No Segredo dos Deuses*, Lisboa: Edições Referendo.
- Marques, Álvaro B., 1987, *Quem Matou Samora Machel?*, Lisboa: Ulmeiro.

- Marshall, Judith, 1990, *Literacy, State Formation and People's Power*, Bellville: University of Western Cape.
- 1990, 'Structural Adjustment and Social Policy in Mozambique', in *ROAPE*, Primavera: 28-43.
- Marshall, Judith, e Otto Roesch, 1993, 'The "Green Zones" Agricultural Cooperatives of Nampula City', in *JSAS*, Junho: 240-72.
- Maré, Gerhard, 1993, *Ethnicity and Politics in South Africa*, Londres: Zed Books.
- Martin, David, e Phyllis Johnson, 1981, *The Struggle for Zimbabwe*, Nova York: Monthly Review Press.
- Maxwell, David J., 1993, 'Local Politics and the War of Liberation in Northeast Zimbabwe', in *JSAS*, Setembro: 361-86.
- Maxwell, Kenneth, 1982, 'Portugal and Africa: The Last Empire', in Prosser Gifford e Wm. Roger Louis, *The Transfer of Power in Africa: Decolonization 1940-1960*, New Haven: Yale University Press.
- Mayer, Arno J., 1971, *Dynamics of Counterrevolution in Europe, 1870-1956*, Nova York: Harper & Row.
- McCallin, Margaret, e Shirley Fozzard, 1990, *The Impact of Traumatic Events on the Psychological Well-Being of Mozambican Refugee Women and Children*, Genebra: International Catholic Child Bureau.
- McCormick, Shawn, 1991, 'Angola: The Road to Peace', in *CSIS Africa Notes*, 6, Junho.
- McFaul, Michael, 1989, 'Rethinking the "Reagan Doctrine" in Angola', in *International Security*, 14:3: 99-135.
- 1990, 'The Demise of the World Revolutionary Process: Soviet-Angolan Relations under Gorbachev', in *JSAS*, Março: 165-89.
- Menges, Constantine, 1988, *Inside the National Security Council*, Nova York: Simon and Schuster.
- 1990, *The Twilight Struggle*, Washington: AEI Press.
- Mesquitela, Clotilde, 1976, *Moçambique: Sete de Setembro*, Lisboa: Livraria Editora Pax.
- Miller, Joseph C., 1988, *Way of Death: Merchant Capitalism and the Angolan Slave Trade, 1730-1830*, Madison: University of Wisconsin Press.
- Minter, William, 1972, *Portuguese Africa and the West*, Harmondsworth: Penguin Books.
- 1986, *King Solomon's Mines Revisited: Western Interests and the Burdened History of Southern Africa*, Nova York: Basic Books.
- 1988, *Operation Timber: Pages from the Savimbi Dossier*, Trenton, NJ: Africa World Press.
- 1989, *The Mozambican National Resistance (Renamo) as Described by Ex-participants*, Washington: Research Report.

- 1990, *The National Union for the Total Independence of Angola (UNITA) as Described by Ex-participants and Foreign Visitors*, Washington: Research Report.
- 1992, 'Glimpses of the War in Angola: Three South African Accounts', in *Africa Today*, 39: 1-2: 130-34.
- 1992, 'Lusophone Africa', in DeLancey (ed.).
- Mittelman, James H., 1991, 'Marginalization and the International Division of Labor: Mozambique's Strategy of Opening the Market', in *African Studies Review*, Dezembro: 89-106.
- Mondlane, Eduardo, 1969, *The Struggle for Mozambique*, Baltimore: Penguin Books.
- Moorcraft, Paul L., 1990, *African Nemesis: War and Revolution in Southern Africa (1945-2010)*, Londres: Brassey's.
- Munslow, Barry, 1983, *Mozambique: The Revolution and Its Origins*, Londres: Longman.
- ed., 1985, *Samora Machel: An African Revolutionary, Selected Speeches and Writings*, Londres: Zed Books.
- Mutemba, Abel, 1982, *Operação 6º Aniversário: Como uma Rede da CIA foi Desmantelada em Moçambique*, Maputo: Notícias.
- Nederlandse Missieraad, 1976, *Moçambique: Een Nieuw Volk, Een Nieuw Kerk?*, s'Hertogenbosch, Holanda: Nederlandse Missieraad.
- 1979, *Angola: Een Nieuw Volk, Een Nieuw Kerk?*, s'Hertogenbosch, Holanda: Nederlandse Missieraad.
- Nesbitt, Prexy, 1988, 'Terminators, Crusaders and Gladiators: Western (private and public) Support for Renamo and Unita', in *ROAPE*, No.43: 111-23.
- Noer, Thomas J., 1985, *Cold War and Black Liberation: The United States and White Rule in Africa, 1948-1968*, Columbia, MO: University of Missouri Press.
- Noormahomed, Abdul, e Julie Cliff, 1990, *The Impact on Health in Mozambique of South African Destabilization* (3ª ed.), Maputo: Ministry of Health.
- O'Laughlin, Bridget, 1981, 'A Questão Agrária em Moçambique', in *Estudos Moçambicanos*, 3: 9-32.
- 1992, 'Interpretations Matter: Evaluating the War in Mozambique', in *Southern Africa Report*, Janeiro: 23-33.
- Oliveira, Paulo, 1990, 'Os Donos da "RENAMO"', Maputo: manuscrito inédito.
- O'Meara, Dan, 1991, 'The Collapse of Mozambican Socialism', in *Transformation*, 14: 82-103.
- Opello, Jr., Walter C., 1975, 'Pluralism and Elite Conflict in an Independence Movement: FRELIMO in the 1960s', in *JSAS*, 2: 1 (Outubro): 66-82.

- Ottaway, Marina e David, 1986, *Afro-Communism* (2ª ed.), Nova York: Africana (Holmes & Meier).
- Paige, Jeffrey M., 1975, *Agrarian Revolution: Social Movements and Export Agriculture in the Underdeveloped World*, Nova York: Free Press.
- Parson, Jack, 1984, *Botswana: Liberal Democracy and the Labor Reserve in Southern Africa*, Boulder: Westview.
- Pélissier, René, 1986, *História das Campanhas de Angola*, Lisboa: Editorial Estampa.
- 1987, *História de Moçambique*, Lisboa: Editorial Estampa.
- Penvenne, Jeanne, 1989, “‘We are all Portuguese!’ Challenging the Political Economy of Assimilation: Lourenço Marques, 1870-1933”, in Leroy Vail, ed., *The Creation of Tribalism in Southern Africa*, Londres: James Currey.
- People’s Republic of Mozambique, 1984, *Economic Report*, Maputo: People’s Republic of Mozambique.
- Pepetela, 1983, *Mayombe*, Londres: Heineman.
- Pereira da Rosa, Victor, e Salvato Trigo, 1986, *Portugueses e Moçambicanos no Apartheid*, Porto: Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas.
- Pezarat Correia, Pedro, 1991, *Descolonização de Angola*, Luanda: Ler & Escrever.
- Pires, R. Pena et al., 1984, *Os Retornados: Um Estudo Sociográfico*, Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- Radu, Michael, ed., 1990, *The New Insurgencies: Anticommunist Guerrillas in the Third World*, New Brunswick, NJ: Transaction.
- Ragin, Charles, 1987, *The Comparative Method*, Berkeley: University of California Press.
- Raikes, Philip, 1984, ‘Food Policy and Production in Mozambique since Independence’, in *ROAPE*, 29: 95-107.
- Ranger, Terence, 1977, ‘The People in African Resistance: A Review’, in *JSAS*, Outubro: 361-86.
- 1985, *Peasant Consciousness and Guerrilla War in Zimbabwe*, Londres: James Currey.
- 1989, ‘Missionaries, Migrants and the Manyika: The Invention of Ethnicity in Zimbabwe’, in Leroy Vail, ed., *The Creation of Tribalism in Southern Africa*, Londres: James Currey.
- Raposo, Isabel, 1991, *O Viver de Hoje e de Ontem: Aldeia e Musha*, Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, Faculdade de Arquitectura.
- Ratilal, Prakash, 1990, *Enfrentar o Desafio: Utilizar a Ajuda para Terminar a Emergência*, Maputo: Editora Globo.
- Riaúzova, Elena, 1986, *Dez Anos de Literatura Africana*, Luanda: União dos Escritores Angolanos.
- Rice, Edward E., 1988, *Wars of the Third Kind: Conflict in Underdeveloped Countries*, Berkeley: University of California Press.

- Richman, Naomi, Anabela Ratilal e Aires Aly, 1990, *The Effects of War on Mozambican Children: Preliminary Findings*, Maputo: Ministry of Education.
- Roesch, Orro, 1986, *Socialism and Rural Development in Mozambique: The Case of Aldeia Comunal 24 de Julho*, Toronto: Ph.D. University of Toronto.
- 1988, 'Rural Mozambique Since the Frelimo Party Fourth Congress: The Situation in the Baixo Limpopo', in *ROAPE*, 41 (Setembro): 73-91.
 - 1992, 'Mozambique Unravels? The Retreat to Tradition', in *Southern Africa Report*, Maio: 27-30.
 - 1992, 'Renamo and the Peasantry in Southern Mozambique: A View from Gaza', in *Canadian Journal of African Studies*, 26: 3.
 - 1993, 'Peasants War and "Tradition" in Central Mozambique' (artigo de conferência).
- Rosenfeld, Stephen S., 1986, 'The Guns of July', in *Foreign Affairs*, Primavera: 698-714.
- Sanders, Jerry W., 1983, *Peddlers of Crisis*, Boston: South End Press.
- Sarkesian, Sam, 1986, *The New Battlefield: The United States and Unconventional Conflicts*, Nova York: Greenwood.
- Saul, John S., ed., 1985, *A Difficult Road: The Transition to Socialism in Mozambique*, Nova York: Monthly Review Press.
- Savimbi, Jonas, 1979, *A Resistência em Busca de uma Nova Nação*, Lisboa: Agência Portuguesa de Revistas.
- 1986, *Por um Futuro Melhor*, Lisboa: Editora Nova Nórdica.
 - 1986, 'The War Against Soviet Colonialism', in *Policy Review*, Inverno.
- Shultz, Jr., Richard H. et al., eds., 1989, *Guerrilla War and Counter-insurgency*, Lexington, MA: Lexington Books.
- Sitte, Fritz, 1977, *Inferno Schwarzafrika*, Viena: Kremayr & Scheriau.
- 1981, *Flug in die Angola-Hölle: Der Vergessene Krieg*, Graz, Austria: Verlag Styria.
- Skocpol, Theda, 1979, *States & Social Revolutions*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Skocpol, Theda, e Margaret Somers, 1980, 'The Uses of Comparative History in Macrosocial Inquiry', in *Comparative Studies in Society and History*: 174-97.
- Smith, David, compilação, 1992, *Sustainable Peace: Angola's Recovery*, Harare: SARDC.
- Somerville, Keith, 1986, *Angola: Politics, Economics and Society*, Boulder: Lynne Rienner.
- Steenkamp, Willem, 1983, *Borderstrike!: South Africa into Angola*, Durban: Butterworths.
- 1989, *South Africa's Border War, 1966-1989*, Gibraltar: Ashanti Publishing.

- Stockwell, John, 1978, *In Search of Enemies: A CIA Story*, Nova York: W.W.Norton.
- Stouffer, Samuel A. et al., 1949, *The American Soldier*, Princeton: Princeton University Press.
- Stubbs, Richard, 1989, *Hearts and Minds in Guerrilla Warfare: The Malayan Emergency*, Singapura: Oxford University Press.
- Tickner, Vincent, 1992, 'Structural Adjustment and Agricultural Pricing in Mozambique', in *ROAPE*, No. 53: 25-42.
- Tilly, Charles, 1964, *The Vendée*, Cambridge: Harvard University Press.
- 1978, *From Mobilization to Revolution*, Reading MA: Addison-Wesley.
- 1984, *Big Structures, Large Processes, Huge Comparisons*, Nova York: Russell Sage Foundation.
- UNICEF, 1989, *Children on the Front Line: The Impact of Destabilization on Children in Southern and South Africa* (3ª ed.), Nova York: UNICEF.
- United Nations Inter-Agency Task Force, 1989, *South African Destabilization: The Economic Cost of Frontline Resistance to Apartheid*, Nova York: Economic Commission for Africa.
- Vail, Leroy, ed., 1989, *The Creation of Tribalism in Southern Africa*, Londres: James Currey.
- Valeriano, Napoleon D., e Charles T.R. Bohannon, 1962, *Counter-Cherrilla Operations: The Philippine Experience*, Nova York: Praeger.
- Vance, Cyrus, 1983, *Hard Choices*, Nova York: Simon and Schuster.
- Verschuur, Christine, M. Correa Lima, P. Lamy e German Vasquez, 1986, *Mozambique, Dix Ans de Solitude*, Paris: L'Harmattan.
- Vines, Alex, 1991, 'Diary', in *Southern African Review of Books*, Julho /Outubro.
- 1991, *Renamo: Terrorism in Mozambique*, Londres: James Currey.
- 1993, *One Hand Tied: Angola and the UN*, Londres: Catholic Institute of International Relations.
- Wallerstein, Immanuel, 1989, *The Capitalist World-Economy*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Walters, Ronald W., 1987, *South Africa and the Bomb*, Lexington, MA: Lexington Books.
- Weber, Max, 1949, *The Methodology of the Social Sciences*, Nova York: Free Press.
- Wheeler, Douglas, 1976, 'African Elements in Portugal's Armies in Africa', in *Armed Forces and Society*, 2: 233-50.
- White, Landeg, 1985, 'The Revolution Ten Years On: Review Article', in *JSAS*, 11: 2 (Abril): 320-32.
- Wickam-Crowley, Timothy P., 1991, *Guerrillas and Revolution in Latin America*, Princeton: Princeton University Press.
- Wilson, K.B., 1992, 'Cults of Violence and Counter-Violence in Mozambique', in *JSAS*, Setembro: 527-82.

- 1992, *Deslocados Internos, Refugiados e Repatriados de e para Moçambique*, Estocolmo: SIDA.
- Windrich, Elaine, 1992, *The Cold War Guerrilla: Jonas Savimbi, the U.S. Media, and the Angolan War*, Nova York: Greenwood Press.
- Wolf Eric R., 1969, *Peasant Wars of the Twentieth Century*, Nova York: Harper & Row.
- Wolfers, Michael, e Jane Bergerol, 1983, *Angola in the Front Line*, Londres: Zed Books.
- Wood, Brian, 1991, 'Preventing the Vacuum: Determinants of the Namibia Settlement', in *JSAS*, Dezembro: 742-69.
- World Bank, 1991, *Angola: An Introductory Economic Review*, Washington: World Bank.
- Wuyts, Marc, 1978, *Peasants and Rural Economy in Mozambique*, Maputo: African Studies Center.
- 1989, *Economic Management and Adjustment Policies in Mozambique*, Kingston, Jamaica: Conference Papers.
- Young, Crawford, 1976, *The Politics of Cultural Pluralism*, Madison: University of Wisconsin Press.
- 1982, *Ideology and Development in Africa*, New Haven: Yale University Press.
- 1986, 'Nationalism, Ethnicity and Class in Africa', in *Cahiers d'Études Africaines*, v. 103: 421-95.
- 1988, 'The Colonial State and Post-Colonial Crisis', in Gifford and Louis.
- Zartman, I. William, 1989, *Ripe for Resolution: Conflict and Intervention in Africa* (2ª ed.), Nova York: Oxford University Press.

ÍNDICE REMISSIVO

- Açores, base aérea e naval, 187
- África do Sul: Batalhão 32, 39, 50, 130, 162; Batalhão 'Bushman', 159; boicote às aulas, 50; Bureau de Cooperação Civil, 161; Bureau de Segurança do Estado, 48, 143; conselheiros militares, 63; constituição de 1983, 196; cordão sanitário, 140; Departamento de Informações Militares, 48; détente com a Zâmbia, 142; embargo de armas contra a, 156, 191, 208; ESCOM, 179; 'Estratégia Nacional Total', 48; força aérea, 61, 170, 254; forças militares especiais, 159-63, 180; informações militares, 44; intervenção militar, 26, 143, 144; movimento anti-apartheid na, 186, 192, 193, 195-7, 200, 207, 211; ocupação ilegal da Namíbia, 148; orçamento militar, 158; perda da supremacia aérea, 159; programa nuclear, 158; 1Recce 161; 5 Recce, 162, 221; recrutamento de negros para o exército da, 159-61; sanções contra a, 63, 148, 167, 186, 192, 203.
- Africa Livre, 131, 177.
- Africa Watch, 231, 234, 255, 276.
- agências doadoras * internacionais, 306, 312, 326.
- ajuda alimentar, 353, 357, 358, 360.
- ajuda de emergência, 353, 356, 358.
- ajustamento Estrutural, programas de, 335, 337, 342, 353-6, 358, 360, 361; corrupção em Angola, 341, 361.
- aldeias comunais, 348-53.
- alfabetização, 19, 28-30, 110, 111, 324.
- Aliança Democrática Turnhalle, 168.
- Alves, Nito, 34, 319.
- Alvor, Acordo de, 14, 23-24, 115, 124.
- Amnistia Internacional, 238, 291, 292.
- amnistia, programas de, 237, 238.
- analfabetismo, 28, 30, 304.
- ANC (Congresso Nacional Africano), 51, 54, 55, 57-59, 64, 69, 85, 95, 115, 139, 140, 149, 150, 151, 154, 156, 157, 162, 168, 169, 171, 172, 174-6, 181, 192, 195, 217, 218, 367; bases de treino, 49; casas no Botswana, 196; exilados do, 162, operações de guerrilha, 50, 59, 149, 150.
- Anderson, Benedict, 81.
- Angola: ajuda militar soviética, 173; batalhas convencionais, 169; campanha de alfabetização, 29; Cuanhama (falantes), 39; Cuito Cuanavale, 61-63, 74, 169, 170, 231, 233; economia de enclave, 337, 342, 343; economia paralela, 341; eleições, 70, 122, 124, 135, 136, 268, 295-7, 371, 373; estruturas institucionais nacionais, 359; exército, 307, 212-3, 324; funcionalismo público, 322; história de, 20-21; independência de, 109, 130; orçamento governamental, 324; província de Cuando Cubango, 40, 50, 62, 167, 248,

- 296; receitas do Estado, 336-9, 342; reconhecimento de, 35-36; segunda guerra de libertação nacional, 26.
- anti-apartheid, movimento, 50, 51, 54, 59, 75, 85, 99, 186, 192, 193, 195-7, 200, 207, 211.
- anti-comunismo, 9.
- apartheid, 49, 139, 141.
- Arábia Saudita, 191, 196, 198, 204; venda de AWACS à, 199; ajuda à Unita, 247.
- Arquivos do Património Cultural, 230.
- artilharia, fornecida por soviéticos, 158.
- assimilados (elite africana sob o colonialismo português), 17, 21, 107, 109, 110, 112, 113.
- Baía dos Porcos, 190.
- Baker, James, 202, 214.
- Banco Mundial, 335, 339, 354-6.
- Banda, Hastings, 152, 177, 178.
- Bantu, língua, 106, 107.
- Barroso, Durão, 67.
- Baufre, André, 48.
- Bélgica, paraquedistas da, 37.
- Benguela, linha férrea de, 37, 40, 41, 154, 173, 248, 254, 256.
- Benguela, porto de, 109.
- Bicesse, Acordo de, 214, 215, 222, 373.
- Biko, Steve, 47, 156.
- Botha P.W., 35, 44, 48, 56, 58, 60, 64, 99, 139, 140, 142-4, 155, 171, 177, 179, 194, 211, 370, 372.
- Botha, Roelof ('Pik'), 48, 60, 175, 177, 194.
- Botswana, 142, 145, 150, 152, 153, 156, 157, 175, 373; vantagens do, 321.
- Breytenbach, Jan, 50, 161.
- Brezhnev, Leonid, 211.
- Bridgland, Fred, 6, 201, 291, 292, 294.
- Brzezinski, Zbigniew, 37-38, 51, 190, 191, 198.
- Buchanan, Patrick, 205.
- Bush, George, 68, 86, 92, 201, 208, 220, 221.
- Buthlezi, Chefe, 133.
- Cabinda, 23, 36, 61, 109, 117, 189, 196.
- Cabinda Gulf, 338.
- Cabora Bassa, 179, 252, 346.
- café, 21-22, 32, 109, 110, 115, 116.
- Calueque, confrontação entre cubanos e sul-africanos em, 170, 171.
- Carter, Jimmy, 190-2, 198, 216.
- Casey, William, 185, 193, 196, 198, 199, 203, 204.
- Cassinga, raide de, 39.
- Caucus Conservador, 199, 205.
- chá, plantações de, 62.
- China, 18, 35, 123.
- Chindondo, Valdemar, 291, 292.
- Chingunji, Dinho, 291, 294.
- Chingunji, Tito, 202, 290, 294.
- Chipenda, Daniel, 13, 25, 105.
- Chissano, Joaquim, 14, 57, 61, 64, 66, 179, 206, 220.
- Chitunda, Jeremias, 294.
- CIA (Agência Central de Inteligência), 5, 22-3, 25-6, 35, 36, 51, 65, 66, 116, 117, 124, 173, 185, 188, 189, 193, 198, 199, 203-6, 249, 250; estação de Maputo, 91, 217.
- Clarence-Smith, Gervase, 73, 225.
- Clark, emenda, 37, 61, 185, 191, 197-200, 210.
- Cline, Ray, 206.
- CNAC (Comissão Nacional das Aldeias Nacionais), 253.
- Cohen, Herman, 65.
- colonos brancos, 13, 14, 22, 27.
- Comecon (Conselho de Ajuda Económica Mútua), 187.
- Committee for Survival of a Free Congress, 205.
- Comunidade Económica Europeia, 217.
- Conchiglia, Augusta, 232.
- Congo, 187.

- Congo, Frente de Libertação Nacional do (FLNC), 36.
 contra-insurgência, 38, 42, 86, 92-5, 225, 251, 253; ingleses no Quênia, 160
 Correia, Jorge, 301.
 COSATU (Congress of South African Trade Unions), 171.
 Cristina, Orlando, 129, 204, 301.
 Crocker, Chester, 65, 167, 192-6, 199, 200, 209, 213, 218, 219, 302.
 Cruz Vermelha, 52.
 Cruz Vermelha Internacional, 255.
 Cuba: ajuda a Angola 124; como questão política, 166; exilados cubano-americanos, 190; tropas de, 26, 29, 40, 51, 52, 62, 63, 65, 144, 148, 158, 166, 167, 170, 172, 192, 194, 195, 201, 202, 208, 214, 220, 302, 306, 310, 314.
 curandeiro, 274, 292, 293, 294.
- Dar es Salaam, 18, 116, 118.
 Dash, Leon, 232-4, 255, 285, 286, 289.
 De Borchgrave, Arnaud, 198.
 de Klerk, F.W., 64, 66, 69, 221, 246.
 discriminação racial, 108, 112, 113, 116.
 Dhlakama, Afonso, 43, 164, 203, 237, 240, 245, 301.
 diamantes, 32, 165, 249, 254, 256, 337, 362.
 direitos das mulheres, 318.
 direitos humanos, violações dos, 311, 329, 367.
 Dole, Robert, 206.
 dos Santos, José Eduardo, 44, 66-8, 70, 202, 316, 320.
- Eagleburger, Lawrence, 195.
 Eanes, Ramalho, 38.
 economia informal, 360, 361.
 Economist Intelligence Unit, 320, 341.
 educação, 17, 19, 21, 26, 28, 29, 33, 88, 89, 100, 111-3, 118, 121, 133, 135, 253, 283, 287, 288, 292, 304, 305, 309, 313, 318, 321, 323, 324, 327, 329, 355, 357
- Estado-nação, teorias do, 80-2.
 Estados Unidos da América (EUA), 4, 9, 23, 26, 35, 37, 117, 123, 124, 132; câmara dos representantes, 68; congresso, 55, 60-2; Departamento de Estado, 60, 64, 65.
 Export-Import Bank, 198, 210.
- Fein, Bruce, 207.
 Fernandes, Tony, 290-2, 294.
 FLEC (Frente de Libertação do Enclave de Cabinda), 36.
flechas (unidade especial africana do exército português), 161.
 Flower, Ken, 301.
 FMI (Fundo Monetário Internacional), 194, 201, 219, 335, 339.
 FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola), 13, 23-26, 35, 36, 105, 116, 117, 119, 120, 122-5, 130, 131, 144, 161, 296.
 fome, 4, 57.
 França, 197, 198; paraquedistas da, 37.
 Frelimo (Frente de Libertação de Moçambique), 2, 8, 13-15, 18-20, 26, 28-29, 32-33, 41-43, 57, 68, 73, 77, 79, 85, 106, 111-9, 125, 126, 131-3, 139, 141, 142, 153, 177, 304, 305, 309, 313, 318, 321, 323, 324, 327, 329, 369; aparelho de Estado, 282; atitudes regionais, 271, 277-9, 281; composição do partido, 317-20; congresso do partido (1983), 319; direcção da, 118, 119; exército da, 307, 311-14, 324; funcionários da, 361; grupos dinamizadores, 19, 28, 318, 351; guerrilheiros macondes, 120; representação geográfica, 126; zonas libertadas, 19.
- Gabinete de África do Departamento de Estado, 187, 193.
 Gbadolite, acordo de, 214, 249.

- Geffray, Christian, 229, 230, 236, 240, 241, 270-4, 276-8, 280, 282, 312, 327.
- Gersony, Relatório, 206, 220, 269, 270, 273, 274, 276.
- Giraud, Renaud, 286.
- Gorbachev, Mikhail, 193, 210.
- grupos étnicos, 81-3, 106, 133, 134; tensões entre, 369.
- guerra de 'baixa intensidade', 80, 92, 95, 199.
- Guerra Fria, 76, 98, 173, 180, 185-91, 202, 215, 222, 342, 368, 370-4, 376, 377.
- guerrilhas, guerra de, 18, 19, 23, 29, 35, 38, 39, 41, 43, 44, 47, 49, 50, 52-5, 58, 59, 61, 64, 66, 80, 93-7, 225, 226, 233, 234, 239, 242, 250, 251, 254, 257, 258, 268, 374-6.
- Gulf Oil (actualmente Chevron), 30, 78, 189, 196, 198, 200, 259.
- Gundana, Feliciano, 133.
- Haig, Alexander, 194, 217.
- Hamilton, Dion, 346.
- Harare, cimeira de, 66.
- Heimer, F. W., 108, 111, 122, 124.
- Helms, Jesse, 3, 205, 204.
- Heritage Foundation, 205, 207.
- Hobsbawm, E. J., 81.
- Igreja Católica, 132, 329-31; missionários, 110-111.
- Igreja Congregacional, 111, 330.
- impostos, 279, 281, 286.
- Israel, 158.
- Jamba (base central da Unita em Angola), 40, 53, 65-7, 233, 236, 239, 247-9, 284, 286-94; hospital da base, 287, 288.
- Jamba, Jaka, 289, 292.
- Jamba, Sousa, 291, 292.
- Jardim, Jorge, 125.
- Kaunda, Kenneth, 115, 116, 119, 121, 151, 152.
- Kennedy, John, 187, 188.
- Kennedy, Robert, 188.
- Kikongo, falantes, 22-24, 342.
- Killoran, Tom, 285.
- Kimbundu, falantes, 24, 107, 108, 111.
- Kinshasa (Congo), 22, 36, 37, 116, 117.
- Kirkpatrick, Jeane, 198.
- Kissinger, Henry, 99, 123, 187, 189.
- Kitson, Frank, 92, 160, 225.
- Lancaster House, Acordo de, 43, 147, 216, 218, 344.
- Lesotho, 49, 55, 142, 150, 152, 154, 156, 157, 344; Chefe Jonathan, 154.
- Liga Mundial Anti-Comunista, 185.
- Little, Arthur D., 338.
- Lomwe, língua, 107, 108, 111, 119, 133.
- Luanda, 105, 108-10, 114-17, 120, 123, 128, 130, 136.
- Lusaka, acordos de, 56, 57.
- Lusaka, Manifesto de, 151.
- Machel, Samora, 60, 75, 118, 119, 139, 185, 186, 191, 196, 205, 216, 217, 219, 245, 316, 345.
- machambas estatais, 325, 339, 348-52.
- MacKenzie, Robert, 204-6.
- Macua, língua, 107, 108, 111, 119, 120, 133.
- Malan, Magnus, 60.
- Malawi, 53, 60, 61, 69, 142, 152-5, 165, 177-9, 183, 207, 221, 275, 281, 283, 308, 311, 346; trânsito de armas para a Renamo, 220, 242, 246, 252.
- Mandela, Nelson, 69, 99, 171, 221.
- Manica Freight Services, 346.
- maoísmo, 124.
- marfim, 165, 175, 178, 362.
- Marrocos, 191, 197, 198; fornecimentos à Unita, 198, 199.
- Mau-Mau, 90, 160.
- Mayer, Arno, 90, 91.
- Meier, Karl, 276.

- mercenários, 144.
 Milas, Leo, 204.
 minas terrestres, 5, 6, 53, 61, 68, 375.
 mineiros, 344, 345.
 marxismo, 5, 19, 24, 33, 76, 78, 88, 90, 123, 132, 301, 373, 375.
 marxismo-leninismo, 32, 67, 68, 91.
 marxistas (alinhados por Moscovo), 78.
 massacres, 1, 42, 276, 282.
 Matsangaíssa, André, 42.
 mestiços, 16-18, 77, 109, 112, 113, 116, 118, 119, 121, 232, 305, 313.
 missionários: metodistas, 111; de extrema-direita, 178.
 Mobutu, Sese Seko, 14, 15, 25, 35-38, 65, 66, 121, 123, 131, 172, 173, 191, 197, 201.
 Moçambique: província de Cabo Delgado, 19, 56; ajuda alimentar de emergência, 218, 219; asiáticos em, 305; Assembleia do Povo, 33; campesinato, 271, 280, 282, 283; chefes tradicionais, 271-4, 280, 282, 284, 287; dependência em relação à África do Sul, 142; doadores, 335, 336, 343, 347, 353, 355-8; economia agrária, 347-52; economia colonial, 342; exército de, 313; funcionários públicos de, 305, 322; impacto económico da guerra, 335-7, 343, 344, 359; muçulmanos, 330; nova constituição (1990), 68; pena de morte em, 314; poder popular, 126; refugiados, 352, 360; sanções da África do Sul contra, 251; sociedade civil, 327; Testemunhas de Jeová em, 281, 282; transportes internos de, 142.
 Moco, Marcolino, 133.
 Moi, Daniel Arap, 66.
 Mondlane, Eduardo, 118-20, 131, 132.
 MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), 4, 5, 8, 13, 15, 22, 23-26, 30, 32-35, 38, 48, 67, 70, 77, 79, 85, 99, 105, 114-17, 120, 122-25, 130-33, 137, 141, 143, 144, 153, 172, 188, 189, 197, 284, 285, 290, 294, 296, 302, 307, 315-9, 329, 330, 342, 362, 370; apoio urbano ao, 285; composição do partido, 320; direcção, 322; disputas internas, 319; governo do, 287, 297.
 Mugabe, Robert, 49, 66, 165; vitória eleitoral de, 152.
 multilinguismo, 107.
 Muzorewa, Abel, 191.
 Nacala, caminho de ferro de, 178.
 nacionalismo, 81-4, 111-13, 116, 120, 133; africano, 32; somali, 83.
 Nações Unidas (Organização das), assembleia geral, 151; conselho de segurança, 69; sanções, 32, 41, 192, 193, 203, 208, 211, 216, 221, 344; veto das sanções, 151.
 Namibe-Lubango, caminho de ferro de, 148.
 Namíbia, 20, 35, 38, 39, 41, 44, 47, 49, 50, 52-5, 58, 59, 61, 64, 66, 121, 122, 125, 131, 140-3, 145, 147, 149, 152, 153, 156, 159, 161, 162, 165-73, 180, 181, 183, 191, 192, 194, 195, 198, 208, 212, 214, 220, 233, 247, 248, 286, 293; eleições, 63; força de monitoração da ONU, 172; independência da, 63, 122, 172, 201, 209, 211, 214, 249.
 não-racial, ideologia, 118, 127.
 National Endowment for Democracy, 198.
 Ndau, falantes, 111, 132, 134, 135, 278, 279, 282; direcção da Renamo, 279, 281.
 Neto, Agostinho, 13-15, 22, 26, 34-38, 44, 105, 120, 172, 188, 285, 302.
 Nicarágua, 375.
 Niekerk, Charles van, 245.
 Nigéria, 26; guerra civil, 127, 133.
 Nilsson, Anders, 230, 236, 238.
 Nixon, Richard, 187.

Nkavandame, Lázaro, 132.

Nkomati, Acordo de, 57, 59, 60, 74, 102, 129, 139, 151, 156, 164, 173-8, 195, 196, 203, 205, 208, 216, 218, 219, 220, 222, 243, 244, 259, 373; violações sul-africanas ao, 172, 186.

Nova York, acordos de, 65, 67.

Nyerere, Julius, 115, 116, 119-21, 151, 152.

Odzi (campo de treino da Renamo na Rodésia), 227

OEA (Organização dos Estados Americanos), 202.

OMA (Organização das Mulheres Angolanas), 320.

OMM (Organização das Mulheres Moçambicanas), 320.

OMS (Organização Mundial de Saúde), 27.

ONGs (Organizações Não-Governamentais), 306, 326.

Operação Askari, 56, 168.

Operação Mila, 51.

Operação Protea, 52.

Operação Sceptic, 50.

OUA (Organização da Unidade Africana), 84, 151-3; posição anti-apartheid da, 151; reconhecimento de Angola, 152.

ouro, preço do, 344.

Ovambolândia, 147.

PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné-Bissau), 321.

Paige, Jeffrey, 90, 97.

Pepper, Claude, 199, 201

petróleo, 143, 306, 313, 322, 323, 325, 336-43, 354, 361, 371.

Pitra, Santana André, 285.

poder popular, 315-7, 319.

poesia, identidade nacional na, 113.

Portugal: colapso do império, 141, 145; colonialismo de, 15, 17, 21, 26, 32, 78, 90, 109, 112, 127, 187, 188, 315, 327, 331, 362; estraté-

gias de contra-insurgência de, 118; exército, 125, 126; herança do colonialismo, 303, 304, 315; Movimento das Forças Armadas, 125, 129; partido comunista, 129, 188, 189.

protestantes, missões, 110, 111.

Puna, Nzau, 290, 294.

Quénia, 66, 69, 207, 220, 221, 328; abastecimentos à Renamo, 246.

rádio-comunicações, 239, 257-9, 309. raides através das fronteiras, 145.

raptos, 6; recrutamento através de, 229, 230, 233-5.

Reagan, Ronald, 52, 55, 56, 59, 60-2, 76, 156, 185, 186, 190, 192, 193, 196-9, 203-11, 221.

reféns, 53, 56.

reféns estrangeiros, 255, 256.

refugiados, 3, 6, 27, 36, 38, 42, 352, 360.

Reino Unido: treino do exército moçambicano pelo, 313, 357.

Renamo (anteriormente MNR, Resistência Nacional Moçambicana), 2, 53-61, 64, 66, 69, 70, 74, 76-8, 100, 128, 129, 131, 132, 134, 135, 137, 139, 140, 161-65, 173-75, 180, 217, 336, 344-6, 352, 353; acesso pelo Malawi da, 165, 177, 178; ajuda da África do Sul, 259; apoio do Quénia à, 178; apoio externo à, 369, 372; atitude dos EUA, 185, 190, 192, 193, 206, 207, 219, 221; atrocidades, 219, 220; cisão da UNAMO, 134; contrabando de marfim pela, 178; escritórios em Lisboa, 128; falantes Ndau e, 132, 134, 241; ideologia da, 301; instrutores militares, 239, 260; ligações à África do Sul, 208, 216-9; ligações ao Malawi, 178; ligações ao Quénia, 220; ligações aos EUA, 185, 186, 197, 204, 206; 'lobby' pró-Renamo nos EUA, 203-5, 218, 220,

- 222; logística, 226, 236, 238, 242-4, 246, 307, 314; manobras dilatórias da, 218, 221; ofensiva da Zambézia, 178; quartel-general da Gorongosa, 60, 101, 228, 245, 258, 275, 283, 310; relação com civis, 268-83; tácticas de recrutamento, 227-31, 235, 252-4, 257.
- retornados (colonos regressados a Portugal), 34, 128.
- revolução: modelo de, 78, 89; teorias da, 80, 85-97.
- Rodésia: 13, 15, 16, 21, 26, 32, 35, 41-3; CIO, 42, 140-3, 146, 148, 152, 174; guerra de guerrilhas na, 141, 145, 146; sanções da ONU contra a, 32, 41; Selous Scouts, 146, 160; Special Air Service, 160; tropas da, 41.
- Roberto, Holden, 13, 22, 23, 25, 116, 117, 130, 188, 197.
- Roesch, Otto, 230, 277-81.
- Roma, Acordo de, 373.
- Roma, negociações de paz de, 69.
- Rombézia, 118, 177.
- Rusk, Dean, 188.
- sabotagem, 343-6; sul-africana, 59.
- SADCC (Conferência de Coordenação do Desenvolvimento na África Austral), 49, 154, 157, 175, 344, 345.
- Sangumba, Jorge, 291, 292.
- saúde, 19, 26-29, 31, 45, 253, 283, 287, 288, 306, 309, 318, 323, 324.
- Save the Children Fund, 230.
- Savimbi, Jonas, 5, 13, 14, 22-25, 37, 39, 40, 56, 61, 62, 65, 66, 68, 70, 105, 117, 120, 124, 131, 135, 163, 164, 169, 172, 186, 197-9, 201-3, 208, 212-4, 223, 231, 233, 236, 241, 247-9, 254-6, 285, 287-94, 296, 302, 370, 371; aliança com os portugueses, 289.
- Schaaf, Thomas, 73, 205, 206.
- seca, 353, 355.
- Serapião, Luís, 205.
- Shevardnadze, Eduard, 68, 214.
- Shona, falantes, 106-8, 134, 135.
- Shultz, George, 57, 195.
- Siljander, Mark, 201.
- Simango, Uria, 132.
- Sitte, Franz, 232, 247.
- Smith, Ian, 140, 142, 145-7.
- socialismo, 7, 24, 32-34, 76; abandono do, 336.
- Solarz, emenda, 202.
- Soldier of Fortune, 204, 205.
- Soweto, levantamento do, 26, 35, 150, 156, 168.
- Spínola, António de, 13, 15, 125.
- subsistência, produção de, 339, 340, 349.
- Suécia, 306.
- SWAPO (Organização do Povo do Sudoeste Africano), 38, 39, 50, 54-6, 58, 59, 63, 64, 140, 147-9, 154, 156, 162, 165-72, 181, 192, 195, 196, 259, 309; campo de Cassinga, 147.
- SWATF (Força Territorial do Sudoeste Africano), 159, 171.
- Swazilândia, 49, 50, 55, 60, 142, 150, 154-6, 162, 175; polícia da, 157.
- Tanzania, 18, 20, 22, 49, 150-3, 315, 321; como modelo de socialismo, 321; tropas da, 61, 155, 178, 309.
- Taylor, Maxwell, 307.
- Thatcher, Margaret, 146, 191, 218.
- Tilly, Charles, 85-7, 90, 91.
- trabalho assalariado no Corredor da Beira, 280.
- trabalho forçado, 304.
- trabalho migratório, 114, 278, 279, 343, 344.
- transportes, 323, 326.
- tribalismo, luta contra o, 117.
- Tsonga, língua, 107, 108, 111.
- UDF (Frente Democrática Unida), 171.
- Umbundu (falantes), 6, 23, 40, 105, 107, 110, 111, 117, 120, 124, 131-5, 231, 232, 241, 370.
- Umkhonto we Sizwe, 150.

- União Soviética, 18, 26, 35, 37, 76, 82, 99, 188-90, 193, 194, 205, 210-4, 216, 217; ajuda a Angola, 124; alteração do pensamento estratégico da, 172; erros estratégicos, 310.
 UNICEF, 355.
 Unita, 13, 23-25, 35, 37-40, 44, 50, 52-6, 58, 60-2, 64-8, 70, 74, 77, 78, 101, 105, 117, 119, 120, 122-5, 128-32, 134, 136, 137, 144, 148, 162-5, 167, 169-73, 180, 196, 197, 200, 202, 213-5, 222, 232-4, 237, 238, 243, 247-50, 254-60, 302, 310, 314, 336, 342; ajuda militar dos EUA à, 191, 198, 208, 212, 214; apoio dos EUA à, 190, 192, 193, 196, 199, 200, 201, 209, 210; contrabando de diamantes pela, 128; escritórios em Lisboa, 128; execuções, 235; ideologia da, 330; liderança de língua Umbundu, 232, 241; 'lobby' pró-Unita nos EUA, 185, 192, 197, 203, 213; logística, 257, 307, 311; política interna, 291-3; táticas de recrutamento, 231, 233, 234, 239, 242; terror interno, 291-4; treino militar em Marrocos, 242, 257.
 USAID, 356, 358.
 Vakulakuta, António, 39, 288, 291, 293.
 Vance, Cyrus, 37, 51.
 Vietname, síndrome do, 35.
 Vilankulu, Artur, 204.
 Viljoen, Constand, 56.
 Vines, Alex, 276.
 Voz da África Livre, 42.
 Vorster, John, 35, 39, 47, 124, 141, 142, 144.
 Weber, Max, 86.
 Wells, Melissa, 206, 220.
 Wilson, Kenneth, 281-3, 294, 312.
 Windhoek, 149.
 Wolf, Eric, 90.
 Young, Andrew, 37, 51.
 Zaire, 13, 24, 25, 35-37, 41, 43, 64-66, 70, 143, 144, 153, 154, 165, 172, 173, 183, 196, 197, 308, 311, 338, 342, 360; base de Kamina, 66; província do Shaba, 36, 40, 249.
 Zâmbia, 18, 23, 40, 41, 49, 56, 60, 142-5, 147, 150-5, 157, 158, 281, 360.
 ZANU (União Nacional Africana do Zimbabwe), 41, 43, 145-8.
 ZAPU (União Africana do Povo do Zimbabwe), 145.
 Zimbabwe, 106, 110, 111, 121, 122, 125, 141, 142, 145, 146, 148-50, 152-7, 174, 178, 310, 328, 329, 367, 373; guerrilheiros do, 41; independência do, 35, 41, 43, 122, 191, 216.